PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pela **2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA – NÚCLEO ITABORAÍ**, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, caput e 129, III da CRFB, art. 25, IV da Lei Federal n. 8.625/93 e art. 34, VI da Lei Complementar Estadual n. 106/03, com fulcro na Lei Federal n. 7.347/85, na Resolução CNMP nº 174/17 e na Resolução GPGJ nº 2.227/2018 **RESOLVE** promover a instauração de **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**, na forma que segue.

MPRJ nº: 2020.00174157	**Portaria nº: 61/2020**	**Prazo: 01 (um) ano**

Atribuição: Defesa e Proteção do Meio Ambiente.

Assunto/Ementa (Código: 10110): Meio Ambiente. Apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado **no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC** em conta específica a ser indicada com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto com prestação de contas durante e após a utilização do valor*".

Origem: Ações Civis Públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, 0009869-83.2018.8.19.0023 e 0009859-39.2018.8.19.0023.

Reclamante(s): De ofício.

Reclamado(s): PETROBRAS, INEA e Estado do Rio de Janeiro.

Observação: ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DO TAC II COMPERJ.

Para tanto, **determina-se.**

1. Registre-se e autue-se (art. 15 c/c 70, I e art. 16, § 1º, Resol. GPGJ 2.227/18);
2. Registre-se no Sistema MGP (art. 1º, Resol. GPGJ/CGMP 02/2010);
3. Dê-se publicidade ao presente ato publicando-o em quadro próprio deste órgão ministerial pelo prazo de 15 dias (art. 23, §1º, I, Resol. 2.227/18);
4. Dê-se cumprimento às diligências determinadas no **relatório inicial de investigação.**

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí, RJ (CEP:24.800-113) Tel. 2645-6950

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

RELATÓRIO INICIAL DE INVESTIGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 61/2020

Trata-se de procedimento administrativo tendente a acompanhar e fiscalizar o cumprimento de obrigação constante no item 5, da cláusula sexta, do TAC II COMPERJ.

O MPRJ, por meio desta Promotoria, ajuizou as ações civis públicas nº 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023 em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental e seus impactos dos seguintes empreendimentos do COMPERJ, respectivamente: (i) Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN e Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes – ULUB (objeto do IC 1/2013); (ii) Linhas de Transmissão de energia elétrica de 345 kV do COMPERJ, conforme apurado no IC 102/2011; (iii) Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ (objeto do IC 95/2011 e Inquérito Civil n.º 16/2012); e (iv) Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ (objeto do IC 106/2010);

As citadas ACP´s foram ajuizadas com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio dos Inquéritos Civis nº 1/2013 (MPRJ 2013.00014040), nº 102/2011 (MPRJ 2010.00590749), nº 95/2011 (MPRJ 2011.00847727), n.º 16/2012 (MPRJ n.º 2012.00126195) e nº 106/2010 (MPRJ 2010.00008169);

Após o ajuizamento das citadas ACP´s, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão dos citados processos, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC. Desde então, foram realizadas constantes reuniões sobre o assunto (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, da Promotoria, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC.

Em 09/08/19, foi celebrado o TAC I COMPERJ que, em síntese, teve por objeto tratar da integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e algumas questões pontuais, sobretudo relacionadas à restauração florestal, das demais ACP´s. De agosto/2019 até fevereiro/2020, as partes dos citados processos construíram o TAC II COMPERJ que tem por objeto todos os pedidos remanescentes das ACP´s 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023.

Finalmente, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo submetido à homologação pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí.

O citado TAC II COMPERJ possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

Sem prejuízo da atuação dos demais legitimados, incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), conforme promoção em anexo.

Assim, **o presente PA tem por objeto apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5, da cláusula sexta, do termo de ajustamento de conduta** pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV, que possui a seguinte redação:

> ***"CLÁUSULA SEXTA:** (...) 5) Apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

A Constituição da República dispõe que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*, sendo certo que *"para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade"*, nos termos do que dispõe o art. 225, *caput* e § 1°, inciso IV, da CRFB.

O art. 8°, I, da Resolução CNMP n.° 174/17 estabelece que "*O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado*".

De acordo com o disposto no art. 32, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.° 2.227/18, *"O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a: I – acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado judicialmente"*.

Como se sabe, é objetivo institucional do Ministério Público em atuar na tutela dos interesses sociais, do meio ambiente e na defesa do ordenamento jurídico (art. 127, *caput*, CRFB/88), sendo que é dever do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, consoante o art. 129, III, da Constituição da República.

Os arts. 127 e 129, III da CRFB/88, o art. 173, inciso III, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro e o art. 82, inciso I da Lei n°. 8.078/90, dentre outros, estabelecem que constitui função precípua do Ministério Público a salvaguarda dos valores aqui mencionados.

Pelo exposto, **RESOLVE** o Promotor de Justiça que a esta subscreve, instaurar o **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** em anexo, com a finalidade de obter informações sobre o efetivo cumprimento dos itens antes especificados do termo de ajustamento de conduta celebrado – TAC II COMPERJ.

Após, **autuada, registrada e publicada** a portaria em anexo, proceda a Secretaria ao cumprimento das seguintes diligências:

I. **Autuar o presente**, com cópia do termo de ajustamento de conduta celebrado no bojo das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, 0009869-83.2018.8.19.0023 e 0009859-39.2018.8.19.0023 (TAC II COMPERJ), bem como da sentença judicial que

o homologou, e da promoção em anexo;

II. **Oficiar à PETROBRAS,** dando ciência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, solicitando que, findo o prazo estabelecido na obrigação, cujo cumprimento ora se fiscaliza, qual seja, de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela;

III. **Oficiar ao Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e Instituto Estadual do Ambiente (INEA)** dando ciência da instauração do presente procedimento administrativo e de seu respectivo objeto, solicitando que, no prazo de 30 dias após o término do prazo estabelecido na obrigação, ou seja, 30 dias mais 180 dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação de pagar da Petrobras, bem como as informações e documentos a serem providenciados pelo INEA/SEAS contendo o projeto de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí (conforme tratado nas tratativas do TAC, tal projeto deve se referir à remediação/recuperação ambiental da área dos vazadouros antigos de Itaboraí) com projeto básico e cronograma físico-financeiro, a fim de viabilizar a utilização pelo Estado da verba referente à cláusula em tela;

IV. Com chegada da resposta ao item III, caso o INEA/SEAS apresente as informações e documentos do item III, **remeter o feito ao GATE, via SEI**, solicitando: (i) IT AMBIENTAL para informar se o projeto apresentado pelo Estado atende satisfatoriamente à obrigação assumida, do ponto de vista técnico ambiental (verificar a sua compatibilidade com o escopo/natureza da obrigação); (ii) IT CONTÁBIL para informar se o projeto apresentado pelo Estado está formalmente regular e com preços compatíveis com o valor de mercado;

V. Entrar em contato com o Dr. Caíque César da SEAS, indagando a melhor data e local para reunião e, em seguida, oficiar ao INEA/SEAS, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí e Procurador-Geral de Itaboraí, convidando-os para reunião no dia e local a ser acordado, para tratar do cumprimento da presente cláusula ("*Apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do*

Município de Itaboraí"), mediante recuperação e remediação ambiental dos dois vazadouros antigos de Itaboraí (matéria, inclusive, que é objeto de execução de TAC em face do Município de Itaboraí nos processos 0023922-06.2017.8.19.0023 e 0023925-58.2017.8.19.0023);

VI. **Remeter ao CAO Ambiente** cópia da presente Portaria, em cumprimento ao determinado pelo artigo 80, da Resolução GPGJ nº 2227/2018.

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Ref.: Ação Civil Pública nº 9884-52.2018.8.19.0023 (Emissário)
Ação Civil Pública nº 9897-51.2018.8.19.0023 (Dutos e Terminais)
Ação Civil Pública nº 9869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB)
Ação Civil Pública nº 9859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão)

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

MPRJ.GSP.2TCOITB.202000174157.190220.08:35:27

I- DAS PARTES

1) MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 28.305.936/0001-40, presentado pelo Promotor de Justiça TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, matrícula 3226, titular da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, órgão de execução com sede na Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí, RJ, CEP 24800-113, telefone (21) 2645-6950, e-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br, doravante denominado de **MPRJ,** como compromitente;

2) ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ente federativo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 42.498.600/0001-71, pela Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), com endereço na Avenida Venezuela, 110 – Saúde, Rio de Janeiro – RJ, 20081-312, na pessoa do Secretário ALTINEU CÔRTES FREITAS COUTINHO, doravante denominado **ERJ**, como compromitente em relação à PETROBRAS e como compromissário em relação ao MPRJ;

3) INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, autarquia estadual inscrita no CNPJ/RJ 10.598.957/0001-35, com sede na Avenida Venezuela, nº 110, Saúde, no Rio de Janeiro, por seu Presidente CARLOS HENRIQUE VAZ NETTO, doravante denominado **INEA**, como compromitente em relação à PETROBRAS e como compromissário em relação ao MPRJ;

4) PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS, sociedade de economia mista inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.000.167/0001-01, com sede na Av. República do Chile, n.º 65, Centro, Rio de Janeiro, representada pelos seus Gerentes Gerais ALESSANDRO DE CASTRO MELO e DANIELE LOMBA ZANETI PUELKER

com domicílio profissional nesta capital, doravante **PETROBRAS,** como compromissário;

II- DA FUNDAMENTAÇÃO

CONSIDERANDO que foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta – TAC entre MPRJ, PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO em 09/08/2019, no âmbito da Ação Civil Pública nº 9919-12.2018.819.0023 (e alguns pedidos relativos às ACPs *supra* referenciadas), e homologado judicialmente, equacionando as maiores pendências ambientais, sociais e econômicas relativas ao empreendimento Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ e seu respectivo licenciamento ambiental, em especial sobre a Unidade Petroquímica Básica – UPB; Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ e o abalo na estrutura dos imóveis dos moradores de Alto do Jacu, Sambaetiba, Itaboraí; Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS; reforço hídrico, e ainda a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias;

CONSIDERANDO o acórdão prolatado pela Oitava Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, que, em sede de apelação, no dia 05/06/2019, julgou procedente o pedido do Ministério Público Federal para deslocar a competência do licenciamento ambiental do COMPERJ para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

CONSIDERANDO que, nos autos da ação nº 2013.02.01.006894-8 (CNJ 0000503-53.2008.4.02.5107), perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, ficou decidida a *"...suspensão dos efeitos da sentença proferida nos autos da ação civil pública nº 0000503-53.2008.4.02.5107 (2008.51.07.000503-2),* ***até o trânsito em julgado da mesma ou do acórdão que julgar recurso de apelação se interposto";***

CONSIDERANDO que, em razão da controvérsia judicial quanto à competência, o IBAMA realizou a delegação cautelar do licenciamento ambiental do COMPERJ para o INEA, na forma do art. 1º, § 2º, da IN 8/2019, e dos arts. 4º, inciso V, e 5º, ambos da Lei Complementar nº 140/2011;

CONSIDERANDO que foram ajuizadas as Ações Civis Públicas nº **0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023,**

0009897-51.2018.8.19.0023, pelo MPRJ em face da PETROBRAS, INEA e ESTADO DO RIO DE JANEIRO, todas no dia 26/06/2018, questionando o licenciamento ambiental do COMPERJ e seus impactos, em especial os seguintes empreendimentos, respectivamente: (i) Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN e Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes – ULUB (objeto do IC 1/2013); (ii) Linhas de Transmissão de energia elétrica de 345 kV do COMPERJ, conforme apurado no IC 102/2011; (iii) Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ (objeto do IC 95/2011 e Inquérito Civil n.° 16/2012); e (iv) Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ (objeto do IC 106/2010);

CONSIDERANDO que as citadas ACPs foram ajuizadas com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio dos Inquéritos Civis n° 1/2013 (MPRJ 2013.00014040), n° 102/2011 (MPRJ 2010.00590749), n° 95/2011 (MPRJ 2011.00847727), n.° 16/2012 (MPRJ n.° 2012.00126195), n° 106/2010 (MPRJ 2010.00008169);

CONSIDERANDO que a monetização integral, via Termo de Compromisso de Restauração Florestal – TCRF, de todas as obrigações relativas à revegetação e florestamento constaram do TAC anterior (firmado em 09/08/2019 e acima referido), relativo a todos os empreendimentos do COMPERJ e à quitação do pedido 10 das ACPs acimas referidas;

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DO EMISSÁRIO

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública n° 0009884-52.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental do Emissário Submarino e Terrestre do COMPERJ, responsável pelo tratamento e transporte de efluentes líquidos industriais gerados no COMPERJ, em Itaboraí, desembocando na costa de Itaipuaçu (Maricá) e, para tal, possui um traçado em trecho terrestre e outro em trecho submarino;

CONSIDERANDO que o empreendimento do Emissário Submarino e Terrestre do COMPERJ, licenciado por meio do processo n° E- 07/203.855/2008, recebeu Licença Prévia – LP IN020510, em 17/08/2012, aprovando a concepção e localização para implantação dos trechos terrestre e submarino do empreendimento;

CONSIDERANDO que o INEA concedeu, em 04/07/2013, a Licença de Instalação – LI IN023703 para obras de implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário

para escoamento de efluentes líquidos tratados do COMPERJ e lançamento em águas marinhas, no município de Maricá;

CONSIDERANDO a Licença Ambiental Simplificada – LAS Nº IN025658, concedida em 19/12/2013, que aprova a concepção, localização, implantação e operação dos canteiros de obras de apoio à execução do furo direcional para a transposição do trecho terrestre do emissário de efluentes industriais do COMPERJ pela Serra de Inoã;

CONSIDERANDO que o detalhamento dos programas propostos no EIA/RIMA foram apresentados no Projeto Básico Ambiental – PBA, protocolado no INEA quando do pedido de LI;

CONSIDERANDO que o empreendimento, na sua porção terrestre, encontra-se com sua implantação efetivada em parte, sendo que as obras foram retomadas nos trechos restantes no segundo semestre de 2019;

CONSIDERANDO que a porção costeira e marinha do empreendimento se encontra totalmente implantada;

CONSIDERANDO que, em relação à condicionante 4.2 da LP IN020510, foi acordado em TAC anterior, que a PETROBRAS apresentará, em 120 dias contados da homologação daquele TAC, comparativo de alterações do projeto de tratamento de efluentes, em decorrência do redimensionamento para menor do COMPERJ, o qual comprovará que o tratamento primário existente será suficiente para que a qualidade do efluente tratado na primeira fase (UPGN) esteja compatível com os valores determinados na condicionante nº 4.2 da LP IN020510;

CONSIDERANDO que o projeto de paisagismo não é um documento à parte, mas sim um enfoque previsto no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD (Item 2.7.8 do PBA do Emissário), protocolado no INEA por ocasião do pedido de LI e que apresenta todas as medidas de revegetação e revestimento vegetal da faixa, como, por exemplo, o elevamento com placas de grama e/ou leguminosas em mudas, que visa desenvolver ações que busquem a recuperação de áreas degradadas, decorrentes das obras de implantação do empreendimento, bem como a integração estético-ecológica de áreas relevantes com seu entorno;

CONSIDERANDO que não cabe à PETROBRAS, na qualidade de titular de servidão administrativa, averbar a Reserva Legal, contudo ela se obriga a informar ao proprietário

ou possuidor do imóvel que proceda à sua inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR;

CONSIDERANDO que nas situações em que a constituição da faixa de servidão importar na desapropriação do imóvel, a PETROBRAS será responsável pela obrigação de averbar a reserva legal;

CONSIDERANDO que o pedido 4.2.5 cita a condicionante 36 da LI IN023703, quando na realidade seu conteúdo diz respeito à condicionante 36 da Licença Ambiental Simplificada – LAS IN025658;

CONSIDERANDO que o Ofício PMM/GP nº 0158/2012, da Prefeitura Municipal de Maricá, foi revogado pelo Ofício PMM/GP nº 0433/2014, o qual declara que as compensações socioambientais ao referido município decorrentes do processo de licenciamento ambiental do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ encontram-se atendidas pela PETROBRAS;

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DO SISTEMA DE DUTOS

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009897-51.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento do sistema de dutos e terminais do COMPERJ, que corta os municípios de Itaboraí, Cachoeira de Macacu, Guapimirim, Magé e Duque de Caxias, e servirá para o transporte e armazenamento de produtos líquidos entre o COMPERJ e o Terminal de Campos Elíseos – TECAM, além do gasoduto que interligará o sistema de gasodutos Cabiúnas – REDUC (GASDUC), com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 106/2010 (MPRJ 2010.00008169);

CONSIDERANDO que a medida compensatória de reposição florestal relativa à implantação do Sistema Dutoviário foi prevista no TCRF celebrado em decorrência de TAC anterior;

CONSIDERANDO que, conforme informado na Carta AB-PGI/COMPERJ/SMS 0001/2013, protocolada no INEA em 08/01/2013, a PETROBRAS apresentou o entendimento, com base em instrumento legal, de que não cabe à Companhia, na qualidade de titular de servidão, a averbação da Reserva Legal, mas sim ao proprietário ou possuidor do imóvel ainda não negociado, realizar Cadastro Ambiental Rural – CAR;

CONSIDERANDO que, nas situações em que a constituição da faixa de servidão importar na desapropriação do imóvel, a PETROBRAS será responsável pela obrigação de averbar a reserva legal;

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DA UPGN E ULUB

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009869-83.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento UPGN e ULUB do COMPERJ, com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 01/2013 (MPRJ 2013.00014040);

CONSIDERANDO a atualização do escopo da UPGN, apresentada ao INEA em 17/07/2017 por meio da carta PRGE/SGP/LA 0093/2017, que informa que o empreendimento denominado ULUB não será mais realizado;

CONSIDERANDO que, para a partida da UPGN, é necessário o funcionamento de parte das Utilidades constantes na LI Nº IN001540 da UPB do COMPERJ, o que ensejou a solicitação de migração destas instalações para o escopo da UPGN quando do pedido de renovação da LI Nº IN025099, em 20/06/2018;

CONSIDERANDO que já existe obrigação no TAC anteriormente celebrado (itens 5.2.1 e 5.10) para cumprimento das condicionantes 6.11 e 6.14 da Licença Prévia IN023530;

CONSIDERANDO que, em vista da reavaliação do Projeto COMPERJ, a implantação da ULUB foi cancelada, tendo sido solicitada a baixa de seu processo de licenciamento junto ao INEA em 12/12/2018, por meio da carta SMS/LARE 0006/2018;

CONSIDERANDO que o Plano de Controle de Erosão e Assoreamento de Corpos Hídricos é reportado através dos relatórios trimestrais do Programa de Gestão Ambiental – PGA do COMPERJ e que as atividades do referido plano se referem às áreas do imóvel do COMPERJ em sua totalidade, ainda que as obra da UPGN estejam concentradas no Platô 10 (localização dentro do COMPERJ);

CONSIDERANDO que as atividades de Controle de Erosão foram temporariamente paralisadas em 2016, conforme notificação do INEA (CILAMRVT 1612/16), e que foram retomadas em maio de 2018, sendo comunicada pela PETROBRAS através da Carta PRGE-SGP-LA 092/2018;

CONSIDERANDO que a contratada responsável pela manutenção e prevenção de assoreamento dos taludes iniciou suas atividades em setembro de 2018 e que segue atualmente seu cronograma de atividades, atendendo toda as áreas do COMPERJ, incluindo as da UPGN;

CONSIDERANDO que a atualização/revisão do Plano de Gerenciamento de Riscos (com incremento do Plano de Atendimento às Emergências) já foi contemplada nos itens 5.2.1 e 5.10 do TAC 1, homologado em 13/08/2019, e que estes itens cumprirão o cronograma mencionado no mesmo Termo;

CONSIDERANDO que a solicitação de apresentação do projeto e esclarecimentos sobre o Tratamento de Efluentes Líquidos e Industriais do COMPERJ (condicionante 17 da LI da UPB IN001540) já foi contemplada no itenm 5.2.3 do TAC 1, homologado em 13/08/2019, e que este item cumprirá o cronograma mencionado, sendo certo que este atendimento abrange também as unidades da UPGN;

CONSIDERANDO que, com relação ao Sistema de Combate a Incêndio, vigora, no momento, o Plano de Combate à Emergência que atende todo o COMPERJ e que atenderá, em caso de necessidade, a área de implementação das obras da UPGN até que as estruturas estejam concluídas e possam ter sua operação iniciada, quando será então feito Plano de Combate de Emergência específico da UPGN;

CONSIDERANDO que as demais obrigações da condicionante 17 da LI Nº IN025099 (sistema de válvulas para controle da pressão, sistema de malha de controle com redundância de instrumentação crítica, sistema de combate a incêndio, etc.) se encontram na fase de projeto executivo, ou seja, estão contempladas no contrato de implantação com a empresa Kerui Metodo, cujo cronograma prevê a finalização da construção das estruturas para operação da Unidade

CONSIDERANDO que o sistema de tocha (flare) se encontra em implantação e que será concluído de acordo com o cronograma de avanço físico da obra;

CONSIDERANDO o novo Estudo de Dispersão Atmosférica – EDA da UPGN, realizado em agosto de 2019 e protocolado no INEA, considerando a atual legislação aplicável (CONAMA 491/2018) e os escopos atualizados do Trem 1 do COMPERJ e da UPGN;

CONSIDERANDO o Plano de Monitoramento de Qualidade do Ar, em andamento no imóvel do COMPERJ, contemplando a UPGN, conforme item 5.11.2 do TAC do COMPERJ firmado em 09/08/2019;

CONSIDERANDO que a Petrobras faz a gestão de gases de efeito estufa levando em consideração todo o sistema de produção, desde as plataformas até as unidades industriais; que tem como premissa de projeto a mitigação de CO_2 nas plataformas de produção; e de que o projeto da UPGN já foi concebido de forma otimizada, o Plano de Mitigação de Gases de Efeito Estufa consolidará as medidas já realizadas para abatimento do gás carbônico na fonte, bem como os valores de redução envolvidos.

FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA ACP DAS LT DE 345KV

CONSIDERANDO que a Ação Civil Pública nº 0009859-39.2018.8.19.0023 tem por objeto o licenciamento ambiental e os impactos do empreendimento Linhas de Transmissão – LTs 345 KV, do COMPERJ, que consiste na implantação de duas novas linhas de transmissão de energia elétrica 345 KV para atender ao crescimento da demanda de energia pela implantação do COMPERJ que corta os municípios de Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Guapimirim, com base nas investigações levadas a cabo pelo MPRJ por meio do Inquérito Civil n.º 102/2011 (MPRJ 2010.00590749);

CONSIDERANDO que o desvio das LTs de 345kV compreende apenas uma pequena área, e que o restante do traçado foi mantido na mesma faixa de servidão, objeto do EIA;

CONSIDERANDO, ainda em relação as LTs de 345 KV, que a adequação do traçado ocorreu por questões técnicas e para atender à solicitação do responsável por uma das propriedades afetadas;

CONSIDERANDO que o Diagnóstico Ambiental concluiu que, se comparado ao traçado original, não se observam alterações expressivas relacionadas aos diagnósticos dos meios físico e biótico referentes à área diretamente afetada pela adequação do traçado das LT de 345 kV do COMPERJ e que a área afetada já foi profundamente modificada por ações antrópicas;

CONSIDERANDO a adequação do traçado das LTs realizada na Alternativa 1 do EIA/RIMA (que demonstra que a mudança não importou em impactos adicionais significativos que comprometam a viabilidade ambiental do projeto;

CONSIDERANDO que a faixa das LTs de 345kV, que se estende por 39 (trinta e nove) propriedades, encontra-se desimpedida, com os seguintes andamentos: (i) em 30 (trinta) propriedades, as negociações foram concluídas amigavelmente com a celebração das escrituras de constituição de servidão e as consequentes quitações dos valores indenizáveis; e (ii) em 9 (nove) propriedades, não houve consenso acerca do valor indenizável, e, por isso, foram intentadas ações judiciais, nas quais já restaram deferidas as respectivas imissões na posse;

CONSIDERANDO que o estudo específico para avaliação dos impactos ambientais, mensurando todas as interações dos meios físico e biótico referentes à adequação do traçado das LTs de 345 KV, foi realizado por empresa especializada, que atendeu à legislação pertinente e às solicitações do órgão ambiental competente;

CONSIDERANDO que a Licença de Instalação – LI Nº IN024123 de 2013 exigiu, em sua condicionante nº 13, como medida compensatória pela supressão de vegetação de 1,47 ha, "*Recuperar 1,5 hectares como compensação das áreas que sofrerão supressão de vegetação nativa, que devem ser preferencialmente na mesma microbacia hidrográfica*", já compensado no âmbito do TCRF firmado em decorrência do cumprimento de obrigação no TAC do COMPERJ firmado em 09/08/2019;

CONSIDERANDO que, em atendimento à Notificação CEAMNOT/01091970, em 13/07/2018 foi protocolada a última versão de novo Inventário Florestal em função da relocação de um pequeno trecho da LT 345KV, mantendo a mesma faixa de servidão objeto de estudo do EIA da LT de 345 KV, denominado nos estudos de Traçado 1;

CONSIDERANDO que, em 18/07/2019, o INEA notificou a PETROBRAS para que se manifestasse sobre a opção de medida compensatória pela supressão de vegetação adicional 0,4 hectares e 4,13 de interferência em APP, cujo cálculo de reposição resultou em uma compensação de 24,19 hectares (o que corresponde ao precisa ser resposto), já foi assinado o TCRF 02/2019, em 16/08/2019, no valor de R$ R$ 1.929.503,74

FUNDAMENTOS FINAIS GERAIS

CONSIDERANDO o aumento de recolhimento de royalties e participações especiais para a União, Estados e Municípios, decorrente da partida da UPGN em 2021 e do crescimento econômico associado à operação do empreendimento COMPERJ, em especial para o estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que a SEAS e o INEA são os órgãos ambientais legalmente competentes do Estado do Rio de Janeiro para licenciamento e fiscalização do COMPERJ;

CONSIDERANDO que, após o ajuizamento das presentes ACPs, o MPRJ oficiou à PETROBRAS que, em resposta, manifestou seu interesse em celebrar TAC, razão pela qual o MPRJ pleiteou ao juízo a suspensão do feito;

CONSIDERANDO que, a partir de então, foram realizadas diversas reuniões entre MPRJ, PETROBRAS, SEAS e INEA, que culminaram na celebração do presente TAC que ora é submetido à homologação do Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1° c/c art. 5°, parágrafo 6°, da Lei Federal n° 7.347/85;

CONSIDERANDO que *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida"*, entendido esse como o *"conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"* (art. 225, *caput*, da CF/88 e art. 3°, I, da Lei n° 6.938/81);

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público e da coletividade a defesa e a preservação do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que os arts. 1°, inciso I, 2°, *caput*, 3°, 4° e 5°, inciso I e § 6°, todos da Lei Federal n° 7.347/85, dispõem que:

> *Art. 1° Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as* ***ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados:*** *(Redação dada pela Lei n° 8.884, de 11.6.1994)*
> ***I – ao meio-ambiente;***
> *(...)*
> *Art. 2° As ações previstas nesta Lei serão* ***propostas no foro do local onde ocorrer o dano****, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.*
> *(...)*
> *Art. 3° A ação civil poderá* ***ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.***

> *Art. 4º **Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente**, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO). (Redação dada pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001)*
> *Art. 5º **Têm legitimidade** para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).*
>
> ***I – o Ministério Público**; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).*
> *(...)*
> *§ 6º – Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados **compromisso de ajustamento de sua conduta** às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.*

CONSIDERANDO que o MPRJ é, segundo disposições das Leis nºs 7.347/85, arts. 1º e 5º, e 8.078/90, arts. 81, 82 e 91, legitimado à propositura de ACP e celebração de TAC para a defesa coletiva dos direitos e interesses metaindividuais, entre eles os relativos à proteção do Meio Ambiente;

RESOLVEM, com fundamento no disposto no art. 5º, parágrafo 6º, da Lei nº 7.347/85, celebrar TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA para pôr fim às ACPs nº 9884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino); nº 9897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ); nº 9869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e nº 9859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), mediante as cláusulas abaixo indicadas.

III- DAS DISPOSIÇÕES

DO OBJETO DO TAC

CLÁUSULA PRIMEIRA: Pelo TAC, as partes acordam sobre a integralidade dos pedidos remanescentes (que não foram incluídos no TAC celebrado na ACP nº 0009919-12.2018.819.0023) feitos nas ACPs de números 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), havendo o ajustamento de conduta relativo às obrigações que a Compromissária Petrobras não cumpriu ainda ou são, por meio do presente TAC, alteradas.

Parágrafo Primeiro – O TAC visa pôr fim integral às citadas ACPs, após homologação por sentença judicial no bojo dos processos que tramitam perante o Juízo Estadual da Comarca de Itaboraí, fazendo coisa julgada material.

Parágrafo Segundo – As partes declaram estar cientes do julgamento dos recursos de apelação interpostos nos autos da ACP nº 0000503-53.2008.4.02.5107, em trâmite perante o Juízo da 2ª Vara Federal de Itaboraí/RJ, que deslocou a competência para o licenciamento ambiental do COMPERJ do INEA/SEAS para o IBAMA. Declaram, ainda, estar cientes de que foi concedida a suspensão de execução da sentença (processo nº 2013.02.01.006894-8), em razão de pedido feito pelo ERJ, com efeitos até o trânsito em julgado da sentença ou do acórdão que julgou os recursos de apelação. Finalmente, as partes declaram estar de acordo de que o TAC não trará prejuízo para a coletividade, notadamente para o meio ambiente, nem inviabilizará ao MPF e ao IBAMA o exercício de suas atribuições legais, na medida em que, caso haja o deslocamento superveniente da competência do órgão ambiental para licenciar os empreendimentos em questão por força de eventual decisão judicial transitada em julgado, vigorarão as condicionantes impostas pelo INEA e as obrigações previstas neste TAC até que o IBAMA conceda nova licença com suas próprias condicionantes, além de restarem preservadas as licenças já exauridas. Assim, o MPF e/ou o IBAMA poderão, se assim entenderem conveniente, aderir total ou parcialmente aos termos deste TAC, inclusive fiscalizando seu cumprimento na hipótese de o ajuste ainda estar vigente, eis que o presente instrumento regulariza as pendências ambientais do empreendimento em relação aos fatos narrados na inicial, mantendo o IBAMA o seu poder de autotutela e resguardada ao MPF a sua atribuição/legitimidade de acompanhar e fiscalizar os licenciamentos ambientais;

Parágrafo Terceiro – As partes declaram que a celebração do TAC considera que o COMPERJ terá futuramente em operação apenas a UPGN e a Refinaria (Trem 1), não sendo consideradas as demais Unidades inicialmente previstas, tendo em vista o redimensionamento para menor do empreendimento.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO EMISSÁRIO TERRESTRE E SUBMARINO DO COMPERJ (PROCESSO Nº 0009884-52.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA SEGUNDA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a promover as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e ao Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item[1]:

4.1) No que concerne à Licença Prévia IN020510 (que aprova a concepção e localização para implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário do COMPERJ):

4.1.2) Em relação à condicionante 6 – Apresentar: i) cópia digitalizada do Plano Básico Ambiental - PBA protocolado no INEA, em CD; (ii) cópias digitalizadas dos Relatórios das campanhas realizadas, bem como da apresentação dos resultados das análises de qualidade da água superficial referentes ao emissário, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.1.3) Em relação à condicionante 9 – Apresentar estudo de composição prevista do afluente após a operação do novo escopo das Unidades de Processamento de Gás Natural, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC;

4.1.4) Em relação à condicionante 11 - Comprovar o atendimento por meio de cópia digitalizada de relatório consolidado com as ações de comunicação e relacionamento executadas durante as obras, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

4.1.5) Em relação à condicionante 13 – Apresentar cópia digitalizada do Plano de Desapropriação e Estabelecimento da Faixa de Servidão, item 2.6.5 do PBA, que substituiu o Programa de Apoio da População Realocada/Indenizada solicitado na

[1] Os números constantes nos itens abaixo (e nas demais cláusulas do presente TAC) seguem a mesma sequência numérica dos pedidos originários de cada ACP, a fim de facilitar a localização na petição inicial.

condicionante da Licença Prévia, em CD, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.2) No que concerne à Licença de Instalação IN023703 (relativa às obras de implantação dos trechos terrestre e submarino do emissário para escoamento dos efluentes líquidos tratados do COMPERJ e lançamento em águas marinhas, no município de Maricá, com supressão de vegetação nativa em área de 3,87 ha):

4.2.3) Em relação à condicionante 29 – Apresentar cópia digitalizada (i) do relatório semestral com seis campanhas do plano de monitoramento marinho a ser iniciado 6 meses antes da operação do emissário; bem como (ii) apresentar estudos relativos à biota marinha (diagnóstico e avaliação dos impactos), considerando o emissário submarino com extensão de 2,0 e 4,0 km mais o difusor, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.2.4) Em relação à condicionante 32 – Apresentar "*as built*" do duto conforme implantado, com a apresentação de justificativa técnica para a forma como foi realizado, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC.

4.2.5) Em relação à Condicionante 36 da LAS IN 025668 –Considerando que a condicionante referia a observação do Ofício PMM/GP nº 0158/2012 da Prefeitura Municipal de Maricá, comprovar seu atendimento através do Ofício PMM/GP 0433/2014 dando por cumpridas as medidas através da apresentação do convênio celebrado entre a PETROBRAS e o Município de Maricá para a implantação de projeto de macrodrenagem, no valor de R$ 20 milhões, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC.

4.3) No que concerne à Licença Ambiental Simplificada – LAS Nº IN025658 – na qual se aprovou a concepção, localização, implantação e operação dos canteiros de obras de apoio à execução do furo direcional para a transposição do trecho terrestre do emissário de efluentes industriais do COMPERJ pela Serra de Inoã.

4.4) Comprovar o cumprimento da Notificação CEAMNOT/01057635 (Anexo 01 – vide fls. 830/835), mediante apresentação de: (i) relatório com descritivo e registro fotográfico das ações realizadas para solucionar o incidente ocorrido; (ii) laudo de análise realizado por laboratório credenciado pelo INEA com a caracterização do efluente contendo corante de cor azul que extravasou do reservatório; (iii) cópia dos

manifestos de resíduos, de forma a comprovar a destinação do efluente para local licenciado, tudo no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da homologação do TAC.

4.5) Realizar diagnóstico de avaliação da ocorrência de espécies de peixes anuais em brejos temporários na área de influência do empreendimento, no prazo de 400 (quatrocentos) dias contados da homologação do TAC.

4.6/4.8/4.9) Apresentar plano e relatório com as ações de salvamento, resgate e monitoramento de fauna referentes à obra já realizada, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias após a homologação do TAC, bem como prosseguir com o monitoramento até a conclusão da obra, a partir de quando começará a fluir o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do relatório final.

4.10) Apresentar estudo sobre a nova modelagem do transporte da pluma dos efluentes, considerando os novos escopos da UPGN e do Trem 1 do COMPERJ, utilizando dados primários de profundidade (batimetria) e considerando a atual composição de efluentes a serem lançados pelo Emissário Terrestre e Submarino, no prazo de 500 (quinhentos) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO SISTEMA DE DUTOS E TERMINAIS DO COMPERJ (PROCESSO Nº 0009897-51.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA TERCEIRA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e ao Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item[2]:

A) No que concerne à Licença de Instalação nº IN024121 – Apresentar relatório de cumprimento de todas as condicionantes, em até 210 (duzentos e dez) dias contados da

[2] Os números constantes nos itens abaixo (e nas demais cláusulas do presente TAC) seguem a mesma sequência numérica dos pedidos originários de cada ACP, a fim de facilitar a localização do pleito inicial.

homologação do TAC, e atender, eventuais pendências no prazo determinado pelo órgão ambiental

B) No que concerne à Licença Prévia IN020511 - que aprova a concepção e localização do Sistema Dutoviário que se destinará ao transporte de produtos líquidos, petróleo e derivados entre o Complexo petroquímico do Rio de Janeiro e o Terminal de Campos Elíseos (TECAM/REDUC) e de gás natural desde o Ponto de Entrega em Guapimirim até o COMPERJ:

B.1) Em relação à Condicionante 5: (a) Apresentar parecer técnico NUSAM 01/13 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, com indicação dos métodos construtivos para travessias de rios que visam mitigar os impactos decorrentes da implantação dos dutos; **(b)** Quanto ao Item 2 da Autorização nº 068/2011, apresentar as cartas com as comunicações relativas à execução das travessias dos rios Macacu, Guapiaçu, Guapimirim e Suruí, realizadas com 15 dias de antecedência, apresentando relatório fotográfico simplificado do local de travessia e projeto de recuperação da área de preservação permanente – APP contendo cronograma com as datas precisas das interferências que estão em execução; **(c)** Apresentar a Autorização 034/2010 do ICMBio para a implantação dos dutos, incluindo válvulas de bloqueio em pontos estratégicos para evitar contaminação dos cursos d'água em casos de acidentes; e **(d)** Quanto ao Item 6 da Autorização nº 068/2011, apresentar o Plano de Manejo de Resíduos envolvendo todo o material resultante da limpeza da obra, bem como dos resíduos sólidos e efluentes líquidos, não permitindo que sejam dispostos diretamente nos cursos d'água sem que estejam compatíveis com a qualidade do corpo receptor. O prazo para cumprimento destas obrigações é de 120 (cento e vinte) dias, contados da homologação do TAC.

B.2) Em relação à condicionante 6.1.1 – Apresentar relatórios de atendimento ao Plano de Controle de Erosão, que prevê minimizar ao máximo o carreamento de sólidos para os rios interceptados pelo empreendimento, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

B.3) Em relação à condicionante 6.1.2 – apresentar a Carta AB-PGI/COMPERJ/SMS 0129/2012, protocolada pela PETROBRAS junto ao INEA, através da qual foram apresentadas justificativas para adoção de alternativas às tecnologias de execução dos projetos inicialmente definidos para travessias dos corpos d'água relacionadas no EIA,

priorizando a utilização de método de furo direcional e comprovar o cumprimento desta condicionante, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da homologação do TAC.

B.4) Em relação à condicionante 6.1.3 – **(i)** apresentar os Relatórios do Programa de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial e Sedimentos; **(ii)** dar continuidade ao monitoramento de dois pontos no rio Macacu, a montante do COMPERJ e a jusante da travessia, que é realizado em maré de sizígia vazante; e **(iii)** dar continuidade às coletas qualitativas do fitoplâncton e do zooplântcton a montante do COMPERJ, que deverão ser com redes de no máximo 10mm e 50 mm, respectivamente. O prazo para cumprimento destas obrigações é de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da homologação do TAC.

B.5) Apresentar o mapa com a localização dos poços de captação de água subterrânea nos municípios atravessados pelos dutos e que estejam cadastrados nos órgãos competentes, bem como a tabela de localização e os dados resumidos dos poços e piezômetros cadastrados na região de estudo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

B.6) Em relação à condicionante 13 – Apresentar, no prazo de 300 (trezentos) dias contados da homologação do TAC, o protocolo de registro no Cadastro Ambiental Rural – CAR de Reserva Legal dos imóveis rurais onde houve a desapropriação em favor da PETROBRAS;

C) No que concerne à Licença de Instalação IN024202 – que autoriza a implantação de gasoduto Guapimirim-COMPERJ I, com aproximadamente 11 km de extensão, destinado ao transporte de gás natural do GASDUC II, a partir do Ponto de Entrega em Guapimirim, para abastecimento do COMPERJ:

C.1) Apresentar relatório de atendimento das condicionantes da LI IN024202 (Programa de Gestão Ambiental – PGA) no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC.

C.2 / C.4) Em relação às condicionantes 6.2 e 21 – Apresentar, quando do requerimento da LO, respectivamente, o Plano de Atendimento à Emergência e o Plano de Gerenciamento de Risco – PGR, conforme TRs emitidos pelo INEA, indicando as medidas contidas no Estudo da Análise de Riscos apresentado.

C.3) Em relação à condicionante 7 – Observar as condicionantes de validade constantes da Autorização nº 068/2011, retificada em 08/04/2013, emitida pelo ICMBio, em especial:

a) Quanto ao Item 1 da Autorização nº 068/2011, comprovar que implantou, nos cursos d'água a montante da APA Guapimirim e ESEC Guanabara – Rio Macacu, Rio Guapiaçu, Rio Guapimirim e Rio Suruí –, técnicas de travessia de furo direcional ou aéreo (ponte) para mitigar os principais impactos decorrentes da implantação dos dutos. Para travessia do Rio roncador (Santo Aleixo) e Rio Iriri, poderá ser empregada a técnica convencional (cavalote), no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da homologação do TAC.

b) Quanto ao Item 2 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da homologação do TAC, que, quando do emprego da metodologia de travessia por ponte, observou as seguintes exigências: (i) A ponte não deve ser utilizada como via de acesso, de modo a não se constituir como infraestrutura viária, favorecendo a ocupação desordenada da região; (ii) A cabeceira da ponte deve se afastar ao máximo da margem do rio, não devendo ser construídos pilares no corpo d'água; (iii) Deve haver vão livre suficiente para não interromper o fluxo do rio nas ocasiões de enchentes (vazão máxima) e que não obstrua a passagem de embarcações sob a ponte. Além disso, comprovar que obteve autorização para implantação da ponte sobre o rio Guapimirim com pilares executados em suas margens.

c) Quanto ao Item 3 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, que, no caso de emprego da técnica do cavalote (convencional) para o rio Roncador e o rio Iriri, foram observadas as seguintes exigências: (i) Evitar a realização das travessias nos meses chuvosos da região – de novembro a março – ou, no mínimo, observar a interrupção da atividade durante os dias mais chuvosos; (ii) Instalar barreiras básicas nas margens e nos cursos d'água na superfície, bem como na secção transversal a jusante da intervenção, para contenção de sedimentos, de modo a evitar a dispersão do fluxo de material nos rios durante a execução da travessia dos dutos; (iii) Proceder ao monitoramento do curso d'água a jusante da área de intervenção, para identificação de áreas de assoreamento decorrentes das ações de execução da travessia dos dutos; (iv) No caso de ocorrência de assoreamento detectada nas ações de monitoramento, como forma de mitigação do impacto gerado, proceder à dragagem da área.

c.1) Com relação aos rios Macacu e Guapiaçu, apresentar relatório com comprovação do desassoreamento dos corpos hídricos, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC e, caso seja verificada a necessidade de mais obras de desassoreamento, apresentar, no prazo sucessivo de mais 60 (sessenta) dias, cronograma de execução, cuja realização deverá ser previamente aprovado pelo INEA/SEAS por meio de autorização ou licença própria.

d) Quanto ao Item 4 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, que comunicou às UCs afetadas a data de travessia dos rios acima citados com 15 dias de antecedência, apresentando relatório fotográfico do local de travessia e projeto de recuperação da APP, contendo cronograma com as datas precisas das interferências.

e) Quanto ao Item 5 da Autorização nº 068/2011, comprovar, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias contados da homologação do TAC, o cumprimento da obrigação de implantar 3 (três) áreas de estação de válvulas de bloqueio a montante da APA Guapimirim para a proteção das bacias dos rios Macacu, Guapiaçú, Santo Aleixo (Roncador), Iriri e Suruí, a fim de evitar a contaminação dos cursos d'água em caso de acidentes.

C.5) Em relação à condicionante 24 – apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, os relatórios do Programa de Gestão Ambiental, evidenciando o cumprimento dos programas apresentados no PBA de acordo com os critérios e cronogramas preestabelecidos até o requerimento da licença de operação.

C.6) Em relação à condicionante 26 – considerando que o empreendimento já foi implantado, apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, relatórios do Programa de Gestão Ambiental referentes às ações realizadas no âmbito dos programas de comunicação social e educação ambiental, bem como das atividades desenvolvidas com público interno e externo.

C.7) Em relação à condicionante 27 – apresentar o Plano de Desapropriação e Estabelecimento da Faixa de Servidão buscando negociação coletiva dos bens patrimoniais com participação de instituições locais e planilha com todas as desapropriações realizadas, indicando quais foram consensuais e quais foram judicializadas, com os respectivos valores pagos, bem como as importâncias avaliadas

(para aqueles casos em que não houve consenso), no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

C.13/C.15) Em relação às Condicionante 42 e 44 – considerando que o empreendimento já foi instalado, apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, cópia digitalizada (em CD) dos relatórios das atividades referentes à supressão de vegetação.

D) Apresentar os Planos Básicos Ambientais exigidos nas Licenças de Instalação nº IN024121 e nº IN024061, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO UPGN – UNIDADE DE PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL (PROCESSO Nº 0009869-83.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA QUARTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS se compromete a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e a este Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item:

4.1) No que concerne à Licença Prévia IN023530 – aprova a concepção e localização de Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN), Unidades de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) e Instalações Auxiliares do COMPERJ:

4.1.1 – Em relação à Condicionante 6.7 – apresentar: (i) cópia digitalizada, em CD, do Plano de Controle de Erosão e Assoreamento de Corpos Hídricos do COMPERJ reportado através dos relatórios trimestrais do PGA, visto que as atividades do plano se referem às áreas do imóvel do COMPERJ em sua totalidade e que as obras da UPGN estão concentradas no Platô 10; (ii) cópia digitalizada, em CD, do cronograma das atividades a serem realizadas pela contratada responsável pela manutenção dos taludes e prevenção de assoreamento dos mesmos, incluindo as áreas da UPGN, tudo no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

4.2) No que concerne à Licença de Instalação IN025099 – para a implantação das Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGN) e Instalações Auxiliares do COMPERJ:

4.2.1) Em relação à Condicionante 7 – apresentar, em CD, cópia digitalizada do novo Estudo de Dispersão Atmosférica, já realizado em agosto de 2019, com dados meteorológicos de superfície da estação meteorológica da Fazenda Macacu e dados meteorológicos de altitude do SODAR da Estação Marco Zero, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da validação do INEA.

4.2.2) Em relação à condicionante 17 – adotar as medidas preventivas e mitigadoras indicadas no Estudo de Análise de Risco apresentado, inclusive as referentes à instalação de sistema de válvulas para controle da pressão para alimentar as unidades e interligação do sistema de combate a incêndio da UPGN à rede de combate a incêndio do COMPERJ, até o requerimento da LO, contendo, pelo menos:

a) Adoção do programa de manutenção preventiva;

b) Implantação de sistema de malha de controle com redundância de instrumentação crítica;

c) Aplicação de técnicas de identificação de perigos para o processo, tais como HAZOP, SIL (Nível de Integridade de Segurança) e LOPA (Análise de Comando de Proteção);

d) Acompanhamento na qualidade da fabricação de equipamentos e materiais;

e) Avaliação das especificações de materiais de tubulação e projeto de suporte das instalações;

f) Elaboração de Plano de Combate a Emergência;

g) Comprovação de implantação do sistema de combate a incêndio; e

h) Eliminação/mitigação de quaisquer fontes de ignição na área.

4.2.4) Em relação à condicionante 24 – apresentar: (i) cópia digitalizada, em CD, das evidências do cronograma de avanço físico do sistema de tocha (flare), em implantação, para coleta e queima dos gases de hidrocarbonetos e compostos de enxofre provenientes

de alívios operacionais e descargas de emergência; (ii) cópia digitalizada, em CD, das alterações e revisões do Projeto Básico da UPGN, da exclusão das torres de resfriamento (Carta GE-PGI/LIP 0031/2015 e PRGE/SGP/LA 0093/2017) e da solicitação de revisão das condicionantes atreladas a este escopo (Cartas SMS/LARE 0116/2019 e SMS/LARE 0096/2019), as quais encontram-se em análise pelo INEA no processo de renovação da LI (Processo nº PD-07/014.3038/2018), em 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

4.2.5) Em relação à condicionante 25 – (i) Apresentar *"as built"* da instalação de analisadores de gás sulfídrico (H_2S). O prazo de atendimento será antes do deferimento da licença de operação. Com relação à instalação dos analisadores de mercúrio (Hg), a mesma se encontra em análise pelo INEA no processo de renovação da LI (Processo nº PD-07/014.3038/2018), conforme Cartas SMS/LARE 0116/2019 e SMS/LARE 0096/2019.

4.2.6 e 4.2.7) Em relação às condicionantes 26 e 27 - apresentar, no prazo 120 (cento e vinte dias contados da homologação do TAC, "as built" de instalação do analisador de vazão nas unidades que irão aliviar para o flare, bem como do sistema de selagem de bombas e compressores para minimizar emissões fugitivas. Além disso, promover a instalação dos equipamentos citados antes do deferimento da licença de operação, conforme solicitado na condicionante.

4.2.8) Em relação à condicionante 28 – Apresentar Plano de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa, em atendimento à Lei nº 5.690, de 14.04.10, que institui a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências, em até 180 (cento e oitenta) dias da homologação do TAC.

4.3) Apresentar, no prazo de 420 (quatrocentos e vinte dias) dias a contar da homologação do TAC, avaliação dos riscos cumulativos, considerando os possíveis cenários acidentais para a UPGN, incluindo suas interfaces com o gasoduto e a operação do Trem 1 do Comperj, bem como definir as medidas preventivas e mitigadoras necessárias.

4.5) Apresentar estudo quanto ao tratamento de gás natural em relação ao mercúrio, no prazo de 500 (quinhentos) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO LINHAS DE TRANSMISSÃO 345 kV (PROCESSO Nº 0009859-39.2018.8.19.0023)

CLÁUSULA QUINTA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS se compromete a cumprir as obrigações de fazer abaixo especificadas e a apresentar, no bojo do processo de licenciamento ambiental, nos autos da presente ACP, ao MPRJ e a este Juízo, o que segue, nos prazos indicados em cada item:

4.) No que concerne às Licenças Prévia nº IN021727 e de Instalação nº IN024123 das Linhas de Transmissão 345 kV:

4.1.1 e 4.2) Apresentar informações, projetos e documentos sobre a modificação do projeto da linha, bem como a documentação apresentada ao INEA referente à alternativa locacional escolhida, a justificativa da mudança do projeto e os impactos ambientais potenciais proporcionados pela mudança do traçado.

4.1.2) Em relação à Condicionante 7.1 – Apresentar, em CD: (i) cópia digitalizada dos laudos de avaliação da PETROBRAS referentes ao valor das respectivas terras, da vegetação e das benfeitorias; (ii) relação do *status* da negociação e do pagamento de indenização, indicando se houve acordo (desapropriação amigável) ou ação judicial (desapropriação judicial); e (iii) documentos relativos à imissão na posse, tudo no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC;

4.4.1 – Deverá ser apresentado o Inventário Florestal apresentado ao INEA em 2018, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC, contemplando a(s) ADA(s) pela alteração do traçado da Linha de Transmissão.

4.4.6 – Deverá ser comprovado, quando da entrega do estudo acima mencionado, que ele foi elaborado por profissional(is) habilitado(s) pelo CREA, por meio da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.

4.5) Apresentar diagnóstico relativo aos meios biótico e físico em resposta à Notificação GELAFNOT/01052751, com novas informações sobre os meios necessários para avaliação da viabilidade locacional do empreendimento, no prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação do TAC.

DAS OBRIGAÇÕES DE PAGAR ADICIONAIS DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS EM RELAÇÃO ÀS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS DE Nºs 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV)

CLÁUSULA SEXTA: A PETROBRAS compromete-se a cumprir as OBRIGAÇÕES DE PAGAR abaixo especificadas, seja em razão do entendimento do MPRJ pela necessidade de fixação de medidas adicionais nas condicionantes das licenças já deferidas pelo INEA, seja pelo entendimento do MPRJ de descumprimento das várias condicionantes que já perderam o objeto, seja em atendimento, em substituição e em complementação aos pedidos de nºs 7, 8 e 9 do processo nº 0009884-52.2018.8.19.0023, aos pedidos de nºs 7, 8 e 9 do processo nº 0009897-51.2018.8.19.0023, aos pedidos de nºs 7, 8 e 9 do processo nº 0009869-83.2018.8.19.0023 e aos pedidos de nºs 7, 8 e 9 do processo nº 0009859-39.2018.8.19.0023:

1) A PETROBRAS irá apoiar financeiramente os Municípios de Itaboraí, Maricá, Cachoeiras de Macacu, Magé, Guapimirim e Duque de Caxias na elaboração (e eventual atualização, se necessário) do projeto executivo e na execução (limitado ao valor recebido) de seus respectivos Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSBs, no valor total de R$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), sendo R$ 4.000.000,00 (quatro milhões reais) para cada um dos municípios citados, a ser depositado em seis contas judiciais específicas, sendo certo que sua liberação a cada município beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor. O valor total será depositado pela PETROBRAS no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC;

2) Apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro, para: (1) projeto de conservação e recuperação ambiental da bacia Guapi-Macacu, composta pelos rios Guapiaçu e

Macacu[3], mediante o depósito, em conta judicial, do valor de R$ 2.840.000,00 (dois milhões e oitocentos e quarenta mil reais); e (2) projeto socioambiental de agricultura convencional em bordas de UC e pesticidas, visando à restauração ecológica por meio de sistemas agroflorestais – SAF com foco ciliares, utilizando duas alavancas PNAE e promoção do agroturismo[4], mediante o depósito, em conta judicial, de R$ 640.066,00 (seiscentos e quarenta mil e sessenta e seis reais). Em ambos os projetos, o depósito judicial deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância do MPRJ, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor,

3) Apoiar financeiramente o Município de Itaboraí para a elaboração e execução de projeto de reurbanização e revitalização (calçadas e arborização) da Avenida 22 de Maio, mediante o depósito, em conta judicial e no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, do valor de R$ 6.092.730,32 (seis milhões e noventa e dois mil, setecentos e trinta reais e trinta e dois centavos) cuja liberação ao beneficiário será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e

---

[3] Trata-se do principal manancial de abastecimento público da porção leste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), atendendo cerca de 1,7 milhões de habitantes. É uma bacia estratégica para ações de SBNs com foco na segurança hídrica, levando-se em conta a vocação agropecuária da bacia, a demanda crescente pela água por diversos setores da sociedade e a grande relevância da área para conservação da biodiversidade e para prevenção de inundações. O objetivo é manter e incrementar os serviços ecossistêmicos na bacia do rio Guapi Macacu por meio da disseminação, incentivo e apoio para a adequação ambiental de imóveis rurais, para implantação de práticas de manejo conservacionista da água e do solo e do fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis na bacia do rio Guapi-Macacu. As intervenções serão realizadas em áreas estratégicas para segurança hídrica, associado uma abordagem que visa promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica das propriedades e da participação e do fortalecimento das organizações comunitárias rurais. Para tanto, a proposta será executada de forma integrada com o mecanismo de pagamento por serviços ambientais e aos principais atores na região, de modo a fortalecer e complementar as iniciativas de soluções baseadas na natureza (SbNs) para segurança hídrica em curso na região. O projeto contará com o necessário monitoramento ambiental.

[4] As comunidades alvo deverão estar inseridas em áreas de elevada prioridade para restauração ecológica de acordo com mapeamento do INEA, que terá os seguintes objetivos i) restaurar áreas de matas ciliares e nascentes, degradadas pela agricultura; ii) aumentar a produtividade de áreas de SAF, já existentes; iii) apoiar a conversão de plantios ao sistema de SAF; iv) gerar trabalho e renda através dos SAF; v) formar zonas-tampão no entorno de nascentes e áreas ciliares (APP); vi) Fornecer alimentos orgânicos para duas escolas públicas; vii) Integrar roteiros e atividades turísticos às comunidades das áreas de SAF; viii) Criar uma Associação de Condutores de Visitantes; ix) Capacitar agricultores e guias turísticos, através de cursos e oficinas nas seguintes áreas: Manejo de SAF, agregação de valores (ecológicos, sociais, beneficiamento de produtos), Ecoturismo de Mínimo Impacto, coleta de sementes e produção de mudas.

SEAS/INEA, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor;

4) Apoiar financeiramente o Município de Itaboraí para projeto de segurança pública com monitoramento de câmeras, mediante o depósito, em conta judicial, do valor de R$ 255.160,30 (duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta reais e trinta centavos), no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da homologação do TAC, cuja liberação será realizada apenas com a prévia concordância dos Compromitentes MPRJ e SEAS, mediante apresentação de prévio projeto e com prestação de contas durante e após a utilização do valor;

5) Apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor.

DO ACOMPANHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA PETROBRAS E DAS OBRIGAÇÕES DO INEA

CLÁUSULA SÉTIMA: Compete ao INEA e ao MPRJ o acompanhamento e a fiscalização de todas as ações e obrigações da Compromissária PETROBRAS assumidas no presente TAC.

1) A PETROBRAS depositará o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade.

2) A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria, a ser entregue

à SEAS/INEA, PETROBRAS e MPRJ no prazo de 60 dias do recebimento referente a cada obrigação.

3) A auditoria independente deverá acompanhar as ações de cumprimento das medidas mitigatórias e compensatórias e de todas as demais obrigações assumidas no presente TAC pelo empreendedor, mediante a adoção, ao menos, das seguintes medidas: (i) A fiscalização não pode se limitar à simples leitura e aceitação dos relatórios das obrigações específicas decorrentes do TAC apresentados e elaborados unilateralmente pelo empreendedor; (ii) Deverá ser promovida avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS, por meio de relatórios elaborados por sua equipe técnica; (iii) Deverá realizar vistorias *in loco* para apurar o cumprimento de cada obrigação do TAC, as quais serão levadas em conta na confecção dos relatórios aludidos no item anterior (exceto quando a obrigação se restringir à apresentação de documentos); (iv) A cada documento relativo ao cumprimento da respectiva obrigação protocolado pela PETROBRAS, deverá ser realizada vistoria, se for o caso, com registros fotográficos, e elaborado um parecer técnico esclarecendo se as informações prestadas no respectivo documento condizem com a realidade do campo, se são suficientes e eficientes. Os serviços serão exclusivamente para acompanhamento das obrigações do TAC.

4) Sem prejuízo das ações a cargo da auditoria independente, o INEA se obriga a fiscalizar diretamente o cumprimento das condicionantes das licenças ambientais do COMPERJ contempladas no presente TAC, devendo: (i) Semestralmente, realizar vistorias *in loco* e elaborar relatórios técnicos com avaliação crítica das informações e documentação fornecidas pela PETROBRAS e dos relatórios apresentados pela auditoria independente; (ii) Os relatórios apresentados pela auditoria independente na forma do item 6.2 da presente cláusula e os relatórios produzidos pelo INEA indicados no item anterior deverão ser publicados no sítio eletrônico do INEA; (iii) Caso a PETROBRAS descumpra alguma condicionante das licenças, o INEA, no regular emprego de seu poder de polícia, deverá adotar as medidas legais cabíveis para sancionar e compelir o empreendedor a cumpri-la;

5) As obrigações acordadas neste TAC são consideradas automaticamente acrescidas àquelas estabelecidas nos licenciamentos ambientais do COMPERJ, sem necessidade de realização de averbação das licenças ambientais;

6) O INEA apresentará, em atendimento ao pedido 5.1 do processo nº 0009897-51.2018.8.19.0023, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA nº 008/2013, relativo à aplicação de R$ 352.855,55 (trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) em medidas compensatórias, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei Federal nº 9.985/00, inclusive informando qual Unidade de Conservação foi beneficiada com a compensação efetuada pela PETROBRAS.

7) O INEA apresentará, em atendimento ao pedido 5.1 do processo 0009859-39.2018.8.19.0023, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, informações referentes às ações realizadas a partir da quitação do TCCA nº 09/2013, relativo à Licença de Instalação IN024123, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985/00.

8) O INEA promoverá, em atendimento ao pedido 5.2 do processo 0009859-39.2018.8.19.0023, no prazo de 90 (noventa) dias da homologação do TAC, análise crítica, na forma prevista nos itens 1 a 4 da presente cláusula, sobre o cumprimento da Condicionante 14 da Licença de Instalação IN024123: "*Apresentar, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão da licença, as áreas escolhidas como compensação para serem analisadas / aprovadas pelos técnicos da DILAM-GELAF*".

DAS ATRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA OITAVA: Compete ao Compromissário ERJ exercer, por meio da SEAS, a regular fiscalização do INEA e da PETROBRAS para o cumprimento das obrigações objeto do presente TAC, bem como das obrigações estabelecidas em todo o processo de licenciamento ambiental do empreendimento em tela, seja na fase anterior à emissão das licenças, seja na fase de fiscalização do cumprimento das condicionantes das licenças.

Parágrafo único – Considerando a previsão de disponibilização de recursos para fins de elaboração de projetos e de intervenções pela SEAS/INEA, as equipes responsáveis pela execução dos projetos deverão apresentar, ao MPRJ, relatórios sobre a evolução da execução, termos de referência, cronogramas, orçamentos e demais informações

relevantes, devendo a SEAS/INEA, ao final, promover a prestação de contas da utilização dos recursos ao MPRJ.

DA CONTAGEM DOS PRAZOS

CLÁUSULA NONA: O presente TAC terá validade desde a data de sua homologação judicial, renunciando as partes, desde já, ao direito de recorrer e a questionar sua validade.

Parágrafo único - Os prazos previstos no presente TAC são computados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

DA COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES E DA RESPECTIVA QUITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA: A PETROBRAS deverá apresentar ao MPRJ, ao INEA e à SEAS, para fins de comprovação do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, todos os laudos, relatórios ou documentos relativos às medidas executadas, com indicação precisa da obrigação a que se relacionam, independentemente de requisição neste sentido.

Parágrafo primeiro – Sem prejuízo do disposto no *caput*, o MPRJ, o INEA e a SEAS poderão, para fins de verificação do cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, realizar diretamente ou mediante requisição aos órgãos ou entidades pertinentes, vistorias ou fiscalizações.

Parágrafo segundo – O MPRJ dará quitação quando do cumprimento das obrigações de fazer após análise a ser feita pelo GATE.

Parágrafo terceiro – O INEA e a SEAS, cumpridas as obrigações aqui avençadas, darão por quitadas as obrigações nele descritas, bem como as condicionantes contidas nas licenças ambientais tratadas nas cláusulas acima, após o regular cumprimento de todas as etapas dos itens constantes na cláusula sétima.

Parágrafo quarto – As obrigações de pagar/aportar estabelecidas no âmbito deste acordo estarão automaticamente quitadas com o envio do comprovante de depósito em contas judiciais e nas contas indicadas pela SEAS/INEA.

Parágrafo quinto – A responsabilidade pela elaboração dos orçamentos, termos de referência, contratos e eventuais contratações recaem única e exclusivamente sobre os contratantes de cada projeto, não cabendo a responsabilização dos Compromitentes pela execução de tais recursos.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMITENTE, DO ÓRGÃO LICENCIADOR E DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer ônus, direitos ou obrigações relativos à legislação tributária, previdenciária, trabalhista ou securitária, decorrentes da execução deste TAC, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à PETROBRAS.

Parágrafo Primeiro – O MPRJ, o INEA e o ERJ não serão responsáveis por quaisquer compromissos assumidos pela PETROBRAS com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TAC, bem como por qualquer dano ou indenização a terceiros em decorrência de seus próprios atos, de seus dirigentes, empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Segundo – A celebração do presente Termo não implica em reconhecimento de qualquer irregularidade, vício, ilegalidade, improbidade ou inadequação nos procedimentos de licenciamento ambiental tratados no presente TAC, tampouco nas condutas da SEAS, do INEA ou de quaisquer de seus servidores.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O disposto no presente TAC não limita, impede ou suspende a fiscalização ampla, irrestrita e permanente da PETROBRAS pelos Compromitentes ou pelos demais órgãos e instituições ambientais, no exercício de suas demais atribuições e prerrogativas legais.

Parágrafo Único – A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da PETROBRAS no que concerne às obrigações ajustadas e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

DO VALOR

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O valor total estimado do investimento para realização das medidas previstas neste TAC, para todos os efeitos legais, é de R$ 49.547.956,62 (quarenta e nove milhões quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), sendo o seu desembolso de inteira responsabilidade da PETROBRAS.

Parágrafo único – O valor das obrigações de pagar previstas neste TAC é de R$ 48.547.956,62 (quarenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos), sendo o restante do valor total a importância estimada das obrigações de fazer previstas neste TAC.

DAS SANÇÕES DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DO AJUSTADO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Sem prejuízo da execução da obrigação de fazer, o não cumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará a PETROBRAS ao pagamento de multa diária no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) para cada situação de descumprimento verificada, até o adimplemento comprovado da obrigação assumida. Por sua vez, sem prejuízo das obrigações de fazer, o descumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas sujeitará os Compromissários INEA e ERJ ao pagamento de multa trimestral no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para cada situação de descumprimento e até o adimplemento comprovado da obrigação assumida.

Parágrafo Primeiro – A multa não será aplicada caso exista justificado motivo técnico para eventual atraso ou descumprimento das obrigações de fazer, devendo ser apresentado por escrito pela Compromissária, em até 5 (cinco) dias após constatada a impossibilidade de cumprimento.

Parágrafo Segundo – A multa também não incidirá caso a obrigação tenha sido realizada, mas o MPRJ entenda pela necessidade de complemento ou ajuste e a PETROBRAS, devidamente notificada, cumpra a exigência em prazo estipulado pelo notificante, não inferior a 10 dias úteis, findo o qual a multa será aplicada, sem prejuízo do exercício do poder de polícia pelo INEA e pela SEAS, inclusive para o devido cumprimento das obrigações decorrentes das licenças ambientais do COMPERJ.

Parágrafo Terceiro – As multas sobre as quais trata a presente cláusula serão corrigidas pela UFIR ou índice de correção que a substitua, e recolhidas ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano – FECAM.

Parágrafo Quarto – A notificação das multas será remetida ao endereço do respectivo destinatário constante neste TAC e será considerada efetivada pela sua simples recepção.

Parágrafo Quinto – Depois do recebimento da comunicação prevista no item anterior, a Compromissária terá 20 (vinte) dias úteis para o recolhimento da multa e 05 (cinco) dias úteis para a remessa do respectivo comprovante ao MPRJ.

Parágrafo Sexto – As multas previstas na presente cláusula não têm caráter compensatório e, assim, o seu pagamento não eximirá a PETROBRAS da eventual responsabilidade por perdas e danos decorrentes de infrações a este TAC ou à legislação ambiental.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O termo inicial do prazo de vigência do presente TAC é a data da sua homologação e, o termo final, 30/12/2021, podendo ser prorrogado mediante ajuste entre as partes.

Parágrafo único – Na eventual hipótese das sentenças homologatórias relativas às ACPs cujo objeto aqui são ajustadas forem exaradas em datas diversas, os prazos de cumprimento e de vigência serão contados a partir da data da última sentença de homologação judicial.

DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data de sua homologação, deverá a PETROBRAS promover a publicação de extrato do

presente TAC no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no DOERJ e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, contendo as partes, o objeto, o valor e o prazo total do instrumento, correndo os respectivos encargos às suas expensas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Este TAC, após homologado, tem natureza jurídica de título executivo judicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, e somente poderá ser alterado por escrito, mediante a celebração de termo aditivo entre as partes a ser homologado judicialmente, podendo ser prorrogado mediante prévio ajuste.

Parágrafo Único – Na impossibilidade de acordo entre o Compromitente e as Compromissárias quanto à alteração das cláusulas do presente TAC, permanecerão em vigor e serão plenamente exigíveis as obrigações originariamente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Fica eleito o foro da Comarca de Itaboraí, local do empreendimento COMPERJ, para dirimir questões ou disputas envolvendo o presente TAC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

IV- CONCLUSÃO

Pelo exposto, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, destinadas ao MPRJ, à PETROBRAS, ao ERJ (SEAS) e ao INEA, obrigando-se a fazê-lo firme e valioso por si e seus eventuais sucessores.

Itaboraí, 18 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

ALTINEU CÔRTES FREITAS COUTINHO
Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro

CARLOS HENRIQUE NETTO VAZ
Presidente do INEA

ALESSANDRO DE CASTRO MELO
PETROBRAS

DANIELE LOMBA ZANETI PUELKER
PETROBRAS

TESTEMUNHAS:

1.

2.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
4693
Corregedoria Geral da Justiça

Fls.

Processo: 0009859-39.2018.8.19.0023

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.4.658/4.691, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **48A7.WS4U.LDNV.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

LIVIAGAGLIANO

LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:03:44
Local: TJ-RJ

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail: itb01vara@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
7645
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0009897-51.2018.8.19.0023

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.7.610/7.643, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **49C1.J77M.4DLN.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

LIVIAGAGLIANO
LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:01:29
Local: TJ-RJ

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail: itb01vara@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
7317
Carimbado Eletronicamente

Fls.

Processo: 0009884-52.2018.8.19.0023

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.7.282/ 7.315, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/_____

Código de Autenticação: **4HTX.PCCY.4RAJ.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

LIVIAGAGLIANO

LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:00:59
Local: TJ-RJ

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Itaboraí
Cartório da 1ª Vara Cível
Av. Vereador Herminio Moreira, 380 2º andar - sala 217CEP: 24800-201 - Centro - Itaboraí - RJ e-mail: itb01vara@tjrj.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Página
5747
Carimbado Eletronicamente

Processo: 0009869-83.2018.8.19.0023 Fls.

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Ação Civil Pública - Dano Ambiental / Responsabilidade Civil

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO
Réu: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
Réu: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Réu: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em 19/02/2020

Sentença

Vistos, etc.

HOMOLOGO, para que produza seus devidos e jurídicos fins, o TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA de fls.5.712/5.745, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e os Réus, e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO na forma do 487, III, b do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Itaboraí, 19/02/2020.

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Livia Gagliano Pinto Alberto Mortera

Em ____/____/____

Código de Autenticação: **4F7E.AF74.H67Q.ASL2**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

LIVIAGAGLIANO

LIVIA GAGLIANO PINTO ALBERTO MORTERA:31942 Assinado em 19/02/2020 15:02:31
Local: TJ-RJ

2+

Data para Reunião SEAS - MPRJ - 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Thaís Vieira dos Santos <thais.santos@mprj.mp.br>
Qua, 19/02/2020 17:00
Para: Caique Cesar <caiquecesar.seas@gmail.com>

Prezado Dr. Caíque,

Cumprimentando-o, conforme contato telefônico, sirvo-me do presente para indagar se a reunião com a SEAS, referente às medidas de recuperação e remediação ambiental dos dois vazadouros antigos de Itaboraí (obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ), poderá ser realizada no dia 11/03/2020 (quarta-feira), às 14:00h, ou no dia 19/03/2020 (quinta-feira), às 14:00h, em ambas as datas na sede da SEAS.

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787
Secretaria da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

21

Responder a todos | Excluir | Lixo Eletrônico | Bloquear | ...

ENC: Data para Reunião SEAS - MPRJ - 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Thaís Vieira dos Santos
Seg, 02/03/2020 14:10
Renata Simões Da Silva

De: Caique Cesar <caiquecesar.seas@gmail.com>
Enviado: quinta-feira, 20 de fevereiro de 2020 11:51
Para: Thaís Vieira dos Santos <thais.santos@mprj.mp.br>
Assunto: Re: Data para Reunião SEAS - MPRJ - 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Preza Thaís,

Informo que a solicitação de reunião foi encaminhada para os setores técnicos que irão comparecer a reunião e estou aguardando resposta.

Assim que encaminharem a resposta, irei encaminhá-la imediatamente para vocês.

Mais uma vez, muito obrigado.

Att.,
Caíque Cesar.

Em qua., 19 de fev. de 2020 às 17:00, Thaís Vieira dos Santos <thais.santos@mprj.mp.br> escreveu:

> Prezado Dr. Caíque,
>
> Cumprimentando-o, conforme contato telefônico, sirvo-me do presente para indagar se a reunião com a SEAS, referente às medidas de recuperação e remediação ambiental dos dois vazadouros antigos de Itaboraí (obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ), poderá ser realizada no dia 11/03/2020 (quarta-feira), às 14:00h, ou no dia 19/03/2020 (quinta-feira), às 14:00h, em ambas as datas na sede da SEAS.
>
> Atenciosamente,
>
> Thaís Vieira dos Santos
> Técnico Administrativo
> Matr. 7787
> Secretaria da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Ref.: Pasta de Acompanhamento das Ações Civis Pública nº 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023.

PROMOÇÃO APÓS TAC II COMPERJ

O Ministério Público do Rio de Janeiro, por meio da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, em junho de 2018, ajuizou cinco Ações Civis Públicas em face da Petrobras, do INEA e do Estado do Rio de Janeiro, em razão de danos ambientais relacionados aos empreendimentos intramuros e extramuros do COMPERJ.

Trata-se dos processos judiciais 0009919-12.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009852-39.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023 e 0009869-83.2018.8.19.0023, que tramitam nessa 1ª Vara Cível de Itaboraí. Neste tema de instalação do COMPERJ, em 2014, esta Promotoria já havia ajuizado em face da Petrobras e do Município de Itaboraí a ACP 0006164-19.2014.8.19.0023 em razão da poluição atmosférica em Sambaetiba, Alto do Jacu, Itaboraí. Veja-se a tabela abaixo:

Nº do Inquérito Civil	Nº da Ação Civil Pública	Vara Competente	Objeto	Data do ajuizamento	Valor da Causa
314/09 132/13 161/15 126/13 34/2014	0009919-12.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental dos seguintes empreendimentos do: (i) projeto principal do COMPERJ em Itaboraí, qual seja, a UPB – Unidade de Petroquímicos Básicos, objeto do IC 314/09; (ii) Estrada Principal de Acesso ao COMPERJ (objeto do IC 314/09); (iii) Estrada de Equipamentos Pesados denominada UHOS (objeto do IC 314/09 e IC 161/15); (iv) Barragem do Guapiaçu (objeto do IC 314/09 e IC 132/13); (v) a adequação/regularidade da previsão e avaliação dos impactos cumulativos e sinérgicos, bem como suas medidas mitigatórias e compensatórias, sob a ótica ambiental, urbanística, social e econômica, de todos os intra e extramuros empreendimentos que compõem o COMPERJ (objeto do IC 126/13)	26/06/2018	R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais)
95/2011	0009884-		Ilegalidades no licenciamento		R$

	52.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	ambiental do empreendimento do Emissário Terrestre e Submarino do COMPERJ	26/06/2018	1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
102/2011	0009852-39.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento "Linhas de Transmissão 345 KV do COMPERJ"	26/06/2018	R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)
106/2010	0009897-89.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento do sistema de dutos e terminais do COMPERJ	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
01/2013	0009869-83.2018.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Ilegalidades no licenciamento ambiental do empreendimento Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), Unidade de Óleos Básicos Lubrificantes (ULUB) e Instalações Auxiliares do COMPERJ	26/06/2018	R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais)
82/2013	0006164-19.2014.8.19.0023	1ª Cível de Itaboraí	Poluição atmosférica causada pelo "pó de pedra" colocado em via pública pela Petrobras sem autorização do poder público em Alto do Jacu, Sambaetiba.	19/03/2014	R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)

Nas mais de mil páginas das cinco petições iniciais de ACP, com valor total das causas de 7,5 bilhões de reais, foram deduzidos diversos pedidos, como mais de uma centena de obrigações de fazer relativas à complementação de estudos ambientais e instituição e execução de novas medidas recuperatórias, mitigatórias e compensatórias/reparatórias na seara ambiental, dano moral coletivo, condenação genérica em favor dos moradores que sofreram danos com as obras do COMPERJ.

Após o ajuizamento das ACP's, o Ministério Público, em agosto de 2018, foi procurado pela ré Petrobras, que manifestou interesse em tentar celebrar Termo de Ajustamento de Conduta. Assim sendo, o MPRJ requereu a suspensão dos processos, para tentativa de solução consensual da lide. Em janeiro de 2019, o Estado do Rio de Janeiro, por meio da SEAS e INEA, passou a participar das tratativas para o TAC. Foram realizadas constantes reuniões sobre o assunto desde então (por e-mail, whatsapp, telefone e presenciais na sede do GATE, da PGJ, do INEA, da SEAS e da PETROBRAS), com exaustivo debate sobre cada cláusula do TAC.

No dia 29/07/19, por convite do Deputado Estadual Luiz Paulo (formalizado por meio do ofício CPI nº 202/219 - Resolução 01/2019, da ALERJ), este Promotor compareceu à ALERJ e, no bojo da CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, palestrou em

audiência pública, sobre a atuação do MPRJ no caso COMPERJ, com destaque para: (i) as investigações levadas a cabo por meio de todos os inquéritos civis que deram azo ao ajuizamento das ACP's; (ii) o teor das petições iniciais das ACP's do COMPERJ; (iii) o teor da minuta de TAC I COMPERJ[1].

Em 09/08/19, foi celebrado o TAC I COMPERJ que, em síntese, teve por objeto tratar da integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e algumas questões pontuais, sobretudo relacionadas à restauração florestal, das demais ACP´s. **De agosto/2019 até fevereiro/2020, as partes dos citados processos construíram o TAC II COMPERJ que tem por objeto todos os pedidos remanescentes das ACP´s 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023.**

Finalmente, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023 e 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo submetido à homologação pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí.

O citado TAC II COMPERJ possui mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

É o breve relato do caso COMPERJ.

Em prosseguimento à atuação do MPRJ no caso COMPERJ, esta Promotoria, neste ato, de forma paralela, inicia duas frentes de atuação sobre o TAC II COMPERJ (na esteira do que já vem fazendo em relação ao TAC I):

1ª) Ampla publicidade ao TAC II, inclusive para viabilizar o controle social e pela administração pública na fiscalização do cumprimento das obrigações: A publicidade do

[1] A íntegra da audiência pública da ALERJ e a reportagem sobre o evento constam nos vídeos disponíveis nos seguintes link: https://youtu.be/3e92-FOhAMY e https://youtu.be/N6GyKs6oLL8

TAC em tela se deu de diversas formas, a saber: (i) pelo próprio andamento processual no site do TJRJ; (ii) pela publicação de matéria informativa na página principal do site do MPRJ no mesmo dia em que o TAC foi assinado (inclusive com disponibilização da versão final e assinada do TAC em pdf)2; (iii) pela publicação de dezenas de matérias jornalísticas por diferentes veículos da imprensa nacional que noticiam o acordo; (iv) pela publicação de extrato do TAC, contendo as partes, o objeto, as obrigações, o valor e o prazo total do instrumento, no Diário Oficial do Município de Itaboraí, no D.O.E.R.J e em jornal de grande circulação no estado do Rio de Janeiro, na esteira da 16º cláusula do TAC; (v) pela expedição dos 33 ofícios, nos moldes do presente, a todos os órgãos públicos direta ou indiretamente interessados (da mesma forma como anteriormente já havia oficiado em 26/08/18, logo após o ajuizamento das ACP's e também após a celebração do TAC I COMPERJ); (vi) pela realização de constantes reuniões com a sociedade civil e autoridades públicas no gabinete da Promotoria.

2ª) Instauração de Procedimentos Administrativos para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela PETROBRAS, ERJ e INEA no TAC II: Incumbe ao MPRJ, na forma do art. 8º, I, da Resolução CNMP n.º 174/17 e do art. 35, I, da Resolução GPGJ/MPRJ n.º 2.227/18, acompanhar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes no TAC II, sendo certo que, diante da complexidade e da quantidade dos compromissos tomados, este órgão de execução entende que é recomendável a instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas), razão pela qual instaurou os 61 PA's, cuja relação segue na planilha em anexo.

Pelo exposto, para dar concretude e iniciar os trabalhos nas duas frentes acima mencionadas, à Secretaria para cumprimento das seguintes diligências:

I) **Extraiam-se 61 cópias** do TAC II COMPERJ e da presente promoção, autuando-as como notícia de fato autônomas (cada uma com número MPRJ próprio), abrindo-se imediata conclusão para instauração de um procedimento administrativo (PA) específico para apurar o cumprimento de cada obrigação (ou conjunto de obrigações conexas);

[2] http://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/83203, publicado em 19/02/2020.

2) **Com auxílio da Assessoria Jurídica, elaborar planilha** contendo o número de cada MPRJ e cada PA, com seu respectivo objeto;

3) **Oficiar ao Procurador-Geral de Justiça do MPRJ,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 768/18 e 1631/19, bem como com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II COMPERJ e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

4) **Oficiar ao Corregedor-Geral do MPRJ,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 769/18 e 1632/19, bem como com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

5) **Oficiar ao Conselho Superior do MPRJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia dos TAC`s I e II COMPERJ e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC I e II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Aduza-se que, apesar de não ser hipótese de comunicação obrigatória ao colendo Conselho, eis que o TAC foi celebrado no bojo de ação civil publica e homologado judicialmente, esta Promotoria, por cautela, diante da importância e repercussão social e ambiental dos acordos, vem dar ciência a esse egrégio CSMP da celebração dos dois TAC`s e da instauração dos 125 procedimentos administrativos instaurados para fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Petrobras, ERJ e INEA, bem como se colocar à disposição para eventuais esclarecimentos complementares;

6) **Oficiar ao Coordenador do CAO AMBIENTE,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 770/18 e 1633/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso

Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

7) **Oficiar ao Presidente da PETROBRAS**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

8) **Oficiar ao Coordenador do GAEMA,** com cópia da presente promoção informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Neste ato, esta Promotoria, tal como o fez no TAC I COMPERJ, vem oportunizar ao festejado grupo de apoio especializado em meio ambiente que, se assim entender conveniente do ponto de vista estratégico para o MPRJ e para o próprio GAEMA, que indique quais PA's da planilha em anexo esse grupo teria interesse em prestar auxílio, sendo certo que esta Promotoria requererá o auxílio em todos os eventuais PA's indicados. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

9) **Oficiar ao Presidente do INEA**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

10) **Oficiar ao Secretário de Estado de Ambiente e Sustentabilidade**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia

da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima;

11) **Oficiar ao Coordenador do GATE,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 771/18 e 1640/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

12) **Oficiar à Promotoria de Tutela Coletiva do Meio Ambiente de São Gonçalo,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 773/18 e 1636/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Informe-se que no TAC II COMPERJ, em razão dos limites territoriais dos empreendimentos objetos das ACP's, o Município de São Gonçalo não foi contemplado diretamente com recursos financeiros. De qualquer forma, ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

13) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Magé,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 774/18 e 1641/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta

promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Magé e Guapimirim). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

14) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Nova Friburgo,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 774/18 e 1641/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

15) **Oficiar às Promotorias de Tutela Coletiva do Núcleo Niterói,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 787/18 e 1642/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de

Maricá). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

16) **Oficiar ao Ministério Público Federal** (Procuradoria da República com atribuição na matéria meio ambiente na área de Itaboraí), em complemento e com cópia digital dos nossos ofícios anteriores 2ª PJTC nº 758/18, nº 759/18, nº 760/18, nº 762/18, nº 763/18, nº 766/2018, nº 775/2018, nº 555/19, nº 883/2019, nº 990/2019 e nº 1643/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Registre-se que, como apontado nos ofícios anteriores, eventuais danos ambientais em unidade de conservação federal ou bem da União não fizeram parte do objeto das ACP's e do TAC II firmado. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

17) **Oficiar ao Prefeito, Secretário de Obras, Secretário de Meio Ambiente, Secretário Municipal de Desenvolvimento e Integração ao COMPERJ e Procurador-Geral de Itaboraí,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nºs 776/18, 777/18, 778/18, 779/18, 780/18, 1635/19, 1644/19, 1645/19, 1646/19, 1647/19 e 2052/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de

Itaboraí). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

18) **Oficiar ao Presidente da Câmara Municipal de Itaboraí**, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Itaboraí). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

19) **Oficiar ao Prefeito de Cachoeiras de Macacu,** em complemento e com cópia dos ofícios 2ª PJTC nº 781/18, 1649/19 e 2048/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Cachoeiras de Macacu). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

20) **Oficiar ao Prefeito de Duque de Caxias,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2050/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Duque de Caxias). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

21) **Oficiar ao Prefeito de Magé,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2045/19 informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Magé). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

22) **Oficiar ao Prefeito de Guapimirim,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2043/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Guapimirim). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção,

em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

23) **Oficiar ao Prefeito de Maricá,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 2041/19, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima (deverá a Assessoria Jurídica destacar de marca texto na cópia do TAC II as obrigações que dizem respeito diretamente ao Município de Maricá). Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

24) **Oficiar à Assembleia Legislativa, na pessoa de Sua Excelência, o Presidente da ALERJ, via PGJ,** em complemento ao ofício 1651/19 dirigido ao Deputado Estadual Luiz Paulo, que presidiu a CPI da Crise Fiscal do Rio de Janeiro, com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Registre-se que o relatório final da citada CPI encaminhado ao MPRJ pelo nobre Deputado foi juntado aos autos das citadas ACPs. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

25) **Oficiar ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

26) **Oficiar ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, via PGJ,** com cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

27) **Oficiar ao IBAMA,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 1683/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja

comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

28) **Oficiar ao ICMBio,** em complemento e com cópia do ofício 2ª PJTC nº 1684/19, bem como cópia da presente promoção, informando o que consta nesta promoção, bem como encaminhando cópia do TAC II e da planilha contendo a relação de todos os PA's instaurados para fiscalizar e acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC II, na esteira dos itens 1 e 2 acima. Ressalte-se que, caso Sua Excelência tenha conhecimento de qualquer informação que possa contribuir para os dois objetivos destacados acima no corpo da promoção, em especial no que tange à fiscalização e ao acompanhamento do cumprimento das obrigações assumidas pelos compromissados no TAC, desde logo, esta Promotoria solicita seja comunicada, numa linha de atuação colaborativa, em razão da relevância social e ambiental do TAC;

29) Os itens 1 e 2 da presente promoção devem ser cumpridos imediatamente. Os ofícios dos itens 3 a 29 deverão ser expedidos tão logo sejam instaurados os PA's referidos nos itens 1 e 2.

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC nº 362/2020
Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 202000174157**

Itaboraí, 19 de fevereiro de 2020.
(Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor*"

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar, findo o prazo estabelecido na obrigação, cujo cumprimento ora se fiscaliza, qual seja, de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação em tela.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR PRESIDENTE
PETROBRAS- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A NO RIO DE JANEIRO
Avenida República do Chile, nº 65, Centro - RJ
CEP: 20031-912

37

Ofício 2ª PJTC nº 363/2020 *Itaboraí*, 19 de fevereiro de 2020.

Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 202000174157** (Favor mencionar na resposta)

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV)**: A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar, no prazo de 30 dias após o término do prazo estabelecido na obrigação, ou seja, 30 dias mais 180 dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação de pagar da Petrobras, bem como as informações e documentos a serem providenciados pelo INEA/SEAS contendo o projeto de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí (conforme tratado nas tratativas do TAC, tal projeto deve se referir à remediação/recuperação ambiental da área dos vazadouros antigos de Itaboraí) com projeto básico e cronograma físico-financeiro, a fim de viabilizar a utilização pelo Estado da verba referente à cláusula em tela**

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 364/2020 *Itaboraí*, 19 de fevereiro de 2020.

Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 202000174157** (Favor mencionar na resposta)

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a *"(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar, no prazo de 30 dias após o término do prazo estabelecido na obrigação, ou seja, 30 dias mais 180 dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação de pagar da Petrobras, bem como as informações e documentos a serem providenciados pelo INEA/SEAS contendo o projeto de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí (conforme tratado nas tratativas do TAC, tal projeto deve se referir à remediação/recuperação ambiental da área dos vazadouros antigos de Itaboraí) com projeto básico e cronograma físico-financeiro, a fim de viabilizar a utilização pelo Estado da verba referente à cláusula em tela**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312

MPRJ

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 364/2020 *Itaboraí*, 19 de fevereiro de 2020.

Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 202000174157** (Favor mencionar na resposta)

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar, no prazo de 30 dias após o término do prazo estabelecido na obrigação, ou seja, 30 dias mais 180 dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação de pagar da Petrobras, bem como as informações e documentos a serem providenciados pelo INEA/SEAS contendo o projeto de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí (conforme tratado nas tratativas do TAC, tal projeto deve se referir à remediação/recuperação ambiental da área dos vazadouros antigos de Itaboraí) com projeto básico e cronograma físico-financeiro, a fim de viabilizar a utilização pelo Estado da verba referente à cláusula em tela**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

20

Ofício 2ª PJTC nº 363/2020 *Itaboraí*, 19 de fevereiro de 2020.

Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 202000174157** (Favor mencionar na resposta)

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a *"(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar, no prazo de 30 dias após o término do prazo estabelecido na obrigação, ou seja, 30 dias mais 180 dias contados da homologação do TAC, seja remetida a esta Promotoria (preferencialmente já fazendo referência ao presente PA) as informações e documentos probatórios do adimplemento da obrigação de pagar da Petrobras, bem como as informações e documentos a serem providenciados pelo INEA/SEAS contendo o projeto de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí (conforme tratado nas tratativas do TAC, tal projeto deve se referir à remediação/recuperação ambiental da área dos vazadouros antigos de Itaboraí) com projeto básico e cronograma físico-financeiro, a fim de viabilizar a utilização pelo Estado da verba referente à cláusula em tela**

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

21

Ofício 2ª PJTC nº 364/2020

Renata Simões Da Silva <rsimoes@mprj.mp.br>

Qui, 05/03/2020 15:33

Para: Gabinete SEAS <gabinete@ambiente.rj.gov.br>
Cc: ouvidoriainea MP <ouvidoriaineamp@gmail.com>

2 anexos (2 MB)

Ofício 364 2020.pdf; Untitled_03032020_031807.pdf;

À Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro - SEAS,

Cumprimentando-os, sirvo-me do presente para encaminhar, em anexo, o Ofício 2ª PJTC nº 36420, expedido pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí no bojo do PA 61/2020 (MPRJ 202000174157).

Peço, por gentileza, a confirmação do recebimento deste e-mail.

Atenciosamente,

Renata Simões da Silva
Sec. da 2ª PJTC Núcleo Itaboraí
Matr. 3182
Tel.:(21) 2645-6950

27

Ref.: Procedimento Administrativo nº. 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Junte-se** cópia do e-mail em anexo;

2- **Oficie-se** ao SEAS, confirmando a presença deste Promotor e informando o que consta no item 3;

3- **Oficie-se à PGM de Itaboraí e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí**, convidando os representantes do Município para participarem da reunião a ser realizada no dia 19/03/2020, às 14:00h, sala de reunião da SEAS, 5º andar, na Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20081-312. Os ofícios devem ter por referência o presente PA e as duas execuções de nº 0023922-06.2017.8.19.0023 e nº 0023925-58.2017.8.19.0023;

4- Após a obtenção de resposta e/ou o decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 10 de março de 2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

29
1

Fwd: Data para Reunião SEAS - MPRJ - 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>
Seg, 09/03/2020 13:51
Para: Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>

Favor juntar os e-mails abaixo no respectivo PA.
Lá, juntar promoção: 1) oficiando à SEAS, confirmando a presença deste Promotor na reunião; 2) oficiando à PGM e SMMA, convidando representantes do Município para participar da reunião no dia, horário e local indicados.
Obrigado
Obter o Outlook para iOS

De: Renata Simões Da Silva <rsimoes@mprj.mp.br>
Enviado: Monday, March 9, 2020 1:34:09 PM
Para: Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>
Assunto: RE: Data para Reunião SEAS - MPRJ - 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Encaminho e-mail do SEAS.

Att,

Renata Simões da Silva
Sec. da 2º PJTC Núcleo Itaboraí
Matr. 3182
Tel.:(21) 2645-6950

De: Thaís Vieira dos Santos <thais.santos@mprj.mp.br>
Enviado: segunda-feira, 9 de março de 2020 08:44
Para: Renata Simões Da Silva <rsimoes@mprj.mp.br>
Assunto: ENC: Data para Reunião SEAS - MPRJ - 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

De: Caique Cesar <caiquecesar.seas@gmail.com>
Enviado: sexta-feira, 6 de março de 2020 19:03
Para: Thaís Vieira dos Santos <thais.santos@mprj.mp.br>
Cc: Omar Lima <omar.sub.seas@gmail.com>; saldanha.seas@gmail.com <saldanha.seas@gmail.com>
Assunto: Re: Data para Reunião SEAS - MPRJ - 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Prezada Thaís,

Cumprimentando-a cordialmente, informo que reunião com a SEAS, referente às medidas de recuperação e remediação ambiental dos dois vazadouros antigos de Itaboraí (obrigação contida no item 5 da Cláusula Sexta do TAC II do COMPERJ), pode ser realizada no dia 19/03/2020 (quinta-feira), às 14:00h, na sala de reunião da sede da SEAS, localizada no 5° andar.

Em tempo, caso seja possível, solicito que seja informado previamente o quantitativo de pessoas irão comparecer à reunião e a qual órgão representam.

Desde já, agradeço a atenção dispensada.

Att.,
Caíque Cesar.

Em qua, 19 de fev de 2020 17:00, Thaís Vieira dos Santos <thais.santos@mprj.mp.br> escreveu:

> Prezado Dr. Caíque,
>
> Cumprimentando-o, conforme contato telefônico, sirvo-me do presente para indagar se a reunião com a SEAS, referente às medidas de recuperação e remediação ambiental dos dois vazadouros antigos de Itaboraí (obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ), poderá ser realizada no dia 11/03/2020 (quarta-feira), às 14:00h, ou no dia 19/03/2020 (quinta-feira), às 14:00h, em ambas as datas na sede da SEAS.
>
> Atenciosamente,
>
> Thaís Vieira dos Santos
> Técnico Administrativo
> Matr. 7787
> Secretaria da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 549/2020

Itaboraí, 10 de março de 2020.

Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 202000174157; Processo nº 0023922-06.2017.8.19.0023 e n 0023925-58.2017.8.19.0023**

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a *"(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* **no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC**, *em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça confirmar presença na reunião agendada para o dia 19/03/2020 (dezenove de março de dois mil e vinte), às 14:00 h (quatorze horas), na Secretaria do Estado de Ambiente, 5ª andar, na Avenida Venezuela, 110, Saúde, Rio de Janeiro – RJ.**

Outrossim, informo que foram convidados o Procurador-Geral do Município de Itaboraí bem com a Secretária Municipal de Meio Ambiente.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

11/03/20

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do relatório inicial de investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ
Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 97, Centro, Itaboraí, RJ.
CEP: 24.801-048

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC nº 551/20
Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 202000174157; Processo nº 0023922-06.2017.8.19.0023 e nº 0023925-58.2017.8.19.0023**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 10 de março de 2020.

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a *"(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no* ***prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça convidar para participar da reunião a ser realizada no dia 19/03/2020 (dezenove de março de dois mil e vinte), às 14:00 h (quatorze horas), na Secretaria do Estado de Ambiente, 5ª andar, na Avenida Venezuela, 110, Saúde, Rio de Janeiro – RJ. CEP 20081-312.**

Silva
136006
12/03/2020

MPRJ

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do relatório inicial de investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ITABORAÍ
Avenida 22 de Maio, 7071, Venda das Pedras, Itaboraí/RJ
CEP 24804-706

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Procedimento Administrativo nº. 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157)

PROMOÇÃO

Trata-se de procedimento administrativo que apura o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), que possui a seguinte redação: *"A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Juntar** o e-mail abaixo e anexos;

2- **Expeça-se novamente o ofício para INEA, SEAS, PGM e SMMA Itaboraí** marcando reunião virtual, pela plataforma Teams, a ser realizada no dia 29/09/2020 (terça-feira), às 14h, devendo os convidados informarem com antecedência a esta Promotoria o e-mail de seus respectivos representantes para que eles recebam o convite virtual para a reunião por mensagem eletrônica.

3- Deverá a secretaria desta promotoria providenciar o agendamento e o convite a todos para reunião.

Itaboraí, 27 de agosto de 2020.

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.08.27 17:39:44 -03'00'

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office. Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2545-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

MPRJ

48

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 1439/20 *Itaboraí*, 28 de agosto de 2020.
Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 202000174157** (Favor mencionar na resposta)

Sr. Secretário,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a *"(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, acusando o recebimento do ofício SEA/OUV nº 162/2020, **vem esta Promotoria de Justiça convidar Vossa Senhoria para reunião virtual, pela plataforma Teams, a ser realizada no dia 29/09/2020 (terça-feira), às 14h, devendo os convidados informarem com antecedência o e-mail de seus respectivos representantes para que eles recebam o convite virtual para a reunião por mensagem eletrônica.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

(assinado digitalmente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.08.30 20:31:46 -03'00'

SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ITABORAÍ

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 1437/2020

Itaboraí, 28 de agosto de 2020.

Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 202000174157** (Favor mencionar na resposta)

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a *"(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, acusando o recebimento do ofício SEA/OUV nº 162/2020, **vem esta Promotoria de Justiça Convidar Vossa Senhoria para reunião virtual, pela plataforma Teams, a ser realizada no dia 29/09/2020 (terça-feira), às 14h, devendo os convidados informarem com antecedência o e-mail de seus respectivos representantes para que eles recebam o convite virtual para a reunião por mensagem eletrônica.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.08.30 20:28:55 -03'00'

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

50
50 fm

Ofício 2ª PJTC nº 1438/2020

Itaboraí, 28 de agosto de 2020.

Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 202000174157** (Favor mencionar na resposta)

Senhor Procurador-Geral,

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a *"(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, acusando o recebimento do ofício SEA/OUV nº 162/2020, **vem esta Promotoria de Justiça convidar Vossa Excelência para reunião virtual, pela plataforma Teams, a ser realizada no dia 29/09/2020 (terça-feira), às 14h, devendo os convidados informarem com antecedência a este órgão de seus respectivos representantes para que eles recebam o convite virtual para a reunião por mensagem eletrônica.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.08.30 20:29:49 -03'00'

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ

Praça Marechal Floriano Peixoto, 97, Centro, Itaboraí/RJ

CEP 24801-048

51

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC n° 550/20
Itaboraí, 10 de março de 2020
Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 202000174157; Processo nº 0023922-06.2017.8.19.0023 e n 0023925-58.2017.8.19.0023**
(Favor mencionar na resposta)

Senhor Procurador-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça convidar Vossa Excelência para participar da reunião a ser realizada no dia 19/03/2020 (dezenove de março de dois mil e vinte), às 14:00 h (quatorze horas), na Secretaria do Estado de Ambiente, 5ª andar, na Avenida Venezuela, 110, Saúde, Rio de Janeiro – RJ. CEP 20081-312.**

RECEBI O ORIGINAL
PGM - ITABORAÍ
11 MAR 2020
ASSINATURA E MATRÍCULA

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do relatório inicial de investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ
Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 97, Centro, Itaboraí, RJ.
CEP: 24.801-048

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtc.itaborai@mprj.mp.br

52
6m

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC nº 1436/2020

Itaboraí, 28 de agosto de 2020.

Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 202000174157** (Favor mencionar na resposta)

(Favor mencionar na resposta)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a apurar **o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a *"(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

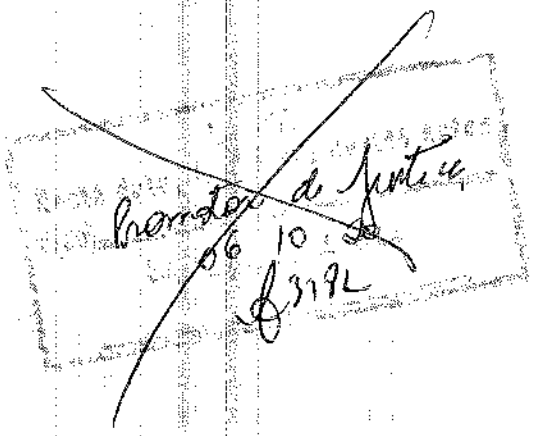
Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, acusando o recebimento do ofício SEA/OUV nº 162/2020, **vem esta Promotoria de Justiça convidar Vossa Excelência para reunião virtual, pela plataforma Teams, a ser realizada no dia 29/09/2020 (terça-feira), às 14h, devendo os convidados informarem com antecedência o e-mail de seus respectivos representantes para que eles recebam o convite virtual para a reunião por mensagem eletrônica.**

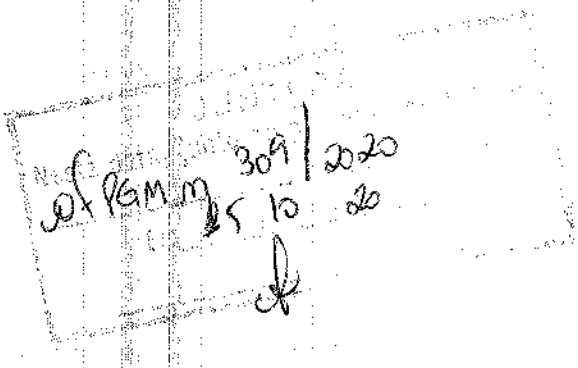
Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.08.30 20:27:32 -03'00'

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE
ESTADO DE RIO DE JANEIRO
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ CEP: 20081-312


Chronotex de Justice
06 10 20
3178


309 2020
10 20

PREFEITURA DE ITABORAÍ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete do Procurador-Geral do Município
Rua Antônio José de Marins, 296, Centro, Itaboraí/RJ, CEP.: 24.800-105
Telefone: (021) 2635-3836

OF PGM Nº 309/2020 – Sistema de Teletrabalho – Decreto Municipal Nº 030/2020

Itaboraí, 14 de outubro de 2020

Da: Procuradoria-Geral do Município

Assunto: OF Nº 1438/20 - 2ª PJTC - MPRJ 2020.000174157 – PA 061/2020

Excelentíssimo Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos, pelo presente, em atenção ao processo administrativo em epígrafe, dar ciência a V.Exa. da Notificação encaminhada ao Município com o Auto de Infração nº INEA nº COGEFISEAI/00154997, datado de 26/03/2020, recebido em 23/09/2020, lavrado pelo INEA – Instituto Estadual do Meio Ambiente, o qual imputa ao Município de Itaboraí multa diária administrativa R$ 100.000,00, contada entre o período de setembro de 2010 e janeiro de 2016 totalizando o valor de R$ 253.600.000,00, tendo em vista suposta infração aos artigos 61 e 101 § 7º da Lei nº 3467 de 14/09/2000.

Alega o órgão ambiental que houve descumprimento do acordo celebrado por parte do Município e, na 26ª. Reunião Ordinária do Conselho Diretor – CONDIR, fora deliberado a aplicação de multa diária, conforme orientação da procuradoria do INEA. Contudo, não foi encaminhada ao Município quaisquer documentações comprobatórias de tal deliberação.

Resta claro que, de forma assoberbada, o INEA lavrou o referido Auto, arbitrando uma multa diária em patamares estratosféricos ao Município de Itaboraí, quando existem duas ações ajuizadas pelo Ministério Público nº **0023925-58.2017.8.19.0023** , e **0023922-06.2017.8.19.0023**, ajuizadas no ano de 2017, cujos méritos tratam dos danos ambientais oriundos dos aterros sanitários para resíduos sólidos, localizados nos Distritos de Itambi e Sossego que, estão com seus cursos suspensos, haja vista a possibilidade de recuperação das áreas estarem acobertadas pelas cláusulas do acordo firmado entre a Petrobrás e o INEA.

Cumpre esclarecer que em 08/10/2020, o Município de Itaboraí prototolizou, tempestivamente, junto ao INEA o Recurso Impugnativo referente ao Auto nº INEA nº COGEFISEAI/00154997.

Estes vazadouros, como são de conhecimento de V.Exa. são objeto de tratativas inseridas no TAC celebrado entre o INEA e a Petrobrás, destinando, desta forma, parte da verba para recuperação da área degradada. Desta feita, em 29/09/2020 a Procuradoria do Município, bem como representantes das Secretarias de Obras, do Meio Ambiente e Urbanismo, assim como os representantes do INEA e do SEAS participaram, da reunião solicitada por esta d. promotoria, a fim de tratar da viabilidade da destinação dos recursos do TAC para o tratamento e recuperação das áreas em questão. Neste passo, foi encaminhada ao INEA a documentação requerida, conforme as tratativas da reunião virtual.

Nesse sentido, o Município requer seja o referido Auto inserido, como documento instrutório, nas tratativas de viabilidade da recuperação dos aterros sanitários, estando consignado a desproporcionalidade e aleatoriedade com que fora lavrada a referida infração.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente,

Luciana Cardoso Costa Bastos
Procuradora do Município
Mat. 31.700

Antônio José de Lima Dias
Procurador Geral do Município
Mat. 18.637

EXMO. SR. PROMOTOR
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Tutela Coletiva

54

SEMMAURB
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

URGENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí, 07 de outubro de 2020.

CI/GAB/SEMMAURB n. 097/2020

De: **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo**
Gabinete

Para: **Procuradoria Geral do Município**
A/C Procurador-Geral do Município

Assunto: Auto de Infração INEA nº COGEFISEAI/00154997

Prezado Procuradora-Geral,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio desta, encaminhar o Auto de Infração INEA nº COGEFISEAI/00154997, de 26/03/2020, com o recebimento pela presente Secretaria na data de 23/09/2020, conforme anexo I, solicitando assessoria jurídica para impugnação da multa imposta à Prefeitura Municipal. Desse modo, destacamos que o prazo para recorrer é de quinze dias, devendo o recurso ser apresentado tempestivamente.

Informamos que o auto em questão fora recebido na Prefeitura na data de 23/09/2020 e que após as tratativas com o Procurador Geral do Município aguardou-se, para envio deste documento à PGM, a realização da reunião com o Ministério Público Estadual, Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), realizada em 29/09/2020, bem como a realização de nova vistoria no local conforme relatório anexo. Dentre os argumentos de fato para impugnação da multa podemos citar que na forma da Lei INEA nº 3.467 de 14/08/2000:

O auto de infração não veio acompanhado da ata da 26ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do INEA (CONDIR) que deliberou pela multa diária e não está disponível no site do órgão ambiental estadual. Cabe destacar

Recebido em 07/10/2020

que a multa se refere ao descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado pelo órgão ambiental estadual com a Prefeitura que está em fase de Execução Judicial pelo Ministério Público em função do não cumprimento por parte Municipal.

Ainda, quanto a argumentação de fato, este órgão ambiental municipal vem tentando realizar ações que visem à recuperação das áreas. Dentre as ações promovidas pela presente secretaria, já foi efetuado o cercamento e a construção de guarita conforme relatório de vistoria anexo. Ademais, houve o estudo básico para as ações de intervenção no local com o objetivo de subsidiar a contratação de empresa para a realização das ingerências necessárias.

Entretanto, devido ao impedimento orçamentário, como reiteradas vezes já foram expostas, não foi possível a integralidade das ações. Nesse contexto, cabe salientar que o TAC nº 2 da Petrobras/COMPERJ, em que a SEAS e o INEA são partes integrantes, destina verba visando à recuperação dos aterros sanitários. No TAC consta a cooperação entre os órgãos em questão para melhor investimento da verba e remediação do aterro de Itambi.

Assim sendo, colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários. Também, agradecemos desde já vossa atenção e aproveitamos para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Paloma Martins Mendonça
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 35.914

55

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

AUTO DE INFRAÇÃO

Processo nº: E-07/508174/2010

Nº COGEFISEAI/00154997

01 - QUALIFICAÇÃO DO AUTUADO

Nome ou Razão Social:
MUNICIPIO DE ITABORAI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ

GUIA DE REMESSA

Nº	ÓRGÃO REMETENTE	DESTINO	2ª VIA PROTOCOLO
	Gabinete	Sr. Meio Ambiente	
Nº DOCUMENTO		ASSUNTO: Vide A.I. E-07/508174/2010	
	Auto de Infração		

REMETIDO
EM 23 / 09 / 2020
Ass.

RECEBIDO
EM 23 / 09 / 2020
Ass.

...pagamento.
...de multa, os autos serão imediatamente
...para pagamento judicial (Art. 27, Parágrafo único da Lei 3.467/2000).
...a recuperar a área degradada ou indenizar os danos ambientais por ele causados, com seus próprios recursos financeiros,
...disposto no art. 225, § 3, da Constituição Federal e no art. 2º, § 10 e § 11, da Lei 3.467/2000.

06 - PROVAS, INFORMAÇÕES E OUTROS DADOS:

MULTA DIÁRIA NO VALOR DE R$100.000,00 TOTALIZANDO R$253.600.000,00.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020

Leon Medeiros Dalmasso
Gerente de Fiscalização
inea / DIPOS / GEFIS
ID: 5105546-0

LEON MEDEIROS DALMASSO
GERENTE DE FISCALIZAÇÃO

(1ª Via - Autuado / 2ª Via - Processo Administrativo / 3ª Via - COFIS / 4ª Via - Processo de Licenciamento)
Av. Venezuela, nº 110 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

luciamoto

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

AUTO DE INFRAÇÃO

Processo nº: E-07/508174/2010 | **Nº COGEFISEAI/00154997**

01 - QUALIFICAÇÃO DO AUTUADO

Nome ou Razão Social:		CNPJ/CIC:
MUNICÍPIO DE ITABORAÍ		28.741.080/0001-55
Endereço da Atividade: ESTRADA DO SACUDIDO - GLEBA Nº2 SÍTIO SÃO JOSÉ		
Bairro/Distrito: PAMBU	**Município:** ITABORAÍ	**CEP:** 24800000
Atividade Principal: IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.		**Código da Atividade:** 38.61.50
Representante Legal:	**Cargo:**	**Telefone para contato:** 0-
Endereço p/ Correspondência: PRAÇA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, Nº 87	**Município:** ITABORAÍ	**CEP:** 24800-000

02 - DADOS DA OCORRÊNCIA

Local-Área/Quantidade-Corpo Hídrico:	Data da Ocorrência:	Hora:	Medida em GPS:
	17/09/2010	13:55	

03 - DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO

FOI DELIBERADO NA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR - CONDIR, A APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA DE R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), CONFORME ORIENTAÇÃO DA PROCURADORIA DO INEA O PERÍODO SERÁ INICIADO NA DATA DE RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO VPRESEAI/00134098 (20/09/2010) ATÉ O FINAL DA VIGÊNCIA DO 2º TAC (31/01/2016), ACRESCENTADO DE MULTA DE 30% SOBRE O VALOR FINAL, CONFORME ESPECIFICADO NO REFERIDO TAC

Dispositivo Legal Transgredido:
Art. 61 c Art. 101 §7º

Enquadramento Legal:
Verificada infração à legislação de controle ambiental do Estado do Rio de Janeiro no Auto de Constatação Manual Nº 3430/00017/2009 e no relatório de vistoria nº9934/2010, e lavrado o presente Auto de Infração, conforme a Lei nº 3467 de 14/09/2000 e que implica na aplicação da (s) penalidade (s):Multa Diária, Conforme o disposto no art. 2º, inciso; III da mesma Lei.
Aplicação de Penalidades -Multa Diária Multa diária no valor de R$ 100.000,00

04 - ATENÇÃO

Fica informado ao autuado que:
(1) Poderá apresentar impugnação ao auto de infração, no prazo de 20 dias, a contar da data da ciência da autuação (arts. 24-A da Lei 3.467 e 62 do Decreto 41.628/2009). Caso não seja apresentada a impugnação, a multa deverá ser paga no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação da autuação.
(2) No caso de indeferimento da impugnação, deverá a apresentação de recurso no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação da decisão de indeferimento, nos termos do art. 25 da Lei 3.467 e do artigo 63 do Decreto [illegible] nº 41.628/2009. Se o recurso não for apresentado, o pagamento da multa deverá ser efetuado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação da decisão de indeferimento da impugnação. Já se o recurso for indeferido, o prazo para o recolhimento da multa é de 10 (dez) dias contados da data de publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 27 da Lei 3.467/2000.
(3) O pagamento deverá ser efetuado mediante Guia de Depósito Especial emitida pelo INEA, para depósito em conta do FECAM, ou no próprio Auto de Infração, quando o mesmo apresentar código de barras para esse fim.
(4) Uma cópia da Guia quitada deverá ser enviada à COGEFIS - Coordenadoria Geral de Fiscalização, para que seja comprovado o pagamento.
(5) Vencidos os prazos acima previstos sem que o autuado tenha interposto recurso ou efetuado o pagamento da multa, os autos serão imediatamente remetidos à Procuradoria Geral do Estado para inscrição em Dívida Ativa e cobrança do débito, cujo valor será acrescido de 10% de multa moratória para pagamento administrativo na Procuradoria, e de 20% para pagamento judicial (Art. 27, Parágrafo único da Lei 3.467/2000).
(6) Fica o autuado obrigado à recuperar a área degradada ou indenizar os danos ambientais por ele causados, com seus próprios recursos financeiros, conforme o disposto no art. 225, § 3, da Constituição Federal e no art. 2º, § 10 e § 11, da Lei 3.467/2000.

05 - PROVAS INFORMAÇÕES E OUTROS DADOS:

MULTA DIÁRIA NO VALOR DE R$100.000,00 TOTALIZANDO R$253.600.000,00.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2020

Leon Medeiros Dalmasso
Gerente de Fiscalização
inea / DIPOS / GEFIS
ID: 5106545-0

LEON MEDEIROS DALMASSO
GERENTE DE FISCALIZAÇÃO

(1ª Via - Autuado / 2ª Via - Processo Administrativo / 3ª Via - COFIS / 4ª Via - Processo de Licenciamento)
Av. Venezuela, nº 110 - Centro - Rio de Janeiro - RJ

lucianobc

56

Instruções de Impressão
Imprimir em impressora jato de tinta (ink jet) ou laser em qualidade normal. (Não use modo econômico).
Utilize folha A4 (210 x 297 mm) ou Carta (216 x 279 mm) - Corte na linha indicada

Recibo do Pagador

Bradesco | 237-2 | 23796.89801 92000.019361 88000.271309 1 84322536000000

Nome DE ESTADO DO AMBIENTE		Agência / Código do Beneficiário 6888-5/0002713-0	Espécie R$	Quantidade	Carteira / Nosso número 009/20000193688-5
Nº do documento 20000193688	CPF/CNPJ 42498709000109	Vencimento 07/11/2020			Valor documento R$ 283.600.000,00
(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacador
MUNICÍPIO DE ITABORAI CNPJ: 28.741.080/0001-65
ESTRADA DO SACUDIDO - GLEBA Nº2 SÍTIO SA, 0
- CEP: 24800-000

Autenticação mecânica

Instruções
Não aceitar pagamento após o vencimento.
Não aceitar pagamento de valor diferente do apresentado neste boleto.
Processo nº: E-07/508174/2019
Auto de Infração nº: GEIHQEAI/00154997

Corte na linha pontilhada

Bradesco | 237-2 | 23796.89801 92000.019361 88000.271309 1 84322536000000

Local de pagamento
Pagável preferencialmente em qualquer agência BRADESCO

Vencimento 07/11/2020					
Beneficiário SEC DE ESTADO DO AMBIENTE - CNPJ: 42.498.709/0001-09				Agência / Código Beneficiário 6888-5/0002713-0	
Data do documento 06/09/2020	Nº do documento 20000193688	Espécie doc. DM	Aceite N	Data processamento 06/09/2020	Carteira / Nosso número 009/20000193688-5
Uso do banco	Carteira 09	Espécie R$	Quantidade	(x) Valor	(=) Valor documento R$ 283.600.000,00

Instruções (Texto de responsabilidade do beneficiário)
Não aceitar pagamento após o vencimento.
Não aceitar pagamento de valor diferente do apresentado neste boleto.
Processo nº: E-07/508174/2019
Auto de Infração nº: GEIHQEAI/00154997

(-) Desconto / Abatimentos
(-) Outras deduções
(+) Mora / Multa
(+) Outros acréscimos
(=) Valor cobrado

Pagador
MUNICÍPIO DE ITABORAI CNPJ: 28.741.080/0001-65
ESTRADA DO SACUDIDO - GLEBA Nº2 SÍTIO SA, 0
- / - CEP: 24800-000

Cedente

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação

Sacador / Avalista

Corte na linha pontilhada

Failure of server APACHE bridge:

No backend server available for connection: timed out after 10 seconds or idempotent set to OFF or method not idempotent.

57
57
JW

SOBRE O CONDIR

DIRETORIA

REUNIÕES DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

REUNIÕES DE ASSUNTOS GERAIS

Reuniões de Assuntos Gerais

Veja as Reuniões anteriores a 2019.

O que você procura

Período de

Buscar...

Filtrar

94ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE ASSUNTOS GERAIS DO CONDIR DO DIA 27/02/2012

Baixar a pauta

93ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE ASSUNTOS GERAIS DO CONDIR DO DIA 13/02/2012

92ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE ASSUNTOS GERAIS DO CONDIR DO DIA 06/02/2012

91ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE ASSUNTOS GERAIS DO CONDIR DO DIA 30/01/2012

90ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE ASSUNTOS GERAIS DO CONDIR DO DIA 23/01/2012

89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE ASSUNTOS GERAIS DO CONDIR DO DIA 16/01/2012

88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE ASSUNTOS GERAIS DO CONDIR DO DIA 04/01/2012

Baixar a pauta

JU993556 9 BR

RELATÓRIO DE VISTORIA

Nesta data, nos dirigimos, eu, Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo, matrícula n° 35914 e o funcionário Carlos Maurício da Fonseca Mello Filho, matrícula n° 35959 ao aterro de Itambi.

Ressaltamos que o local se encontra dominado pelo tráfico e só foi possível nossa entrada, acompanhados de viatura da Polícia Militar e da Guarda Ambiental Municipal.

O acesso foi realizado por uma rua de difícil acesso, mas com várias residências em terreno lateral ao aterro. O terreno encontra-se cercado por mourões e arames farpados com acesso livre em alguns pontos, como por exemplo a entrada da guarita, na parte alta do terreno e por um campo de futebol, na parte mais baixa (fotos em anexo).

A guarita é composta por uma construção em alvenaria, em estado de deterioração, próxima ao local onde estava instalada uma balança.

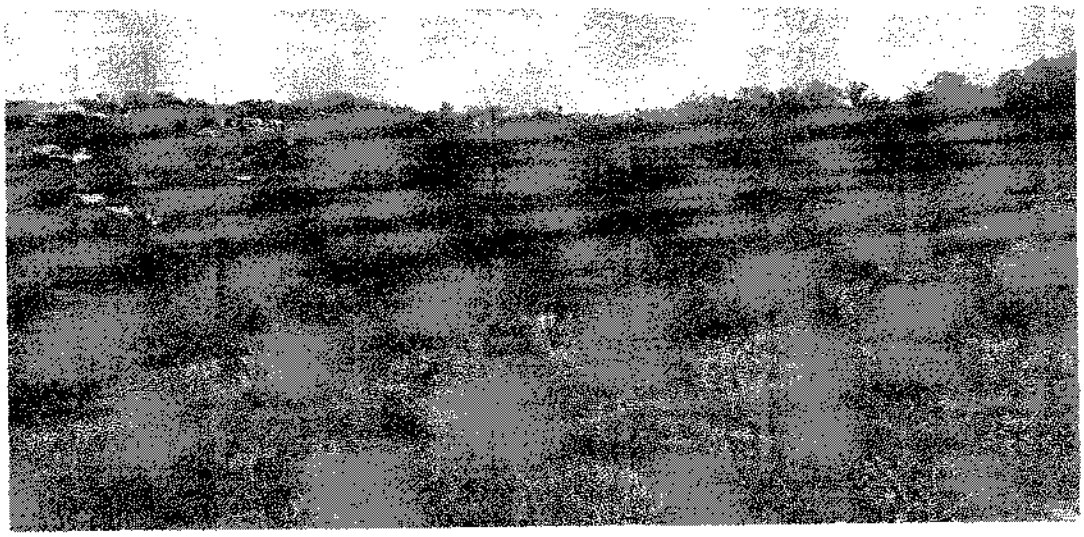
Não foi possível observar piscinas de chorume, assim como resíduos aparentes, apenas uma face exposta, tendo as células sido recobertas completamente por vegetação.

Itaboraí, 06 de outubro de 2020.

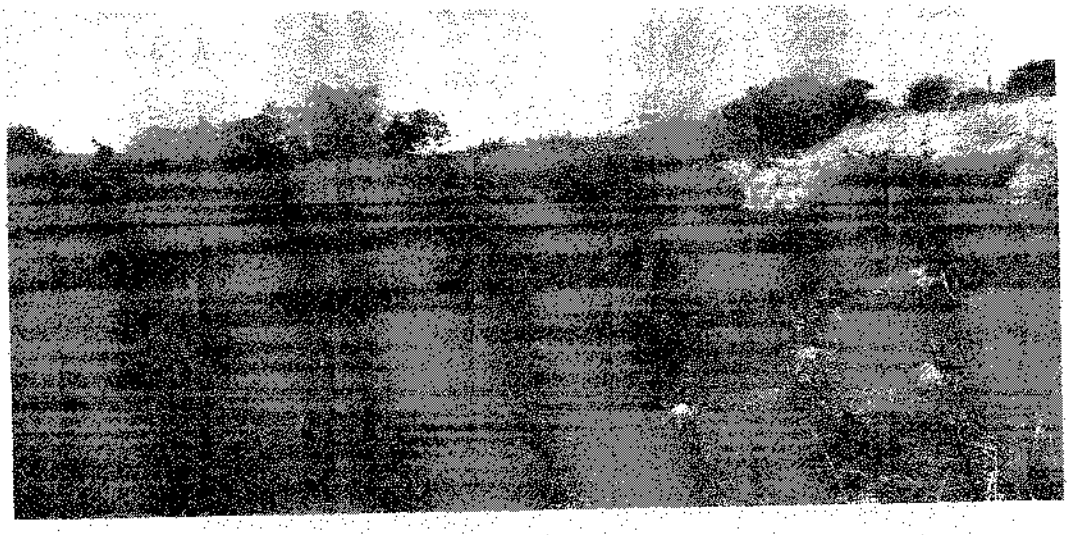
Paloma Martins Mendonça
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 35.914

SEMMAURB
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

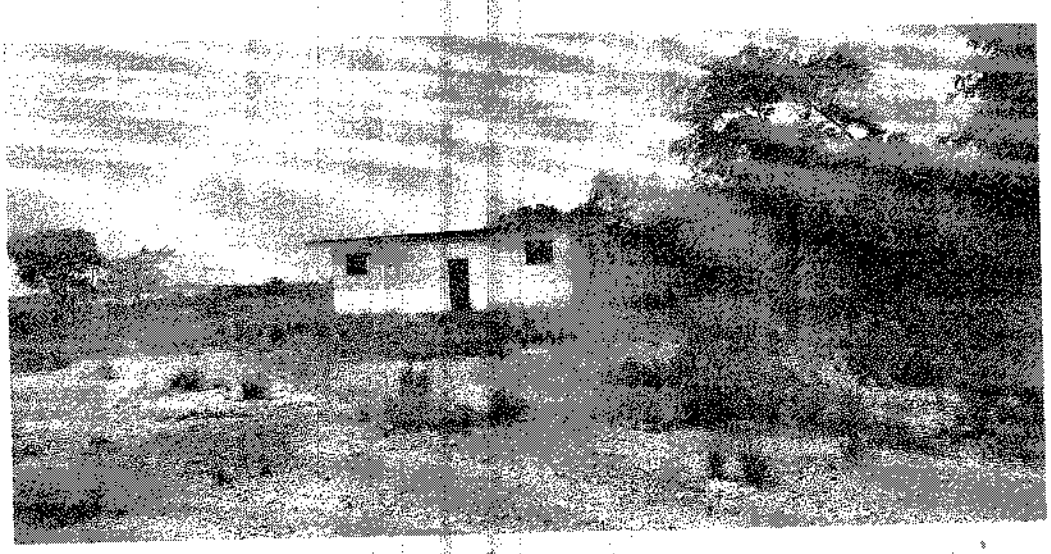
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMMAURB



Cobertura Vegetal



Face exposta



Guarita



Balança

60

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Ouvidoria

Of.INEA/OUVID SEI Nº 1421/2020 Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2020

Ilmo. Senhor

Dr. Tiago Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça Coletiva - Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí - CEP: 24.800-113

Ref.: Ofício nº 1437/2020
PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção ao ofício em epígrafe, referente ao citado procedimento administrativo, que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no Item 5 da Cláusula Sexta do TAC II Comperj, pactuado entre o MPRJ, a Petrobrás, o Inea e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nº 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), nº 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), nº 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e nº 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), sirvo-me do presente para encaminhar a relação dos servidores, e respectivos endereços eletrônicos, até o momento confirmados para a reunião agendada para o dia 29/09/2020, às 14hs, via Plataforma Teams:

1. André Granato - Diretoria de Pós Licença - granato.inea@gmail.com
2. Fabiana Coelho da Silva - Coordenadora TAC COMPERJ - fabianainea@gmail.com
3. Edson Araujo - Coordenador TAC COMPERJ - edson.inea@gmail.com
4. Antônio de Oliveira Azevedo - Coordenador TAC COMPERJ - tuninho.inea@gmail.com
5. Raquel Simões Oliveira Franco Sélos - Diretoria de Licenciamento Ambiental - raquelsfranco@gmail.com

Diante do exposto, e sem mais para o momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Fabiana Coelho da Silva
Ouvidora do INEA
ID nº 4274288-9

Anexos:

Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Coelho da Silva, Ouvidora**, em 23/09/2020, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **8477894** e o código CRC **E9447F4B**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/001010/2020 SEI nº 8477894

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: 21-23345975

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXEC SEI Nº403 Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2020

Exmo. Sr.
Dr. TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 1436/2020
PA 61/2020

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção ao ofício em epígrafe, referente ao citado procedimento administrativo, que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no Item 5 da Cláusula Sexta do TAC II COMPERJ, pactuado entre o MPRJ, a Petrobrás, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nº 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), nº 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), nº 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e nº 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), sirvo-me do presente para encaminhar a relação dos servidores, e respectivos endereços eletrônicos, até o momento confirmados para a reunião agendada para o dia 29/09/2020, às 14hs, via Plataforma Teams:

1. LEONARDO QUINTANILHA - leortoliveira@gmail.com
2. MARIA EDUARDA CASTRO – mariaeduarda.seas@gmail.com

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

EDUARDO PIRES GAMELEIRO
Subsecretário Executivo
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
ID Funcional nº. 3219466-8

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Pires Gameleiro, Subsecretário de Estado**, em

22/09/2020, às 19:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **8475490** e o código CRC **A6164852**.

pires

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/001010/2020 SEI nº 8475490

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

PREFEITURA DE ITABORAÍ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete do Procurador-Geral do Município
Rua Antônio José de Marins, 296, Centro, Itaboraí/RJ, CEP.: 24.800-105
Telefone: (021) 2635-3836

OF PGM Nº 284/2020 - Sistema de Teletrabalho – Decreto Municipal Nº 030/2020

Da: Procuradoria-Geral do Município

Assunto: OF N.º 1438/2020 - 2ª PJTC PA 61/2020 - MPRJ 2020.000174157

Itaboraí, 24 de setembro de 2020.

Excelentíssimo Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, pelo presente, em atenção ao ofício em epígrafe, encaminhar a V.Ex.ª as informações enviadas pela Secretaria Municipal de Obras, através do e-mail anexo, para a reunião do dia 29/09/2020.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)
Luciana Cardoso Costa Bastos
Procuradora do Município
Mat. 31.700

EXMO. SR. PROMOTOR
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça da Tutela Coletiva

LUCIANA CARDOSO COSTA BASTOS <luciana.bastos@itaborai.rj.gov.br>

INFORMAÇÃO DE EMAIL PARA REUNIÃO VIRTUAL - 29/09/2020 PA 61/2020 OFICIO 2ª PJTC 1438/2020

1 mensagem

Assessoria Semob <assessoria.semob@itaborai.rj.gov.br> 23 de setembro de 2020 15:38
Para: LUCIANA CARDOSO COSTA BASTOS <luciana.bastos@itaborai.rj.gov.br>

Prezada Dra. Luciana,
Segue abaixo email para envio do convite para reunião virtual ref. ao PA 61/2020.
" reuniao.semob@hotmail.com"
Att,
--

Assessoria de Gabinete
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Promotor de Justiça
fls 10
03 12

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 11/12/2020.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 05/11/20.

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
65

Ref.: Procedimento Administrativo nº. 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157)

PROMOCÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- Ciente do acrescido às fls. 53/59-v. **Junte-se** na pasta das execuções de TAC.

Itaboraí, 27 de outubro de 2020.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.10.28 10:45:25 -03'00'

Ref.: Procedimento Administrativo n.º 61/2020 (MPRJ – 2020.00174157)

PROMOÇÃO COM REGISTRO DE REUNIÃO VIRTUAL

Aos 29 dias do mês de setembro de 2020, às 14h, teve início reunião por videoconferência, via aplicativo Teams, presentes o DR. **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, Promotor de Justiça Titular; **Pelo INEA: DRA. DIANE RANGEL**, Presidente do INEA; **Pela SEAS: DR. LEONARDO QUINTANILHA**, assessor jurídico chefe da SEAS; **Pelo Município de Itaboraí: DRA. PALOMA MARTINS, DRA. LUCIANA BARROS; DR. CLÓVIS RAIMUNDO THOMÉ DA SILVA NETO, e DR. ANTÔNIO JOSÉ DE LIMA DIAS**;

Inicialmente, pelo Promotor de Justiça foi feito um breve histórico sobre os dois vazadouros de lixo Usina de Triagem e Compostagem e Aterro de Resíduos Sólidos, localizados no Distrito de Itambi e o vazadouro localizado no Distrito de Sossego em relação a celebração dos TACs anteriores, cujo compromisso foi tomado pelo INEA e pelo Ministério Público, mas até agora o Município de Itaboraí não cumpriu integralmente as obrigações do TAC. Em seguida, o Promotor explicou que conseguiu contemplar no TAC I do COMPERJ o valor de R$ 14 milhões de reais para remediação ambiental no Município de Itaboraí, sendo certo que durante as tratativas do TAC esse valor já estava previamente destinado, em comum acordo entre o MP e a SEAS, para remediação ambiental destes dois vazadouros. Em seguida, foi passada a palavra ao Município, à Secretaria de Estado e Sustentabilidade e ao INEA, sendo certo que a Presidente do INEA apresentou uma proposta de trabalho que foi acatada pelo Ministério Público e pelo Munícipio de Itaboraí de maneira que o próprio INEA/SEAS se comprometeu a elaborar uma minuta de Termo de Referência para execução dos serviços de remediação ambiental dos antigos vazadouros. O Município no prazo de 07 (sete) dias fará suas considerações sobre o Termo de Referência. Em seguida, o Ministério Público

encaminhará ao GATE para análise técnica e eventual sugestão de retificação ou complementação do Termo de Referência.

Diante do que foi tratado na reunião, à Secretaria para **oficiar ao INEA Presidência, no dia 29/10/20**, solicitando remeter a minuta do termo de referência relativo ao projeto e execução de remediação ambiental dos dois vazadouros lixo Usina de Triagem e Compostagem e Aterro de Resíduos Sólidos, localizados no Distrito de Itambi e o vazadouro localizado no Distrito de Sossego.

Itaboraí, 29 de setembro de 2020.

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.10.28 14:56:19 -03'00'

(assinado eletronicamente)

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos as fls. 68/86, Ofício/GAB/SEM MAUBB nº 068/2020.
06 / 11 / 20
7787

Fl. 67

Prefeitura Municipal de
Itaboraí
SEMMAURB
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Fl. 68

Itaboraí, 29 de outubro de 2020.

Ofício/GAB/SEMMAURB n. 068/2020

De: **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo**
Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, n. 207, sala 606 – Edifício Double Place Office – Centro – Itaboraí-RJ – CEP: 24.800-113

Assunto: Reunião Virtual de 29.09.2020
Ref.: PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157

Exmo. Sr. Promotor de Justiça,

Em atendimento convencionado na reunião virtual realizada em 29.09.2020 junto com o Instituto Estadual do Ambiente e com a Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade, referente ao processo administrativo em epígrafe, vimos por meio deste, respeitosamente, informar que encaminhamos ao INEA os documentos relativos ao aterro de Itambi e ao vazadouro de Jardim Ferma em 09.10.2020, digitalmente por e-mail (Anexo I), e em 15.10.2020, presencialmente (Anexo II).

Neste momento, estamos aguardando a elaboração do Termo de Referência pelo supracitado órgão ambiental estadual.

Sendo estes os elementos que possuímos para subsidiá-los com as informações solicitadas, reiteramos nossa disposição em colaborar para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários e renovamos nossos protestos de mais alta estima e elevada consideração.
Atenciosamente,

Paloma Martins Mendonça
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 35.914

MPRJSP2TCDITB 20200829940 001120 11:14:10

69

Cristiane Borborema Chaché <cristiane.chache@itaborai.rj.gov.br>

Envio de documentos - Aterros de Itaboraí

2 mensagens

Paloma Martins Mendonça <paloma.mendonca@itaborai.rj.gov.br> 9 de outubro de 2020 15:08
Para: presidencia@inea.rj.gov.br, "Drª. Luciana Bastos" <luciana.bastos@itaborai.rj.gov.br>, Cristiane Borborema Chaché <cristiane.chache@itaborai.rj.gov.br>

Prezada Senhora,
Segue em anexo documentos referentes aos aterros de Itambi e Ferma conforme solicitado em reunião realizada em 29 de setembro, junto com o Ministério Público Estadual.
Informo que a via física será protocolada na próxima semana.

Att
Paloma Martins Mendonça
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Prefeitura de Itaboraí
(21) 99849-5591
(21) 3639-1908 ramal 207

Oficio 35 - Semmaurb aterro.pdf
4518K

Paloma Martins Mendonça <paloma.mendonca@itaborai.rj.gov.br> 29 de outubro de 2020 14:26
Para: Cristiane Borborema Chaché <cristiane.chache@itaborai.rj.gov.br>

Paloma Martins Mendonça
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Prefeitura de Itaboraí
(21) 99849-5591
(21) 3639-1908 ramal 207

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Oficio 35 - Semmaurb aterro.pdf
4518K

Fl. 70

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí, 07 de outubro de 2020.

Ofício SEMMAURB n. 35/2020

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Gabinete

Instituto Estadual do Ambiente
Avenida Venezuela, 110 – Saúde, Rio de Janeiro, RJ

Assunto: Encaminhamento de Documentos - Aterro Sanitário

Prezada Senhora,

Atendendo a vossa solicitação, encaminhamos os últimos relatórios de vistoria realizadas em outubro de 2020 nos aterro de Itambi e Vazadouro de Ferma. Encaminhamos também o processo de contratação de empresa para a realização de projeto básico que não foi concluído por questões orçamentárias.

São encaminhadas ainda as estimativas de orçamento de remediação dos referidos aterros enviados ao Ministério Público Estadual.

Informo que já foram solicitadas a limpeza dos acessos, bem como alocação de servidores para atuarem como vigilantes, bem como o reestabelecimento de fornecimento de energia elétrica para os locais.

Renovamos nossos protestos de mais alta estima e elevada consideração e coloco-me a disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Paloma Martins Mendonça
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 35.914

SEMMAURB
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

PMI-RJ SEMMAURB
Processo n. _____
Rubrica:_____ Folhas:____

De: Lélia Zany Guimarães de Mello - Fiscal de Meio Ambiente - Matr. n. 18.663
Para: Paloma Martins Mendonça – Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Matr.n. 35.914

Assunto: Vistoria Aterro Sanitário / ETE Jardim Ferma

RELATÓRIO DE VISTORIA

Procedemos, na presente data, esta Fiscal e Paloma Martins Mendonça, Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, Matr. n. 35.914, ao local de coordenadas geográficas 718294,00mE e 7485566,00mS;

O local serviria à instalação de uma Estação de Tratamento de Efluentes(ETE) do Estado;

O acesso se faz por uma estrada de terra em péssimas condições de tráfego, praticamente intransitável; totalmente tomada pela vegetação(mato);

O terreno é cercado por mourões e arame farpado; a entrada se faz por um portão de madeira(tipo porteira de fazenda), que estava encostado no momento da vistoria;

Há no local designado para construção da ETE umas construções de alvenaria parcialmente destruídas e também tomadas por vegetação invasora. Em alguns lugares só restaram os alicerces. Há também, junto ao portão de entrada, uma pequena guarita de madeira; todo o conjunto está a certa distância do rio Várzea(Vargem), apresentando aparência de abandono;

Várias residências foram instaladas via de acesso, ao longo da via, e inclusive dentro do próprio terreno, junto à edificação de aspecto abandonado, que serviria à instalação da Estação de Tratamento de Efluentes; relatório fotográfico em anexo.

Itaboraí, 02 de Outubro de 2020.

Lélia Zany Guimarães de Mello
Fiscal de Meio Ambiente
Matr. n. 18.663

Paloma Martins Mendonça
Secretária SEMMAURB
Matr.n. 35.914

SEMMAURB
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

71

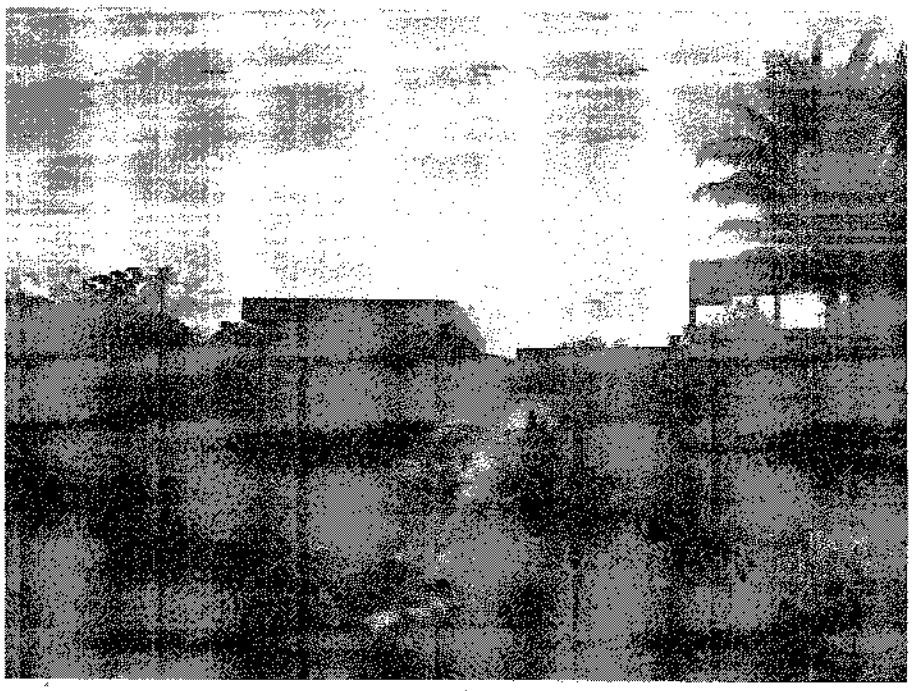
PMI-RJ SEMMAURB
Processo n. _____
Rubrica:_____ Folhas:____

Relatório fotográfico do local

Portão de entrada



Vistas da edificação da ETE



SEMMAURB
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAI
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

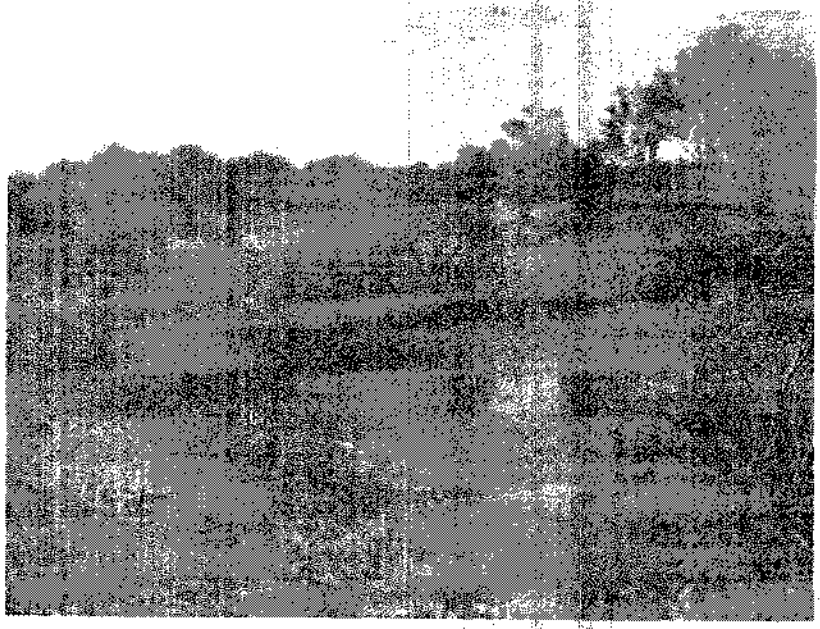
Itaboraí

PMI-RJ SEMMAURB

Processo n. _____

Rubrica:_____ Folhas:____

Outras vistas da ETE(fotos tiradas da entrada)





SEMMAURB
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

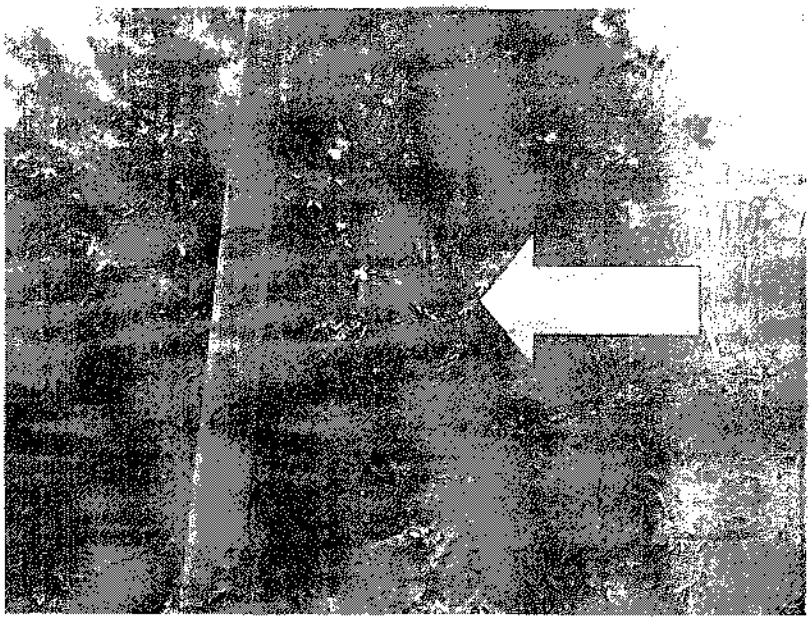
72

PMI-RJ SEMMAURB

Processo n. _____

Rubrica:_____ Folhas:____

Casa erguida junto à edificação da ETE





SEMMAURB
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMMAURB

RELATÓRIO DE VISTORIA

Nesta data, nos dirigimos, eu, Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo, matrícula nº 35914 e o funcionário Carlos Maurício da Fonseca Mello Filho, matrícula nº 35959 ao aterro de Itambi.

Ressaltamos que o local se encontra dominado pelo tráfico e só foi possível nossa entrada, acompanhados de viatura da Polícia Militar e da Guarda Ambiental Municipal.

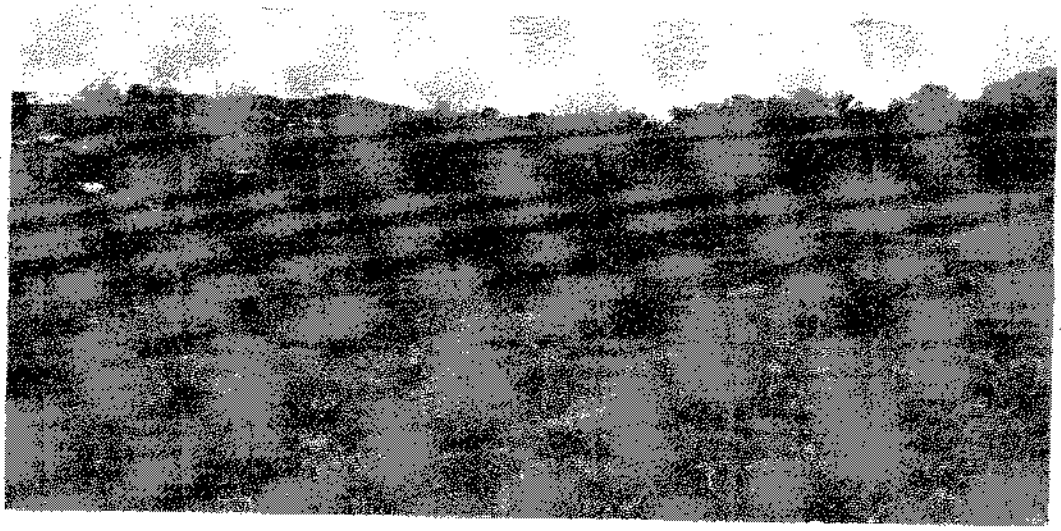
O acesso foi realizado por uma rua de difícil acesso, mas com várias residências em terreno lateral ao aterro. O terreno encontra-se cercado por mourões e arames farpados com acesso livre em alguns pontos, como por exemplo a entrada da guarita, na parte alta do terreno e por um campo de futebol, na parte mais baixa (fotos em anexo).

A guarita é composta por uma construção em alvenaria, em estado de deterioração, próxima ao local onde estava instalada uma balança.

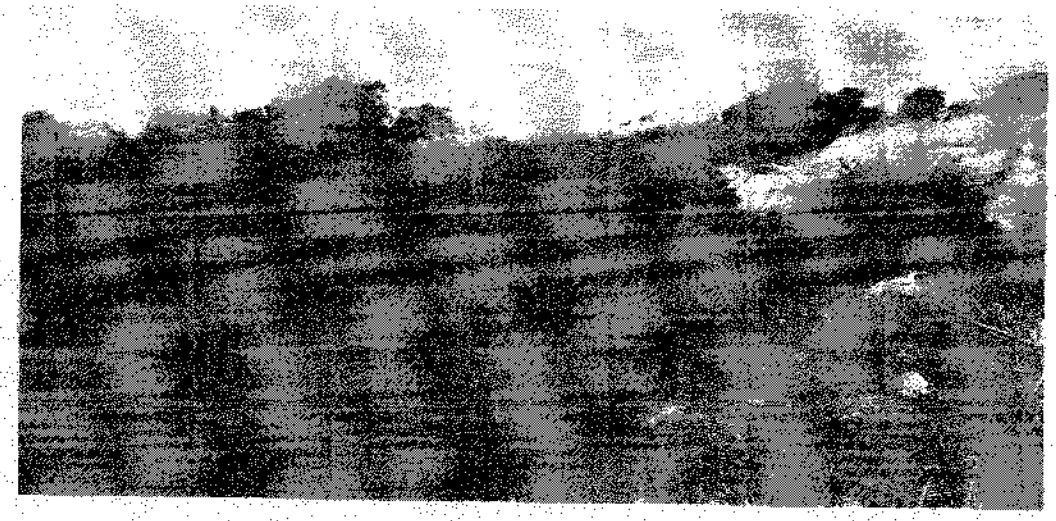
Não foi possível observar piscinas de chorume, assim como resíduos aparentes, apenas uma face exposta, tendo as células sido recobertas completamente por vegetação.

Itaboraí, 06 de outubro de 2020.

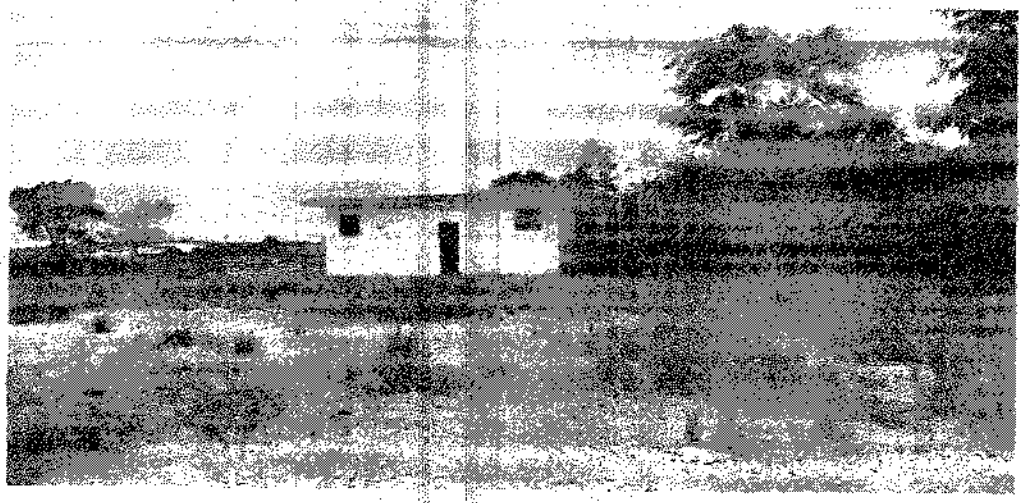
Paloma Martins Mendonça
Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 35.914



Cobertura Vegetal



Face exposta



Guarita



Balança

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

CI / SEMMAURB Nº 20200215126

Itaboraí, sexta, 02 de outubro às 16h11

De: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Gabinete do Secretário

Para: Secretaria Municipal de Serviços Públicos - Gabinete do Secretário

Assunto: Solicitação de Limpeza de Via - Aterro de Ferma

CI SEMMAURB 173/2020

De: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Gabinete

Para: Secretaria Municipal de Serviços Públicos - Gabinete

Prezado Senhor Secretário,

Venho por meio desta, encaminhar relatório de vistoria realizada por mim e pela Fiscal de Meio Ambiente, Sra. Lélia de Mello, realizada na presente data, em atendimento as solicitações por parte do Ministério Público Estadual e pela Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade em reunião realizada em 29 de setembro.

Tendo em vista as dificuldades de acesso ao aterro de Ferma, conforme fotografias em anexo, solicito limpeza na via de acesso, com remoção de vegetação para que possam ser realizadas as intervenções solicitadas pelo Ministério Público.

Apesar da ciência do grande volume de trabalho em sua Secretaria, solicito urgência no atendimento a solicitação em virtude do auto de infração IOPRESEAI/00134093 emitido pelo Instituto Estadual de Ambiente.

Contando com sua colaboração, aproveito para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Assinatura Eletrônica

Este documento foi assinado eletronicamente por **PALOMA MARTINS MENDONÇA** - Matrícula: 35.914 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo / SEMMAURB em 2020-10-02 16:12:06 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 6º, §3º, do Decreto Municipal nº 29 de [illegible] de 2020.

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

CI / SEMMAURB Nº 20100215127

Itaboraí, sexta, 02 de outubro às 16h44

Da: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Gabinete do Secretário

Para: Gabinete do Prefeito - Gabinete do Prefeito

Assunto: Solicitação de Funcionários - URGENTE

CI SEMMAURB 174/2020

De: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Gabinete

Para: Gabinete do Prefeito - Gabinete

Prezado Senhor Chefe de Gabinete,

Venho por meio deste, encaminhar relatório de vistoria realizada por mim e pela Fiscal de Meio Ambiente, Sra. Lélia de Mello, realizada na presente data, em atendimento as solicitações por parte do Ministério Público Estadual e pela Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade em reunião realizada em 29 de setembro.

Nesta ocasião, em virtude das tratativas referentes ao TAC II do Comperj, ficou decido em reunião, que o Instituto Estadual do Ambiente irá elaborar o Termo de Referência para remediação dos aterros de Itambi e Ferma e o município irá providenciar limpeza e vigilância no local.

Tendo em vista as dificuldades de acesso aos aterros e a crescente violência no local, solicito que sejam providenciados dois funcionários, para cada aterro, preferencialmente moradores das localidades para controlar tal acesso e permitir que possam ser realizadas as intervenções solicitadas pelo Ministério Público.

Apesar da ciência de grande volume de trabalho em sua Secretaria, solicito urgência no atendimento a solicitação em virtude do auto de infração VPRESEAI/00134093 emitido pelo Instituto Estadual do Ambiente que trata de multa por descumprimento no valor de R$253.600.000,00.

Contando com sua colaboração, aproveito para renovar prestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Assinatura Eletrônica

Este documento foi assinado eletronicamente por **PALOMA MARTINS MENDONÇA** - Matrícula: 35.014 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo / SEMMAURB em 2020-10-02 16:45:08 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 6º, §3º, do Decreto Municipal nº 29, de 23 de março de 2020.

Prefeitura Municipal de
Itaboraí
SEMMAURB
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

75

CI /SEMMAURB Nº 176/2020

Da: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Para: Secretaria Municipal de Serviços Públicos

Assunto: Solicitação de instalação de Energia Elétrica

Prezado,

Cumprimentando-o cordialmente, venho através desta, solicitar a inclusão dos novos clientes, no quadro e consumo da Concessionária Ampla/Enel, conforme descrito abaixo:

- VAZADOURO JARDIM FERMA
  Rua Domicílio Correa, S/N – Jardim Ferma – Itaboraí – RJ

- VAZADOURO ITAMBÍ
  Estrada do Sacudido, Gleba 02 - S/N – Itambi – Itaboraí – RJ

Vale ressaltar que no VAZADOURO DE ITAMBÍ já existe rede de energia e uma estrutura que deverá ser aproveitada para a instalação do Relógio enquanto no VAZAROURO DO JARDIM FERMA será necessário uma expansão de REDE de ENERGIA ELETRICA até a entrada do empreendimento e após isso a construção da estrutura para a colocação do Relógio.

Sem mais para o momento, agradecemos o apoio e elevamos votos de estima e consideração.

Itaboraí, 08 de setembro de 2020.

05/10/20
41471

Lucas Barbosa Cortinhas
Sub-Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 35.943

SEMMAURB
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

CÓPIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí, 12 de agosto de 2019.

Recebido em 13/08/19.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça
Mat. 3220

Ofício/GAB/SEMMAURB n. 077/2019

De: **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo**
Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua Liajane Carvalho da Silva, lote B, quadra 22, sala 105, Nancilândia – Itaboraí-RJ – CEP: 24.800-000

Assunto: Ofício 2ª PJTC n. 914/19
Ref.: PA 105/2019 – MPRJ 2019.00629296

Exmo. Sr. Promotor de Justiça,

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste informar que em 03.05.2019 foi editado o Decreto Municipal n. 43 que transferiu as atribuições de gestão, controle e ações de remediação do passivo no aterro sanitário de Itambi e no vazadouro de Ferma para esta Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo.

Visando executar todas as ações emergenciais constantes no Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado em 2010, elaboramos o levantamento de custos para implantação das medidas de remediação, recomposição, recuperação e monitoramento com base no Projeto Básico elaborado para a remediação das localidades de 2017.

O custo total para a execução das ações, que pode variar conforme detalhamento a ser estabelecido no Projeto Executivo, foi estimado em R$ 11.524.086,39 (onze milhões, quinhentos e vinte e quatro mil e oitenta e seis reais e trinta e nove centavos), para o Aterro Sanitário de Itambi, e R$ 11.091.527,89 (onze milhões, noventa e um mil, quinhentos e vinte e sete reais e oitenta e nove centavos), para o Vazadouro de Ferma, conforme o Processo Administrativo 3810/2018.

Contudo, diante das dificuldades financeiras, em razão da crise de arrecadação pela qual o Município passa e que assola o país como um todo, ainda estamos em busca de recursos financeiros para concretizar as medidas.

76
fls

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Sendo estes os elementos que possuímos, até o momento, reiteramos nossa disposição em colaborar para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários e renovamos nossos protestos de mais alta estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

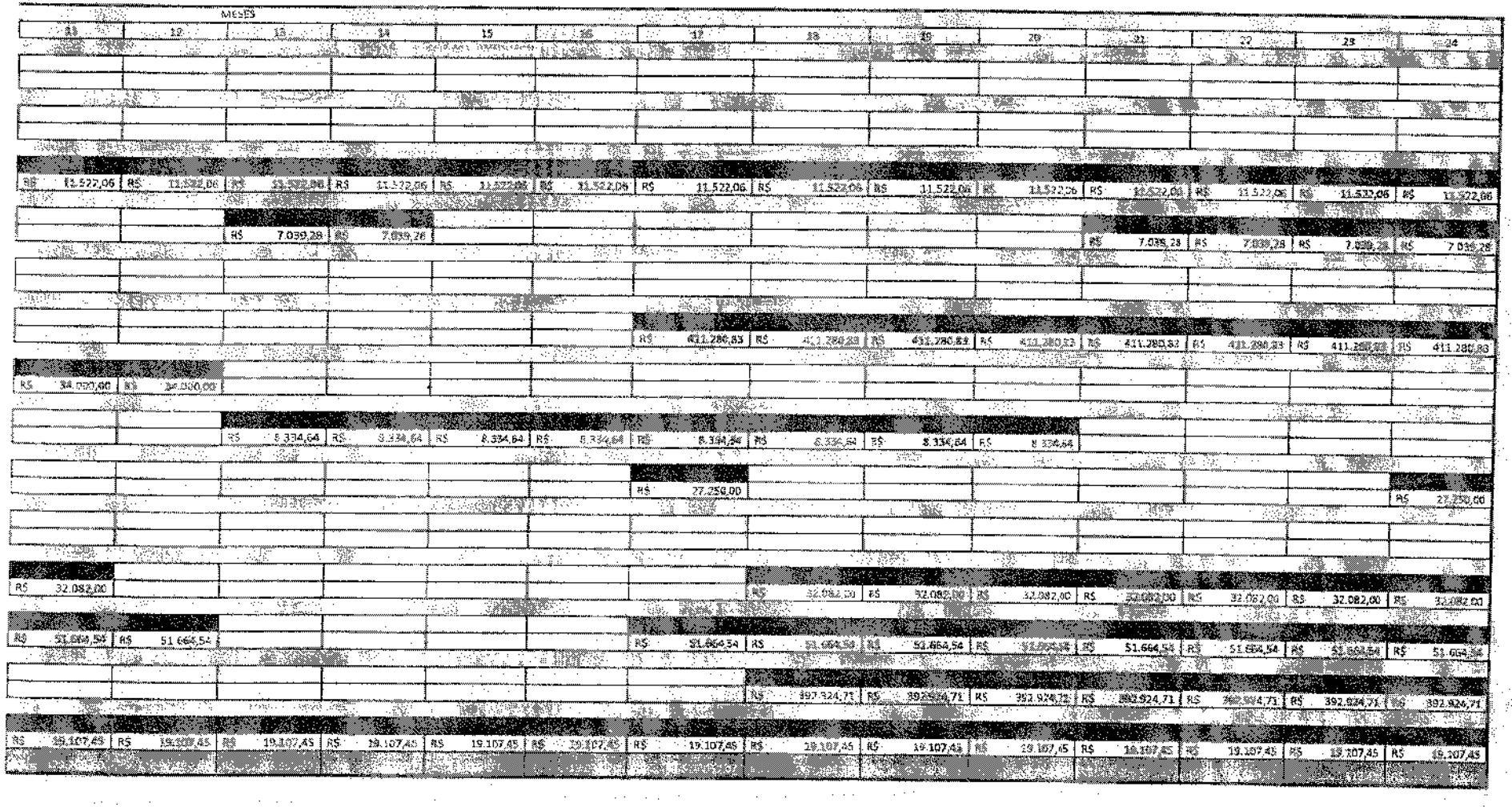
Paloma Martins Mendonça
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 35.914

Levantamento de Custos para implantação de medidas de Remediação,
Recomposição, Recuperação e Monitoramento do Aterro de Resíduos Sólidos
Urbanos, localizado no Distrito de Itambi, Município de Itaboraí.
ESPECIFICAÇÃO:
AÇÕES EMERGENCIAIS DETERMINADAS PELO TAC 005/2010, A SEREM
EXECUTADAS NO ATERRO SANITÁRIO DE ITAMBI, ITABORAÍ - RJ

PLANILHA DE ORÇAM

ITEM	AÇÕES	TOTAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	Projeto Executivo											
1.1	Projeto Executivo	R$ 144.452,34	R$ 48.150,78	R$ 48.150,78	R$ 48.150,78							
2	Cercamento do perímetro											
2.1	Cercamento	R$ 83.232,96		R$ 27.744,32	R$ 27.744,32	R$ 27.744,32						
3	Disponibilização de Vigilância											
3.1	Quatro vigias em regime de 12 x 36h de trabalho, 7 dias por semana	R$ 276.539,48	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06
4	Reestruturação dos Acessos											
4.1	Revitalização dos Acessos	R$ 56.314,28					R$ 7.039,28	R$ 7.039,28				
5	Recomposição e Estabilização dos Taludes											
5.1	Recomposição de taludes e estabilização com grama	R$ 2.738.400,32					R$ 684.600,08	R$ 684.600,08	R$ 684.600,08	R$ 684.600,08		
6	Instalação de sistema de tratamento de chorume											
6.1	Sistema de Tratamento de Chorume	R$ 3.290.246,64										
7	Instalação de Sistema de Drenagem de águas pluviais											
7.1	Sistema de Drenagem de águas	R$ 170.800,00								R$ 34.000,00	R$ 34.000,00	R$ 34.000,00
8	Instalação de Sistema de Drenagem de Gases											
8.1	Sistema de Drenagem de Gases	R$ 66.677,76										
9	Realização de sondagens para verificação do nível do lençol freático com determinação do perfil geológico											
9.1	Sondagens para verificação do nível do lençol freático com determinação do perfil geológico	R$ 109.900,00	R$ 27.250,00								R$ 27.250,00	
10	Recuperação e ampliação da barreira hidráulica											
10.1	Manutenção na barreira Hidráulica	R$ 523.558,50					R$ 80.869,63	R$ 80.869,63	R$ 80.869,63	R$ 80.869,63		
11	Tratamento Paisagístico e construção de cinturão verde											
11.1	Tratamento Paisagístico e construção de cinturão verde	R$ 384.384,60							R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00
12	Destinação de Chorume											
12.1	Destinação de Chorume	R$ 671.639,04								R$ 51.664,54	R$ 51.664,54	R$ 51.664,54
13	Monitoramento Ambiental											
13.1	Monitoramento Ambiental	R$ 2.750.472,96										
14	Administração Local da Obras											
14.1	Administração da Obras	R$ 458.578,87	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45

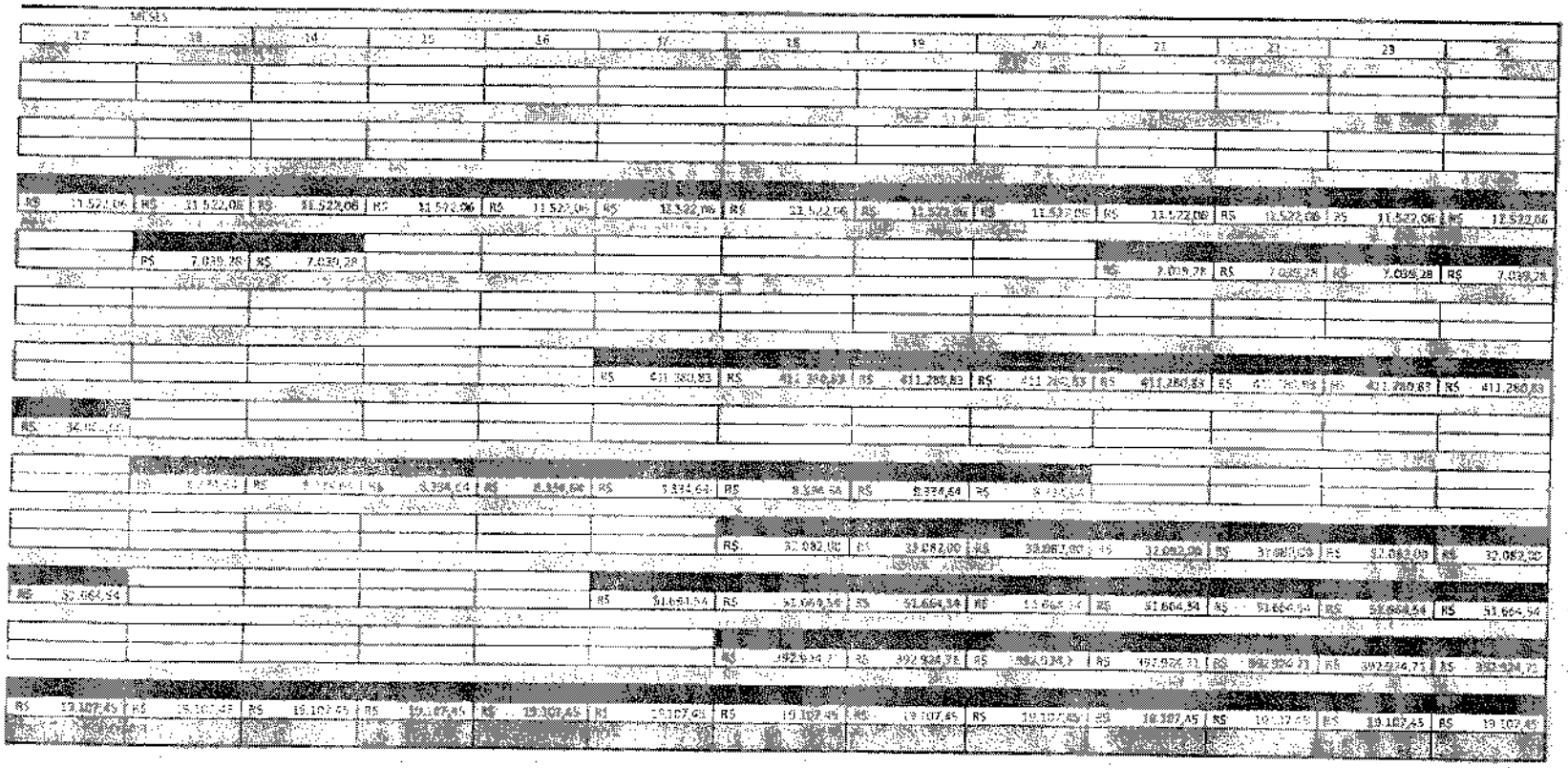
ENTO


MESES
R$ 11.522,06
R$ 7.039,28
R$ 411.280,83
R$ 8.334,64
R$ 27.250,00
R$ 32.082,00
R$ 51.664,54
R$ 392.924,71
R$ 19.107,45

Lançamento de Custos para Implantação de medidas de Remediação,
Recomposição, Recuperação e Monitoramento do Aterro de Resíduos Sólidos
Urbanos, localizado no Distrito de Itaroti, Município de Itaboraí.
ESPECIFICAÇÃO:
AÇÕES EMERGENCIAIS DETERMINADAS PELO TAC 005/2010, A SEREM
EXECUTADAS NO ATERRO SANITÁRIO DA FERMA, ITABORAÍ / RJ

PLANILHA DE ORÇAMENTO

ITENS	AÇÕES	TOTAL		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1	Projeto Executivo													
1.1	Projeto Executivo	R$	144.457,94	R$ 48.150,78	R$ 48.150,78	R$ 48.150,78								
2	Cercamento de perímetro													
2.2	Cercamento	R$	83.232,96		R$ 27.744,32	R$ 27.744,32	R$ 27.744,32							
3	Disponibilização de Vigilância													
3.3	Quatro vigias em regime de 12 x 36 de trabalho, 7 dias por semana	R$	226.512,48	R$ 11.622,06	R$ 11.622,06	R$ 11.622,06	R$ 11.622,06	R$ 11.622,06	R$ 11.622,06	R$ 11.622,06	R$ 11.622,06	R$ 11.622,06	R$ 11.622,06	R$ 11.622,06
4	Requalificação de Acessos													
4.4	Revitalização dos Acessos	R$	99.314,29					R$ 2.839,28	R$ 2.839,28					
5	Recuperação e Estabilização dos Taludes													
5.5	Reconformação da taludes e estabilização com grama	R$	2.328.430,33					R$ 664.600,08	R$ 664.600,08	R$ 664.600,08	R$ 664.600,08			
6	Instalação de Sistema de Tratamento de Chorume													
6.1	Sistema de Tratamento de Chorume	R$	3.299.346,65											
7	Instalação de Sistema de Drenagem de águas pluviais													
7.7	Sistema de Drenagem de águas	R$	870.000,00								R$ 34.000,00	R$ 34.000,00	R$ 34.000,00	R$ 34.000,00
8	Instalação de Sistema de Drenagem de Gases													
8.8	Sistema de Drenagem de Gases	R$	611.173,08											
9	Tratamento Paisagístico e Construção de cortina verde													
9.9	Tratamento Paisagístico e construção de cortina verde	R$	284.984,00							R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00
10	Destinação de Chorume													
10.10	Destinação de Chorume	R$	471.639,04								R$ 53.864,54	R$ 53.864,54	R$ 53.864,54	R$ 53.864,54
11	Monitoramento Ambiental													
11.11	Monitoramento Ambiental	R$	2.700.972,96											
12	Administração Local da Obras													
12.12	Administração da Obras	R$	476.576,80	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45


MESES
17
18
19
20
21
22
23
24
R$ 11.522,06
R$ 7.039,28
R$ 411.280,83
R$ 8.334,64
R$ 32.082,00
R$ 31.664,54
R$ 392.924,71
R$ 19.107,45

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
Estado do Rio de Janeiro

Impresso por PATRICIA.MELO 28/08/2018

Abaixo assinado a seguir, qualificando, vem requerer:

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 3610 / 2018 vol.0

Data de Abertura : 28/08/2018
Assunto : **AQUISICAO DE MATERIAL E/OU CONTRATACAO DE SERVICO**

Interessado : SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVICOS PUBLICOS
Endereço : AV.22 DE MAIO , 7071 ,
Bairro : VENDA DAS PEDRAS CEP : 24800097
Cidade : ITABORAI UF : RJ
Telefone : 2136391908 E-mail
Observação : EMPRESA PARA ELABORACAO E COMPLEMENTACAO DE PROJETO EXECUTIVO DE REMEDIACAO DOS ATERROS SANITARIOS DE ITAMBI E FERRA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Endereço: Rua Dr. Fidelis Alves, 101 - Secretaria de Fazenda - Centro - ITABORAI - 24800133 - R
Dias e Horários do Atendimento: De 2ª a 6ª das 08:30hs às 16:30hs

Anexos

79

CAPÍTULO V - ANEXO I

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO PARA CONTRATAÇÕES ATRAVÉS DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

a). Senhor (a). Secretário (a) Municipal

...ramos autorização objetivando a instauração de processo para:

PMI/RJ.
Processo 2610 /2018
Rub. fls. 02

...quisição de Materiais [X] Contratação de Serviços

...de Empenho:

... Ordinário [X] Global [ ] Estimativo

...NTO: Contratação de empresa para elaboração e complementação de projeto executivo de ...tiação dos aterros sanitários de Itambi e Ferna, conforme Termo de Referencia/Projeto Básico ...exo.

...LASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS:

...o:.....

...nte:.....

...grama de Trabalho:.....

...reza de Despesa:..... Subelemento de Despesa:.....

.....

.....

Itaboraí, 28 de agosto de 2018.

SERVIDOR RESPONSÁVEL

AUTORIZO

Ordenador de despesa
(nome e matrícula)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
Estado do Rio de Janeiro

Processo nº 3610 /2018

3610/18
03

DESPACHO DE PROCESSO

Considerando o Objeto deste PA "**EMPRESA PARA ELABORAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE REMEDIAÇÃO DOS ATERROS SANITÁRIOS DE ITAMBI E FERMA**".

Considerando que, após diligencias com o setor responsável pela elaboração do Termo de Referência para o referido objeto, verificou ser mais viável a elaboração de novos Projetos Executivos, e, separadamente para cada localidade, excluindo o Projeto Executivo existente.

Despacho que, o presente processo administrativo, de numero 3610/2018, deverá ser extinto e aberto um novo com o seguinte objeto: "**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS DE ENCERRAMENTO DO ATERRO DE RESÍDUOS DE ITAMBI E VAZADOURO JARDIM FERMA, AMBOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ, RJ**"

Clóvis Raimundo Thomé da Silva Neto
Mat.: 35.909
Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos

80

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS DE ENCERRAMENTO DO ATERRO DE RESÍDUOS DE ITAMBI E VAZADOURO JARDIM FERMA, AMBOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ, RJ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Justificativa – Breve Histórico

A Prefeitura Municipal de Itaboraí, mesmo enfrentando sérias dificuldades financeiras e orçamentárias, realizou em outubro de 2013 uma licitação para contratação de empresa especializada para a realização das "Ações Emergenciais" elencadas no TAC (IC 219/2009). Em fevereiro de 2014 foram iniciadas as obras referentes às Ações Emergenciais.

Ao final de 2014 e no decorrer de 2015, o município de Itaboraí se viu imerso em uma crise sem precedentes devido à queda de arrecadação (principalmente relacionada ao ICMS), fazendo com que a Prefeitura Municipal tivesse que remanejar recursos para poder atender os serviços básicos como Saúde, Educação e Segurança Pública.

A crise, apesar de ter alcance nacional, teve um maior impacto no município de Itaboraí devido à paralisação das obras de construção do COMPERJ, o que desaqueceu o comércio, serviços, indústria, etc. Diante disto, grande parte dos serviços realizados (listados como "emergenciais" no TAC 219/2009) acabaram se deteriorando com o tempo, tendo em vista que não foi realizada a estabilização dos taludes, que acabaram erodindo e soterrando estruturas como drenagens tipo meia-cana, barreira hidráulica, tanques de armazenamento, etc., além de interferir na estruturas dos taludes que haviam recebido obras de reconformação.

O lapso temporal entre a realização das obras emergenciais em 2014 até os dias atuais, além de ter deteriorado as estruturas citadas no parágrafo anterior, também fez com que os "Projetos" realizados em 2012 ficassem obsoletos, já que houve mudanças na estrutura do terreno com as obras que foram iniciadas, mas não foram concluídas.

O município de Itaboraí elaborou os projetos técnicos para remediação do Aterro de Itambi e Antigo Vazadouro (lixão) de Ferma. Entretanto, o projeto contratado em outra gestão não teve em seu escopo, os detalhamentos de estruturas e custos, o que acabou prejudicando a mensuração e precificação dos serviços técnicos a serem licitados.

81

2. Objeto

O objeto da presente contratação é **"SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS DE ENCERRAMENTO DO ATERRO DE RESÍDUOS DE ITAMBI E VAZADOURO JARDIM FERMA, AMBOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ, RJ."**

3. Escopo

O escopo do serviço para cada empreendimento deve principalmente ser capaz de descrever as soluções para atendimentos das Ações Emergenciais, de Ações de Médio Prazo e Ações de Longo Prazo, previstas no TAC 219/2012 (Anexo I), celebrado entre Prefeitura Municipal de Itaboraí, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ e Instituto Estadual do Ambiente – INEA, além de garantir maior qualidade ambiental futura para as áreas afetadas e incluí os seguintes itens:

1. Realização de levantamento topográfico;
2. Execução de sondagens para caracterização geológica da área;
3. Especificação e dimensionamento dos volumes de cortes e aterros para reconformação geométrica do maciço de resíduos e acessos, com estudos de estabilidade;
4. Especificação e dimensionamento das drenagens de percolados (transversais e periféricas), com destinação para tanques ou lagoas;
5. Especificação e dimensionamento das drenagens de gases;
6. Especificação e dimensionamento das drenagens pluviais, incluindo deságues;
7. Especificação e dimensionamento do sistema de cobertura final;
8. Especificação e dimensionamento dos tanques ou lagoas para armazenamento dos percolados;
9. Especificação e dimensionamento de barreira hidráulica provisória para isolamento da área do maciço;
10. Especificação e dimensionamento do cercamento e segurança da área;
11. Elaboração das pranchas e desenhos técnicos a nível básico de detalhamento;
12. Especificação dos monitoramentos geotécnico e ambiental;

13. Especificação da destinação futura da área;

14. Especificação dos materiais e serviços;

15. Especificação dos quantitativos e estimativa de custos baseada em tabelas oficiais de preços e pesquisa de mercado;

16. Curva ABC e Memória de cálculo da estimativa de custos; e

17. Cronograma físico e financeiro de execução das obras;

3.1. Exclusões do escopo

O serviço não inclui a elaboração das pranchas e desenhos técnicos a nível executivo de detalhamento, processos de licenciamento do projeto obra, bem como o acompanhamento técnico da sua execução e os monitoramentos geotécnicos e ambientais posteriores. Também não inclui o gerenciamento de áreas contaminadas, execução de poços de monitoramento, coletas, análises químicas e monitoramento de amostras dos corpos hídricos e águas subterrâneas, análise de riscos ecológicos, plano de manejo de vetores, assim como qualquer item não contemplado nas especificações do escopo acima (item 3).

4. Entregáveis

Para o presente serviço, a CONTRATADA deverá emitir um relatório técnico para cada aterro ou vazadouro contemplando a consolidação de todos os itens do escopo supracitados. Tratar-se-ão de uma versão digital e uma via impressa assinada pelo responsável técnico. Ressalta-se ainda que:

Representações gráficas, pranchas e/ou desenhos obedecerão às normas da ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas;

Os relatórios serão apresentados em língua portuguesa, com arquivos finais em extensão pdf;

Especificação dos quantitativos e estimativa de custos – (Orçamento)

O projeto será acompanhado da respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA-RJ do profissional responsável.

82

5. Prazo

O prazo estimado para a realização do serviço e entrega final dos projetos é de 120 (cento e vinte) dias corridos após a formalização da Carta Contrato.

6. Qualificação técnica

As condições estabelecidas por este documento foram elaboradas com base nas definições estabelecidas pelo Art. 30 da Lei Federal nº 8.666/1993, que estabelece um rol taxativo referente à documentação que pode ser exigida para comprovação de qualificação técnica, com o intuito de que a licitante comprove que possui qualificação técnica mínima necessária para realização do objeto a ser licitado.

Para que a qualificação seja comprovada a licitante deve apresentar os seguintes itens:

Comprovação de aptidão para o desempenho da atividade pertinente, através de certidões ou atestados de obras, com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), emitida em nome do engenheiro que atuou como responsável técnico;

Registro do atestado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;

Funcionário responsável com capacidade técnica comprovada;

Comprovação de vínculo entre o profissional e a licitante;

Apresentação de relação de instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado. Caso necessário;

Os atestados devem informar as características do objeto executado e as condições de sua execução, especialmente se essa execução foi satisfatória, tendo em vista as especificações, os prazos e demais obrigações imputadas à contratada pelos instrumentos convocatório e contratual.

A equipe técnica deve ser formada no mínimo pelos seguintes profissionais:

- 01 (um) Coordenador Geral. (Profissional de nível superior, com comprovada experiência em Saneamento (Resíduos Sólidos) ou com participações na elaboração de estudos na área de Remediação de Áreas Contaminadas;
- 01 (um) Profissional graduado em Engenharia civil, ou Engenharia Agronômica ou Engenharia Sanitária. (Profissional de nível superior, com experiência comprovada na área de atuação e/ou resíduos sólidos).

Obs.: Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

7. Produtos

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	SUB-TOTAL (R$)
01	Elaboração do projeto básico/orçamento de encerramento do aterro de Itambi, Itaboraí-RJ	01	
02	Elaboração do projeto básico/orçamento de encerramento do vazadouro Jardim Ferma, Itaboraí-RJ	01	
	TOTAL		

8. Responsabilidades da Contratante

1. Designar um profissional técnico para os contatos durante o serviço;
2. Fornecer todos os dados, documentos e informações técnicas pertinentes ao empreendimento e realizar possíveis modificações caso haja intervenções de ORGÃOS JURIDICOS SUPERIORES;
3. Fornecer acesso pleno ao empreendimento (ex: licenças, autorizações e cursos de integração).

9. Responsabilidades da Contratante

1. Contratar, treinar e manter empregados e contratados em quantidade e qualificação compatíveis para a execução dos serviços da contratação;
2. Responder por quaisquer acidentes, danos ou prejuízos materiais e/ou pessoais causados à Contratante, seus funcionários e/ou terceiros, por dolo, imperícia e/ou imprudência de seus empregados;
3. Desenvolver boas relações com os funcionários da Contratante, acatando quaisquer instruções e o que mais emanar da fiscalização;
4. Comunicar a Contratante, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na execução dos serviços;
5. Refazer, sem qualquer ônus para a Contratante, os trabalhos executados deficientemente ou em desacordo com o aqui estabelecido;
6. Observar e fazer cumprir com as normas de segurança e saúde ocupacional, tomando todas as precauções e cuidados para garantir a integridade das pessoas envolvidas, bem como evitar danos ou prejuízos por acidentes às coisas próprias ou de terceiros;
7. Observar e fazer cumprir com as normas de representação, mantendo à frente dos serviços um engenheiro, preposto e responsável, que prestará toda a assistência técnica necessária.

Anexo: *TAC 219/2012, celebrado entre Prefeitura Municipal de Itaboraí, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ e Instituto Estadual do Ambiente – INEA.*

10. Responsaveis pela elaboração do documento

p/ Arnaldo Lima da Silva
ASTEC - SEMOB
Mat 576

Levantamento de Custos para implantação de medidas de Remediação, Recomposição, Recuperação e Monitoramento do Aterro de Resíduos Sólidos Urbanos, localizado no Distrito de Itambi, Município de Itaboraí.

ESPECIFICAÇÃO:

AÇÕES EMERGENCIAIS DETERMINADAS PELO TAC 005/2010, A SEREM EXECUTADAS NO ATERRO SANITÁRIO DE ITAMBI, ITABORAÍ - RJ

PLANILHA DE ORÇAMI

ITENS	AÇÕES	TOTAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	Projeto Executivo											
1.1	Projeto Executivo	R$ 144.452,34	R$ 48.150,78	R$ 48.150,78	R$ 48.150,78							
2	Cercamento do perímetro											
2.1	Cercamento	R$ 83.232,96		R$ 27.744,32	R$ 27.744,32	R$ 27.744,32						
3	Disponibilização de Vigilância											
3.1	Quatro vigias em regime de 12 x 36h de trabalho, 7 dias por semana	R$ 276.529,48	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06
4	Reestruturação dos Acessos											
4.1	Revitalização dos Acessos	R$ 56.314,20					R$ 7.039,28	R$ 7.039,28				
5	Reconformação e Estabilização dos Taludes											
5.1	Reconformação de taludes e estabilização com grama	R$ 2.738.400,32					R$ 684.600,08	R$ 684.600,08	R$ 684.600,08	R$ 684.600,08		
6	Instalação de sistema de tratamento de chorume											
6.1	Sistema de Tratamento de Chorume	R$ 3.290.246,64										
7	Instalação de Sistema de Drenagem de águas pluviais											
7.1	Sistema de Drenagem de águas	R$ 170.000,00								R$ 34.000,00	R$ 34.000,00	R$ 34.000,00
8	Instalação de Sistema de Drenagem de Gases											
8.1	Sistema de Drenagem de Gases	R$ 66.677,08										
9	Realização de sondagens para verificação do nível do lençol freático com determinação do perfil geológico											
9.1	Sondagens para verificação do nível do lençol freático com determinação do perfil geológico	R$ 109.000,00	R$ 27.250,00									
10	Recuperação e ampliação da barreira hidráulica										R$ 27.250,00	
10.1	Manutenção na barreira Hidráulica	R$ 323.558,50					R$ 80.889,63	R$ 80.889,63	R$ 80.889,63	R$ 80.889,63		
11	Tratamento Paisagístico e construção de cinturão verde											
11.1	Tratamento Paisagístico e construção de cinturão verde	R$ 384.984,00							R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00
12	Destinação de Chorume											
12.1	Destinação de Chorume	R$ 671.639,04								R$ 51.664,54	R$ 51.664,54	R$ 51.664,54
13	Monitoramento Ambiental											
13.1	Monitoramento Ambiental	R$ 2.750.472,96										
14	Administração Local da Obras											
14.1	Administração da Obras	R$ 458.578,87	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45
	TOTAL	R$ 11.201.038,58	R$ 86.022,24	R$ 86.417,24	R$ 87.417,16	R$ 58.266,38	R$ 704.051,04	R$ 784.564,04	R$ 809.097,77	R$ 854.758,31	R$ 154.514,08	R$ 130.854,00

ENTO

		MESES											
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06
		R$ 7.039,28	R$ 7.039,28							R$ 7.039,28	R$ 7.039,28	R$ 7.039,28	R$ 7.039,28
						R$ 411.280,83	R$ 411.280,83	R$ 411.280,83	R$ 411.280,83	R$ 411.280,83	R$ 411.280,83	R$ 411.280,83	R$ 411.280,83
R$ 34.000,00	R$ 34.000,00												
		R$ 8.334,64	R$ 8.334,64	R$ 8.334,64	R$ 8.334,64	R$ 8.334,64	R$ 8.334,64	R$ 8.334,64	R$ 8.334,64				
						R$ 27.250,00							R$ 27.250,00
R$ 32.082,00							R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00
R$ 51.664,54	R$ 51.664,54					R$ 51.664,54	R$ 51.664,54	R$ 51.664,54	R$ 51.664,54	R$ 51.664,54	R$ 51.664,54	R$ 51.664,54	R$ 51.664,54
							R$ 392.924,71	R$ 392.924,71	R$ 392.924,71	R$ 392.924,71	R$ 392.924,71	R$ 392.924,71	R$ 392.924,71
R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45
R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ [illegible]	R$ [illegible]

Levantamento de Custos para implantação de medidas de Remediação, Recomposição, Recuperação e Monitoramento do Aterro de Resíduos Sólidos Urbanos, localizado no Distrito de Itambi, Município de Itaboraí.

ESPECIFICAÇÃO:

AÇÕES EMERGENCIAIS DETERMINADAS PELO TAC 005/2010, A SEREM EXECUTADAS NO ATERRO SANITÁRIO DA FERMA, ITABORAÍ - RJ

PLANILHA DE ORÇAMI

ITENS	AÇÕES	TOTAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	Projeto Executivo											
1.1	Projeto Executivo	R$ 144.452,34	R$ 48.150,78	R$ 48.150,78	R$ 48.150,78							
2	Cercamento do perímetro											
2.1	Cercamento	R$ 83.232,96		R$ 27.744,32	R$ 27.744,32	R$ 27.744,32						
3	Disponibilização de Vigilância											
3.1	Quatro viglas em regime de 12 x 36h de trabalho, 7 dias por semana	R$ 276.529,48	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06
4	Reestruturação dos Acessos											
4.1	Revitalização dos Acessos	R$ 56.314,20					R$ 7.039,28	R$ 7.039,28				
5	Reconformação e Estabilização dos Taludes											
5.1	Reconformação de taludes e estabilização com grama	R$ 2.738.400,32					R$ 684.600,08	R$ 684.600,08	R$ 684.600,08	R$ 684.600,08		
6	Instalação de sistema de tratamento de chorume											
6.1	Sistema de Tratamento de Chorume	R$ 3.290.246,64										
7	Instalação de Sistema de Drenagem de águas pluviais											
7.1	Sistema de Drenagem de águas	R$ 170.000,00								R$ 34.000,00	R$ 34.000,00	R$ 34.000,00
8	Instalação de Sistema de Drenagem de Gases											
8.1	Sistema de Drenagem de Gases	R$ 66.677,08										
9	Tratamento Paisagístico e construção de cinturão verde											
9.1	Tratamento Paisagístico e construção de cinturão verde	R$ 384.984,00							R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00
10	Destinação de Chorume											
10.1	Destinação de Chorume	R$ 671.639,04								R$ 51.664,54	R$ 51.664,54	R$ 51.664,54
11	Monitoramento Ambiental											
11.1	Monitoramento Ambiental	R$ 2.750.472,96										
12	Administração Local da Obras											
12.1	Administração da Obras	R$ 458.578,87	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45
	TOTAL	R$ 11.091.527,89	R$ 80.672,84	R$ 87.417,16	R$ 87.417,16	R$ 58.266,38	R$ 709.161,42	R$ 706.161,42	R$ 724.971,51	R$ 813.868,08	R$ 137.253,60	R$ 420.268,60

ENTO

	MESES												
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06	R$ 11.522,06
		R$ 7.039,28	R$ 7.039,28							R$ 7.039,28	R$ 7.039,28	R$ 7.039,28	R$ 7.039,28
						R$ 411.280,83	R$ 411.280,83	R$ 411.280,83	R$ 411.280,83	R$ 411.280,83	R$ 411.280,83	R$ 411.280,83	R$ 411.280,83
R$ 34.000,00	R$ 34.000,00												
		R$ 8.334,64	R$ 8.334,64	R$ 8.334,64	R$ 8.334,64	R$ 8.334,64	R$ 8.334,64	R$ 8.334,64	R$ 8.334,64				
R$ 32.082,00							R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00	R$ 32.082,00
R$ 51.664,54	R$ 51.664,54					R$ 51.664,54	R$ 51.664,54	R$ 51.664,54	R$ 51.664,54	R$ 51.664,54	R$ 51.664,54	R$ 51.664,54	R$ 51.664,54
							R$ 392.924,71	R$ 392.924,71	R$ 392.924,71	R$ 392.924,71	R$ 392.924,71	R$ 392.924,71	R$ 392.924,71
R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45	R$ 19.107,45
R$ 229.268,90	R$ 81.150,10	R$ 31.495,97	R$ 28.856,70	R$ 19.856,70	R$ 19.856,70	R$ 483.307,07	R$ 907.858,76	R$ 907.858,76	R$ 907.858,76	R$ 906.513,42	R$ 906.513,42	R$ 906.513,42	R$ 906.513,42

86
fol

Juízo [illegible]

Nesta data, junte aos presentes autos
à fl. 87, OF. PGM. Nº 323/
2020.

Em 13 / 11 / 20

7785

PREFEITURA DE ITABORAÍ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete do Procurador-Geral do Município
Rua Antônio José de Marins, 296. Centro, Itaboraí/RJ, CEP.: 24.800-105
Telefone: (021) 2635-3836

OF PGM Nº 323/2020 - Sistema de Teletrabalho – Decreto Municipal Nº 030/2020

Da: Procuradoria-Geral do Município

Assunto: OF N.º 1438/2020 - 2ª PJTC PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Itaboraí, 22 de outubro de 2020.

Excelentíssimo Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, pelo presente, em atenção ao MPRJ em epígrafe, solicitar a ata da reunião realizada no dia 29/09/2020.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente,

Luciana Cardoso Costa Bastos
Procuradora do Município
Mat. 31.700

MPRJ8P27LDJTB 20200865137 131120 10:26:34

EXMO. SR. PROMOTOR
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça da 2ª Promotoria de Justiça da Tutela Coletiva

88

RE: OF.323.2020 REF. OF Nº 1438/2020 - 2ª PJTC - PA 61/2020 - MPRJ 2020.000174157

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Qua, 28/10/2020 15:04

Para: Lohaine Voga Dutra <lohaine.dutra@itaborai.rj.gov.br>; Luciana Bastos <luciana.bastos@itaborai.rj.gov.br>; fernandagf1.fg@gmail.com <fernandagf1.fg@gmail.com>; Procuradoria Prefeitura de Itaboraí <procuradoria@itaborai.rj.gov.br>

2 anexos (383 KB)

Promoção - E-mail enviado pela Procuradoria-Geral do Município de Itaboraí referente ao PA 61- 2020 (registro de reunião virtual) - Assinado.pdf; promoção registro de reunião PA 61-2020 - Assinado.pdf;

Prezados,

Cumprimentando-os, de ordem do Exmo. Dr. Tiago Veras, sirvo-me do presente para encaminhar, em anexo, a ata da reunião realizada no dia 29/09/2020.
Solicito, por gentileza, que acusem o recebimento.

Atenciosamente,

Cristina Alfradique
Secretaria da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

De: Lohaine Voga Dutra <lohaine.dutra@itaborai.rj.gov.br>
Enviado: quinta-feira, 22 de outubro de 2020 14:43
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>; Luciana Bastos <luciana.bastos@itaborai.rj.gov.br>; fernandagf1.fg@gmail.com <fernandagf1.fg@gmail.com>; Procuradoria Prefeitura de Itaboraí <procuradoria@itaborai.rj.gov.br>
Assunto: OF.323.2020 REF. OF Nº 1438/2020 - 2ª PJTC - PA 61/2020 - MPRJ 2020.000174157

Exma. Dra. Promotora da 2a. PJTC de itaboraí-Magé.

Cumprimentando-a, cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar-lhe o Ofício , conforme sistema de teletrabalho - Decreto Municipal 030.2020.

Nesta oportunidade, esclarecemos que fora criado um controle de Ofícios remoto por esta especializada, tendo em vista a impossibilidade de acompanhar a numeração do gabinete da PGMI e ainda, a necessidade ser o mencionado controle efetuado de forma presencial pelo Gabinete.
Att.

Livre de vírus. www.avg.com.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

89

Ofício 2ª PJTC n° 1907/20
Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157**
(Favor mencionar na resposta)

Itaboraí, 16 de novembro de 2020

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência da existência do Procedimento Administrativo em referência que visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV)**: A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor*".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar seja remetida a minuta do termo de referência relativo ao projeto de execução de remediação ambiental dos dois vazadouros de lixo Usina e Compostagem e Aterro de Resíduos Sólidos, localizados no Distrito de Itambi, e do vazadouro localizado no Distrito de Sossego. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

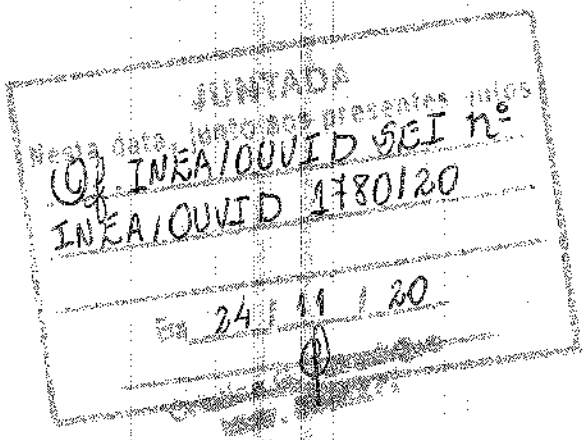
Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação e da promoção de fl. 66, para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710 Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710 Dados: 2020.11.16 09:37:21 -03'00'

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Centro, RJ
CEP: 20.081-312

Expedido em 16/11/20 Matrícula 7787 (via email)


JUNTADA
Of. INEA/OUVID SCI nº
INEA/OUVID 1780/20
Fls. 24 / 11 / 20

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Ouvidoria

Of.INEA/OUVID SEI Nº INEA/OUVID 1780/2020 Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2020

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça Coletiva - Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, 207, salas 606/607, Centro, Itaboraí - CEP: 24.800-113

Ref.: Ofício 2ª PJTC nº 1907/20
PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção ao ofício em epígrafe, referente ao citado procedimento administrativo, que visa apurar o cumprimento da obrigação contida no Item 5 da Cláusula Sexta do TAC II COMPERJ, pactuado entre o MPRJ, a Petrobrás, o Inea e o Estado do Rio de Janeiro, nos autos das Ações Civis Públicas nºs 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV), foi solicitado o envio da minuta do termo de referência, relativo ao projeto de execução de remediação ambiental dos dois vazadouros de lixo Usina e Compostagem e Aterro de Resíduos Sólidos, localizados no Distrito de Itambi, e do vazadouro localizado no Distrito de Sossego.

Neste sentido, esclareço que foi encaminhado expediente para a coordenadoria do referido ajuste no âmbito deste Instituto, para atendimento da presente demanda ministerial.

No entanto, considerando a grande demanda deste órgão ambiental, os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. Parquet, sem embargo dos termos do Decreto Estadual nº 47.176, de 21/07/2020, que dispõe sobre as novas medidas de enfrentamento da propagação do Novo Coronavírus (Covid-19), com todas as vênias devidas, venho rogar a V.Sa. se digne determinar dilação de prazo por mais 60 (sessenta) dias para atendimento da presente requisição.

Diante do exposto, e sem mais para o momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Fabiana Coelho da Silva
Ouvidora do INEA
ID nº 4274288-9

Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Coelho da Silva**, **Ouvidora**, em 18/11/2020, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **10489482** e o código CRC **71413CCE**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/001010/2020 SEI nº 10489482

Avenida Venezuela,, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: 21-23345975

PJ
91

JUNTADA

Nesta data, juntou aos presentes autos
a(o) PJ Nº. 92/97, Obrigação
de Idem à Declaração
Sexta - TAC II COMPERJ
em 24 / 01 / 2021
Matrícula 6208102-0

92

PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157 - Ref. Ofício 2ª PJTC nº 362/2020 - Evidências de Atendimento - Obrigação do Item 5 da Cláusula Sexta - TAC II do COMPERJ.

Ricardo Bevilacqua da Matta Pereira Vasconcellos <ricardobevilacqua@petrobras.com.br>

Seg, 25/01/2021 15:23

Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>; Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>; Thaís Vieira dos Santos <thais.santos@mprj.mp.br>
Cc: Aline Duarte Henriques <alinehenriques@petrobras.com.br>; Fabio Machado Grilo <fabiomgrilo@petrobras.com.br>; Ricardo Bevilacqua <ricardobevilacqua@petrobras.com.br>

5 anexos (2 MB)

Nota Explicativa Obrigação 5.pdf; Anexo I - Comprovante de pagamento-TAC-2 - R$14MM.pdf; Anexo II -Of SEI SEAS-SUBEXEC 444_Informa conta Cláusula Sexta_item 5.pdf; Anexo III-OFÍCIO 2ª PJTC n 6102020_suspensao prazos tacs.pdf; Anexo IV-OFÍCIO CONJUNTO MPRJSEAS N 012020_retomada prazos tacs.pdf;

À 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí.

Aos cuidados do Exmo. Sr. Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes.

PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157.

Referente ao Ofício 2ª PJTC nº 362/2020.

Assunto: Evidências de atendimento da **Obrigação do Item 5 da Cláusula Sexta do TAC II do COMPERJ**, referente às Ações Civis Públicas nº 0009884-52.2018.8.19.0023, nº 0009852-39.2018.8.19.0023, nº 0009897-51.2018.8.19.0023 e nº 0009869-83.2018.8.19.0023.

Em atendimento ao solicitado no anexo Ofício 2ª PJTC nº 362/2020, vimos, por meio desta, informar a Vossa Excelência o cumprimento tempestivo da obrigação constante do item 5 da Cláusula Sexta do TAC II em referência, conforme documentos anexos.

Eis o teor da obrigação cumprida:

"A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta. obrigou-se a "(. . .) apoiar financeiramente o Estado do Rio de janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Por fim, pedimos confirmar recebimento.

Ao ensejo, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Ricardo Bevilacqua da Matta Pereira de Vasconcellos
Advogado Sênior
Petroleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS
Jurídico de Contencioso Estratégico Ambiental.
Ramal: 0707 Rota:714
TelExt: 3224-0707 Chave: JAN7

MPRJSP2TDOITB 2021000686618 270121 16:07:34

PETROBRAS

NOTA EXPLICATIVA - OBRIGAÇÕES DO TAC 2

INFORMAÇÕES DE ATENDIMENTO DO TAC 2 REFERENTE A ACP Nº 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023 0009859-39.2018.8.19.0023 E NÚMERO DE PROCESSO NO INEA SEI-07/026/004.632/2019

ITEM DO TAC:	OBRIGAÇÃO:
5	*"5) Apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor.*
PA MPRJ: 61/2020	

LICENÇA REFERÊNCIA:	PRAZO DE ATENDIMENTO:	STATUS DE ATENDIMENTO:
NA	24/01/2021	ATENDIDO

INFORMAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO DA OBRIGAÇÃO:

Em atendimento a Obrigação 5 da cláusula Sexta do TAC 2 e PA 61/2020 – MPRJ, enviamos o comprovante de depósito em especifica (Anexo I) realizado conforme ofício SEI SEAS-SUBEXEC 444 (Anexo II)

Este atendimento estava previsto inicialmente para 17/08/2020, entretanto, o prazo do TAC foi suspenso por meio do Ofício 2ª PJTC n° 610/2020 do MPRJ (Anexo III), datado e recebido em 24/03/2020, assim como todos os prazos materiais e processuais previstos no instrumento.

Com a retomada dos prazos em 31/08/2020, definida por meio do Ofício Conjunto MPRJ/SEAS n° 01/2020 (Anexo IV), considerou-se a dilação de mais 160 dias da data que originalmente expiraria o prazo de atendimento da obrigação. Dessa forma, o prazo de atendimento desta Obrigação passou a ser 24/01/2021, portanto, o seu atendimento foi concluído no prazo.

DESCRIÇÃO DAS EVIDÊNCIAS DISPONIBILIZADAS:

Anexo I – Comprovante de deposito

Anexo II – Ofício SEI SEAS-SUBEXEC 444

Anexo III - Ofício 2ª PJTC n° 610/2020

Anexo IV - Ofício Conjunto MPRJ/SEAS n° 01/2020

DATA	22/01/2021

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

001 - BANCO DO BRASIL

25/01/2021
10:58:28

==========

CNPJ: 33.000.167/0001-01
Pagador: Petróleo Brasileiro S.A.
AG: 3180-1 CONTA: 377300-0

==========

Data de Pagamento: 22/01/2021
Nr. Documento: 1500074792

CNPJ / CPF: 42498709000109
Favorecido: SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE ES

BCO: 001 - BANCO DO BRASIL
AG: 2234-9
CONTA: 292044-1

VALOR R$: 14.000.000,00

==========

NR AUTENTICAÇÃO: 8515876898CD0FB1

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXEC SEI Nº444 Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2020

Ilma. Sra.
DANIELE LOMBA ZANETI PUELKER
Gerente Geral de Licenciamento Ambiental e Relacionamento Externo
SMS/LARE 0048/2020
Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS
Avenida República do Chile, nº 65, 14º andar, sala 1401, Centro
Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-912

JONATHAN OSSIR 16139559

Assunto: Envio de Conta Específica para Cumprimento das Obrigações de Pagar do TAC 2 do COMPERJ

Referência: TAC nº 02 do COMPERJ

Senhora Gerente,

Cumprimentando-a cordialmente, e em atenção ao assunto em epígrafe, informamos que conforme a Cláusula Sexta, item 5, do referido TAC 2, em verbis:

> Apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí, no valor total de 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado em prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor;

Essa Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade, providenciou a abertura da conta no Banco do Brasil conforme dados abaixo:

Banco do Brasil
Agência: 2234-9
Conta-Corrente nº 292.044-1

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

THIAGO PAMPOLHA
Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
ID. Funcional nº 5086923-0

Documento assinado eletronicamente por **Thiago Pampolha Gonçalves, Secretário de Estado**, em 19/10/2020, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **9396450** e o código CRC **F48C2C94**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/001300/2020 SEI nº 9396450

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ofício 2ª PJTC nº 610/2020 *Itaboraí*, 24 de março de 2020.
Ref: **TAC I e II COMPERJ** (Favor mencionar na resposta)
A/C Dra. Margareth Michels Bilhalva

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para, em resposta ao e-mail encaminhado a esta Promotoria de Justiça no dia 23/03/2020, informar que **todos os prazos relativos aos procedimentos administrativos instaurados por este órgão ministerial para acompanhar e apurar o cumprimento das obrigações constantes nos TAC's I e II do COMPERJ encontram-se suspensos.**

No entendimento do MPRJ, os prazos para cumprimentos das obrigações materiais assumidas pela Petrobras/SEAS/INEA em ambos os TAC's também estão suspensos, diante da impossibilidade fática de cumprimento das obrigações nesse momento de pandemia do coronavírus, em que o próprio Governador decretou estado de emergência no RJ.

O MPRJ ressalta que, excepcionalmente, para eventuais situações emergenciais que serão comunicadas expressa e pontualmente, alguma demanda poderá ser apresentada por esta Promotoria a qualquer cidadão, órgão público ou sociedade empresária, inclusive à Petrobras, evidentemente de forma fundamentada.

Informa-se, ainda, que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral do MPRJ, expediu a Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 21, de 13 de março de 2020 (em anexo), que *disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a adoção de medidas temporárias para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), com o objetivo de assegurar a continuidade das funções ministeriais e o adequado enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS)*.

Posteriormente, expediu-se a Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 23, de 22 de março de 2020 (em anexo), que *disciplina, no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, novas medidas temporárias para a prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19)*. Ressalta-se que o expediente presencial nos órgãos de execução e administrativos do MPRJ está temporariamente suspenso. Os membros e servidores da Instituição permanecem exercendo suas funções regularmente em Regime Diferenciado de Teletrabalho.

Por fim, observa-se que qualquer comunicação direcionada a este órgão ministerial deverá ser encaminhada ao endereço eletrônico *2pjtc.itaborai@mprj.mp.br*.

Segue em anexo cópia da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 21, de 13 de março de 2020 e da Resolução Conjunta GPGJ/CGMP nº 23, de 22 de março de 2020, para fins de ciência.

Ao ensejo, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR PRESIDENTE
PETROBRAS- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A NO RIO DE JANEIRO
Avenida República do Chile, nº 65, Centro – RJ
CEP: 20031-912

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Estado do Rio de Janeiro

Ofício CONJUNTO MPRJ/SEAS nº 01/2020

Itaboraí, 28 de agosto de 2020.

Ref: **TAC´s I e II COMPERJ** (Favor mencionar na resposta)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO, considerando a publicação na presente data da Resolução Conjunta SEAS/INEA nº 27, de 27 de agosto de 2020, cuja cópia segue anexa, comunicam a Vossa Excelência que os prazos dos Termos de Ajustamento de Conduta I e II, celebrados nos autos das Ações Civis Públicas nºs. 0009919-12.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, 0009869-83.2018.8.19.0023 e 0009859-39.2018.8.19.0023, serão retomados a partir de 31/08/2020 (segunda-feira), primeiro dia útil após a publicação do citado ato normativo.

Ao ensejo, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração.

LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA
PROCURADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SEAS

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA - MPRJ

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2020.08.28 12:38:33 -03'00'

AO SENHOR PRESIDENTE
PETROBRAS- PETRÓLEO BRASILEIRO S/A NO RIO DE JANEIRO
Avenida República do Chile, nº 65, Centro - RJ
CEP: 20031-912

VISTA

Nesta data, faço vista destes autos
à(ao) Dr(a) Juiz(a) de Direito
em 22/09/21

9 6209861

Ref.: Procedimento Administrativo nº 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

PROMOÇÃO COM REGISTRO DE REUNIÃO VIRTUAL

Aos 09 dias do mês de março de 2021, às 15:30h, teve início reunião por videoconferência, via aplicativo Teams, presentes o DR. **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, Promotor de Justiça Titular, e **Pelo MUNICÍPIO DE ITABORAÍ: DR. RUBENS CORDEIRO, Procurador do Município de Itaboraí; a Dra. SHEILA NAZARETH RODRIGUES, Secretária de Meio Ambiente; Dr. RAONI CARDOSO, Assessor da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo; e Dr. ANTÔNIO JOSÉ DE LIMA DIAS, Subprocurador Geral do Município de Itaboraí**

Pelos representantes do Município foi dito que: houve contato com o INEA, objetivando agilizar a elaboração do Termo de Referência da remediação dos dois aterros sanitários. Que toda a documentação foi entregue ao INEA. Que o INEA disponibilizou um Termo de Referência extraoficial, mas que estão aguardando o envio oficial do referido termo. Que há dúvidas sobre a gestão dos vazadouros. Que o Município não possui verba para disponibilizar vigiar o local em tempo integral, mas que se comprometeria a realizar vistoria periódica no local, tendo em vista que há apenas dois fiscais e dois analistas na Secretaria de Meio Ambiente. Que ante a dificuldade orçamentária do Município e os problemas enfrentados com a pandemia há dificuldade em realizar um concurso público para suprir a demanda de servidores, ao passo que haveria a possibilidade de remanejar pessoas de outras secretarias para atuar em conjunto e minimizar temporariamente o problema de escassez de servidores na Secretaria de Meio Ambiente.

Pelo Promotor de Justiça foi dito: que o Estado do Rio de Janeiro receberá o valor de R$ 14 milhões que foi destinado para medidas de recuperação de área ambiental no Município de Itaboraí, mas que fica a cargo do Município acompanhar e impulsionar o investimento nos dois vazadouros de lixo Usina de Triagem e Compostagem e Aterro de Resíduos Sólidos,

localizados no Distrito de Itambi e o vazadouro localizado no Distrito de Sossego, até porque a obrigação originária de remediação é do Município. Que o ICMBIO da APA de Guapimirim já realizou reunião visando à remediação ambiental. Em seguida, o Promotor esclareceu que, diante das dificuldades narradas de vigia do local dos aterros (falta de pessoal e pandemia), por ora aguarda pelo menos um relatório periódico de fiscalização. Que em relação ao remanejamento de pessoas, não vê problemas em atuação conjunta (grupos ou forças tarefas multidisciplinares), desde que não haja desvio de função e de finalidade, contudo, se opõe a criação de cargos em confiança e contratação temporária para exercício permanente de funções típicas de Estado, ainda mais de servidores com poder de polícia. O Promotor sugeriu atuação conjunta com a Secretaria de Defesa Civil, a Secretaria de Vigilância Sanitária, c o Departamento de Posturas, objetivando ações de fiscalização.

Pelos representantes do Município foi dito que: em relação a Ação de Execução do TAC nº 0023925-58.2017.8.19.0023 será necessária dilação de prazo por mais 12 meses para o cumprimento das ações de remediação, recomposição, recuperação e monitoramento dos danos ambientais provocados pelos vazadouros. **Pelo Promotor foi dito:** que o Município poderá peticionar nos autos solicitando a dilação de prazo que for indicada pela equipe técnica no TR para o cumprimento das ações de remediação, recuperação e recomposição dos danos ambientais dos aterros.

Nada mais havendo, foi a reunião encerrada.

Em razão do tratado acima, à Secretaria para juntar o presente registro na pasta de acompanhamento da execução e em procedimentos conexos.

Itaboraí, 23 de março de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.03.24 18:22:37 -03'00'

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE SEI Nº100 Rio de Janeiro, 05 de abril de 2021

Exmo. Sr.
Dr. TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: TAC II do COMPERJ – SEI 07/026/004632/2019
Cláusula Sexta, item 5; Cláusula Sétima, item 1 - PA 61|2020
(2020.00174157)

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, as cláusulas Sexta, item 5, e Sétima, item 1, ambas do TAC II do COMPERJ, visam apurar o cumprimento da obrigação da PETROBRAS em depositar o valor de R$ 14.000.000,00 (quatorze milhões) para medidas de recuperação ambiental em Itaboraí e o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) para contratação de auditoria externa pelo Estado do Rio de Janeiro.

Serve o presente para informar a Vossa Excelência que a PETROBRAS depositou os referidos valores, de acordo com os comprovantes anexos, cumprindo tais obrigações tempestivamente.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito, Subsecretário de Estado**, em 08/04/2021, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

bradesco net empresa

Extrato Mensal / Por Período

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE SUSTENTABILIDADE | CNPJ: 042.498.709/0001-09
Nome do usuário: Miguel Angelo Guimaraes
Data da operação: 22/03/2021 - 14h41

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 101 RJ

Agência | Conta	Total Disponível (R$)	Total (R$)
06898 | 0004243-9	725.468,76	725.468,76

Extrato de: Ag: 6898 | CC: 0004243-9 | Entre 01/01/2016 e 22/03/2021

Data	Lançamento	Dcto.	Crédito (R$)	Débito (R$)	Saldo (R$)
16/03/2020	**SALDO ANTERIOR**				0,00
25/09/2020	TED-TRANSF ELET DISPON REMET.PETROLEO BRASILEIRO	9413129	720.000,00		720.000,00
	APLICACAO EM FUNDOS	9970269		-720.000,00	0,00
Total			**720.000,00**	**-720.000,00**	**0,00**

Os dados acima têm como base 22/03/2021 às 14h41 e estão sujeitos a alterações.

Últimos Lançamentos

Não há lançamentos para este tipo de extrato. (SMC.WSE.0004)

Saldos Invest Fácil / Plus

Não há histórico de saldo nas datas pesquisadas. Para consultas de um período superior a 180 dias, contate sua agência. (SMC.WSI.09)

Os dados acima têm como base 22/03/2021 às 14h41 e estão sujeitos a alterações.

Extrato conta corrente

G3330109103558781
01/03/2021 09:20:33

Cliente - Conta atual

Agência	2234-9
Conta corrente	292044-1 ERJ SEA REC AMB ITA
Período do extrato	01/01/2021 até 29/01/2021

Lançamentos

Dt. movimento	Dt. balancete	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
15/10/2020		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
22/01/2021		0000	14134	612 Recebimento Fornecedor PETROLEO BRASILEIRO SA PETROBRAS	1.500.074.792	14.000.000,00 C	14.000.000,00 C
25/01/2021		0000	00000	345 BB CP Automatico S P	70	14.000.000,00 D	0,00 C
29/01/2021		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

OBSERVAÇÕES :

Transação efetuada com sucesso por: JA661741 MIGUEL ANGELO GUIMA.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 102
RJ

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Ofício/GAB/SEMAU nº 041/2021, Ofício/GAB/SEMMAURB nº 057/2021 e Ofício/GAB/SEMMAURB nº 075/2021 (MPRJ - 2021.00313358 e 2021.00332439)

PROMOÇÃO

Trata-se de ofícios encaminhados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí, no qual foi encaminhado cópia dos ofícios que foram endereçados ao INEA, objetivando o prosseguimento ao plano de ação para remediação dos impactos ambientais decorrentes dos antigos vazadouros de Jardim Ferna e Itambi, bem como esclarecendo que ambos os vazadouros de encontram em vias de recuperação.

Nesse diapasão, foi encaminhado o Relatório de Vistoria de Acompanhamento dos Vazadouros de Itambi e Jardim Ferna nº 01/2021, no qual informou-se, em breve síntese, o que se segue: **a)** que no local onde ocupava o antigo lixão de Itambi atualmente é composta por vegetação capim colonião, indivíduos arbustivos e arbóreos pontuais ou espaçados. A ocupação antrópica no local é caracterizada por casas de baixa renda e desprovido de infraestrutura urbana, o restante das proximidades são utilizadas como área para pasto. A estrutura do antigo lixão tem parte ainda preservada, tal como a guarita de segurança, balança de caminhão e uma edificação que parece ter sido o prédio administrativo; e **b)** o local onde ocupava antigo lixão de Itambi se encontra ocupada por vegetação na sua maioria de porte arbóreo, fazendo contato direto com as edificações ali abandonadas. A maioria das estruturas ainda se encontram de pé, mas em mal estado de conservação. Na ocasião, foi observado edificações administrativas e de apoio e os tanques de tratamento. Nos locais em que a vegetação não é arbórea, o solo é coberto por colonião ou não existe cobertura vegetal, nesse caso, o solo encontra-se em forte processo de erosão, já apresentando sinais de ravinamento.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Junte-se** ao PA 105/2019, tendo vista a identidade de objeto, e ao PA 61/2020, por conexão;

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

2- Abra-se imediatamente vista no bojo do PA 105/2019 e PA 61/2020.

Itaboraí, 25 de maio de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.05.25 12:47:21 -03'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 103
RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí, 15 de abril de 20121

Ofício/GAB/SEMAU n. 041/2021

De: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua João Caetano, n. 207, sala 606 – Edifício Double Place Office – Centro – Itaboraí-RJ – CEP: 24.800-113

Assunto: Remediação do Vazadouro Jardim Ferma e Itambi

Exmo. Sr. Promotor de Justiça,

Cumprimentando-o, cordialmente e em atendimento ao solicitado na reunião realizada entre esta Secretaria, a Procuradoria Geral do Município e o Ilmo. Promotor de Justiça, no dia 23/03/2021, vimos por meio deste, encaminhar cópia do Ofício/SEMAU nº 24/2021, entregue ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 24/03/2021, com a finalidade de dar prosseguimento ao plano de ação para remediação dos impactos ambientais decorrentes dos antigos vazadouros de Jardim Ferna e Itambí.

Informamos que ambos os vazadouros se encontram em vias de recuperação.

Desta forma, gostaríamos de demonstrar que estamos empenhados em fortalecer a tutela dos vazadouros no Município, é de nosso interesse colaborar com essa Promotoria e realizar um estudo mais elaborado com vistas a um plano de ação para remediar os impactos ambientais, o quanto antes. Assim, aguardamos uma resposta do INEA sobre o assunto para que possamos informa-los melhor sobre os vazadouros citados acima.

Sendo estes os elementos que possuímos para subsidiá-los com as informações solicitadas, reiteramos nossa disposição em colaborar para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários e renovamos nossos protestos de mais alta estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Sheila N. Rodrigues
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 44.724

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 105
RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Ofício/SEMAU Nº 24/2021
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí
Gabinete

Ao Exmo. Sr. Presidente do Instituto Estadual do Ambiente Sr. Philipe Campello
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Av. Venezuela, 110, 5º andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ

Assunto: Remediação do Vazadouro Jardim Ferma e Itambi.

Cumprimentando cordialmente e a fim de colaborar com o prosseguimento da tramitação para a remediação dos antigos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi, conforme Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre esta Prefeitura Municipal de Itaboraí, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).

Nos mostramos presentes para subsidiar informações que sejam necessárias, assim como solicitar esclarecimentos de como serão realizados os próximos passos para que cheguemos até a remediação efetive de nosso passivo ambiental.

Seguem abaixo os e-mails de contato:

sheila.rodrigues@itaborai.rj.gov.br
raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br
semmau@itaborai.rj.gov.br

Raoni O. de S. Cardoso
Chefe de Gabinete
Matrícula 45.142

IC 11/21016	Ordenação da Cidade. Apurar eventual ausência de manutenção da Estrada Ademar Ferreira Torres, Caluge, Itaboraí, por parte da Prefeitura Municipal, eis que a referida via estaria com diversas crateras, fato que estaria obrigando os motoristas a trafegarem pela contramão, colocando em risco a integridade física e a vida das pessoas.	09/05/2019	-	30/06/2020
IC 13/2016	Esgotamento Sanitário e Ordenação da Cidade. Apurar eventual ausência e/ou precariedade do esgotamento sanitário, bem como eventual ausência de manutenção da Rua Nilson Gonçalves Mota, Apolo II, Itaboraí, por parte da Prefeitura Municipal, eis que haveria esgoto a céu aberto no local, além de diversas crateras, fato que estaria colocando em risco a saúde e a integridade física das pessoas.	09/05/2019	-	30/06/2020
IC 30/2016	Esgotamento Sanitário. Apurar eventual precariedade do esgotamento sanitário na Rua Josefa Ferreira Barbosa, Centro, Itaboraí, eis que haveria esgoto a céu aberto no local, devido à inadequação das manilhas instaladas pela Prefeitura Municipal, fato que estaria ocasionando o retorno do esgoto para as residências.	09/05/2019	-	28/02/2020

Em comum acordo entre as partes abaixo assinadas, a presente ata de reunião serve como TERMO ADITIVO aos TAC's originários acima relacionados, que, neste ato, são re-ratificados, alterando-se tão somente a data final de vencimento das obrigações, na forma supra.

O Município, no mais, se compromete em publicar na imprensa oficial a tabela acima, para fins de publicidade e transparência junto à população, no prazo de 30 (trinta) dias, remetendo, no prazo de mais 7 (sete) dias, ao MPRJ comprovante da publicação.

Nada mais havendo, foi a reunião encerrada, horas sendo a presente ata assinada por todos.

Itaboraí, 26 de abril de 2021.

Ofício/GAB/SEMMAURB n. 057/2021

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua Liajane Carvalho da Silva, lote B, quadra 22, sala 105, Nancilância – Itaboraí-RJ – CEP: 24.800-000

Assunto: Informações quanto aos vazadouros Itambi e Jardim Ferma

Exmo. Sr. Promotor de Justiça,

Encaminhamos em anexo os ofícios que foram elaborados pela SEMAU e endereçados ao INEA, em ambos, os assuntos são referentes à remediação ambiental dos antigos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi.

Sheila N. Rodrigues
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 44.724

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 107

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Ofício/SEMAU n. 011/2021
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Gabinete

Ao Exmo. Senhor Presidente Philipe Campello do Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro - RJ, 20081-312

Assunto: Solicitação de cópia de inteiro teor de processo eletrônico

Prezados,

Informamos que tramita nesta autarquia, o projeto de remediação de dois antigos vazadouros em nosso município, um localizado no bairro Jardim Ferma e outro no bairro de Itambi. Tal ação é decorrente de um TAC celebrado entre nós da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, o INEA e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Para que possamos dar prosseguimento as nossas ações de forma célere e precisa, solicitamos a cópia em inteiro teor do processo SEI-070002/01647/2020.

Atenciosamente,

Sheila N. Rodrigues
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 44.724

RECEBIDO
01/03/2021
inea
PROTOCOLO
Pedro H. Braga P.C. A. Melo
Estagiário/SEAMBRO/INEA
CPF: 170.337.317-01

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

FL. 108

COMPROVANTE DE ENVIO - PROTOCOLO ELETRÔNICO

Nº COMPROVANTE: 993b5094-a562-434d-bb69-43e8eee95e91

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAI - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

DATA DE ENVIO: 25/02/2021 às 12:20

DOCUMENTOS ANEXADOS

Nome: OFICIO SEMAU 011-21 Processo SEI-070002.01647.20.pdf - Tipo: application/pdf - Hash 338921d3f4ee9c29f6f547115abbf466

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 109
RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Ofício/SEMAU N° 24/2021
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí
Gabinete

Ao Exmo. Sr. Presidente do Instituto Estadual do Ambiente Sr. Philipe Campello
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Av. Venezuela, 110, 5º andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ

Assunto: Remediação do Vazadouro Jardim Ferma e Itambi.

Cumprimentando cordialmente e a fim de colaborar com o prosseguimento da tramitação para a remediação dos antigos vazadouros de Jardim Ferma e Itambí, conforme Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre esta Prefeitura Municipal de Itaboraí, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).

Nos mostramos presentes para subsidiar informações que sejam necessárias, assim como solicitar esclarecimentos de como serão realizados os próximos passos para que cheguemos até a remediação efetive de nosso passivo ambiental.

Seguem abaixo os e-mails de contato:

sheila.rodrigues@itaborai.rj.gov.br

raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br

semmau@itaborai.rj.gov.br

Raoni O. de S. Cardoso
Chefe de Gabinete
Matrícula 45.142

RECEBIDO
24/03/21
inea
PROTOCOLO

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 140
RJ

Itaboraí, 14 de maio de 2021.

Ofício/GAB/SEMMAURB n. 075/2021

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua Liajane Carvalho da Silva, lote B, quadra 22, sala 105, Nancilância – Itaboraí-RJ – CEP: 24.800-000

Assunto: Vistorias realizadas nos vazadouros Itambi e Jardim Ferma

Exmo. Sr. Promotor de Justiça,

Encaminhamos em anexo o relatório das vistorias realizadas nos antigos vazadouros que de Jardim Ferma e Itambi.

Raoni O de S Cardoso
Chefe de Gabinete
Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 45.294

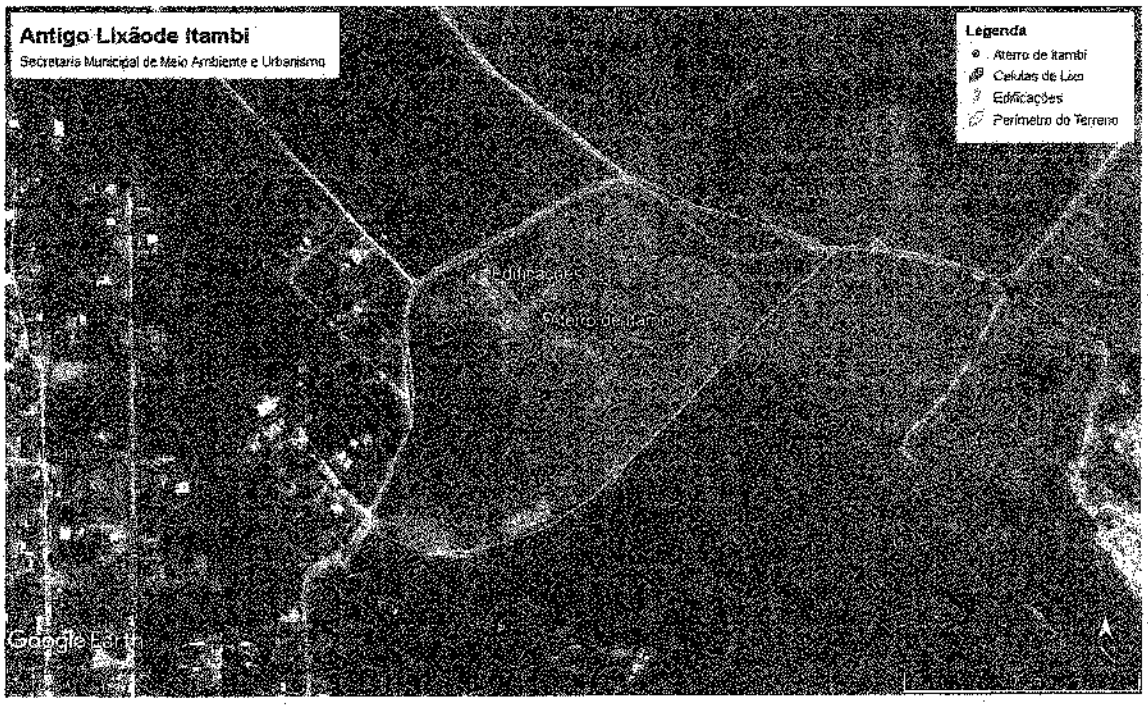
MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
111

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

RELATÓRIO DE VISTORIA DE ACOMPANHAMENTOS DOS VAZADOUROS DE ITAMBI E JARDIM FERMA Nº 01/2021

ITAMBI

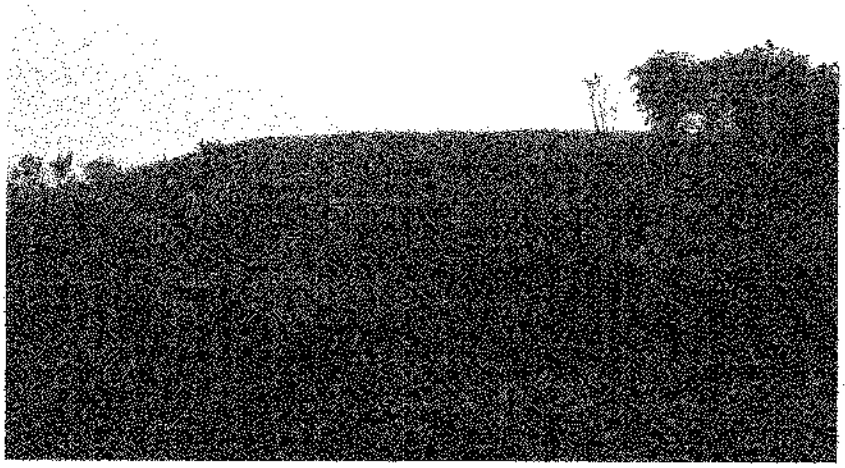
A primeira vistoria foi realizada no dia 07 de maio de 2021, no local onde ocupava o antigo lixão de Itambi, a atualmente a vegetação que ocupa a área é composta por capim colonião, indivíduos arbustivos e arbóreos pontuais ou espaçados. A ocupação antrópica no local é caracterizada por casas de baixa renda e desprovido de infraestrutura urbana, o restante das proximidades são utilizadas como área para pasto. Ressaltamos que o local é considerado como de risco por conta da atuação de grupos criminosos, tornando qualquer investida do Estado uma atividade perigosa. A estrutura do antigo lixão tem parte dela ainda preservada, tal como a guarita de segurança, balança de caminhão e uma edificação que parece ter sido o prédio administrativo.

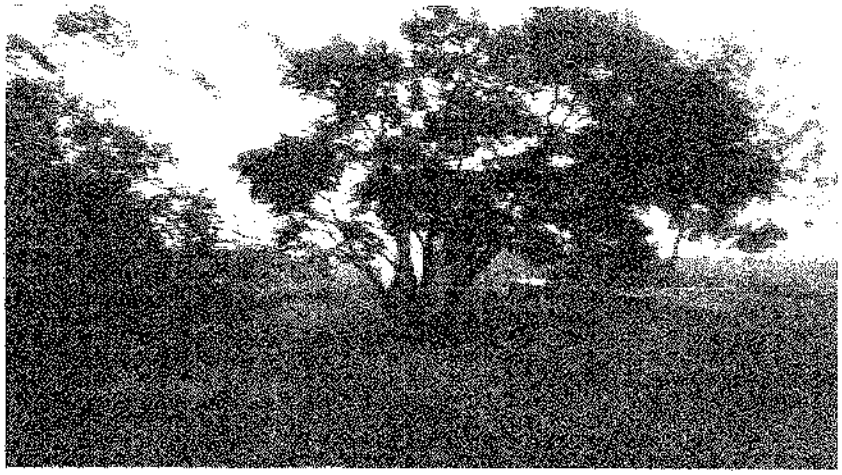


Fl. 112

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

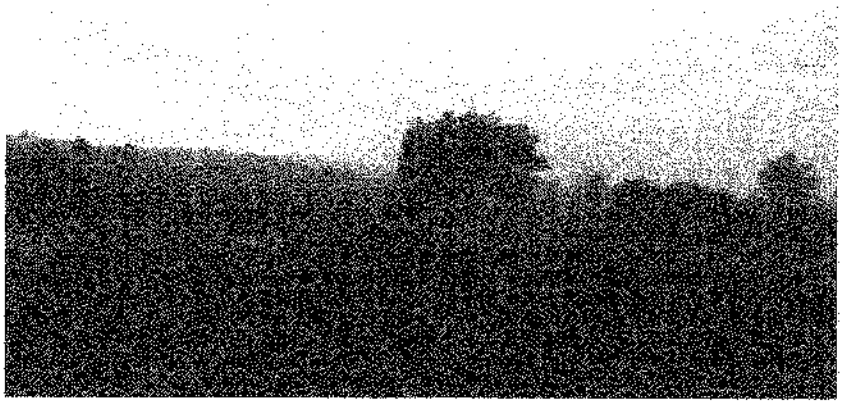






MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
113
RJ

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

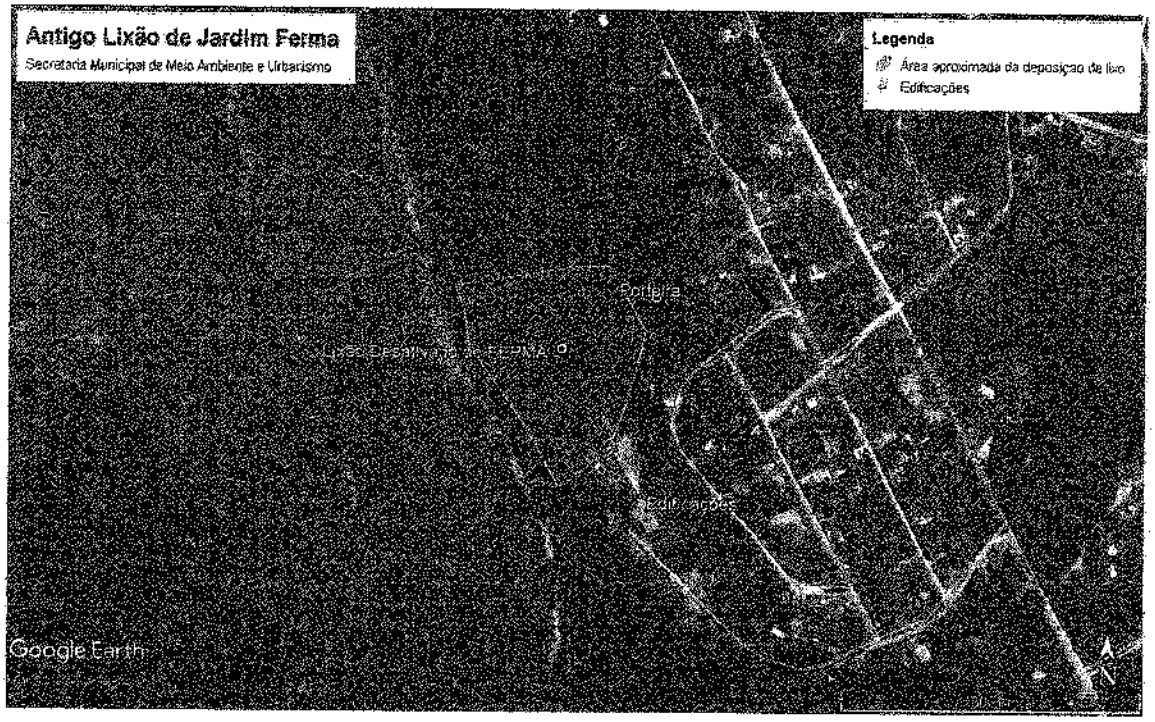


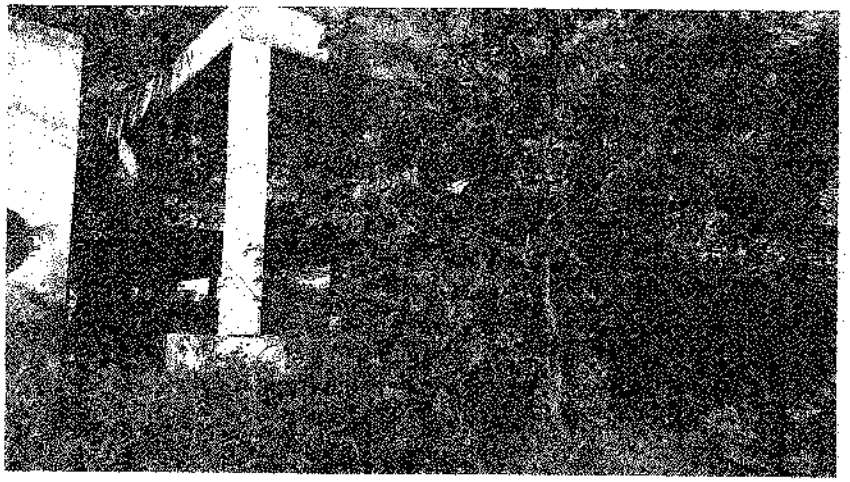
JARDIM FERMA

O vazadouro em questão foi vistoriado no dia 11 de maio de 2021, a área onde era o lixão se encontra ocupada por vegetação na sua maioria de pote arbóreo, fazendo contado direto com as edificações ali abandonadas. A maioria das estruturas ainda se encontra em pé, porém em mal estado de conservação, pudemos observar edificações administrativas e de apoio e os tanques de tratamento que por sinal se encontram preenchidos por água, provavelmente da chuva. Nos locais onde a vegetação não é arbórea, o solo ou é coberto por colonião, ou não existe cobertura vegetal, nesse caso, o solo se encontra em forte processo de erosão, já apresentando sinais de ravinamento. A ocupação antrópica na região é similar ao que é nas proximidades do antigo lixão de Itambi, tanto nas estruturas residências e urbanas, quanto nos quesitos relacionados à segurança pública.

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL. 114
RJ

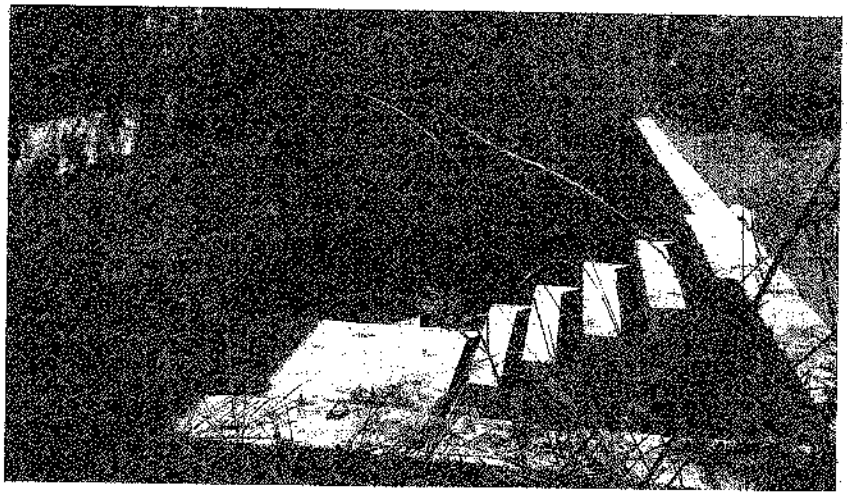
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

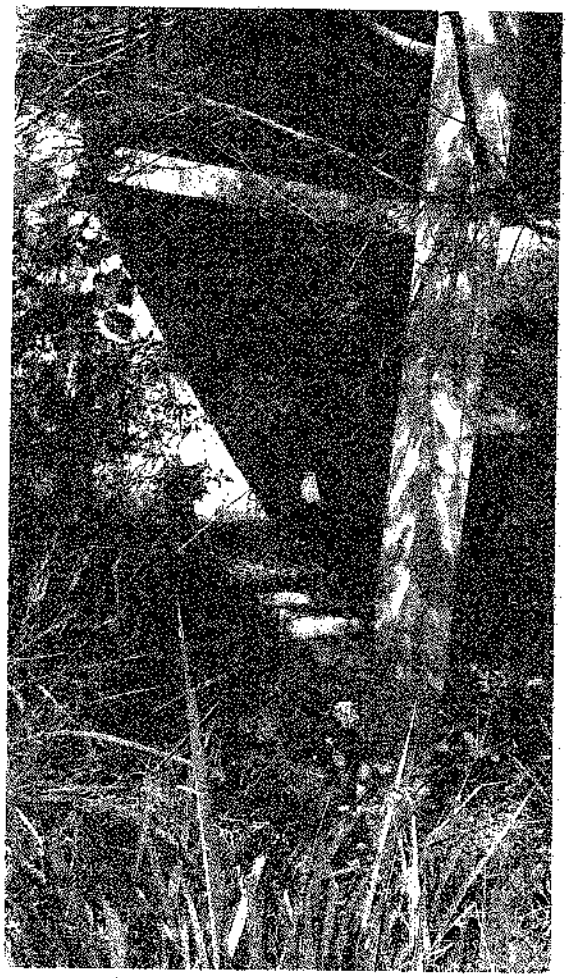




MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
115
RJ

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

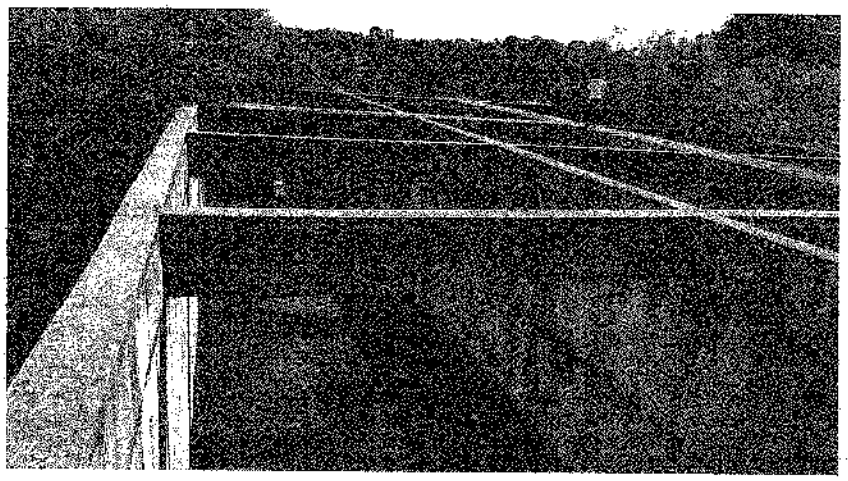




MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 116
RJ

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO





MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
117

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO





VISTA

Nesta data, faço vista destes autos
a(o) Exmo Promotor de Justiça

Em 25/05/21

7787

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 119 RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 916/2021 *Itaboraí*, 26 de maio de 2021.

Ref.: **PA 105/2019 – MPRJ 2019.00629296**

PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

(Favor mencionar na resposta)

Expedido em 27/05/21 Servidor 1763 (via email)

Senhor Procurador-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência dos Procedimentos Administrativos em epígrafe, os quais visam a apurar, respectivamente, (a) o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: *I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa* (PA 105/2019); e (b) **o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor*" (PA 61/2020).

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar que continue informando e comprovando periodicamente as tratativas com o INEA para o prosseguimento do plano de ação para remediação dos impactos ambientais decorrentes dos antigos vazadouros de Jardim Ferna e Itambi.**

Seguem anexas cópias das Portarias de Instauração e dos Relatórios de Investigação dos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR PROCURADOR-GERAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ
Praça Marechal Floriano Peixoto, 97, Centro, Itaboraí, RJ
CEP: 24801-048

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, Promotor de Justiça**, em 26/05/2021, às 19:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0705973** e o código CRC **2BFBA93A**.

MINISTÉRIO PÚBLICO FL. 122 RJ

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 917/2021 *Itaboraí*, 26 de maio de 2021.

Ref.: **PA 105/2019 – MPRJ 2019.00629296**

PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

(Favor mencionar na resposta)

Expedido em 27/05/21 por 7787 Servidor (via email)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência dos Procedimentos Administrativos em epígrafe, os quais visam a apurar, respectivamente, (a) o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: *I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa* (PA 105/2019); e (b) **o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a *"(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor"* (PA 61/2020).

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar que continue informando e comprovando periodicamente as tratativas com o INEA para o prosseguimento do plano de ação para remediação dos impactos ambientais decorrentes dos antigos vazadouros de Jardim Ferna e Itambi.**

Seguem anexas cópias das Portarias de Instauração e dos Relatórios de Investigação dos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE ITABORAÍ
Avenida 22 de Maio, nº 7071, Venda das Pedras, Itaboraí
CEP: 24.804-706

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, Promotor de Justiça**, em 26/05/2021, às 19:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0706024** e o código CRC **BE45CA08**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 918/2021 *Itaboraí*, 26 de maio de 2021.

Ref.: **PA 105/2019 – MPRJ 2019.00629296**

PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

(Favor mencionar na resposta)

Expedido em 27/05/21 7187 Servidor (via email)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência dos Procedimentos Administrativos em epígrafe, os quais visam a apurar, respectivamente, (a) o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: *I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa* (PA 105/2019); e (b) **o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor*" (PA 61/2020).

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8° da Lei 7.347/85 e o artigo 6°, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça solicitar que seja informado o atual andamento das tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferna e Itambi, remetendo a esta Promotoria de Justiça minuta do termo de referência caso já elaborada. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias das Portarias de Instauração e dos Relatórios de Investigação dos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Avenida Venezuela, n° 110, Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP 20.081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, Promotor de Justiça**, em 26/05/2021, às 19:59, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0706040** e o código CRC **A6DAC715**.

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
125

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
OF. 5695 Ouvi. SEI Nº 62
Em 28 / 05 / 2024
[illegible]

CONFERE COM O ORIGINAL

MINISTÉRIO PÚBLICO RJ

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

MPRJ/SPJ/2ªPJTC/ITB 2021004256899 280521 11:56:08

Of.SEAS/OUVI SEI Nº62 Rio de Janeiro, 27 de maio de 2021

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 918/2021 - PA 105/2019 – MPRJ 2019.00629296

PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos, Assistente II**, em 27/05/2021, às 14:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **17563405** e o código CRC **BBD4FCD7**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/001010/2020 SEI nº 17563405

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
ao(ao) Exmo. Promotor de Justiça.
Em 25 / 05 / 2021
62033864

Promoção em separado, impressa em 03 lauda (s).

Itaboraí, 01/06/2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 03 /06 /2021
62033867

Ref.: Procedimento Administrativo n. 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157)

PROMOÇÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMNISTRATIVO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a *"(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor"*.

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04-verso, instruído de documentos de fls. 05/35-verso.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 36/40.

Ofício da PGM de Itaboraí às fls. 53/59, informando que o INEA lavrou o Auto nº COGEFISEAI/00154997, no qual foi arbitrado multa diária administrativa de R$ 100.000,00, contada entre o período de setembro de 2010 e janeiro de 2016. Sendo certo que o Município protocolizou junto ao INEA o recurso Impugnativo referente ao Auto nº COGEFISEAI/00154997.

Ofício do INEA às fls. 60/61, encaminhando relação dos servidores e respectivo endereços eletrônicos.

Promoção com Registro de Reunião Virtual à fl. 66. Na oportunidade, foi realizado resumo do feito e informado pelos representantes do Município de Itaboraí que no

prazo de 07 dias fará suas considerações sobre o Termo de Referência relativo ao projeto e execução de remediação ambiental dos dois vazadouros de lixo.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às fls. 68/86, informando que foram encaminhados ao INEA documentos relativos ao aterro de Itambi e ao vazadouro de Jardim Ferma e que estão aguardando a laboração do Termo de Referência pelo INEA.

Ofício do INEA à fl. 90, solicitando dilação de prazo.

E-mail da Petrobras à fl. 92, instruído de fls. 93/97, informando o cumprimento tempestivo da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ.

Promoção com Registro de Reunião Virtual às fls. 98/99. Na oportunidade, foi realizado resumo do feito e informado pelos representantes do Município de Itaboraí que será necessária dilação de prazo por mais 12 meses para o cumprimento das ações de remediação, recomposição, recuperação e monitoramento dos danos ambientais provocados pelos vazadouros.

Ofício da SEAS às fls. 100/101, informando o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pela Petrobras.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às fls. 103/104, instruído de fls. 105/117, encaminhando cópia dos ofícios que foram endereçados ao INEA, objetivando o prosseguimento ao plano de ação para remediação dos impactos ambientais decorrentes dos antigos vazadouros de Jardim Ferna e Itambi, bem como esclarecendo que ambos os vazadouros se encontram em vias de recuperação. Em anexo a tais ofícios, consta Relatório de Vistoria de Acompanhamento dos Vazadouros de Itambi e Jardim Ferna nº 01/2021.

Ofício da SEAS à fl. 123, solicitando dilação de prazo.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão*". sendo certo que

"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)", nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18;

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão*";

O Promotor de Justiça Titular deste órgão de execução, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- Defiro o pedido de dilação de prazo (fl. 123) por mais 60 dias, **oficie-se** em resposta;

2- Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Itaboraí, 07 de junho de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.06.08 10:42:43 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 126 RJ

Ofício 2ª PJTC nº 787/2021 *Itaboraí*, 28 de abril de 2021

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 382 (trezentos e oitenta e dois) inquéritos civis e 141 (cento e quarenta e um) procedimentos administrativos, conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos em anexo estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na última promoção lançada em cada procedimento, que pode ser consultada pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, nº 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

MPRJ
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 127 RJ

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2° Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo de Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 1024/2021 *Itaboraí*, 09 de junho de 2021.

Ref.: **PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157**

(favor mencionar na resposta)

Expedido em 10/06/2021 Mat. 6.203.386-2 Servidor (via E-mprj)

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência dos Procedimentos Administrativos em epígrafe, os quais visam a apurar, respectivamente, (a) o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa (PA 105/2019); e (b) o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas n os . 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor" (PA 61/2020).

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei

Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça acusar o recebimento do Of. SEAS/OUVI SEI Nº 62, bem como informar o deferimento do pedido de dilação de prazo por mais 60 (sessenta) dias.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação para fins de contextualização dos fatos.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Avenida Venezuela, nº 110, Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP 20.081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 10/06/2021, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0730513** e o código CRC **8BE71EDA**.

20.22.0001.0017078.2021-54 0730513v2

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
Ofício SEMAU nº 100/2021
Em 11 / 06 / 21
621764X

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 128 RJ

Compareceu

SECRETARIA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí, 08 de junho de 2021.

Ofício/SEMAU n
Secretaria Munic **eio Amb nte e Urbanismo**
Gabinete

Ao Exmo. Senho **or de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes**
Ministério Públic **ado do R de Janeiro**
2ª Promotoria de - Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double P , Rua João Caetano, nº 207 salas 606/607, Centro
Itaboraí, RJ CEP 3

Assunto: Ofício **916/202 - IC 105/2019 – MPRJ 2019.00629296 e**
PA 01/2020 – MP 0174157

MPRJ2021001176 2021004633A 11/05/21 13:02:57

Exmo. Sr. Promo ça,

Cumprime dialme e, venho por meio deste em resposta ao Ofício 2º PJTC nº 07 e 11 de mai presenta relatório de vistoria (anexa) realizada em subsidiar os trata Trata-se de vistoria de acompanhamento e para impactos ambien ao INEA para o plano de ação para remediação dos tigos vazadouros de Jardim Ferna e Itambi.

Cumpre re e foram encaminhados Ofícios ao INEA com a finalidade de cole que fosse necessário para remediação efetiva de nosso passivo ambient SEMAU nº 024/2021, recebido em 24/03/2021 e Ofício/SEMAU nº (anexo)

Colocamo disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos pam necessários, agradecendo desde já a sua atenção e aprove renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Sheila N. Rodrigues
ria de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 44.724

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
124
PJ

[illegible]

[illegible]

[illegible] — Registro Nº 0.00.2020

[illegible]

[illegible]

[illegible] MPRJ 20.[illegible] [illegible] 61/2020 -

Cachoeiras, 26 de maio de 2021.

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 430
RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí, 08 de junho de 2021.

CI/GAB/SEMAU nº 023

De: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Setor: Gabinete

Para: Procuradoria do Município – Dra. Luciana Cardoso Costa Bastos

Assunto: SEI/PMI nº 0002221
Ref.: PJTC nº 916/2021- IC 105/2019 – MPRJ 2019.00619296 e 2020 – MPRJ 2020.00174157

Prezada Procuradora,

Cumprimentando-a cordialmente, venho por meio deste em resposta ao Ofício 2º PJTC nº 916/2021 de 07 e 11 de maio, apresentar relatório de vistoria (anexa) realizada em 27/05/2021. Trata-se de vistoria de acompanhamento e para subsidiar as tratativas ao INEA para o plano de ação para remediação dos impactos ambientais nos lixões vazadouros de Jardim Ferna e Itambi.

Cumpre informar que já foram encaminhados Ofícios ao INEA com a finalidade de solicitar o que for necessário para remediação efetiva de nosso passivo ambiental (Ofício/SEMAU nº 024/2021, recebido em 24/03/2021 e Ofício/SEMAU nº 023/2021 (anexo)

Colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, agradecendo desde já a sua atenção e aprovação. Renovamos votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Sheila N. Rodrigues
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 44.724

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
131
RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Ofício/SEMAU Nº
Secretaria Munic **Meio Ambiente e Urbanismo**
Gabinete

Ao Exmo. Sr. P **Presidente do Instituto Estadual do Ambiente Sr. Philipe**
Campello
Instituto Estadual **Ambiente - INEA**
Av. Venezuela, 1 **Centro - Rio de Janeiro/RJ**

Assunto: Remet **Vazadouros Jardim Ferma e Itambi.**

Cumprimentando **cordialmente**, segue o presente com a finalidade de colaborar com o prosseguim **Solicitação** para a remediação dos antigos vazadouros de Jardim Ferma **conforme** Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado entre **Secretaria Municipal de Itaboraí**, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).**

Referenciando o O **SEMAU nº /2021**, nos mostramos presentes para subsidiar **quaisquer** informações que sejam necessárias, assim como solicitar esclarecimentos **serão realizados os próximos passos, para que** chegue**mos** até a **solução efetiva** de nosso passivo ambiental.

Seguem abaixo os **nossos** contatos.

sheila.rodrigues@ **.gov.br**
raquel.carvalhoso@it **.gov.br**
semmau@itaborai **.rj.gov.br**

Sheila T. Rodrigues
Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 44.724

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí, 14 de maio de 2021.

Ofício/GAB/SEMMAURB n. 075/2021

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua Liajane Carvalho da Silva, lote 8, quadra 22, sala 105, Nancilância – Itaboraí-RJ – CEP: 24.800-000

Assunto: Vistorias realizadas nos vazadouros Itambi e Jardim Ferma

Exmo. Sr. Promotor de Justiça,

Encaminhamos em anexo o relatório das vistorias realizadas nos antigos vazadouros que de Jardim Ferma e Itambi.

Raoni O de S Cardoso
Chefe de Gabinete
Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 45.294

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
14 MAI 2021
Matrícula 6394
Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 133
RJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Ofício/SEMAU Nº 24/2021
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí
Gabinete

Ao Exmo. Sr. Presidente do Instituto Estadual do Ambiente Sr. Philipe Campello
Instituto Estadual do Ambiente - INEA
Av. Venezuela, 110, 5º andar - Saúde - Rio de Janeiro/RJ

Assunto: Remediação do Vazadouro Jardim Ferma e Itambi.

Cumprimentando cordialmente e a fim de colaborar com o prosseguimento da tramitação para a remediação dos antigos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi, conforme Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre esta Prefeitura Municipal de Itaboraí, o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ).

Nos mostramos presentes para subsidiar informações que sejam necessárias, assim como solicitar esclarecimentos de como serão realizados os próximos passos para que cheguemos até a remediação efetive de nosso passivo ambiental.

Seguem abaixo os e-mails de contato:

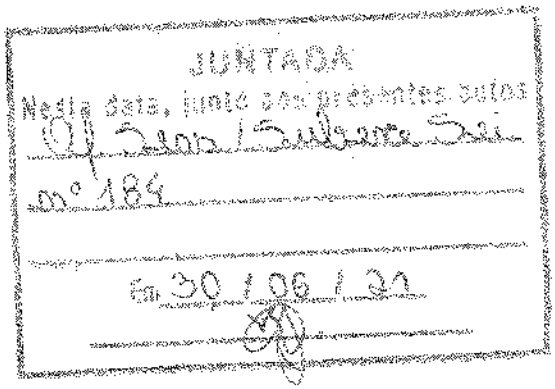
sheila.rodrigues@itaborai.rj.gov.br

raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br

semmau@itaborai.rj.gov.br

Raoni C. de S. Cardoso
Chefe de Gabinete
Matrícula 45.142

RECEBIDO
14/03/21
inea
PROTOCOLO


JUNTADA
Nesta data, junte aos presentes autos
o(a) Senhor(a) Escrivão(ã)
nº 184
Em 30 / 06 / 21

Company

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

134

ESEAS/SUBEXE SEI Nº184 Rio de Janeiro, 25 de junho de 2021

mo. Sr.
n. **Tiago Gonçalves Veras Gomes**
omotor de Justiça
Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
ua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro
itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

ferência: Ofício 2ª PJTC nº 1907/20 e 2ª PJTC nº 918/2021

PA 105/2019 – MPRJ 2019.00629296

PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos dos ofícios em epígrafe, que visam apurar o cumprimento da obrigação contida no Item 5 da Cláusula Sexta d AC I. Comperj, pactuado entre o MPRJ, a Petrobrás, o Inea e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das Ações Civis Públicas nºs 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre ubmarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas d ransmissão 345kV), no qual foi solicitado o envio da minuta do termo de referência relativo ao projeto de execução de remediação ambiental dos dois vazadouros de lixo Usina ompostagem e Aterro de Resíduos Sólidos, localizados no Distrito de Itambi, e do vazadouro localizado no Distrito de Sossego, vimos tecer as considerações que seguem.

Serve o presente para informar a elaboração pelas áreas técnicas do INEA da proposta de Termo de Referência para a recuperação dos antigos vazadouros em Itaboraí/R onforme anexo.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos d levada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSE RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito, Subsecretário de Estado**, em 28/06/2021, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando código verificador **18784967** e o código CRC **72E57A24**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

135

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
TERMO DE REFERÊNCIA PARA A RECUPERAÇÃO
DOS ANTIGOS VAZADOUROS EM ITABORAI/RJ

OBJETIVO

Em atendimento à solicitação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a área técnica do INEA vem apresentar as especificações técnicas para compor o Termo de Referência para a Recuperação dos vazadouros de Itaboraí/RJ.

São apresentados neste documento os elementos mínimos exigíveis para que sejam executadas as etapas de diagnóstico geoambiental e intervenção para recuperação de áreas degradadas pela disposição irregular de resíduos sólidos, visando atender a legislação pertinente e contribuir para melhoria da qualidade ambiental, social e da saúde humana, além de adequar a gestão de resíduos sólidos no Estado do Rio de Janeiro.

DO PROJETO A SER APRESENTADO PARA REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL DE RECUPERAÇÃO - LAR

As ações de recuperação ambiental a serem aplicadas nas áreas dos antigos vazadouros dependem da caracterização da área, ou seja, características do solo, lençol freático, águas superficiais, gases, tipologia de resíduos, características dos resíduos dispostos, área atingida e circunvizinhança, visando identificar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente e mitigar os impactos associados aos danos causados pela disposição irregular de resíduos, portanto, deverão ser realizadas de acordo com as etapas de diagnóstico e intervenção, descritas a seguir:

Diagnóstico: corresponde a identificação da área e investigação das condições reais da degradação ambiental através de uma investigação geoambiental, que tem por objetivo avaliar a situação atual dos recursos naturais em superfície, tais como solo, relevo e recursos

hídricos, bem como do passivo ambiental existente e sua abrangência, contemplando a investigação detalhada e avaliação de risco, com objetivo de subsidiar a etapa de intervenção, após a investigação confirmatória que tenha identificado substâncias químicas (poluentes) em concentrações acima do valor de investigação (contaminantes).

Intervenção: execução de ações de controle para a eliminação do perigo ou redução, a níveis toleráveis, dos riscos identificados na etapa de diagnóstico, bem como o monitoramento da eficácia das ações executadas, considerando o uso atual e futuro da área.

Controle Ambiental: corresponde às ações de monitoramento ambiental da área e manutenção e inspeção das obras executadas, bem como às ações operacionais que se façam necessárias após finalizadas as obras, tais como o tratamento do lixiviado captado.

MINISTÉRIO PÚBLICO
136

As etapas de diagnóstico e intervenção deverão ser apresentadas em nível executivo, contendo o detalhamento integral das ações necessárias para atingir os resultados de recuperação pretendidos, incluindo memórias de cálculo, plantas, desenhos, memorial descritivo, cronograma de execução e plano de monitoramento.

1 - DIAGNÓSTICO – INVESTIGAÇÃO GEOAMBIENTAL

1.1 CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

Descrição sucinta da micro-bacia hidrográfica onde se insere a área do vazadouro e representação em mapa georreferenciado, contemplando:

- Identificação e localização dos corpos d'água, áreas alagadiças e nascentes próximas;
- Identificação das atividades que lançam efluentes nos corpos hídricos situados à montante e a jusante da área do empreendimento, com representação em planta;
- Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação;
- Usos a que se destinam as águas subterrâneas e superficiais, a jusante do empreendimento e dentro da micro-bacia hidrográfica;
- Uso e ocupação do solo, com identificação das residências mais próximas do vazadouro.
- Geologia e geomorfologia regional e local.

1.2 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DO VAZADOURO

1.2.1 Localização dos limites geográficos da área do vazadouro com representação em planta planialtimétrica, georreferenciada, detalhando os sítios de localização do projeto.

1.2.2 Histórico de utilização da área.

1.2.3 Cálculo dos quantitativo total de resíduos dispostos no vazadouro, estimado a partir dos dados históricos de uso da área e dados populacionais à época ou registros existentes.

1.2.4 Levantamento topográfico da área em que efetivamente impactada pela disposição de resíduos, especificando limites, dimensões e volume.

1.3 INVESTIGAÇÃO AMOSTRAL

1.3.1 Plano de amostragem, considerando os dados obtidos no Diagnóstico da área, a ser previamente aprovado pelo órgão ambiental licenciador. O Plano de amostragem deverá contemplar:

- identificação e descrição das zonas de descarga e recarga do aquífero;
- ensaio *'in situ"* de permeabilidade da zona saturada;
- amostragem de águas subterrâneas e superficiais dos parâmetros: cloreto, nitrogênio amoniacal, DQO, toxicidade, pH, além dos orientadores estabelecidos na Resolução CONAMA 420/2009 para águas subterrâneas e os parâmetros estabelecidos na Resolução CONAMA 357 para as águas superficiais;
- mapa potenciométrico indicando a direção predominante do fluxo de águas subterrâneas;
- amostragem do biogás.

O Plano de Amostragem poderá incluir a amostragem de água subterrânea em poços existentes nas redondezas quando verificada a possibilidade de contaminação oriunda do vazadouro.

1.3.2 Execução do Plano de amostragem aprovado pelo órgão ambiental

Deverão ser executadas todas as etapas estabelecidas no Plano de Amostragem. O produto da execução do Plano de Amostragem deverá ser por meio de Relatório contendo em seus anexos:

- Perfis construtivos dos poços de monitoramento indicando seus elementos (filtro, pré-filtro, selo, preenchimento, etc.), de acordo com as normas técnicas de referência;
- Perfis descritivos das sondagens;
- Laudos laboratoriais devidamente assinados pelos técnicos responsáveis;
- Descrição da metodologia utilizada, tipo de ensaio, dados de campo e o memorial de cálculo;
- Planta com a localização georreferenciada das sondagens, poços de monitoramento e pontos de amostragens da água superficial.

2 INTERVENÇÃO - PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO VAZADOURO

O Projeto de recuperação deverá ser desenvolvido considerando os resultados do Diagnóstico Ambiental. Deverá contemplar os seguintes memoriais e plantas conforme os itens abaixo.

2.1 ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA

O cercamento e identificação da área, bem como outras medidas de segurança deverão ser adotados com a finalidade de impedir e controlar o acesso de veículos, pessoas não autorizadas e animais.

2.2 RETALUDAMENTO DO MACIÇO

Planta discriminando as etapas sequenciais do retaludamento e a configuração final a ser atingida após finalizadas as obras de reconformação.

2.3 IMPERMEABILIZAÇÃO DO MACIÇO

Planta e memorial descritivo do sistema de impermeabilização superior, considerando uma camada de argila de no mínimo 80 (oitenta) centímetros de espessura nas plataformas e bermas e de 40 (quarenta) centímetros de espessura nos taludes, com coeficiente de permeabilidade $K=1x10^{-7}$ e uma camada de no mínimo 0,40m de solo vegetal para o plantio.

2.4 SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

Planta baixa, memorial descritivo e justificativa dos sistemas de drenagem das águas superficiais que tendam a escoar para a área do vazadouro, bem como das águas que precipitem diretamente sobre essa área, indicando a especificação, dimensionamento e espaçamento adotados para os elementos do sistema.

2.5 SISTEMA DE DRENAGEM DO CHORUME, INCLUINDO BARREIRA HIDRÁULICA PERIMETRAL

Planta baixa, memorial descritivo e justificativa do sistema de drenagem de lixiviado (chorume), devendo contemplar barreira hidráulica perimetral ao maciço de resíduos.

2.6 SISTEMA DE DRENAGEM E QUEIMA DE GASES

Planta baixa, descrição e justificativa do sistema de drenagem e queima dos gases gerados, indicando a especificação, dimensionamento e espaçamento adotado para os elementos do sistema.

2.7 SISTEMA DE TRATAMENTO DO CHORUME

Projeto contemplando plantas, memorial descritivo e justificativa do sistema de tratamento do lixiviado (chorume).

2.8 LAGOA DE ACUMULAÇÃO DE LIXIVIADO (CHORUME)

Projeto da lagoa de acumulação do lixiviado captado pelo sistema de drenagem de lixiviado contemplando plantas e memorial descritivo.

2.9 MATERIAL DE EMPRÉSTIMO / JAZIDA

Cálculo do material de empréstimo necessário para cobertura dos resíduos e impermeabilização superior. Informar origem da jazida a ser utilizada e as medidas previstas para evitar o assoreamento de corpos hídricos superficiais.

2.10 COBERTURA VEGETAL

Projeto Executivo de reflorestamento da área contendo planta delimitando as áreas que receberão o projeto de reflorestamento com espécies arbóreas e aquelas que receberão apenas gramíneas e arbustos, especificando quais espécies serão utilizadas.

2.11 UNIDADES DE APOIO

438

Memorial descritivo do empreendimento especificando a localização, memorial de cálculo e plantas das unidades de apoio, tais como: canteiro de obras, oficina mecânica, escritório, sanitários, estação de tratamento de chorume (se aplicável) entre outras benfeitorias.

2.12 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO

Cronograma físico-financeiro referente às ações a serem implementadas até o encerramento das obras de recuperação.

3. CONTROLE AMBIENTAL

3.1 MONITORAMENTO AMBIENTAL

3.1.1 Proposta de Plano de Monitoramento Ambiental a ser executado após execução das obras de recuperação, incluindo o controle da qualidade das coleções hídricas superficiais e subterrâneas. O Plano de Monitoramento Ambiental deverá especificar os pontos de monitoramento, bem como os parâmetros e frequências das amostragens a serem realizadas. Deverá contemplar:

- Plano de monitoramento das águas superficiais a jusante e a montante da área de influência do vazadouro;
- Plano de monitoramento das águas subterrâneas, contemplando no mínimo um ponto a jusante e três pontos a montante da área do vazadouro;
- Plano de monitoramento geotécnico após a conclusão das obras de recuperação, com indicação do método de medição a ser adotado, incluindo a localização dos poços piezométricos os quais devem ser instalados sobre o maciço devendo os poços atingir profundidades iguais às do chorume;
- Plano de Gerenciamento do Lixiviado (chorume) captado. No caso da implantação de Unidade para Tratamento de Chorume, o plano deverá contemplar o monitoramento da eficiência da Unidade de Tratamento.

3.2 MANUTENÇÃO

3.2.1 Plano de Inspeção e Manutenção dos sistemas de drenagem de águas pluviais, de águas subterrâneas e de gases, do sistema de impermeabilização superior, da cobertura vegetal, da unidade de tratamento de lixiviado (chorume) e outros. O Plano de Inspeção e Manutenção deverá contemplar memorial descritivo e periodicidade de cada uma das ações a serem realizadas.

3.3 OPERAÇÃO

3.3.1 Memorial descritivo das ações operacionais da Unidade de tratamento de chorume, se aplicável.

REFERÊNCIAS

- RESOLUÇÕES E LEGISLAÇÕES

Federal

Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental.

Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências.

Resolução CONAMA n° 396, de 3 de abril de 2008 - Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.

Resolução CONAMA n° 404, de 11 de novembro de 2008 - Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos.

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 139

Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2009 - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Resolução CONAMA nº 430, de 31 de maio de 2011 - Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.

Lei complementar nº 140 de 8 de Dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico.

Estadual

Decreto-lei nº. 134, de 16 de junho de 1975 - Dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

CECA. Deliberação nº. 1007, de 04 de dezembro de 1986. Critérios e padrões para lançamento de efluentes líquidos. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 12 dez. 1986. (NT-202.R10).

NT 202, de 12 de dezembro de 1986 - Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos em Corpos Receptores.

CECA. Deliberação nº. 4886, de 25 de setembro de 2007. Diretriz de controle de carga orgânica biodegradável em efluentes líquidos de origem sanitária. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 08 nov. 2007. (DZ-215.R-4).

DZ 215, de 18 de maio de 1994 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica de Efluentes Líquidos de Origem Sanitária.

Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000 - Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Lei Estadual n° 4191, de 30 de setembro de 2003 - Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências.

Resolução CONEMA. n° 85, de 07 de dezembro de 2018 - Aprova a revisão da NOP-INEA-03-REV02 - Credenciamento de Laboratórios.

NOP-INEA-03-REV02, de 17 de dezembro de 2018 - Credenciamento de Laboratórios.

Resolução CONEMA Nº 44, de 14 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação de eventual contaminação ambiental do solo e das águas subterrâneas por agentes químicos, no processo de licenciamento ambiental Estadual.

Resolução CONEMA Nº 86, de 07 de dezembro de 2018 - Aprova a NOP-INEA-08-REV00 - critérios e padrões para controle da ecotoxicidade aguda em efluentes líquidos.

NOP-INEA-08-REV00, de 14 de dezembro de 2018 - critérios e padrões para controle da ecotoxicidade aguda em efluentes líquidos.

Lei 8298, de 21 de janeiro de 2019 - Altera a lei Estadual n° 4191 de 2003 que estabelece a política estadual de resíduos sólidos, definindo normas para disposição de resíduos sólidos em área de aquífero.

Decreto Nº 46890, de 23 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, e dá outras providências.

- NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRAS – ABNT

ABNT NBR 6457:1986: Amostras de solo - Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização.

ABNT NBR 6484:2001: Solo - Sondagens de simples reconhecimentos com SPT - Método de ensaio.

ABNT NBR 9897:1987: Planejamento de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores - Procedimento.

ABNT NBR 9898:1987: Preservação e técnicas de amostragem de afluente líquidos e corpos receptores - Procedimento.

ABNT NBR 10004:2004: Resíduos sólidos - Classificação.

ABNT NBR 10005:2004: Procedimento para obtenção de extrato lixiviado de resíduos sólido.

ABNT NBR 10006:2004: Procedimento para obtenção de extrato solubilizado de resíduos sólidos.

ABNT NBR 10007:2004: Amostragem de resíduos sólidos.

ABNT NBR 10703:1989: Degradação do solo - Terminologia.

ABNT NBR 13292:1995: Solo - Determinação do coeficiente de permeabilidade de solos granulares à carga constante - Método de ensaio.

ABNT NBR 14545:2000: Solo - Determinação do coeficiente de permeabilidade de solos argilosos a carga variável.

ABNT NBR 15492:2007: Sondagem de reconhecimento para fins de qualidade ambiental – Procedimento.

ABNT NBR 15515-1:2007: Passivo ambiental em solo e água subterrânea Parte 1: Avaliação preliminar.

ABNT NBR 15515-2:2011: Passivo ambiental em solo e água subterrânea Parte 2: Investigação confirmatória.

ABNT NBR 15515-3:2013: Passivo ambiental em solo e água subterrânea Parte 3: Investigação detalhada.

ABNT NBR 15495-1:2007: Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aqüíferos granulados Parte 1: Projeto e construção.

ABNT NBR 15495-2:2008: Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aqüíferos granulares Parte 2: Desenvolvimento.

ABNT NBR 15847:2010: Amostragem de água subterrânea em poços de monitoramento - Métodos de purga.

ABNT NBR 15935:2011: Investigações ambientais - Aplicação de métodos geofísicos.

Flávia Glória

Analista Ambiental

SESAN/GELANI/INEA

Raquel Sélos

Chefe de Seção

SESAN/GELANI/INEA

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 141
2ª

TERMO DE VISTA

Nesta data, abro vista do presente procedimento ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do núcleo Itaboraí, Doutor Tiago Gonçalves Veras Gomes.

Itaboraí, 05 de julho de 2021.

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 14/07/2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 14/07/2021.

6203364

142

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Ofício SEMAU nº 115/2021 (MPRJ nº 2021.00544778)

PROMOÇÃO

Trata-se de ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí encaminhando o Relatório de Vistoria de Acompanhamentos dos vazadouros de Itambi e Jardim Ferma nº 02/2021.

O referido Relatório apresenta informações sobre a vegetação encontrada nos vazadouros de Itambi e Jardim Ferma e o estado de conservação das edificações encontradas nos locais.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Junte-se** o Ofício SEMAU nº 115/2021 aos PAs nº 61/2020 e 105/2019. Lá, **remeta-se** o novo material recebido ao GATE, solicitando que seja levado em consideração quando da análise da adequação do Termo de Referência para remediação dos vazadouros.

Itaboraí, 12 de julho de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.07.14 11:37:11 -03'00'

JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos autos

às fls. 143/150, cópia do Ofício

SEMAU nº 115/2021.

Em 15 / 07 / 21

7781

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Certidão 280/2021
MPRJ 2021.00544778

Certifico, após análise do expediente em referência e pesquisas realizadas no Sistema MGP, na planilha de procedimentos, bem como na pasta compartilhada, a EXISTÊNCIA dos seguintes procedimentos:

- **PA 105/2019, MPRJ 2019.00629296,** que visa a apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa.

- **IC 61/2020, MPRJ 2020.00174157,** que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

TERMO DE VISTA

Assim, abro vista do presente procedimento ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do núcleo Itaboraí, Doutor Tiago Gonçalves Veras Gomes.

Itaboraí, 12 de julho de 2021.

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 14 /07/2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Itaboraí

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí, 07 de julho de 2021.

Ofício SEMAU Nº 116/2021

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua Liajane Carvalho da Silva, lote B, quadra 22, sala 105, Nancilância – Itaboraí-RJ – CEP: 24.800-000

Assunto: Vistorias realizadas nos vazadouros Itambi e Jardim Ferma

Exmo. Sr. Promotor de Justiça,

Encaminhamos em anexo o relatório das vistorias realizadas nos antigos vazadouros que de Jardim Ferma e Itambi.

Atenciosamente,

Sheila N. Rodrigues
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 44.724

MPRJSP2TC01TB 202100544778 080721 12:04:03

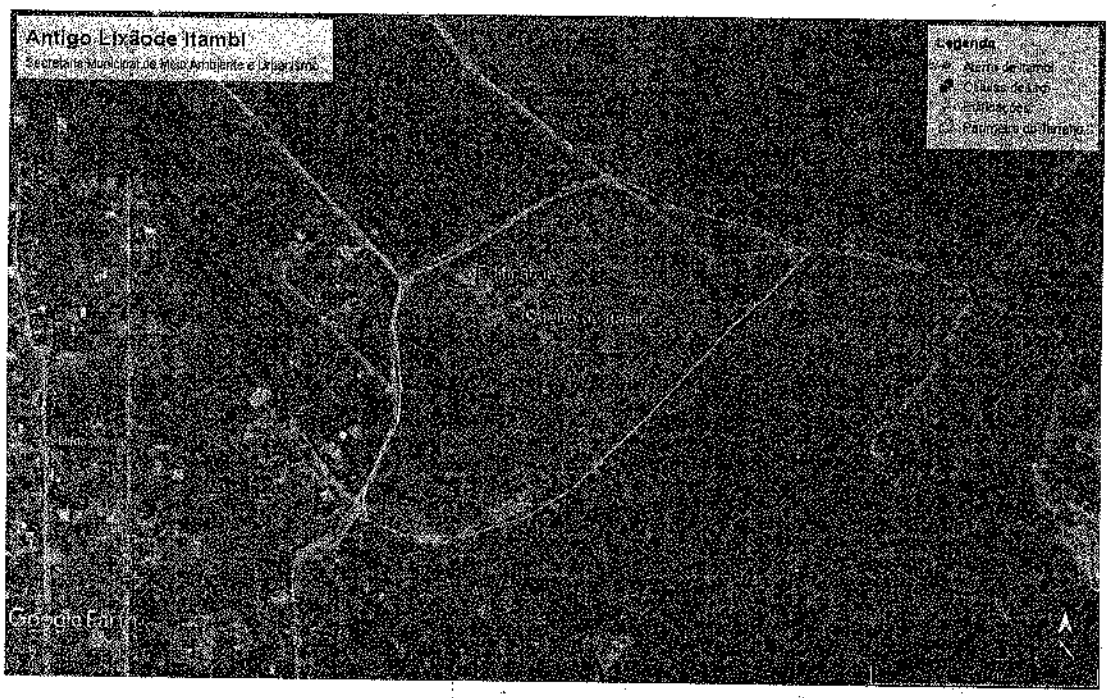
MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 145

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

RELATÓRIO DE VISTORIA DE ACOMPANHAMENTOS DOS VAZADOUROS DE ITAMBI E JARDIM FERMA Nº 02/2021

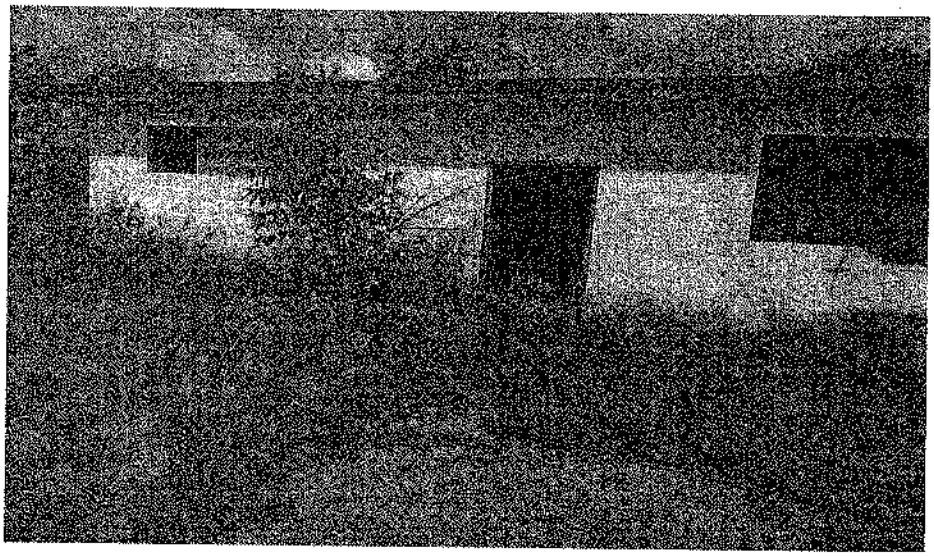
ITAMBI ANTIGO LIXAO DE ITAMBI

O presente relatório tem como objetivo apresentar informações, no local onde ocupava o antigo lixão de Itambi, a atualmente a vegetação que ocupa a área é composta por capim colonião, indivíduos arbustivos e arbóreos pontuais ou espaçados. A ocupação antrópica no local é caracterizada por casas de baixa renda e desprovido de infraestrutura urbana, o restante das proximidades são utilizadas como área para pasto. Ressaltamos que o local é considerado como de risco por conta da atuação de grupos criminosos, tornando qualquer investida do Estado uma atividade perigosa. A estrutura do antigo lixão tem parte dela ainda preservada, tal como a guarita de segurança, balança de caminhão e uma edificação que parece ter sido o prédio administrativo.

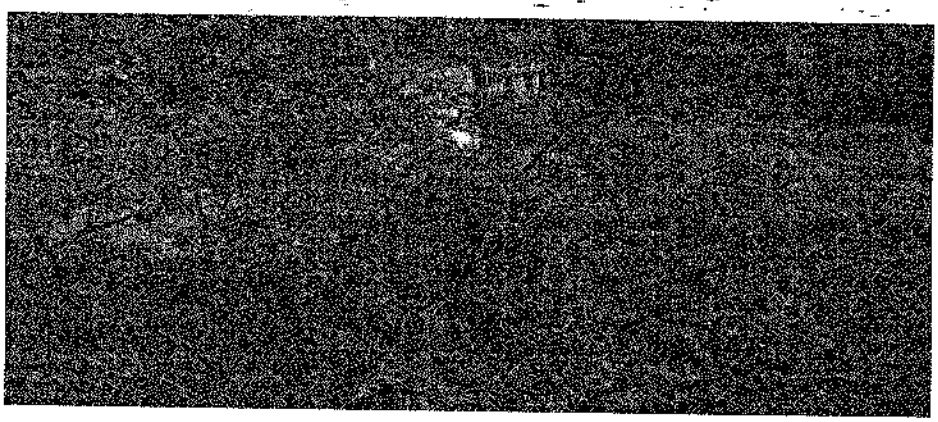


MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
146

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

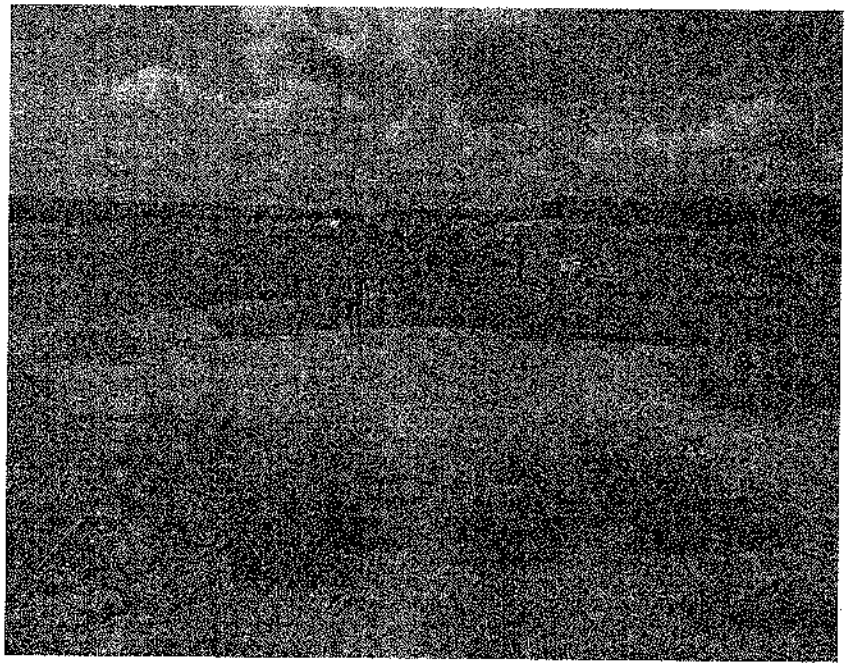






MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
197

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO



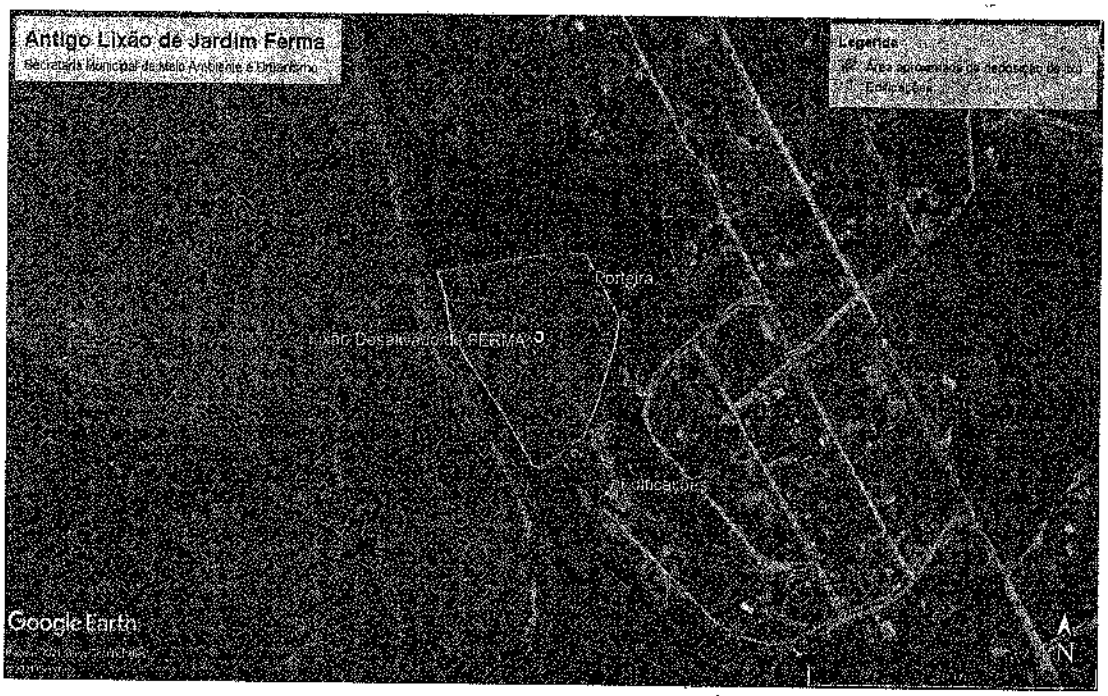


MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
148

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

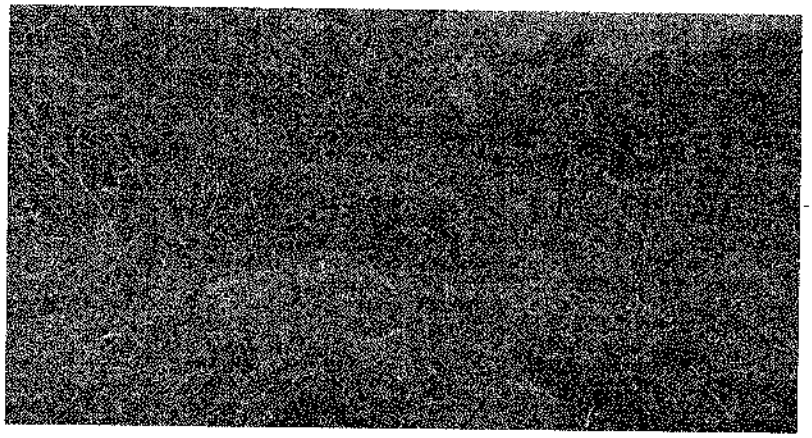
JARDIM FERMA

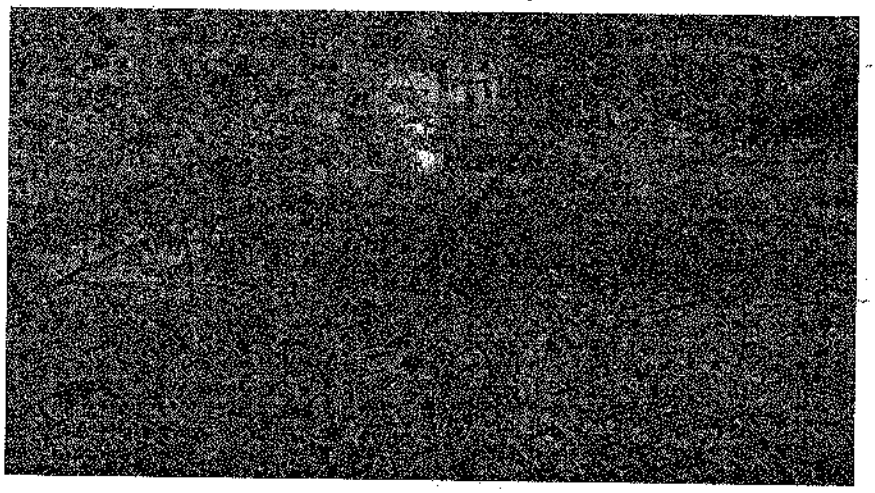
O vazadouro em questão foi vistoriado no dia 16 de Junho de 2021, a área onde era o lixão se encontra ocupada por vegetação na sua maioria de pote arbóreo, fazendo contado direto com as edificações ali abandonadas. Foi identificado um morador no local da vistoria um loco. A maioria das estruturas ainda se encontra em pé, porém em mal estado de conservação, pudemos observar edificações administrativas e de apoio e os tanques de tratamento que por sinal se encontram preenchidos por água, provavelmente da chuva. Nos locais onde a vegetação não é arbórea, o solo ou é coberto por colonião, ou não existe cobertura vegetal, nesse caso, o solo se encontra em forte processo de erosão, já apresentando sinais de ravinamento. A ocupação antrópica na região é similar ao que é nas proximidades do antigo lixão de Itambi, tanto nas estruturas residências e urbanas, quanto nos quesitos relacionados à segurança pública.

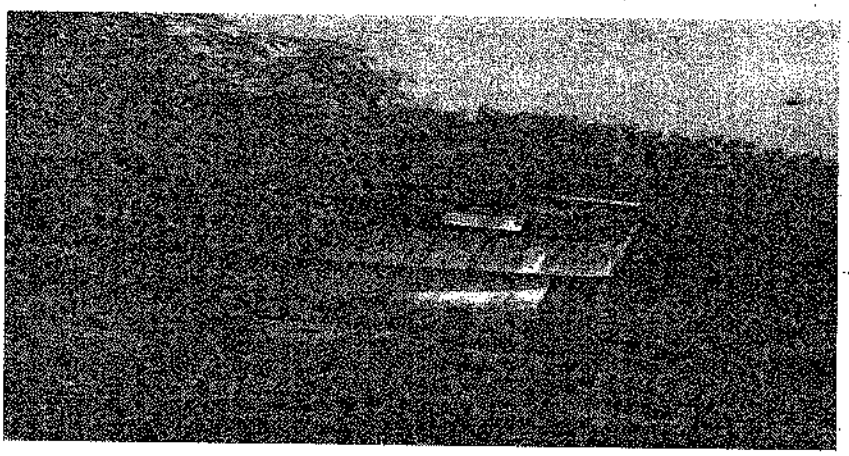


MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl.
149

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO



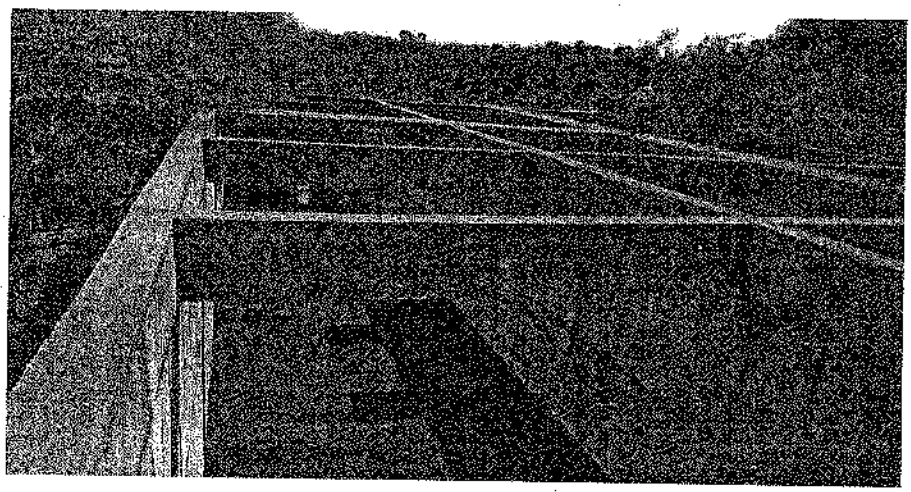




MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
150
RJ

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO





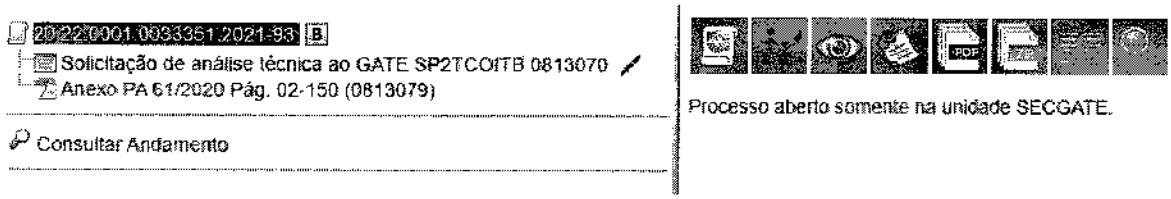


MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

151

Certidão 293/2021
PA 61/2020 MPRJ 2020.00174157

Certifico, nesta data, o integral cumprimento do determinado à fl. 142, item 01, com encaminhamento de Solicitação de Análise Técnica ao GATE, via SEI (Processo 20.22.0001.0033351.2021-93), na forma abaixo.



Itaboraí, 16 de julho de 2021.

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

FLS. 152

Solicitação de análise técnica ao GATE - 0813070

INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO SOLICITANTE

Órgão de Execução:
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Telefone:
(21)2645-6950

Celular:
(21)98285-7730

Membro Solicitante:
Tiago Gonçalves Veras Gomes

Matrícula:
3226

Secretário(a):
Thaís Vieira dos Santos

E-mail:
thais.santos@mprj.mp.br

Deseja receber atualização da movimentação via sistema push?
Não

DADOS DO PROCEDIMENTO

Nº MPRJ:
202000174157

1. Trata-se de complementação de Análise realizada anteriormente pelo GATE?
Não

2. Trata-se de avaliação em saúde mental?
Não

* Caso a resposta seja positiva, preencher Anexo I - Identificação Individual

3. Trata-se de procedimento sujeito à prescrição para a propositura da ação judicial prevista na Lei no 8.429/92?
Não

***Caso a resposta seja positiva, indique o mês e o ano do termo final:**
-

4. Trata-se de apoio na elaboração de quesitos em processo judicial?
Não

5. Trata-se de nomeação de técnico pericial para atuar como assistente técnico em processo judicial, acompanhando diligências ou elaborando laudo complementar?
Não

6. Trata-se de solicitação com tramitação prioritária?
Não

* Caso a resposta seja positiva, assinale a hipótese adequada.

6.1 Existe risco iminente de perecimento do direito;:
Não

***Caso a resposta 6.1 seja marcada, descreva:**

-

6.2 Prioridades fixadas em lei, tais como, Estatuto do Idoso, ECA, Lei Brasileira de Inclusão e outros diplomas legais.
Não

6.3 Está em curso prazo processual;:
Não

Indicar prazo Processual caso marque a hipóteses 6.3:
-

6.4 Oriunda dos Grupos de Atuação Especializada existentes na estrutura do Ministério Público.
Não

7. Trata-se de pedido de apoio técnico destinado a constatar a inexistência ou cessação de danos a direitos transindividuais ou regularização da prestação de serviços públicos ou atividades ilegais?
Não

8. É necessária alguma inspeção ou vistoria?
Não

* Caso a resposta seja positiva, preencher Anexo II - Endereço para Edificações

A dúvida técnica deve ser indicada por meio: i) da escolha dos serviços técnicos pretendidos, conforme portfólio de serviços disponível na página do GATE na intranet;ii) da elaboração de quesitos específicos e não jurídicos ou, ainda;iii)da descrição livre.

* Para serviços de análises de economicidade de contratos em aquisições, prestações de serviços ou obras, avaliação de imóveis (economicidade em aquisições ou aluguéis de imóveis) e prestação de contas ou congêneres - Consultar o Anexo III - Tabela de Quadro de Anexos.

INDIQUE SUA DÚVIDA TÉCNICA:
Junte-se o Ofício SEMAU nº 115/2021 aos PAs nº 61/2020 e 105/2019. Lá, remeta-se o novo material recebido ao GATE, solicitando que seja levado em consideração quando da análise da adequação do Termo de Referência para remediação dos vazadouros.

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 16/07/2021, às 15:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0813070** e o código CRC **5D9A1667**.

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos as fls. 153/164, Ofício SEMAU nº 124/2021 CMPRJ 2021.0051 (124).
Em 03/08/21
7787

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 153
Mat.

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
NÚCLEO ITABORAÍ

Ref.: Ofício SEMAU nº 124/2021 (MPRJ nº 2021.00571211)

PROMOÇÃO

Trata-se de ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí encaminhando o Relatório de Vistoria de Acompanhamentos dos vazadouros de Itambi e Jardim Ferma.

O referido Relatório apresenta informações sobre a vegetação encontrada nos vazadouros de Itambi e Jardim Ferma, bem como informações sobre contaminações por chorume.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Junte-se** o Ofício SEMAU nº 124/2021 aos PAs nº 61/2020 e 105/2019. Lá, remeta-se o novo material recebido ao GATE, solicitando que seja levado em consideração quando da análise da adequação do Termo de Referência para remediação dos vazadouros.

Itaboraí, 28 de julho de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.07.29 11:16:37 -03'00'

Certidão 301/2021
MPRJ 2021.00571211

Certifico, após análise do expediente em referência e pesquisas realizadas no Sistema MGP, na planilha de procedimentos, bem como na pasta compartilhada, a EXISTÊNCIA dos seguintes procedimentos:

- **PA 105/2019, MPRJ 2019.00629296,** que visa a apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa.

- **IC 61/2020, MPRJ 2020.00174157,** que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

TERMO DE VISTA

Assim, abro vista do presente procedimento ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do núcleo Itaboraí, Doutor Tiago Gonçalves Veras Gomes.

Itaboraí, 19 de julho de 2021.

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 21/07/2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 22/07/21.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Fl. 155

Itaboraí, 16 de julho de 2021.

Ofício SEMAU Nº 124/2021

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua Liajane Carvalho da Silva, lote B, quadra 22, sala 105, Nancilância – Itaboraí-RJ – CEP: 24.800-000

Assunto: Vistorias realizadas nos vazadouros Itambi e Jardim Ferma

Exmo. Sr. Promotor de Justiça,

Encaminhamos em anexo o relatório das vistorias realizadas nos antigos vazadouros que de Jardim Ferma e Itambi.

Atenciosamente,

Shella N. Rodrigues
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 44.724

MPRJ6P2TE0ITB 202106571211 160721 16:57:09

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

156

RELATÓRIO DE VISTORIA DE ACOMPANHAMENTO DOS VAZADOUROS

Trata-se da remediação dos antigos vazadouros de Itambi e Jardim Ferma.

Vistoria realizada em 06 de julho de 2021.

ITAMBI

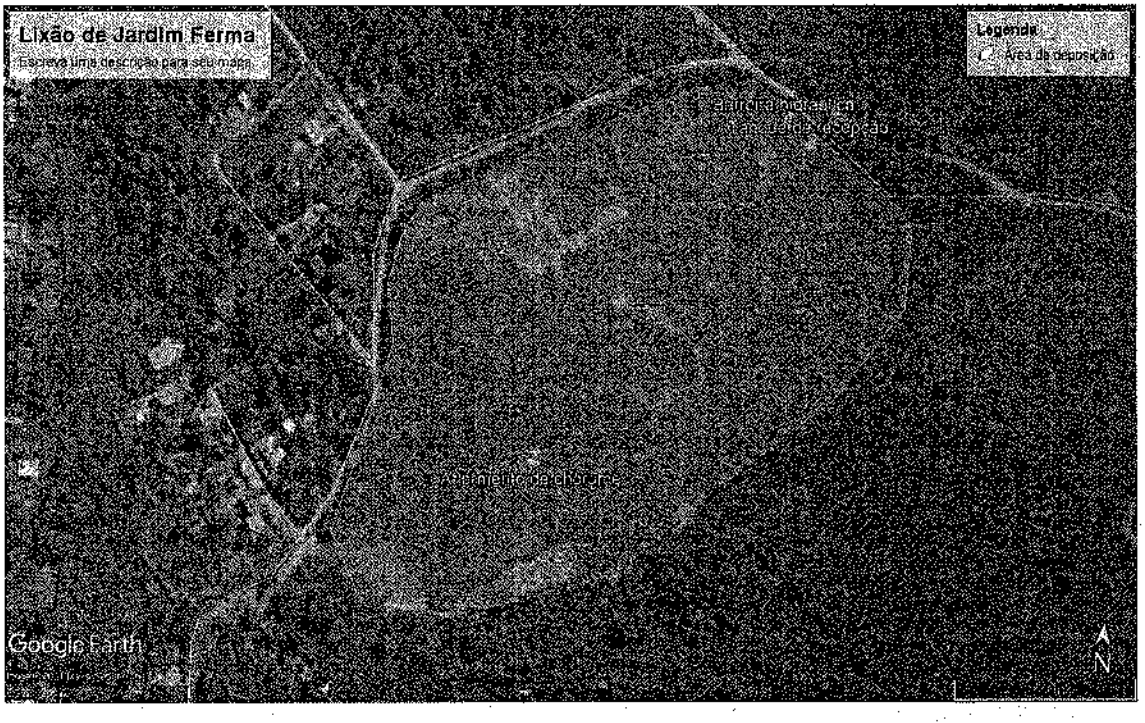
O local onde ocupava o antigo vazadouro de Itambi, esta atualmente com vegetação que esta ocupando a área e seu entorno, esta composta por capim colonião, indivíduos este de arbustivos e arbóreos pontuais ou espaçados. A ocupação antrópica no local é caracterizada por casas de baixa renda e desprovido de infraestrutura urbana, o restante das proximidades são utilizadas como área para pasto. Ressaltamos que o local é considerado como de risco por conta da atuação de grupos criminosos, tornando qualquer investida do Estado uma atividade perigosa. A estrutura do antigo vazadouro tem parte dela ainda preservada, tal como a guarita de segurança, balança de caminhão e uma edificação que parece ter sido o prédio administrativo.

Em nossa vistoria uma equipe da Universidade Federal Fluminense (UFF) nos acompanhou em visita de campo mapeando a atual situação das células e lixo assim e das plumas de contaminação de chorume por meio da eletrorresistividade.

Vale ressaltar que por conta desta nova área fonte de contaminação, existiu a necessidade de prolongamento da barreira hidráulica, portanto foi feito um aditivo para o contrato (superior a 40% do valor inicial), com o objetivo de cobrir os custos das obras adicionais não previstas no projeto básico licitado.

Da infraestrutura da remediação ainda existem as barreiras hidráulicas e seus respectivos tanques de recepção de chorume, assim como parte da drenagem superficial se encontra, apesar de soterrada, ainda instalada.

O chorume continua aflorar no sopé das encostas do aterro, ambos os pontos de afloramento se encontram dentro das barreiras hidráulica e de volume reduzido ao que era antes das intervenções realizadas em 2014. O teste de eletrorresistividade definirá se existe percolação subsuperficial de chorume para além das barreiras hidráulicas.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Foto: Encosta revegetada



Foto: Afloramento de chorume

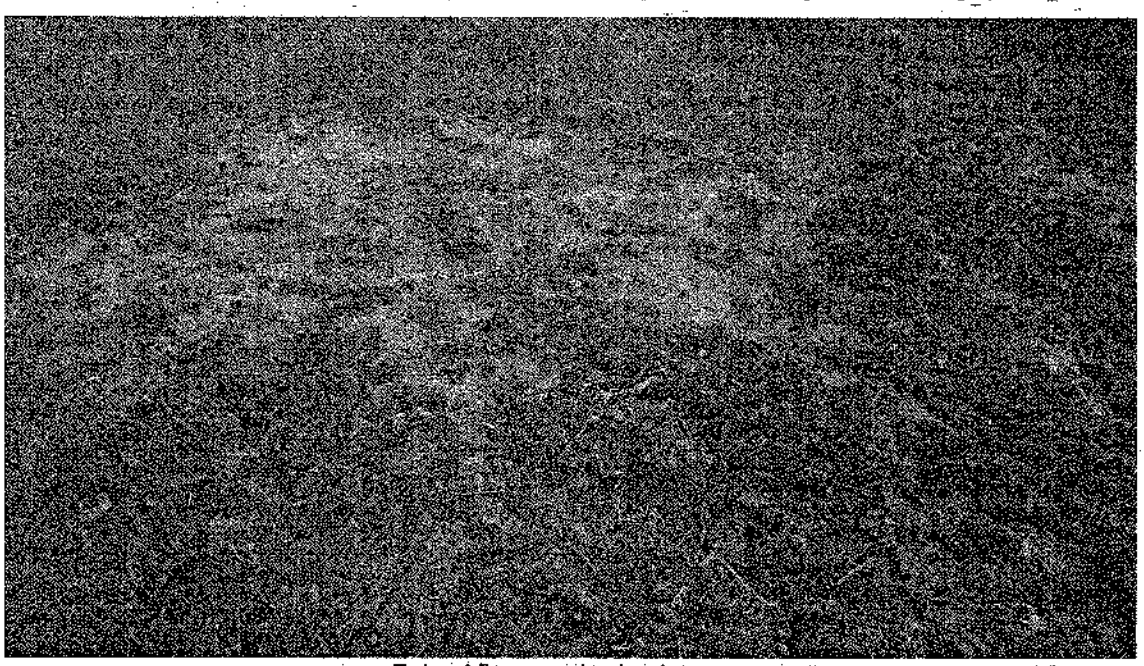


Foto: Afloramento de chorume

Fl. 159



Foto: Tanque de recepção de chorume

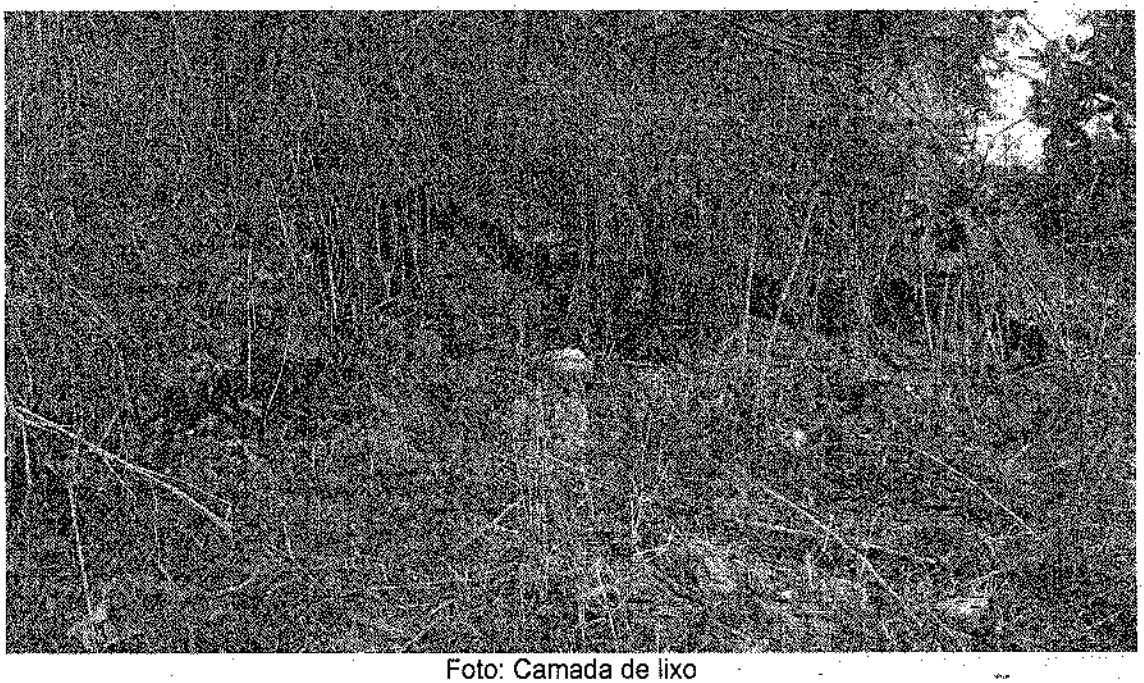


Foto: Camada de lixo

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 160

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Itaboraí

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

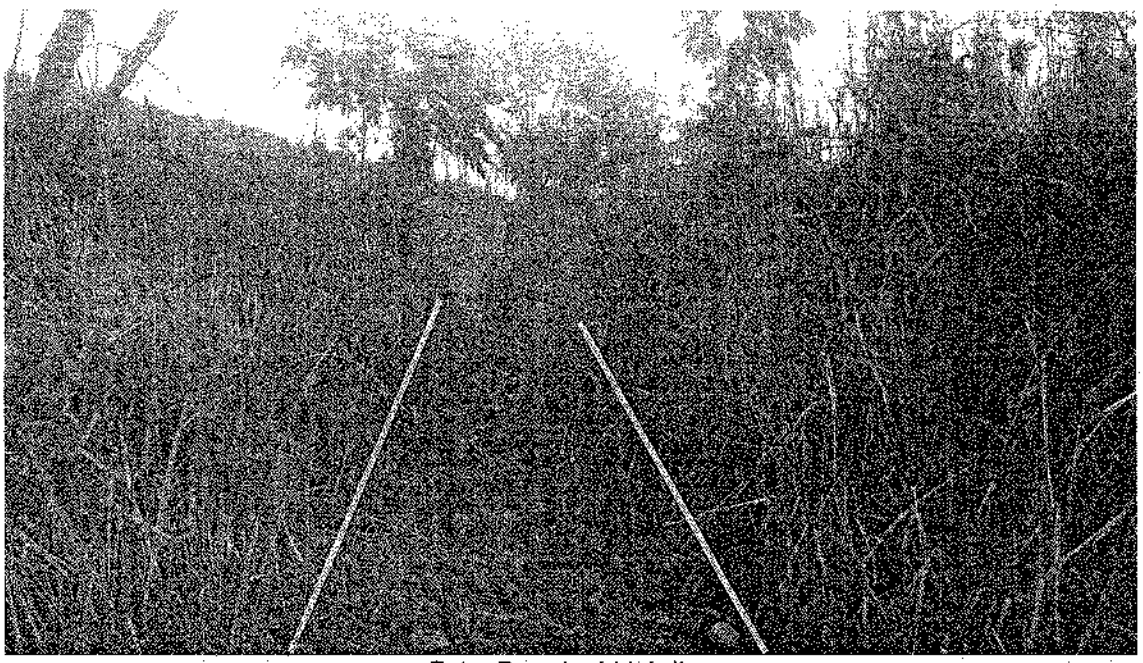


Foto: Barreira hidráulica

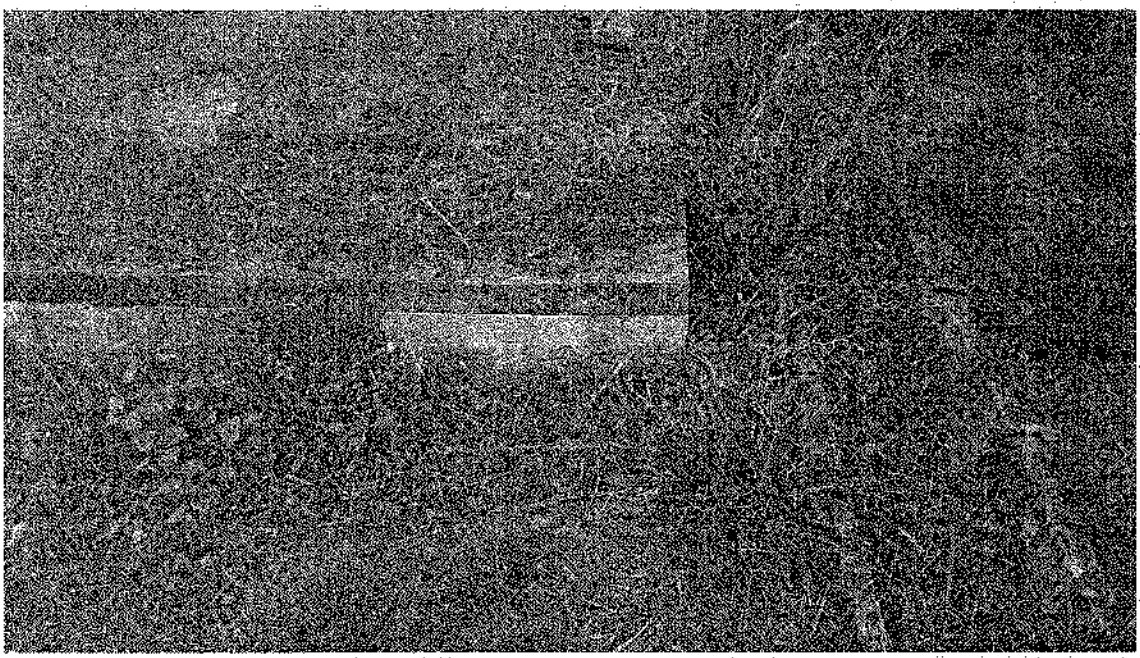


Foto: Segundo tanque de repecepção

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

JARDIM FERMA

O Vazadouro de Ferma, não teve alteração referente a ultima vistoria no local. A área onde era o vazadouro se encontra ocupada por vegetação na sua maioria de pote arbóreo, fazendo contado direto com as edificações ali abandonadas. A maioria das estruturas ainda se encontra em pé, porém em mal estado de conservação por não ter recurso para manter e melhorar a estrutura, pudemos observar edificações administrativas e de apoio e os tanques de tratamento que por sinal se encontram preenchidos por água, provavelmente da chuva. Nos locais onde a vegetação não é arbórea, o solo ou é coberto por colonião, ou não existe cobertura vegetal, nesse caso, o solo se encontra em forte processo de erosão, já apresentando sinais de ravinamento.

Este passivo ambiental se mostra mais preocupante do que aquele em Itambi, foram encontrados pontos de afloramento de chorume.



MINISTÉRIO PÚBLICO
Fls. 162

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

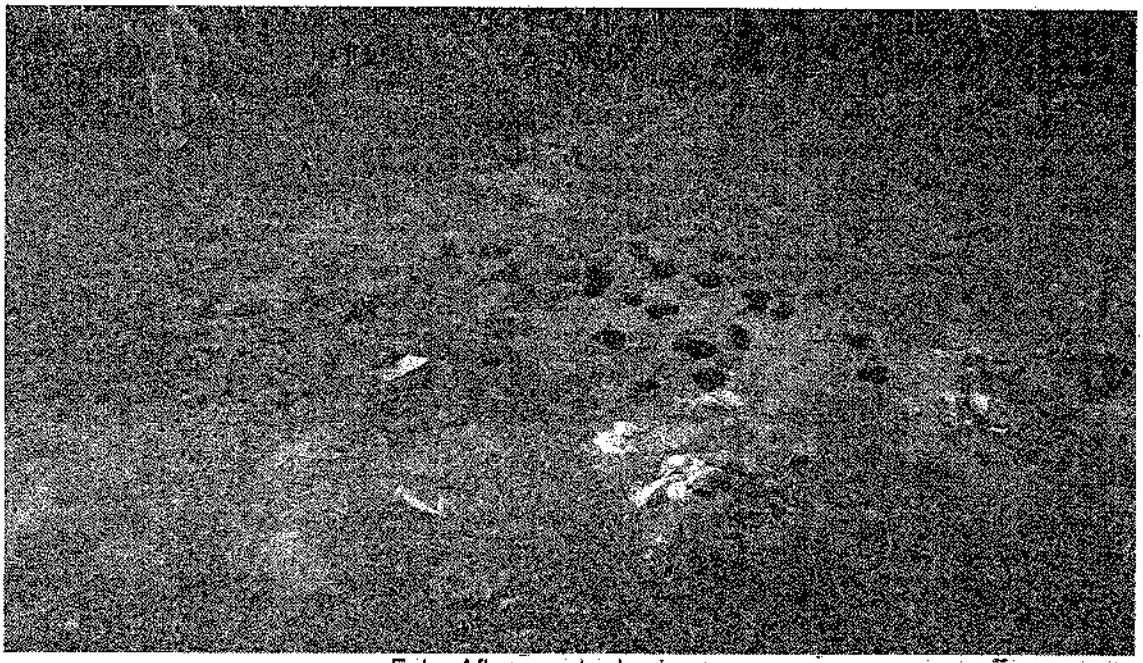


Foto: Afloramento de chorume



Foto: Chorume em área de escoamento

MINISTÉRIO PÚBLICO
163

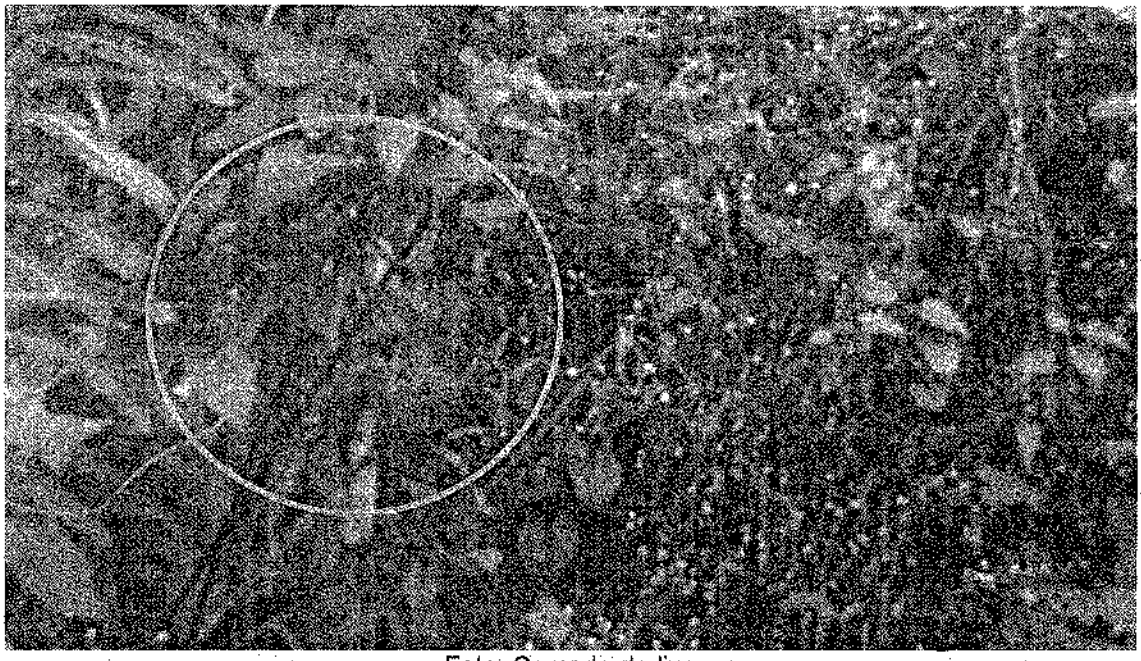


Foto: Camada de lixo

CONCLUSÃO

Sabemos que a recuperação ambiental de ambos os passivos é imperiosa, portanto, informamos que está sendo elaborado petição orçamentária para a remediação de ambos os locais. A sondagem das atuais condições das plumas de contaminação servirá para nos nortear quanto a forma que será realizado os futuros procedimentos para a recuperação da área degradada.
Considerando a vistoria realizada nos dois vazadouros.
Nos colocamos a disposição.

Em 07/07/2021

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Itaboraí

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Sheila N. Rodrigues
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 44.724

165

Solicitação de juntada de documento aos processos SEI 20.22.0001.0033345.2021-61 e 20.22.0001.0033351.2021-93

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Ter, 03/08/2021 12:32
Para: GATE - Secretaria <secgate@mprj.mp.br>

1 anexos (3 MB)
Ofício SEMAU n 124.2021.pdf;

Prezados, boa tarde,

Sirvo-me do presente para solicitar que o documento em anexo (Ofício SEMAU nº 124/2021) seja juntado no bojo dos processos SEI nº 20.22.0001.0033345.2021-61 e nº 20.22.0001.0033351.2021-93, que estão com carga no GATE, a fim de que o mesmo seja levado em consideração quando da análise da adequação do Termo de Referência para remediação dos vazadouros.
Grata!

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

MINISTÉRIO PÚBLICO 166 RJ

Re: Agendamento de Reunião

Isabelly Lemos Costa <isabelly.costa@itaborai.rj.gov.br>

Sex, 08/10/2021 11:27

Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>

Prezada,

Cumprimentando-o cordialmente, servimo-nos do presente, para requestar a possibilidade de reagendamento da reunião programada com o Excelentíssimo Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras, no dia 13/10/2021 (treze de outubro de dois mil e vinte e um), às 15h (quinze horas). Ocorre que o Secretário Jhonatan Ferrarez estará em compromisso externo nos próximos dias, de forma que não estará presente na data em questão, retornando a agenda **a partir do dia 19/10/2021 (dezenove de outubro de dois mil e vinte e um)**.

Os procedimentos específicos a serem tratados na reunião serão referentes ao TAC – Vazadouros dos Bairros Itambi e Ferma. E o sobrepreço da Fiat Toro.

Segue os e-mails dos participantes da reunião:

jhonatan.barros@itaborai.rj.gov.br

greyce.magalhaes@itaborai.rj.gov.br

Agradecemos desde já a sua atenção e aproveitamos para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Isabelly Lemos

Em qui., 7 de out. de 2021 às 15:37, 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br> escreveu:

> Prezada,
>
> Cumprimentando-a, de ordem do Excelentíssimo Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras, sirvo-me do presente para informar que a reunião solicitada ficou agendada para o **dia 13/10/2021 (treze de outubro de dois mil e vinte e um), às 15h (quinze horas), por meio da plataforma *Teams*.**
>
> Solicito, por gentileza, que sejam encaminhados os e-mails dos eventuais participantes da reunião, para o envio do convite, bem como informar se há um procedimento específico a ser tratado na reunião.
>
> Fico à disposição.
>
> Atenciosamente,
>
> Cristina Alfradique.

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: Isabelly Lemos Costa <isabelly.costa@itaborai.rj.gov.br>
Enviado: quarta-feira, 6 de outubro de 2021 16:00
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Assunto: Agendamento de Reunião

Boa Tarde Srª Cristina,

Conforme contato telefônico nesta data.
Solicito gentilmente a viabilidade de agendamento de uma reunião com o Ilustre Drº Tiago Veras, para apresentação do atual Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo da Prefeitura Municipal de Itaboraí, Jhonatan Ferrarez.

Agradecemos desde já a sua atenção e aproveitamos para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

--
Isabelly Lemos
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Assessor de Departamento
Mat. 48.142

--
Atenciosamente,

Isabelly Lemos

167

Re: Agendamento de Reunião

Isabelly Lemos Costa <isabelly.costa@itaborai.rj.gov.br>
Qua, 13/10/2021 15:21
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>

Prezada,

Cumprimentando-a, acuso o recebimento.

Obrigado.

Em qua., 13 de out. de 2021 às 14:07, 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br> escreveu:

> Boa tarde,
>
> Confirmado o agendamento da reunião para o dia 27/10/2021 (vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e um), quarta-feira, às 16h (dezesseis horas), via teams.
> O convite da reunião será encaminhado via email.
>
> Atenciosamente,
>
> ***Thaís Vieira dos Santos***
> ***Técnico Administrativo***
> ***Matr. 7787***
>
> MPRJ
>
> **2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí**
>
> Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
>
> Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
>
> CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
>
> ---
>
> **De:** Isabelly Lemos Costa <isabelly.costa@itaborai.rj.gov.br>
> **Enviado:** quarta-feira, 13 de outubro de 2021 13:26
> **Para:** 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
> **Assunto:** Re: Agendamento de Reunião
>
> Boa Tarde!
>
> Pode confirmar o agendamento da reunião no dia 27/10/2021, ás 16:00h via teams.
>
> Obrigado!

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
ao(a) Exmo. Promotor de Justiça
Em 26/10/21
7787

Promoção em separado, impressa em 02 lauda (s).

Itaboraí, 28/10/2021.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 29/10/21.

Ref.: Procedimento Administrativo n.º 61/2020 (MPRJ – 2020.00174157) e Procedimento Administrativo n.º 105/2019 (MPRJ – 2019.00629296)

PROMOÇÃO COM REGISTRO DE REUNIÃO VIRTUAL

Aos 27 dias do mês de outubro de 2021, às 16h, teve início reunião por videoconferência, via aplicativo Teams, presentes o DR. **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, Promotor de Justiça Titular; **Pelo Município de Itaboraí: DR. JHONATAN FERRAREZ, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí e DRA. GREICE MAGALHÃES.**

Pelos representantes do Município de Itaboraí foi dito que: em 19 de julho assumiram a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí e que a Secretaria está à disposição do MP. Esclareceram que referente ao sobrepreço do veículo Fiat Toro discutido nos autos da ACP n. 0024387-15.2017.8.19.0023 o Município já quitou o valor e que a Secretaria precisa de outro veículo e se poderia ser realizada nova licitação para aquisição de outro veículo.

Pelo Promotor foi dito que: a Promotoria de Justiça está à disposição e esclareceu que o Município poderá realizar um novo processo licitatório para aquisição de outro veículo, mas que o dinheiro só será liberado após análise do GATE sobre economicidade. O Promotor esclareceu que as tratativas em relação aos vazadouros devem avançar em relação junto ao INEA/SEAS. Em seguida, o Promotor explicou que conseguiu contemplar no TAC I do COMPERJ o valor de R$ 14 milhões de reais para remediação ambiental no Município de Itaboraí, sendo certo que durante as tratativas do TAC esse valor já estava previamente destinado, em comum acordo entre o MP e a SEAS, para remediação ambiental destes dois vazadouros, sendo certo que o gerenciamento do valor ficará a cargo do ERJ, mas que o

Município deve colaborar e participar de todo o processo, até porque a obrigação de remediar é do Município.

Pelos representantes do Município de Itaboraí foi dito que: estão em tratativas com o INEA para fazer o Termo de Referência. Esclareceram que falta apenas a aprovação do Termo de Referência pelo INEA. Por fim, esclareceram que a secretaria já provocou o setor de compras, a fim de que seja realizado o levantamento dos custos da remediação. E que estão tentando solucionar a questão da multa com o INEA.

Nada mais havendo, foi a reunião encerrada.

Feito o registro acima, À Secretaria para juntar a presente promoção nos respectivos procedimentos.

Itaboraí, 27 de outubro de 2021.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2021.10.28 10:01:56 -03'00'

169

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA
DO NÚCLEO ITABORAÍ
MEIO AMBIENTE * ORDEM URBANÍSTICA * PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E CULTURAL * CONSUMIDOR
Itaboraí, Tanguá e Rio Bonito
Rua João Caetano 207, sala 606, Centro – Itaboraí/RJ, CEP: 24800-113

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
IT nº 1236/2021 do GATE.

Em 01 / 01 / 22
7767

170

INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº: 1236/2021 **10 de Dezembro de 2021**

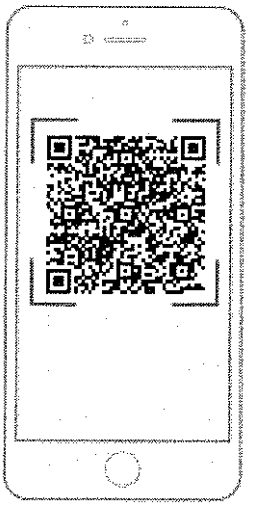
Nº MPRJ: 2020.00174157

SOLICITANTE: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

COORDENADAS (Local da diligência):

LAT.: -22.663105026762643 **LONG.:** -42.86735654952392

Indústria. Petróleo e derivados, gás e biocombustíveis. 1 - Serviço técnico: Análise de atendimento a obrigações de cunho técnico de TAC. 2 - Serviço técnico: Análise de documentos técnicos. 3 - Serviço técnico: Análise do gerenciamento de áreas contaminadas. O Termo de referência apresentado pelo INEA para remediação dos vazadouros em Itaboraí são adequados e atendem as premissas do item 5 do TAC II do COMPERJ, entretanto recomenda-se a inclusão de outros estudos.



Leia o QR code com seu celular.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

1. INTRODUÇÃO

Os Inquéritos Civis 2020.00174157 e 201900629296, instaurado no Ministério Público, tem o objetivo de apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) II do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ) pactuado entre o MPRJ, a Petrobras, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas n.00098884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGNULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345Kv).

No item 5 da cláusula sexta do TAC II, foi estipulada a obrigação à Petrobras em apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ, INEA e SEAS, no valor total de 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contatos da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelos INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor.

Considerando o objeto dos Inquéritos Civis, a presente Informação Técnica visa atender à solicitação da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva - Núcleo Itaboraí ao Grupo de Apoio Técnico Especializado - GATE por meio dos procedimentos SEI 20.22.0001.0033351.2021-93 e 20.22.0001.0033345.2021-61, que solicita a avaliação quanto a adequação do Termo de Referência para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma, ambos localizados no município de Itaboraí.

A avaliação realizada nessa Informação Técnica foi embasada nos seguintes documentos acostados no procedimento SEI: (i) Projeto básico de remediação do vazadouro de Itambi, elaborado em outubro de 2017 pela empresa ECP Environmental Solutions; (ii) Projeto básico de remediação do vazadouro de Jardim Ferma, elaborado em outubro de 2017 pela empresa ECP Environmental Solutions; e (iii) Termo de Referência elaborado pelo INEA com as diretrizes a serem elaboradas pelo município de Itaboraí para remediação ambiental dos vazadouros supracitados.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

111

2. DESENVOLVIMENTO

Os vazadouros denominados Itambi e Jardim Ferma, ambos localizados no município de Itaboraí, foram as áreas escolhidas para serem objeto de recuperação ambiental com o apoio financeiro da Petrobras estipulado no item 5 da cláusula sexta do TAC II do COMPERJ. Essas áreas são passivos ambientais do município, as quais foram utilizadas para disposição final dos resíduos sólidos urbanos do município de maneira irregular sem atender as premissas técnicas e legais de um Aterro Sanitário.

2.1. Informações prestadas nos Projetos Básicos de remediação da ECP Environmental Solutions

Em outubro de 2017 foi apresentado pela empresa ECP Environmental Solutions o Projeto de Remediação do vazadouro de Itambi. No documento foi apresentada a caracterização geral da área, características gerais do meio físico e biótico, investigação geoambiental, monitoramento ambiental e a proposta do projeto de remediação futuro para o vazadouro. Entretanto, destaca-se que não foram realizadas todas as etapas do gerenciamento de áreas contaminadas conforme previsto na Resolução CONAMA n.420/09.

Segundo informações do Projeto da ECP, a área do vazadouro de Itambi é de fácil acesso, encontra-se nas proximidades da BR- 493 e seu entorno é ocupada por em grande parte por vegetação, com presença de residências na parte oeste do terreno. Encontra-se inserida na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara. Na direção nordeste do terreno encontra-se um córrego de pequeno porte não denominado no estudo. A área não está inserida em Unidade de Conservação.

Em relação a investigação geoambiental apresentada no Projeto Básico do vazadouro Itambi, foi realizada a avaliação confirmatória incompleta, a qual contemplou na perfuração de 5 (cinco) sondagens, instalação de 5 (cinco) poços de monitoramento da água subterrânea e de vapores, observando o fluxo da água subterrânea, o qual foi inferido para sentido nordeste. Neste sentido, sabemos que locais em que são depositados toda sorte de resíduos, como os do caso em tela, são também dispostos de forma irregular todos tipo de poluente em todas as categorias que podem migrar para o meio físico.

Os 5 (cinco) poços de monitoramento instalados são, por exemplo, de seção filtrantes plena, não estando de acordo com vários tipos de contaminantes que porventura possam

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

existir no solo e na água subterrânea. Neste grupo, podem ocorrer DNAPL[1], como organoclorados[2] e alguns hidrocarbonetos. Não há poços multinível, adequados para avaliar toda sorte de contaminantes existente na Resolução CONAMA 420/2009 para uma investigação confirmatória beseada a NBR ABNT-15515-2[3].

Foram apenas realizadas análises químicas para o solo, em relação as águas subterrâneas não foram prestadas informações. De acordo com os resultados apresentados, as análises realizadas nas amostras de solo apontaram que os compostos avaliados não excederam os limites estabelecidos pela Resolução CONAMA n. 420/09[4].

Também foi apresentado o Projeto de Remediação para o vazadouro Jardim Ferma, elaborado em outubro de 2017 pela empresa ECP Environmental Solutions. No documento foi apresentada a caracterização geral da área, características gerais do meio físico e biótico, investigação geoambiental, monitoramento ambiental e a proposta do projeto de remediação futuro para o vazadouro.

Segundo informações prestadas no Projeto Básico da ECP, o vazadouro de Jardim Ferma também é de fácil acesso, distando aproximadamente 3km do centro do município de Itaboraí. A área encontra-se inserida microbacia hidrográfica do Rio Vargem, afluente do Rio Porto das Caixas. A ocupação do entorno da área do vazadouro é constituída por vegetação e presença de residências. A área não está inserida em Unidade de Conservação.

Em relação a investigação geoambiental apresentada no Projeto Básico do vazadouro Jardim Ferma, foi realizada a avaliação confirmatória, a qual contemplou na perfuração de 4 (quatro) sondagens, instalação de 4 (quatro) poços de monitoramento da água subterrânea e de vapores. Foram apresentados os resultados das análises químicas realizadas nas amostras de solo e águas subterrâneas, onde foram confirmadas a contaminação das águas subterrâneas e solos conforme os limites estipulados na Resolução CONAMA n.420/09.

Tanto a investigação como o projeto de remediação do vazadouro Jardim Ferma carecem dos mesmos vícios e insuficiências que os realizados para o vazadouro Itambi,

[1] DNAPL - *Dense nonaqueous phase liquid* ou líquidos não solúveis mais densos que a água

[2] Organoclorados - são altamente lipofílicos, o que permite rápida penetração nas membranas celulares e nos tecidos, distribuindo-se e concentrando-se na gordura corpórea e fluidos humanos e animais.

[3] NBR ABNT-15515-1 – Investigação Confirmatória

[4] Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

172

tornando a investigação subdimensionada para a complexidade do passivo a ser equacionado, e consequentemente o projeto elaborado a partir do referido estudo geoambiental também.

Não houve estudo versando sobre *background* geoquímico, fundamental para avaliar o qão antropizado o meio físico pode estar, em função da existência dos vazadouros.

Os estudos geoabientais não foram realizados segundo orientações de investigações mais modernas, que gerarão informações mais ajustadas para o levantamento do passivo ambiental e equacionamento do mesmo.

A metodologia utilizada nas investigações realizadas não é capaz de fornecer informações suficientes para a elaboração de um modelo conceitual adequado para a área e é incompatível com as normas: NBR-ABNT 16.434/2015[5], NBR-ABNT 15.495-1/2007[6], ASTM D6282/2014[7] e com a Decisão de Diretoria 038 (DD-038) da CETESB, que hoje reúne a mais moderna orientação para investigação de passivos ambientais a ser adotada por todos os órgãos ambientais do Brasil, inclusive INEA e órgãos ambientais municipais.

Para que essas normas sejam plenamente atendidas torna-se necessário à execução de amostragens de solo de perfil completo (ASPC) que coleta amostras representativas de todo o perfil, inclusive na zona saturada. Sendo esta metodologia extremamente importante, pois trata-se uma área extremamente complexa no que diz respeito a magnitude do impacto ambiental que vazadouros podem gerar.

A ASPC permiti a aquisição de amostras para análises fisicogeoquímicas em laboratório, com a realização de uma varredura vertical analítica de contaminantes para a identificação e caracterização das zonas contaminadas, gerando um modelo conceitual da área muito mais preciso e real.

Assim sendo, é fundamental que sejam adotada a metodologia APSC proposta para o correto levantamento geoambiental dos vazadouros.

---

[5] NBR-ABNT 16.434/2015 - Amostragem de resíduos sólidos, solos e sedimentos — Análise de compostos orgânicos voláteis (COV) — Procedimento

[6] NBR-ABNT 15.495-1/2007 - Poços e monitoramento de águas subterrâneas em aqüíferos granulares – Parte 1: Projeto e construção.

[7] ASTM D6282/2014 - *Standard Guide For Direct Push Soil Sampling For Environmental Site Characterizations* (Guia Padrão para Amostragem Direta de Solo para Caracterizações de Passivos Ambientais)

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

2.2. Termo de Referência apresentado pelo INEA

Em 25 de junho de 2021 foi encaminhado ao Ministério Público do Rio de Janeiro a Proposta de especificações técnicas para recuperação dos vazadouros de Itambi e Jardim Ferma a serem contempladas no Termo de Referência.

No Termo de Referência apresentado pelo INEA foram estipuladas premissas referentes aos seguintes elementos a serem apresentadas pelo município de Itaboraí no requerimento do Licenciamento para Recuperação da Área Degradada do vazadouros: (i) investigação ambiental; (ii) projeto de remediação; (iii) isolamento e identificação da área; (iv) retaludamento do maciço; (v) impermeabilização do maciço; (vi) sistema de drenagem de águas pluviais; (vii) sistema de drenagem do chorume, incluindo barreira hidráulica perimetral; (viii) sistema de drenagem e queima de gases; (ix) sistema de tratamento do chorume; (x) lagoa de acumulação de lixiviado; (xi) material de empréstimo; (xii) cobertura vegetal; (xiii) unidades de apoio; (ixx) cronograma físico e financeiro; (xx) controle ambiental.

As especificações contidas na proposta do Termo de Referência do INEA são correlatas com as premissas previstas para o gerenciamento de áreas contaminadas na Resolução CONAMA 420/09 e para a remediação do passivo ambiental nas áreas dos vazadouros. Contudo, deve-se exigir que estudo de *background* geoquímico seja realizado e que o mesmo faça parte do estudo hidrogeológico, sendo imperativo, também, conhecer o grau de vulnerabilidade a que o aquífero freático está sujeito em função da presença dos vazadouros.

3. CONCLUSÃO

Diante da avaliação quanto a adequação do Termo de Referência (TR) para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma, ambos localizados no município de Itaboraí, apresentado pelo INEA, verificou-se que as especificações contidas na proposta são correlatas com as premissas previstas para o gerenciamento de áreas contaminadas na Resolução CONAMA 420/09 e para a remediação do passivo ambiental nas áreas dos vazadouros.

Contudo, entende-se ser necessário que o INEA acrescente ao TR solicitação do estudo de *background* geoquímico, estudo de vulnerabilidade de aquíferos e que na etapa de investigação seja adotada a metodologia de Amostragem de solo por Perfil Completo (ASPC). Portanto, entende-se que o Termo de Referência acrescido do proposto atendederá ao seu objetivo.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

173

Ademais, sugere-se que o INEA registre claramente que todas as etapas do gerenciamento das áreas contaminadas e atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA e legislações pertinentes ao tema.

JULIANA BUSTAMANTE DE MONTI SOUZA
Técnico Pericial - GATE - Núcleo Engenharia
Matr.: 6542

MARCELO TEIXEIRA SANTANA
Técnico Pericial - GATE - Núcleo de Ciências Naturais
Matr.: 6849

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

VISTA
Nesta data, faço vista destes autos
ao(à) Dmo. Promotor de Justiça
Em 07 / 01 / 22
7787

Promoção em separado, impressa em 01 lauda (s).

Itaboraí, 18 01 /2022.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 18/01/22.

Ref.: Procedimento Administrativo nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157)

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Oficie-se à PGM de Itaboraí e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí, à SEAS e ao INEA**, com cópia da IT do GATE nº 1236/2021 (fls. 170/173), solicitando que promova a complementação do Termo de Referência (TR) para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma nos seguintes termos: **(i)** que seja acrescido ao TR solicitação do estudo de background geoquímico, estudo de vulnerabilidade de aquíferos e que na etapa de investigação seja adotada a metodologia de Amostragem de solo por Perfil Completo (ASPC); e **(ii)** que todas as etapas do gerenciamento das áreas contaminadas e atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA e legislações pertinentes ao tema, conforme sugerido na Informação Técnica do GATE;

2- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 17 de janeiro de 2022.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.01.18 09:54:53 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÓPIA

MINISTÉRIO PÚBLICO 48 RJ

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 82/2022 *Itaboraí*, 20 de janeiro de 2022.

Ref.: **PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157** *(Favor mencionar na resposta)*

RECEBIDO EM 18/02/2022 (às 11:10)
NOME:
MATRÍCULA

Mário Vinícius de A. Lopes
Procurador do Município
OAB/RJ: 145.521 / Mat.: 39.375
Itaboraí - RJ

Senhor Procurador-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça encaminhar cópia da IT do GATE nº 1236/2021 (fls. 170/173), solicitando que promova a complementação do Termo de Referência (TR) para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma nos seguintes termos: (i) que seja acrescido ao TR solicitação do estudo de background geoquímico, estudo de vulnerabilidade de aquíferos e que na etapa de investigação seja adotada a metodologia de Amostragem de solo por Perfil Completo (ASPC); e (ii) que todas as etapas do gerenciamento das áreas contaminadas e atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA e legislações pertinentes ao tema, conforme sugerido na Informação Técnica do GATE. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da portaria de instauração, do relatório de investigação, e da cópia da IT do GATE nº 1236/2021 (fls. 170/173) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

C1

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ
Praça Marechal Floriano Peixoto, 97, Centro, Itaboraí, RJ.
CEP 24801-048

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 28/01/2022, às 17:41, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1221860** e o código CRC **A3465BB0**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CÓPIA MINISTÉRIO PÚBLICO RJ 176

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Recebido
10 / 02 / 22
Por: Bruna
Mat.: 47580.
SEMAU

Ofício 2ª PJTC nº 83/2022 *Itaboraí*, 20 de janeiro de 2022.

Ref.: **PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157** *(Favor mencionar na resposta)*

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça encaminhar cópia da IT do GATE nº 1236/2021 (fls. 170/173), solicitando que promova a complementação do Termo de Referência (TR) para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma nos seguintes termos: (i) que seja acrescido ao TR solicitação do estudo de background geoquímico, estudo de vulnerabilidade de aquíferos e que na etapa de investigação seja adotada a metodologia de Amostragem de solo por Perfil Completo (ASPC); e (ii) que todas as etapas do gerenciamento das áreas contaminadas e atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA e legislações pertinentes ao tema, conforme sugerido na Informação Técnica do GATE. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da portaria de instauração, do relatório de investigação, e da cópia da IT do GATE nº 1236/2021 (fls. 170/173) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

C1

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE ITABORAÍ
Avenida 22 de Maio, nº 7071, Venda das Pedras, Itaboraí.
CEP: 24.804-706

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, Promotor de Justiça**, em 28/01/2022, às 17:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1221931** e o código CRC **BAF1854A**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO Fl. 177 RJ

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 84/2022 *Itaboraí*, 20 de janeiro de 2022.

Ref.: **PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157** *(Favor mencionar na resposta)*

Expedido em 10/02/22 Servidor

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça encaminhar cópia da IT do GATE nº 1236/2021 (fls. 170/173), solicitando que promova a complementação do Termo de Referência (TR) para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma nos seguintes termos: (i) que seja acrescido ao TR solicitação do estudo de background geoquímico, estudo de vulnerabilidade de aquíferos e que na etapa de investigação seja adotada a metodologia de Amostragem de solo por Perfil Completo (ASPC); e (ii) que todas as etapas do gerenciamento das áreas contaminadas e atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA e legislações pertinentes ao tema, conforme sugerido na Informação Técnica do GATE. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da portaria de instauração, do relatório de investigação, e da cópia da IT do GATE nº 1236/2021 (fls. 170/173) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO
THIAGO PAMPOLHA
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE – SEAS
Av. Venezuela, 110, 5º andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 28/01/2022, às 17:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1221934** e o código CRC **A717FF09**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO RJ 178

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 85/2022 *Itaboraí*, 20 de janeiro de 2022.

Ref.: **PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157** *(Favor mencionar na resposta)*

Expedido em 10/02/22 Servidor

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça encaminhar cópia da IT do GATE nº 1236/2021 (fls. 170/173), solicitando que promova a complementação do Termo de Referência (TR) para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma nos seguintes termos: (i) que seja acrescido ao TR solicitação do estudo de background geoquímico, estudo de vulnerabilidade de aquíferos e que na etapa de investigação seja adotada a metodologia de Amostragem de solo por Perfil Completo (ASPC); e (ii) que todas as etapas do gerenciamento das áreas contaminadas e atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA e legislações pertinentes ao tema, conforme sugerido na Informação Técnica do GATE. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da portaria de instauração, do relatório de investigação, e da cópia da IT do GATE nº 1236/2021 (fls. 170/173) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
Avenida Venezuela, nº 110, Centro – RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 28/01/2022, às 17:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1221935** e o código CRC **8161BE15**.

Ref.: Ofício/GAB/SEMAU n. 214/20221 - (MPRJ nº 2022.00010031)

PROMOÇÃO

Trata-se de ofício encaminhado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí, no qual consta a informação de que no dia 25/10/2021 foi protocolado junto ao INEA o Termo de Referência para a contratação da empresa responsável pela recuperação dos antigos vazadouros. Por fim, o referido ofício esclarece que o documento foi enviado para análise e possível aprovação.

É o relatório.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Junte-se** o Ofício/GAB/SEMAU n. 214/20221 aos Procedimentos Administrativos nºs 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) e 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157). Lá, **oficie-se ao INEA, à PGM de Itaboraí e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente** solicitando que promova a complementação do Termo de Referência (TR), conforme sugerido na Informação Técnica do GATE 1236/2021 (instruir novamente com cópia da IT);

2- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 17 de janeiro de 2022.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.01.18 09:51:02 -03'00'

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) 2645-6950
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Certidão 14/2022
MPRJ 2022.00010031

Certifico, após análise do expediente em referência e pesquisas realizadas no Sistema MGP, na planilha de procedimentos, bem como na pasta compartilhada, a EXISTÊNCIA dos seguintes procedimentos:

- **PA 105/2019, MPRJ 2019.00629296,** que visa a apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa.

- **PA 61/2020, MPRJ 2020.00174157,** que visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE VISTA

Assim, abro vista do presente procedimento ao Excelentíssimo Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do núcleo Itaboraí, Doutor Tiago Gonçalves Veras Gomes.

Itaboraí, 10 de janeiro de 2022.

Thaís Vieira dos Santos
Matrícula 7787

Itaboraí, 15 de dezembro de 2021.

Ofício/GAB/SEMAU n. 214/2021

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua Liajane Carvalho da Silva, lote B, quadra 22, sala 105, Nancilância – Itaboraí-RJ – CEP: 24.800-000

Assunto: Término e entrega de nosso Termo de Referência para a recuperação ambiental dos antigos vazadouros municipais.

Viemos por meio deste ofício informar que no dia 25 de outubro foi protocolado no Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA), o nosso Termo de Referência para a contratação de empresa responsável pela recuperação de nossos antigos vazadouros. Informamos que o documento foi enviado para a análise e possível aprovação.

Jhonatan Ferrarez
Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 48.052

MPRJ/SPTC/DITB 202200010031 100122 11:59:34

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

182

COMPROVANTE DE ENVIO - PROTOCOLO ELETRÔNICO

Nº COMPROVANTE: 267f2821-8fd1-465c-91d9-55b0cc2dba3e

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAI

DATA DE ENVIO: 25/10/2021 às 11:16

DOCUMENTOS ANEXADOS

Nome: TermodeReferencia_VAZADOUROS.pdf - Tipo: application/pdf - Hash: b317493ecb4ac5d9d34cbabd34bf67a7

183

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

COMPROVANTE DE ENVIO - PROTOCOLO ELETRÔNICO

Nº COMPROVANTE: 267f2821-8fd1-465c-91d9-55b0cc2dba3e

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAI

DATA DE ENVIO: 25/10/2021 às 11:16

DOCUMENTOS ANEXADOS

Nome: TermodeReferencia_VAZADOUROS.pdf - Tipo: application/pdf - Hash: b317493ecb4ac5d9d34cbabd34bf67a7

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 213/2022	*Itaboraí*, 07 de fevereiro de 2022.

Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157**

(Favor mencionar este nº na resposta)

Senhor Ouvidor,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem cientificar Vossa Senhoria a existência do Procedimento Administrativo em epígrafe, o qual visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor*".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Ofício/GAB/SEMAU n. 214/2021 (em anexo), encaminhar cópia da IT do GATE nº 1236/2021, solicitando que promova a complementação do Termo de Referência (TR), conforme sugerido na Informação Técnica do GATE 1236/2021. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Segue anexa cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigação, da IT do GATE nº 1236/2021 e do Ofício/GAB/SEMAU n. 214/2021 para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Expedido em ___/___/___
Servidor

AO SENHOR OUVIDOR
OUVIDORIA DO INEA
Avenida Venezuela, 110, Saúde, Rio de Janeiro/RJ
CEP 20.081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 10/02/2022, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1256327** e o código CRC **BC4C4C68**.

20.22.0001.0013036.2021-63 1256327v2

MINISTÉRIO PÚBLICO 185

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 214/2022	*Itaboraí*, 07 de fevereiro de 2022.

Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157**

(Favor mencionar este nº na resposta)

Senhor Procurador-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem cientificar Vossa Senhoria a existência do Procedimento Administrativo em epígrafe, o qual visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado **no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC**, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor*".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Ofício/GAB/SEMAU n. 214/2021 (em anexo), encaminhar cópia da IT do GATE nº 1236/2021, solicitando que promova a complementação do Termo de Referência (TR), conforme sugerido na Informação Técnica do GATE 1236/2021. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Segue anexa cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigação, da IT do GATE nº 1236/2021 e do Ofício/GAB/SEMAU n. 214/2021 para fins de contextualização dos fatos.

Expedido em __/__/__
servidor

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO SENHOR PROCURADOR-GERAL
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ
Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 97, Centro, Itaboraí, RJ.
CEP: 24.801-048

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 10/02/2022, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1256353** e o código CRC **3C46469A**.

20.22.0001.0013036.2021-63 1256353v2

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 215/2022	*Itaboraí*, 07 de fevereiro de 2022.

Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157**

(Favor mencionar este nº na resposta)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem cientificar Vossa Senhoria a existência do Procedimento Administrativo em epígrafe, o qual visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Ofício/GAB/SEMAU n. 214/2021 (em anexo), encaminhar cópia da IT do GATE nº 1236/2021, solicitando que promova a complementação do Termo de Referência (TR), conforme sugerido na Informação Técnica do GATE 1236/2021. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Segue anexa cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigação, da IT do GATE nº 1236/2021 e do Ofício/GAB/SEMAU n. 214/2021 para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Expedido em ___/___/___
Servidor

AO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE ITABORAÍ
Avenida 22 de Maio, nº 7071, Venda das Pedras, Itaboraí.
CEP: 24.804-706

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 10/02/2022, às 16:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1256373** e o código CRC **524D74B8**.

20.22.0001.0013036.2021-63 1256373v2

MINISTÉRIO PÚBLICO
RJ
187

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
OFÍCIO/SCMPU N. 021/2022

Em 11 / 03 / 2022
62033864

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

MINISTÉRIO PÚBLICO
188
RJ

Itaboraí, 16 de fevereiro de 2022

MPRJ.SP2TCOITB.20220215296I.240222.12:07:04

Ofício/SEMAU n. 021/2022

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Setor: Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207 salas 606/607, Centro
Itaboraí, RJ CEP: 24800-113

Assunto: Ofício 2ª PJTC nº 83/2022 - PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Exmo. Sr. Promotor de Justiça,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, em resposta ao Ofício 2ª PJTC nº 83/2022, que solicita a complementação do Termo de Referência para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma, encaminhar cópia do referido Termo, na integra, com as complementações requeridas

Colocamo-nos a disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, agradecendo desde já a sua atenção e aproveitando para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Jhonatan Ferrarez
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Mat. 48.052

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Procuradoria-Geral do Município

MINISTÉRIO PÚBLICO RJ 189

CI / PGM Nº 22021561242

Itaboraí, terça, 15 de fevereiro / 2022 às 12h06

Da: Procuradoria-Geral do Município - Procuradoria Especializada em Tutela Coletiva

Para: Gabinete do Secretário - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Assunto: Ofício 2ª PJTC nº 214/2022 - PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157

Ilustre Secretário, **PRAZO: 01/03/2022**

Cumprimentando-o, cordialmente, vimos pelo presente encaminhar cópia do ofício em epígrafe, no qual visa apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nº 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV).

Pelo exposto vem o Ministério Público acusar o recebimento do Ofício/GAB/SEMAU n. 214/2021, bem como encaminhar cópia da IT do GATE nº 1236/2021, requisitar que promova a complementação do Termo de Referência (TR), conforme sugerido na Informação Técnica do GATE 1236/2021.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente.

Assinatura Eletrônica

Este documento foi assinado eletronicamente por **LUCIANA CARDOSO COSTA BASTOS** - Matrícula: 31700 - Procuradoria-Geral do Município / PGM em terça, 15 de fevereiro / 2022 às 12h06 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 6º, §3º, do Decreto Municipal nº 39, de 26 de março de 2020.

Anexo 1 | Anexo 2 | Anexo 3 | Anexo 4

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 83/2022 *Itaboraí*, 20 de janeiro de 2022.

Ref.: **PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157** *(Favor mencionar na resposta)*

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça encaminhar cópia da IT do GATE nº 1236/2021 (fls. 170/173), solicitando que promova a complementação do Termo de Referência (TR) para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma nos seguintes termos: (i) que seja acrescido ao TR solicitação do estudo de background geoquímico, estudo de vulnerabilidade de aquíferos e que na etapa de investigação seja adotada a metodologia de Amostragem de solo por Perfil Completo (ASPC); e (ii) que todas as etapas do gerenciamento das áreas contaminadas e atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA e legislações pertinentes ao tema, conforme sugerido na Informação Técnica do GATE. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da portaria de instauração, do relatório de investigação, e da cópia da IT do GATE nº 1236/2021 (fls. 170/173) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MINISTÉRIO PÚBLICO 191 RJ

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 215/2022	*Itaboraí*, 07 de fevereiro de 2022.

Ref: **PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157**

(Favor mencionar este nº na resposta)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem cientificar Vossa Senhoria a existência do Procedimento Administrativo em epígrafe, o qual visa a **apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nºs. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV):** A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado* ***no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC****, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor*".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, acusando o recebimento do Ofício/GAB/SEMAU n. 214/2021 (em anexo), encaminhar cópia da IT do GATE nº 1236/2021, solicitando que promova a complementação do Termo de Referência (TR), conforme sugerido na Informação Técnica do GATE 1236/2021. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Segue anexa cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigação, da IT do GATE nº 1236/2021 e do Ofício/GAB/SEMAU n. 214/2021 para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

MINISTÉRIO PÚBLICO
192
RJ

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

TERMO DE REFERENCIA

ELABORAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA DO VAZADOURO DE FERMA E VAZADOURO ITAMBI

IDENTIFICAÇÃO

Interessada: Prefeitura Municipal de Itaboraí
CNPJ: 28.741.080/0001-55
Endereço: Praça Marechal Floriano Peixoto, 97, Centro, Itaboraí-RJ, CEP: 24800-001
Telefone: (21) 2635-4870
Prefeito: Marcelo Jandré Delaroli
E-mail: prefeitomarcelodelaroli@itaborai.rj.gov.br

EMPREENDIMENTO

Fortalecer as atividades de fiscalização e licenciamento ambiental desenvolvidas pela Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí por meio da compra de equipamentos, veículos e dispositivos, da capacitação de nossos servidores, sobretudo aqueles que atuam diretamente na fiscalização, atualizar os servidores, principalmente os efetivos, sobre as alterações legais das principais atividades desenvolvidas no município e outros dispositivos legais e reformar a estrutura física da Secretaria para garantir condições salubres de trabalho para o servidor.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Departamento responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo: Jhonatan Ferrarez

3.1 Equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Geólogo: Raoni Oliveira de Souza Cardoso
E-mail: raoni.osc@gmail.com
Registro no Conselho Regional: CREA/RJ 2012107994
Fone: 2635-7041
Endereço: Av. Vinte e Dois de Maio, 7071 - Venda das Pedras, Itaboraí - RJ, 24801-088

Eng. Ambiental: Ludmila Guimarães de Almeida Abu Awaadeh
E-mail: ludmilaguimaraes01@gmail.com
Registro no Conselho Regional: CREA/RJ 2020105713
Fone: 2635-7041
Endereço: Av. Vinte e Dois de Maio, 7071 - Venda das Pedras, Itaboraí - RJ, 24801-088

PROGRAMAS FINANCEIROS

Esse projeto será financiado através de recurso proveniente do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Petrobrás, o Instituto Estadual do Ambiente e o Estado do Rio de Janeiro, nos autos da ação civil pública n° 0009919-12.2018.8.19.0023, no item 5.1.20, em relação a condicionante 13.4, da cláusula segunda.

MINISTÉRIO PÚBLICO 193 RJ

PREÇOS A SER CONTRATADO

Os preços a serem praticados deverão obedecer aos critérios de análises de acordo com a legislação em vigor e ainda as cotações de preços estabelecidas no processo.

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será de acordo com as porcentagens descritas por atividades conforme tabela, as atividades deverão ser entregues dentro das especificações e prazos determinados neste termo de referência e aprovação da comissão.

Deverá ser emitido Notas Fiscais/Faturas para cada atividade concluída para que seja realizado o pagamento, após serem conferidas, aceitas e atestadas pelo gestor, obrigando-se a empresa a manter sua regularidade fiscal e trabalhista exigidas na licitação.

O pagamento será efetuado à empresa contratada através de ordem Bancária em moeda corrente nacional, mediante a apresentação de nota fiscal devidamente certificada pela secretaria solicitante, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, FEDERAL E ESTADUAL, CRF do FGTS, CND Negativa de débitos Municipal e CN Trabalhista), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, "a", e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

Será procedida consulta "ON LINE" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Está incluso no custo dos trabalhos a remuneração do(s) profissional(s), bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista, despesas com alimentação, transporte, materiais de consumo e outros que se façam necessários para a realização do objeto contratado.

DA PROPOSTA DE PREÇOS

A proposta deverá conter a descrição das peças ofertadas e preços unitários (por unidade), totais (unidade x valor unitário), que deverão ser compatíveis com o preço de mercado, bem como atender as seguintes exigências:

As propostas de preços devem ser claras, sem rasura e com indicação da marca do item ofertado. Deverão atender as características mínimas aludidas neste Termo de Referência.

INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo é um órgão do primeiro grau divisional, diretamente subordinado ao Prefeito, tendo por competência a elaboração de planos para o desenvolvimento do setor primário do Município, apoiando-se nos organismos Estaduais e Federais que atuam na mesma área, bem como promover perfeita integração esses organismos com o Município e os produtores rurais, formulação de leis, normas técnicas, regulamentos e padrões de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, bem assim difusão e criação de consciência pública da necessidade de se preservar e melhorar o meio ambiente.

Para que possamos executar nosso trabalho dentro dos preceitos que regem os direitos e deveres administrativos públicos, é necessário o constante aprimoramento e estruturação de nossos funcionários e equipamentos.

DESCRIÇÃO AMBIENTAL REGIONAL

Situado na Região Metropolitana, o município de Itaboraí tem área de 429,03 km² e uma população estimada de 225.263 habitantes (IBGE/2013). As principais atividades econômicas de Itaboraí são: Serviços, Comércio, Transportes, Comunicações, Construção Civil, Indústria de transformação, Apicultura, Pecuária, Agroturismo, Gastronomia e Citricultura. O município possui os seguintes distritos: Cabuçu, Itaboraí, Itambí, Manilha, Pachecos, Porto das Caixas, Sambaetiba e Visconde de Itaboraí.

O clima predominante no Município de Itaboraí é do tipo tropical quente (temperatura média anual acima de 18° C) e úmido, caracterizado por apresentar estações bem definidas, chuvosas e quentes, alternando com períodos moderadamente secos (baixa precipitação pluviométrica) e temperatura amena. Na região, o período chuvoso quente compreende os meses de setembro a abril, o qual possui temperaturas médias acima de 22° C e índice pluviométrico em torno de 1700 mm.

MINISTÉRIO PÚBLICO 194 RJ

O período seco frio compreende os meses de maio a agosto, ocorrendo uma queda súbita tanto da temperatura (<18° C), quanto do índice pluviométrico, que atinge o mínimo de 30 mm.

A vegetação local é da era a exuberante Mata Atlântica, ou seja, floresta tropical do tipo pluvial, todavia, devido à interferência do homem em quase todas as regiões do estado, pouco sobrou dessa floresta original.

As classes e associações de solos são majoritariamente constituídas por Argissolos (57%), Latossolos (9%), Planossolos (12%), Gleissolos (11%) e Solos Halomórficos (4%), dentre os quais estão discriminados os Organossolos e os Solos Indiscriminados de Mangue. Nota-se que uma parcela significativa do município é constituída por solos profundos, onde pôde se estabelecer a Floresta Ombrófila Densa Submontana, cuja ocorrência está nitidamente associada à presença de Argissolos vermelho-amarelos e Latossolos, comumente associados.

A geomorfologia da região é caracterizada por relevo de baixada, com algumas elevações arredondadas, designadas de "meias-laranjas", com a altura variando em torno de 20 a 70 metros, ocorrendo alguns morros mais elevados. Na área a ser trabalhada a altitude fica na faixa de 35 a 50 metros.

A região é caracterizada pela presença de três grandes domínios geomorfológicos, onde dois domínios serranos são separados por uma depressão denominada "Rift da Guanabara"(Almeida, 1976). A orientação geral desses domínios é ENE-WSW. O domínio serrano norte tem apenas os seus contrafortes inseridos na região, no extremo NW da folha Itaboraí. O domínio serrano sul, localizado junto ao litoral, inclui o maciço da Tijuca e as serras da Tiririca, do Macaco e de Cassorotiba, em direção a leste. O "Rift Guanabara" caracteriza-se por um relevo bastante arrasado, dominado por típicos morrotes em meia-laranja.

A área é por sua vez integrante do grupo de Maciços Litorâneos do Rio de Janeiro. Estes maciços se apresentam como blocos marginais separados do corpo principal dos planaltos cristalinos do Brasil Sudeste, por uma extensa planície (Baixada Fluminense).

A Geologia Regional é determinada pela Faixa Ribeira, que se estende ao longo do Atlântico pelos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo resultado de sucessivas colisões de terrenos acrescionários contra a margem sul do paleocontinente São Francisco a partir da abertura do supercontinente Gondwana.

A definição litológica local é dada pelas seguintes rochas: Granito tipo-S com granada, muscovita e biotita de granulação grossa, texturas granoblástica e porfirítica com forte foliação transcorrente. Localmente podem ser observados domínios e "manchas" charnockíticas portadoras de granada e ortopiroxênio. Xenólitos erestitos de paragnaisses parcialmente fundidos (migmatitos de injeção) ocorrem com frequência. Plutons correlatos: Granito Santa Terezinha, Granito Carapebus, Granito Serra da Concórdia.

Além das rochas já citadas, que tem características ígneas e metamórficas, existem as coberturas sedimentares e saprolíticas/regolíticas: São depósitos fluviais eflúvio-marinhos areno-síltico-argilosos com camadas de cascalheiras associados a depósitos de tálus, e sedimentos lacustrinos e de manguezais retrabalhados.

DESCRIÇÃO AMBIENTAL ITAMBI

ÁREA DEGRADADA I

Nome: Aterro Itambi

Vias de Acesso: Rua Um, Jardim Vila Nova (próxima a Rua Magda Coelho da Silva)

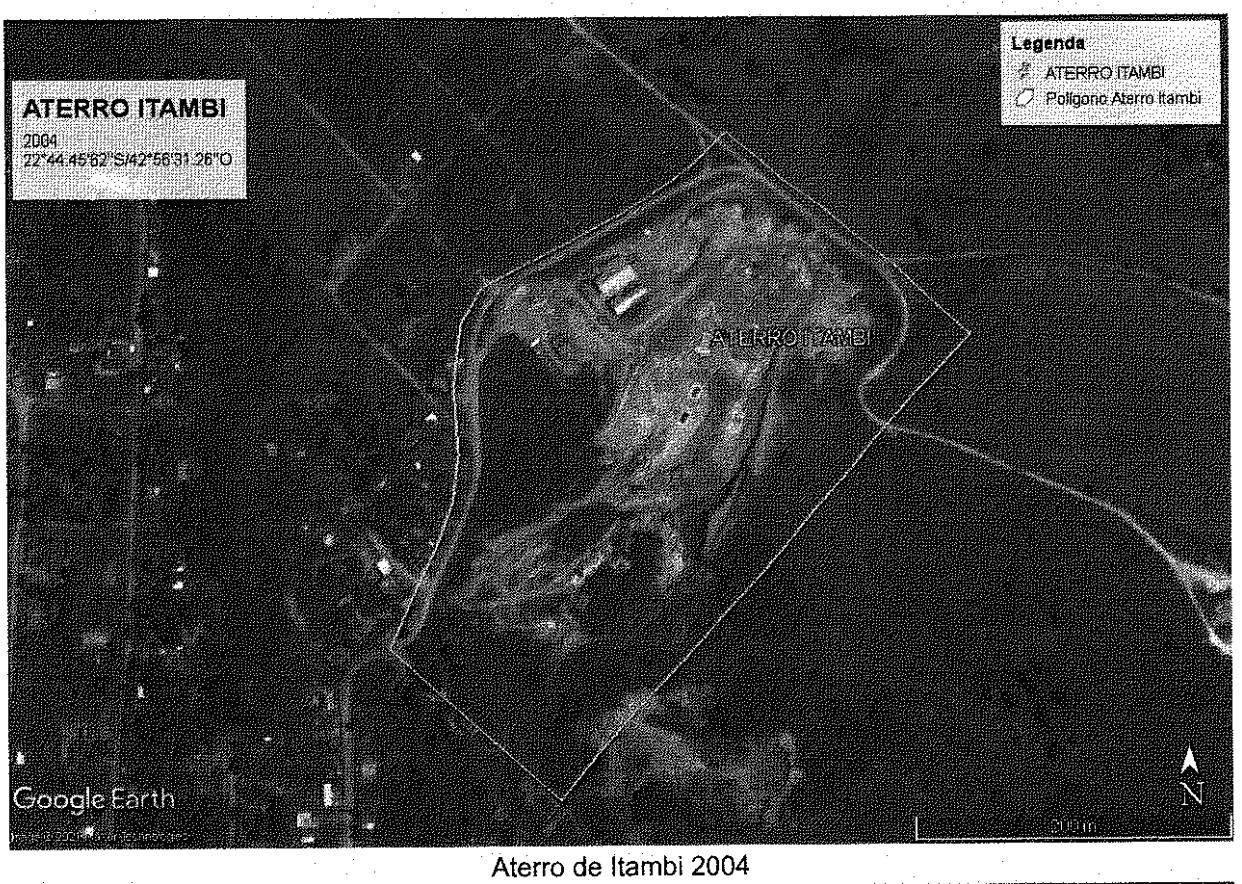
Município: Itaboraí/RJ

Área de dano a ser recuperada: 63.000 m².

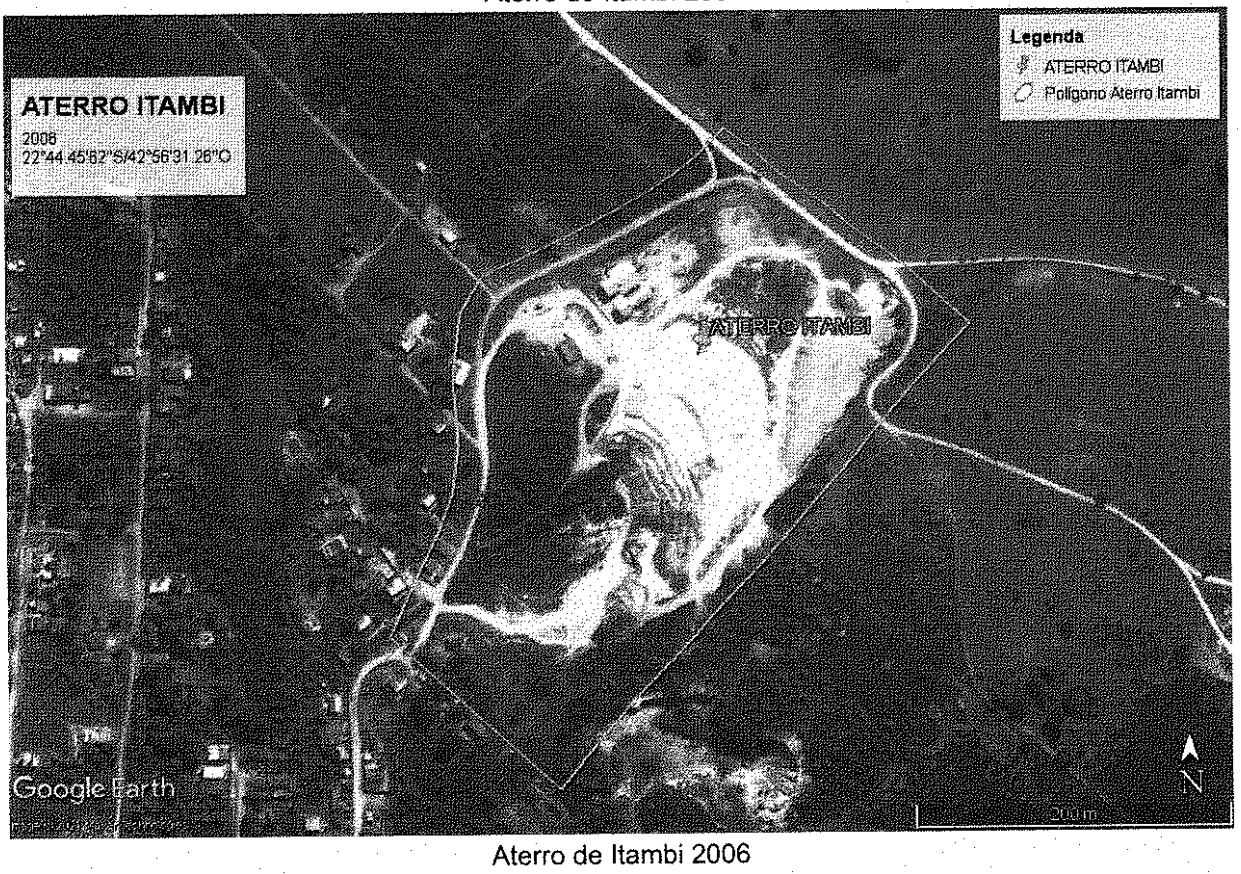
Coordenadas Geográficas (DATUM WGS 1984): Latitude 22°44'43.73"S / Longitude 42°56'31.33"O

Atualmente no local onde ocupava o antigo lixão de Itambi, a vegetação que ocupa a área é composta por capim colonião, indivíduos arbustivos e arbóreos pontuais ou espaçados. A ocupação antrópica no local é caracterizada por casas de baixa renda e desprovido de infraestrutura urbana, o restante das proximidades são utilizadas como área para pasto. Ressaltamos que o local é considerado como de risco por conta da atuação de grupos criminosos, tornando qualquer investida do Estado uma atividade perigosa.

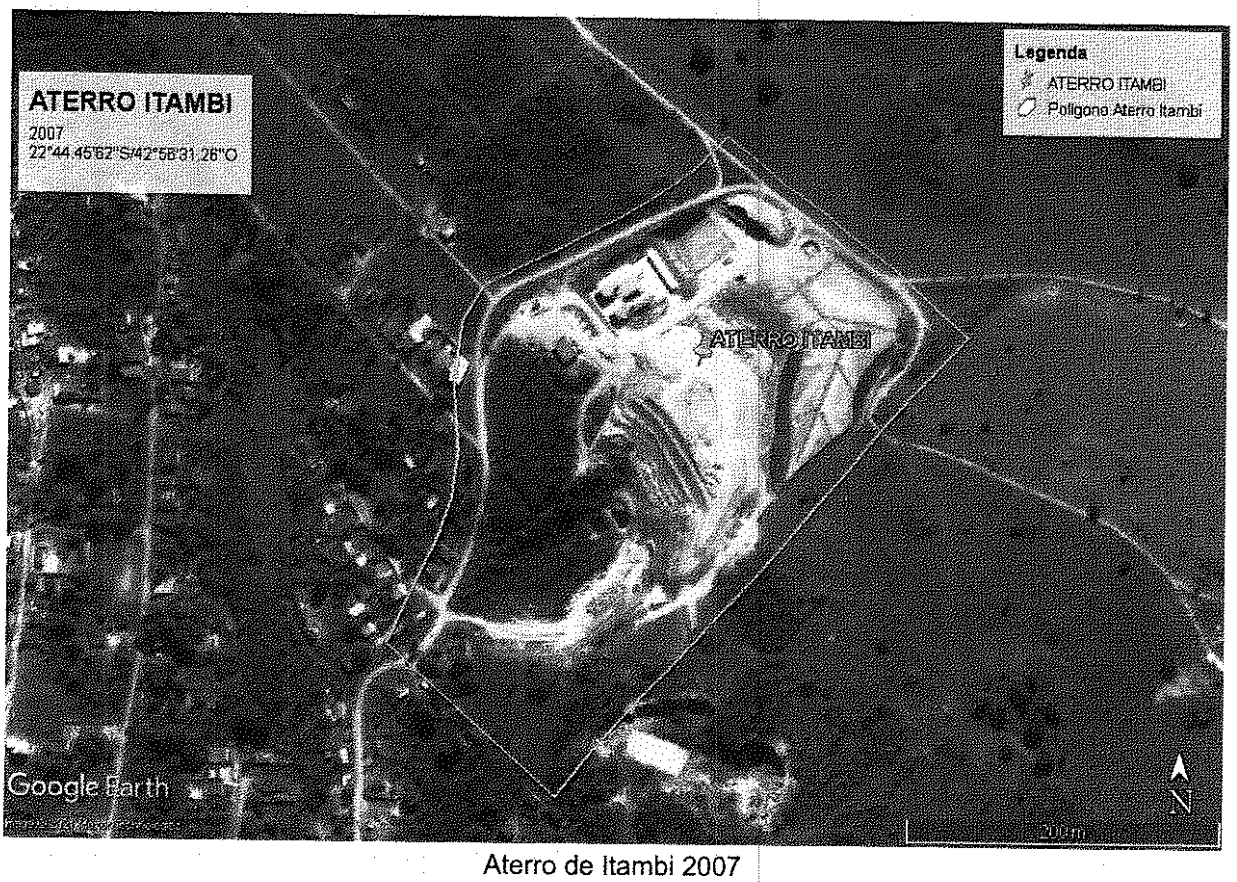
MINISTÉRIO PÚBLICO
195
RJ



Aterro de Itambi 2004



Aterro de Itambi 2006



Aterro de Itambi 2007

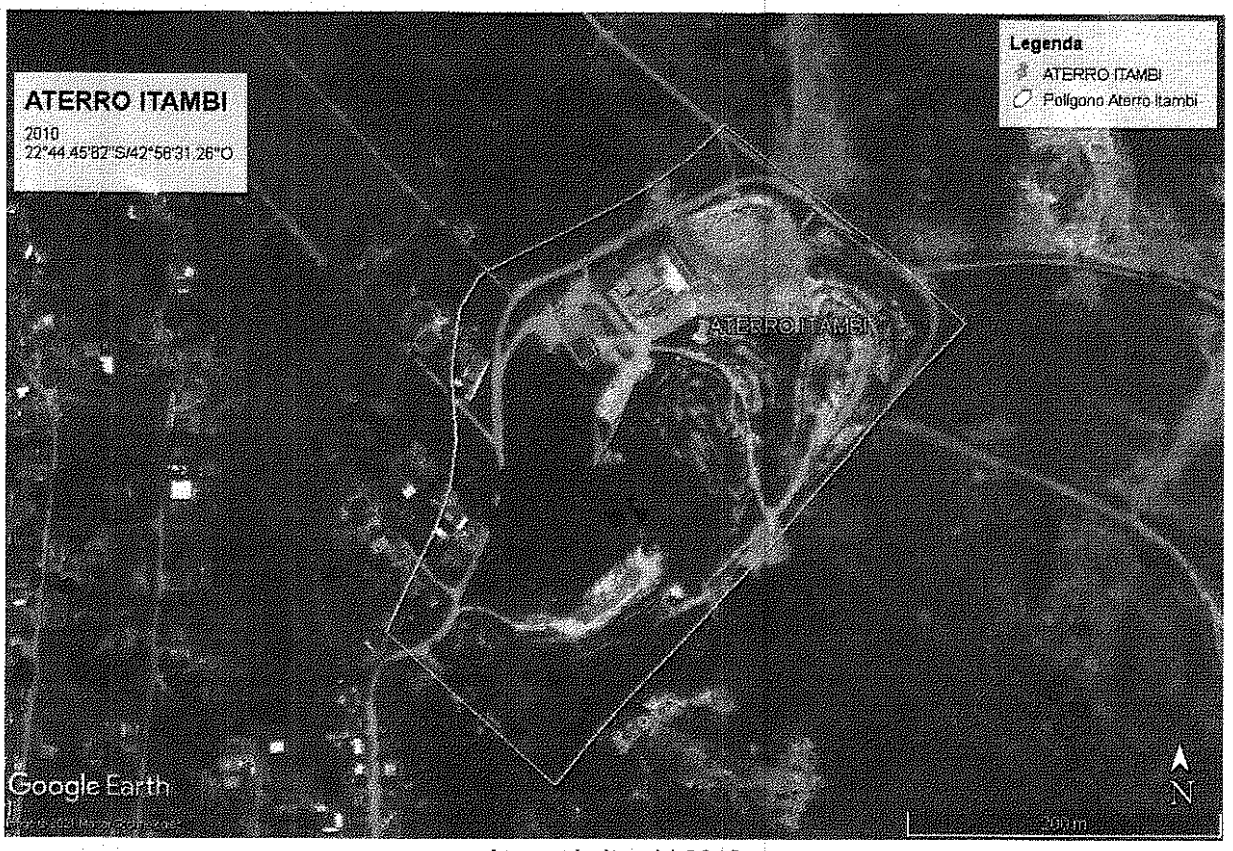
196



Aterro de Itambi 2008



Aterro de Itambi 2009

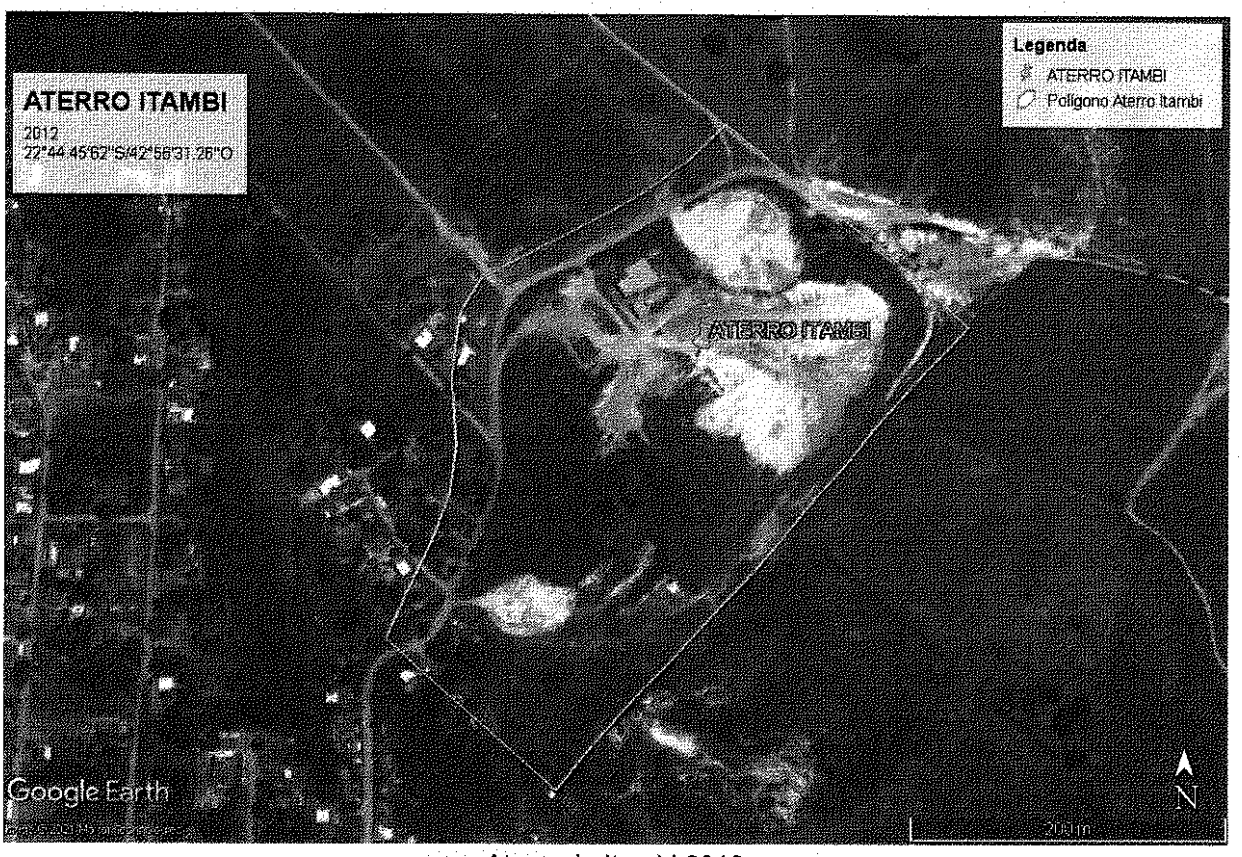


Aterro de Itambi 2010

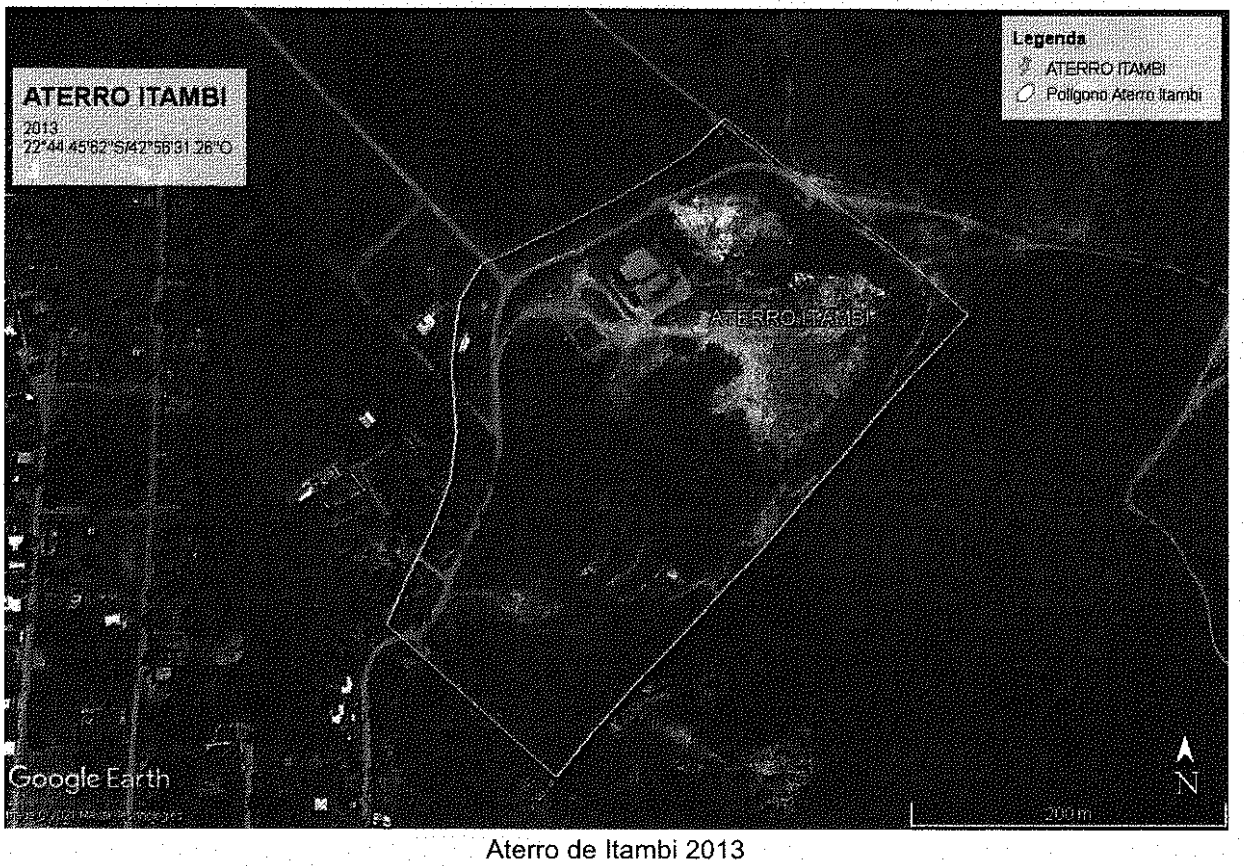


Aterro de Itambi 2011

MINISTÉRIO PÚBLICO
197
RJ



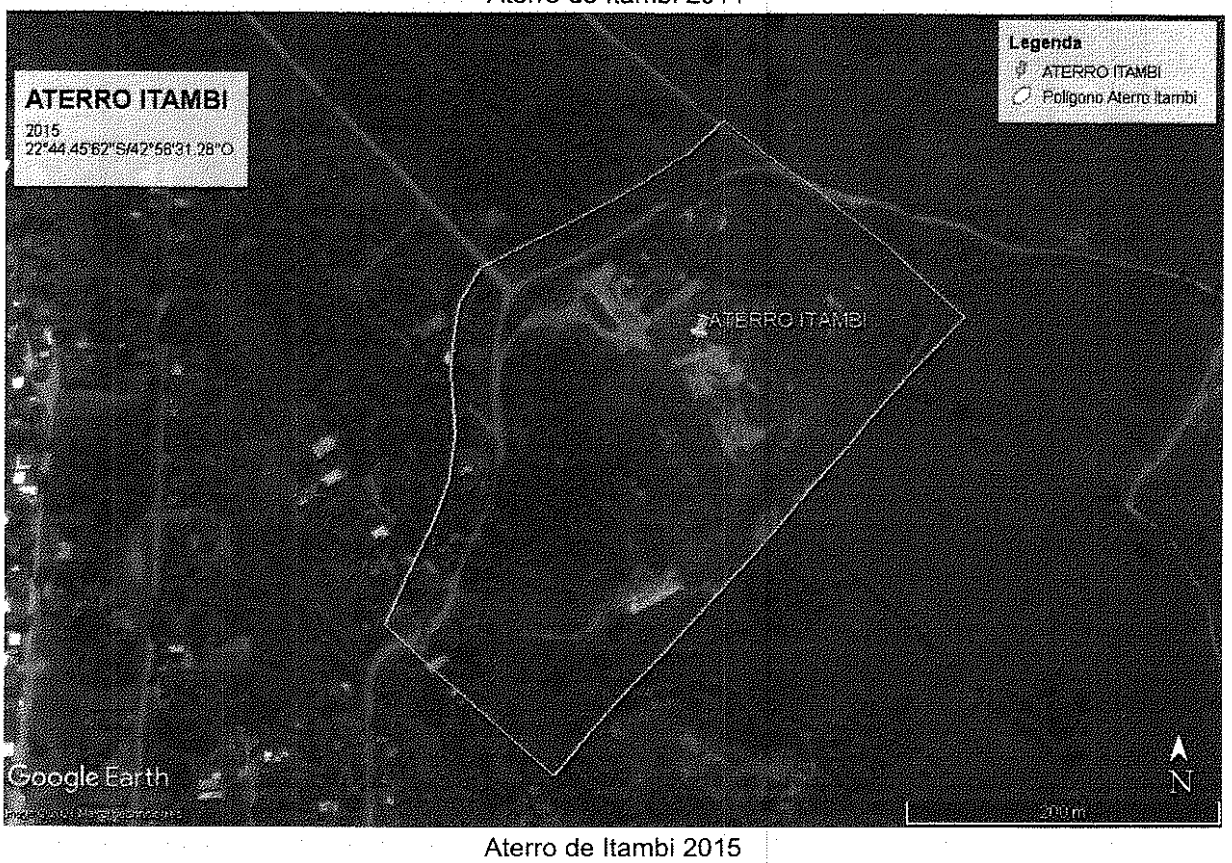
Aterro de Itambi 2012



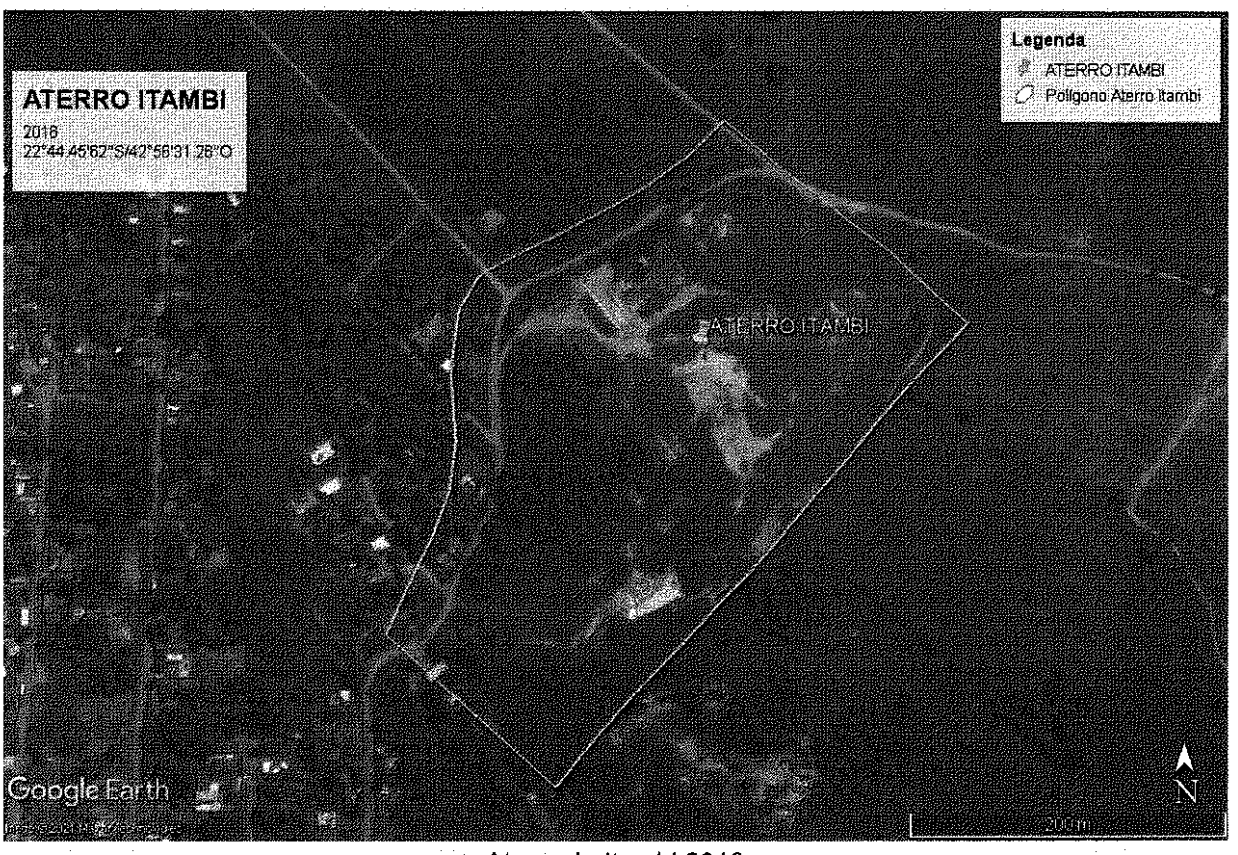
Aterro de Itambi 2013



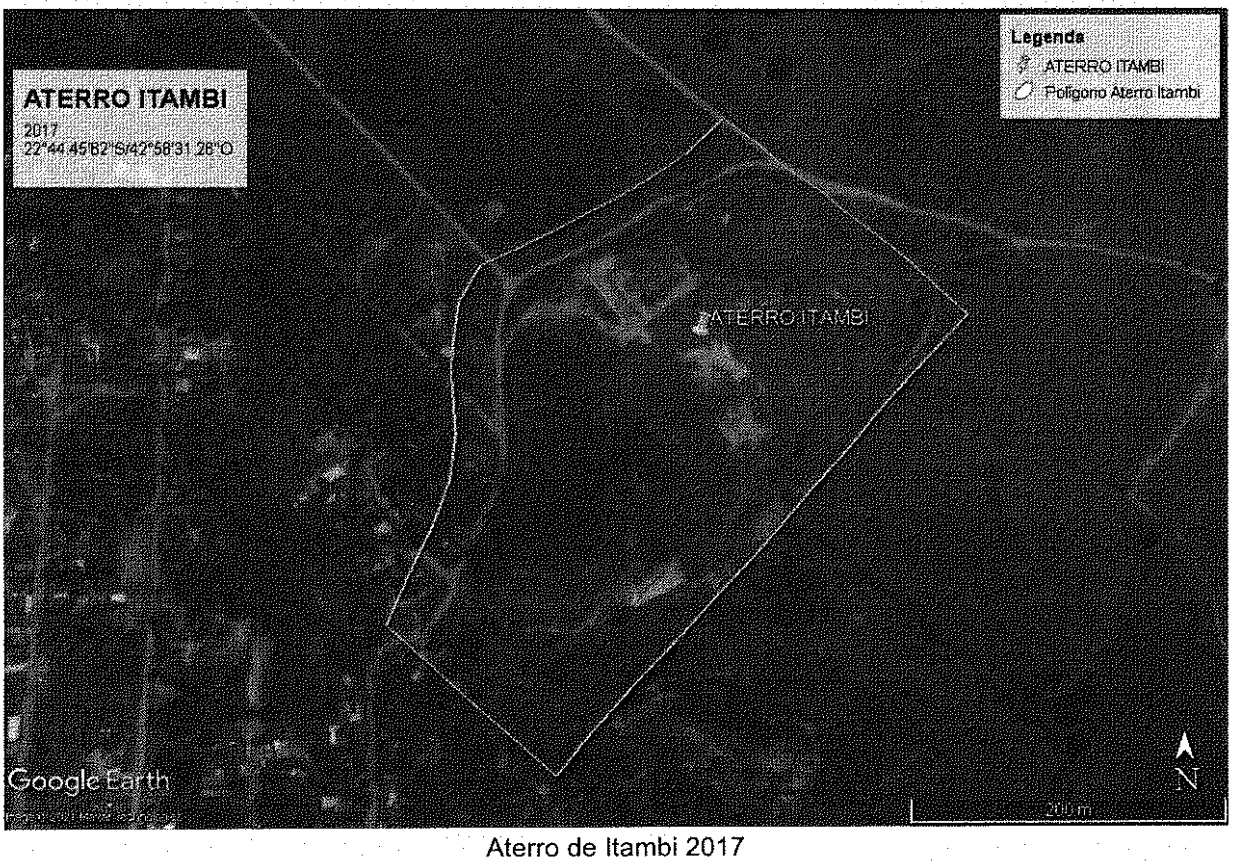
Aterro de Itambi 2014



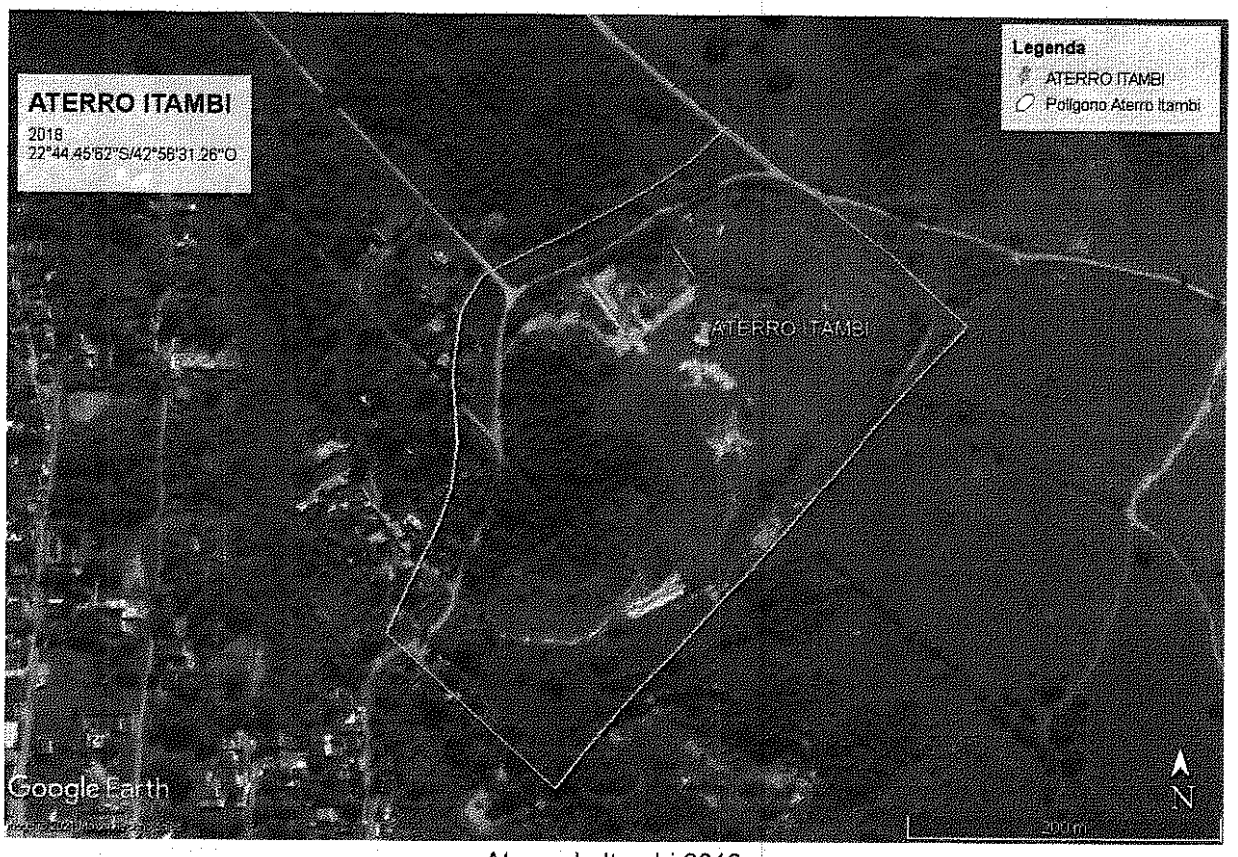
Aterro de Itambi 2015



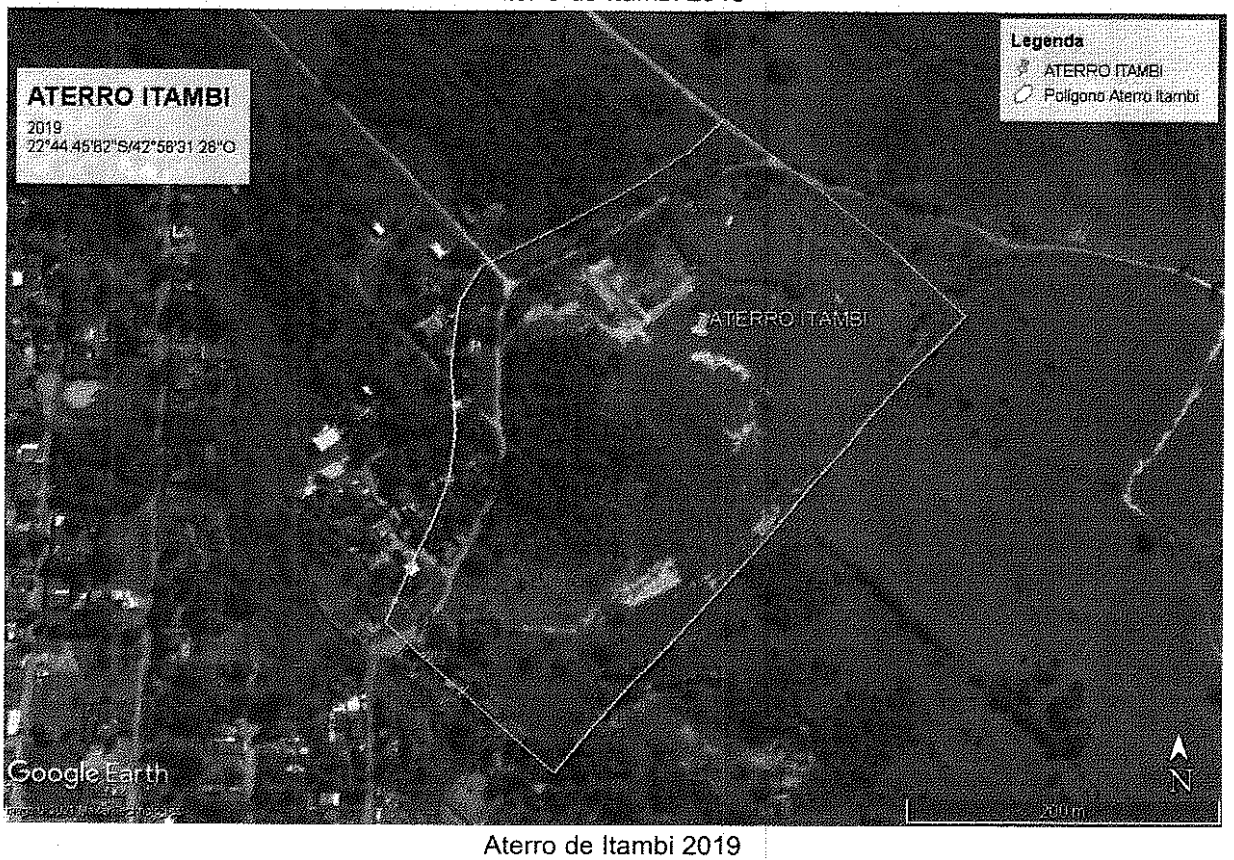
Aterro de Itambi 2016



Aterro de Itambi 2017

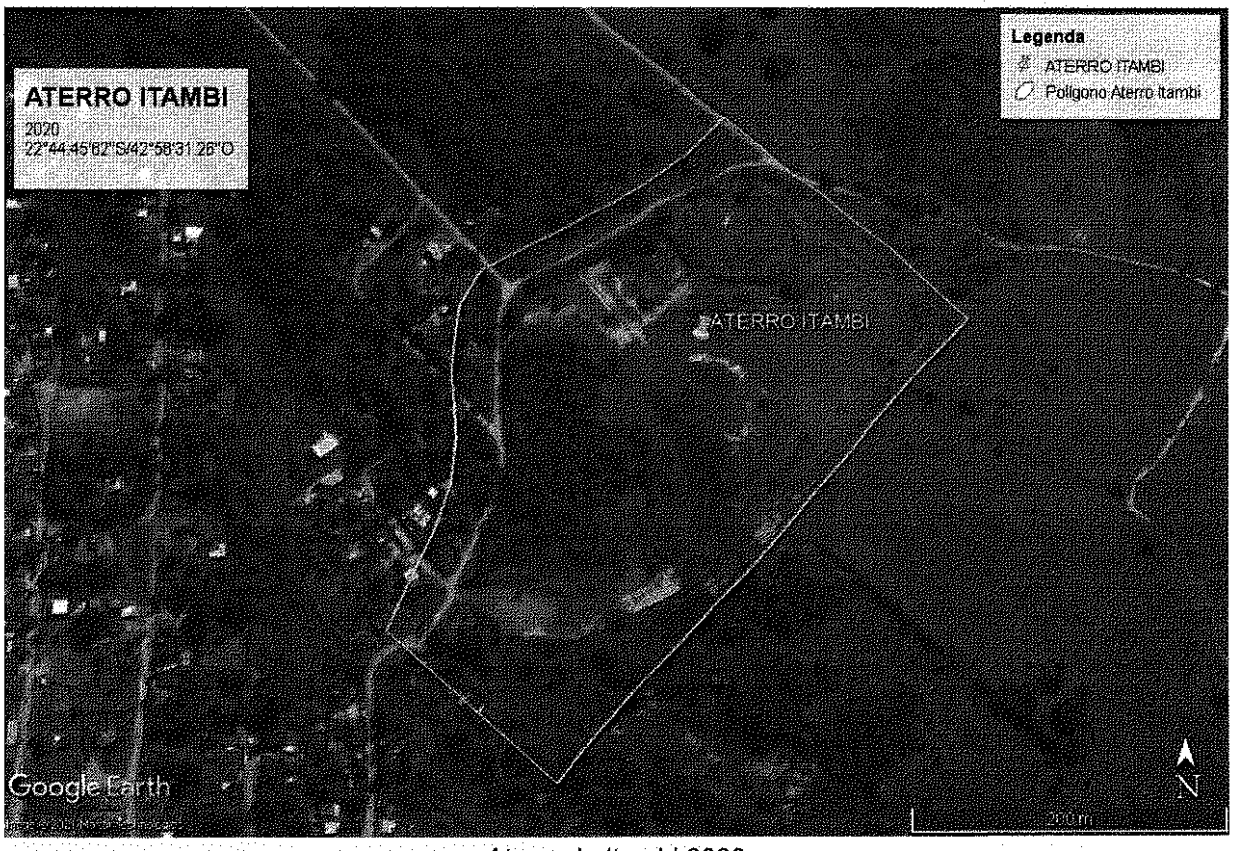


Aterro de Itambi 2018



Aterro de Itambi 2019

MINISTÉRIO PÚBLICO 199 RJ



Aterro de Itambi 2020

A estrutura do antigo lixão tem parte dela ainda preservada, tal como a guarita de segurança, balança de caminhão e uma edificação que parece ter sido o prédio administrativo.

De acordo com a **CI/SEMMAURB Nº 459/14** de 02 de setembro de 2014, a empresa vencedora da licitação (Norenge), realizou a partir o dia 13 de fevereiro de 2014, as obras emergenciais de remediação do antigo Aterro Sanitário de Itambi.

Foram realizadas as sondagens, além da escavação superficial em uma segunda área, na qual se descobriu uma outra célula de lixo não descrita no estudo prévio realizado. A primeira célula de lixo foi alvo de contenção por meio de uma barreira hidráulica que vertia o chorume para uma caixa de recepção, conforme sua acumulação, o efluente deveria ser encaminhado para tratamento.

Vale ressaltar que por conta desta nova área fonte de contaminação, existiu a necessidade de prolongamento da barreira hidráulica, portanto foi feito um aditivo para o contrato (superior a 40% do valor inicial), com o objetivo de cobrir os custos das obras adicionais não previstas no projeto básico licitado.

Conforme já informado neste documento, o passivo ambiental localizado em Itambi teve parte de sua implantação realizada. De acordo com o verificado *in loco*, os taludes que foram refeitos em 2014 agora se encontram cobertos por vegetação gramínea, apesar de parte do refazimento geotécnico apresentar sinais de erosão, as encostas se apresentam estáveis.

Da infraestrutura da remediação ainda existem as barreiras hidráulicas e seus respectivos tanques de recepção de chorume, assim como parte da drenagem superficial se encontra, apesar de soterrada, ainda instalada.

O chorume continua aflorar no sopé das encostas do aterro, ambos os pontos de afloramento se encontram dentro das barreiras hidráulica e de volume reduzido ao que era antes das intervenções realizadas em 2014.

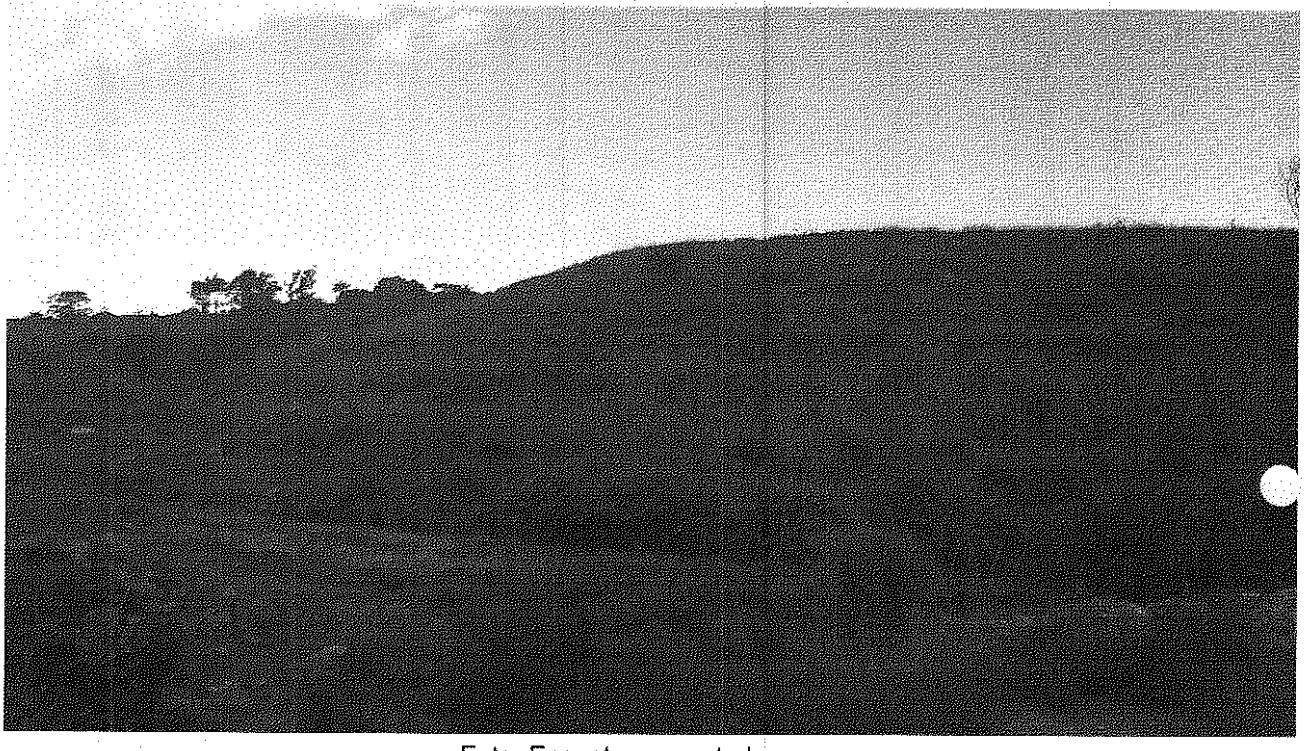


Foto: Encosta revegetada



Foto: Afloramento de chorume



Foto: Afloramento de chorume



Foto: Tanque de recepção de chorume



Foto: Camada de lixo



Foto: Barreira hidráulica

JARDIM FERMA

ÁREA DEGRADADA II

Nome: Vazadouro Ferma

Vias de Acesso: Av. Ver. Hermínio Moreira, 1731 – City Areal, CEP 24800-425 (virar na Rua Vinte e seguir na Rua Vinte e Sete)

Município: Itaboraí/RJ

Área de dano a ser recuperada: 211.000 m².

Coordenadas Geográficas (DATUM WGS 1984): Latitude: 22°43'18,01"S Longitude: 42°52'30,93" O

O local referente à utilização e depósito de Resíduo Sólido Urbano (RSU), o lixo coletado pelo Munícipio era transportado e descartado na Rua 22 lotes 786 a 799, 836 a 853 do Loteamento "Jardim Ferma", a aproximadamente 3,2 km da Sede do Município, nas coordenadas na Latitude 22° 43' 15" S e Longitude 42° 52' 22" (DATUM WGS 1984).

Sua vida útil é estimada entre os anos de 1974 e 2003, o resíduo era transportado e descartado de forma irregular, caracterizando a área impropriamente para o despejo de resíduos, detritos, imundices e líquidos, sem nenhuma impermeabilização do solo.

A conformação geométrica do vazadouro apresenta as seguintes dimensões aproximadas: 140 metros de largura medidas em paralelo ao Rio Várzea; 160 metros de comprimento, perpendicularmente ao Rio Várzea, até o pé do talude; e 14 metros de desnível do pátio superior, à parte inferior, do terreno. Área aproximada de 21.000 m^2, em área acidentada.

O acesso ao vazadouro se dá através da Avenida Vereador Hermínio Moreira que possui parte pavimentada e parte sem pavimentação. A partir desta avenida, dobra-se à esquerda na Rua Domício Correa, rua sem pavimentação e à esquerda novamente na Rua 22, também sem pavimentação. Na interseção da Rua 22 com a Rua 19 encontra-se o vazadouro.

Eram dispostos, diariamente, cerca de 106 toneladas de resíduos (aproximadamente 500 m^3) provenientes da coleta de lixo domiciliar, hospitalar e do sistema público. Cálculo baseado em informações da limpeza urbana, e na experiência técnica, utilizando os seguintes parâmetros:

- Resíduo domiciliar
- Resíduo Urbano
- Resíduo Hospitalar

O vazadouro encontrava – se com aproximadamente 14 metros de altura, sem qualquer sistema de drenagem de gases, de líquidos efluentes percolados (chorume) e de drenagem pluvial.

A ausência de sistema de coleta e tratamento de chorume e de drenagem de gases, permitiu que fosse infiltrado pelo solo contaminando o lençol freático da região, enquanto que o biogás se dispersou por toda a massa de resíduos contribuindo na alimentação de incêndios.

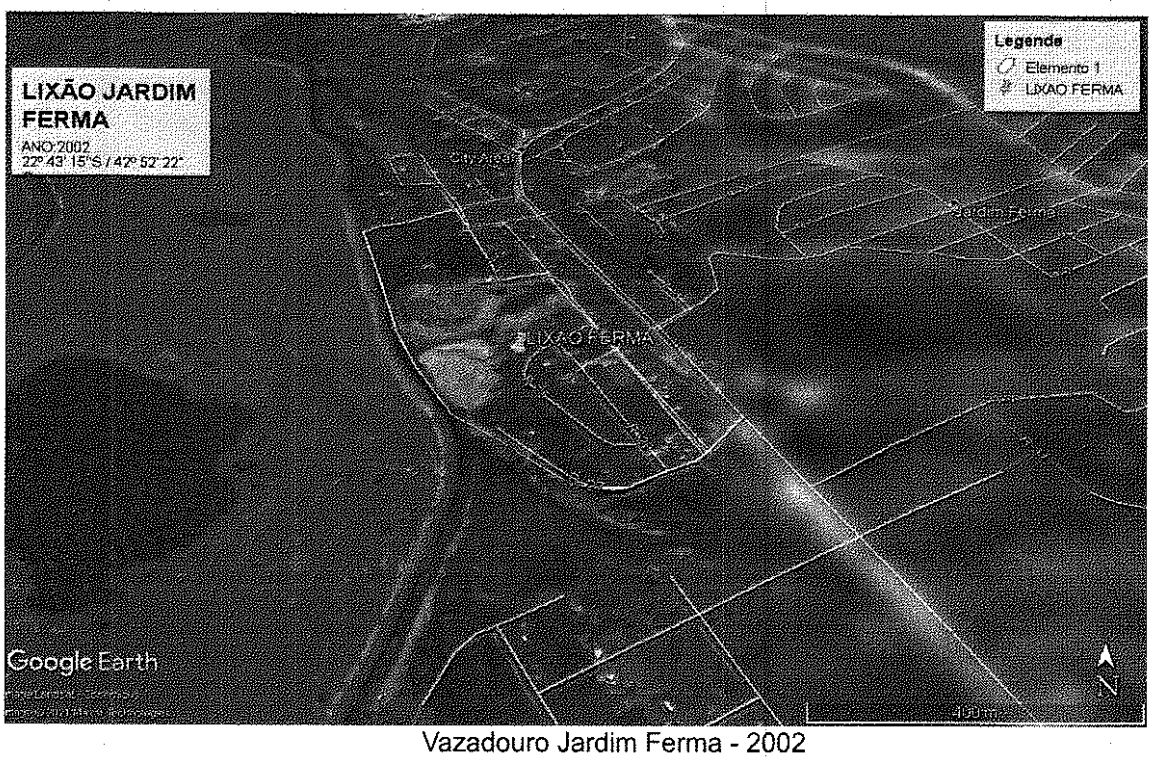
A ausência de um sistema adequado de afastamento das águas pluviais contribuiu para que o volume de chorume produzido fosse elevado, apresentando um fluxo desordenado na área, migrando para os copos hídricos mais próximos, carretando poluentes com elevada carga orgânica presente no Rio Várzea. O resíduo hospitalar era disposto em área separada, mas sem os cuidados de uma vala séptica, nas bordas da cava, onde era queimado.

A operação de vazadouro consistia basicamente em se empurrar o material, a partir da plataforma superior para o talude, ocasionalmente transferindo solo para a cobertura do resíduo.

Os líquidos percolados, maximizados pela falta de cobertura, apresentavam um fluxo desordenado pela área, migrando para os corpos hídricos mais próximos, carretando poluentes com elevada carga orgânica, nichos ecológicos para os macro e microvetores de doenças e enfermidades (ratos, moscas, urubus e outros animais e insetos) danos sanitários, além dos danos ambientais.

A área de descarte a céu aberto de resíduos e rejeitos é popularmente chamada de "lixão", o lixo é descartado sobre o solo sem nenhuma medida de controle sanitário e ambiental.

Vazadouro Jardim Ferma ao longo dos anos (Fonte: GoogleEarth)



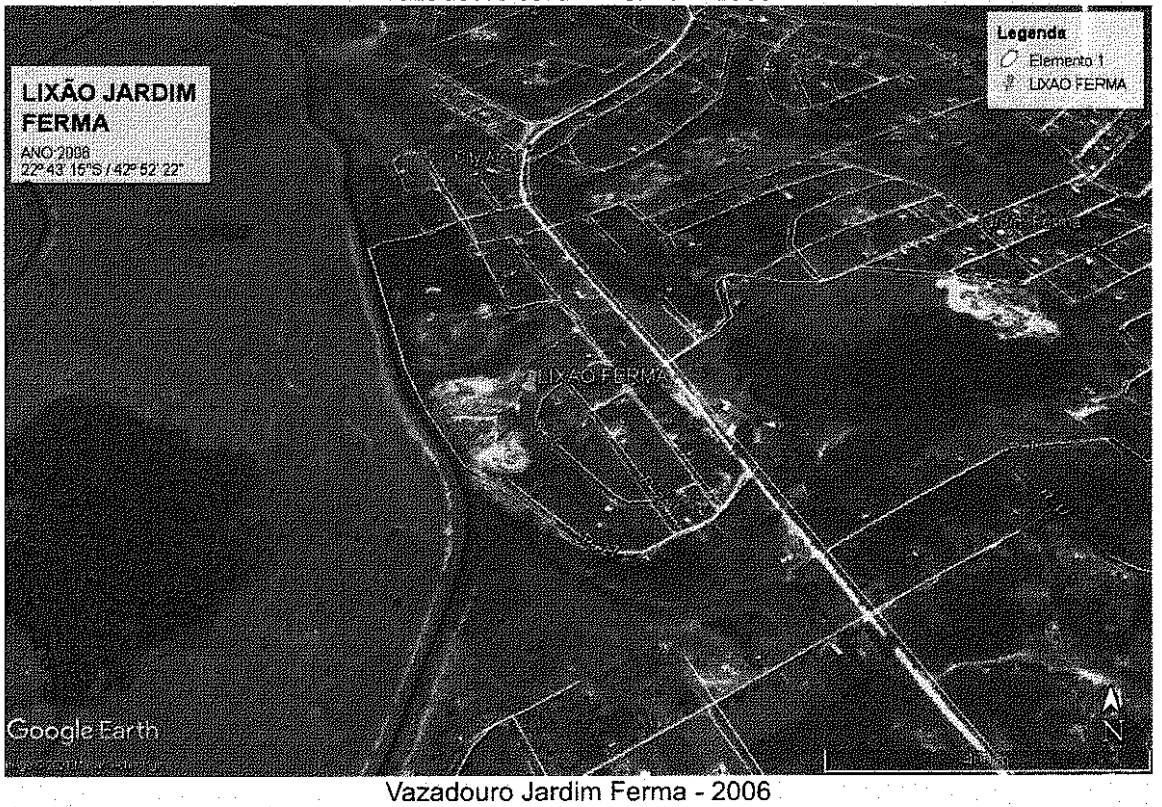
Vazadouro Jardim Ferma - 2002



Vazadouro Jardim Ferma – 2004



Vazadouro Jardim Ferma – 2005



Vazadouro Jardim Ferma - 2006

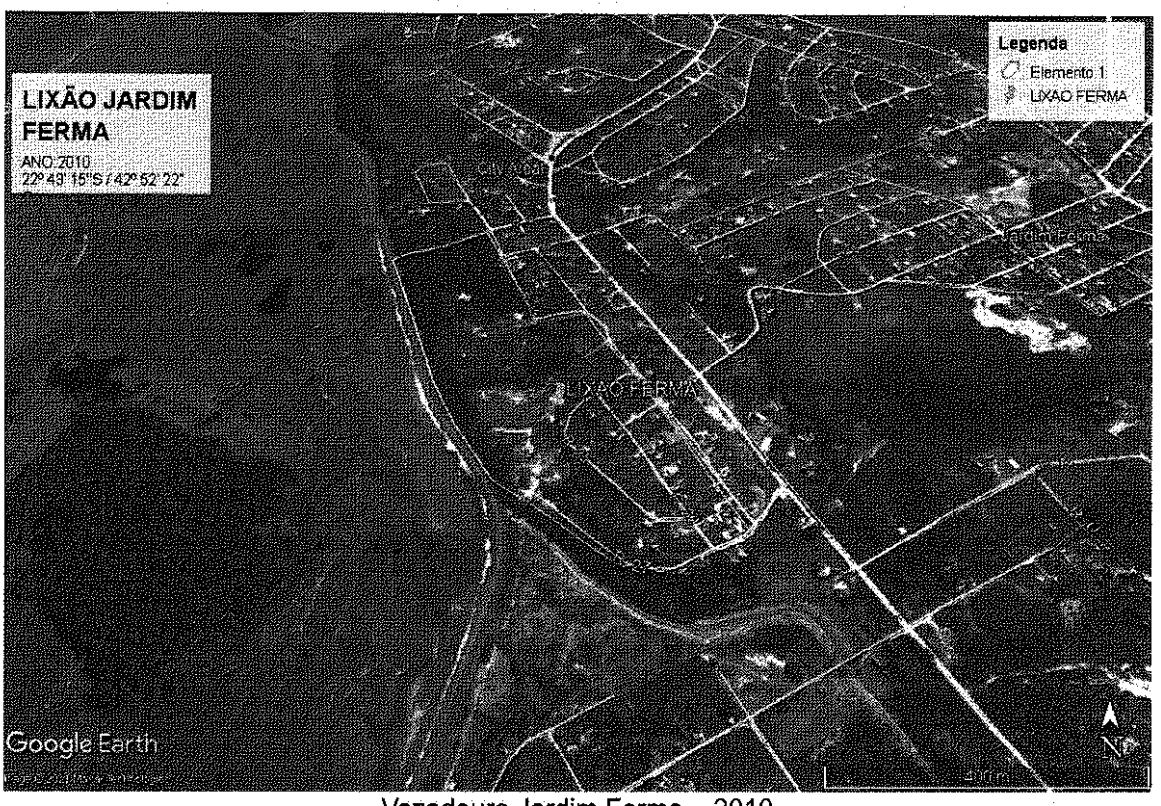


Vazadouro Jardim Ferma – 2008

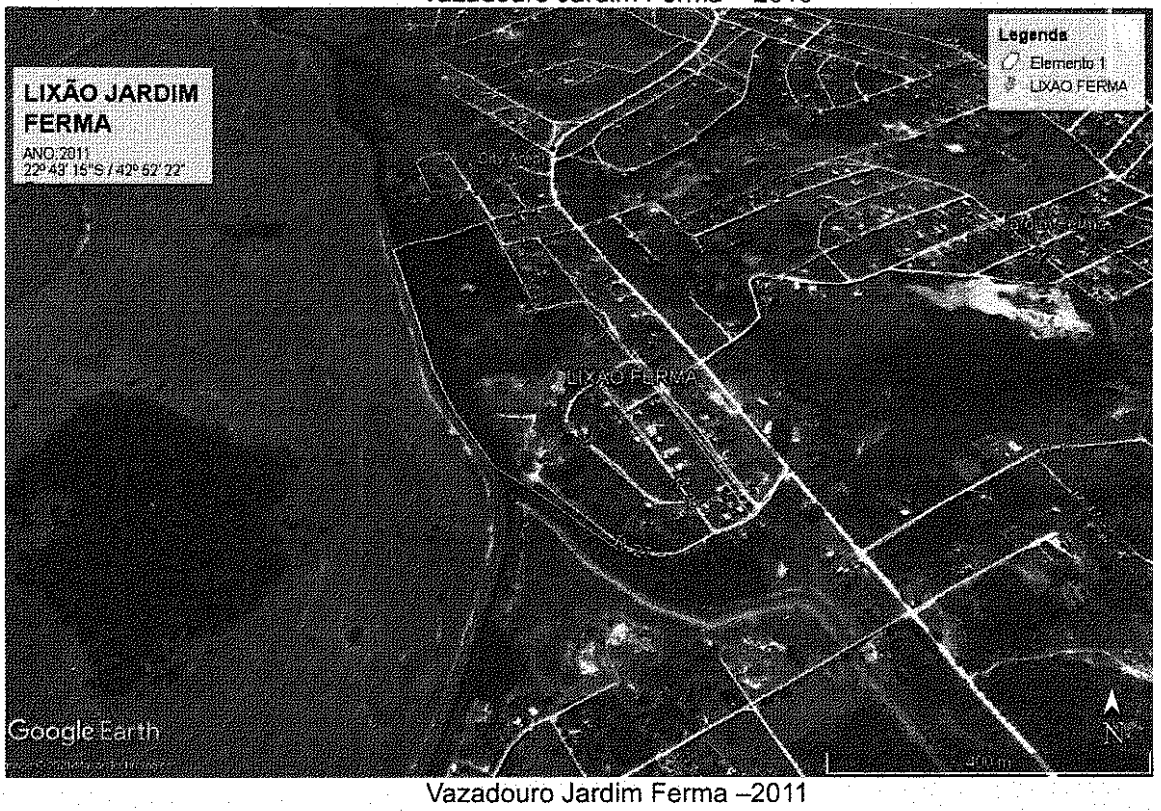


Vazadouro Jardim Ferma – 2009

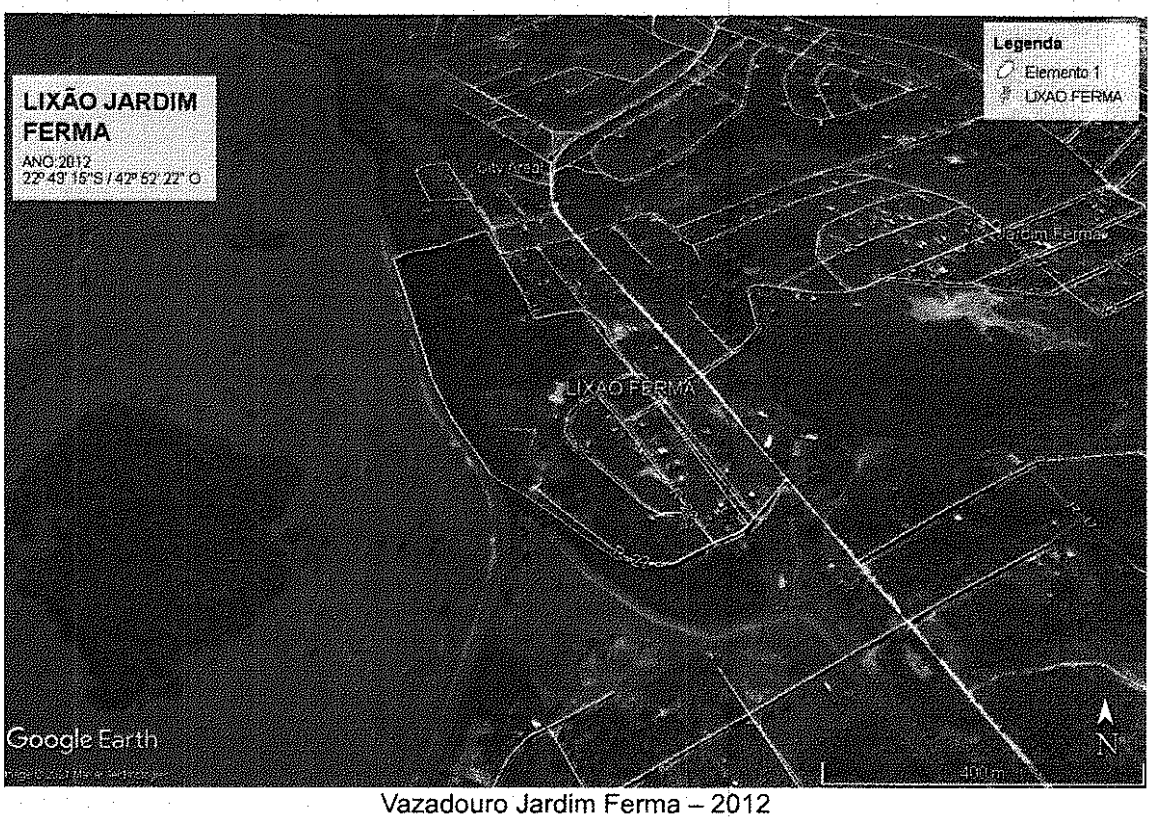
MINISTÉRIO PÚBLICO 204 RJ



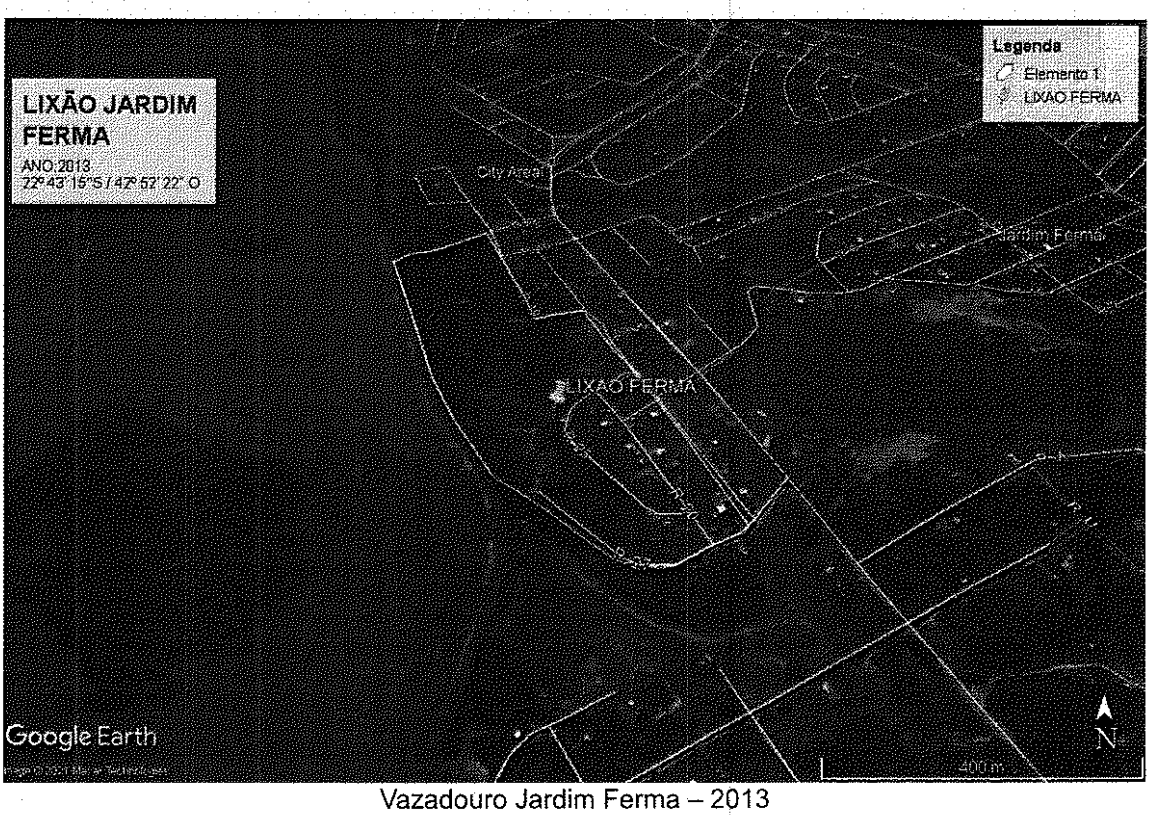
Vazadouro Jardim Ferma – 2010



Vazadouro Jardim Ferma –2011

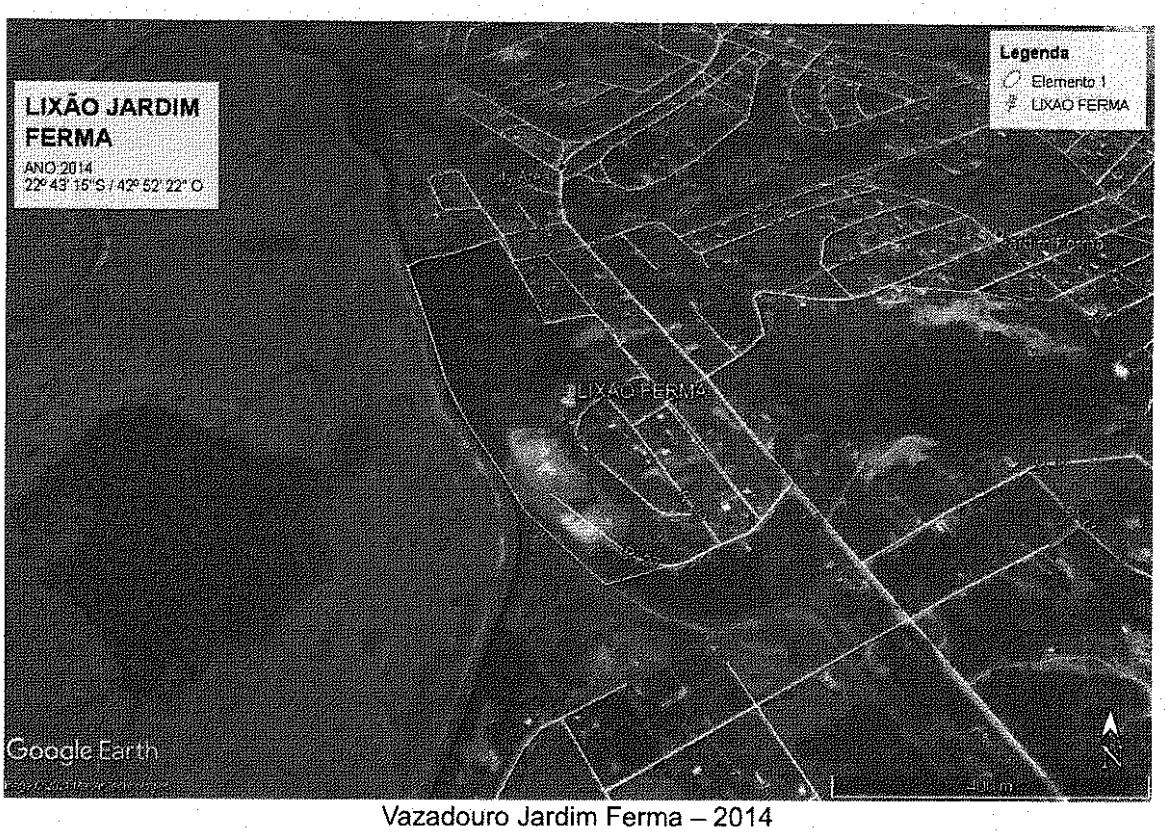


Vazadouro Jardim Ferma – 2012

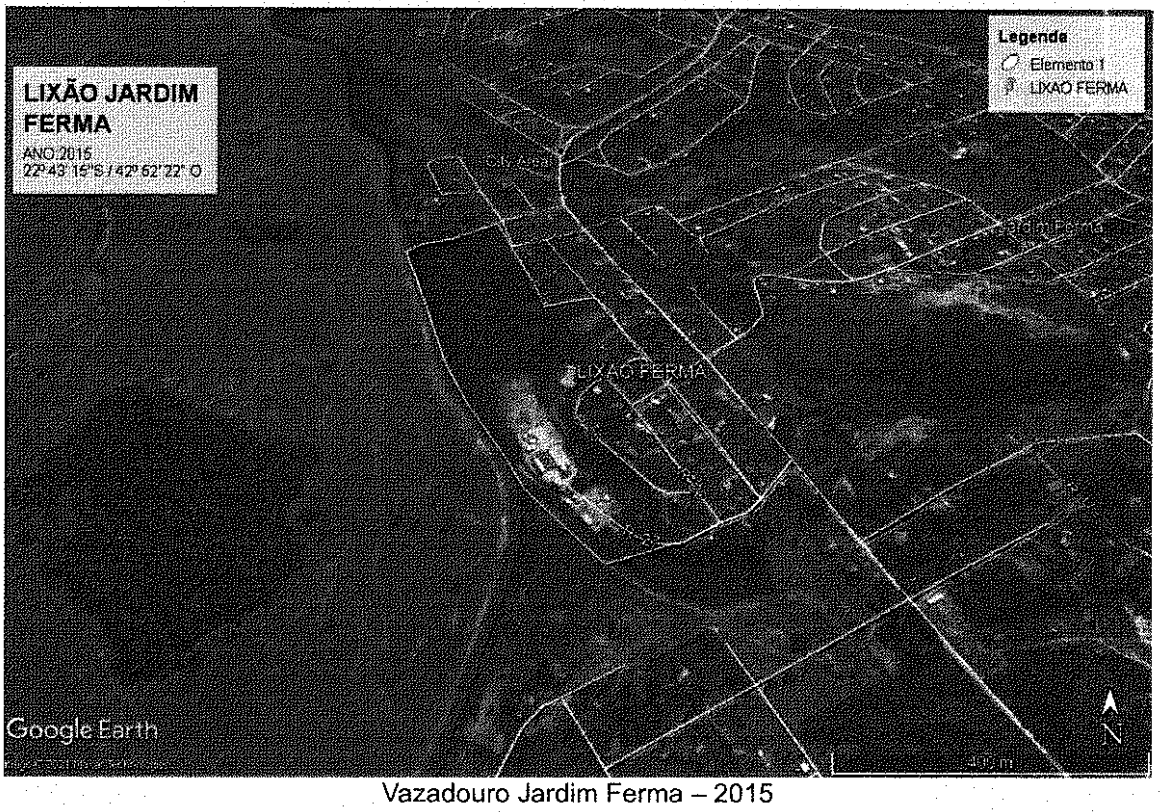


Vazadouro Jardim Ferma – 2013

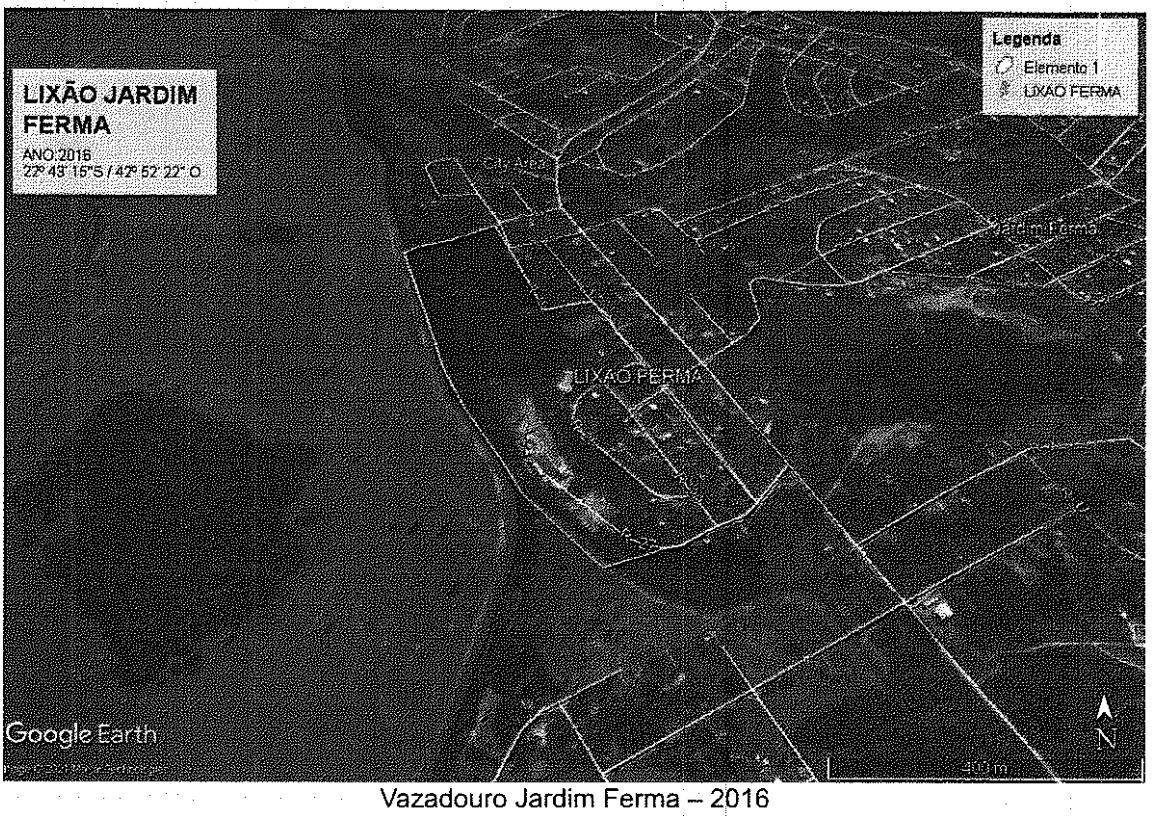
MINISTÉRIO PÚBLICO RJ 205



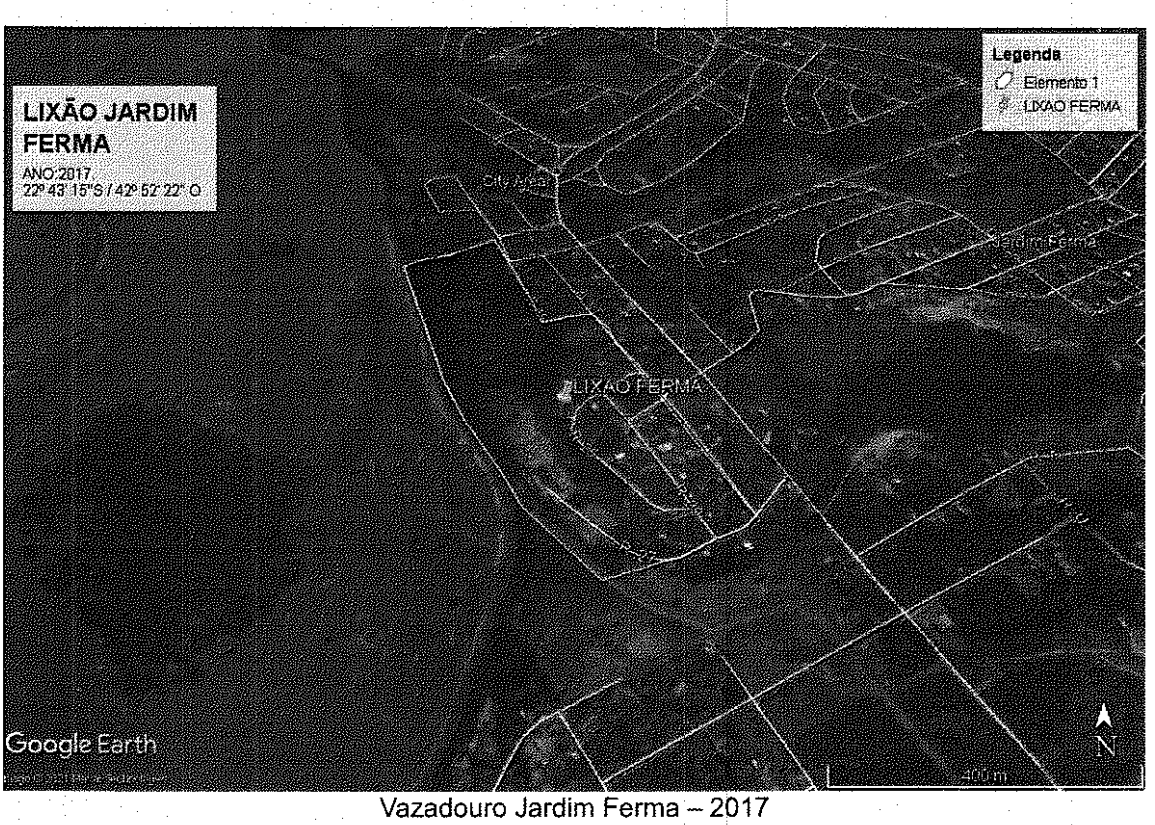
Vazadouro Jardim Ferma – 2014



Vazadouro Jardim Ferma – 2015



Vazadouro Jardim Ferma – 2016



Vazadouro Jardim Ferma – 2017

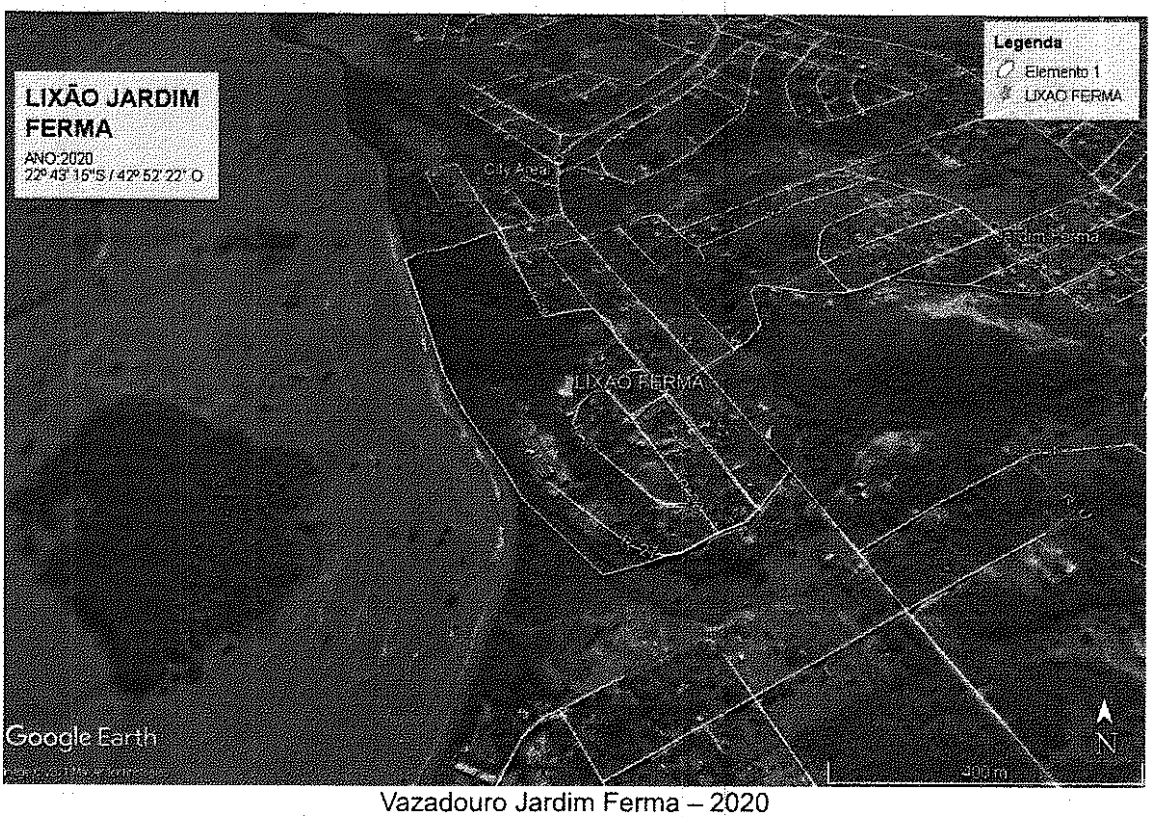
MINISTÉRIO PÚBLICO 206 RJ



Vazadouro Jardim Ferma – 2018



Vazadouro Jardim Ferma – 2019



Vazadouro Jardim Ferma – 2020



Vazadouro Jardim Ferma - 2021

A área onde era o lixão se encontra ocupada por vegetação na sua maioria de porte arbóreo. Existem edificações abandonadas referentes à instalação de uma estação de tratamento de esgoto inacabada. A maioria das estruturas ainda se encontra em pé, porém em mal estado de conservação, pudemos observar edificações administrativas e de apoio e os tanques de tratamento que por sinal se encontram preenchidos por água, provavelmente da chuva.

Nos locais onde a vegetação não é arbórea, o solo ou é coberto por colonião, ou não existe cobertura vegetal, nesse caso, o solo se encontra em forte processo de erosão, já apresentando sinais de ravinamento. A ocupação antrópica na região é similar ao que é nas proximidades do antigo lixão de Itambi, tanto nas estruturas residências e urbanas, quanto nos quesitos relacionados à segurança pública.

O Vazadouro de Ferma, teve processo administrativo aberto, assim como Termo de Referência e Projeto Básico (não executivo). Por conta das limitações orçamentárias impostas pelo início da remediação em Itambi, não foi conseguido recurso para a sua inicialização. Conforme consta na CI/SEMMAURB Nº 459/14, a remediação do antigo Vazadouro de Ferma demandará mais recursos que o de Itambi.

Este passivo ambiental se mostra mais preocupante do que aquele em Itambi, foram encontrados pontos de afloramento de chorume, o contaminante escoava em um pequeno córrego que por sua vez aflui no Rio Várzea.

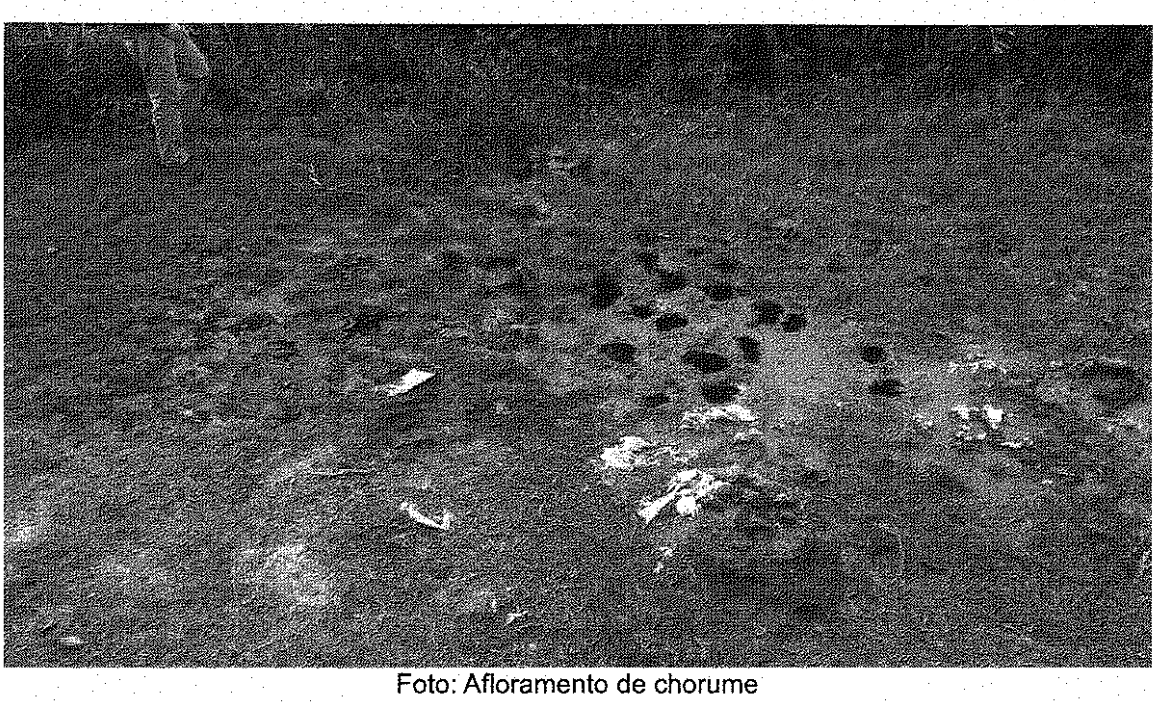


Foto: Afloramento de chorume



Foto: Chorume em área de escoamento

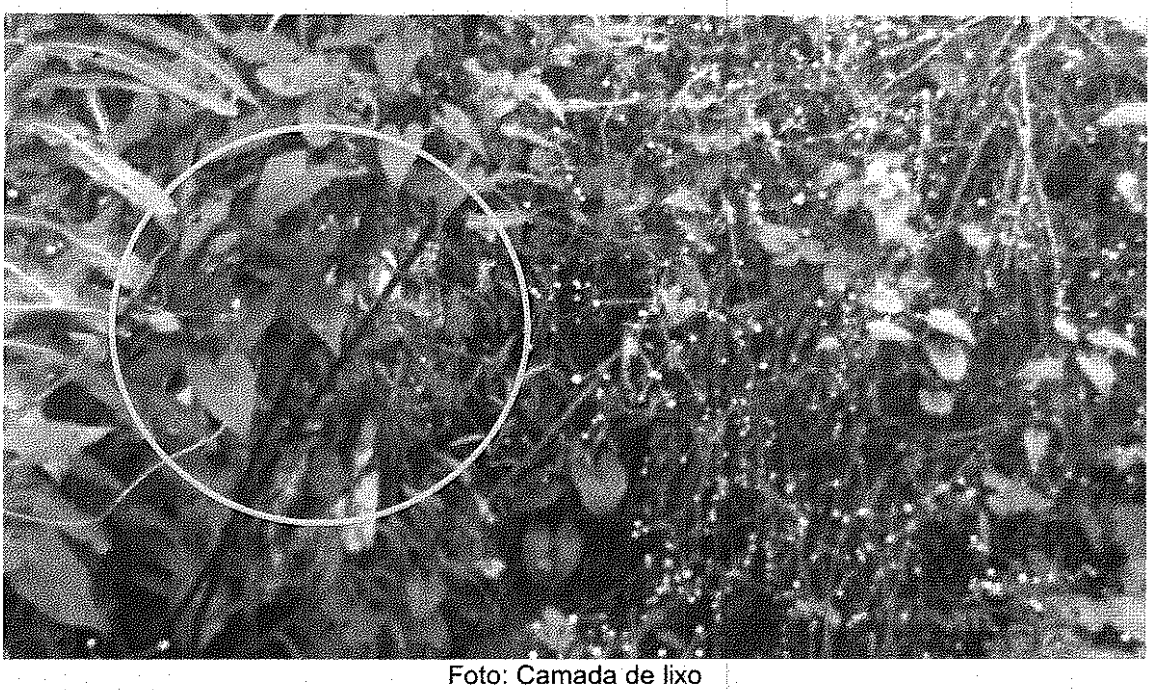


Foto: Camada de lixo

CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS IMPACTOS

O chorume é um líquido escuro que contém alta carga poluidora, o que pode ocasionar diversos efeitos sobre o meio ambiente devido a alta concentração de matéria orgânica, reduzida biodegradabilidade, presença de metais pesados e de substâncias recalcitrantes.

MINISTÉRIO PÚBLICO 208 RJ

A decomposição dos resíduos sólidos, depositados em aterros sanitários, é um processo dinâmico comandado por organismos decompositores de matéria orgânica, sendo em sua maioria bactérias heterotróficas, aeróbias e facultativas. Esta decomposição pode ser descrita pelas fases aeróbia e anaeróbia.

A fase aeróbia ocorre durante o primeiro mês de deposição e recobrimento do lixo na vala. A ação de decomposição é realizada pelas bactérias aeróbias que utilizam o oxigênio presente no interior do aterro. É mais intensa no início e à medida que o oxigênio vai ficando escasso a decomposição torna-se mais lenta. A presença de águas pluviais exerce grande influência sobre esta fase, pois facilita a redistribuição de nutrientes e microorganismos ao longo do aterro sanitário. Quando todo o oxigênio é consumido, inicia-se a fase anaeróbia, onde a decomposição ocorre através dos organismos anaeróbios e/ou facultativos que hidrolisam e fermentam celulose e outros materiais presentes no resíduo. Esta fase é caracterizada pela redução da concentração de carbono orgânico, altos níveis de amônia e largo espectro de metais, representando considerável potencial de risco para o meio ambiente. A fase anaeróbia pode demorar vários anos para estar completa.

Diversos fatores contribuem para que o resíduo da decomposição do lixo (chorume) seja complexo e apresente significativas variações em sua composição. Dentre as mais importantes contam-se: dinâmica de decomposição ao longo do tempo, variações na forma de operação do aterro sanitário, na composição dos resíduos depositados, no volume de chuvas e outras alterações climáticas.

O chorume pode ser o principal responsável pela contaminação de dois compartimentos: o solo e as águas subterrâneas (lençol freático). O solo atua frequentemente como um "filtro", tendo a capacidade de depuração e imobilizando grande parte das impurezas nele depositadas. No entanto, essa capacidade é limitada, podendo ocorrer alteração da qualidade do solo, devido ao efeito cumulativo da deposição de poluentes atmosféricos, à aplicação de defensivos agrícolas e fertilizantes e à disposição de resíduos sólidos industriais, urbanos, materiais tóxicos e radioativos.

A água subterrânea encontra-se nas zonas saturadas, onde os poros, fraturas ou espaços vazios da matriz sólida estão completamente preenchidos por água. Assim, como fazem parte do mesmo contexto, o que ocorrer com o solo repercutirá nas águas subterrâneas, podendo resultar em alterações de sua qualidade. Desta forma, a migração dos poluentes através do solo, para as águas superficiais e subterrâneas, constitui uma ameaça para a qualidade dos recursos hídricos utilizados em abastecimento público, industrial, agrícola, comercial, lazer e serviços.

Localmente, se observou presença de chorume na superfície do local, fato que demonstra que provavelmente o contaminanante encontra-se subsuperficial, o que somente poderá ser monitorado seus efeitos por meio dos poços de monitoramento propostos mais adiante neste trabalho.

OBJETIVO

São apresentados neste documento os elementos mínimos exigíveis para que sejam executadas as etapas de diagnóstico geoambiental e intervenção para recuperação de áreas degradadas pela disposição irregular de resíduos sólidos, visando atender a legislação pertinente e contribuir para melhoria da qualidade ambiental, social e da saúde humana, além de adequar a gestão de resíduos sólidos no Estado do Rio de Janeiro.

INVESTIGAÇÃO GEOAMBIENTAL

A investigação geoambiental pode ser definida como a coleta sistemática de dados visando determinar o grau de contaminação de uma área e sua relação com o meio ambiente. A obtenção de dados pode ocorrer por vários meios, tais como: pesquisa documental, entrevistas, visitas de reconhecimento, inspeções, amostragens e ensaios.

Ela situação atual dos recursos naturais em superfície, tais como solo, relevo e recursos hídricos, bem como do passivo ambiental existente e sua abrangência, contemplando a investigação detalhada e avaliação de risco, com objetivo de subsidiar a etapa de intervenção, após a investigação confirmatória que tenha identificado substâncias químicas (poluentes) em concentrações acima do valor de investigação (contaminantes).

A relação da área contaminada com o meio ambiente é concebida atualmente como uma cadeia ligando a fonte ao alvo por caminhos. Assim, define-se como fonte a área identificada como potencialmente contaminada em função da natureza do contaminante presente e do mal que representa. Os caminhos são as rotas pelas quais o contaminante pode ser transferido para o alvo considerado. O alvo é o corpo receptor que pode ser danificado pela presença do contaminante em concentração suficiente para lhe causar um mal.

As relações entre a fonte e o meio envolvem mecanismos como sorção, lixiviação e biodegradação, que não são triviais. Da mesma forma, as relações entre o contaminante e o alvo envolvem fatores complexos como tempo de exposição, concentração, modo de absorção, bioacumulação e cadeia alimentar.

MINISTÉRIO PÚBLICO RJ 209

PLANEJAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

O planejamento de investigação geoambiental deve ocorrer com base em um conjunto de objetivos que visam prover de informações suficientes sobre a fonte, os caminhos e os alvos, para permitir uma avaliação de risco tal que seja possível identificar as ações de remediação ou dispensá-las.

Os objetivos subsidiários são:

- determinar a natureza, a forma, a extensão e a distribuição de qualquer contaminação presenta na área investigada, incluindo os contaminantes migrando para ou da área investigada;

- caracterizar o meio determinando: o contexto geológico estrutural e sua composição, a estratigrafia, as características geotécnicas relevantes (mineralogia, umidade, granulometria, permeabilidade etc.), a topografia, a propensão para inundações, os níveis dos aquíferos, a qualidade da água, os fluxos de subsuperfície, os efeitos de extração e recarga, os caminhos físicos potenciais construídos pelo homem;

- entender a natureza dos potenciais alvos da contaminação e a relação entre a fonte e os efeitos, envolvendo: o uso atual e proposto para a área, o potencial contaminante da área, os alvos humanos potenciais nas proximidades da área, a proximidade e sensibilidade dos corpos hídricos, a proximidade e sensibilidade da flora e da fauna, a natureza das estruturas prediais, o perigo aos ecossitemas existentes na área e fora dela;

- dar suporte às decisões gerenciais e de remediação.

O ponto crítico da investigação geoambiental é estabelecer se a cadeia fonte-caminho-alvo está completa. Até que isso seja demonstrado não é justificável assumir que a presença de uma contaminação residual possa representar um risco para o uso corrente ou futuro da área.

FASES DA INVESTIGAÇÃO

A investigação geoambiental, geralmente, envolve três fases, não sendo obrigatória a consecução de todas as fases, visto tratar-se de um processo interativo, passível de interrupção em função da suficiência de informações e da gerência de risco:

- Fase preliminar: predominam etapas não intrusivas;
- Fase exploratória: com limitadas intrusões;
- Fase principal ou detalhada: dominada por técnicas de investigação intrusivas.

Essas fases genéricas envolvem várias etapas de intensidade crescente em termos de investigação, mas não necessariamente de importância crescente para a avaliação de risco:

- Estudo de gabinete;
- Reconhecimento de campo;
- Fase exploratória;
- Fase principal;
- Fase suplementar;
- Pós-remediação.

Trata-se da tentativa a diagnosticar atual situação ambiental dos locais onde se localizavam os antigos lixões de Itambi e Jardim Ferma frente as exigências do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, junto ao INEA. Este projeto seguirá as especificações técnicas para compor o Termo de Referência para a Recuperação dos vazadouros de Itaboraí/RJ. Ressaltando que estaremos realizando esses estudos de forma a assessorar a futura recuperação dos impactos ambientais das áreas aqui mencionadas.

As ações de recuperação ambiental a serem aplicadas nas áreas dos antigos vazadouros dependem da caracterização da área, ou seja, características do solo, lençol freático, águas superficiais, gases, tipologia de resíduos, características dos resíduos dispostos, área atingida e circunvizinhança, visando identificar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente e mitigar os impactos associados aos danos causados pela disposição irregular de resíduos, portanto, deverão ser realizadas de acordo com as etapas de diagnóstico e intervenção.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA COMPOR O TERMO DE REFERÊNCIA PARA A RECUPERAÇÃO DOS ANTIGOS VAZADOUROS EM ITABORAÍ/RJ

Em atendimento à solicitação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro como forma de auxiliar esta Prefeitura, a área técnica do INEA elaborou as especificações técnicas para compor o Termo de Referência para a Recuperação de nossos vazadouros, este documento nos serviu de base para a apresentação deste termo.

MINISTÉRIO PÚBLICO 210 RJ

DO PROJETO A SER APRESENTADO PARA REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL DE RECUPERAÇÃO – LAR

As ações de recuperação ambiental a serem aplicadas nas áreas dos antigos vazadouros dependem da caracterização da área, ou seja, características do solo, lençol freático, águas superficiais, gases, tipologia de resíduos, características dos resíduos dispostos, área atingida e circunvizinhança, visando identificar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente e mitigar os impactos associados aos danos causados pela disposição irregular de resíduos, portanto, deverão ser realizadas de acordo com as etapas de diagnóstico e intervenção, descritas a seguir:

Diagnóstico: corresponde a identificação da área e investigação das condições reais da degradação ambiental através de uma investigação geoambiental, que tem por objetivo avaliar a situação atual dos recursos naturais em superfície, tais como solo, relevo e recursos hídricos, bem como do passivo ambiental existente e sua abrangência, contemplando a investigação detalhada e avaliação de risco, com objetivo de subsidiar a etapa de intervenção, após a investigação confirmatória que tenha identificado substâncias químicas (poluentes) em concentrações acima do valor de investigação (contaminantes).

Intervenção: execução de ações de controle para a eliminação do perigo ou redução, para níveis toleráveis, dos riscos identificados na etapa de diagnóstico, bem como o monitoramento da eficácia das ações executadas, considerando o uso atual e futuro da área.

Controle Ambiental: corresponde às ações de monitoramento ambiental da área e manutenção e inspeção das obras executadas, bem como às ações operacionais que se façam necessárias após finalizadas as obras, tais como o tratamento do lixiviado captado.

As etapas de diagnóstico e intervenção deverão ser apresentadas em nível executivo, contendo o detalhamento integral das ações necessárias para atingir os resultados de recuperação pretendidos, incluindo memórias de cálculo, plantas, desenhos, memorial descritivo, cronograma de execução e plano de monitoramento.

1. DIAGNÓSTICO – INVESTIGAÇÃO GEOAMBIENTAL

1.1 CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

Descrição sucinta da micro-bacia hidrográfica onde se insere a área do vazadouro e representação em mapa georreferenciado, contemplando:

- Corpos hídricos superficiais;
- Corpo receptor mais próximo do vazadouro;
- Atividades que lançam efluentes nos corpos hídricos situados à montante e a jusante da área do empreendimento, com representação em planta;
- Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação;
- Usos a que se destinam as águas subterrâneas e superficiais, a jusante do empreendimento e dentro da micro-bacia hidrográfica;
- Uso e ocupação do solo, com identificação das residências mais próximas do vazadouro.
- Geologia e geomorfologia regional e local.

1.2 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DO VAZADOURO

1.2.1 Localização dos limites geográficos da área do vazadouro com representação em planta planialtimétrica, georreferenciada, detalhando os sítios de localização do projeto.

1.2.2 Histórico de utilização da área.

1.2.3 Cálculo do quantitativo total de resíduos dispostos no vazadouro, estimado a partir dos dados históricos de uso da área e dados populacionais à época ou registros existentes.

1.2.4 Levantamento topográfico da área em que efetivamente impactada pela disposição de resíduos, especificando limites, dimensões e volume.

1.3 INVESTIGAÇÃO AMOSTRAL

1.3.1 Plano de amostragem, considerando os dados obtidos no Diagnóstico da área, a ser previamente aprovado pelo órgão ambiental licenciador. O Plano de amostragem deverá contemplar:

- identificação e descrição das zonas de descarga e recarga do aquífero;
- ensaio "*in situ*" de permeabilidade da zona saturada;
- amostragem de águas subterrâneas e superficiais dos parâmetros: cloreto, nitrogênio amoniacal, DQO, toxicidade, pH, além dos orientadores estabelecidos na Resolução CONAMA 420/2009 para águas subterrâneas e os parâmetros estabelecidos na Resolução CONAMA 357 para as águas superficiais;

MINISTÉRIO PÚBLICO 211 RJ

- amostragem do biogás.

O Plano de Amostragem poderá incluir a amostragem de água subterrânea em poços existentes nas redondezas quando verificada a possibilidade de contaminação oriunda do vazadouro.

1.3.2 Execução do Plano de amostragem aprovado pelo órgão ambiental

Deverão ser executadas todas as etapas estabelecidas no Plano de Amostragem. O produto da execução do Plano de Amostragem deverá ser por meio de Relatório contendo em seus anexos:

- Perfis construtivos dos poços de monitoramento indicando seus elementos (filtro, pré-filtro, selo, preenchimento, etc.), de acordo com as normas técnicas de referência;
- Relatórios de sondagens;
- Laudos laboratoriais devidamente assinados pelos técnicos responsáveis;
- Descrição da metodologia utilizada, tipo de ensaio, dados de campo e o memorial de cálculo;
- Planta com a localização georreferenciada das sondagens, poços de monitoramento e pontos de amostragens da água superficial.

2. INTERVENÇÃO - PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO VAZADOURO

O Projeto de recuperação deverá ser desenvolvido considerando os resultados do Diagnóstico Ambiental. Deverá contemplar os seguintes memoriais e plantas conforme os itens abaixo.

2.1 ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA

O cercamento e identificação da área, bem como outras medidas de segurança deverão ser adotados com a finalidade de impedir e controlar o acesso de veículos, pessoas não autorizadas e animais.

2.2 RETALUDAMENTO DO MACIÇO

Planta discriminando as etapas sequenciais do retaludamento e a configuração final a ser atingida após finalizadas as obras de reconformação.

2.3 IMPERMEABILIZAÇÃO DO MACIÇO

Planta e memorial descritivo do sistema de impermeabilização superior, considerando uma camada de argila de no mínimo 80 (oitenta) centímetros de

espessura nas plataformas e bermas e de 40 (quarenta) centímetros de espessura nos taludes, com coeficiente de permeabilidade $K=1x10^{-7}$ e uma camada de no mínimo 0,40 m de solo vegetal para o plantio.

2.4 SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

Planta baixa, memorial descritivo e justificativa dos sistemas de drenagem das águas superficiais que tendam a escoar para a área do vazadouro, bem como das águas que precipitem diretamente sobre essa área, indicando a especificação, dimensionamento e espaçamento adotados para os elementos do sistema.

2.5 SISTEMA DE DRENAGEM DO CHORUME, INCLUINDO BARREIRA HIDRÁULICA PERIMETRAL

Planta baixa, memorial descritivo e justificativa do sistema de drenagem de lixiviado (chorume), devendo contemplar barreira hidráulica perimetral ao maciço de resíduos.

2.6 SISTEMA DE DRENAGEM E QUEIMA DE GASES

Planta baixa, descrição e justificativa do sistema de drenagem e queima dos gases gerados, indicando a especificação, dimensionamento e espaçamento adotado para os elementos do sistema.

2.7 SISTEMA DE TRATAMENTO DO CHORUME

Projeto contemplando plantas, memorial descritivo e justificativa do sistema de tratamento do lixiviado (chorume).

2.8 LAGOA DE ACUMULAÇÃO DE LIXIVIADO (CHORUME)

Projeto da lagoa de acumulação do lixiviado captado pelo sistema de drenagem de lixiviado contemplando plantas e memorial descritivo.

2.9 MATERIAL DE EMPRÉSTIMO / JAZIDA

Cálculo do material de empréstimo necessário para cobertura dos resíduos e impermeabilização superior. Informar origem da jazida a ser utilizada e as medidas previstas para evitar o assoreamento de corpos hídricos superficiais.

2.10 COBERTURA VEGETAL

Projeto Executivo de reflorestamento da área contendo planta delimitando as áreas que receberão o projeto de reflorestamento com espécies arbóreas e aquelas que

212

receberão apenas gramíneas e arbustos, especificando quais espécies serão utilizadas.

2.11 UNIDADES DE APOIO

Memorial descritivo do empreendimento especificando a localização, memorial de cálculo e plantas das unidades de apoio, tais como: canteiro de obras, oficina mecânica, escritório, sanitários, estação de tratamento de chorume (se aplicável) entre outras benfeitorias.

2.12 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO

Cronograma físico-financeiro referente às ações a serem implementadas até o encerramento das obras de recuperação.

3. CONTROLE AMBIENTAL

3.1 MONITORAMENTO AMBIENTAL

3.1.1 Proposta de Plano de Monitoramento Ambiental a ser executado após execução das obras de recuperação, incluindo o controle da qualidade das coleções hídricas superficiais e subterrâneas. O Plano de Monitoramento Ambiental deverá especificar os pontos de monitoramento, bem como os parâmetros e frequências das amostragens a serem realizadas. Deverá contemplar:

- Plano de monitoramento das águas superficiais a jusante e a montante da área de influência do vazadouro;
- Plano de monitoramento das águas subterrâneas, contemplando no mínimo um ponto a jusante e três pontos a montante da área do vazadouro;
- Plano de monitoramento geotécnico após a conclusão das obras de recuperação, com indicação do método de medição a ser adotado, incluindo a localização dos poços piezométricos os quais devem ser instalados sobre o maciço devendo os poços atingir profundidades iguais às do chorume;
- Plano de Gerenciamento do Lixiviado (chorume) captado. No caso da implantação de Unidade para Tratamento de Chorume, o plano deverá contemplar o monitoramento da eficiência da Unidade de Tratamento.

3.2 MANUTENÇÃO

3.2.1 Plano de Inspeção e Manutenção dos sistemas de drenagem de águas pluviais, de águas subterrâneas e de gases, do sistema de impermeabilização

superior, da cobertura vegetal, da unidade de tratamento de lixiviado (chorume) e outros. O Plano de Inspeção e Manutenção deverá contemplar memorial descritivo e periodicidade de cada uma das ações a serem realizadas.

3.3 OPERAÇÃO

3.3.1 Memorial descritivo das ações operacionais da Unidade de tratamento de chorume, se aplicável.

4. ABRANGÊNCIA

O PRAD abrangerá as áreas ocupadas pelos Vazadouros Ferma e Itambi e seu entorno, considerando a área de transbordo e a área impactada.

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Os produtos do trabalho deverão apresentar nível e linguagem compatível com sua destinação, seguindo os padrões das normas da ABNT. Serão entregues em sua versão preliminar para análise e considerações pela comissão fiscalizadora, que deverão aprovar a versão final dos referidos documentos.

Todos os produtos deverão ser entregues a comissão em versão preliminar para análise e, após a revisão e aprovação, em versão final.

Os produtos deverão passar por uma revisão ortográfica antes de serem entregues a comissão.

As reuniões realizadas durante os trabalhos deverão ser comprovadas por meio de lista de presença, relatório de percepção da reunião e fotos.

Os mapas e plantas da área degradada deverão ser apresentados em coordenadas UTM/UPS.

As escalas devem ser compatíveis ao objeto estudado. Intervalo de escalas ideais:

- Mapa da região: 1/500.000 a 1/ 750.000
- Mapa do município: 1/ 50.000 a 1/330.000;
- Planta de situação e entorno, vista de satélite: 1/ 750 a 1/ 2.500;
- Planta baixa área a recuperar: de 1/250 a 1/750;
- Cortes e vistas: de 1/100 a 1/250;
- Detalhes: de 1/50 a 1/20.

A versão preliminar deverá ser entregue em língua portuguesa, sendo 1 (uma) unidade impressa em papel reciclado A4 e 1 (uma) unidade em meio digital, em formato editável compatível com sistema operacional Windows, extensão. Doc. (Word) e PDF (pen drive). Caso os produtos não sejam aprovados, deverão ser revistos pelo contratado.

A versão final deverá ser entregue em língua portuguesa, sendo 2 (duas) unidades impressas e encadernadas separadamente em papel reciclado A4 e 2 (duas) unidades em meio digital (pendrive), em formato editável compatível com sistema operacional Windows, extensão. Doc (Word) e PDF (pen drive). Caso os produtos não sejam aprovados, deverão ser revistos pelo contratado.

Deverá ser relacionada toda a referência bibliográfica consultada para a realização do PRAD, incluindo a citação das fontes pesquisadas (textos, desenhos, mapas, gráficos, tabelas, fotografias, etc).

6. QUALIFICAÇÕES DA EQUIPE

Equipe-chave

A Consultoria deverá contar, para compor a equipe-chave, com no mínimo 04 (quatro) especialistas de nível superior (apresentar registro ou inscrição em entidade profissional competente), e 1 (um) coordenador Geral, esses com registro de carteira de trabalho ou contrato de trabalho aos quais deverão ser apresentados na habilitação do edital, a saber:

- Coordenador (a), Engenheiro (a) Sanitarista com experiência comprovada na coordenação da elaboração de Planos de Recuperação de Áreas degradadas (PRAD) para lixões ou depósitos irregulares de lixo urbano

- Especialistas: formação acadêmica em nível superior na área compatível com a função a ser desempenhada:

1 especialista Geólogo, com experiência em elaboração de (PRAD).

1 especialista Engenheiro Ambiental ou Engenheiro Ambiental e Sanitarista, com experiência em elaboração de (PRAD).

1 especialista Engenheiro civil, com especialização na área ambiental.

1 Especialista Biólogo ou Engenheiro Florestal, com experiência em elaboração de (PRAD).

A seleção, a contratação e a administração de todos os recursos humanos serão de inteira responsabilidade da Consultoria, inclusive, todas as obrigações sociais que venham a ocorrer.

Equipe de Apoio Sugerida

Além da equipe-chave, a Consultoria deverá constituir equipe de trabalho para assumir e assegurar o apoio e a qualidade técnica dos serviços específicos, trabalhar a sistematização e análise dos dados, envolvendo profissionais com perfis adequados à natureza da atividade.

Para esta finalidade deverá compor a equipe de apoio um desenhista/cadista e um auxiliar administrativo.

A seleção, a contratação e a administração de todos os recursos humanos serão de inteira responsabilidade da Consultoria, inclusive, todas as obrigações sociais que venham a ocorrer.

7. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para início dos serviços de elaboração dos planos de recuperação das áreas degradadas (PRAD), denominada "Vazadouro Ferma" e "Vazadouro Itambi" municipal de Itaboraí, é imediata a partir da emissão e recebimento da ordem do serviço e, até 08 (oito) meses ocorridos para a conclusão, contados a partir da respectiva ordem de serviço.

Obs.: A cada atividade será emitido uma ordem de serviço para a empresa e a conclusão das atividades deverão cumprir o cronograma estabelecido neste TR.

PRODUTOS	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08
ATIVIDADE 01								
ATIVIDADE 02								
ATIVIDADE 03								

Tabela de cronograma de execução.

8. CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

O pagamento será de acordo com as porcentagens descritas por atividades conforme tabela abaixo, as atividades deverão ser entregues dentro das

especificações e prazos determinados neste termo de referência I e aprovação da comissão.

Será procedida consulta "*ON LINE*" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Está incluso no custo dos trabalhos a remuneração do(s) profissional(s), bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista, despesas com alimentação, transporte, materiais de consumo e outros que se façam necessários para a realização do objeto contratado.

Toda articulação e logística para a realização das visitas técnicas aos municípios serão de total responsabilidade da empresa contratada.

DO QUANTITATIVO A SER ADQUIRIDO:

Os produtos objeto deste Termo de referência I, são os constantes na LISTA abaixo, informamos que todas as etapas do gerenciamento das áreas contaminadas deverão atender integralmente as Resoluções CONAMA e leis pertinentes ao assunto, junto deste termo de consta listagem de referências legais

ANEXO I

São esperados dessa consultoria os seguintes produtos, considerando que é necessária a aprovação destes pela comissão fiscalizadora dos trabalhos:

Atividades	Produtos
Atividade 1	**RELATÓRIO CONSOLIDADO COM IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DA ÁREA OBJETO DO ESTUDO.** 1. Identificação e seleção da área objeto do estudo. • Material fotográfico das áreas, imagens de satélites georreferenciadas; • Mapas identificando as áreas degradadas do vazadouro Ferma e Vazadouro Itambi no município, destacando as áreas selecionadas para elaboração do PRAD. 2. Reuniões com a comissão avaliadora para aprovação.
Atividade 2	**RELATÓRIO CONSOLIDADO DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL** 1. Diagnóstico Ambiental: • Descrição da metodologia de trabalho de todas as etapas: diagnóstico ambiental; estudos necessários (geotécnica, hidrogeológico, com instalação dos piezômetros e análises químicas de todos os pontos) e propostas para programas, planos e projetos de recuperação.

- Histórico do processo de disposição dos resíduos sólidos no lixão, contendo, no mínimo: informação aproximada de quando se iniciou a disposição; como era o local antes da ação antrópica; proprietário do terreno, etc.
- Descrição da situação atual, das características físicas da área: cobertura vegetal existente ou removida, topografia, declividade, hidrografia (incluir registro fotográfico). Identificação dos possíveis danos e sua extensão pelo uso inadequado (lixão) abrangendo a área de influência direta. Considera-se a área de influência direta, a área de disposição dos resíduos e a área impactada conforme levantamentos do estudo.
- Informar a posição em relação às Unidades de Conservação, possíveis comunidades indígenas, sítios arqueológicos existentes, áreas remanescentes, florestais, nascentes e cursos d'água, etc.
- Localização em relação à cidade mais próxima, infraestrutura existente (água, esgoto, estradas, cercamento da área, controle de acesso, etc.) presença de equipamentos públicos na área de influência direta.
- Descrição das formas da disposição do lixo, existência ou não de medidas de controle ambiental executadas na área (recobrimento, terraços, bacias de contenção, etc.).
- Volume estimado existente na área, dados qualitativos e quantitativos aproximados dos resíduos (urbano, comercial de saúde, construção civil, industrial, etc.)
- Levantamento gravimétrico do RSU
- Levantamento fotográfico.
- Planta de situação da área de influência direta com acesso ao lixão.
- Características socioeconômicas, uso e ocupação do solo, identificação dos possíveis interesses conflitantes, situação fundiária da área de influência direta.
- Identificação das comunidades na área de influência direta, da existência de catadores e suas formas de organização (associações, cooperativas).
- Identificação, descrição e avaliação dos impactos ambientais causados pelo "lixão". Métodos e medidas para prevenção e minimização dos impactos.

215

2. Planta Baixa, com as poligonais da área degradada, localizando aspectos de sua cobertura vegetal, topografia e a existência de processos erosivos instalados no local. Formatos (UTM, Sirgas 2000 em Shapefile/KML). A escolha da escala deverá ser compatível com as áreas a serem mapeadas, que possa atender e cumprir aos diferentes propósitos e nível de detalhamento do PRAD (intervalo entre 1/500 a 1/2500).

3. Levantamento planialtimétrico do terreno. Investigação e caracterização geológica, hidrogeológica complementar com instalação de poços de monitoramento.

4. Gerar mapas, preferencialmente em 3D, com a volumetria do lixo depositado e perfis do terreno, a partir dos furos de sondagens executado na área.

5. Análises químicas (apresentar registro fotográfico, metodologia aplicada e identificação em mapa de todos os pontos de coleta, mostrando a declividade do terreno). Os Parâmetros e técnicas de procedimento de coleta, preservação e análise das amostras devem estar em conformidade com a legislação ambiental e normas técnicas:

- Análise físico – química e microbiológica e detecção de metais pesados da água superficial, se houver existência de corpos d'água na área de influência direta. O procedimento deve ser de acordo com as Resoluções vigentes do CONAMA que tratam da qualidade dos corpos d'água. Os pontos de coleta devem ser a montante, jusante e ao longo da área de influência direta.
- Análise microbiológica, físico-química e detecção de metais pesados nas águas subterrâneas, de acordo com as resoluções vigentes do CONAMA que tratam da qualidade das águas subterrâneas. No mínimo, 7 (sete) amostras/área em pontos já determinado em estudos anteriores em posse da secretaria para cópia. Os pontos de coleta devem ser a montante, jusante e ao longo da área de influência direta.
- Análise microbiológica, físico-química e detecção metais pesados do solo (sendo 01 amostras superficial e outra intermediaria até nível d'água, sendo no mínimo 14 analise e duas coletas por ponto) podendo ser conjugado com a implantação dos poços de monitoramento ambiental, segundo Resolução CONAMA vigente que trata de qualidade do solo. Para cada sondagem realizar uma amostra de solo. Apresentar registro fotográfico e metodologia aplicada de todos os pontos de coleta.

6. Análise econômica da degradação ambiental. Identificação, caracterização e custo do passivo ambiental de natureza

física, biológica e antrópica.

Reuniões com comissão responsável para deferimento dos trabalhos.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA

1. Deverão ser apresentadas, no mínimo, 2 (duas) soluções técnicas de encerramento, recuperação e monitoramento da área degradada que atendam à legislação ambiental e às normas da ABNT. A comissão responsável selecionará a solução mais adequada para o município. Para a solução técnica escolhida deverá ser elaborado projeto executivo detalhado. Os projetos executivos deverão ser apresentados da seguinte forma: Plantas baixas; Planta de situação, cortes, vistas, detalhes, planilhas, tabelas e textos.

Atividade 3 As soluções técnicas a serem utilizadas podem ser de forma isolada ou conjunta, preferencialmente aqueles de eficácia já comprovada, devendo ser abordados os seguintes assuntos:

- Técnicas e metodologia de recuperação e revegetação a técnicas e metodologia de recuperação e vegetação a será dotada, preferencialmente, espécies nativas da região no projeto de recuperação, incluindo-se, também, aquelas espécies ameaçadas de extinção, as quais deverão ser destacadas no projeto.
- As espécies vegetais utilizadas deverão ser listadas e identificadas por família, nome científico e respectivo nome vulgar. Quando necessário o controle de espécies invasoras, de pragas e de doenças deverão ser utilizados métodos e produtos que causem o menor impacto possível, observando-se técnicas e normas aplicáveis a cada caso.
- Projeção da área recuperada (projetos), demostrando a previsão da configuração da área após a realização dos trabalhos de recuperação, constituindo assim o modelo a ser alcançado pelo PRAD. Formatos UTM, Sirgas 2000 e Shapefile.
- Cronograma de execução da implementação, manutenção, monitoramento e avaliação do projeto.
- Cronograma físico e financeiro discriminado por atividade.
- Orçamento detalhado dos custos de execução do projeto, utilizar tabela de preço seguida pelo departamento de engenharia da prefeitura com cálculo das taxas de BDI, descrição dos serviços, custos, percentagem, prazo de

216

execução, planilha dos materiais necessários por unidade, quantidade, preços unitário e total.

- Conclusão das medidas e soluções adotadas.
- Legislação pertinente.
- Equipe técnica.

2. Apresentação e reunião dos representantes da equipe chave com a comissão fiscalizadora.

Observações: Todo material elaborado para todas as atividades acima listadas, deverá ser apresentado previamente à comissão fiscalizadora que compõe a unidade de coordenação do projeto. Toda articulação e logística para a realização das visitas técnicas no município e seu distrito serão de total responsabilidade da empresa contratada.

ANEXO II

ATIVIDADES	PRODUTOS	PRAZO/ MESES	PORCENTAGEM POR ATIVIDADE
	PRODUTO 1 – RELATÓRIO CONSOLIDADO COM IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DA AREA OBJETO DO ESTUDO.		
Atividade 1	1. Identificação e seleção da área objeto do estudo. • Material fotográfico das áreas, imagens de satélites georreferenciadas; • Mapas identificando as áreas de influência direta e indireta (AID e AII) do Vazadouro Ferma e pelo Vazadouro Itambi município, destacando as áreas selecionadas para elaboração do PRAD. 2. Reuniões com a comissão avaliadora para aprovação.	1º a 2º meses	15 %
	PRODUTO 2 – RELATÓRIO CONSOLIDADO DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL		
Atividade 2	1 - Diagnóstico Ambiental: • Descrição da metodologia de trabalho de todas as etapas: diagnóstico ambiental; estudos necessários (geotécnica, hidrogeológico, instalação mínima de piezômetros de forma a abranger toda a área afetada (direta e indireta), análises químicas de todos os pontos (piezômetros), propostas para programas, planos e projetos de recuperação. • Histórico do processo de disposição dos resíduos sólidos no lixão, contendo, no mínimo: informação aproximada de quando se iniciou a disposição; como era o local antes da	3ª a 6ª meses	50 %

ação antrópica; proprietário do terreno, etc.

- Descrição da situação atual, das características físicas da área: cobertura vegetal existente ou removida, topografia, declividade, hidrografia (incluir registro fotográfico). Identificação dos possíveis danos e sua extensão pelo uso inadequado (lixão) abrangendo a área de influência direta. Considera-se a área de influência direta, a área de disposição dos resíduos e a área impactada conforme levantamentos do estudo.
- Informar a posição em relação às Unidades de Conservação, possíveis comunidades indígenas, sítios arqueológicos existentes, áreas remanescentes, florestais, nascentes e cursos d'água, etc.
- Localização em relação à cidade mais próxima, infraestrutura existente (água, esgoto, estradas, cercamento da área, controle de acesso, etc.) presença de equipamentos públicos na área de influência direta.
- Descrição das formas da disposição do lixo, existência ou não de medidas de controle ambiental executadas na área (recobrimento, terraços, bacias de contenção, etc.).
- Volume estimado existente na área, dados qualitativos e quantitativos aproximados dos resíduos (urbano, comercial de saúde, construção civil, industrial, etc.)
- Levantamento gravimétrico
- Levantamento fotográfico.
- Planta de situação da área de influência direta com acesso ao lixão.
- Características socioeconômicas, uso e ocupação do solo, identificação dos possíveis interesses conflitantes, situação fundiária da área de influência direta.

- Identificação das comunidades na área de influência direta, da existência de catadores e suas formas de organização (associações, cooperativas).
- Identificação, descrição e avaliação dos impactos ambientais causados pelo "lixão". Métodos e medidas para prevenção e minimização dos impactos.

2. Planta Baixa, com as poligonais da área degradada, localizando aspectos de sua cobertura vegetal, topografia e a existência de processos erosivos instalados no local (DATUM UTM Sirgas 2000 nos formatos Shapefile e KML). A escolha da escala deverá ser compatível com as áreas a serem mapeadas, que possa atender e cumprir aos diferentes propósitos e nível de detalhamento do PRAD (intervalo entre 1/500 a 1/2500).

3. Levantamento planialtimétrico do terreno. Investigação e caracterização geológica, hidrogeológica complementar com instalação de poços de monitoramento.

4. Gerar mapas, preferencialmente em 3D, com a volumetria do lixo depositado e perfis do terreno, a partir dos furos de sondagens executado na área.

5. Análises químicas (apresentar registro fotográfico, metodologia aplicada e identificação em mapa de todos os pontos de coleta, mostrando a declividade do terreno). As análises deverão estar acompanhadas de background geoquímico de forma a trazer melhores parâmetros para as análises. As técnicas de procedimento de coleta, preservação e análise das amostras devem estar em conformidade com a legislação ambiental e normas técnicas:

- Análise físico – química e microbiológica e detecção de metais pesados da água superficial, se houver existência de corpos d'água na área de influência direta. O procedimento

deve ser de acordo com as Resoluções vigentes do CONAMA que tratam da qualidade dos corpos d'água. Os pontos de coleta devem ser a montante, jusante e ao longo da área de influência direta.

- Análise microbiológica, físico-química e detecção de metais pesados nas águas subterrâneas, de acordo com as resoluções vigentes do CONAMA que tratam da qualidade das águas subterrâneas. Os pontos de coleta devem ser a montante, jusante e ao longo da área de influência direta.
- Análise microbiológica, físico-química e detecção metais pesados do solo (sendo 01 amostra superficial e outra intermediaria até nível d'água) podendo ser conjugado com a implantação dos poços de monitoramento ambiental, segundo Resolução CONAMA vigente que trata de qualidade do solo. Para cada sondagem realizar uma amostra de solo, a amostragem deverá ser por perfil completo (ASPC). Apresentar registro fotográfico e metodologia aplicada de todos os pontos de coleta.

6. Análise econômica da degradação ambiental. Identificação, caracterização e custo do passivo ambiental de natureza física, biológica e antrópica.

Reuniões com comissão responsável para deferimento dos trabalhos.

PRODUTO 3 – RELATÓRIO CONSOLIDADO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA

1. Deverão ser apresentadas, no mínimo, 2 (duas) soluções técnicas de encerramento, recuperação e monitoramento da área degradada que atendam à legislação ambiental e às normas da ABNT. A comissão responsável selecionará a solução mais adequada para o	5º a 8º meses	35 %

município. Para a solução técnica escolhida deverá ser elaborado projeto executivo detalhado. Os projetos executivos deverão ser apresentados da seguinte forma: Plantas baixas; Planta de situação, cortes, vistas, detalhes, planilhas, tabelas e textos.

As soluções técnicas a serem utilizadas podem ser de forma isolada ou conjunta, preferencialmente aqueles de eficácia já comprovada, devendo ser abordados os seguintes assuntos:

Atividade 3

- Técnicas e metodologia de recuperação e revegetação a técnicas e metodologia de recuperação e vegetação a será dotada, preferencialmente, espécies nativas da região no projeto de recuperação, incluindo-se, também, aquelas espécies ameaçadas de extinção, as quais deverão ser destacadas no projeto.
- As espécies vegetais utilizadas deverão ser listadas e identificadas por família, nome científico e respectivo nome vulgar. Quando necessário o controle de espécies invasoras, de pragas e de doenças deverão ser utilizados métodos e produtos que causem o menor impacto possível, observando-se técnicas e normas aplicáveis a cada caso.
- Projeção da área recuperada (projetos), demostrando a previsão da configuração da área após a realização dos trabalhos de recuperação, constituindo assim o modelo a ser alcançado pelo PRAD. Formatos UTM, Sirgas 2000 e Shapefile.
- Cronograma de execução da implementação, manutenção, monitoramento e avaliação do projeto.
- Cronograma físico e financeiro discriminado por atividade.
- Orçamento detalhado dos custos de execução do projeto, utilizar tabela de preço seguida pelo departamento de engenharia da prefeitura com cálculo das taxas de BDI,

descrição dos serviços, custos, percentagem, prazo de execução, planilha dos materiais necessários por unidade, quantidade, preços unitário e total.

- Conclusão das medidas e soluções adotadas.
- Legislação pertinente.
- Equipe técnica.

2. Apresentação e reunião dos representantes da equipe chave com a comissão fiscalizadora.

Deverá ser emitido Notas Fiscais/Faturas para cada atividade concluída para que seja realizado o pagamento, após serem conferidas, aceitas e atestadas pelo gestor, obrigando-se a empresa a manter sua regularidade fiscal e trabalhista exigidas na licitação.

O pagamento será efetuado à empresa contratada através de ordem Bancária em moeda corrente nacional, mediante a apresentação de nota fiscal devidamente certificada pela secretaria solicitante, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, FEDERAL E ESTADUAL, CRF do FGTS, CND Negativa de débitos Municipal e CN Trabalhista), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, "a", e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

MINISTÉRIO PÚBLICO
220
RJ

REFERÊNCIAS

Federal

Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental.
Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 396, de 3 de abril de 2008 - Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.
Resolução CONAMA nº 404, de 11 de novembro de 2008 - Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos.
Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2009 - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Resolução CONAMA nº 430, de 31 de maio de 2011 - Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.
Lei complementar nº 140 de 8 de Dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas

formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico.

Estadual

Decreto-lei nº. 134, de 16 de junho de 1975 - Dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

CECA. Deliberação nº. 1007, de 04 de dezembro de 1986. Critérios e padrões para lançamento de efluentes líquidos. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 12 dez. 1986. (NT-202.R10).

NT 202, de 12 de dezembro de 1986 - Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos em Corpos Receptores.

CECA. Deliberação nº. 4886, de 25 de setembro de 2007. Diretriz de controle de carga orgânica biodegradável em efluentes líquidos de origem sanitária. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 08 nov. 2007. (DZ-215.R-4).

DZ 215, de 18 de maio de 1994 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica de Efluentes Líquidos de Origem Sanitária.

Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000 - Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Lei Estadual nº 4191, de 30 de setembro de 2003 - Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências.

Resolução CONEMA. nº 85, de 07 de dezembro de 2018 - Aprova a revisão da NOP-INEA-03- REV02 - Credenciamento de Laboratórios.

NOP-INEA-03-REV02, de 17 de dezembro de 2018 - Credenciamento de Laboratórios.

Resolução CONEMA Nº 44, de 14 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação de eventual contaminação ambiental do solo e das águas subterrâneas por agentes químicos, no processo de licenciamento ambiental Estadual.

Resolução CONEMA Nº 86, de 07 de dezembro de 2018 - Aprova a NOP-INEA-08-REV00 - critérios e padrões para controle da ecotoxicidade aguda em efluentes líquidos.

NOP-INEA-08-REV00, de 14 de dezembro de 2018 - critérios e padrões para controle da ecotoxicidade aguda em efluentes líquidos.

Lei 8298, de 21 de janeiro de 2019 - Altera a lei Estadual n° 4191 de 2003 que estabelece a política estadual de resíduos sólidos, definindo normas para disposição de resíduos sólidos em área de aquífero.
Decreto Nº 46890, de 23 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, e dá outras providências.

- NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRAS – ABNT

ABNT NBR 6457:1986: Amostras de solo - Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização.
ABNT NBR 6484:2001: Solo - Sondagens de simples reconhecimentos com SPT - Método de ensaio.
ABNT NBR 9897:1987: Planejamento de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores - Procedimento.
ABNT NBR 9898:1987: Preservação e técnicas de amostragem de afluente líquidos e corpos receptores - Procedimento.
ABNT NBR 10004:2004: Resíduos sólidos - Classificação.
ABNT NBR 10005:2004: Procedimento para obtenção de extrato lixiviado de resíduos sólido.
ABNT NBR 10006:2004: Procedimento para obtenção de extrato solubilizado de resíduos sólidos.
ABNT NBR 10007:2004: Amostragem de resíduos sólidos.
ABNT NBR 10703:1989: Degradação do solo - Terminologia.
ABNT NBR 13292:1995: Solo - Determinação do coeficiente de permeabilidade de solos granulares à carga constante - Método de ensaio.
ABNT NBR 14545:2000: Solo - Determinação do coeficiente de permeabilidade de solos argilosos a carga variável.
ABNT NBR 15492:2007: Sondagem de reconhecimento para fins de qualidade ambiental – Procedimento.
ABNT NBR 15515-1:2007: Passivo ambiental em solo e água subterrânea Parte 1: Avaliação preliminar.
ABNT NBR 15515-2:2011: Passivo ambiental em solo e água subterrânea Parte 2: Investigação confirmatória.
ABNT NBR 15515-3:2013: Passivo ambiental em solo e água subterrânea Parte 3: Investigação detalhada.
ABNT NBR 15495-1:2007: Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aqüíferos granulados Parte 1: Projeto e construção.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

ABNT NBR 15495-2:2008: Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aqüíferos granulares Parte 2: Desenvolvimento.

ABNT NBR 15847:2010: Amostragem de água subterrânea em poços de monitoramento - Métodos de purga.

ABNT NBR 15935:2011: Investigações ambientais - Aplicação de métodos geofísicos.

JUNTADA
Nesta data, junto aos presentes autos
OF. SEAS/OUVI SEI nº 19
03/05/22
Mat 6100489

222

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

MPRJ6P2TC01TB 202200323702 260422 13:27:46

Of.SEAS/OUVI SEI Nº19 Rio de Janeiro, 12 de abril de 2022

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício 2ª PJTC n° 84/2022 - PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos, Assistente II**, em 12/04/2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **31396918** e o código CRC **447489C1**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/001010/2020 SEI nº 31396918

Ilmo. Promotor de Justiça.
27/06/22
6209606

Promoção em separado, impressa em 05 lauda (s).

Itaboraí, 29/06/2022.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça / Mat. 3226

Autos devolvidos do Gabinete do Promotor e recebidos nesta Secretaria na presente data.

Itaboraí, 30/06/22.

222

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI SEI Nº19 Rio de Janeiro, 12 de abril de 2022

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

MP-RJ-SPC-2020.00174157 - 20220032370 - 260422 - 13:27:46

Referência: Ofício 2ª PJTC nº 84/2022 - PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet*, solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 12/04/2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **31396918** e o código CRC **447489C1**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/001010/2020 SEI nº 31396918

Ref.: Procedimento Administrativo n. 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157)

PROMOÇÃO DE PRORROGAÇÃO NA TRAMITAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMNISTRATIVO

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a *"(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04-verso, instruído de documentos de fls. 05/35-verso.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 36/40.

Ofício da PGM de Itaboraí às fls. 53/59, informando que o INEA lavrou o Auto nº COGEFISEAI/00154997, no qual foi arbitrado multa diária administrativa de R$ 100.000,00, contada entre o período de setembro de 2010 e janeiro de 2016. Sendo certo que o Município protocolizou junto ao INEA o recurso Impugnativo referente ao Auto nº COGEFISEAI/00154997.

Ofício do INEA às fls. 60/61, encaminhando relação dos servidores e respectivo endereços eletrônicos.

Promoção com Registro de Reunião Virtual à fl. 66. Na oportunidade, foi realizado resumo do feito e informado pelos representantes do Município de Itaboraí que no

prazo de 07 dias fará suas considerações sobre o Termo de Referência relativo ao projeto e execução de remediação ambiental dos dois vazadouros de lixo.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às fls. 68/86, informando que foram encaminhados ao INEA documentos relativos ao aterro de Itambi e ao vazadouro de Jardim Ferma e que estão aguardando a laboração do Termo de Referência pelo INEA.

Ofício do INEA à fl. 90, solicitando dilação de prazo.

E-mail da Petrobras à fl. 92, instruído de fls. 93/97, informando o cumprimento tempestivo da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ.

Promoção com Registro de Reunião Virtual às fls. 98/99. Na oportunidade, foi realizado resumo do feito e informado pelos representantes do Município de Itaboraí que será necessária dilação de prazo por mais 12 meses para o cumprimento das ações de remediação, recomposição, recuperação e monitoramento dos danos ambientais provocados pelos vazadouros.

Ofício da SEAS às fls. 100/101, informando o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pela Petrobras.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às fls. 103/104, instruído de fls. 105/117, encaminhando cópia dos ofícios que foram endereçados ao INEA, objetivando o prosseguimento ao plano de ação para remediação dos impactos ambientais decorrentes dos antigos vazadouros de Jardim Ferna e Itambi, bem como esclarecendo que ambos os vazadouros se encontram em vias de recuperação. Em anexo a tais ofícios, consta Relatório de Vistoria de Acompanhamento dos Vazadouros de Itambi e Jardim Ferna nº 01/2021.

Ofício da SEAS à fl. 123, solicitando dilação de prazo.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às fls. 128/133, remetendo cópia do relatório de vistoria para remediação dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi.

Ofício da SEAS à fl. 134, encaminhando cópia da proposta do Termo de Referência para recuperação dos antigos vazadouros em Itaboraí de fls. 135/149.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às fls. 144/150, encaminhando o Relatório de Vistoria de Acompanhamentos dos vazadouros de Itambi e Jardim Ferma nº 02/2021. O referido Relatório apresenta informações sobre a vegetação encontrada nos vazadouros de Itambi e Jardim Ferma e o estado de conservação das edificações encontradas nos locais.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às 155/164, encaminhando o Relatório de Vistoria de Acompanhamentos dos vazadouros de Itambi e Jardim Ferma. O referido Relatório apresenta informações sobre a vegetação encontrada nos vazadouros de Itambi e Jardim Ferma, bem como informações sobre contaminações por chorume.

Promoção com Registro de Reunião Virtual à fl. 168. Na ocasião, o Município de Itaboraí informou que estão em tratativas com o INEA para fazer o Termo de Referência. Esclareceram que falta apenas a aprovação do Termo de Referência pelo INEA. Por fim, esclareceram que a secretaria já provocou o setor de compras, a fim de que seja realizado o levantamento dos custos da remediação. E que estão tentando solucionar a questão da multa com o INEA.

Informação Técnica do GATE n. 1236/2021 às fls. 170/173, concluindo que: "(...) as especificações contidas na proposta do TR são correlatadas com as premissas previstas para o gerenciamento de áreas contaminadas na Resolução CONAMA 420/09 e para a remediação do passivo ambiental nas áreas dos vazadouros. Contudo, entende-se ser necessário que o INEA acrescente ao TR solicitação do estudo de *background* geoquímico, estudo de vulnerabilidade de aquíferos e que na etapa de investigação seja adotada a metodologia de Amostragem de solo por Perfil Completo (ASPC). Portanto, entende-se que o Termo de Referência acrescido do proposto atenderá ao objetivo. Ademais, sugere-se que o INEA registre claramente que todas as etapas do gerenciamento das áreas contaminadas e atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções CONAMA e legislações pertinentes ao tema.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às fls. 181/183, informando que no dia 25/10/2021 foi protocolado junto ao INEA o Termo de Referência para a contratação da empresa responsável pela recuperação dos antigos vazadouros. Por fim, o referido ofício esclarece que o documento foi enviado para análise e possível aprovação.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às fls. 188/191, encaminhando cópia integral do Termo de Referência com as complementações requeridas pelo GATE para remediação dos vazadouros de Itambi e Ferma de fls. 192/221.

Ofício da SEAS à fl. 222, solicitando dilação de prazo.

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão*", sendo certo que "*Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)*", nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18;

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão*";

O Promotor de Justiça Titular deste órgão de execução, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1- **Ciente** do acrescido às fls. 188/221;

2- Defiro o pedido de dilação de prazo (fl. 222) por mais 60 dias, **oficie-se** em resposta;

3- **Remeter** o feito integralmente ao GATE solicitando informar, em complementação a IT n. 1236/2021, se os documentos apresentados pela

Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí atendem satisfatoriamente a obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II;

4- Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Itaboraí, 28 de junho de 2022.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2022.06.29 11:57:21 -03'00'

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 948/2022 *Itaboraí*, 28 de abril de 2022.

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis e Procedimentos Administrativos que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os procedimentos que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, 343 (trezentos e quarenta e três) inquéritos civis e 146 (cento e quarenta e seis) procedimentos administrativos, conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na planilha, bem como nas promoções de prorrogação de cada procedimento (em anexo), as quais também podem ser consultadas pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, nº 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, Promotor de Justiça**, em 29/04/2022, às 12:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?

acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1438938** e o código CRC **5C31556B**.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC nº 1472/2022 *Itaboraí*, 13 de julho de 2022.

Ref.: **PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157** *(Favor mencionar na resposta)*

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Excelência a existência do procedimento em epígrafe, o qual visa a apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça informar o deferimento do pedido de dilação de prazo do Of.SEAS/OUVI SEI Nº 19 por mais 60 (sessenta) dias.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO
SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
Av. Venezuela, 110 - Saúde, Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20081-312

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES, Promotor de Justiça**, em 15/07/2022, às 18:05, conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1630114** e o código CRC **2211C834**.

Solicitação de análise técnica ao GATE - 1630317

INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO SOLICITANTE

Órgão de Execução:
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí

Telefone:
(21)2645-6950

Celular:
(21)98390-7472

Membro Solicitante:
Tiago Gonçalves Veras Gomes

Matrícula:
3226

Secretário(a):
Cristina Alfradique Etchatre

mail:
2pjtcoitb@mprj.mp.br

Deseja receber atualização da movimentação via sistema push?
Não

DADOS DO PROCEDIMENTO

Nº MPRJ:
202000174157

1. Trata-se de complementação de Análise realizada anteriormente pelo GATE?
Não

***Em se tratando de complementação de análise técnica realizada anteriormente pelo GATE, indicar o número da IT:**

1236/2021

Trata-se de procedimento investigatório que apura ato de improbidade administrativa?
Não

(*) Caso a resposta seja positiva

2.1. Indique a data de término do prazo prescricional:
-

2.2 O procedimento foi instaurado antes ou após a vigência da Lei 14.230/2021?
-

2.3 Se instaurado após a vigência da Lei 14.230, indique a data de publicação a portaria de instauração.
-

3. Trata-se de apoio na elaboração de quesitos em processo judicial?
Não

4. Trata-se de nomeação de técnico pericial para atuar como assistente técnico em processo judicial, acompanhando diligências ou elaborando laudo complementar?
Não

5. Trata-se de solicitação com tramitação prioritária?
Não

* Caso a resposta seja positiva, assinale a hipótese adequada.

5.1 Existe risco iminente de perecimento do direito;:
Não

***Caso a resposta 5.1 seja marcada, descreva:**
-

5.2 Prioridades fixadas em lei, tais como, Estatuto do Idoso, ECA, Lei Brasileira de Inclusão e outros diplomas legais.
Não

5.3 Está em curso prazo processual;:
Não

Indicar prazo Processual caso marque a hipóteses 5.3:
-

5.4 Trata-se de solicitação oriunda de alguma modalidade de atuação coletiva especializada (Grupo de Atuação Especializada, Força-Tarefa, Grupo Temático Temporário ou Grupo de Apoio de Acervo - Resolução GPGJ 2.401/2021):
Não

INDIQUE SUA DÚVIDA TÉCNICA:
Remeter o feito integralmente ao GATE solicitando informar, em complementação a IT n. 1236/2021, se os documentos apresentados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí atendem satisfatoriamente a obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II.

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 15/07/2022, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1630317** e o código CRC **911A4960**.

229

[redacted]
- Solicitação de análise técnica ao GATE 1630317 (sem conteúdo)
- Anexo PA 61/2022 fls. 02 a 140 (1551495) (sem conteúdo)
- Anexo PA 61/2022 fls. 140-v a 227 (1561041) (sem conteúdo)

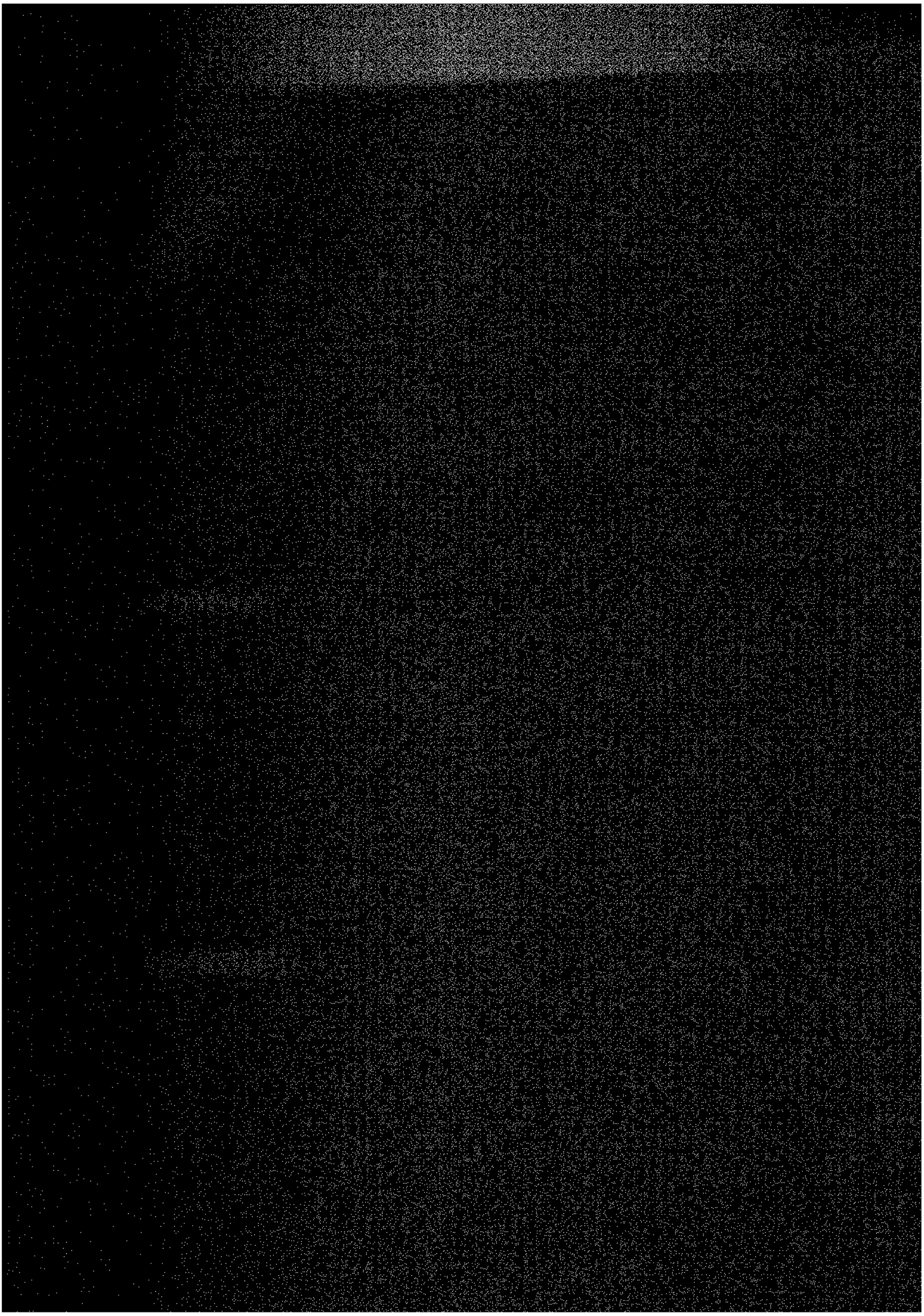
Consultar Andamento

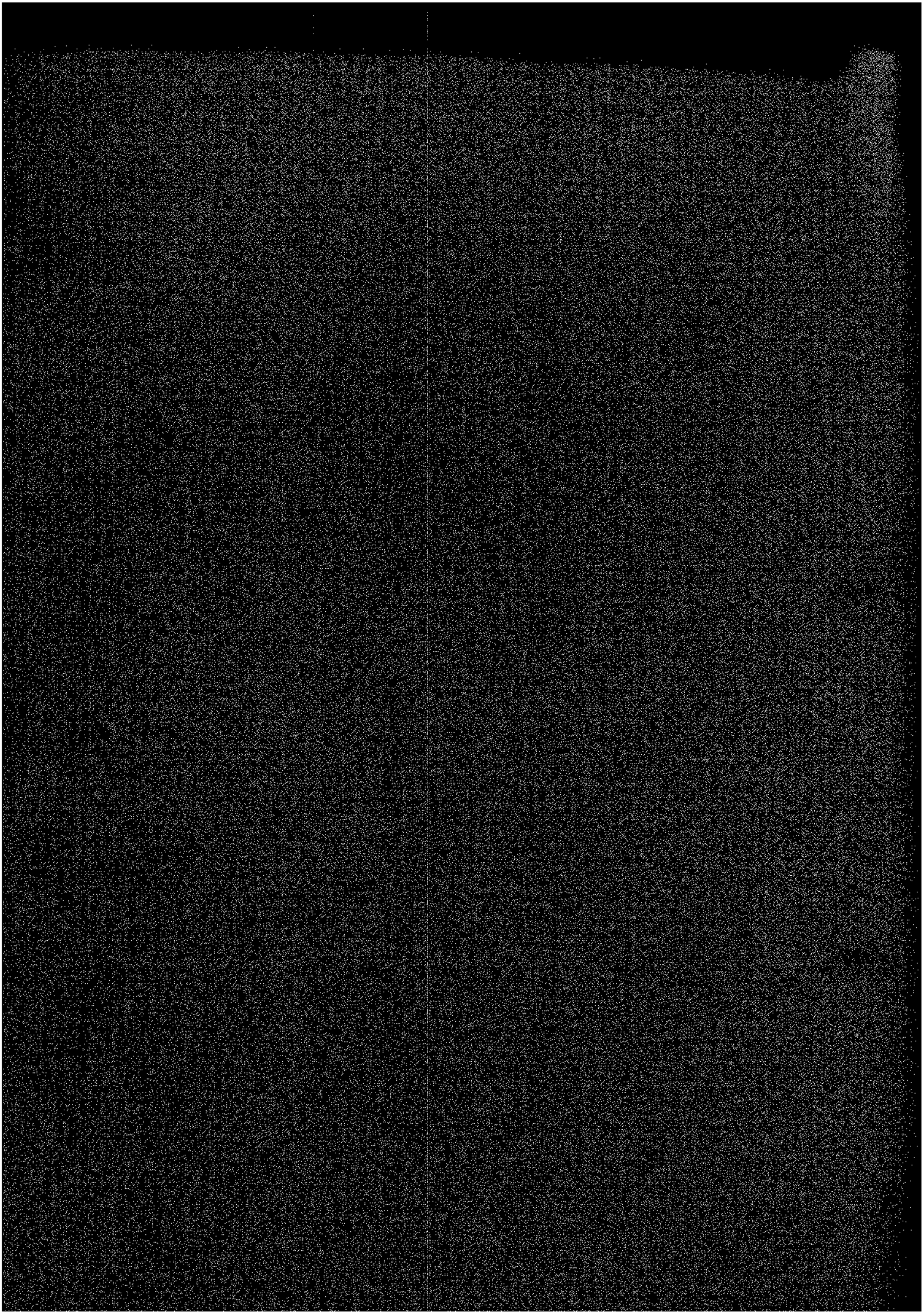
Histórico do Processo 20.22.0001.0038813.2022-56

Ver histórico completo

Lista de Andamentos (2 registros)

Data/Hora			
26/07/2022 11:55	SEGGATE	joao.marcelo	Processo remetido pela unidade SP2TCQITB
13/07/2022 13:10	SP2TCQITB	João Marcelo	Processo público gerado





MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INFORMAÇÃO

Trata-se de expediente administrativo oriundo da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí, referente ao Processo Administrativo n° 61/2022, o qual apura o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.20 1 8.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51 .201 8.8. 1 9.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023(UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta. obrigou-se a "apoiar financeiramente o ERJ para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor", tendo sido encaminhado ao GATE para atendimento à solicitação de análise técnica descrita na SAT.

Ocorre que a IT 997/2022 contempla adequação do Termo de Referência para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma, referente ao pedido SEI n° 20.22.0001.0033345.2021-61, nos seguintes termos:

"Remeter o PA nº 105/2019 integralmente digitalizado, via SEI, ao GATE solicitando informar se a complementação promovida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí no Termo de Referência para a recuperação dos antigos vazadouros em Itaboraí atende ao escopo do item 5 da cláusula sexta do TAC do COMPERJ".

Assim, proceda-se à devolução do expediente com anexação da Informação Técnica n° 997/2022 para as providências cabíveis.

Coordenação Geral do GATE

Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE DE CARVALHO PEREIRA**, **Promotor de Justiça**, em 09/11/2022, às 17:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1942785** e o código CRC **34B8875C**.

DESIGNAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) e Procedimento Administrativo nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157)

PROMOÇÃO CONJUNTA

Trata-se de procedimentos que apuram medidas para remediação dos impactos ambientais decorrentes dos antigos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi.

O Procedimento Administrativo nº 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) foi instaurado para apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa.

Nesse diapasão, o Processo Administrativo nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157) apura o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ, que possui a seguinte redação:

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 14-04-2023 16:59

> *"A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Com objetivo de verificar o cumprimento das obrigações em referência e, em seguida, de adotar as medidas cabíveis, é prudente que se realize reunião com os atuais Gestores Municipais, INEA e SEAS.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Incluam-se** os presentes procedimentos na pauta do dia 31/05/2023;

2. **Junte-se cópia da Informação Técnica do GATE n. 404/2023 aos PAs n. 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) e nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157);**

3. **Oficie-se à Procuradoria Geral do Município de Itaboraí e ao Secretário Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí**, com cópia da presente promoção e da Informação Técnica do GATE n. 404/2023, cientificando-os da reunião virtual por meio da ferramenta *Teams*, a ser realizada no dia 31/05/2023, às 14h, e da inclusão do presente feito na pauta daquele dia, objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi;

4. **Oficie-se à SEAS e ao INEA,** com cópia da presente promoção e da Informação Técnica do GATE n. 404/2023, cientificando-os da reunião virtual por meio da ferramenta *Teams*, a ser realizada no dia 31/05/2023, às 14h, e da inclusão do presente feito na pauta daquele dia, objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi;

5. **Enviar e-mail ao GATE** solicitando disponibilização do Técnico Perito Marcelo Teixeira Santana, para acompanhar este Promotor em reunião virtual, via *Teams*, com o Município de Itaboraí, a SEAS e o INEA, a ser realizada no dia 31/05/2023, às 14h. A referida reunião terá como objeto o PA nº 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) e o PA nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157), objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi;

6. Aguarde-se a realização da reunião especificada acima.

Itaboraí, 14 de Abril de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

RE: Solicitação de participação de perito do GATE em Reunião - PA 105/2019 (MPRJ 2019.00629296) e o PA 61/2020 (MPRJ 2020.00174157)

Marcelo Teixeira Santana <marcelo.santana@mprj.mp.br>
Qui, 20/04/2023 16:42

Para: **GATE - Secretaria <secgate@mprj.mp.br>**
Cc: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>;**GATE - Reuniões <gate.reuniao@mprj.mp.br>**

Ok, ciente e de acordo com o dia (31/05/2023) e horário, às 14h.

sds

Marcelo T. Santana
Geólogo/Geofísico M.Sc.
Núcleo de Ciências Naturais
Técnico Pericial | MPRJ |GATE - Mat.: nº 8849
Av. Nilo Peçanha, 151, 10 andar, Centro. Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 21-99691-6661

De: GATE - Secretaria <secgate@mprj.mp.br>
Enviado: quinta-feira, 20 de abril de 2023 16:21
Para: Marcelo Teixeira Santana <marcelo.santana@mprj.mp.br>
Cc: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>; GATE - Reuniões <gate.reuniao@mprj.mp.br>
Assunto: RES: Solicitação de participação de perito do GATE em Reunião - PA 105/2019 (MPRJ 2019.00629296) e o PA 61/2020 (MPRJ 2020.00174157)

Prezado Marcelo, boa tarde.

Segue e-mail solicitando reunião, para ciência e tratativas de compatibilidade de agenda. O técnico pericial deverá responder **diretamente** à Promotoria, copiando o gate.reuniao@ na sequência de trocas de e-mail.

Após confirmação, o TP deverá **registrar** a reunião no aplicativo, com atenção para não haver duplicidade de marcações quando tiver mais de um participante do GATE.

Atenciosamente,

Secretaria Geral do GATE
✉ secgate@mprj.mp.br

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviada em: quinta-feira, 20 de abril de 2023 16:15
Para: GATE - Reuniões <gate.reuniao@mprj.mp.br>; GATE - Secretaria <secgate@mprj.mp.br>

Assunto: Solicitação de participação de perito do GATE em Reunião - PA 105/2019 (MPRJ 2019.00629296) e o PA 61/2020 (MPRJ 2020.00174157)

À Coordenação do GATE,

Cumprimentando-os, conforme determinado pelo Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras, sirvo-me do presente para **solicitar a disponibilização do Técnico Perito Marcelo Teixeira Santana para acompanhar o Promotor em reunião virtual, via Teams, com o Município de Itaboraí, a SEAS e o INEA, a ser realizada no dia 31/05/2023, às 14h. A referida reunião terá como objeto o PA nº 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) e o PA nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157), objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi;**

Segue em anexo cópia da IT do GATE nº 404/2023, para fins de contextualização.

Solicito, por gentileza, que confirmem o recebimento deste e-mail.

Muito obrigada!

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº: 404/2023

13 de Abril de 2023

Nº MPRJ: 2019.00629296

SOLICITANTE: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

COORDENADAS (Local da diligência):

LAT.: -22.745614765 **LONG.:** -42.942331804

Indústria. Petróleo e derivados, gás e biocombustíveis. 1 - Serviço técnico: Análise de documentos técnicos. 2 - Serviço técnico: Análise dos estudos de gerenciamento de áreas contaminadas. O Termo de Referência apresentado foi considerado insatisfatório, devido: (i) não foi adicionado informações novas que alterasse as observações da IT-997/2021 e (ii) por não contemplar escopo mínimo para obtenção de sucesso almejado pela 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva - Núcleo Itaboraí.



Leia o QR code com seu celular.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

1. INTRODUÇÃO

A presente Informação Técnica visa atender à solicitação da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva - Núcleo Itaboraí ao Grupo de Apoio Técnico Especializado - GATE por meio do procedimento SEI 20.22.0001.0033345.2021-61, que solicita a avaliação de nova documentação a partir das orientações contidas na IT-997/2022, quanto a adequação do Termo de Referência para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma, ambos localizados no município de Itaboraí, nos seguintes termos:

> Remeter o PA nº 61/2020 e o PA nº 105/2019 integralmente digitalizado, via SEI, ao GATE solicitando informar se a complementação promovida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí no Termo de Referência para a recuperação dos antigos vazadouros em Itaboraí atende ao escopo do item 5 da cláusula sexta do TAC do COMPERJ. Caso ainda persista alguma pendência, solicita-se que a obrigação de fazer seja sugerida de forma objetiva.

A avaliação realizada nessa Informação Técnica foi embasada, a princípio, nos novos documentos acostado aos autos por meio da SAT nº 2178397 para o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados.

Conforme informa a SAT, deveria constar nos autos o PA nº 61/2020, que poderia conter as orientações elencada na IT-997/2022, contudo, apenas o PA nº 105/2019 está disponibilizado.

O Despacho da Promotoria informa que nas folhas 310/387 e 388/466 do PA nº 105/2019 o que deverá ser analisado, desta forma depreende-se que a falta do PA nº 61/2020, a princípio, não trará prejuízo à análise.

2. DESENVOLVIMENTO

Os vazadouros denominados Itambi e Jardim Ferma, ambos localizados no município de Itaboraí, foram as áreas escolhidas para serem objeto de recuperação ambiental com o apoio financeiro da Petrobras estipulado no item 5 da cláusula sexta do TAC II do COMPERJ. Essas áreas são passivos ambientais do município, as quais foram utilizadas para disposição final dos resíduos sólidos urbanos do município de maneira irregular sem atender as premissas técnicas e legais de um Aterro Sanitário.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

2.1. Avaliação do Termo de Referência - TR

Na IT do GATE nº 997/2022 detalhada todas as insuficiências que o TR continha.

Nas folhas 310/387 e 388/466 do SEI 20.22.0001.0033345.2021-61 consta os Termos de Referência para Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi, contudo para a nossa surpresa, os dois documentos são exatamente iguais, e também, exatamente iguais à proposta de TR enviado preteritamente para a elaboração da IT-997/2022.

Nenhuma informação nova foi adicionada ao TR, constante nas folhas 310/387 e 388/466 que alterasse as conclusões da IT-997/2022, que por sua vez foi elaborada em complementação à IT-1235/2021.

A IT-997/2022, informa didaticamente as incongruências e deficiências do Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi, inclusive, destacando o que está planejado para ser executado nas áreas e as NÃO conformidades quando comparado com as nomas que deveria atender.

Para esta Informação Técnica não ficar repetitiva, sugere-se a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí que leia a IT-997/2022 ou destine-a à quem efetivamente possa compreender o que nela está escrito, para assim produzir um Termo de Referência coerente, que atenda as nomas da ABNT e que efetivamente possa identificar, quantificar e delimitar a área impactada pela atividade exercida nas áreas, para elaboração de Plano de Intervenção que elimine os risco a saúde humana e aos bens a proteger de forma segura para a sociedade.

Além disso, constata-se ao longo do texto do Termo de Referência a falta de expressões comuns aos profissionais especializados em GAC, além da presença de expressões não usuais, denotando a falta de afinidade pelo tema de quem o elaborou.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto resta prejudicada a avaliação do Termo de Referência para levantamento do passivo ambiental dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma, devido ao fato de não ter sido adicionado aos autos novas informações que venham alterar as conclusões da IT-997/2022.

O Termo de Referência deve ser refeito contemplando todas as informações constantes no item 2 da IT-997/2022.

O TR deve ser capaz de corretamente orientar a realização de investigação geoambiental para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC) de acordo com a

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Resolução CONAMA 420/2009, contemplando: (i) *background* geoquímico, (ii) estudo de vulnerabilidade de aquíferos e (iii) procedimento de Amostragem de Solo por Perfil Completo (APSC) em todas as sondagens.

Embora os termos ASPC e *background* geoquímico tenham sido acrescidos no TR, o planejamento para a execução está em completo desacordo técnico, conforme a IT-997/2022 elucida ao longo do texto.

Recomenda-se atenção para os estudos de *background* geoquímico e de Amostragem de Solo por Perfil Completo (APSC) a serem realizados, conforme item 2.1 da Informação Técnica nº 997/2022.

Ratifica-se a sugestão de que o INEA avalie o Termo de Referência antes dele refeito seja remetido ao MP, para que o Órgão Ambiental Estadual registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência.

Desta forma, coloco-me a disposição para me reunir com o corpo técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí e INEA com a finalidade de esclarecer o vem a ser um Termo de Referência para levantamento de passivo ambiental, baseado no Gerenciamento de Áreas Contaminadas – GAC, e o que no caso em tela deve conter para que alcance os objetivos que a 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva - Núcleo Itaboraí almeja de forma mais ágil, uma vez que este processo já se arrasta a pelo menos 3 (três) anos devido às insuficiências técnicas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí.

MARCELO TEIXEIRA SANTANA
Técnico Pericial - GATE - Núcleo de Ciências Naturais
Matr.: 8849

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Ofício nº 394/2023-2PJTCOITB
Referência: Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0001816/2023-67
Assunto: PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296
Destinatário: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem cientificar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em epígrafe, o qual visa a apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa.

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES, CPF/CNPJ: 08913853710 em 24-04-2023 17:57

Justiça, encaminhando cópia da Informação Técnica do GATE nº 404/2023, convidar Vossa Excelência para participar de reunião virtual por meio da ferramenta Teams, a ser realizada no dia 31/05/2023 (trinta e um de maio de dois mil e vinte e três), às 14h (quatorze horas), bem como cientificá-lo da inclusão do presente feito na pauta daquele dia, objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi.

Solicita-se o encaminhamento dos nomes e endereços de email dos participantes para envio do convite. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Segue anexa cópia da portaria de instauração, do relatório inicial de investigação, da Informação Técnica do GATE nº 404/2023 (00446274) e da Promoção datada de 14/04/2023 (00426803) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 24 de Abril de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 395/2023-2PJTCOITB
Referência: Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0001816/2023-67
Assunto: PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296
Destinatário: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE ITABORAÍ
E-mail: assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem cientificar Vossa Senhoria a existência do Procedimento Administrativo em epígrafe, o qual visa a apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa.

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES, CPF/CNPJ: 08913853710 em 24-04-2023 17:58

Justiça, encaminhando cópia da Informação Técnica do GATE nº 404/2023, convidar Vossa Senhoria para participar de reunião virtual por meio da ferramenta Teams, a ser realizada no dia 31/05/2023 (trinta e um de maio de dois mil e vinte e três), às 14h (quatorze horas), bem como cientificá-lo da inclusão do presente feito na pauta daquele dia, objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi.

Solicita-se o encaminhamento dos nomes e endereços de email dos participantes para envio do convite. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Segue anexa cópia da portaria de instauração, do relatório inicial de investigação, da Informação Técnica do GATE nº 404/2023 (00446274) e da Promoção datada de 14/04/2023 (00426803) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 24 de Abril de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 396/2023-2PJTCOITB
Referência: Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0001816/2023-67
Assunto: PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296
Destinatário: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ
E-mail: procuradoria@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Procurador-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem cientificar Vossa Senhoria a existência do Procedimento Administrativo em epígrafe, o qual visa a apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa.

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, encaminhando cópia da Informação Técnica do GATE nº 404/2023,**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES, CPF/CNPJ: 08913853710 em 24-04-2023 17:58

convidar Vossa Senhoria para participar de reunião virtual por meio da ferramenta Teams, a ser realizada no dia 31/05/2023 (trinta e um de maio de dois mil e vinte e três), às 14h (quatorze horas), bem como cientificá-lo da inclusão do presente feito na pauta daquele dia, objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi.

Solicita-se o encaminhamento dos nomes e endereços de email dos participantes para envio do convite. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Segue anexa cópia da portaria de instauração, do relatório inicial de investigação, da Informação Técnica do GATE nº 404/2023 (00446274) e da Promoção datada de 14/04/2023 (00426803) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 24 de Abril de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 397/2023-2PJTCOITB
Referência: Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0001816/2023-67
Assunto: PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296
Destinatário: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
E-mail: protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem cientificar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo em epígrafe, o qual visa a apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa.

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, encaminhando cópia da Informação Técnica do GATE nº 404/2023,**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES, CPF/CNPJ: 08913853710 em 24-04-2023 17:58

convidar Vossa Excelência para participar de reunião virtual por meio da ferramenta Teams, a ser realizada no dia 31/05/2023 (trinta e um de maio de dois mil e vinte e três), às 14h (quatorze horas), bem como cientificá-lo da inclusão do presente feito na pauta daquele dia, objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi.

Solicita-se o encaminhamento dos nomes e endereços de email dos participantes para envio do convite. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Segue anexa cópia da portaria de instauração, do relatório inicial de investigação, da Informação Técnica do GATE nº 404/2023 (00446274) e da Promoção datada de 14/04/2023 (00426803) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 24 de Abril de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

RE: Solicitação de participação de perito do GATE em Reunião - PA 105/2019 (MPRJ 2019.00629296) e o PA 61/2020 (MPRJ 2020.00174157)

Marcelo Teixeira Santana <marcelo.santana@mprj.mp.br>
Seg, 15/05/2023 11:53

Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>;**GATE - Secretaria <secgate@mprj.mp.br>**

Cc: **GATE - Reuniões <gate.reuniao@mprj.mp.br>**

Prezada Thaís,

Bom dia.

Sim, tenho disponibilidade no novo horário marcado, 07/06/2023 às 14h..

sds,

Marcelo T. Santana
Geólogo/Geofísico M.Sc.
Núcleo de Ciências Naturais
Técnico Pericial | MPRJ |GATE - Mat.: nº 8849
Av. Nilo Peçanha, 151, 10 andar, Centro. Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 21-99691-6661

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviado: segunda-feira, 15 de maio de 2023 10:52
Para: Marcelo Teixeira Santana <marcelo.santana@mprj.mp.br>; GATE - Secretaria <secgate@mprj.mp.br>
Cc: GATE - Reuniões <gate.reuniao@mprj.mp.br>
Assunto: RE: Solicitação de participação de perito do GATE em Reunião - PA 105/2019 (MPRJ 2019.00629296) e o PA 61/2020 (MPRJ 2020.00174157)

Prezado Marcelo Santana, bom dia,

Conforme solicitado pelo Dr. Tiago Veras, informo que a reunião virtual, via teams, anteriormente agendada para o dia 31/05/2023, foi **remarcada para o dia 07/06/2023, quarta-feira, às 14h (quatorze horas).**

Peço a gentileza de que confirme o recebimento deste email e informe se tem disponibilidade para essa nova data e horário.

Muito obrigada!

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: Marcelo Teixeira Santana <marcelo.santana@mprj.mp.br>
Enviado: quinta-feira, 20 de abril de 2023 16:42
Para: GATE - Secretaria <secgate@mprj.mp.br>
Cc: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>; GATE - Reuniões <gate.reuniao@mprj.mp.br>
Assunto: RE: Solicitação de participação de perito do GATE em Reunião - PA 105/2019 (MPRJ 2019.00629296) e o PA 61/2020 (MPRJ 2020.00174157)

Ok, ciente e de acordo com o dia (31/05/2023) e horário, às 14h.

sds

Marcelo T. Santana
Geólogo/Geofísico M.Sc.
Núcleo de Ciências Naturais
Técnico Pericial | MPRJ |GATE - Mat.: nº 8849
Av. Nilo Peçanha, 151, 10 andar, Centro. Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 21-99691-6661

De: GATE - Secretaria <secgate@mprj.mp.br>
Enviado: quinta-feira, 20 de abril de 2023 16:21
Para: Marcelo Teixeira Santana <marcelo.santana@mprj.mp.br>
Cc: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>; GATE - Reuniões <gate.reuniao@mprj.mp.br>
Assunto: RES: Solicitação de participação de perito do GATE em Reunião - PA 105/2019 (MPRJ 2019.00629296) e o PA 61/2020 (MPRJ 2020.00174157)

Prezado Marcelo, boa tarde.

Segue e-mail solicitando reunião, para ciência e tratativas de compatibilidade de agenda. O técnico pericial deverá responder **diretamente** à Promotoria, copiando o gate.reuniao@ na sequência de trocas de e-mail.

Após confirmação, o TP deverá **registrar** a reunião no aplicativo, com atenção para não haver duplicidade de marcações quando tiver mais de um participante do GATE.

Atenciosamente,

Secretaria Geral do GATE
✉ secgate@mprj.mp.br

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviada em: quinta-feira, 20 de abril de 2023 16:15
Para: GATE - Reuniões <gate.reuniao@mprj.mp.br>; GATE - Secretaria <secgate@mprj.mp.br>
Assunto: Solicitação de participação de perito do GATE em Reunião - PA 105/2019 (MPRJ 2019.00629296) e o PA 61/2020 (MPRJ 2020.00174157)

À Coordenação do GATE,

Cumprimentando-os, conforme determinado pelo Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Tiago Veras, sirvo-me do presente para **solicitar a disponibilização do Técnico Perito Marcelo Teixeira Santana para acompanhar o Promotor em reunião virtual, via Teams, com o Município de Itaboraí, a SEAS e o INEA, a ser realizada no dia 31/05/2023, às 14h. A referida reunião terá como objeto o PA nº 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) e o PA nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157), objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi;**

Segue em anexo cópia da IT do GATE nº 404/2023, para fins de contextualização.

Solicito, por gentileza, que confirmem o recebimento deste e-mail.

Muito obrigada!

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

Ofício nº 545/2023-2PJTCOITB
Referência: Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0001816/2023-67
Assunto: PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296 e PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157
Destinatário: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem cientificar Vossa Excelência a **existência do Procedimento Administrativo nº 105/2019 - MPRJ 2019.00629296**, o qual visa a "*apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa",* bem como a **existência do Procedimento Administrativo nº 61/2020**, o qual visa "apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 16-05-2023 17:11

(Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, retificando o Ofício nº 394/2023-2PJTCOITB, convidar Vossa Excelência para participar de reunião virtual por meio da ferramenta Teams, a ser realizada no dia 07/06/2023 (sete de junho de dois mil e vinte e três), às 14h (quatorze horas), bem como cientificá-lo da inclusão do presente feito na pauta daquele dia, objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi. Fica cancelada a reunião anteriormente agendada para dia 31/05/2023.**

Solicita-se o encaminhamento dos nomes e endereços de email dos participantes para envio do convite. Fixa-se o prazo de 15 (quinze) dias para resposta.

Segue anexa cópia da portaria de instauração, do relatório inicial de investigação, da Informação Técnica do GATE nº 404/2023 (00446274) e da Promoção datada de 14/04/2023 (00426803) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 16 de Maio de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 546/2023-2PJTCOITB
Referência: Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0001816/2023-67
Assunto: PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296 e PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157
Destinatário: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
E-mail: protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem cientificar Vossa Excelência a **existência do Procedimento Administrativo nº 105/2019 - MPRJ 2019.00629296**, o qual visa a "*apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa",* bem como a **existência do Procedimento Administrativo nº 61/2020**, o qual visa "apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 16-05-2023 17:11

(UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, em retificação aos termos do Ofício nº 397/2023-2PJTCOITB, convidar Vossa Senhoria para participar de reunião virtual por meio da ferramenta Teams, a ser realizada no dia 07/06/2023 (sete de junho de dois mil e vinte e três), às 14h (quatorze horas), bem como cientificá-lo da inclusão do presente feito na pauta daquele dia, objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi. Fica cancelada a reunião anteriormente agendada para dia 31/05/2023.**

Solicita-se o encaminhamento dos nomes e endereços de email dos participantes para envio do convite. Fixa-se o prazo de 15 (quinze) dias para resposta.

Segue anexa cópia da portaria de instauração, do relatório inicial de investigação, da Informação Técnica do GATE nº 404/2023 (00446274) e da Promoção datada de 14/04/2023 (00426803) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 16 de Maio de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 547/2023-2PJTCOITB
Referência: Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0001816/2023-67
Assunto: PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296 e PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157
Destinatário: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ
E-mail: procuradoria@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Procurador-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem cientificar Vossa Senhoria a **existência do Procedimento Administrativo nº 105/2019 - MPRJ 2019.00629296**, o qual visa a "*apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa",* bem como a **existência do Procedimento Administrativo nº 61/2020**, o qual visa "apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 16-05-2023 17:11

(UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, em retificação aos termos do Ofício nº 396/2023-2PJTCOITB, convidar Vossa Senhoria para participar de reunião virtual por meio da ferramenta Teams, a ser realizada no dia 07/06/2023 (sete de junho de dois mil e vinte e três), às 14h (quatorze horas), bem como cientificá-lo da inclusão do presente feito na pauta daquele dia, objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi. Fica cancelada a reunião anteriormente agendada para dia 31/05/2023.**

Solicita-se o encaminhamento dos nomes e endereços de email dos participantes para envio do convite. Fixa-se o prazo de 15 (quinze) dias para resposta.

Segue anexa cópia da portaria de instauração, do relatório inicial de investigação, da Informação Técnica do GATE nº 404/2023 (00446274) e da Promoção datada de 14/04/2023 (00426803) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 16 de Maio de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 548/2023-2PJTCOITB
Referência: Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0001816/2023-67
Assunto: PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296 e PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157
Destinatário: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE ITABORAÍ
E-mail: assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem cientificar Vossa Senhoria a **existência do Procedimento Administrativo nº 105/2019 - MPRJ 2019.00629296**, o qual visa a "*apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa",* bem como a **existência do Procedimento Administrativo nº 61/2020**, o qual visa "apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 16-05-2023 17:11

(Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "*(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça, em retificação aos termos do Ofício nº 395/2023-2PJTCOITB, convidar Vossa Senhoria para participar de reunião virtual por meio da ferramenta Teams, a ser realizada no dia 07/06/2023 (sete de junho de dois mil e vinte e três), às 14h (quatorze horas), bem como cientificá-lo da inclusão do presente feito na pauta daquele dia, objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi. Fica cancelada a reunião anteriormente agendada para dia 31/05/2023.**

Solicita-se o encaminhamento dos nomes e endereços de email dos participantes para envio do convite. Fixa-se o prazo de 15 (quinze) dias para resposta.

Segue anexa cópia da portaria de instauração, do relatório inicial de investigação, da Informação Técnica do GATE nº 404/2023 (00446274) e da Promoção datada de 14/04/2023 (00426803) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 16 de Maio de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0001816/2023-67

INTERNO

Nesta data, procedo à expedição dos Ofícios nº 545, 546, 547 e 548/2023, via email.

Itaboraí, 26 de Maio de 2023

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

Ref.: Procedimentos Administrativos n. 07/2022 (MPRJ n. 2022.00154398), n. 08/2022 (MPRJ n. 2022.00196238), n. 09/2022 (MPRJ n. 2022.00196237), n. 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296). e n. 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157)

PROMOÇÃO CONJUNTA

Trata-se de material de suporte à atuação dos órgãos de execução do MPRJ em política pública de gestão de resíduos, no qual foi proposto indicadores para acompanhamento dos resultados das estratégias de atuação interinstitucional gestão de resíduos.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Junte-se** aos Procedimentos Administrativos n. 07/2022 (MPRJ n. 2022.00154398), n. 08/2022 (MPRJ n. 2022.00196238), n. 09/2022 (MPRJ n. 2022.00196237), n. 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296), n. 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157) o documento em anexo que consiste em Proposta de Indicadores para Acompanhamento dos Resultados das Estratégias de Atuação Interinstitucional Gestão de Resíduos;

2- **Oficie-se ao Secretário Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí e ao Procurador-Geral de Itaboraí,** solicitando informar e comprovar:

A) Quanto à inclusão socioprodutiva das cooperativas de catadores: **(i) Há coleta seletiva solidária? Observam as condições de proteção dos trabalhadores com EPIs e outros cuidados? (ii) Há pessoas físicas que se dedicam, individualmente ou por cooperativas, associações ou outras formas de organização popular, às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e de comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis? (iii) Existe um cadastro com o universo dos trabalhadores e de associações e cooperativas de catadores e, eventualmente, uma rede que congrega seus interesses? A Administração pública organizou um comitê ou**

algum fórum permanente para discussão e formulação de políticas públicas de inclusão socioeconômica dos catadores no setor? (iv) Existe proposta de encerramento dos lixões com a inclusão social e produtiva pessoas físicas que se dedicam, individualmente ou por meio de cooperativas, associações ou outras formas de organização popular às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis que trabalham naquele espaço? (v) Qual o percentual de associações/cooperativas apoiadas por sistemas de Logística Reversa? A Administração Pública contrata essas instituições para algum serviço? Quantas não têm apoio? (vi) A Administração Pública possui algum projeto com repercussões excludentes para os catadores, como incineração de resíduos, contratação exclusiva de empresas terceirizadas, sem a participação daqueles trabalhadores?

B) Quanto ao encerramento de lixões do Município: **(i) existem lixões ativos no Município? a) se encaminham seus resíduos para aterros sanitários; b) Número de aterros sanitários existentes; c) Tipos de aterros existentes - Aterros consorciados, aterros públicos ou aterros privados; d) A que distância os municípios que ainda utilizam lixões ou aterros controlados estão do aterro sanitário mais próximo e como se encontra a capacidade de utilização desse aterro? e) se encaminham seus resíduos para aterros controlados? d) A que distância os municípios que ainda utilizam lixões ou aterros controlados estão do aterro sanitário mais próximo e como se encontra a capacidade de utilização desse aterro? (ii) se encaminhou Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD) ao Órgão Ambiental para recuperação da área dos lixões? Quantos já iniciaram essa recuperação? (iii) se existe projeto ou programa que envolva vários órgãos e instituições com o objetivo de encerramento dos lixões (a exemplo do Pernambuco Verde: Lixão Zero)?**

3- **Oficie-se ao Secretário Municipal de Meio Ambiente de Rio Bonito e ao Procurador-Geral de Rio Bonito** solicitando informar e comprovar:

A) Quanto à inclusão socioprodutiva das cooperativas de catadores: **(i) Há coleta seletiva solidária? Observam as condições de proteção dos trabalhadores com EPIs e outros cuidados? (ii) Há pessoas físicas que se dedicam, individualmente ou por cooperativas, associações ou outras formas de organização popular, às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e de comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis? (iii) Existe um cadastro com o universo dos trabalhadores e de associações e cooperativas de catadores e, eventualmente, uma rede que congrega seus interesses? A Administração pública organizou um comitê ou algum fórum permanente para discussão e formulação de políticas públicas de inclusão socioeconômica dos catadores no setor? (iv) Existe proposta de encerramento dos lixões com a inclusão social e produtiva pessoas físicas que se dedicam, individualmente ou por meio de cooperativas, associações ou outras formas de organização popular às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis que trabalham naquele espaço? (v) Qual o percentual de associações/cooperativas apoiadas por sistemas de Logística Reversa? A Administração Pública contrata essas instituições para algum serviço? Quantas não têm apoio? (vi) A Administração Pública possui algum projeto com repercussões excludentes para os catadores, como incineração de resíduos, contratação exclusiva de empresas terceirizadas, sem a participação daqueles trabalhadores?**

B) Quanto ao encerramento de lixões do Município: **(i) existem lixões ativos no Município? a) se encaminham seus resíduos para aterros sanitários; b) Número de aterros sanitários existentes; c) Tipos de aterros existentes - Aterros consorciados, aterros públicos ou aterros privados; d) A que distância os municípios que ainda utilizam lixões ou aterros controlados estão do aterro sanitário mais próximo e como se encontra a capacidade de utilização desse aterro? e) se encaminham seus resíduos para aterros controlados? d) A que distância os municípios que ainda utilizam lixões ou aterros controlados estão do aterro sanitário mais próximo e como se**

encontra a capacidade de utilização desse aterro? (ii) se encaminhou Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD) ao Órgão Ambiental para recuperação da área dos lixões? Quantos já iniciaram essa recuperação? (iii) se existe projeto ou programa que envolva vários órgãos e instituições com o objetivo de encerramento dos lixões (a exemplo do Pernambuco Verde: Lixão Zero)?

4- **Oficie-se ao Secretário Municipal de Meio Ambiente de Tanguá e ao Procurador-Geral de Tanguá** solicitando informar e comprovar:

A) Quanto à inclusão socioprodutiva das cooperativas de catadores: **(i) Há coleta seletiva solidária? Observam as condições de proteção dos trabalhadores com EPIs e outros cuidados? (ii) Há pessoas físicas que se dedicam, individualmente ou por cooperativas, associações ou outras formas de organização popular, às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e de comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis? (iii) Existe um cadastro com o universo dos trabalhadores e de associações e cooperativas de catadores e, eventualmente, uma rede que congrega seus interesses? A Administração pública organizou um comitê ou algum fórum permanente para discussão e formulação de políticas públicas de inclusão socioeconômica dos catadores no setor? (iv) Existe proposta de encerramento dos lixões com a inclusão social e produtiva pessoas físicas que se dedicam, individualmente ou por meio de cooperativas, associações ou outras formas de organização popular às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis que trabalham naquele espaço? (v) Qual o percentual de associações/cooperativas apoiadas por sistemas de Logística Reversa? A Administração Pública contrata essas instituições para algum serviço? Quantas não têm apoio? (vi) A Administração Pública possui algum projeto com repercussões excludentes para os catadores, como incineração de resíduos, contratação exclusiva de empresas terceirizadas, sem a participação daqueles trabalhadores?**

B) Quanto ao encerramento de lixões do Município: **(i) existem lixões ativos no Município? a) se encaminham seus resíduos para aterros sanitários; b) Número de aterros sanitários existentes; c) Tipos de aterros existentes - Aterros consorciados, aterros públicos ou aterros privados; d) A que distância os municípios que ainda utilizam lixões ou aterros controlados estão do aterro sanitário mais próximo e como se encontra a capacidade de utilização desse aterro? e) se encaminham seus resíduos para aterros controlados? d) A que distância os municípios que ainda utilizam lixões ou aterros controlados estão do aterro sanitário mais próximo e como se encontra a capacidade de utilização desse aterro? (ii) se encaminhou Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD) ao Órgão Ambiental para recuperação da área dos lixões? Quantos já iniciaram essa recuperação? (iii) se existe projeto ou programa que envolva vários órgãos e instituições com o objetivo de encerramento dos lixões (a exemplo do Pernambuco Verde: Lixão Zero)?**

5- Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 23 de maio de 2023.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2023.06.01 15:28:23 -03'00'



PROPOSTA DE INDICADORES PARA ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO INTERINSTITUCIONAL GESTÃO DE RESÍDUOS

SUGESTÕES DE INDICADORES PARA ACOMPANHAMENTO PELAS UNIDADES DO MP

CAPÍTULO I: PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A) Indicadores de Resultados Estaduais:

1. Há Plano Estadual de Resíduos Sólidos?
2. O Plano Estadual de Resíduos Sólidos foi revisado nos últimos quatro anos?
3. O Plano Estadual de Resíduos Sólidos observa o conteúdo mínimo a que alude o Art. 17, da Lei nº 12.305/2010?
4. O Estado instituiu microrregiões, consoante o § 3o do art. 25 da Constituição Federal, para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos?
5. O Estado elaborou planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos direcionados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas?
6. Caso positivo o item anterior, este plano microrregional de resíduos sólidos atende ao previsto para o plano estadual e estabelece soluções integradas para a coleta seletiva, a recuperação e a reciclagem, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos urbanos e, consideradas as peculiaridades microrregionais, outros tipos de resíduos?

B) Indicadores de Resultados Municipais:

1. Número/Percentual de Municípios que possuem Plano Municipal de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos ou Plano Municipal de Saneamento Básico contemplando a gestão integrada dos resíduos sólidos.

2. Número/Percentual de Municípios que revisaram seus planos municipais nos últimos quatro anos, prioritariamente, de forma concomitante à elaboração de seus planos plurianuais.
3. Número/Percentual de Municípios que elaboraram seus respectivos planos de resíduos sólidos em forma de: (a) Plano Microrregional e Regiões Metropolitanas; (b) Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS; (c) Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
4. Número/Percentual de Municípios que observaram em seus planos o conteúdo mínimo previsto no Art. 19, da Lei nº 12.305/2010 e Art. 19, da Lei 11.445/07 (indicar dados de atendimento parcial e integral);
5. Número/Percentual de Municípios que atenderam à previsão de programas, projetos e ações necessárias para atingir os objetivos e as metas de curto, médio e longo prazos para a universalização dos serviços de saneamento básico, com destaque para os resíduos sólidos, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;
6. Número/Percentual de Municípios que atenderam, em matéria de serviços de saneamento básico, com destaque para os resíduos sólidos, à previsão de mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas, com estabelecimento de metas e de indicadores de desempenho; forma de manutenção de controle e de publicidade sobre seu cumprimento; mecanismos e os procedimentos de controle social;
7. Número/Percentual de Municípios que optaram por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inseriram de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos;
8. Número/Percentual de Municípios que implantaram a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.
9. Número/Percentual de Municípios que incluíram em seus planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos a identificação e a indicação de medidas saneadoras para os passivos ambientais originados, dentre outros, de: (i) áreas contaminadas, inclusive lixões e aterros controlados; e (ii) empreendimentos sujeitos à elaboração de planos de gerenciamento de resíduos sólidos.
10. Número/Percentual de Municípios que exigem plano de gerenciamento de resíduos sólidos nas hipóteses previstas no Art. 20, da Lei nº 12.305/2010.
11. Número/Percentual de Municípios que editaram lei ou ato normativo regulamentando as obrigações inerentes aos grandes geradores de resíduos sólidos.

12. Número/Percentual de Municípios que não editaram lei ou ato normativo regulamentando as obrigações inerentes aos grandes geradores de resíduos sólidos, mas que estão utilizando como parâmetro o Art. 63, do Decreto nº 10.936/2022.
13. Número/Percentual de Municípios que estão exigindo das pessoas sujeitas à elaboração e implementação de plano de gerenciamento de resíduos sólidos (entre elas os grandes geradores) que não o fizeram, que ressarçam os Municípios que executarem tais atividades, na forma do art. 27, § 2º da Lei nº 12.305/10.
14. Número/percentual de Municípios que informam seus dados relacionados ao saneamento básico, em especial resíduos sólidos, para inserção no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA) e o Sistema Nacional de Informações em Meio Ambiente (SINIMA), na forma do Art. 12, da Lei nº 12.305/2010.
15. Número/percentual de Municípios que implementaram sistema de informações sobre os serviços públicos de saneamento básico, com destaque para os resíduos sólidos, articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico - Sinisa, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – Sinir e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - Singreh, observadas a metodologia e a periodicidade estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

C) Indicadores de Atuação do Ministério Público:

1. Número de procedimentos extrajudiciais instaurados para acompanhar a existência, a implementação, a revisão e a observância do conteúdo mínimo do plano municipal de resíduos sólidos;
2. Número de termos de ajustamento de conduta e ações civis públicas com objeto relacionado ao item anterior;
3. Número de procedimentos extrajudiciais instaurados para acompanhar ou fiscalizar as obrigações inerentes aos grandes geradores de resíduos sólidos, incluindo os casos em que se cobra ressarcimento aos Municípios que executam diretamente atividades de responsabilidade de particulares, na forma do art. 27, § 2º da Lei nº 12.305/10.
4. Número de termos de ajustamento de conduta e ações civis públicas com objeto relacionado ao item anterior;

5. Número de procedimentos extrajudiciais instaurados para acompanhar ou fiscalizar as obrigações dos Municípios de informarem seus dados relacionados ao saneamento básico, em especial resíduos sólidos, para inserção no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), articulado com o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (Sinisa) e o Sistema Nacional de Informações em Meio Ambiente (Sinima), na forma do Art. 12, da Lei nº 12.305/2010.
6. Número de termos de ajustamento de conduta e ações civis públicas com objeto relacionado ao item anterior.

CAPÍTULO II: ESTABELECIMENTO E MELHORIA DA COLETA SELETIVA COM A SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS SECOS E ORGÂNICOS, DE FORMA SEGREGADA DOS REJEITOS

A) Indicadores de Resultados Municipais:

1. Número e Percentual de Municípios com profissional com ART na gestão de saneamento básico - resíduos sólidos urbanos.
2. Número e Percentual de Municípios com Programa/Sistema de Coleta Seletiva em operação.
3. Número e Percentual de Municípios com Coleta Seletiva em 03 frações: recicláveis secos, resíduos orgânicos e rejeitos;
4. Número e Percentual de Municípios com Coleta Seletiva em 02 frações: recicláveis secos e rejeitos;
5. Percentual de atendimento da Coleta Seletiva na área urbana.
6. Percentual de atendimento da Coleta Seletiva em área rural.
7. Número e Percentual de Municípios com Programa – Sistema de Triagem dos Recicláveis em operação.
8. Número e Percentual de Municípios com Programa – Sistema de Compostagem em operação.

B) Indicadores de Autuação Ministerial:

1. Número de providências registradas (procedimentos extrajudiciais instaurados, termos de ajustamento de conduta, ANPP e ações civis públicas) para:

- Implantar/ampliar/adequar Programa - Sistema de Coleta Seletiva;
- Implantar/ampliar/adequar Programa de Triagem dos Recicláveis;
- Implantar/ampliar/adequar Programa – Sistema de Compostagem.
- Indicar profissional com ART na gestão de saneamento básico - resíduos sólidos urbanos.

CAPÍTULO III: INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA DAS COOPERATIVAS DE CATADORES

1. Há coleta seletiva solidária? Observam as condições de proteção dos trabalhadores com EPIs e outros cuidados?
2. Há pessoas físicas que se dedicam, individualmente ou por cooperativas, associações ou outras formas de organização popular, às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e de comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis?
3. Existe um cadastro com o universo dos trabalhadores e de associações e cooperativas de catadores e, eventualmente, uma rede que congrega seus interesses? A Administração pública organizou um comitê ou algum fórum permanente para discussão e formulação de políticas públicas de inclusão socioeconômica dos catadores no setor?
4. Existe proposta de encerramento dos lixões com a inclusão social e produtiva pessoas físicas que se dedicam, individualmente ou por meio de cooperativas, associações ou outras formas de organização popular às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis que trabalham naquele espaço?
5. Qual o percentual de associações/cooperativas apoiadas por sistemas de Logística Reversa? A Administração Pública contrata essas instituições para algum serviço? Quantas não têm apoio?
6. O Ministério Público local tem alguma estratégia de trabalho interinstitucional com o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público de Contas e a Defensoria Pública, no propósito de promover a inclusão socioeconômica dos catadores e acompanhar as políticas públicas?
7. A Administração Pública possui algum projeto com repercussões excludentes para os catadores, como incineração de resíduos, contratação exclusiva de empresas terceirizadas, sem a participação daqueles trabalhadores?

CAPÍTULO IV: REGULAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO: RESÍDUOS SÓLIDOS

1) Número e Percentual de Municípios que realizaram a designação de entidade reguladora para a regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana. Indicar, ainda:
a) Modelo regulatório adotado (Entidade Reguladora Estadual, Consórcio público de regulação dos serviços (intermunicipal) ou entidade reguladora municipal):
b) Se a designação abrange, além dos resíduos, os demais componentes do saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana):
2) Número e Percentual de Municípios que realizaram a implementação de instrumento de cobrança dos serviços de manejo de resíduos sólidos (SMRSU), nos termos do art. 35 da Lei 11.445/07? Levantar, se possível:
a) O regime de cobrança (taxa, tarifa ou outro preço público):
b) A previsão de cobrança (taxa/tarifa) social:
c) Se foi analisada a adequação de tal cobrança pelos Municípios às disposições da Lei nº 11.445/07, da Lei nº 12.305/10 e à metodologia prevista na Resolução ANA nº 79/2021:
3) A existência de mecanismos de acompanhamento e de fiscalização pelo MP no tocante à:
a) obrigatoriedade da prévia existência de normas de regulação e de designação de entidade reguladora como condição de validade dos contratos de saneamento
b) sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de saneamento e instituição da cobrança, quando o caso;
4) Número de Procedimentos (IC e PAA), Acordos (TACs e Acordos Judiciais) e Ações Civis Públicas que versem sobre os seguintes aspectos da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana:
a) regulação e fiscalização
b) sustentabilidade econômico-financeira dos serviços
c) instituição da cobrança e suas responsabilidades

CAPÍTULO V: ENCERRAMENTO DOS LIXÕES

1. Número de lixões ativos em seu Estado:
a) Número de municípios que encaminham seus resíduos para aterros sanitários;
b) Número de aterros sanitários existentes;
c) Tipos de aterros existentes - Aterros consorciados, aterros públicos ou aterros privados;

d) A que distância os municípios que ainda utilizam lixões ou aterros controlados estão do aterro sanitário mais próximo e como se encontra a capacidade de utilização desse aterro?
e) Número de municípios que encaminham seus resíduos para aterros controlados?
2. O Ministério Público celebrou Acordo de Não Persecução Penal para encerramento dos lixões em seu Estado?
a) Se não, o MP concorreu de alguma outra forma/ através de algum outro instrumento para o fechamento dos lixões?
b) Número de municípios que celebraram TAC ou acordos judiciais para encerramento dos lixões?
c) Número de municípios que encaminharam Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD) ao Órgão Ambiental para recuperação da área dos lixões? Destes, quantos já iniciaram essa recuperação?
d) Existe em seu estado algum projeto ou programa que envolva vários órgãos e instituições com o objetivo de encerramento dos lixões (a exemplo do Pernambuco Verde: Lixão Zero)?
3. Número de Procedimentos (IC e PAA), Acordos (TACs e Acordos Judiciais) e Ações Civis Públicas para encerramento dos lixões.

CAPÍTULO VI: MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DE LOGÍSTICA REVERSA PELO MP

1) Há no Estado regulamentação específica de Logística Reversa das Embalagens em Geral, que abranja os seguintes itens:
a) Apoio e prioridade aos catadores de materiais recicláveis (seja individual ou pelas associações/cooperativas)?
b) Exigência de comprovação, com base em documentos auditáveis (notas fiscais, MTR, etc.) de quanto as empresas (sediadas ou não no Estado) colocaram de massa no mercado e quanto destinaram efetivamente para reciclagem? Estas metas são por tipo de material?
c) Informação e localização dos PEVs disponibilizados para a Logística Reversa pelo setor privado sujeito à logística reversa;
2) Há um sistema informatizado de coletas de dados onde sejam prestadas as informações acima?
3) Há procedimento (s) de acompanhamento da implementação da LR em Geral no Estado? Isso é feito pelo Centro de Apoio, Grupos de Atuação/Promotorias Regionais ou diretamente nas Promotorias de Justiça de cada Município?

CAPÍTULO VII: A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS DE LIMPEZA PÚBLICA: UMA PROPOSTA DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1) Há na unidade do Ministério Público inquéritos civis ou outros procedimentos que investiguem irregularidades nos contratos de limpeza pública? Dentre essas irregularidades são investigadas clausulas que contrariem a Lei nº12.305/2010, em especial as disposições dos arts.25 a 36?
2) Há na unidade do Ministério Público ações civis públicas cujo objeto seja o contrato de limpeza pública?
3) O contrato de limpeza pública observa os dados e metas do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e a lei municipal de grandes geradores, caso existentes?
4) As informações sobre o contrato de limpeza pública constam do portal da Transparência do Município?
5) O contrato de limpeza pública vigente foi celebrado em regime de urgência?

Ofício nº 667/2023-2PJTCOITB
Referência: Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157
Destinatário: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí
E-mail: assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Ref.: Procedimentos Administrativos n. 07/2022 (MPRJ n. 2022.00154398), n. 08/2022 (MPRJ n. 2022.00196238), n. 09/2022 (MPRJ n. 2022.00196237), n. 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296). e n. 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157)

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 02-06-2023 10:39

do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça solicitar que informe e comprove: **A) Quanto à inclusão socioprodutiva das cooperativas de catadores: (i)** Há coleta seletiva solidária? Observam as condições de proteção dos trabalhadores com EPIs e outros cuidados? **(ii)** Há pessoas físicas que se dedicam, individualmente ou por cooperativas, associações ou outras formas de organização popular, às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e de comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis? **(iii)** Existe um cadastro com o universo dos trabalhadores e de associações e cooperativas de catadores e, eventualmente, uma rede que congrega seus interesses? A Administração pública organizou um comitê ou algum fórum permanente para discussão e formulação de políticas públicas de inclusão socioeconômica dos catadores no setor? **(iv)** Existe proposta de encerramento dos lixões com a inclusão social e produtiva pessoas físicas que se dedicam, individualmente ou por meio de cooperativas, associações ou outras formas de organização popular às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis que trabalham naquele espaço?; **(v)** Qual o percentual de associações/cooperativas apoiadas por sistemas de Logística Reversa? A Administração Pública contrata essas instituições para algum serviço? Quantas não têm apoio? **(vi)** A Administração Pública possui algum projeto com repercussões excludentes para os catadores, como incineração de resíduos, contratação exclusiva de empresas terceirizadas, sem a participação daqueles trabalhadores? **(vii)** A Administração Pública possui algum projeto com repercussões excludentes para os catadores, como incineração de resíduos, contratação exclusiva de empresas terceirizadas, sem a participação daqueles trabalhadores? **B) Quanto ao encerramento de lixões do Município: (i)** existem lixões ativos no Município? a) se encaminham seus resíduos para aterros sanitários; b) Número de aterros sanitários existentes; c) Tipos de aterros existentes - Aterros consorciados, aterros públicos ou aterros privados; d) A que distância os municípios que ainda utilizam lixões ou aterros controlados estão do aterro sanitário mais próximo e como se encontra a capacidade de utilização desse aterro? e) se encaminham seus resíduos para aterros controlados? f) A que distância os municípios que ainda utilizam lixões ou aterros controlados estão do aterro sanitário mais próximo e como se encontra a capacidade de utilização desse aterro? **(ii)** se encaminhou Plano de

Recuperação da Área Degradada (PRAD) ao Órgão Ambiental para recuperação da área dos lixões? Quantos já iniciaram essa recuperação? **(iii)** se existe projeto ou programa que envolva vários órgãos e instituições com o objetivo de encerramento dos lixões (a exemplo do Pernambuco Verde: Lixão Zero)? Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Segue anexa cópia da Portaria de Instauração do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Segue abaixo o *link* para acesso ao manual "Gestão de Resíduos : Estratégias de Atuação Interinstitucional", do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público).

https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2023/CNMP-CMA-GESTAO-DE-RESIDUOS-11h---Digital.pdf

Itaboraí, 02 de Junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 676/2023-2PJTCOITB
Referência: Procedimento Administrativo n. 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157
Destinatário: Procurador-Geral do Município de Itaboraí
E-mail: procuradoria@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Ref.: Procedimentos Administrativos n. 07/2022 (MPRJ n. 2022.00154398), n. 08/2022 (MPRJ n. 2022.00196238), n. 09/2022 (MPRJ n. 2022.00196237), n. 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296). e n. 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157)

Senhor Procurador-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 02-06-2023 10:42

do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça solicitar que informe e comprove: **A) Quanto à inclusão socioprodutiva das cooperativas de catadores: (i)** Há coleta seletiva solidária? Observam as condições de proteção dos trabalhadores com EPIs e outros cuidados? **(ii)** Há pessoas físicas que se dedicam, individualmente ou por cooperativas, associações ou outras formas de organização popular, às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e de comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis? **(iii)** Existe um cadastro com o universo dos trabalhadores e de associações e cooperativas de catadores e, eventualmente, uma rede que congrega seus interesses? A Administração pública organizou um comitê ou algum fórum permanente para discussão e formulação de políticas públicas de inclusão socioeconômica dos catadores no setor? **(iv)** Existe proposta de encerramento dos lixões com a inclusão social e produtiva pessoas físicas que se dedicam, individualmente ou por meio de cooperativas, associações ou outras formas de organização popular às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis que trabalham naquele espaço?; **(v)** Qual o percentual de associações/cooperativas apoiadas por sistemas de Logística Reversa? A Administração Pública contrata essas instituições para algum serviço? Quantas não têm apoio? **(vi)** A Administração Pública possui algum projeto com repercussões excludentes para os catadores, como incineração de resíduos, contratação exclusiva de empresas terceirizadas, sem a participação daqueles trabalhadores? **(vii)** A Administração Pública possui algum projeto com repercussões excludentes para os catadores, como incineração de resíduos, contratação exclusiva de empresas terceirizadas, sem a participação daqueles trabalhadores? **B) Quanto ao encerramento de lixões do Município: (i)** existem lixões ativos no Município? a) se encaminham seus resíduos para aterros sanitários; b) Número de aterros sanitários existentes; c) Tipos de aterros existentes - Aterros consorciados, aterros públicos ou aterros privados; d) A que distância os municípios que ainda utilizam lixões ou aterros controlados estão do aterro sanitário mais próximo e como se encontra a capacidade de utilização desse aterro? e) se encaminham seus resíduos para aterros controlados? f) A que distância os municípios que ainda utilizam lixões ou aterros controlados estão do aterro sanitário mais próximo e como se encontra a capacidade de utilização desse aterro? **(ii)** se encaminhou Plano de

Recuperação da Área Degradada (PRAD) ao Órgão Ambiental para recuperação da área dos lixões? Quantos já iniciaram essa recuperação? **(iii)** se existe projeto ou programa que envolva vários órgãos e instituições com o objetivo de encerramento dos lixões (a exemplo do Pernambuco Verde: Lixão Zero)? Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Segue anexa cópia da Portaria de Instauração do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Segue abaixo o *link* para acesso ao manual "Gestão de Resíduos : Estratégias de Atuação Interinstitucional", do CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público).

https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2023/CNMP-CMA-GESTAO-DE-RESIDUOS-11h---Digital.pdf

Itaboraí, 02 de Junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº48 Rio de Janeiro, 02 de junho de 2023

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício nº 545/2023-2PJTCOITB e Ofício nº 394/2023-2PJTCOITB - PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296 e PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, confirmamos a presença desta Secretaria na reunião virtual por meio da ferramenta Teams, a ser realizada no dia 07/06/2023 (sete de junho de dois mil e vinte e três), às 14h (quatorze horas) e informamos que participarão as servidoras:

Kaylla Jovenka Fonseca Gomes - SEAS/ASSPPAM - Assessora Chefe

Mariana Miranda Maia Lopes - SEAS/SUBRHISA/SUPREC - Superintendente de Resíduos Sólidos e Economia Circular

Millene Francine Lourenço Martins - SEAS/SUBRHISA/SUPREC - Assessora

Elaine Passarello - SEAS/SUBRHISA/SUPREC - Assessora

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 02/06/2023, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **53255517** e o código CRC **62C68F23**.

Ref.: Procedimento Administrativo nº 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) e Procedimento Administrativo nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157)

PROMOÇÃO CONJUNTA

Trata-se de procedimentos que apuram medidas para remediação dos impactos ambientais decorrentes dos antigos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi.

O Procedimento Administrativo nº 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) foi instaurado para apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa.

Nesse diapasão, o Processo Administrativo nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157) apura o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ, que possui a seguinte redação:

> *"A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Com objetivo de verificar o cumprimento das obrigações em referência e, em seguida, de adotar as medidas cabíveis, é prudente que se realize reunião com os atuais Gestores Municipais, INEA e SEAS.

É o relatório.

O INEA por meio do ofício INEA/OUVI Nº 996/2023 solicitou o reagendamento da reunião virtual marcada para o dia 07/06/2023 às 14h, tendo em vista que os técnicos do órgão ambiental estão envolvidos nos diversos eventos decorrentes da semana do meio ambiente, ficando impossibilitados de comparecerem na reunião agendada.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1- **Junte-se cópia do ofício** INEA/OUVI Nº 996/2023 ao Procedimento Administrativo nº 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) e Procedimento Administrativo nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157;

2- **Oficie-se à Procuradoria Geral do Município de Itaboraí e ao Secretário Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí**, informando-os a redesignação da reunião virtual marcada para o dia 07/06/2023 às 14h, para o dia 12/07/2023, às 14h30min, para fins de compatibilização de agenda dos participantes. A referida reunião terá como objeto o PA nº 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) e o PA nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157), objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi. Solicite-se enviar para o e-mail desta Promotoria (2pjtcoitb@mprj.mp.br) o endereço eletrônico dos participantes, para receberem o convite da reunião virtual;

3- **Oficie-se à SEAS e ao INEA,** informando-os a redesignação da reunião virtual marcada para o dia 07/06/2023 às 14h, para o dia 12/07/2023, às 14h30min, para fins de compatibilização de agenda dos participantes. A referida reunião terá como objeto o PA nº 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) e o PA nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157), objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi. Solicite-se enviar para o e-mail desta Promotoria (2pjtcoitb@mprj.mp.br) o endereço eletrônico dos participantes, para receberem o convite da reunião virtual;

4- **Enviar e-mail ao GATE** informando-os a redesignação da reunião virtual marcada para o dia 07/06/2023 às 14h, para o dia 12/07/2023, às 14h30min, para fins de compatibilização de agenda dos participantes, bem como solicitando disponibilização de Técnicos Peritos do GATE, para acompanhar este Promotor em reunião por meio da ferramenta *Teams*, no dia 12/07/2023, às 14h30min, para fins de compatibilização de agenda dos participantes. A referida reunião terá como objeto o PA nº 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) e o PA nº 61/2020 (MPRJ n.

2020.00174157), objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi.

5- Aguarde-se a realização da reunião especificada acima.

Itaboraí, 06 de junho de 2023.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2023.06.06 17:06:32 -03'00'

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Ouvidoria

Of.INEA/OUVI Nº 996/2023 Rio de Janeiro, 06 de junho de 2023

Ilmo. Senhor
Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Promotor de Justiça
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano n.º 207, salas n.º 606/607, Centro - Itaboraí, RJ
CEP: 24.800-113

Ref.: Reunião dia 07/06/2023, às 14h
PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296 e PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Ilustríssimo Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, e em atenção aos supramencionados processos administrativos, sirvo-me do presente para rogar ao i.*Parquet* o reagendamento da reunião mencionada em epígrafe, tendo em vista que os técnicos deste órgão ambiental estão envolvidos nos diversos eventos decorrentes da semana do meio ambiente, ficando impossibilitados de comparecerem na reunião agendada por esse órgão ministerial.

Adicionalmente, ratifico a solicitação de envio das demandas ministeriais endereçadas a este Instituto para o e-mail (protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br).

Sem mais para o momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Fabiana Coelho da Silva
Ouvidora do INEA

Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Coelho da Silva**, **Ouvidora**, em 06/06/2023, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **53411638** e o código CRC **4CC6CFCE**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº SEI-070026/001010/2020 SEI nº 53411638

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: 21-23345975

Ofício nº 681/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00606032
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157 e PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296
Destinatário: SEAS
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 07-06-2023 12:20

da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça, informar sobre a **redesignação da reunião virtual marcada para o dia 07/06/2023, às 14h, para o dia 12/07/2023, às 14h30min, para fins de compatibilização de agenda dos participantes**. A referida reunião terá como objeto o PA nº 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) e o PA nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157), objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi.

Solicita-se o encaminhamento dos nomes e endereços de e-mail dos participantes para envio do convite.

Segue anexa cópia da portaria de instauração do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 07 de junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 682/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00606005
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157 e PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296
Destinatário: Procurador-Geral do Município de Itaboraí
E-mail: procuradoria@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Procurador-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 07-06-2023 12:20

da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça, informar sobre a **redesignação da reunião virtual marcada para o dia 07/06/2023, às 14h, para o dia 12/07/2023, às 14h30min, para fins de compatibilização de agenda dos participantes**. A referida reunião terá como objeto o PA nº 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) e o PA nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157), objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi.

Solicita-se o encaminhamento dos nomes e endereços de e-mail dos participantes para envio do convite.

Segue anexa cópia da portaria de instauração do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 07 de junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 683/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00606047
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157 e PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296
Destinatário: INEA - RJ
E-mail: protocoloouvidoria@inea.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 07-06-2023 12:21

da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça, informar sobre a **redesignação da reunião virtual marcada para o dia 07/06/2023, às 14h, para o dia 12/07/2023, às 14h30min, para fins de compatibilização de agenda dos participantes**. A referida reunião terá como objeto o PA nº 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) e o PA nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157), objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi.

Solicita-se o encaminhamento dos nomes e endereços de e-mail dos participantes para envio do convite.

Segue anexa cópia da portaria de instauração do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 07 de junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 684/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00606014
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157 e PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296
Destinatário: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí
E-mail: assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 07-06-2023 12:21

da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça, informar sobre a **redesignação da reunião virtual marcada para o dia 07/06/2023, às 14h, para o dia 12/07/2023, às 14h30min, para fins de compatibilização de agenda dos participantes**. A referida reunião terá como objeto o PA nº 105/2019 (MPRJ n. 2019.00629296) e o PA nº 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157), objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi.

Solicita-se o encaminhamento dos nomes e endereços de e-mail dos participantes para envio do convite.

Segue anexa cópia da portaria de instauração do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 07 de junho de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

PREFEITURA DE ITABORAÍ
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete do Procurador-Geral do Município
Rua Antônio José de Marins, 296, Centro, Itaboraí/RJ, CEP.: 24.800-105
Telefone: (021) 2635-3836

OF PGM Nº 210 /2023 – Sistema de Teletrabalho – Decreto Municipal Nº 030/2020

Da: Procuradoria-Geral do Município

Assunto: OF Nº 677/2023 - 682/2023 - 369/2023 -2PJTCOITB - PA Nº 05.22.0005.0001816/2023-67 - PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296 e PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Itaboraí, 21 de Junho de 2023.

Excelentíssimo Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, pelo presente, em atenção ao ofício em epígrafe, encaminhar a V.Exª. resposta apresentada pela Secretaria Municipal de Fazenda e Tecnologia e Secretaria Municipal de Transportes através da CI / SEMAU N° 230607151107 conforme documento anexo.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente,

Luciana Cardoso Costa Bastos
Procuradora do Município
Mat. 31.700

EXMO. SR. PROMOTOR
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

CI / SEMAU N° 230607151107

Itaboraí, quarta, 07 de junho / 2023 às 14h27

Da: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Gabinete do Secretário

Para: Gabinete do Procurador - Procuradoria-Geral do Município / Procuradoria Especializada em Tutela Coletiva (Encaminhado) - Procuradoria-Geral do Município

Assunto: Documentos referentes aos Vazadouros de Itambi e Jardim Ferma

Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, servimos do presente para encaminhar os ultimos documentos referentes aos Vazadouros de Itambi e Jardim Ferma que forma enviados ao Ministério Público e ao INEA.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de mais alta estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Assinatura Eletrônica

Este documento foi assinado eletronicamente por **JHONATAN FERRAREZ DE BARROS** - Matricula: 48052 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo / SEMAU em quarta, 07 de junho / 2023 às 14h27 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 6º, §3º, do Decreto Municipal nº 39, de 26 de março de 2020.

Anexo 1 **Anexo 2** **Anexo 3** **Anexo 4** **Anexo 5**

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Procuradoria-Geral do Município

ENCAMINHADO / PGM N° 2023061405178787 *em referência à* 230607151107

Itaboraí, quarta, 07 de junho / 2023 às 16h14

Da: Procuradoria-Geral do Município - Gabinete do Procurador-Geral

Para: Procuradoria Especializada em Tutela Coletiva - Procuradoria-Geral do Município

Assunto: Documento Encaminhado

encaminhamento

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

COMPROVANTE DE ENVIO - PROTOCOLO ELETRÔNICO

Nº COMPROVANTE: 33f21316-b92f-43ea-acc2-588fb90cb646

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ

DATA DE ENVIO: 07/03/2023 às 13:55

DOCUMENTOS ANEXADOS

Nome: Oficio_Vazadouro_INEA.pdf - Tipo: application/pdf - Hash: baf50dc271868921a2d255e52e633f0f

PREFEITURA ITABORAÍ
TRABALHANDO PARA VIVER MELHOR

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Setor Juridico
<assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br>

Ref OF 2ª PJTC nº 76/2022 - PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296

4 mensagens

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Setor Juridico 16 de fevereiro de 2022
<assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br> 12:20
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>, LUCIANA CARDOSO COSTA BASTOS <luciana.bastos@itaborai.rj.gov.br>, Lohaine Voga Dutra <lohaine.dutra@itaborai.rj.gov.br>

Cumprimentando-os, sirvo-me do presente para encaminhar-lhes Ofício/SEMAU nº 18/2022, bem como cópia do Termo de Referência com as complementações requeridas, em resposta ao Ofício 2ª PJTC nº 76/2022 - Pa 105/2019 - MPRJ 2019.00629296

Estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Favor acusar recebimento.

Atenciosamente

Sabrina Tzoulas
Gabinete
Mat 47.717

Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí - SEMMAU

Av. Vinte e Dois de Maio, 7071 - Venda das Pedras, Itaboraí - RJ, 24801-088 - Tel.: (21) 2635-7041

3 anexos

PA 105-2019 - Oficio MPRJ 76-2022.pdf
1732K

PA 105-2019 - Oficio semau 18-2022.pdf
1396K

TR_Vazadouros (ver.03).pdf
9086K

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br> 16 de fevereiro de 2022 12:32
Para: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Setor Juridico <assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br>

Prezados,

Cumprimentando-os, acuso o recebimento nesta data.

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo

Matr. 7787



2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Setor Juridico <assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br>
Enviado: quarta-feira, 16 de fevereiro de 2022 12:20
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>; LUCIANA CARDOSO COSTA BASTOS <luciana.bastos@itaborai.rj.gov.br>; Lohaine Voga Dutra <lohaine.dutra@itaborai.rj.gov.br>
Assunto: Ref OF 2ª PJTC nº 76/2022 - PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296

[Texto das mensagens anteriores oculto]

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br> 16 de fevereiro de 2022 12:33
Para: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Setor Juridico <assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br>

Prezados,

Cumprimentando-os, acuso o recebimento nesta data.

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787



2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Setor Juridico <assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br>
Enviado: quarta-feira, 16 de fevereiro de 2022 12:20
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>; LUCIANA CARDOSO COSTA BASTOS <luciana.bastos@itaborai.rj.gov.br>; Lohaine Voga Dutra <lohaine.dutra@itaborai.rj.gov.br>
Assunto: Ref OF 2ª PJTC nº 76/2022 - PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296

Cumprimentando-os, sirvo-me do presente para encaminhar-lhes Ofício/SEMAU nº 18/2022, bem como cópia do Termo de Referência com as complementações requeridas, em resposta ao Ofício 2ª PJTC nº 76/2022 - Pa 105/2019 - MPRJ 2019.00629296
[Texto das mensagens anteriores oculto]

LUCIANA CARDOSO COSTA BASTOS <luciana.bastos@itaborai.rj.gov.br> 16 de fevereiro de 2022 14:57
Para: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Setor Juridico <assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br>
Cc: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>, Lohaine Voga Dutra <lohaine.dutra@itaborai.rj.gov.br>

Prezados, boa tarde.

Acuso o recebimento do presente email, com documentos.
Att.
[Texto das mensagens anteriores oculto]
--
Luciana Cardoso Costa Bastos
Procuradora do Município
Chefe da Tutela Coletiva
Procuradoria-Geral do Município de Itaboraí
Mat. 31.700 - (21) 2635-3836

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí, 16 de fevereiro de 2022

Ofício/SEMAU n. 021/2022

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Setor: Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207 salas 606/607, Centro
Itaboraí, RJ CEP: 24800-113

Assunto: Oficio 2ª PJTC nº 83/2022 - PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Exmo. Sr. Promotor de Justiça,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, em resposta ao Oficio 2ª PJTC nº 83/2022, que solicita a complementação do Termo de Referência para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma, encaminhar cópia do referido Termo, na integra, com as complementações requeridas

Colocamo-nos a disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, agradecendo desde já a sua atenção e aproveitando para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Jhonatan Ferrarez
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Mat. 48.052

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí, 09 de fevereiro de 2022

Ofício/SEMAU n. 018/2022

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Setor: Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207 salas 606/607, Centro
Itaboraí, RJ CEP: 24800-113

Assunto: Oficio 2ª PJTC nº 76/2022 - PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296

Exmo. Sr. Promotor de Justiça,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, em resposta ao Oficio 2ª PJTC nº 76/2022, que solicita a complementação do Termo de Referência para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma, encaminhar cópia do referido Termo, na integra, com as complementações requeridas

Colocamo-nos a disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, agradecendo desde já a sua atenção e aproveitando para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Jhonatan Ferrarez
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Mat. 48.052

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL. 203
RJ

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí, 15 de dezembro de 2021.

Ofício/GAB/SEMAU n. 214/2021

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Rua Liajane Carvalho da Silva, lote B, quadra 22, sala 105, Nancilância – Itaboraí-RJ – CEP: 24.800-000

MPRJ.ESP.PROTOCOLO.20220001003I 100122 11:59:34

Assunto: Término e entrega de nosso Termo de Referência para a recuperação ambiental dos antigos vazadouros municipais.

Viemos por meio deste ofício informar que no dia 25 de outubro foi protocolado no Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA), o nosso Termo de Referência para a contratação de empresa responsável pela recuperação de nossos antigos vazadouros. Informamos que o documento foi enviado para a análise e possível aprovação.

Jhonatan Ferrarez
Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 48.052

MINISTÉRIO PÚBLICO
Fl. 204
(RJ)

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

COMPROVANTE DE ENVIO - PROTOCOLO ELETRÔNICO

Nº COMPROVANTE: 267f2821-8fd1-465c-91d9-55b0cc2dba3e

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAI

DATA DE ENVIO: 25/10/2021 às 11:16

DOCUMENTOS ANEXADOS

Nome: TermodeReferencia_VAZADOUROS.pdf - Tipo: application/pdf - Hash: b317493ecb4ac5d9d34cbabd34bf67a7

MINISTÉRIO PÚBLICO
FL.
205
MJ

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

COMPROVANTE DE ENVIO - PROTOCOLO ELETRÔNICO

Nº COMPROVANTE: 267f2821-8fd1-465c-91d9-55b0cc2dba3e

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAI

DATA DE ENVIO: 25/10/2021 às 11:16

DOCUMENTOS ANEXADOS

Nome: TermodeReferencia_VAZADOUROS.pdf - Tipo: application/pdf - Hash: b317493ecb4ac5d9d34cbabd34bf67a7

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

TERMO DE REFERENCIA

ELABORAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA DO VAZADOURO DE FERMA E VAZADOURO ITAMBI

IDENTIFICAÇÃO

Interessada: Prefeitura Municipal de Itaboraí
CNPJ: 28.741.080/0001-55
Endereço: Praça Marechal Floriano Peixoto, 97, Centro, Itaboraí-RJ, CEP: 24800-001
Telefone: (21) 2635-4870
Prefeito: Marcelo Jandré Delaroli
E-mail: prefeitomarcelodelaroli@itaborai.rj.gov.br

EMPREENDIMENTO

Fortalecer as atividades de fiscalização e licenciamento ambiental desenvolvidas pela Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí por meio da compra de equipamentos, veículos e dispositivos, da capacitação de nossos servidores, sobretudo aqueles que atuam diretamente na fiscalização, atualizar os servidores, principalmente os efetivos, sobre as alterações legais das principais atividades desenvolvidas no município e outros dispositivos legais e reformar a estrutura física da Secretaria para garantir condições salubres de trabalho para o servidor.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Departamento responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo: Jhonatan Ferrarez

3.1 Equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Geólogo: Raoni Oliveira de Souza Cardoso
E-mail: raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br
Registro no Conselho Regional: CREA/RJ 2012107994
Fone: 2635-7041
Endereço: Av. Vinte e Dois de Maio, 7071 - Venda das Pedras, Itaboraí - RJ, 24801-088

PROGRAMAS FINANCEIROS

Esse projeto será financiado através de recurso proveniente do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Petrobrás, o Instituto Estadual do Ambiente e o Estado do Rio de Janeiro, nos autos da ação civil pública n° 0009919-12.2018.8.19.0023, no item 5.1.20, em relação a condicionante 13.4, da cláusula segunda.

PREÇOS A SER CONTRATADO

Os preços a serem praticados deverão obedecer aos critérios de análises de acordo com a legislação em vigor e ainda as cotações de preços estabelecidas no processo.

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será de acordo com as porcentagens descritas por atividades conforme tabela, as atividades deverão ser entregues dentro das especificações e prazos determinados neste termo de referência e aprovação da comissão.

Deverá ser emitido Notas Fiscais/Faturas para cada atividade concluída para que seja realizado o pagamento, após serem conferidas, aceitas e atestadas pelo gestor, obrigando-se a empresa a manter sua regularidade fiscal e trabalhista exigidas na licitação.

O pagamento será efetuado à empresa contratada através de ordem Bancária em moeda corrente nacional, mediante a apresentação de nota fiscal devidamente certificada pela secretaria solicitante, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, FEDERAL E ESTADUAL, CRF do FGTS, CND Negativa de débitos Municipal e CN Trabalhista), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Está incluso no custo dos trabalhos a remuneração do(s) profissional(s), bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista, despesas com alimentação, transporte, materiais de consumo e outros que se façam necessários para a realização do objeto contratado.

DA PROPOSTA DE PREÇOS

A proposta deverá conter a descrição das peças ofertadas e preços unitários (por unidade), totais (unidade x valor unitário), que deverão ser compatíveis com o preço de mercado, bem como atender as seguintes exigências:

As propostas de preços devem ser claras, sem rasura e com indicação da marca do item ofertado. Deverão atender as características mínimas aludidas neste Termo de Referência.

INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo é um órgão do primeiro grau divisional, diretamente subordinado ao Prefeito, tendo por competência a elaboração de planos para o desenvolvimento do setor primário do Município, apoiando-se nos organismos Estaduais e Federais que atuam na mesma área, bem como promover perfeita integração esses organismos com o Município e os produtores rurais, formulação de leis, normas técnicas, regulamentos e padrões de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, bem assim difusão e criação de consciência pública da necessidade de se preservar e melhorar o meio ambiente.

Para que possamos executar nosso trabalho dentro dos preceitos que regem os direitos e deveres administrativos públicos, é necessário o constante aprimoramento e estruturação de nossos funcionários e equipamentos.

DESCRIÇÃO AMBIENTAL REGIONAL

Situado na Região Metropolitana, o município de Itaboraí tem área de 429,03 km² e uma população estimada de 225.263 habitantes (IBGE/2013). As principais atividades econômicas de Itaboraí são: Serviços, Comércio, Transportes, Comunicações, Construção Civil, Indústria de transformação, Apicultura, Pecuária, Agroturismo, Gastronomia e Citricultura. O município possui os seguintes distritos: Cabuçu, Itaboraí, Itambí, Manilha, Pachecos, Porto das Caixas, Sambaetiba e Visconde de Itaboraí.

O clima predominante no Município de Itaboraí é do tipo tropical quente (temperatura média anual acima de 18º C) e úmido, caracterizado por apresentar estações bem definidas, chuvosas e quentes, alternando com períodos moderadamente secos(baixa precipitação pluviométrica) e temperatura amena. Na região, o período chuvoso quente compreende os meses de setembro a abril, o qual possui temperaturas médias acima de 22º C e índice pluviométrico em torno de 1700 mm.

O período seco frio compreende os meses de maio a agosto, ocorrendo uma queda súbita tanto da temperatura (<18º C), quanto do índice pluviométrico, que atinge o mínimo de 30 mm.

A vegetação local é da era a exuberante Mata Atlântica, ou seja, floresta tropical do tipo pluvial, todavia, devido à interferência do homem em quase todas as regiões do estado, pouco sobrou dessa floresta original.

As classes e associações de solos são majoritariamente constituídas por Argissolos (57%), Latossolos (9%), Planossolos (12%), Gleissolos (11%) e Solos Halomórficos (4%), dentre os quais estão discriminados os Organossolos e os Solos Indiscriminados de Mangue. Nota-se que uma parcela significativa do município é constituída por solos profundos, onde pôde se estabelecer a Floresta Ombrófila Densa Submontana, cuja ocorrência está nitidamente associada à presença deArgissolos vermelho-amarelos e Latossolos, comumente associados.

A geomorfologia da região é caracterizada por relevo de baixada, com algumas elevações arredondadas, designadas de “meias-laranjas”, com a altura variando em torno de 20 a 70 metros, ocorrendo alguns morros mais elevados. Na área a ser trabalhada a altitude fica na faixa de 35 a 50 metros.

A região é caracterizada pela presença de três grandes domínios geomorfológicos, onde dois domínios serranos são separados por uma depressão denominada “Rift da Guanabara”(Almeida, 1976). A orientação geral desses domínios é ENE-WSW. O domínio serrano norte tem apenas os seus contrafortes inseridos na região, no extremo NW da folha Itaboraí. O domínio serrano sul, localizado junto ao litoral, inclui o maciço da Tijuca e as serras da Tiririca, do Macaco e de Cassorotiba, em direção a leste. O “Rift Guanabara” caracteriza-se por um relevo bastante arrasado, dominado por típicos morrotes em meia-laranja.

A área é por sua vez integrante do grupo de Maciços Litorâneos do Rio de Janeiro. Estes maciços se apresentam como blocos marginais separados do corpo principal dos planaltos cristalinos do Brasil Sudeste, por uma extensa planície (Baixada Fluminense).

A Geologia Regional é determinada pela Faixa Ribeira, que se estende ao longo do Atlântico pelos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo resultado de sucessivas colisões de terrenos acrescionários contra a margem sul do paleocontinente São Francisco a partir da abertura do supercontinente Gondwana.

A definição litológica local é dada pelas seguintes rochas: Granito tipo-S com granada, muscovita e biotita de granulação grossa, texturas granoblástica e porfirítica com forte foliação transcorrente. Localmente podem ser observados domínios e "manchas" charnockíticas portadoras de granada e ortopiroxênio. Xenólitos erestitos de paragnaisses parcialmente fundidos (migmatitos de injeção) ocorrem com frequência. Plutons correlatos: Granito Santa Terezinha, Granito Carapebus, Granito Serra da Concórdia.

Além das rochas já citadas, que tem características ígneas e metamórficas, existem as coberturas sedimentares e saprolíticas/regolíticas: São depósitos fluviais eflúvio-marinhos areno-síltico-argilosos com camadas de cascalheiras associados a depósitos de tálus, e sedimentos lacustrinos e de manguezais retrabalhados.

DESCRIÇÃO AMBIENTAL ITAMBI

ÁREA DEGRADADA I

Nome: Aterro Itambi

Vias de Acesso: Rua Um, Jardim Vila Nova (próxima a Rua Magda Coelho da Silva)

Município: Itaboraí/RJ

Área de dano a ser recuperada: 63.000 m².

Coordenadas Geográficas (DATUM WGS 1984): Latitude 22°44'43.73“S / Longitude 42°56'31.33”O

Atualmente no local onde ocupava o antigo lixão de Itambi, a vegetação que ocupa a área é composta por capim colonião, indivíduos arbustivos e arbóreos pontuais ou espaçados. A ocupação antrópica no local é caracterizada por casas de baixa renda e desprovido de infraestrutura urbana, o restante das proximidades são utilizadas como área para pasto. Ressaltamos que o local é considerado como de risco por conta da atuação de grupos criminosos, tornando qualquer investida do Estado uma atividade perigosa.



Aterro de Itambi 2004



Aterro de Itambi 2006



Aterro de Itambi 2007



Aterro de Itambi 2008





Aterro de Itambi 2010





Aterro de Itambi 2012





Aterro de Itambi 2014





Aterro de Itambi 2016





Aterro de Itambi 2018





Aterro de Itambi 2020

A estrutura do antigo lixão tem parte dela ainda preservada, tal como a guarita de segurança, balança de caminhão e uma edificação que parece ter sido o prédio administrativo.

De acordo com a **CI/SEMMAURB Nº 459/14** de 02 de setembro de 2014, a empresa vencedora da licitação (Norenge), realizou a partir o dia 13 de fevereiro de 2014, as obras emergenciais de remediação do antigo Aterro Sanitário de Itambi.

Foram realizadas as sondagens, além da escavação superficial em uma segunda área, na qual se descobriu uma outra célula de lixo não descrita no estudo prévio realizado. A primeira célula de lixo foi alvo de contenção por meio de uma barreira hidráulica que vertia o chorume para uma caixa de recepção, conforme sua acumulação, o efluente deveria ser encaminhado para tratamento.

Vale ressaltar que por conta desta nova área fonte de contaminação, existiu a necessidade de prolongamento da barreira hidráulica, portanto foi feito um aditivo para o contrato (superior a 40% do valor inicial), com o objetivo de cobrir os custos das obras adicionais não previstas no projeto básico licitado.

Conforme já informado neste documento, o passivo ambiental localizado em Itambi teve parte de sua implantação realizada. De acordo com o verificado *in loco*, os taludes que foram refeitos em 2014 agora se encontram cobertos por vegetação gramínea, apesar de parte do refazimento geotécnico apresentar sinais de erosão,as encostas se apresentam estáveis.

Da infraestrutura da remediação ainda existem as barreiras hidráulicas e seus respectivos tanques de recepção de chorume, assim como parte da drenagem superficial se encontra, apesar de soterrada, ainda instalada.

O chorume continua aflorar no sopé das encostas do aterro, ambos os pontos de afloramento se encontram dentro das barreiras hidráulica e de volume reduzido ao que era antes das intervenções realizadas em 2014.



Foto: Encosta revegetada



Foto: Afloramento de chorume



Foto: Afloramento de chorume



Foto: Tanque de recepção de chorume



Foto: Camada de lixo



Foto: Barreira hidráulica

JARDIM FERMA

ÁREA DEGRADADA II

Nome: Vazadouro Ferma

Vias de Acesso: Av. Ver. Hermínio Moreira, 1731 – City Areal, CEP 24800-425 (virar na Rua Vinte e seguir na Rua Vinte e Sete)

Município: Itaboraí/RJ

Área de dano a ser recuperada: 211.000 m².

Coordenadas Geográficas (DATUM WGS 1984): Latitude: 22°43'18,01"S Longitude: 42°52'30,93'' O

O local referente à utilização e depósito de Resíduo Sólido Urbano (RSU), o lixo coletado pelo Munícipio era transportado e descartado na Rua 22 lotes 786 a 799, 836 a 853 do Loteamento "Jardim Ferma", a aproximadamente 3,2 km da Sede do Município, nas coordenadas na Latitude 22º 43' 15" S e Longitude 42º 52' 22" (DATUM WGS 1984).

Sua vida útil é estimada entre os anos de 1974 e 2003, o resíduo era transportado e descartado de forma irregular, caracterizando a área impropriamente para o despejo de resíduos, detritos, imundices e líquidos, sem nenhuma impermeabilização do solo.

A conformação geométrica do vazadouro apresenta as seguintes dimensões aproximadas: 140 metros de largura medidas em paralelo ao Rio Várzea; 160metros de comprimento, perpendicularmente ao Rio Várzea, até o pé do talude; e 14metros de desnível do pátio superior, à parte inferior, do terreno. Área aproximada de 21.00 m^2, em área acidentada.

O acesso ao vazadouro se dá através da Avenida Vereador Hermínio Moreira que possui parte pavimentada e parte sem pavimentação. A partir desta avenida, dobra-se à esquerda na Rua Domício Correa, rua sem pavimentação e à esquerda novamente na Rua 22, também sem pavimentação. Na interseção da Rua 22 com a Rua 19 encontra-se o vazadouro.

Eram dispostos, diariamente, cerca de 106 toneladas de resíduos (aproximadamente 500 m^3) provenientes da coleta de lixo domiciliar, hospitalar e do sistema público. Cálculo baseado em informações da limpeza urbana, e na experiência técnica, utilizando os seguintes parâmetros:

- Resíduo domiciliar
- Resíduo Urbano
- Resíduo Hospitalar

O vazadouro encontrava – se com aproximadamente 14 metros de altura, sem

qualquer sistema de drenagem de gases, de líquidos efluentes percolados (chorume) e de drenagem pluvial.

A ausência de sistema de coleta e tratamento de chorume e de drenagem de gases, permitiu que fosse infiltrado pelo solo contaminando o lençol freático da região, enquanto que o biogás se dispersou por toda a massa de resíduos contribuindo na alimentação de incêndios.

A ausência de um sistema adequado de afastamento das águas pluviais contribuiu para que o volume de chorume produzido fosse elevado, apresentando um fluxo desordenado na área, migrando para os copos hídricos mais próximos, carretando poluentes com elevada carga orgânica presente no Rio Várzea. O resíduo hospitalar era disposto em área separada, mas sem os cuidados de uma vala séptica, nas bordas da cava, onde era queimado.

A operação de vazadouro consistia basicamente em se empurrar o material, a partir da plataforma superior para o talude, ocasionalmente transferindo solo para a cobertura do resíduo.

Os líquidos percolados, maximizados pela falta de cobertura, apresentavam um fluxo desordenado pela área, migrando para os corpos hídricos mais próximos, carretando poluentes com elevada carga orgânica, nichos ecológicos para os macro e microvetores de doenças e enfermidades (ratos, moscas, urubus e outros animais e insetos) danos sanitários, além dos danos ambientais.

A área de descarte a céu aberto de resíduos e rejeitos é popularmente chamada de “lixão”, o lixo é descartado sobre o solo sem nenhuma medida de controle sanitário e ambiental.

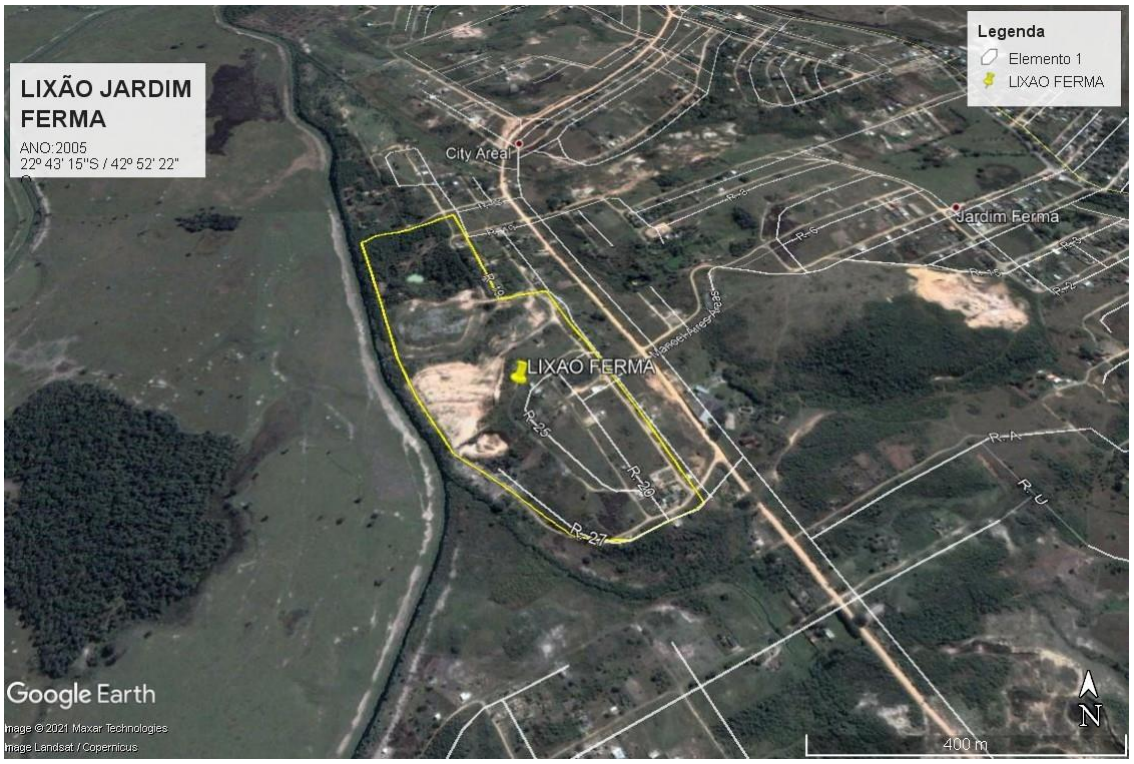
Vazadouro Jardim Ferma ao longo dos anos (Fonte: GoogleEarth)



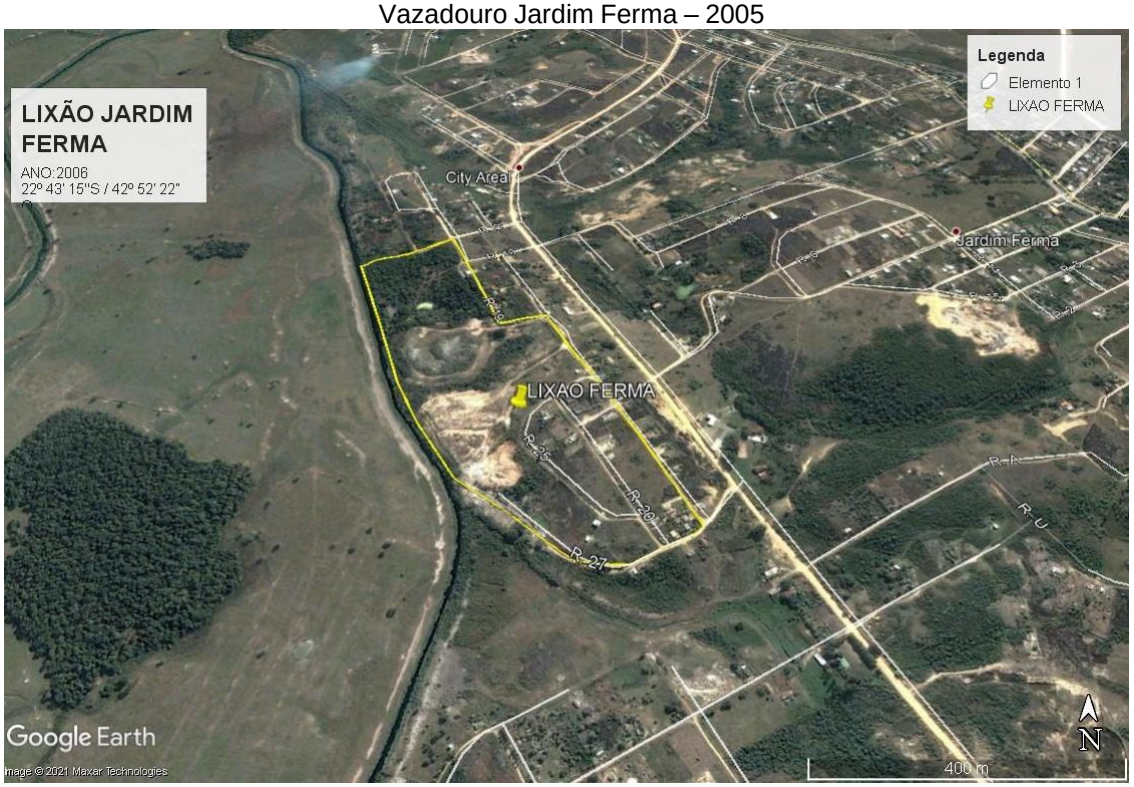
Vazadouro Jardim Ferma - 2002



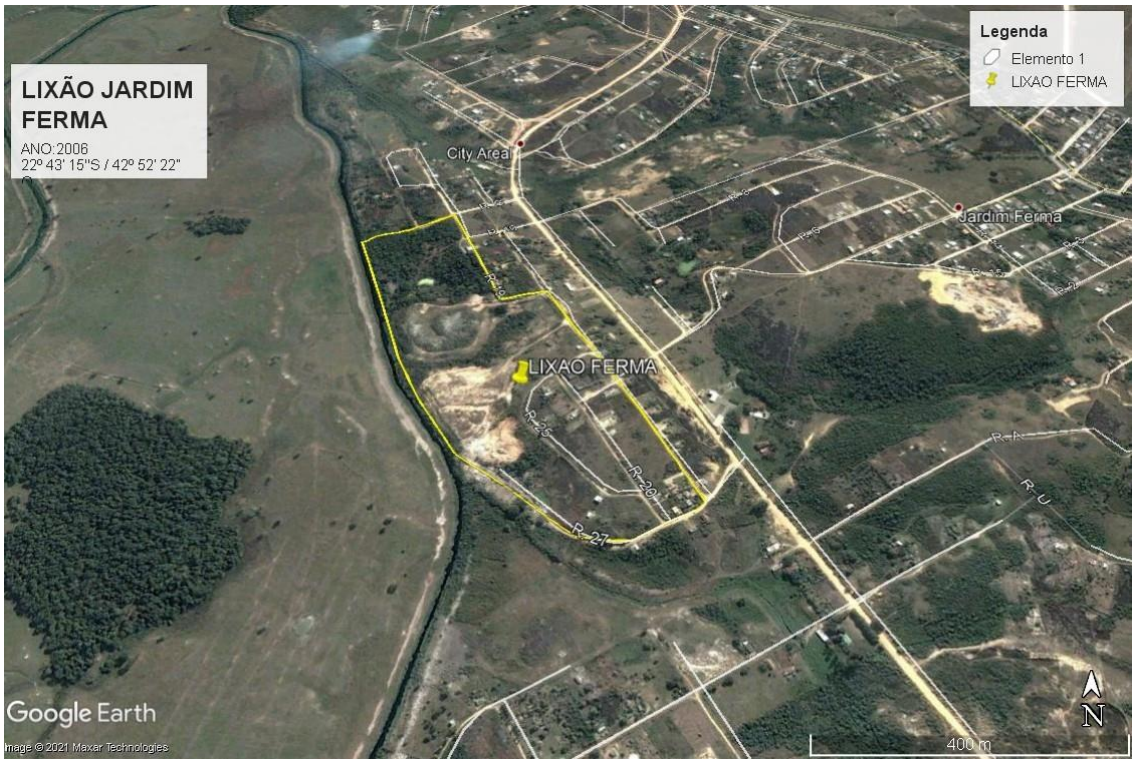
Vazadouro Jardim Ferma – 2004



Vazadouro Jardim Ferma – 2005



Vazadouro Jardim Ferma - 2006



Vazadouro Jardim Ferma – 2008



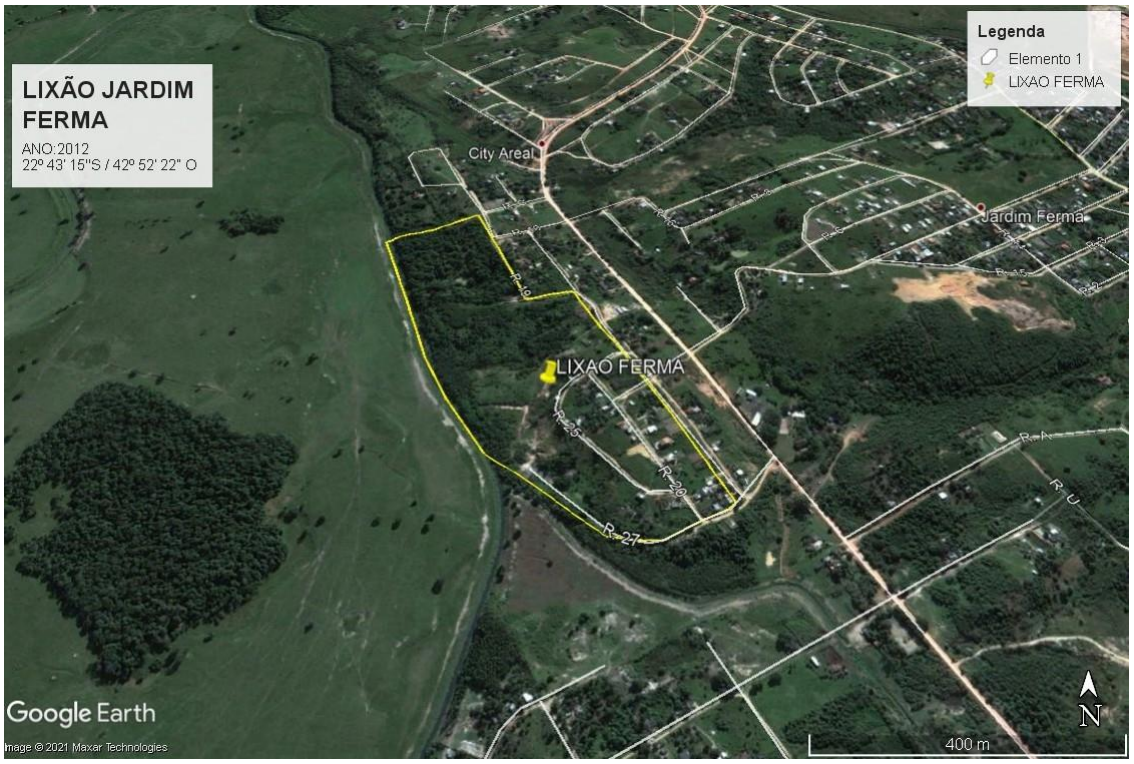
Vazadouro Jardim Ferma – 2009



Vazadouro Jardim Ferma – 2010



Vazadouro Jardim Ferma –2011



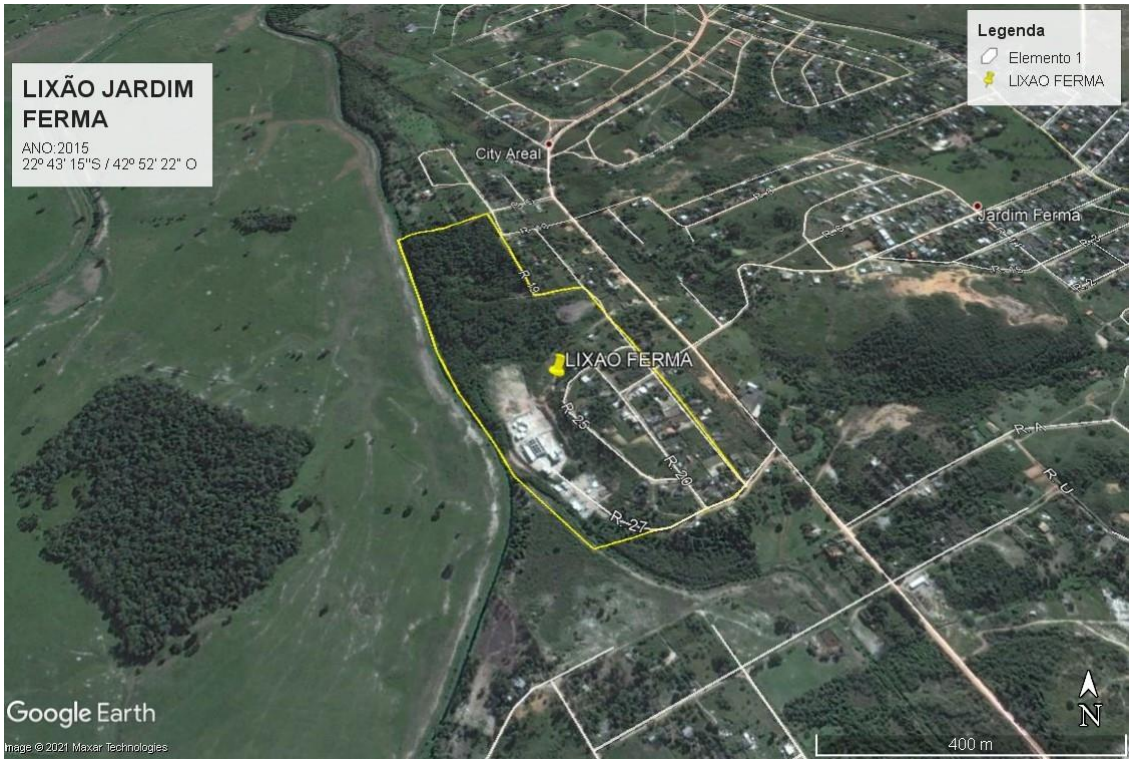
Vazadouro Jardim Ferma – 2012



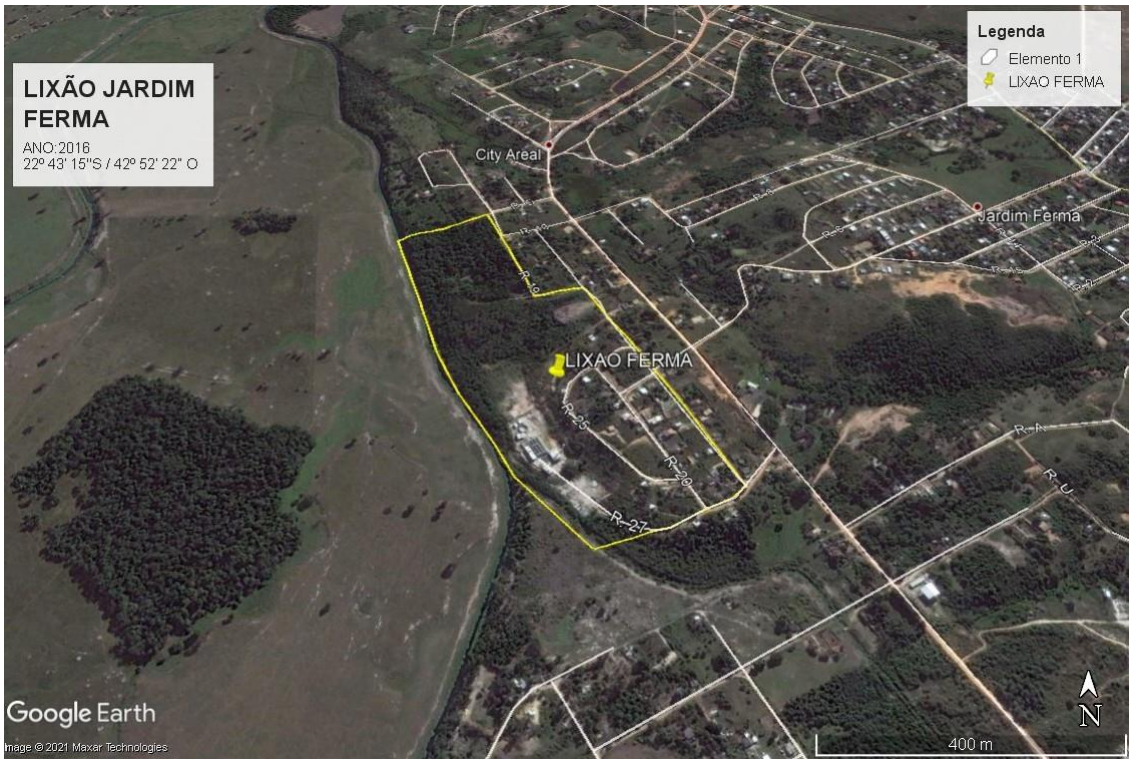
Vazadouro Jardim Ferma – 2013



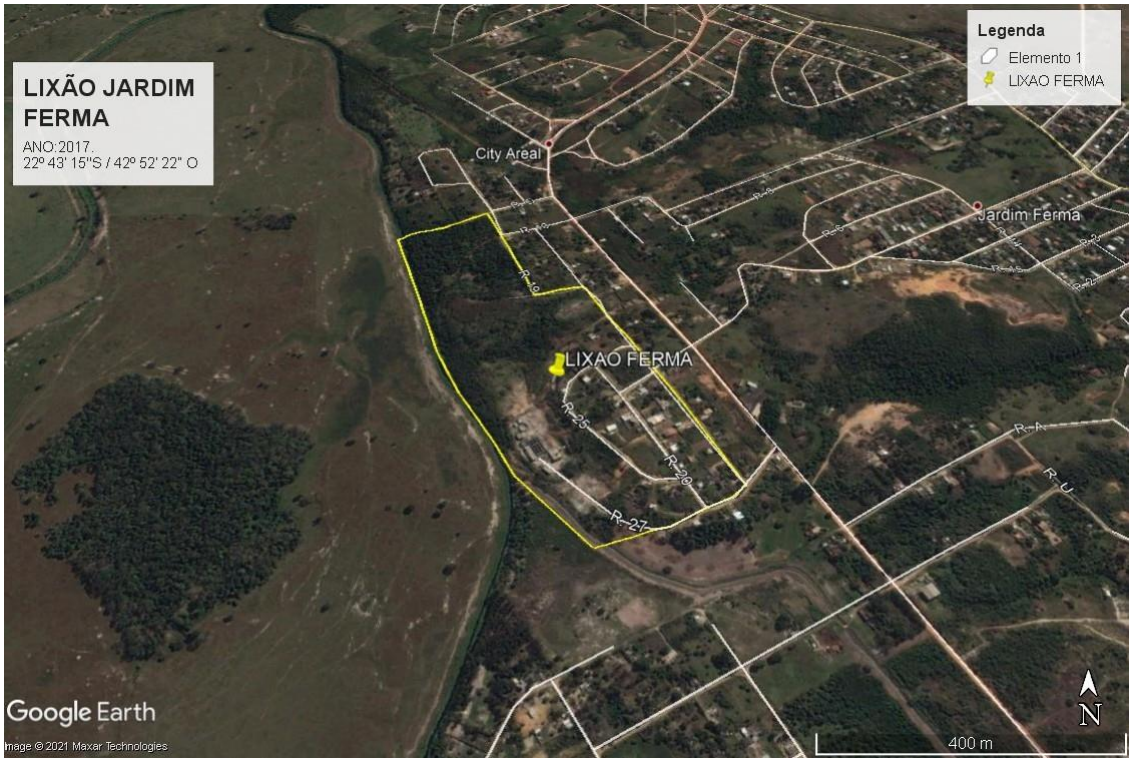
Vazadouro Jardim Ferma – 2014



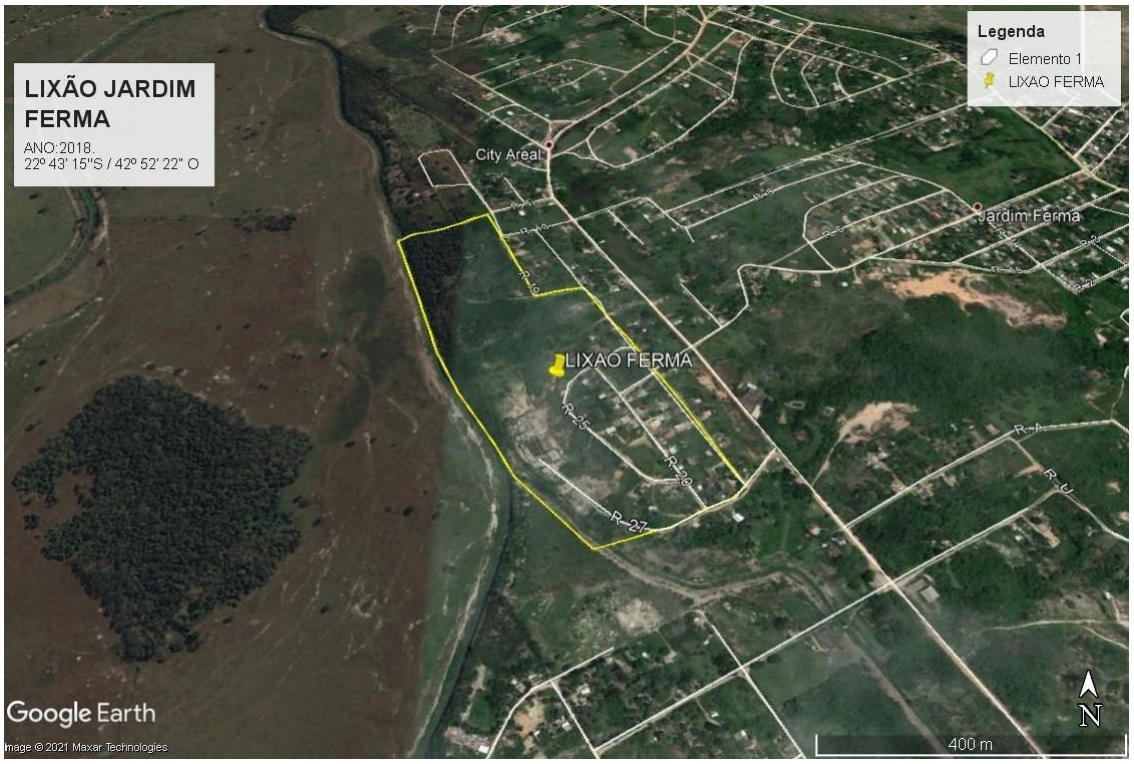
Vazadouro Jardim Ferma – 2015



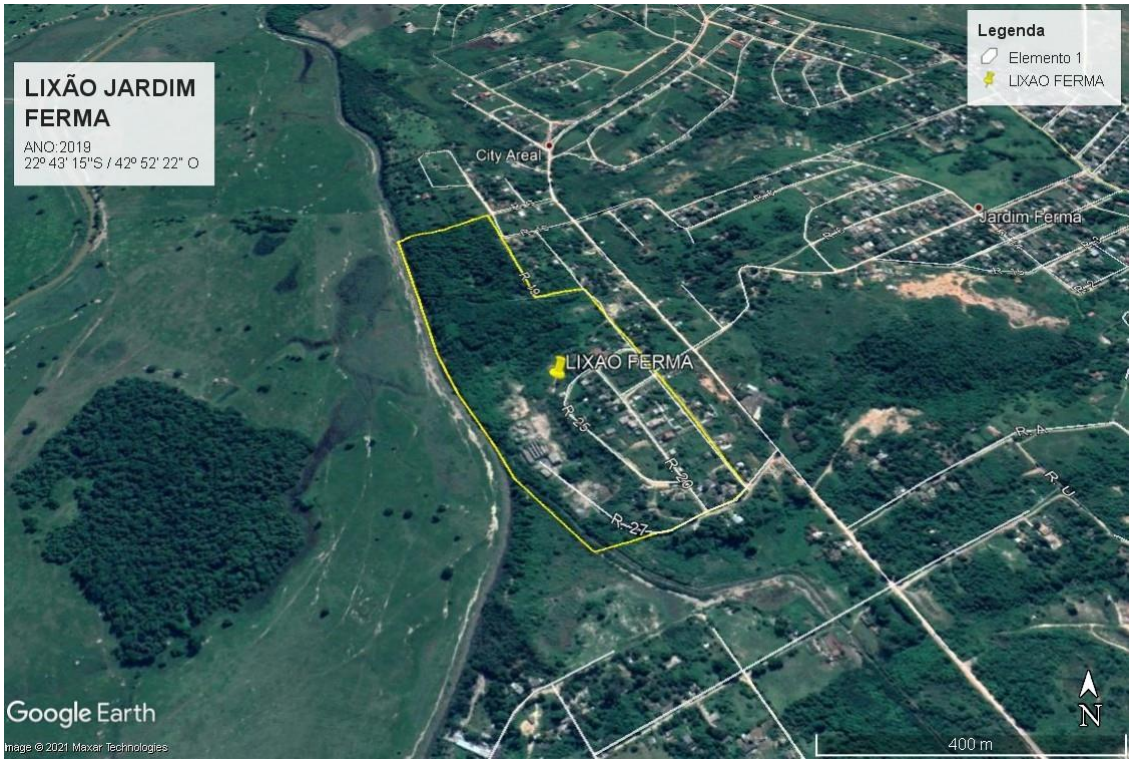
Vazadouro Jardim Ferma – 2016



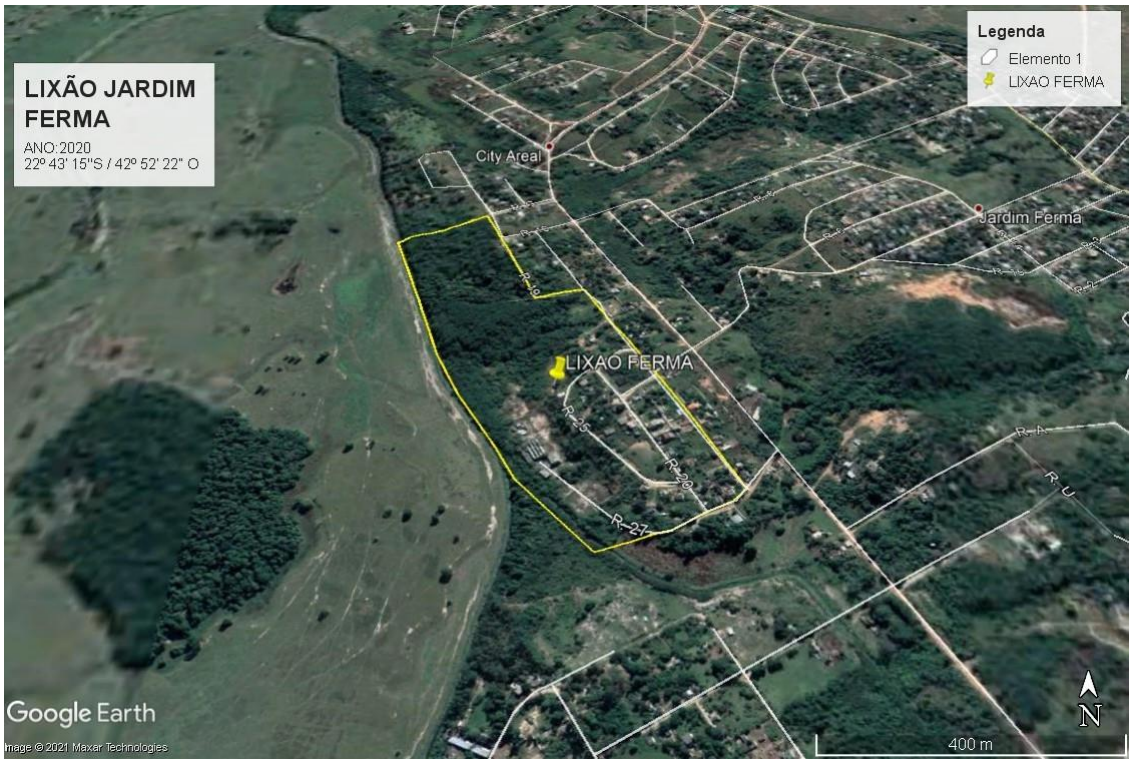
Vazadouro Jardim Ferma – 2017



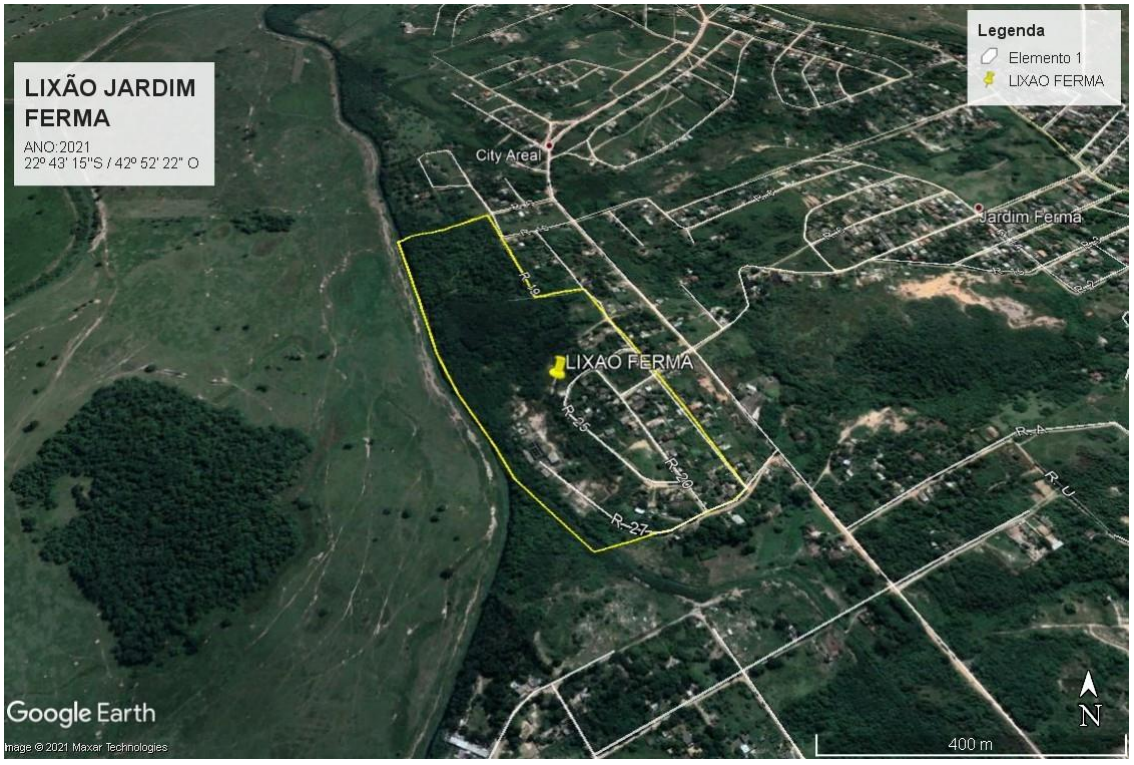
Vazadouro Jardim Ferma – 2018



Vazadouro Jardim Ferma – 2019



Vazadouro Jardim Ferma – 2020



Vazadouro Jardim Ferma - 2021

A área onde era o lixão se encontra ocupada por vegetação na sua maioria de porte arbóreo. Existem edificações abandonadas referentes à instalação de uma estação

de tratamento de esgoto inacabada. A maioria das estruturas ainda se encontra em pé, porém em mal estado de conservação, pudemos observar edificações administrativas e de apoio e os tanques de tratamento que por sinal se encontram preenchidos por água, provavelmente da chuva.

Nos locais onde a vegetação não é arbórea, o solo ou é coberto por colonião, ou não existe cobertura vegetal, nesse caso, o solo se encontra em forte processo de erosão, já apresentando sinais de ravinamento. A ocupação antrópica na região é similar ao que é nas proximidades do antigo lixão de Itambi, tanto nas estruturas residências e urbanas, quanto nos quesitos relacionados à segurança pública.

O Vazadouro de Ferma, teve processo administrativo aberto, assim como Termo de Referência e Projeto Básico (não executivo). Por conta das limitações orçamentárias impostas pelo início da remediação em Itambi, não foi conseguido recurso para a sua inicialização. Conforme consta na CI/SEMMAURB Nº 459/14, a remediação do antigo Vazadouro de Ferma demandará mais recursos que o de Itambi.

Este passivo ambiental se mostra mais preocupante do que aquele em Itambi, foram encontrados pontos de afloramento de chorume, o contaminante escoava em um pequeno córrego que por sua vez aflui no Rio Várzea.



Foto: Afloramento de chorume



Foto: Chorume em área de escoamento



Foto: Camada de lixo

CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS IMPACTOS

O chorume é um líquido escuro que contém alta carga poluidora, o que podeocasionar diversos efeitos sobre o meio ambiente devido a alta concentração de matéria orgânica, reduzida biodegradabilidade, presença de metais pesados e de substâncias recalcitrantes.

A decomposição dos resíduos sólidos, depositados em aterros sanitários, é um processo dinâmico comandado por organismos decompositores de matéria orgânica, sendo em sua maioria bactérias heterotróficas, aeróbias e facultativas. Esta decomposição pode ser descrita pelas fases aeróbia e anaeróbia.

A fase aeróbia ocorre durante o primeiro mês de deposição e recobrimento do lixo na vala. A ação de decomposição é realizada pelas bactérias aeróbias que utilizam o oxigênio presente no interior do aterro. É mais intensa no início e à medida que o oxigênio vai ficando escasso a decomposição torna-se mais lenta. A presença de águas pluviais exerce grande influência sobre esta fase, pois facilita a redistribuição de nutrientes e microorganismos ao longo do aterro sanitário. Quando todo o oxigênio é consumido, inicia-se a fase anaeróbia, onde a decomposição ocorre através dos organismos anaeróbios e/ou facultativos que hidrolisam e fermentam celulose e outros materiais presentes no resíduo. Esta fase é caracterizada pela redução da concentração de carbono orgânico, altos níveis de amônia e largoespectro de metais, representando considerável potencial de risco para o meioambiente. A fase anaeróbia pode demorar vários anos para estar completa.

Diversos fatores contribuem para que o resíduo da decomposição do lixo (chorume) seja complexo e apresente significativas variações em sua composição. Dentre as mais importantes contam-se: dinâmica de decomposição ao longo do tempo, variações na forma de operação do aterro sanitário, na composição dos resíduos depositados, no volume de chuvas e outras alterações climáticas.

O chorume pode ser o principal responsável pela contaminação de dois compartimentos: o solo e as águas subterrâneas (lençol freático). O solo atua frequentemente como um “filtro”, tendo a capacidade de depuração e imobilizando grande parte das impurezas nele depositadas. No entanto, essa capacidade é limitada, podendo ocorrer alteração da qualidade do solo, devido ao efeito cumulativo da deposição de poluentes atmosféricos, à aplicação de defensivos agrícolas e fertilizantes e à disposição de resíduos sólidos industriais, urbanos, materiais tóxicos e radioativos.

A água subterrânea encontra-se nas zonas saturadas, onde os poros, fraturas ou espaços vazios da matriz sólida estão completamente preenchidos por água. Assim, como fazem parte do mesmo contexto, o que ocorrer com o solo repercutirá nas águas subterrâneas, podendo resultar em alterações de sua qualidade. Desta forma, a migração dos poluentes através do solo, para as águas superficiais esubterrâneas, constitui uma ameaça para a qualidade dos recursos hídricos utilizados em abastecimento público, industrial, agrícola, comercial, lazer e serviços.

Localmente, se observou presença de chorume na superfície do local, fato que demonstra que provavelmente o contaminanante encontra-se subsuperficial, o que somente poderá ser monitorado seus efeitos por meio dos poços de monitoramento propostos mais adiante neste trabalho.

OBJETIVO

São apresentados neste documento os elementos mínimos exigíveis para que sejam executadas as etapas de diagnóstico geoambiental e intervenção para recuperação de áreas degradadas pela disposição irregular de resíduos sólidos, visando atender a legislação pertinente e contribuir para melhoria da qualidade ambiental, social e da saúde humana, além de adequar a gestão de resíduos sólidos no Estado do Rio de Janeiro.

INVESTIGAÇÃO GEOAMBIENTAL

A investigação geoambiental pode ser definida como a coleta sistemática de dados visando determinar o grau de contaminação de uma área e sua relação com o meio ambiente. A obtenção de dados pode ocorrer por vários meios, tais como: pesquisa documental, entrevistas, visitas de reconhecimento, inspeções, amostragens e ensaios.

Ela situação atual dos recursos naturais em superfície, tais como solo, relevo e recursos hídricos, bem como do passivo ambiental existente e sua abrangência, contemplando a investigação detalhada e avaliação de risco, com objetivo de subsidiar a etapa de intervenção, após a investigação confirmatória que tenha identificado substâncias químicas (poluentes) em concentrações acima do valor de investigação (contaminantes).

A relação da área contaminada com o meio ambiente é concebida atualmente como uma cadeia ligando a fonte ao alvo por caminhos. Assim, define-se como fonte a área identificada como potencialmente contaminada em função da natureza do contaminante presente e do mal que representa. Os caminhos são as rotas pelas quais o contaminante pode ser transferido para o alvo considerado. O alvo é o corpo receptor que pode ser danificado pela presença do contaminante em concentração suficiente para lhe causar um mal.

As relações entre a fonte e o meio envolvem mecanismos como sorção, lixiviação e biodegradação, que não são triviais. Da mesma forma, as relações entre o contaminante e o alvo envolvem fatores complexos como tempo de exposição, concentração, modo de absorção, bioacumulação e cadeia alimentar.

PLANEJAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

O planejamento de investigação geoambiental deve ocorrer com base em um conjunto de objetivos que visam prover de informações suficientes sobre a fonte, os caminhos e os alvos, para permitir uma avaliação de risco tal que seja possível identificar as ações de remediação ou dispensá-las.

Os objetivos subsidiários são:

- determinar a natureza, a forma, a extensão e a distribuição de qualquer contaminação presenta na área investigada, incluindo os contaminantes migrando para ou da área investigada;

- caracterizar o meio determinando: o contexto geológico estrutural e sua composição, a estratigrafia, as características geotécnicas relevantes (mineralogia, umidade, granulometria, permeabilidade etc.), a topografia, a propensão para inundações, os níveis dos aquíferos, a qualidade da água, os fluxos de subsuperfície, os efeitos de extração e recarga, os caminhos físicos potenciais construídos pelo homem;

- entender a natureza dos potenciais alvos da contaminação e a relação entre a fonte e os efeitos, envolvendo: o uso atual e proposto para a área, o potencial contaminante da área, os alvos humanos potenciais nas proximidades da área, a proximidade e sensibilidade dos corpos hídricos, a proximidade e sensibilidade da flora e da fauna, a natureza das estruturas prediais, o perigo aos ecossitemas existentes na área e fora dela;

- dar suporte às decisões gerenciais e de remediação.

O ponto crítico da investigação geoambiental é estabelecer se a cadeia fonte-caminho-alvo está completa. Até que isso seja demonstrado não é justificável assumir que a presença de uma contaminação residual possa representar um risco para o uso corrente ou futuro da área.

FASES DA INVESTIGAÇÃO

A investigação geoambiental, geralmente, envolve três fases, não sendo obrigatória a consecução de todas as fases, visto tratar-se de um processo interativo, passível de interrupção em função da suficiência de informações e da gerência de risco:

- Fase preliminar: predominam etapas não intrusivas;
- Fase exploratória: com limitadas intrusões;
- Fase principal ou detalhada: dominada por técnicas de investigação intrusivas.

Essas fases genéricas envolvem várias etapas de intensidade crescente em termos de investigação, mas não necessariamente de importância crescente para a avaliação de risco:

- Estudo de gabinete;
- Reconhecimento de campo;
- Fase exploratória;
- Fase principal;
- Fase suplementar;
- Pós-remediação.

Trata-se da tentativa a diagnosticar atual situação ambiental dos locais onde se localizavam os antigos lixões de Itambi e Jardim Ferma frente as exigências do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, junto ao INEA. Este projeto seguirá as especificações técnicas para compor o Termo de Referência para a Recuperação dos vazadouros de Itaboraí/RJ. Ressaltando que estaremos realizando esses estudos de forma a assessorar a futura recuperação dos impactos ambientais das áreas aqui mencionadas.

As ações de recuperação ambiental a serem aplicadas nas áreas dos antigos vazadouros dependem da caracterização da área, ou seja, características do solo, lençol freático, águas superficiais, gases, tipologia de resíduos, características dos resíduos dispostos, área atingida e circunvizinhança, visando identificar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente e mitigar os impactos associados aos danos causados pela disposição irregular de resíduos, portanto, deverão ser realizadas de acordo com as etapas de diagnóstico e intervenção.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA COMPOR O TERMO DE REFERÊNCIA PARA A RECUPERAÇÃO DOS ANTIGOS VAZADOUROS EM ITABORAÍ/RJ

Em atendimento à solicitação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro como forma de auxiliar esta Prefeitura, a área técnica do INEA elaborou as especificações técnicas para compor o Termo de Referência para a Recuperação de nossos vazadouros, este documento nos serviu de base para a apresentação deste termo.

DO PROJETO A SER APRESENTADO PARA REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL DE RECUPERAÇÃO – LAR

As ações de recuperação ambiental a serem aplicadas nas áreas dos antigos vazadouros dependem da caracterização da área, ou seja, características do solo, lençol freático, águas superficiais, gases, tipologia de resíduos, características dos resíduos dispostos, área atingida e circunvizinhança, visando identificar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente e mitigar os impactos associados aos danos causados pela disposição irregular de resíduos, portanto, deverão ser realizadas de acordo com as etapas de diagnóstico e intervenção, descritas a seguir:

Diagnóstico: corresponde a identificação da área e investigação das condições reais da degradação ambiental através de uma investigação geoambiental, que tem por objetivo avaliar a situação atual dos recursos naturais em superfície, tais como solo, relevo e recursos hídricos, bem como do passivo ambiental existente e sua abrangência, contemplando a investigação detalhada e avaliação de risco, com objetivo de subsidiar a etapa de intervenção, após a investigação confirmatória que tenha identificado substâncias químicas (poluentes) em concentrações acima do valor de investigação (contaminantes).

Intervenção: execução de ações de controle para a eliminação do perigo ou redução, para níveis toleráveis, dos riscos identificados na etapa de diagnóstico,bem como o monitoramento da eficácia das ações executadas, considerando o uso atual e futuro da área.

Controle Ambiental: corresponde às ações de monitoramento ambiental da área e manutenção e inspeção das obras executadas, bem como às ações operacionais que se façam necessárias após finalizadas as obras, tais como o tratamento do lixiviado captado.

As etapas de diagnóstico e intervenção deverão ser apresentadas em nível executivo, contendo o detalhamento integral das ações necessárias para atingir os resultados de recuperação pretendidos, incluindo memórias de cálculo, plantas,desenhos, memorial descritivo, cronograma de execução e plano de monitoramento.

1. DIAGNÓSTICO – INVESTIGAÇÃO GEOAMBIENTAL

1.1 CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO

Descrição sucinta da micro-bacia hidrográfica onde se insere a área do vazadouro e representação em mapa georreferenciado, contemplando:

- Corpos hídricos superficiais;
- Corpo receptor mais próximo do vazadouro;
- Atividades que lançam efluentes nos corpos hídricos situados à montante e a jusante da área do empreendimento, com representação em planta;
- Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação;
- Usos a que se destinam as águas subterrâneas e superficiais, a jusante do empreendimento e dentro da micro-bacia hidrográfica;
- Uso e ocupação do solo, com identificação das residências mais próximas do vazadouro;
- Geologia e geomorfologia regional e local;

1.2 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DO VAZADOURO

1.2.1 Localização dos limites geográficos da área do vazadouro com representação em planta planialtimétrica, georreferenciada, detalhando os sítios de localização do projeto.

1.2.2 Histórico de utilização da área.

1.2.3 Cálculo do quantitativo total de resíduos dispostos no vazadouro, estimado a partir dos dados históricos de uso da área e dados populacionais à época ouregistros existentes.

1.2.4 Levantamento topográfico da área em que efetivamente impactada pela disposição de resíduos, especificando limites, dimensões e volume.

1.2.5 Levantamento geofísico da área para facilitar a locação das sondagens para coletas de amostras de solo e de água subterrânea, além de estimar a área e volume de solos/subsolos contaminado.

1.3 INVESTIGAÇÃO AMOSTRAL

1.3.1 Plano de amostragem, considerando os dados obtidos no Diagnóstico da área, a ser previamente aprovado pelo órgão ambiental licenciador. O Plano de amostragem deverá contemplar:

- A estudo pedológico, deverá seguir o roteiro típico de Amostragem de Solo de Perfil Completo (ASPC), de acordo com a ABNT NBR 15515-2/2011.
- Perfuração de poços após as cacterização pedológica e definição das Susbstâncias Quimicas de Interesse, conforme ABNT NBR 15515-2/2011

- Identificação e descrição das zonas de descarga e recarga do aquífero;
- Ensaio '*in situ*" de permeabilidade da zona saturada;
- Amostragem de águas subterrâneas e superficiais dos parâmetros: cloreto, nitrogênio amoniacal, DQO, toxicidade, pH, além dos orientadores estabelecidos na Resolução CONAMA 420/2009 para águas subterrâneas e os parâmetros estabelecidos na Resolução CONAMA 357 para as águas superficiais;
- Análises geoquímicas de solo e água subterrâneas, também deverão buscar a identificação de substâncias químicas que comumente estão associadas à esse tipo de passivo ambiental, tais como: produtos farmacêuticos, anticoncepcionais, hormônios, fragrâncias, produtos de beleza, protetor solar, remédios e fármacos.
- Amostragem do biogás.

Obs.: As amostras coletadas e análisadas deverão ter como referencia de contraste analítico o *Background* Natural, no qual as amostras coletadas serão compardas Quantidade de substâncias naturais no meio ambiente, isento de fontes antropogênicas de poluição e o *Background* local que são as concentrações de substâncias perigosas presentes no meio ambiente, relacionadas à liberação por atividades antropogênicas.

1.3.2 Execução do Plano de amostragem aprovado pelo órgão ambiental

Deverão ser executadas todas as etapas estabelecidas no Plano de Amostragem. O produto da execução do Plano de Amostragem deverá ser por meio de Relatório contendo em seus anexos:

- Perfis construtivos dos poços de monitoramento indicando seus elementos (filtro, pré-filtro, selo, preenchimento, etc.), de acordo com as normas técnicas de referência;
- Relatórios de sondagens;
- Laudos laboratoriais devidamente assinados pelos técnicos responsáveis;
- Descrição da metodologia utilizada, tipo de ensaio, dados de campo e o memorial de cálculo;
- Planta com a localização georreferenciada das sondagens, poços de monitoramento e pontos de amostragens da água superficial.

1.3.3 Apresentação do estudo de vulnerabilidade dos aquiferos

Após a coleta de dados deverá ser elaborado estudo vulnerabilidade nas águas subterrâneas para nortear sob qual e forma os contaminantes de apresentam no sistema freático, mostrando os perigos de migração em determinadas situações de uso do solo, características do contaminante e condições da área.

2. INTERVENÇÃO - PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO VAZADOURO

O Projeto de recuperação deverá ser desenvolvido considerando os resultados do Diagnóstico Ambiental. Deverá contemplar os seguintes memoriais e plantas conforme os itens abaixo.

2.1 ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA

O cercamento e identificação da área, bem como outras medidas de segurança deverão ser adotados com a finalidade de impedir e controlar o acesso de veículos, pessoas não autorizadas e animais.

2.2 RETALUDAMENTO DO MACIÇO

Planta discriminando as etapas sequenciais do retaludamento e a configuração final a ser atingida após finalizadas as obras de reconformação.

2.3 IMPERMEABILIZAÇÃO DO MACIÇO

Planta e memorial descritivo do sistema de impermeabilização superior, considerando uma camada de argila de no mínimo 80 (oitenta) centímetros de espessura nas plataformas e bermas e de 40 (quarenta) centímetros de espessura nos taludes, com coeficiente de permeabilidade $K=1x10^{-7}$ e uma camada de no mínimo 0,40 m de solo vegetal para o plantio.

2.4 SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

Planta baixa, memorial descritivo e justificativa dos sistemas de drenagem daságuas superficiais que tendam a escoar para a área do vazadouro, bem como das águas que precipitem diretamente sobre essa área, indicando a especificação, dimensionamento e espaçamento adotados para os elementos do sistema.

2.5 SISTEMA DE DRENAGEM DO CHORUME, INCLUINDO BARREIRA HIDRÁULICA PERIMETRAL

Planta baixa, memorial descritivo e justificativa do sistema de drenagem de lixiviado (chorume), devendo contemplar barreira hidráulica perimetral ao maciço de resíduos.

2.6 SISTEMA DE DRENAGEM E QUEIMA DE GASES

Planta baixa, descrição e justificativa do sistema de drenagem e queima dos gases gerados, indicando a especificação, dimensionamento e espaçamento adotado para os elementos do sistema.

2.7 SISTEMA DE TRATAMENTO DO CHORUME

Projeto contemplando plantas, memorial descritivo e justificativa do sistema de tratamento do lixiviado (chorume).

2.8 LAGOA DE ACUMULAÇÃO DE LIXIVIADO (CHORUME)

Projeto da lagoa de acumulação do lixiviado captado pelo sistema de drenagem de lixiviado contemplando plantas e memorial descritivo.

2.9 MATERIAL DE EMPRÉSTIMO / JAZIDA

Cálculo do material de empréstimo necessário para cobertura dos resíduos e impermeabilização superior. Informar origem da jazida a ser utilizada e as medidas previstas para evitar o assoreamento de corpos hídricos superficiais.

2.10 COBERTURA VEGETAL

Projeto Executivo de reflorestamento da área contendo planta delimitando as áreas que receberão o projeto de reflorestamento com espécies arbóreas e aquelas que receberão apenas gramíneas e arbustos, especificando quais espécies serão utilizadas.

2.11 UNIDADES DE APOIO

Memorial descritivo do empreendimento especificando a localização, memorial de cálculo e plantas das unidades de apoio, tais como: canteiro de obras, oficina mecânica, escritório, sanitários, estação de tratamento de chorume (se aplicável) entre outras benfeitorias.

2.12 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO

Cronograma físico-financeiro referente às ações a serem implementadas até o encerramento das obras de recuperação.

3. CONTROLE AMBIENTAL

3.1 MONITORAMENTO AMBIENTAL

3.1.1 Proposta de Plano de Monitoramento Ambiental a ser executado após execução das obras de recuperação, incluindo o controle da qualidade das coleções hídricas superficiais e subterrâneas. O Plano de Monitoramento Ambiental deverá especificar os pontos de monitoramento, bem como os parâmetros e frequências das amostragens a serem realizadas. Deverá contemplar:

- Plano de monitoramento das águas superficiais a jusante e a montante da área de influência do vazadouro, e de acordo com o que for evidenciado

do Estudo de Vulnerabilidade dos Aquíferos;

- Plano de monitoramento das águas subterrâneas, acordo com o que for evidenciado do Estudo de Vulnerabilidade dos Aquíferos;

- Plano de monitoramento geotécnico após a conclusão das obras de recuperação, com indicação do método de medição a ser adotado, incluindo a localização dos poços piezométricos os quais devem ser instalados sobre o maciço devendo os poços atingir profundidades iguais às do chorume;

- Plano de Gerenciamento do Lixiviado (chorume) captado. No caso da implantação de Unidade para Tratamento de Chorume, o plano deverá contemplar o monitoramento da eficiência da Unidade de Tratamento.

3.2 MANUTENÇÃO

3.2.1 Plano de Inspeção e Manutenção dos sistemas de drenagem de águas pluviais, de águas subterrâneas e de gases, do sistema de impermeabilização superior, da cobertura vegetal, da unidade de tratamento de lixiviado (chorume) e outros. O Plano de Inspeção e Manutenção deverá contemplar memorial descritivo eperiodicidade de cada uma das ações a serem realizadas.

3.3 OPERAÇÃO

3.3.1 Memorial descritivo das ações operacionais da Unidade de tratamento de chorume, se aplicável.

4. ABRANGÊNCIA

O PRAD abrangerá as áreas ocupadas pelos Vazadouros Ferma e Itambi e seu entorno, considerando a área de transbordo e a área impactada.

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Os produtos do trabalho deverão apresentar nível e linguagem compatível com sua destinação, seguindo os padrões das normas da ABNT. Serão entregues em sua versão preliminar para análise e considerações pela comissão fiscalizadora, que deverão aprovar a versão final dos referidos documentos.

Todos os produtos deverão ser entregues a comissão em versão preliminar para análise e, após a revisão e aprovação, em versão final.

Os produtos deverão passar por uma revisão ortográfica antes de serem entregues a comissão.

As reuniões realizadas durante os trabalhos deverão ser comprovadas por meio de lista de presença, relatório de percepção da reunião e fotos.

Os mapas e plantas da área degradada deverão ser apresentados em coordenadas UTM/UPS.

As escalas devem ser compatíveis ao objeto estudado. Intervalo de escalas ideais:

- Mapa da região: 1/500.000 a 1/ 750.000
- Mapa do município: 1/ 50.000 a 1/330.000;
- Planta de situação e entorno, vista de satélite: 1/ 750 a 1/ 2.500;
- Planta baixa área a recuperar: de 1/250 a 1/750;
- Cortes e vistas: de 1/100 a 1/250;
- Detalhes: de 1/50 a 1/20.

A versão preliminar deverá ser entregue em língua portuguesa, sendo 1 (uma)unidade impressa em papel reciclado A4 e 1 (uma) unidade em meio digital, em formato editável compatível com sistema operacional Windows, extensão. Doc. (Word) e PDF (pen drive). Caso os produtos não sejam aprovados, deverão ser revistos pelo contratado.

A versão final deverá ser entregue em língua portuguesa, sendo 2 (duas) unidades impressas e encadernadas separadamente em papel reciclado A4 e 2 (duas) unidades em meio digital (pendrive), em formato editável compatível com sistema operacional Windows, extensão. Doc (Word) e PDF (pen drive). Caso os produtos não sejam aprovados, deverão ser revistos pelo contratado.

Deverá ser relacionada toda a referência bibliográfica consultada para a realização do PRAD, incluindo a citação das fontes pesquisadas (textos, desenhos, mapas, gráficos, tabelas, fotografias, etc).

6. QUALIFICAÇÕES DA EQUIPE

Equipe-chave

A Consultoria deverá contar, para compor a equipe-chave, com no mínimo 04 (quatro) especialistas de nível superior (apresentar registro ou inscrição em entidade profissional competente), e 1 (um) coordenador Geral, esses com registro de carteira de trabalho ou contrato de trabalho aos quais deverão ser apresentados na habilitação do edital, a saber:

- Coordenador (a), Engenheiro (a) Sanitarista com experiência comprovada na coordenação da elaboração de Planos de Recuperação de Áreas degradadas (PRAD) para lixões ou depósitos irregulares de lixo urbano

- Especialistas: formação acadêmica em nível superior na área compatível com a função a ser desempenhada:

1 especialista Engenheiro, com experiência no Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC).

1 especialista Geólogo, com experiência no Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC).

1 especialista Engenheiro Ambiental ou Engenheiro Ambiental e Sanitarista, com experiência em elaboração em Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD).

1 Especialista Biólogo ou Engenheiro Florestal, com experiência em elaboração de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD).

A seleção, a contratação e a administração de todos os recursos humanos serão de inteira responsabilidade da Consultoria, inclusive, todas as obrigações sociais que venham a ocorrer.

Equipe de Apoio Sugerida

Além da equipe-chave, a Consultoria deverá constituir equipe de trabalho paraassumir e assegurar o apoio e a qualidade técnica dos serviços específicos, trabalhar a sistematização e análise dos dados, envolvendo profissionais com perfis adequados à natureza da atividade.

Para esta finalidade deverá compor a equipe de apoio um desenhista/cadista e um auxiliar administrativo.

A seleção, a contratação e a administração de todos os recursos humanos serão de inteira responsabilidade da Consultoria, inclusive, todas as obrigações sociais que venham a ocorrer.

7. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para início dos serviços de elaboração dos planos de recuperação das áreas degradadas (PRAD), denominada “Vazadouro Ferma” e “Vazadouro Itambi” municipal de Itaboraí, é imediata a partir da emissão e recebimento da ordem do serviço e, até 08 (oito) meses ocorridos para a conclusão, contados a partir da respectiva ordem de serviço.

Obs.: A cada atividade será emitido uma ordem de serviço para a empresa e a conclusão das atividades deverão cumprir o cronograma estabelecido neste TR.

PRODUTOS	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08
ATIVIDADE 01								
ATIVIDADE 02								
ATIVIDADE 03								

Tabela de cronograma de execução.

8. CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

O pagamento será de acordo com as porcentagens descritas por atividades conforme tabela abaixo, as atividades deverão ser entregues dentro das especificações e prazos determinados neste termo de referência I e aprovação da comissão.

Será procedida consulta "*ON LINE*" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Está incluso no custo dos trabalhos a remuneração do(s) profissional(s), bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista, despesas com alimentação, transporte, materiais de consumo e outros que se façam necessários para a realização do objeto contratado.

Toda articulação e logística para a realização das visitas técnicas aos municípios serão de total responsabilidade da empresa contratada.

DO QUANTITATIVO A SER ADQUIRIDO:

Os produtos objeto deste Termo de referência I, são os constantes na LISTA abaixo, informamos que todas as etapas do gerenciamento das áreas contaminadas deverão atender integralmente as Resoluções CONAMA e leis pertinentes ao assunto, junto deste termo de consta listagem de referências legais

ANEXO I

São esperados dessa consultoria os seguintes produtos, considerando que é necessária a aprovação destes pela comissão fiscalizadora dos trabalhos:

Atividades	Produtos
Atividade 1	**RELATÓRIO CONSOLIDADO COM IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DA ÁREA OBJETO DO ESTUDO**. 1. Identificação e seleção da área objeto do estudo. • Material fotográfico das áreas, imagens de satélites georreferenciadas; • Mapas identificando as áreas degradadas do vazadouro Ferma e Vazadouro Itambi no município, destacando as áreas selecionadas para elaboração do PRAD. 2. Reuniões com a comissão avaliadora para aprovação.
Atividade 2	**RELATÓRIO CONSOLIDADO DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL** 1. Diagnóstico Ambiental: • Descrição da metodologia de trabalho de todas as etapas: diagnóstico ambiental; estudos necessários (geotécnica, hidrogeológico, com instalação dos piezômetros e análises químicas de todos os pontos) e propostas para programas, planos e projetos de recuperação.

- Histórico do processo de disposição dos resíduos sólidos no lixão, contendo, no mínimo: informação aproximada de quando se iniciou a disposição; como era o local antes da ação antrópica; proprietário do terreno, etc.
- Descrição da situação atual, das características físicas da área: cobertura vegetal existente ou removida, topografia, declividade, hidrografia (incluir registro fotográfico). Identificação dos possíveis danos e sua extensão pelo uso inadequado (lixão) abrangendo a área de influência direta. Considera-se a área de influência direta, a área de disposição dos resíduos e a área impactada conforme levantamentos do estudo.
- Informar a posição em relação às Unidades de Conservação, possíveis comunidades indígenas, sítios arqueológicos existentes, áreas remanescentes, florestais, nascentes e cursos d'água, etc.
- Localização em relação à cidade mais próxima, infraestrutura existente (água, esgoto, estradas, cercamento da área, controle de acesso, etc.) presença de equipamentos públicos na área de influência direta.
- Descrição das formas da disposição do lixo, existência ou não de medidas de controle ambiental executadas na área (recobrimento, terraços, bacias de contenção, etc.).
- Volume estimado existente na área, dados qualitativos e quantitativos aproximados dos resíduos (urbano, comercial de saúde, construção civil, industrial, etc.)
- Levantamento gravimétrico do RSU
- Levantamento fotográfico.
- Planta de situação da área de influência direta com acesso ao lixão.
- Características socioeconômicas, uso e ocupação do solo, identificação dos possíveis interesses conflitantes, situação fundiária da área de influência direta.
- Identificação das comunidades na área de influência direta, da existência de catadores e suas formas de organização (associações, cooperativas).
- Identificação, descrição e avaliação dos impactos ambientais causados pelo "lixão". Métodos e medidas para prevenção e minimização dos impactos.

2. Planta Baixa, com as poligonais da área degradada, localizando aspectos de sua cobertura vegetal, topografia e a existência de processos erosivos instalados no local. Formatos (UTM, Sirgas 2000 em Shapefile/KML). A escolha da escala deverá ser compatível com as áreas a serem mapeadas, que possa atender e cumprir aos diferentes propósitos e nível de detalhamento do PRAD (intervalo entre 1/500 a 1/2500).

3. Levantamento planialtimétrico do terreno. Investigação e caracterização geológica, hidrogeológica complementar com instalação de poços de monitoramento.

4. Gerar mapas, preferencialmente em 3D, com a volumetria do lixo depositado e perfis do terreno, a partir dos furos de sondagens executado na área.

5. Análises químicas (apresentar registro fotográfico, metodologia aplicada e identificação em mapa de todos os pontos de coleta, mostrando a declividade do terreno). Os Parâmetros e técnicas de procedimento de coleta, preservação e análise das amostras devem estar em conformidade com a legislação ambiental e normas técnicas:

- Análise físico – química e microbiológica e detecção de metais pesados da água superficial, se houver existência de corpos d'água na área de influência direta. O procedimento deve ser de acordo com as Resoluções vigentes do CONAMA que tratam da qualidade dos corpos d'água. As pontos coletados deverão ter suas escolhas justificadas dentro do próprios projeto.
- Análise microbiológica, físico-química e detecção de metais pesados nas águas subterrâneas, de acordo com as resoluções vigentes do CONAMA que tratam da qualidade das águas subterrâneas. No mínimo, 7 (sete) amostras/área em pontos já determinado em estudos anteriores em posse da secretaria para cópia. As pontos coletados deverão ter suas escolhas justificadas dentro do próprios projeto.
- Análise microbiológica, físico-química e detecção metais pesados do solo (sendo 01 amostras superficial e outra intermediaria até nível d’água, sendo no mínimo 14 analise e duas coletas por ponto), seguindo Resolução CONAMA vigente que trata de qualidade do solo. Para cada sondagem realizar uma amostra de solo, apresentar registro fotográfico e metodologia aplicada de todos os pontos de coleta.

6. Análise econômica da degradação ambiental. Identificação, caracterização e custo do passivo ambiental de natureza

física, biológica e antrópica.

Reuniões com comissão responsável para deferimento dos trabalhos.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA

1. Deverão ser apresentadas, no mínimo, 2 (duas) soluções técnicas de encerramento, recuperação e monitoramento da área degradada que atendam à legislação ambiental e às normas da ABNT. A comissão responsável selecionará a solução mais adequada para o município. Para a solução técnica escolhida deverá ser elaborado projeto executivo detalhado. Os projetos executivos deverão ser apresentados da seguinte forma: Plantas baixas; Planta de situação, cortes, vistas, detalhes, planilhas, tabelas e textos.

Atividade 3

As soluções técnicas a serem utilizadas podem ser de forma isolada ou conjunta, preferencialmente aqueles de eficácia já comprovada, devendo ser abordados os seguintes assuntos:

- Técnicas e metodologia de recuperação e revegetação a técnicas e metodologia de recuperação e vegetação a será dotada, preferencialmente, espécies nativas da região no projeto de recuperação, incluindo-se, também, aquelas espécies ameaçadas de extinção, as quais deverão ser destacadas no projeto.
- As espécies vegetais utilizadas deverão ser listadas e identificadas por família, nome científico e respectivo nome vulgar. Quando necessário o controle de espécies invasoras, de pragas e de doenças deverão ser utilizados métodos e produtos que causem o menor impacto possível, observando-se técnicas e normas aplicáveis a cada caso.
- Projeção da área recuperada (projetos), demostrando a previsão da configuração da área após a realização dos trabalhos de recuperação, constituindo assim o modelo a ser alcançado pelo PRAD. Formatos UTM, Sirgas 2000 e Shapefile.
- Cronograma de execução da implementação, manutenção, monitoramento e avaliação do projeto.
- Cronograma físico e financeiro discriminado por atividade.
- Orçamento detalhado dos custos de execução do projeto, utilizar tabela de preço seguida pelo departamento de engenharia da prefeitura com cálculo das taxas de BDI, descrição dos serviços, custos, percentagem, prazo de

execução, planilha dos materiais necessários por unidade, quantidade, preços unitário e total.

- Conclusão das medidas e soluções adotadas.
- Legislação pertinente.
- Equipe técnica.

2. Apresentação e reunião dos representantes da equipe chave com a comissão fiscalizadora.

Observações: Todo material elaborado para todas as atividades acima listadas, deverá ser apresentado previamente à comissão fiscalizadora que compõe a unidade de coordenação do projeto. Toda articulação e logística para a realização das visitas técnicas no município e seu distrito serão de total responsabilidade da empresa contratada.

ANEXO II

ATIVIDADES	PRODUTOS	PRAZO/ MESES	PORCENTAGEM POR ATIVIDADE
	PRODUTO 1 – RELATÓRIO CONSOLIDADO COM IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DA AREA OBJETO DO ESTUDO.		
Atividade 1	1. Identificação e seleção da área objeto do estudo. • Material fotográfico das áreas, imagens de satélites georreferenciadas; • Mapas identificando as áreas de influência direta e indireta (AID e AII) do Vazadouro Ferma e pelo Vazadouro Itambi município, destacando as áreas selecionadas para elaboração do PRAD. 2. Reuniões com a comissão avaliadora para aprovação.	1º a 2º meses	15 %
	PRODUTO 2 – RELATÓRIO CONSOLIDADO DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL		
Atividade 2	1 - Diagnóstico Ambiental: • Descrição da metodologia de trabalho de todas as etapas: diagnóstico ambiental; estudos necessários (geotécnica, hidrogeológico, estudo de vulnerabilidade de aquíferos com instalação mínima de piezômetros de forma a abranger toda a área afetada (direta e indireta), análises químicas de todos os pontos (piezômetros), propostas para programas, planos e projetos de recuperação. • Histórico do processo de disposição dos resíduos sólidos no lixão, contendo, no mínimo: informação aproximada dequando se iniciou a disposição; como era o local antes da	3ª a 6ª meses	50 %

ação antrópica; proprietário do terreno, etc.

- Descrição da situação atual, das características físicas daárea: cobertura vegetal existente ou removida, topografia, declividade, hidrografia (incluir registro fotográfico). Identificação dos possíveis danos e sua extensão pelo uso inadequado (lixão) abrangendo a área de influência direta. Considera-se a área de influência direta, a área de disposição dos resíduos e a área impactada conforme levantamentos do estudo.
- Informar a posição em relação às Unidades de Conservação, possíveis comunidades indígenas, sítios arqueológicos existentes, áreas remanescentes, florestais, nascentes e cursos d'água, etc.
- Localização em relação à cidade mais próxima, infraestrutura existente (água, esgoto, estradas, cercamento da área, controle de acesso, etc.) presença de equipamentos públicos na área de influência direta.
- Descrição das formas da disposição do lixo, existência ou não de medidas de controle ambiental executadas na área (recobrimento, terraços, bacias de contenção, etc.).
- Volume estimado existente na área, dados qualitativos e quantitativos aproximados dos resíduos (urbano, comercial de saúde, construção civil, industrial, etc.)
- Levantamento gravimétrico
- Levantamento fotográfico.
- Planta de situação da área de influência direta com acesso ao lixão.
- Características socioeconômicas, uso e ocupação do solo, identificação dos possíveis interesses conflitantes, situação fundiária da área de influência direta.

- Identificação das comunidades na área de influência direta, da existência de catadores e suas formas de organização (associações, cooperativas).
- Identificação, descrição e avaliação dos impactos ambientais causados pelo “lixão”. Métodos e medidas para prevenção e minimização dos impactos.

2. Planta Baixa, com as poligonais da área degradada, localizando aspectos de sua cobertura vegetal, topografia e a existência de processos erosivos instalados no local (DATUM UTM Sirgas 2000 nos formatos Shapefile e KML). A escolha da escala deverá ser compatível com as áreas a serem mapeadas, que possa atender e cumprir aos diferentes propósitos e nível de detalhamento do PRAD (intervalo entre 1/500 a 1/2500).

3. Levantamento planialtimétrico do terreno e esduto de vulnerabilidade dos aquíferos, acompanhado de investigação e caracterização geológica, hidrogeológica complementar com instalação de poços de monitoramento.

4. Gerar mapas, preferencialmente em 3D, com a volumetria do lixo depositado e perfis do terreno, a partir dos furos de sondagens executado na área.

5. Análises químicas (apresentar registro fotográfico, metodologia aplicada e identificação em mapa de todos os pontos de coleta, mostrando a declividade do terreno). As análises deverão estar acompanhadas de background geoquímico de forma a trazer melhores parâmetros para as análises. As técnicas de procedimento de coleta, preservação e análise das amostras devem estar em conformidade com a legislação ambiental e normas técnicas:

- Análise físico – química e microbiológica e detecção de metais pesados da água superficial, se houver existência de corpos d'água na área de influência direta. O procedimento

deve ser de acordo com as Resoluções vigentes do CONAMA que tratam da qualidade dos corpos d'água. As pontos coletados deverão ter suas escolhas justificadas, de forma técnica, dentro do próprios projeto.

- Análise microbiológica, físico-química e detecção de metais pesados nas águas subterrâneas, de acordo com as resoluções vigentes do CONAMA que tratam da qualidadedas águas subterrâneas. As pontos coletados deverão ter suas escolhas justificadas, de forma técnica, dentro do próprios projeto.
- Análise microbiológica, físico-química e detecção metais pesados do solo. Apresentar registro fotográfico e metodologia aplicada de todos os pontos de coleta.

6. Apresentar Estudo de Vulnerabilidade dos Aquíferos da região sujeita ao impacto ambiental.
7. Análise econômica da degradação ambiental. Identificação, caracterização e custo do passivo ambiental de natureza física, biológica e antrópica.

Reuniões com comissão responsável para deferimento dos trabalhos.

PRODUTO 3 – RELATÓRIO CONSOLIDADO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA

1. Deverão ser apresentadas, no mínimo, 2 (duas) soluções técnicas de encerramento, recuperação e monitoramento da área degradada que atendam à legislação ambiental e às normas da ABNT. A comissão responsável selecionará a solução mais adequada para o

	5º a 8º meses	35 %

município. Para a solução técnica escolhida deverá ser elaborado projeto executivo detalhado. Os projetos executivos deverão ser apresentados da seguinte forma: Plantas baixas; Planta de situação, cortes, vistas, detalhes, planilhas, tabelas e textos.

As soluções técnicas a serem utilizadas podem ser de forma isolada ou conjunta, preferencialmente aqueles de eficácia já comprovada, devendo ser abordados os seguintes assuntos:

Atividade 3

- Técnicas e metodologia de recuperação e revegetação a técnicas e metodologia de recuperação e vegetação a será dotada, preferencialmente, espécies nativas da região no projeto de recuperação, incluindo-se, também, aquelas espécies ameaçadas de extinção, as quais deverão ser destacadas no projeto.
- As espécies vegetais utilizadas deverão ser listadas e identificadas por família, nome científico e respectivo nome vulgar. Quando necessário o controle de espécies invasoras, de pragas e de doenças deverão ser utilizados métodos e produtos que causem o menor impacto possível, observando-se técnicas e normas aplicáveis a cada caso.
- Projeção da área recuperada (projetos), demostrando a previsão da configuração da área após a realização dos trabalhos de recuperação, constituindo assim o modelo a ser alcançado pelo PRAD. Formatos UTM, Sirgas 2000 e Shapefile.
- Cronograma de execução da implementação, manutenção, monitoramento e avaliação do projeto.
- Cronograma físico e financeiro discriminado por atividade.
- Orçamento detalhado dos custos de execução do projeto, utilizar tabela de preço seguida pelo departamento de engenharia da prefeitura com cálculo das taxas de BDI,

descrição dos serviços, custos, percentagem, prazo de execução, planilha dos materiais necessários por unidade, quantidade, preços unitário e total.

- Conclusão das medidas e soluções adotadas.
- Legislação pertinente.
- Equipe técnica.

2. Apresentação e reunião dos representantes da equipe chave com a comissão fiscalizadora.

Deverá ser emitido Notas Fiscais/Faturas para cada atividade concluída para que seja realizado o pagamento, após serem conferidas, aceitas e atestadas pelo gestor, obrigando-se a empresa a manter sua regularidade fiscal e trabalhista exigidas na licitação.

O pagamento será efetuado à empresa contratada através de ordem Bancária em moeda corrente nacional, mediante a apresentação de nota fiscal devidamente certificada pela secretaria solicitante, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, FEDERAL E ESTADUAL, CRF do FGTS, CND Negativa de débitos Municipal e CN Trabalhista), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

REFERÊNCIAS

Federal

Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental.
Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências.
Resolução CONAMA n° 396, de 3 de abril de 2008 - Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.
Resolução CONAMA n° 404, de 11 de novembro de 2008 - Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos.
Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2009 - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Resolução CONAMA nº 430, de 31 de maio de 2011 - Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.
Lei complementar nº 140 de 8 de Dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas

formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.
Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico.

Estadual

Decreto-lei nº. 134, de 16 de junho de 1975 - Dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
CECA. Deliberação nº. 1007, de 04 de dezembro de 1986. Critérios e padrões para lançamento de efluentes líquidos. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 12 dez. 1986. (NT-202.R10).
NT 202, de 12 de dezembro de 1986 - Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos em Corpos Receptores.
CECA. Deliberação nº. 4886, de 25 de setembro de 2007. Diretriz de controle de carga orgânica biodegradável em efluentes líquidos de origem sanitária. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 08 nov. 2007. (DZ-215.R-4).
DZ 215, de 18 de maio de 1994 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica de Efluentes Líquidos de Origem Sanitária.
Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000 - Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Lei Estadual n° 4191, de 30 de setembro de 2003 - Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências.
Resolução CONEMA. n° 85, de 07 de dezembro de 2018 - Aprova a revisão da NOP-INEA-03- REV02 - Credenciamento de Laboratórios.
NOP-INEA-03-REV02, de 17 de dezembro de 2018 - Credenciamento de Laboratórios.
Resolução CONEMA Nº 44, de 14 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação de eventual contaminação ambiental do solo e das águas subterrâneas por agentes químicos, no processo de licenciamento ambiental Estadual.
Resolução CONEMA Nº 86, de 07 de dezembro de 2018 - Aprova a NOP- INEA-08-REV00 - critérios e padrões para controle da ecotoxicidade aguda em efluentes líquidos.
NOP-INEA-08-REV00, de 14 de dezembro de 2018 - critérios e padrões para controle da ecotoxicidade aguda em efluentes líquidos.

Lei 8298, de 21 de janeiro de 2019 - Altera a lei Estadual n° 4191 de 2003 que estabelece a política estadual de resíduos sólidos, definindo normas para disposição de resíduos sólidos em área de aquífero.
Decreto Nº 46890, de 23 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, e dá outras providências.

- NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRAS – ABNT

ABNT NBR 6457:1986: Amostras de solo - Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização.
ABNT NBR 6484:2001: Solo - Sondagens de simples reconhecimentos com SPT - Método de ensaio.
ABNT NBR 9897:1987: Planejamento de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores - Procedimento.
ABNT NBR 9898:1987: Preservação e técnicas de amostragem de afluente líquidos e corpos receptores - Procedimento.
ABNT NBR 10004:2004: Resíduos sólidos - Classificação.
ABNT NBR 10005:2004: Procedimento para obtenção de extrato lixiviado de resíduos sólido.
ABNT NBR 10006:2004: Procedimento para obtenção de extrato solubilizado de resíduos sólidos.
ABNT NBR 10007:2004: Amostragem de resíduos sólidos.
ABNT NBR 10703:1989: Degradação do solo - Terminologia.
ABNT NBR 13292:1995: Solo - Determinação do coeficiente de permeabilidade de solos granulares à carga constante - Método de ensaio.
ABNT NBR 14545:2000: Solo - Determinação do coeficiente de permeabilidade de solos argilosos a carga variável.
ABNT NBR 15492:2007: Sondagem de reconhecimento para fins de qualidade ambiental – Procedimento.
ABNT NBR 15515-1:2007: Passivo ambiental em solo e água subterrânea Parte 1: Avaliação preliminar.
ABNT NBR 15515-2:2011: Passivo ambiental em solo e água subterrânea Parte 2: Investigação confirmatória.
ABNT NBR 15515-3:2013: Passivo ambiental em solo e água subterrânea Parte 3: Investigação detalhada.
ABNT NBR 15495-1:2007: Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aqüíferos granulados Parte 1: Projeto e construção.

ABNT NBR 15495-2:2008: Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aqüíferos granulares Parte 2: Desenvolvimento.
ABNT NBR 15847:2010: Amostragem de água subterrânea em poços de monitoramento - Métodos de purga.
ABNT NBR 15935:2011: Investigações ambientais - Aplicação de métodos geofísicos.

Em 07/03/2023



_____

Raoni Oliveira de Souza Cardoso
Chefe de Gabinente – Mat. 45.294
Sacretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Of.SEAS/OUVI Nº61 Rio de Janeiro, 29 de junho de 2023

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício nº 681/2023-2PJTCOITB e Ofício nº 679/2023-2PJTCOITB - Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, confirmamos a presença desta Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade na reunião virtual agendada para o dia 12/07/2023, às 14h, objetivando tratativas com o Município de Itaboraí para ações de remediação ambiental dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi, abaixo o nomes dos servidores que participarão da referida reunião:

I - Mariana Miranda Maia Lopes - Superintendente de Resíduos Sólidos e Economia Circular

II - Millene Francine Lourenço Martins - Assessora

III - Elaine Passarello Reis - Assessora

IV - Kaylla Jovenka Fonseca Gomes - Assessora Chefe - Assessoria de Planejamento em Políticas Ambientais

Diante do exposto, sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Ana Beatriz Cárdenas

SEAS/Ouvidoria

ID 51095564

Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Cardenas dos Santos**, **Assistente II**, em 29/06/2023, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **54830200** e o código CRC **8510BB71**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº: 997/2022

09 de Setembro de 2022

Nº MPRJ: 2019.00629296

SOLICITANTE: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

COORDENADAS (Local da diligência):

LAT.: -22.745614765 **LONG.:** -42.942331804

Indústria. Petróleo e derivados, gás e biocombustíveis. 1 - Serviço técnico: Análise de documentos técnicos. 2 - Serviço técnico: Análise dos estudos de gerenciamento de áreas contaminadas. De modo geral as alterações são satisfatórias para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC) de acordo com a Resolução CONAMA 420/09 e para a remediação do passivo ambiental nas áreas dos vazadouros. Contudo, entende-se ser necessário acrescentar ao TR o estudo de vulnerabilidade de aquíferos.



Leia o QR code com seu celular.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

1. INTRODUÇÃO

A presente Informação Técnica visa atender à solicitação da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva - Núcleo Itaboraí ao Grupo de Apoio Técnico Especializado - GATE por meio do procedimento SEI 20.22.0001.0033345.2021-61, que solicita a avaliação de nova documentação a partir das orientações contidas na IT-1235/2021, quanto a adequação do Termo de Referência para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma, ambos localizados no município de Itaboraí, nos seguintes termos:

> Remeter o PA nº 105/2019 integralmente digitalizado, via SEI, ao GATE solicitando informar se a complementação promovida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí no Termo de Referência para a recuperação dos antigos vazadouros em Itaboraí atende ao escopo do item 5 da cláusula sexta do TAC do COMPERJ. Caso ainda persista alguma pendência, solicita-se que a obrigação de fazer seja sugerida de forma objetiva.(Grifo nosso).

A avaliação realizada nessa Informação Técnica foi embasada no novo documento acostado aos autos por meio da SAT nº 1636029 para o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi (fls.: 215/274) elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados.

2. DESENVOLVIMENTO

Os vazadouros denominados Itambi e Jardim Ferma, ambos localizados no município de Itaboraí, foram as áreas escolhidas para serem objeto de recuperação ambiental com o apoio financeiro da Petrobras estipulado no item 5 da cláusula sexta do TAC II do COMPERJ. Essas áreas são passivos ambientais do município, as quais foram utilizadas para disposição final dos resíduos sólidos urbanos do município de maneira irregular sem atender as premissas técnicas e legais de um Aterro Sanitário.

2.1. Avaliação do Termo de Referência - TR

De acordo com a IT-1235/2021, que conclui pela adequação da proposta com relação as premissas previstas para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC) de acordo com a Resolução CONAMA 420/2009 e para a remediação do passivo ambiental nas áreas dos vazadouros. Contudo, entende-se ser necessário que se acrescente ao TR solicitação do estudo de: (i) *background* geoquímico, (ii) estudo de vulnerabilidade de aquíferos e (iii) que

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

na etapa de investigação seja adotada a metodologia de Amostragem de solo por Perfil Completo (ASPC).

O novo TR, na descrição das áreas de interesse a serem investigadas, informa que foram encontrados pontos de afloramento de chorume no terreno, por este motivo, reforça-se que o levantamento de passivo ambiental deverá contemplar investigação geofísica, descrita na ABNT NBR 15935/2011 - Investigações ambientais - Aplicação de métodos geofísicos, apesar de listado nas referências (fls.: 274) do TR, não garante a sua aplicação nos serviços que deverão ser executados.

Segundo o TR, a fase de investigação (fls.: 250) está prevista como fase preliminar a predominância de "etapas não intrusivas", esta modalidade de investigação é comumente dotada de ensaios geofísicos descritos na ABNT supracitada, a qual, portanto deverá ser atendida.

Ressalta-se que as informações obtidas a partir dos levantamentos geofísicos são úteis para a locação de sondagens para coletas de amostras de solo, locação de poços de monitoramento para amostragem de água subterrânea, como também podem fornecer estimativas de área e volume para as atividades de cubagem para remoção e/ou remediação de solos/subsolos contaminados, além de otimizar as perfurações a serem realizadas. No caso em tela, o chorume acarreta excelentes contrastes para o seu mapeamento em subsuperfície quando utilizados a geofísica.

Com relação ao diagnóstico das áreas constantes no TR (fl.: 251), reforça-se a necessidade de incluir análises geoquímicas de solo e água subterrâneas que identifiquem direta ou indiretamente estes SQI[1]s, uma vez que eles não constam expressamente no Anexo II da Resolução CONAMA 420/2009, como por exemplo: produtos farmacêuticos, anticoncepcionais, hormônios, fragrâncias, produtos de beleza, protetor solar, remédios e fármacos uma vez que as áreas sob investigação podem conter no passivo ambiental estas substâncias.

O TR no item 1.3 INVESTIGAÇÃO AMOSTRAL (fls.: 252) aponta, conforme abaixo, que:

> O Plano de Amostragem **poderá incluir** a amostragem de água subterrânea em poços existentes nas redondezas **quando verificada** a possibilidade de contaminação oriunda do vazadouro (Grifo nosso).

[1] SQI - Substância química de interesse.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Neste item, preocupa as expressões "**poderá incluir**" e **"quando verificada"**, como uma ação condicionada a alguma situação ainda não identificada, ora, para o levantamento e quantificação do passivo ambiental em fase dissolvida é necessário que amostragens de água subterrânea sejam realizadas. O único senão, diz respeito "**aos poços existentes nas redondezas"**, se estão aptos a serem amostrados ou não, pois, de acordo com o item 4.3 da norma ABNT NBR 15847/2010 – Amostragem de Água Subterrânea em Poços de Monitoramento – métodos de purga, não é adequado realizar amostragem em poços com seção filtrante plena e nem com seções filtrantes interceptando mais de uma camada hidroestratigráfica, conforme lemos abaixo:

> **4.3** Em poços onde a zona filtrante intercepta várias unidades hidroestratigráficas, a água contida no interior do poço será representativa da mistura entre as águas que se movimentam pelas várias unidades, podendo não ser representativa da zona de interesse. Esta água será então representativa da água fornecida pelos diversos estratos interceptados pela seção filtrante.

Além disso, os poços de monitoramento pré-existentes na área podem não estar aptos para amostragem de todos os SQIs (LNAPL[2] e DNAPL[3]) para a verificação do passivo ambiental nas duas áreas de estudo. Por este motivo, deve-se prever a instalação de novos poços de monitoramento adequados a cada um dos grupos de SQI existentes na área, de acordo com o Modelo Conceitual (MC) elaborado, e em concordância com a norma da ABNT NBR 15515-1/2021 - Passivo ambiental em solo e água subterrânea - Parte 1: Avaliação preliminar, que apenas amostrar os poços de monitoramento pré-existentes.

Ademais, ressalta-se que o objetivo da amostragem é verificar se existe contaminação, e não amostrar uma vez constatada a contaminação.

Ainda, de acordo com o TR, cabe um esclarecimento, pois informa que "As análises deverão estar acompanhadas de *background* geoquímico de forma a trazer melhores parâmetros para as análises." (fls.: 267).

Neste contexto, devido a importância desse estudo para determinação dos valores naturais do meio físico, faz-se necessária discorrer sobre o que é *background* geoquímico para alinhar as expectativas, que muito se confunde com amostragem realizada a montante da área de estudo. A nomenclatura "a montante", que tão somente serve para especializar geograficamente a amostra coletada com relação a um outro local específico.

O termo *background* geoquímico tem sido compreendido e utilizado de forma variada entre os estudiosos das áreas ambientais, fato este que tem suscitado uma discussão acerca

[2] LNAPL - *Light non-aqueous phase liquid* – Substância não aquosa menos densa que a água.

[3] DNAPL - *Dense non-aqueous phase liquid* – Substância não aquosa mais densa que a água.

GATE MPRJ GRUPO DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO
Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

das diversas definições dadas ao termo nas interfaces das ciências ambientais. A Tabela 1 sumariza algumas definições propostas para o termo *background*.

Termo	Definições	Referências
Background ambiental	"Concentrações de substâncias inorgânicas naturais e de substâncias inorgânicas de origem antrópica que são representativas de uma data região"	*Natural resources and environmental protection cabinet* (2004)
Background antropogênico	"Concentrações observadas tipicamente em uma dada região como resultado das atividades humanas (não necessariamente relacionadas a uma atividade de contaminação)"	Portier (2001)
	"Produtos químicos presentes no meio ambiente devido às atividades humanas não relacionadas a fontes específicas de liberação"	NFESC (2002)
Background local	"Concentrações de substâncias perigosas presentes no meio ambiente, relacionadas à liberação por atividades antropogênicas"	*Model Toxics Control Act-Cleanup* (2001)
Background natural	"Quantidade de substâncias naturais no meio ambiente, isento de fontes antropogênicas de poluição"	*Natural resources and environmental protection cabinet* (2004)
	"Concentração de substâncias perigosas no meio ambiente não relacionada à liberação por atividades antropogênicas"	*Model Toxics Control Act-Cleanup* (2001)
Background que ocorre naturalmente	"Concentrações ambientais de elementos químicos presentes no meio ambiente não influenciadas por atividades antrópicas"	NFESC (2002)
Background pedogeoquímico	"Concentrações naturais de elementos presentes nos solos"	*Baize & Sterckeman* (2001)
Background pré-industrial	"Concentrações de diferentes elementos de materiais coletados e datados, de áreas estudadas no período pré-industrial"	*Matschullat et al.* (2000ª)

Fonte: Rodrigues, A. S. de Lima *et al* (2009)

Conforme ficou claro nas definições, muitas vezes, a utilização dos termos acaba gerando confusão entre os estudiosos, haja vista as similaridades observadas nos seus significados e a discrepância entre as nomenclaturas adotadas.

Outros estudos têm utilizado, ainda, os termos "faixa de referência geoquímica" ou simplesmente "valores de referência" como sinônimos de *background* geoquímico, como é o caso do estudo pioneiro de Tidball et al.(1974)[4] e, mais recentemente, o estudo de Nieto e

[4] TIDBALL, R.R., ERDMAN, J.A., EBENS, R.J. Geochemical baselines for sagebrush and soil. Powder River Basin. Montana - Wyoming. United States Geological Survey Open- File Report, v. 74, p. 6-13, 1974.

GATE MPRJ GRUPO DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO
Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Custodio (2005)[5]. Contudo, é importante ressaltar que, independentemente do termo adotado em um estudo ambiental, o estabelecimento de valores referentes às concentrações naturais anômalas de determinados elementos traz, por si só, implicações significativas.

Um exemplo disto é observado em estudos que têm por finalidade o monitoramento ambiental para investigação das interferências de uma atividade antrópica qualquer sobre o meio ambiente do entorno. Nesse caso, é importante distinguir o que seriam níveis normais de concentração de possíveis poluentes (ou seja, naturalmente presentes no meio ambiente) e níveis que, eventualmente, tenham sido adicionados pela atuação da atividade dos vazadouros (lixões) de Itambi e Ferma.

É com foco nesse entendimento que os estudos envolvendo a identificação de passivos ambientais na área de estudo deverão ser realizados.

Desta forma, esclarecido o que vem a ser "*background* geoquímico", cabe indicar no TR, dentre as sugestões aqui contidas, ou outras que julgar melhor, qual a definição será adotada na elaboração do estudo de *background* que fará parte do processo de investigação das áreas em estudo.

Com relação a orientação para a realização de Amostra de Solo por Perfil Completo (ASPC) contida no TR, abaixo:

> Análise microbiológica, físico-química e detecção metais pesados do solo (sendo 01 amostra superficial e outra intermediaria até nível d'água) **podendo ser conjugado com a implantação dos poços de monitoramento** ambiental, segundo Resolução CONAMA vigente que trata de qualidade do solo. Para cada sondagem realizar uma amostra de solo, a amostragem deverá ser por perfil completo (ASPC). Apresentar registro fotográfico e metodologia aplicada de todos os pontos de coleta (Grifo nosso).

Esta orientação não está de acordo com a norma ABNT NBR 15515-2/2011 – Investigação Confirmatória, na realidade não se deve instalar os poços de monitoramento no mesmo momento em que se realiza as sondagens para coleta de amostras de solo. Isto porque, deve-se, e forma algorítmica, (1) descrever a litologia/pedologia, (2) amostrar o solo, ideal em cada mudança litológica (ASPC) e (3) analisar os resultados dos SQIs de solo especializando em mapa. Só então, de posse das concentrações dos SQIs ao longo do perfil e cada sondagem, programar as sondagens para a instalação dos poços de monitoramento,

[5] NIETO, P., CUSTODIO, E., MANZANO, M. Baseline groundwater quality: a European approach. Environmental Science and Policy, v. 8, p. 399-409, 2005.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

posicionando as seções filtrantes apenas nas unidades hidroestratigráficas de interesse, conforme preconiza a referida norma abaixo:

> **6.2.3 Profundidade de amostragem**
>
> A profundidade de investigação ou de coleta de amostras é definida com fundamento no modelo conceitual, considerando as características de cada fonte de contaminação, dos mecanismos de liberação dos contaminantes, das características físico-químicas do contaminante, que interferem na sua mobilidade no meio afetado, e nas características do meio físico. As amostras devem ser coletadas nas profundidades, onde os contaminantes apresentem a maior probabilidade de ocorrência.
>
> Durante a realização da amostragem podem ser utilizadas técnicas de resposta rápida para identificar as anomalias como indicativo das maiores possibilidades de ocorrência dos contaminantes em profundidade.
>
> Quando não existirem indicações para orientar a definição da profundidade do ponto de amostragem, podem-se estabelecer intervalos regulares para a coleta de solo, ou amostrar de acordo com a variação litológica e suas relações com a ocorrência de água.

Ratifica-se para que essas normas sejam plenamente atendidas torna-se necessário à execução de amostragens de solo de perfil completo (ASPC) de forma correta, como aqui explicitada, pois coleta amostras representativas de todo o perfil, inclusive na zona saturada. Sendo esta metodologia extremamente importante, pois trata-se uma área extremamente complexa no que diz respeito a magnitude do impacto ambiental que vazadouros podem gerar.

O Termo de Referência não abordou o estudo de vulnerabilidade de aquífero, que devido o potencial de contaminação que os vazadouros apresentam torna-se fundamental, na medida que este estudo visa conhecer o grau de vulnerabilidade a que o aquífero pode estar sujeito.

Por fim, ressalta-se que é no mínimo incomum uma equipe, para levantar o passivo ambiental de uma área contaminada, conter especialistas em Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, para executar processos de investigação ambiental baseadas na Resolução CONAMA 420/2009, em que se utiliza normas da ABNT específicas e exclusivas para: (a) mapeamento, (b) delimitação vertical e horizontal dos SQIs, (c) quantificação das concentrações das SQIs, (d) análise de risco à saúde humana, (e) plano de intervenção, (f) remediação, (g) amostragem, (h) monitoramento ambiental e (i) modelos conceituais, e não ter profissionais na equipe com expertise e experiência nos processos elencados de Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC), muito embora, o termo PRAD seja genérico, e, em tese, possa englobar os processos listados.

3. CONCLUSÃO

Diante da avaliação quanto a adequação do Termo de Referência (TR) para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma, ambos localizados no município de Itaboraí, verificou-se que as especificações contidas na proposta foram acrescidas de

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

investigação de *background* geoquímico e de procedimento de Amostragem de Solo por Perfil Completo (APSC).

De modo geral as alterações são satisfatórias para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC) de acordo com a Resolução CONAMA 420/09 e para a remediação do passivo ambiental nas áreas dos vazadouros. Contudo, entende-se ser necessário acrescentar ao TR o estudo de vulnerabilidade de aquíferos. Portanto, entende-se que o Termo de Referência acrescido do proposto atenderá ao seu objetivo.

Recomenda-se atenção para os estudos de *background* geoquímico e de Amostragem de Solo por Perfil Completo (APSC) a serem realizados, conforme item 2.1 desta Informação Técnica.

Ademais, ratifica-se a sugestão de que o INEA registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA e demais legislações pertinentes ao tema.

MARCELO TEIXEIRA SANTANA
Técnico Pericial - GATE - Núcleo de Ciências Naturais
Matr.: 8849

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Ref.: Reunião PA 105/2019 – (MPRJ 2019.00629296) e PA 61/2020 – (MPRJ 2020.00174157)

PROMOÇÃO COM REGISTRO DE REUNIÃO VIRTUAL

Aos 12 dias do mês de julho de 2023, teve início reunião por videoconferência, via aplicativo Teams, presentes o DR. Tiago Veras, Promotor de Justiça Titular; Pelo Dr. Marcelo Teixeira, Perito do GATE do MPRJ; Pelo Município, Dra. Mariana, Dra Luciana, Dra. Raquel Dr. Edson; Pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sr. Jonathan Ferraz; Pelo INEA, Sra. Deise Delfino; Pela SEAS, Dra. Mariana, discutirem questões acerca do Procedimento Administrativo em referência:

Pelo Dr. Tiago foi dito que: o objetivo da reunião é tratar sobre a remediação dos dois vazadouros antigos de Itaboraí. Que o INEA já havia multado o Município, que foi celebrado um primeiro TAC, mas não houve cumprimento das cláusulas. Posteriormente, foi celebrado um segundo TAC que também não foi cumprido. Que a Promotoria executou o TAC judicialmente e o Município, mas o Município não conseguiu realizar o cumprimento devido à onerosidade do projeto. Em seguida, o Promotor esclareceu que com a celebração do TAC COMPERJ foi destinada verba para remediação, mas o Município estava com dificuldade de apresentar o projeto. Diante disso, o INEA e a SEAS se disponibilizaram para dar suporte técnico ao projeto. Indagou ao Dr. Marcelo se ele se recorda quais eram as pendências na IT anterior.

Pelo Dr. Marcelo Teixeira, perito do GATE, foi dito que: os Termos de Referência não contemplam o que é necessário para equacionar todo o passivo ambiental da área. O Termo de Referência não leva em consideração o *background* geoquímico e nem o estudo geofísico. Assim, o Dr. Marcelo esclareceu que em um local onde se tem uma disposição irregular de resíduos e de todo tipo de resíduos, a sondagem direta não é adequada, pois se tem apenas informações pontuais, sendo certo que o ideal nesses cenários é fazer uma simulação física que tem um custo-benefício maior, pois a referida simulação consegue atingir grandes áreas laterais e em

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 15-08-2023 15:52

profundidade, bem como identificar anomalias e gerar modelo conceitual. Nas anomalias faz a sondagem confirmando se tratar de contaminação ou não e o *background* geoquímico é necessário para saber se os metais que estão na área tiveram sua concentração alterada pela operação do aterro.

Pelo representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente foi dito que: se teria um raio para amostra que o Senhor Marcelo consideraria importante ser considerado no projeto.

Pelo Dr. Marcelo Teixeira, perito do GATE, foi dito que: em regra geral as contaminações vão de montante para jusante, então o enfoque maior nas áreas de jusante é desejável. Mas como a área é cumprida no cume da serra é possível que tenha contaminação oriunda do lixão vertendo nos dois taludes do morro. Assim, é necessário realizar vistoria prévia na área e fazer as linhas de geofísica baseada na norma que está na IT.

Pelo representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente foi dito que: se especifica qual tipo de sondagem geofísica.

Pelo Dr. Marcelo Teixeira, perito do GATE, foi dito que: para esse tipo de contaminante pode combinar os dois, qual seja, o GPR e sondagem elétrica vertical. A combinação entre os dois dará um resultado bom do nível d'água e das anomalias pela ocorrência de metais. Com as duas tecnologias terá ótimo resultado preliminar para organizar a quantidade de sondagem que fará. Sem isso a sondagem será aleatória e poderá trazer erros pela falta de critério.

Pelo representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente foi dito que: que mandou IT com revisões, mas não foram suficientes. Que enviaram uma em janeiro. Quer saber se as recomendações estão considerando esse último documento?

Pelo Dr. Marcelo Teixeira, perito do GATE, foi dito que: que não se recorda, pois o recebimento é via SEI. Que a última Informação Técnica n. 404/2023, foi elaborada em 13 de abril de 2023, e reitera a 990/2022.

Pelo representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente foi dito que: que respondeu a IT de 2022 com atraso e acredita que o Dr. Marcelo não tenha visto esse documento.

Pelo Dr. Marcelo Teixeira, perito do GATE, foi dito que: que realmente não viu. Mas que isso não é prejuízo. O importante é conversar para que saia o projeto. Em seguida, o Dr. Marcelo esclareceu que a análise de perfil completo é mais caro, porém o resultado é infinitamente melhor e o modelo antigo está ultrapassado. Os metais se deslocam muito. Explicou como é feita essa amostragem para construir um modelo conceitual excelente para poder instalar os filtros. Seguiu explicando o que é necessário no modelo conceitual para ter uma boa remediação e economia nessa remediação, uma vez que um bom estudo indica os locais corretos de contaminação.

Pelo representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente foi dito que: que valeria a pena o perito olhar o último modelo enviado para saber se atende, pois os pontos indicados pelo perito já possuem bastante coisa dentro da última resposta da IT. E aí ele indicaria se necessário complementar algo.

Pelo Dr. Tiago foi dito que: se o Município está fazendo essas sondagens sozinho ou se o INEA e a SEAS estão auxiliando?

Pelo representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente foi dito que: encaminhou o Termo de Referência ao INEA e encaminhou e-mail cobrando ao Presidente do INEA o retorno da análise do Termo de Referência, pois precisam saber se o Termo atende o que o INEA pretende para recuperação daquela área, mas não obteve retorno. Que seria importante o Ministério Público falar com o INEA e solicitar que responda.

Pelo Dr. Tiago foi dito que: aproveitava a presença da Deise para perguntar se o INEA e a SEAS analisaram o Termo de Referência encaminhado pelo Município?

Pela Dra. Deise, representante do INEA, foi dito que: da parte do INEA fizeram uma análise inicial. Que perceberam que o último protocolo feito no INEA já abarcava, pelo menos em parte, as solicitações do Dr. Marcelo. Estão preparando uma manifestação para encaminhar ao Município e estavam conversando com a SEAS sobre o Termo de Referência que foi encaminhado. Que vai preparar a manifestação para apoiá-los. Que aguardaram a reunião para saber se de fato estavam todos analisando o mesmo documento.

Pelo Dr. Tiago foi dito que: quer saber se tem expectativa de orçamento e se o valor depositado pela Petrobras será suficiente para fazer a remediação dos dois vazadouros atingidos. Em caso negativo, se o Estado vai dar apoio financeiro ao Município ou se o Município viu alguma forma de complementar o valor faltante?

Pelo representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente foi dito que: não tem uma previsão ainda, principalmente pelas novas solicitações da IT. Que conversou com INEA e eles possuem um projeto de remediação e a ideia era fazer uma parceria, mas que isso ainda não foi levado adiante.

Pelo Dr. Marcelo Teixeira, perito do GATE, foi dito que: sabe que é complexo e caro, mas que não cabe ao Ministério Público buscar soluções para isso, que é o Município que precisa achar alternativas. Que o Dr. Tiago já buscou verbas para o projeto e que o resto cabe ao Município fazer.

Pelo representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente foi dito que: que o próprio recurso do COMPERJ vai ser usado para parte do projeto e que o restante vai ser determinado

como fazer. Que estão buscando empresas para isso e que não conhece no Rio de Janeiro empresas com a tecnologia para atender ao projeto.

Pelo Dr. Tiago foi dito que: que o valor disponível é de milhões e está em correção e por isso um pouco maior que isso. Que o valor é para o Município, mas que está à disposição do Estado e por isso precisa que a SEAS alinhe com o projetor e executor.

Pela Dra. Mariana, representante da SEAS, foi dito que: só terá o custo real da remediação após a elaboração desse material de diagnóstico e projeto executivo, mas que o valor disponível é suficiente para o projeto. Que fizeram uma estimativa para Teresópolis que ficou em 3 milhões e lá é bem crítico. Mas que também fizeram um outro que ficou em 500 mil. Para diagnóstico e projeto executivo o valor dá e sobra, mas para remediação não tem como saber agora, pois será o resultado de tudo isso. Em seguida, indagou se é o Estado que deverá licitar?

Pelo Dr. Tiago foi dito que: sim. Que os valores estão à disposição do Estado. A princípio, o valor disponível no TAC é para o projeto e a remediação. E que possivelmente os valores não serão suficientes, pois são dois vazadouros antigos. O Promotor esclareceu que legalmente a obrigação é do Município, tendo em vista a celebração de TAC e a execução judicial. Contudo, se for possível o Estado prestar apoio financeiro ao Município eles devem conversar sobre o assunto.

Pela Dra. Mariana, representante da SEAS, foi dito que: hoje tem uns 108 municípios precisando de ajuda em remediação. Que o Estado ainda não tem Projeto para apoiar o Município nessas remediações. Que será necessário elaborar um Projeto no FICAN e dependendo do tamanho e do volume seria ou não aprovado. E que estão olhando se o BNDS teria uma linha para apoiar isso e como poderiam apoiar os Municípios nessas remediações, pois é bem caro. Que como ainda não tem o diagnóstico não é possível saber os valores necessários dessas remediações.

Pelo Dr. Tiago foi dito que: o recurso está direcionado ao Estado, mas vinculado a essa obrigação de remediação desses aterros sanitários. A obrigação legal é do Município, mas o Estado na gestão anterior pediu para que ficasse responsável pela gestão dessa verba. Quer saber se a gestão atual ainda tem interesse de gerir essa verba ou se querem deixar o Município com essa execução e repassar essa verba?

Pela Dra. Mariana, representante da SEAS, foi dito que: que hoje não vê como imperioso o Estado fazer essa contratação. Mas que se isso for enrolar mais do que facilitar continua do jeito que está agora.

Pelo Dr. Tiago foi indagado: se o Município tem interesse de gerir diretamente esses valores e fazer as contratações.

Pelo Dr. Edson, representante do Município, foi dito que: teria que perguntar ao Chefe do Executivo, não sendo possível responder de pronto a indagação, pois fugiria de sua atribuição.

Pelo Dr. Tiago foi dito que: o ideal seria agora o Dr. Marcelo fazer a complementação da IT e assim que finalizada encaminhará ao SEAS e ao INEA. Nesse meio tempo a Dra. Deise e o INEA vão finalizar a análise da documentação complementar do município. E a Dra. Mariana e o Dr. Edson conferem com os gestores sobre quem vai fazer a gestão do valor. Mas que a palavra final é do Estado. Pede prioridade nesse caso para tentar evoluir nessa questão.

Nada mais havendo, foi a reunião encerrada.

Em razão do tratado acima, à Secretaria para:

1) **Juntar cópia da presente Ata de Reunião ao PA 105/2019 – (MPRJ 2019.00629296) e ao PA 61/2020 – (MPRJ 2020.00174157);**

2) **Juntar cópia do TAC celebrado no bojo no IC 219/2009 – MPRJ n. 2002.00000338 ao PA 105/2019 – (MPRJ 2019.00629296) e ao PA 61/2020 – (MPRJ 2020.00174157);**

3) **Remeter o PA 105/2019 – (MPRJ 2019.00629296) e PA 61/2020 – (MPRJ 2020.00174157) integralmente ao GATE, solicitando informar, em complementação a IT n 404/2023, se os documentos apresentados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí atendem satisfatoriamente a obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC, bem como se atende ao TAC para remediação dos dois antigos vazadouros.**

Itaboraí, 12 de julho de 2023.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2023.08.15 15:49:33 -03'00'

Nº MPRJ: 2002.00000338
Ref.: Inquérito Civil n.º 219/2009 – MPRJ 2002.00000338

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ n. 28.305.936/0001-40, presentado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça que este assina, matricula 3226, titular da 2ª PJTC ITABORAÍ-MAGÉ, órgão de execução com sede na Rua Liajane Carvalho da Silva, Lote B, Quadra 22, Nancilândia – Itaboraí/RJ, Salas 103/104, CEP: 24800-000, **Compromitente,** doravante **MPRJ,** a **SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**, Compromitente, doravante **SEA**, com sede na Avenida Venezuela n. 110, 5º andar, Saúde, Rio de Janeiro – RJ, representada pelo Exma. Sra. Secretária de Estado de Ambiente, Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos, brasileira, casada, engenheira, portadora da carteira de identidade n. 130676414, expedida pelo Instituto Félix Pacheco, inscrita no CPF sob o n. 742.396.357-72, e o **INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**, com sede na Avenida Venezuela n. 110, Saúde, no Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/RJ 10.598.957/0001-35, representado por seu Presidente LUIZ FIRMINO MARTINS PEREIRA, brasileiro, divorciado, arquiteto, portador da carteira de identidade n. 871067944/D, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF sob o n. 775.932.867-20 e seu Vice-Presidente, PAULO SCHIAVO JÚNIOR, brasileiro, casado, engenheiro florestal, portador da carteira de identidade n. 83101835-7/D, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF sob o n. 797.046.627-34, Compromitente, doravante **INEA**, e, de outro lado, o **MUNICÍPIO DE ITABORAI**, CNPJ 28.741080/0001-55, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Marechal Floriano Peixoto, n. 97, Centro, Itaboraí/RJ, representado pelo Exmo. Sr. Prefeito, HELIL CARDOZO, pelo Exmo. Sr. Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Eduardo Zangari,e pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral do Município, Dr. Cristiano Franco Fonseca, com domicílio profissional na sede da Prefeitura Municipal, doravante **denominado COMPROMISSADO**.

CONSIDERANDO que, no dia 29 de novembro de 2010, fora celebrado o TAC n. 05/2010, nos autos do presente procedimento, tendo como objetivo utilizar os meios legais necessários de maneira a, numa ação conjunta entre Prefeitura Municipal de Itaboraí, MPRJ, INEA e a SEA, imputar ao Município de Itaboraí as obrigações de fazer no que se refere às questões relativas à disposição de resíduos sólidos, especificamente, o encerramento das atividades exercidas no vazadouro de Itambi e a remediação de sua área, bem como a remediação do vazadouro do bairro Sossego, cujas atividades encontram-se encerradas há mais de cinco anos;

CONSIDERANDO que, durante o período de vigência do TAC, várias vistorias foram realizadas em ambas as áreas incluídas no mesmo, para o seu acompanhamento;

CONSIDERANDO o fato de que, por meio dessas vistorias pode-se constatar que a principal ação realizada pela Prefeitura foi a desativação do vazadouro de Itambi;

CONSIDERANDO que, em relação ao vazadouro de Itambi, como ação efetiva constatou-se também o recobrimento dos resíduos sólidos com solo, porém de forma inadequada, sem a correta reconformação dos taludes, sem a implantação de sistemas de drenagem quer sejam de águas

pluviais, chorume/percolado e de biogás e sem o grau de compactação adequado, sem inclinação adequada, ou seja, sem seguir nenhum projeto de engenharia e sem ter a frente, de tal empreendimento, profissionais com formação compatível para a realização de atividades deste grau de importância e com respectiva ART;

CONSIDERANDO que, a Prefeitura vem intervindo na Estrada do Sacudido e a quantidade de chorume existente na periferia do aterro junto a esta estrada não pode mais ser visualizada com tanta facilidade, pois o revolvimento do solo nesta área e na estrada fizeram com que este efluente se misturasse ao mesmo dando a ele o aspecto característico de solo contaminado por chorume;

CONSIDERANDO que, além do fato especificado acima, o chorume ainda corre por dentro da fazenda vizinha à área, sendo que a Prefeitura não tomou as ações solicitadas em relação ao chorume existente na área, drenando-o da área e destinando-o num local licenciado para o devido tratamento;

CONSIDERANDO que, com relação à área do bairro Sossego nada foi realizado, nem mesmo o cercamento da área, sendo certo que para piorar a situação a Prefeitura vem, inclusive, utilizando a parte central da área, para a disposição de RDC e de lama de limpa fossa;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Itaboraí não requereu a LAR no prazo estabelecido no TAC celebrado anteriormente, tendo sido solicitada prorrogação do prazo, sendo que somente em 14 de maio de 2012 é que a Prefeitura requereu a Licença Ambiental de Recuperação para ambas as áreas (de Itambi e de Sossego), tendo sido abertos os processos n. E-07/505.097/2012 e E-07/505.098/2012, para avaliação da LAR requerida;

CONSIDERANDO o teor das informações acima especificadas, além de outras constantes do procedimento em referência, constatou-se o não cumprimento integral do TAC n. 005/2010, eis que foram evidenciadas uma série de intervenções feitas aleatoriamente, sem nenhum respaldo técnico, o que provavelmente dificultará e encarecerá o projeto de remediação futuro da área, eis que realizadas de maneira inadequada;

CONSIDERANDO o teor dos elementos produzidos no âmbito do IC 219/2009, em especial dos relatórios de vistorias promovidas pelo órgão ambiental estadual, e que se encontram as fls. 117/110, fls. 131/137, fls. 270/279, fls. 396/404 e fls. 405/412;

CONSIDERANDO que, segundo se extrai do exame dos autos do IC 219/2009- PJTC ITABORAI, o Município de Itaboraí adotou a decisão administrativa de conferir, mediante contratação, a destinação, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos diariamente produzidos no âmbito de seu território a empresa licenciada e apta para o exercício dessa atividade;

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º, c/c art. 5°, parágrafo 6°, da Lei Federal n° 7.347/85;

CONSIDERANDO o disposto no art. 101, caput, da Lei Estadual n°. 3.467/00, e a multa imposta no Auto de Infração VPRESEAI/00134098.

CONSIDERANDO o constante no processo administrativo número E07/202038/05;

CONSIDERANDOo relatório de vistoria do INEA nº RV 6453/10, datado de 29 de outubro de 2010, que apontou o não cumprimento das exigências de notificações anteriores e de condicionantes presentes na Licença de Operação;

CONSIDERANDO os passivos ambientais encontrados pelo INEA e SEA nas regiões onde estão localizados o Vazadouro do Distrito de Sossego, a Usina de Triagem e Compostagem e Aterro de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito de Itambi;

CONSIDERANDO todos os demais elementos produzidos no(s) Inquérito Civil Público n. 219/2009 – PJTC ITABORAI;

CONSIDERANDO que o Compromissado não tem cumprido integralmente suas obrigações ambientais;

CONSIDERANDO que*"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida"*,entendido esse como o*"conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas"*(art. 225, caput, da CF/88 e art. 3º, I, da Lei nº 6938/81);

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público e da coletividade a defesa e a preservação do meio ambiente, para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO que **o regime jurídico brasileiro**, desde a Constituição da República até a legislação ordinária, **impõe ao poluidor o dever de reparar o dano ambiental causado, *in verbis:***

> *Art. 225, da CF/88*
> *(...)*
> *§3º - **As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores**, pessoas físicas ou jurídicas, **a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;***
>
> *Lei 6.938/1981 (PNMA)*
> *Art. 4º A Política Nacional do Meio Ambiente visará;*
> *(...)*
> *VII – **à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados** e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.*
>
> *Lei 9.605/1998 (LMA)*
> *Art. 3º - **As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente** conforme disposto nesta Lei, **nos casos em que a infração seja cometida** por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, **no interesse ou benefício da sua entidade**.*
>
> *Parágrafo Único – A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.*

CONSIDERANDOque o §2º, do art. 225, da CRFB/88, dispõe que"***Aquele que explorar recursos***

minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.";

CONSIDERANDO que os art. 1º, inciso I, art. 2º, *caput*, art. 3º, art. 4º e art. 5º, inciso I, e §6º, da Lei 7.347/1985, dispõem que:

> *Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as* ***ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados****: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)*
> ***I - ao meio-ambiente;***
> *(...)*
>
> *Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão* ***propostas no foro do local onde ocorrer o dano****, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.*
> *(...)*
>
> *Art. 3º A ação civil poderá ter* ***por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer****.*
>
> *Art. 4º* ***Poderá ser ajuizada ação cautelar para os fins desta Lei, objetivando, inclusive, evitar o dano ao meio ambiente****, ao consumidor, à ordem urbanística ou aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO). (Redação dada pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001)*
>
> *Art. 5º* ***Têm legitimidade*** *para propor a ação principal e a ação cautelar: (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).*
>
> ***I - o Ministério Público****; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).*
> *(...)*
> *§6º - Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados* ***compromisso de ajustamento de sua conduta*** *às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.*

CONSIDERANDO que a lei n. 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis;

CONSIDERANDO o fato de que, estão sujeitas à observância da citada lei as pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 4º,*"a Política Nacional de Resíduos Sólidos reúne o conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo Governo Federal, isoladamente ou em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal,* ***Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos****";*

CONSIDERANDO que são instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros, os planos de resíduos sólidos;

CONSIDERANDO que,*"na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos"*,sendo que*"Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental"*,de acordo com o disposto no art. 9º c/c § 1º, da Lei n. 12.305/2010*;*

CONSIDERANDO que*"a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão compatíveis com o disposto no* ***caput*** *e no § 1º deste artigo e com as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei"*,nos termos do § 2º, do citado artigo;

CONSIDERANDO que*"incumbe ao Distrito Federal e aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei"*,de acordo com o disposto no art. 10;

CONSIDERANDO que*"a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão e manterão, de forma conjunta, o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), articulado com o Sinisa e o Sinima"* (art. 12), sendo certo que*"Incumbe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios fornecer ao órgão federal responsável pela coordenação do Sinir todas as informações necessárias sobre os resíduos sob sua esfera de competência, na forma e na periodicidade estabelecidas em regulamento"* (p. único);

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no art. 14, são planos de resíduos sólidos: o Plano Nacional de Resíduos Sólidos; os planos estaduais de resíduos sólidos; os planos microrregionais de resíduos sólidos e os planos de resíduos sólidos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas; os planos intermunicipais de resíduos sólidos; os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos; os planos de gerenciamento de resíduos sólidos;

CONSIDERANDO o fato de que, é assegurada ampla publicidade ao conteúdo dos planos de resíduos sólidos, bem como controle social em sua formulação, implementação e operacionalização, observado o disposto na Lei nº 10.650/2003, e no art. 47 da Lei nº 11.445/2007;

CONSIDERANDO que,*"a elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade"*, nos termos do art. 18, da Lei n. 12.305/10;

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no art. 19 da lei citada acima, o plano

municipal de gestão integrada de resíduos sólidos tem o seguinte conteúdo mínimo:

> *I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;*

> *II - identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição Federal e o zoneamento ambiental, se houver;*

> *III - identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando, nos critérios de economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;*

> *IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos a plano de gerenciamento específico nos termos do art. 20 ou a sistema de logística reversa na forma do art. 33, observadas as disposições desta Lei e de seu regulamento, bem como as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;*

> *V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotados nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e observada a Lei nº 11.445, de 2007;*

> *VI - indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;*

> *VII - regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS e demais disposições pertinentes da legislação federal e estadual;*

> *VIII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos a que se refere o art. 20 a cargo do poder público;*

> *IX - programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;*

X - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

XI - programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver;

XII - mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observada a Lei nº 11.445, de 2007;

XIV - metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;

XV - descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI - meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33;

XVII - ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XVIII - identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras;

XIX - periodicidade de sua revisão, observado prioritariamente o período de

vigência do plano plurianual municipal.

CONSIDERANDO o fato de que*"o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos pode estar inserido no plano de saneamento básico previsto no art. 19 da Lei nº 11.445, de 2007, respeitado o conteúdo mínimo previsto nos incisos do* ***caput*** *e observado o disposto no § 2º, todos deste artigo"*, ou seja, *"para Municípios com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos terá conteúdo simplificado, na forma do regulamento"*;

CONSIDERANDO, no entanto, que o disposto no § 2º não se aplica a Municípios: integrantes de áreas de especial interesse turístico; inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; cujo território abranja, total ou parcialmente, Unidades de Conservação (§ 3º);

CONSIDERANDO que a existência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não exime o Município ou o Distrito Federal do licenciamento ambiental de aterros sanitários e de outras infraestruturas e instalações operacionais integrantes do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos pelo órgão competente do Sisnama;

CONSIDERANDO que, além do disposto nos incisos I a XIX do *caput*do artigo 19, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos contemplará ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da administração pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos sólidos;

CONSIDERANDO que o conteúdo do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos será disponibilizado para o Sinir, na forma do regulamento;

CONSIDERANDO o fato de que, a inexistência do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos não pode ser utilizada para impedir a instalação ou a operação de empreendimentos ou atividades devidamente licenciados pelos órgãos competentes;

CONSIDERANDO que, nos termos do regulamento, o Município que optar por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, assegurado que o plano intermunicipal preencha os requisitos estabelecidos nos incisos I a XIX do *caput*do artigo 19, pode ser dispensado da elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos;

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no art. 25 da Lei n. 12.305/10,*"o poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento";*

CONSIDERANDO que,*"o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos é responsável pela organização e prestação direta ou indireta desses serviços, observados o respectivo plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, a Lei nº 11.445, de 2007, e as*

disposições desta Lei e seu regulamento", nos termos do art. 26;

CONSIDERANDO que o Decreto n. 7.404/2010 regulamenta a Lei nº 12.305/ 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que,*"os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos",*sendo certo que*"a responsabilidade compartilhada será implementada de forma individualizada e encadeada",*nos termos do art. 5º e p. único, do Decreto n. 7.404/2010;

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no art. 7º do Decreto n. 7.404/2010, *"o Poder Público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos e das diretrizes e determinações estabelecidas na Lei nº 12.305, de 2010, e neste Decreto";*

CONSIDERANDO que,*"os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos serão elaborados consoante o disposto no art. 19 da Lei nº 12.305, de 2010",* sendo certo que *"os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos deverão ser atualizados ou revistos, prioritariamente, de forma concomitante com a elaboração dos planos plurianuais municipais"* (Art. 50 e § 1º, do Regulamento);

CONSIDERANDO o fato de que,os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos deverão identificar e indicar medidas saneadoras para os passivos ambientais originados, entre outros, de: áreas contaminadas, inclusive lixões e aterros controlados; e empreendimentos sujeitos à elaboração de planos de gerenciamento de resíduos sólidos (§ 2º, incisos I e II, do art. 50);

CONSIDERANDO que,"*os Municípios com população total inferior a vinte mil habitantes, apurada com base nos dados demográficos do censo mais recente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE, poderão adotar planos municipais simplificados de gestão integrada de resíduos sólidos",* conforme disposto no art. 51 do Regulamento;

CONSIDERANDO que, segundo disposto nos §§ 1º e 2º do art. 51, os planos municipais simplificados de gestão integrada de resíduos sólidos referidos no *caput* deverão conter:

> *I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, com a indicação da origem, do volume e da massa, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;*
>
> *II - identificação das áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o § 1º do art. 182 da Constituição e o zoneamento ambiental, quando houver;*
>
> *III - identificação da possibilidade de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando a economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos*

ambientais;

IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento ou ao sistema de logística reversa, conforme os arts. 20 e 33 da Lei nº 12.305, de 2010, observadas as disposições deste Decreto e as normas editadas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS;

V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotadas nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, em consonância com o disposto na Lei nº 11.445, de 2007, e no Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010;

VI - regras para transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 da Lei nº 12.305, de 2010, observadas as normas editadas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS, bem como as demais disposições previstas na legislação federal e estadual;

VII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização pelo Poder Público, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos;

VIII - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos;

IX - programas e ações voltadas à participação de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, quando houver;

X - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observado o disposto na Lei nº 11.445, de 2007;

XI - metas de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos;

XII - descrição das formas e dos limites da participação do Poder Público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - identificação de áreas de disposição inadequada de resíduos e áreas contaminadas e respectivas medidas saneadoras; e

XIV - periodicidade de sua revisão.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos Municípios:

I - integrantes de áreas de especial interesse turístico;

II - inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; ou

III - cujo território abranja, total ou parcialmente, unidades de conservação.

CONSIDERANDO que, a educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos é parte integrante da Política Nacional de Resíduos Sólidos e tem como objetivo o aprimoramento do conhecimento, dos valores, dos comportamentos e do estilo de vida relacionados com a gestão e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos;

CONSIDERANDO que, a educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos obedecerá às diretrizes gerais fixadas na Lei nº 9.795, de 1999, e no Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, bem como às regras específicas estabelecidas na Lei nº 12.305, de 2010, e neste Decreto;

CONSIDERANDO que,"*a elaboração dos planos de resíduos sólidos previstos no art. 45 é condição, nos termos do art. 55 da Lei nº 12.305, de 2010, para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios tenham acesso a recursos da União ou por ela controlados, bem como para que sejam beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento destinados, no âmbito de suas respectivas competências: a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos; ou à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos"*,nos termos do art. 78;

CONSIDERANDO que o acesso aos recursos mencionados no *caput* fica condicionado à comprovação da regularidade fiscal perante a União;

CONSIDERANDO que o constituinte estadual previu, como matéria de relevante interesse ambiental, a questão do lixo, que vem em muito propiciando incomensuráveis danos sociais, entre eles ao meio ambiente e à saúde pública, tidos como supremos na Lei Maior;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 4.191/03 dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos no Estado do Rio de Janeiro, definindo resíduos sólidos como qualquer forma de matéria ou substância, nos estados sólido e semi-sólido, que resultem de atividade industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços, de varrição e de outras atividades da comunidade, capaz de causar poluição ou contaminação ambiental;

CONSIDERANDO que, de acordo com tal lei, o acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos processar-se-ão em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem-estar público e ao Meio Ambiente (art. 3º), sendo expressamente proibido:

"I. o lançamento e disposição a céu aberto;
II. a queima ao ar livre ou em instalações, caldeiras ou fornos não-licenciados pelo órgão estadual responsável pelo licenciamento ambiental para essa finalidade;
III. o lançamento ou disposição em mananciais e em suas áreas de drenagem,

cursos d'água, lagoas, praias, áreas de várzea, terrenos baldios, cavidades subterrâneas, poços e cacimbas, mesmo que abandonadas em áreas de preservação permanente em áreas de preservação permanente e em áreas sujeitas a inundação num prazo menor que 100 anos;
IV. o lançamento em sistemas de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telefone, bueiros e assemelhados;
V. infiltração no solo, sem projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental competente;
VI. a disposição de resíduos sólidos em locais não adequados, em áreas urbanas ou rurais"

CONSIDERANDO que *"A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes"*, nos termos do art. 182, *caput*, da CF/88;

CONSIDERANDO que, o MPRJ é, segundo disposições das Leis 7347/87, arts. 1º e 5º, e 8078/90, arts. 81, 82 e 91, legitimado a promoção de ação civil pública e celebração de termo de ajustamento de conduta para a defesa coletiva dos direitos e interesses metaindividuais, entre eles os relativos à proteção do Meio Ambiente;

RESOLVEM, com fundamento no disposto no *art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7.347/85*, celebrar novo **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, na forma que se segue:

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSADO

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) tem como objeto estabelecer:

I - As medidas de remediação, recomposição, recuperação e monitoramento dos danos ambientais provocados por ação ou omissão do Compromissado quanto a correta operação/gerenciamento da Usina de Triagem e Compostagem e Aterro de Resíduos sólidos urbanos localizados no Distrito de Itambi, Município de Itaboraí;

II- As medidas destinadas a promover a recomposição, recuperação e monitoramento da área degradada pela operação irregular do vazadouro localizado no Distrito de Sossego, Município de Itaboraí;

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEGUNDA: *O prazo de vigência do presente TAC, durante o qual deverão ser inteiramente cumpridas as obrigações assumidas pelo Compromissado, é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura.*

DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSADO

CLÁUSULA TERCEIRA:Sem prejuízo de outras obrigações constantes deste TAC e das previstas na legislação pertinente, e no que respeita ao Aterro de Resíduos localizado em Itambi, o Compromissado obriga-se a requerer ao INEA, nos termos do Decreto Estadual n. 42.159/2009, art. 2º, inciso V, alínea "g", a imprescindível licença ambiental de recuperação – LAR, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, instruindo o requerimento, dentre outros documentos pertinentes, com projetos técnicos pertinentes, contratados mediante processo prévio de licitação, executando-os nos prazos e formas previstos neste TAC e na LAR a ser concedida.

Parágrafo Primeiro - Os projetos de que trata a presente cláusula deverão contemplar, no mínimo, as ações emergenciais, de médio e de longo prazos previstas nos incisos abaixo e suas respectivas alíneas:

I - Adoção/promoção das *ações emergenciais* indicadas nos itens abaixo, as quais deverão ser realizadas, *sobretudo, nos lados* do Aterro voltados para a BR 493 - antiga área de disposição de lixo, e para a Estrada do Sacudido, onde se encontram em funcionamento as atuais frentes de resíduos sólidos urbanos:

a) Finalizar e manter o cercamento de todo o perímetro do aterro, incluindo a parte voltada para a BR 493, de forma a evitar a entrada de animais e acesso de pessoas;
b) Manter de vigilância permanente, durante 24 horas, por dia na área do aterro de Itambi de modo a evitar o acesso de pessoas;
c) Realizar a reconformação dos maciços instáveis e descobertos, voltados para a estrada do Sacudido,
d) Realizar o recobrimento desses maciços, utilizando na impermeabilização superior, sistema constituído, no mínimo, das seguintes camadas, de cima para baixo, com declividade maior ou igual a 2%:
- camada de solo original de 50 (cinqüenta) centímetros de espessura, para garantir o recobrimento com vegetação nativa de raízes não axiais;
- camada drenante de 25 (vinte e cinco) centímetros de espessura, com coeficiente de permeabilidade menor ou igual a 1,0 x 10-3 cm/s;
- camada de argila compactada de 50 (cinqüenta) centímetros de espessura, com coeficiente de permeabilidade menor ou igual a 1,0 x 10-7 cm/s Realização de série de sondagens, pelo menos quatro, em cada uma das vertentes para verificação do perfil em diversos pontos, nível do lençol freático e conhecimento do perfil geológico;
e) Realizar série de sondagens, pelo menos quatro, em cada uma das vertentes para verificação do perfil em diversos pontos, nível do lençol freático e conhecimento do perfil geológico;
f) Associar os dados obtidos com os dados fornecidos no estudo anterior de forma a permitir melhor compreensão da hidrodinâmica local do aqüífero freático, de forma a subsidiar a escolha dos poços de monitoramento de águas subterrâneas;
g) Implantar barreira hidráulica no entorno das áreas de disposição, voltadas para a Estrada do Sacudido para a BR 493, em local determinado pelo órgão ambiental (GELSAR e SEA) e consubstanciado nos dados obtidos nas

sondagens e no levantamento topográfico atualizado;
h) Implantar sistema de drenagem periférica profundo, nos pés de taludes de lixo, para a captação do percolado, interligado a tanque de acumulação de chorume, impermeabilizado, a ser implantado em cada uma das duas vertentes da gleba;
i) Implantar tanque de acumulação de chorume nas duas vertentes do aterro, apresentando memorial de cálculo, consubstanciado no qual será determinada a sua capacidade volumétrica;
j) Manter o chorume produzido nas lagoas até sua destinação adequada, preservando sempre ¼ da capacidade do tanque livre de efluente, de forma a impedir o transbordamento do mesmo;
k) Encaminhar o percolado/chorume que ultrapassar ¾ da capacidade da lagoa para tratamento em empresa licenciada para tal, devendo para isto obter da empresa os resultados dos testes de tratabilidade que deverão ser realizados com o mesmo de forma a comprovar sua capacidade de tratamento e estabelecer o volume de chorume capaz de ser tratado, sem afetar sua capacidade de tratamento;
l) Implantar sistema de drenagem de águas pluviais (descidas hidráulicas em gabião) nos maciços de lixo e drenagem em meia cana, nos pés de taludes e nos acessos drenando-as para galeria de águas pluvias;
m)Implantar, no mínimo, três poços de monitoramento em cada uma das duas extremidades do aterro de Itambi, em locais considerados estratégicos, seguindo as normas técnicas da ABNT, NBR 13895/97 relativa a "Construção de Poços de Monitoramento e Amostragem" ;
n) Realizar a estabilição do maciço voltado para a BR 493 por meio da adição de argila compactada encostada a sua base, seguindo metodologia de rampa, de forma a fazer sua sustentação, adotando, para isto, a conformação de taludes e bermas;
o) Realizar a drenagem de todo o chorume existente nessas áreas, quer estejam em valas a céu aberto, empoçados ou em lagoa com manta, destinando-o aos tanques de acumulação implantados em conformidade com as técnicas de engenharia adequadas mantendo o mesmo no seu interior,
p) Apresentar, ao MPRJ e ao INEA, relatório contendo os laudos técnicos de três campanhas de monitoramento realizadas a cada 30 dias, contados da data da assinatura do TAC, de forma a se obter uma caracterização inicial da qualidade dos corpos hídricos do entorno do aterro de Itambi (águas subterrâneas e das águas superficiais) e do percolado, contemplando a avaliação dos seguintes parâmetros físico-químicos e bacteriológico: DBO,DQO, nitrogênio amoniacal total, nitrogênio kjeldahl, nitrito, nitrato, sulfatos, fósforo total, condutividade, alcalinidade total, dureza total, pH, sólidos dissolvidos totais, cálcio, sódio, potássio, Fe, Cu, Cd, Pb, Cr total, Zn, Cs, Ar, Hg, Ni, óleos e graxas, fenóis, coliformes termotolerantes;
q) Apresentação de eventual alternativa a ser adotada para tratamento do chorume, bem como contratos firmados para este fim;

II- Adoção/promoção das *ações de médio prazo*indicadas nos itens abaixo, em relação ao maciço de lixo antigo que se apresenta coberto, porém em condições não apropriadas:

a) Implantar marcos superficiais, piezômetros e inclinômetros no maciço desativado;

b) Realizar estudos geotécnicos dessas áreas do aterro, de forma a comprovar sua estabilidade e estabelecer as ações que, de uma forma segura, possam ser adotadas para a reconformação dos taludes;
c) Realizar recobrimento desses maciços, utilizando na impermeabilização superior, sistema constituído por, no mínimo, das seguintes camadas, de cima para baixo, com declividade maior ou igual a 2%:
- camada de solo original de 50 (cinqüenta) centímetros de espessura, para garantir o recobrimento com vegetação nativa de raízes não axiais;
- camada drenante de 25 (vinte e cinco) centímetros de espessura, com coeficiente de permeabilidade menor ou igual a 1,0 x 10-3 cm/s;
- camada de argila compactada de 50 (cinqüenta) centímetros de espessura, com coeficiente de permeabilidade menor ou igual a 1,0 x 10-7 cm/s;
d) Implantar sistema de drenagem de chorume em toda a periferia desta área, interligando-o aos tanques de acumulação de chorume implantado na fase das ações emergenciais;
e) Implantar sistema de drenagem de águas pluviais;
f) Recuperar sistema de drenagem de gases nesses maciços e implantar nova drenagem interligando-a a já existente;
g) Manter todas as áreas recuperadas, bem como todos os sistemas implantados em bom estado de funcionamento;
h) Realizar e apresentar ao MPRJ e ao INEA, no prazo de 90 dias, relatório geotécnico de avaliação da estabilidade dos maciços de lixo, sem prejuízo de eventual fixação de monitoramento periódico na LAR a ser concedida;
i) Definir e apresentar/indicar ao MPRJ e ao INEA qual será o uso/destinação futura da área objeto de remediação e monitoramento;

III - Adoção/promoção das *ações de longo prazo* indicadas nos itens abaixo, *em relação a área total do vazadouro de lixo*, sem prejuízo da observância das condicionantes a serem estabelecidas na LAR a ser concedida pelo INEA:

a) Fiscalizar e manter a integridade dos sistemas implantados (de drenagem de águas pluviais, de chorume e de gases);
b) Promover vigilância constante da área;
c) Realizar a reparação dos recalques ocorridos ao longo do tempo,
d) Manter e ampliar, se necessário, os tanques de armazenamento de chorume;
e) Manter periódico monitoramento da qualidade das águas superficiais, das águas subterrâneas e do percolado;
f) Manter periódico monitoramento geotécnico da área;
g) Promover a manutenção periódica do plano de manejo de vetores e da barreira;
h) Apresentar ao MPRJ e ao INEA, trimestralmente, relatórios, laudos e outros documentos relativos aos monitoramentos referidos nas alíneas "e", "f" e "g" acima, até o final do prazo de vigência deste TAC;

Parágrafo Segundo – Para o cumprimento das ações previstas nesta cláusula são fixados os prazos indicados abaixo:

I – As ações previstas no inciso I, do parágrafo primeiro, desta cláusula, bem como as

demais que venham a ser consideradas de natureza emergencial, deverão ter início imediato e conclusão em no máximo 120 (cento e vinte) dias, contados da data assinatura do TAC, devendo o Compromissado, entretanto, observar em relação à alínea "p" os prazos especiais ali fixados;

II- As ações previstas nos incisos II e III, do parágrafo primeiro, desta cláusula, deverão ser executadas no prazo e forma determinados pelo INEA, sendo certo que o início da execução não poderá estender-se por mais que 90 (noventa) dias contados da data da emissão da Licença Ambiental de Recuperação - LAR, devendo, ainda, restar concluídas ao término do prazo de vigência do presente TAC, sem prejuízo da continuidade das ações de manutenção e monitoramento a serem definidas pelo INEA;

CLÁUSULA QUARTA*: Sem prejuízo de outras obrigações constantes deste TAC e das previstas na legislação pertinente, no que respeita a Usina de Triagem e Compostagem de Itambi, e manifestando neste ato o Compromissado a intenção de promover o seu encerramento, obriga-se o Compromissado a elaborar e implantar projeto de fomento a criação e funcionamento de associações e cooperativas de catadores, em especial entre aqueles que operavam na antiga Usina de Triagem e Compostagem, incentivando a coleta seletiva, a triagem e o reaproveitamento dos resíduos sólidos urbanos.*

Parágrafo Único – O Compromissado obriga-se a elaborar o projeto de que trata a presente cláusula no prazo de 180 (cento e oitenta dias) a contar da assinatura do presente TAC, promovendo, ainda, ações concretas para sua implantação durante todo o prazo de vigência do presente TAC, encaminhando ao MPRJ e ao INEA relatórios semestrais das medidas adotadas e resultados obtidos.

CLÁUSULA QUINTA: Sem prejuízo de outras obrigações constantes deste TAC e das previstas na legislação pertinente, e no que respeita ao antigo Vazadouro de Lixo localizado em Sossego, o Compromissado obriga-se a requerer ao INEA, nos termos do Decreto Estadual n. 42.159/2009, art. 2º, inciso V, alínea "g", a imprescindível licença ambiental de recuperação – LAR, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, instruindo o requerimento, dentre outros documentos pertinentes, com projetos técnicos pertinentes, contratados mediante processo prévio de licitação, executando-os nos prazos e formas previstos neste TAC e na LAR a ser concedida.

I - Os projetos técnicos de que trata o caput da presente cláusula deverão contemplar, no mínimo, as medidas indicadas abaixo, sem prejuízo daquelas que vierem a ser determinadas pelo INEA:

a) Vigilância permanente, a fim de impedir o ingresso de pessoas e animais;
b) Controle de vetores;
c) Implantação de sistema de captação, drenagem e destinação de chorume;
d) Implantação de sistema de drenagem de águas pluviais;
e) Implantação de sistema de sistema de drenagem de gases;
f) Estabilização dos maciços e recobrimento do lixo aflorado, promovendo impermeabilização do solo, se necessário;
g) Recuperação de faixa marginal de proteção dos cursos hídricos atingidos;

h) Revegetação;
i) Controle da erosão do solo;
j) Constante monitoramento e fiscalização da área do vazadouro;
k) Constante avaliação e monitoramento das águas subterrâneas e superficiais;
l) Realização de estudo técnico no sentido de se determinar se há contaminação de áreas contíguas ao antigo vazadouro de Sossego, para fins de definição das ações de remediação eventualmente necessárias;
m)Indicação da nova destinação da área;

II – Sem prejuízo do requerimento da licença ambiental e execução das medidas definidas na LAR, nos termos do caput e do inciso I, dessa cláusula, o Compromissado obriga-se a adotar/promover, em relação ao antigo vazadouro de Sossego, as *ações emergenciais* indicadas nos itens abaixo:

a) Delimitação e cercamento de todo o perímetro do vazadouro, além de limpeza da área do entorno, a fim de se retirar os resíduos sólidos ali irregularmente depositados;
b) Apresentação, ao MPRJ e ao INEA, de relatório contendo os laudos técnicos de três campanhas de monitoramento realizadas a cada 30 dias, contados da data da assinatura do TAC, promovendo as coletas necessárias à montante e à jusante da área do antigo vazadouro de Sossego, de forma a se obter uma caracterização inicial da qualidade dos corpos hídricos, em especial Rio Várzea, existentes no entorno (águas subterrâneas e das águas superficiais) e do percolado, contemplando a avaliação dos seguintes parâmetros físico-químicos e bacteriológico: DBO,DQO, nitrogênio amoniacal total, nitrogênio kjeldahl, nitrito, nitrato, sulfatos, fósforo total, condutividade, alcalinidade total, dureza total, pH, sólidos dissolvidos totais, cálcio, sódio, potássio, Fe, Cu, Cd, Pb, Cr total, Zn, Cs, Ar, Hg, Ni, óleos e graxas, fenóis, coliformes termotolerantes;

Parágrafo Segundo – Para o cumprimento das ações previstas no caput e inciso I desta cláusula o compromissado deverá *executar as medidas de remediação e monitoramento* na forma e prazos estabelecidos pelo INEA, sendo certo que o início da execução não poderá estender-se por mais que 90 (noventa) dias após a emissão da Licença Ambiental de Recuperação - LAR, devendo, ainda, restar concluídas até o término do prazo de vigência do presente TAC, sem prejuízo da continuidade das ações de manutenção e monitoramento a serem definidas pelo INEA;

Parágrafo Terceiro - As ações previstas no inciso II, do caput, desta cláusula, bem como as demais que venham a ser consideradas de natureza emergencial, deverão ter início imediato e conclusão em no máximo 120 (cento e vinte) dias, contados da data assinatura do TAC, devendo o Compromissado, entretanto, observar em relação à alínea "b", os prazos especiais ali fixados;

DA CONTAGEM DOS PRAZOS

CLÁUSULA SEXTA: O presente termo de ajustamento de conduta terá validade desde a data de sua celebração ou assinatura, não influindo, para o início de sua vigência e da contagem dos prazos fixados, a data de eventual homologação por decisão judicial.

Parágrafo Único - Os prazos estabelecidos no presente Termo de Ajustamento, à exceção de expressa disposição em contrário, contam-se da data de sua assinatura.

DA COMPROVAÇÃO
DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA*: O Compromissado deverá apresentar ao MPRJ, ao INEA, e à SEA, para fins de comprovação do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC, todos os laudos, relatórios ou documentos relativos as medidas executadas, com indicação precisa da obrigação a que se relacionam, independentemente de requisição neste sentido.*

Parágrafo único: *Sem prejuízo do disposto no caput desta cláusula, o MPRJ, o INEA, e a SEA, poderão, para fins de verificação do cumprimento das obrigações assumidas pelo Compromissado, realizar diretamente ou mediante requisição aos órgãos ou entidades pertinentes, as vistorias ou fiscalizações devidas.*

DAS OBRIGAÇÕES DOS COMPROMITENTES

CLÁUSULA OITAVA: Os Compromitentes não serão responsáveis por quaisquer ônus, direitos ou obrigações relativos à legislação tributária, previdenciária, trabalhista ou securitária, decorrentes da execução deste TAC, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, ao Compromissado.

Parágrafo Único: Os Compromitentes não serão responsáveis por quaisquer compromissos assumidos pelo Compromissado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TAC, bem como por qualquer dano ou indenização a terceiros, em decorrência de atos do Compromissado, de seus dirigentes, empregados, prepostos ou subordinados.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA NONA: O disposto no presente TAC não limita, impede ou suspende a fiscalização ampla, irrestrita e permanente do Compromissado, pelos Compromitentes, ou pelos demais órgãos e instituições ambientais do Estado do Rio de Janeiro ou o exercício de suas demais atribuições e prerrogativas legais.

Parágrafo Único: A existência e atuação da fiscalização em nada restringe a

responsabilidade única, integral e exclusiva do Compromissado, no que concerne às obrigações ajustadas e às suas conseqüências e implicações próximas ou remotas.

DO VALOR

CLÁUSULA DÉCIMA: O valor total estimado do investimento para realização das medidas previstas neste TAC, para todos os efeitos legais, é de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo o seu desembolso de inteira responsabilidade do Compromissado.

DA SUSPENSÃO DA MULTA APLICADA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A multa diária aplicada no **auto de infração nº VPRESEAI/00134098,datado de 27 de setembro de 2010,lavrado nos autos do Processo E-07/508174/2010,** será suspensa, com base no art. 101, caput, da Lei 3.467/00, até o cumprimento integral das obrigações assumidas pelo Compromissado no presente TAC.

Parágrafo primeiro - Após término do prazo de vigência do presente TAC, e constatado pelos Compromitentes o cumprimento integral das obrigações assumidas pelo Compromissado, o INEA cancelará completa e definitivamente a multa referida no caput desta clausula.

Parágrafo segundo – Na hipótese de persistência da irregularidade ou revelando-se a atitude do infrator como meramente paliativa ou procrastinatória, subsistirá a multa referida no caput desta cláusula, com acréscimo de 30% (trinta por cento), sem prejuízo das multas que vierem a ser estipuladas no termo de compromisso ambiental.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O presente TAC considerar-se-á rescindido quando descumpridas quaisquer de suas cláusulas pelo Compromissado, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito e de força maior, devidamente comprovadas.

Parágrafo Primeiro: A decisão quanto à rescisão do presente termo, juntamente com a aplicação das sanções previstas na cláusula décima terceira, será tomada pelo MPRJ e pelo INEA e comunicada ao Compromissado por meio de notificação.

Parágrafo Segundo: A ocorrência de caso fortuito ou força maior que impeça a execução total ou parcial das obrigações previstas neste instrumento deverá ser comunicada ao MPRJ e ao INEA, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, hipótese na qual, por decisão

fundamentada do MPRJ e do INEA, não haverá incidência das sanções previstas na cláusula décima terceira do presente TAC, salvo se a comunicação se der fora deste prazo ou se a alegação não restar devidamente comprovada.

Parágrafo Terceiro: Se a impossibilidade ou inexeqüibilidade do cumprimento das obrigações for de caráter temporário, poderão o MPRJ e o INEA, por meio de decisão fundamentada em dados técnicos, considerarem os prazos e as metas estabelecidos neste TAC prorrogados durante o tempo em que perdurar o impedimento, hipótese na qual de tudo se dará ciência ao Compromissado.

Parágrafo Quarto: Alterações na política monetária, fiscal, ou cambial não serão, em hipótese alguma, consideradas caso fortuito ou força maior.

Parágrafo Quinto: A eventual utilização pelo MPRJ e pelo INEA da faculdade prevista no item anterior, não vincula a sua utilização em ocasiões futuras.

DAS SANÇÕES DECORRENTES DO DESCUMPRIMENTO DO AJUSTADO E DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O não cumprimento de quaisquer das obrigações aqui assumidas, sem prejuízo da prerrogativa do MPRJ e do INEA de optar, cumulativamente ou não, pela rescisão deste TAC, sujeitará o Compromissadoao pagamento de multa civil diária no valor de R$ 50.000,00 (cinqüenta mil reais), para cada situação de descumprimento verificada, até o adimplemento comprovado da obrigação assumida.

Parágrafo Primeiro: As multas das quais trata a presente cláusula serão corrigidas pela UFIR, ou índice de correção que a substitua, e recolhidas **Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM**.

Parágrafo Segundo: A notificação das multas aplicadas será remetida ao endereço do Compromissado**,** constante deste TAC e será considerada válida pela sua simples entrega no referido endereço.

Parágrafo Terceiro: Depois do recebimento da comunicação prevista no item anterior, o Compromissado terá 10 (dez) dias úteis para o seu recolhimento e 05 (cinco) dias úteis para a remessa da comprovação do recolhimento ao MPRJ.

Parágrafo Quarto: Não recolhida a multa, na forma e no prazo estipulado nesta cláusula, será necessariamente considerado rescindido o presente TAC, procedendo-se a cobrança executiva da dívida, sem prejuízo da adoção das medidas necessárias para o cumprimento específico das obrigações assumidas.

Parágrafo Quinto: As multas previstas na presente cláusula não têm caráter compensatório e, assim, o seu pagamento não eximirá o Compromissado da responsabilidade por perdas e danos decorrentes de infrações a este TAC ou à legislação ambiental.

DA PUBLICAÇÃO DE EXTRATO

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA: Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura, deverá o extrato do presente TAC ser publicado no Diário Oficial do Município de Itaboraí e no D.O.E.R.J, correndo os respectivos encargos por conta do Compromissado.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FORO

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA: Este TAC tem natureza jurídica de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º da Lei 7347/85, e somente poderá ser alterado por escrito, mediante a celebração de termo aditivo entre o Compromitente e os Compromissados, podendo o cumprimento das obrigações assumidas na cláusula terceira, parágrafo primeiro, inciso III, e na cláusula quinta, à exceção das definidas no inciso II, ser prorrogado por no máximo 12 (doze) meses.

Parágrafo Único – Na impossibilidade de acordo, entre os Compromitentes e o Compromissado, quanto a alteração das cláusulas do presente TAC, permanecerão em vigor e serão plenamente exigíveis as obrigações originalmente assumidas.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro da Comarca de Itaboraí, local do dano, para dirimir questões ou disputas, envolvendo o presente TAC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor, para um só efeito, sendo duas destinadas ao MPRJ, uma ao Compromissado, uma a SEA e uma ao INEA, obrigando-se a fazê-lo firme e valioso por si e seus eventuais sucessores.

Itaboraí, 17 de setembro de 2013.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça - Matrícula 3226

VALBER LUIZ MARCELO DE CARVALHO
Prefeito de Tanguá

BEATRIZ RAPOSO SIMÃO ABREU
Procurador-Geral de Tanguá

JOSÉ FERNANDO SOARES

Secretário de Meio Ambiente

TESTEMUNHAS:

LILIAN KARINA S. SILVA
Técnico Administrativo - Matrícula n.º 5585

CAMILA VALENTE SERRANO AZEVEDO MATUCK
Assessor Jurídico do MPRJ - Matrícula n.º 4627

Solicitação de análise técnica ao GATE - 2633559

INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO SOLICITANTE

Órgão de Execução:
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Telefone:
(21)2645-6950

Celular:
(21)98285-7730

Membro Solicitante:
Tiago Gonçalves Veras Gomes

Matrícula:
3226

Secretário(a):
Thaís Vieira dos Santos

E-mail:
thais.santos@mprj.mp.br

Deseja receber atualização da movimentação via sistema push?
Não

DADOS DO PROCEDIMENTO

Nº MPRJ:
201900629296

1. Trata-se de complementação de Análise realizada anteriormente pelo GATE?
Sim

***Em se tratando de complementação de análise técnica realizada anteriormente pelo GATE, indicar o número da IT:**

0404/2023

2.Trata-se de procedimento investigatório que apura ato de improbidade administrativa?
Não

(*) Caso a resposta seja positiva

2.1. Indique a data de término do prazo prescricional:
-

2.2 O procedimento foi instaurado antes ou após a vigência da Lei 14.230/2021?
-

2.3 Se instaurado após a vigência da Lei 14.230, indique a data de publicação a portaria de instauração.
-

3. Trata-se de apoio na elaboração de quesitos em processo judicial?
Não

4. Trata-se de nomeação de técnico pericial para atuar como assistente técnico em processo judicial, acompanhando diligências ou elaborando laudo complementar?
Não

5. Trata-se de solicitação com tramitação prioritária?
Não

* Caso a resposta seja positiva, assinale a hipótese adequada.

5.1 Existe risco iminente de perecimento do direito;:
Não

***Caso a resposta 5.1 seja marcada, descreva:**
-

5.2 Prioridades fixadas em lei, tais como, Estatuto do Idoso, ECA, Lei Brasileira de Inclusão e outros diplomas legais.
Não

5.3 Está em curso prazo processual;:
Não

Indicar prazo Processual caso marque a hipóteses 5.3:
-

5.4 Trata-se de solicitação oriunda de alguma modalidade de atuação coletiva especializada (Grupo de Atuação Especializada, Força-Tarefa, Grupo Temático Temporário ou Grupo de Apoio de Acervo - Resolução GPGJ 2.401/2021):
Não

INDIQUE SUA DÚVIDA TÉCNICA:
Remeter o PA 105/2019 (MPRJ 2019.00629296) e PA 61/2020 (MPRJ 2020.00174157) integralmente ao GATE, solicitando informar, em complementação a IT n 404/2023, se os documentos apresentados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí atendem satisfatoriamente a obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC, bem como se atende ao TAC para remediação dos dois antigos vazadouros.

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 18/08/2023, às 11:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2633559** e o código CRC **4705F2DA**.

Histórico do Processo 20.22.0001.0033345.2021-61

Ver histórico completo

Lista de Andamentos (39 registros):

Data/Hora	Unidade	Usuário	Descrição
18/08/2023 11:29	SECGATE	thais.santos	Processo remetido pela unidade SP2TCOITB
18/08/2023 11:06	SP2TCOITB	thais.santos	Remoção de sobrestamento
24/05/2023 09:46	SP2TCOITB	thais.santos	Sobrestamento. Aguardando a finalização do procedimento de origem (PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296).
14/04/2023 16:42	SP2TCOITB	fabiana.azedias	Processo recebido na unidade
14/04/2023 11:24	SP2TCOITB	gabriel.moreira	Processo remetido pela unidade SECGATE
13/04/2023 18:45	SECGATE	izabel.pimenta	Processo recebido na unidade
13/04/2023 18:11	SECGATE	marcelo.santana	Processo remetido pela unidade NTCNAT
15/03/2023 13:44	NTCNAT	flaviabastos	Processo recebido na unidade
15/03/2023 13:44	NTCNAT	flaviabastos	Processo remetido pela unidade SECGATE
24/02/2023 14:29	SECGATE	flaviabastos	Processo recebido na unidade
24/02/2023 13:52	SECGATE	thais.santos	Processo remetido pela unidade SP2TCOITB
24/02/2023 13:43	SP2TCOITB	thais.santos	Remoção de sobrestamento
12/09/2022 15:23	SP2TCOITB	thais.santos	Sobrestamento. Aguardando a finalização do procedimento de origem (PA 105/2019 MPRJ 2019.00629296)
12/09/2022 14:19	SP2TCOITB	thais.santos	Processo recebido na unidade
12/09/2022 13:42	SP2TCOITB	gabriel.moreira	Processo remetido pela unidade SECGATE
12/09/2022 09:29	SECGATE	rosemary	Processo recebido na unidade
09/09/2022 18:44	SECGATE	marcelo.santana	Processo remetido pela unidade NTCNAT
02/09/2022 13:07	NTCNAT	vanessa.silva	Processo recebido na unidade
02/09/2022 13:06	NTCNAT	vanessa.silva	Processo remetido pela unidade SECGATE
22/07/2022 17:15	SECGATE	pfesteves	Processo recebido na unidade
22/07/2022 15:40	SECGATE	thais.santos	Processo remetido pela unidade SP2TCOITB
14/07/2022 17:12	SP2TCOITB	thais.santos	Remoção de sobrestamento
07/01/2022 14:15	SP2TCOITB	thais.santos	Sobrestamento. Aguardando a finalização do procedimento de origem.
07/01/2022 12:55	SP2TCOITB	thais.santos	Processo recebido na unidade
13/12/2021 17:20	SP2TCOITB	gabriel.moreira	Processo remetido pela unidade SECGATE
10/12/2021 14:38	SECGATE	flaviabastos	Processo recebido na unidade
10/12/2021 12:59	SECGATE	marcelo.santana	Processo remetido pela unidade NTCNAT
10/12/2021 12:59	SECGATE	juliana.monti	Processo remetido pela unidade NTENGEN
05/08/2021 11:08	NTENGEN	vanessa.silva	Processo recebido na unidade
05/08/2021 11:08	NTCNAT	vanessa.silva	Processo recebido na unidade
05/08/2021 11:07	NTCNAT	vanessa.silva	Processo remetido pela unidade SECGATE
05/08/2021 11:07	NTENGEN	vanessa.silva	Processo remetido pela unidade SECGATE
28/07/2021 10:17	SECGATE	vanessa.silva	Processo recebido na unidade
27/07/2021 19:37	SECGATE	vanessa.silva	Processo remetido pela unidade NTENGEN
27/07/2021 13:14	NTENGEN	vanessa.silva	Processo recebido na unidade
27/07/2021 13:14	NTENGEN	vanessa.silva	Processo remetido pela unidade SECGATE
16/07/2021 16:25	SECGATE	flaviabastos	Processo recebido na unidade
16/07/2021 15:17	SECGATE	thais.santos	Processo remetido pela unidade SP2TCOITB
16/07/2021 14:58	SP2TCOITB	thais.santos	Processo público gerado

INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº: 955/2023

30 de Agosto de 2023

Nº MPRJ: 2019.00629296

SOLICITANTE: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

COORDENADAS (Local da diligência):

LAT.: -22.745614765 **LONG.:** -42.942331804

Indústria. Petróleo e derivados, gás e biocombustíveis. 1 - Serviço técnico: Análise dos estudos de gerenciamento de áreas contaminadas. Termo de Referência - Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi apresentado para levantamento do passivo ambiental, reúne as premissas básicas de levantamento de passivo ambiental, de acordo com o preconizado na Resolução CONAMA 420/09.



Leia o QR code com seu celular.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

1. INTRODUÇÃO

A presente Informação Técnica visa atender à solicitação da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva - Núcleo Itaboraí ao Grupo de Apoio Técnico Especializado - GATE por meio do procedimento SEI 20.22.0001.0033345.2021-61, que solicita a avaliação de nova documentação a partir das orientações contidas na IT-404/2023, quanto a adequação do Termo de Referência para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma, ambos localizados no município de Itaboraí, nos seguintes termos:

> Remeter o PA 105/2019 (MPRJ 2019.00629296) e PA 61/2020 (MPRJ 2020.00174157) integralmente ao GATE, solicitando informar, em complementação a IT n 404/2023, se os documentos apresentados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí atendem satisfatoriamente a obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC, bem como se atende ao TAC para remediação dos dois antigos vazadouros.

A avaliação realizada nessa Informação Técnica foi embasada, a princípio, nos novos documentos acostado aos autos por meio da SAT nº 2633559 para o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados.

2. DESENVOLVIMENTO

Os vazadouros denominados Itambi e Jardim Ferma, ambos localizados no município de Itaboraí, foram as áreas escolhidas para serem objeto de recuperação ambiental com o apoio financeiro da Petrobras estipulado no item 5 da cláusula sexta do TAC II do COMPERJ. Essas áreas são passivos ambientais do município, as quais foram utilizadas para disposição final dos resíduos sólidos urbanos do município de maneira irregular sem atender as premissas técnicas e legais de um Aterro Sanitário.

2.1. Avaliação do Termo de Referência - TR

2.1.1 Contextualização

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Cumpre informar que foi realizada uma reunião[1] por conferência, no dia 12/07/2023, via aplicativo Teams, tendo como presentes, o Promotor de Justiça Titular Dr.: Tiago Veras; pelo GATE/MPRJ o Técnico Pericial Geólogo Marcelo Teixeira Santana; pela SEAS: Dra.: Mariana Maia, Dra.: Kaylla Gomes, Dra.: Luciana Bastos e Dr. Edson Xavier; pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Dr.: Jonathan Ferraz; pelo INEA, Dra.: Deise Delfino e Dra.: Raquel Sélos; para discutirem questões acerca do Procedimento Administrativo em referência, além de dirimir dúvidas remanescentes com relação as orientações técnicas contidas nas Its pretéritas para elaboração do TR.

Nesta reunião foram tratados aspectos técnicos, como por exemplo, a necessidade da inclusão de investigação geofísica ainda durante a etapa de Avaliação Preliminar, de acordo com a ABNT NBR 15515-1, a fim de subsidiar melhor as informações para mais adequadamente locar as sondagens da etapa seguinte de investigação.

A última versão do Termo de Referência[2] elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, é datada de 03/07/2023. O novo TR para os vazadouros de Itambi e Jardim Ferma contemplam as orientações contidas nas Informação Técnica nº 997/2022 elaborada pelo GATE, quais sejam: (i) *background* geoquímico, (ii) estudo de vulnerabilidade de aquíferos e (iii) que na etapa de investigação seja adotada a metodologia de Amostragem de Solo por Perfil Completo (ASPC).

Contudo, como na reunião foi ratificada a importância da Investigação Geofísica[3], ainda na etapa de Avaliação Preliminar, que foi realizada em 12/07/2023, ou seja, posterior a elaboração do TR. Ainda que a ratificação da importância da Investigação Geofísica tenha se dada na reunião posterior a data da elaboração do TR, houve consenso entre os participantes da reunião que a geofísica será realizada.

Ademais, dentre os documentos, normas e legislações a serem seguidas no item "Referências" do TR, a norma de aplicação de métodos geofísicos para investigação ambiental aparece listada, portanto, nos faz crer que ela estava prevista e depois da reunião não houve dúvidas de que será observada para obtenção de melhores resultados para o processo de levantamento de passivo ambiental.

Portanto, resumidamente, depreende-se do TR que as etapas para o levantamento do passivo ambiental, genericamente, ficarão da seguinte forma:

[1] SEI - fls. 627/633

[2] SEI - fls.: 562/620

[3] Investigação Geofísica de acordo com a ABNT NBR 15935/2011: Investigações ambientais - Aplicação de métodos geofísicos

GATE MPRJ GRUPO DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO
Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

(i) Avaliação Preliminar + Investigação Geofísica = Modelo Conceitual A;

(ii) Investigação Confirmatória (incluindo procedimento de Amostragem de Solo por Perfil Completo - APSC em todas as sondagens) + *background* geoquímico + estudo de vulnerabilidade de aquíferos = Modelo Conceitual B; e

(iii) Investigação Detalhada + Avaliação de Risco + Plano de Intervenção = Modelo Conceitual C.

O Modelo Conceitual C trará todas as informações (horizontes do meio físico impactados) e ações necessárias para recuperação da área degradada, incluindo concentrações alvo que cada SQI deve ser atingida durante a etapa de remediação ambiental, quais as técnicas para remediar a área serão utilizadas, programas de amostragem de solo/subsolo e água subterrânea, entre outros que o Plano de Intervenção apontará.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto conclui-se do Termo de Referência - Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi apresentado para levantamento do passivo ambiental, reúne as premissas básicas de levantamento de passivo ambiental para as instalações em tela, de acordo com o preconizado na Resolução CONAMA 420/09, sendo certo que as normas da ABNT que a suportam sejam corretamente executadas para que haja o sucesso almejado.

Ratifica-se a sugestão de que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí.

MARCELO TEIXEIRA SANTANA
Técnico Pericial - GATE - Núcleo de Ciências Naturais
Matr.: 8849

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Documento id. 00961742

DESPACHO DE PRORROGAÇÃO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 61/2020 (MPRJ n. 2020.00174157)

Trata-se de procedimento instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a *"(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".*

Portaria de instauração de PA à fl. 02, estando o Relatório Inicial de Investigação às fls. 02-verso/04-verso, instruído de documentos de fls. 05/35-verso.

Os ofícios preliminares foram expedidos às fls. 36/40.

Ofício da PGM de Itaboraí às fls. 53/59, informando que o INEA lavrou o Auto nº

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 13-09-2023 09:17

COGEFISEAI/00154997, no qual foi arbitrado multa diária administrativa de R$ 100.000,00, contada entre o período de setembro de 2010 e janeiro de 2016. Sendo certo que o Município protocolizou junto ao INEA o recurso Impugnativo referente ao Auto nº COGEFISEAI/00154997.

Ofício do INEA às fls. 60/61, encaminhando relação dos servidores e respectivo endereços eletrônicos.

Promoção com Registro de Reunião Virtual à fl. 66. Na oportunidade, foi realizado resumo do feito e informado pelos representantes do Município de Itaboraí que no prazo de 07 dias fará suas considerações sobre o Termo de Referência relativo ao projeto e execução de remediação ambiental dos dois vazadouros de lixo.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às fls. 68/86, informando que foram encaminhados ao INEA documentos relativos ao aterro de Itambi e ao vazadouro de Jardim Ferma e que estão aguardando a laboração do Termo de Referência pelo INEA.

Ofício do INEA à fl. 90, solicitando dilação de prazo.

E-mail da Petrobras à fl. 92, instruído de fls. 93/97, informando o cumprimento tempestivo da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ.

Promoção com Registro de Reunião Virtual às fls. 98/99. Na oportunidade, foi realizado resumo do feito e informado pelos representantes do Município de Itaboraí que será necessária dilação de prazo por mais 12 meses para o cumprimento das ações de remediação, recomposição, recuperação e monitoramento dos danos ambientais provocados pelos vazadouros.

Ofício da SEAS às fls. 100/101, informando o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pela Petrobras.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às fls. 103/104, instruído de fls. 105/117, encaminhando cópia dos ofícios que foram endereçados ao INEA, objetivando o prosseguimento ao plano de ação para remediação dos impactos ambientais decorrentes dos antigos vazadouros de Jardim

Ferna e Itambi, bem como esclarecendo que ambos os vazadouros se encontram em vias de recuperação. Em anexo a tais ofícios, consta Relatório de Vistoria de Acompanhamento dos Vazadouros de Itambi e Jardim Ferna nº 01/2021.

Ofício da SEAS à fl. 123, solicitando dilação de prazo.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às fls. 128/133, remetendo cópia do relatório de vistoria para remediação dos vazadouros de Jardim Ferma e Itambi.

Ofício da SEAS à fl. 134, encaminhando cópia da proposta do Termo de Referência para recuperação dos antigos vazadouros em Itaboraí de fls. 135/149.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às fls. 144/150, encaminhando o Relatório de Vistoria de Acompanhamentos dos vazadouros de Itambi e Jardim Ferma nº 02/2021. O referido Relatório apresenta informações sobre a vegetação encontrada nos vazadouros de Itambi e Jardim Ferma e o estado de conservação das edificações encontradas nos locais.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às 155/164, encaminhando o Relatório de Vistoria de Acompanhamentos dos vazadouros de Itambi e Jardim Ferma. O referido Relatório apresenta informações sobre a vegetação encontrada nos vazadouros de Itambi e Jardim Ferma, bem como informações sobre contaminações por chorume.

Promoção com Registro de Reunião Virtual à fl. 168. Na ocasião, o Município de Itaboraí informou que estão em tratativas com o INEA para fazer o Termo de Referência. Esclareceram que falta apenas a aprovação do Termo de Referência pelo INEA. Por fim, esclareceram que a secretaria já provocou o setor de compras, a fim de que seja realizado o levantamento dos custos da remediação. E que estão tentando solucionar a questão da multa com o INEA.

Informação Técnica do GATE n. 1236/2021 às fls. 170/173, concluindo que: “(...) as especificações contidas na proposta do TR são correlatadas com as premissas previstas para o gerenciamento de áreas contaminadas na Resolução CONAMA 420/09 e para a remediação do passivo ambiental nas áreas dos vazadouros. Contudo,

entende-se ser necessário que o INEA acrescente ao TR solicitação do estudo de *background* geoquímico, estudo de vulnerabilidade de aquíferos e que na etapa de investigação seja adotada a metodologia de Amostragem de solo por Perfil Completo (ASPC). Portanto, entende-se que o Termo de Referência acrescido do proposto atenderá ao objetivo. Ademais, sugere-se que o INEA registre claramente que todas as etapas do gerenciamento das áreas contaminadas e atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções CONAMA e legislações pertinentes ao tema.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às fls. 181/183, informando que no dia 25/10/2021 foi protocolado junto ao INEA o Termo de Referência para a contratação da empresa responsável pela recuperação dos antigos vazadouros. Por fim, o referido ofício esclarece que o documento foi enviado para análise e possível aprovação.

Ofício da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí às fls. 188/191, encaminhando cópia integral do Termo de Referência com as complementações requeridas pelo GATE para remediação dos vazadouros de Itambi e Ferma de fls. 192/221.

Ofício da SEAS à fl. 222, solicitando dilação de prazo.

Informação Técnica do GATE n. 404/2023 de índex 00500208, concluindo que: *"Diante do exposto resta prejudicada a avaliação do Termo de Referência para levantamento do passivo ambiental dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma, devido ao fato de não ter sido adicionado aos autos novas informações que venham alterar as conclusões da IT-997/2022. O Termo de Referência deve ser refeito contemplando todas as informações constantes no item 2 da IT-997/2022. O TR deve ser capaz de corretamente orientar a realização de investigação geoambiental para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC) de acordo com a Resolução CONAMA 420/2009, contemplando: (i) background geoquímico, (ii) estudo de vulnerabilidade de aquíferos e (iii) procedimento de Amostragem de Solo por Perfil Completo (APSC) em todas as sondagens. Embora os termos ASPC e background geoquímico tenham sido acrescidos no TR, o planejamento para a execução está em completo desacordo técnico, conforme a IT-997/2022 elucida ao longo do texto. Recomenda-se atenção para os estudos de background geoquímico e de Amostragem de Solo por Perfil Completo*

(APSC) a serem realizados, conforme item 2.1 da Informação Técnica nº 997/2022. Ratifica-se a sugestão de que o INEA avalie o Termo de Referência antes dele refeito seja remetido ao MP, para que o Órgão Ambiental Estadual registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência. Desta forma, coloco-me a disposição para me reunir com o corpo técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí e INEA com a finalidade de esclarecer o vem a ser um Termo de Referência para levantamento de passivo ambiental, baseado no Gerenciamento de Áreas Contaminadas – GAC, e o que no caso em tela deve conter para que alcance os objetivos que a 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva - Núcleo Itaboraí almeja de forma mais ágil, uma vez que este processo já se arrasta a pelo menos 3 (três) anos devido às insuficiências técnicas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí".

Informação Técnica do GATE n. 997/2022 de índex 00768567, concluindo que: *"Diante da avaliação quanto a adequação do Termo de Referência (TR) para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma, ambos localizados no município de Itaboraí, verificou-se que as especificações contidas na proposta foram acrescidas de investigação de background geoquímico e de procedimento de Amostragem de Solo por Perfil Completo (APSC). De modo geral as alterações são satisfatórias para o Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC) de acordo com a Resolução CONAMA 420/09 e para a remediação do passivo ambiental nas áreas dos vazadouros. Contudo, entende-se ser necessário acrescentar ao TR o estudo de vulnerabilidade de aquíferos. Portanto, entende-se que o Termo de Referência acrescido do proposto atenderá ao seu objetivo. Recomenda-se atenção para os estudos de background geoquímico e de Amostragem de Solo por Perfil Completo (APSC) a serem realizados, conforme item 2.1 desta Informação Técnica. Ademais, ratifica-se a sugestão de que o INEA registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA e demais legislações pertinentes ao tema".*

Ata de Reunião realizada com os representantes do Município de Itaboraí de índex 00844674. Na oportunidade, foi esclarecido pelo INEA, em suma, que fizeram uma

análise inicial e perceberam que o último protocolo feito no INEA já abarcava, pelo menos em parte, as solicitações do GATE. Estão preparando uma manifestação para encaminhar ao Município e estavam conversando com a SEAS sobre o Termo de Referência que foi encaminhado. Que vai preparar a manifestação para apoiá-los.

Informação Técnica do GATE n. 955/2023 de índex 00917218, concluindo que: *" (...) o Termo de Referência - Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi apresentado para levantamento do passivo ambiental, reúne as premissas básicas de levantamento de passivo ambiental para as instalações em tela, de acordo com o preconizado na Resolução CONAMA 420/09, sendo certo que as normas da ABNT que a suportam sejam corretamente executadas para que haja o sucesso almejado. Ratifica-se a sugestão de que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí".*

É o relatório.

CONSIDERANDO que a presente investigação já tramita há mais de um ano;

CONSIDERANDO que a Resolução GPGJ n. 2.227/18, em seu art. 35 dispõe que: "*O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado quantas vezes forem necessárias, a cada decisão que determinar a realização ou conclusão de diligências imprescindíveis para a sua conclusão",* sendo certo que *"Anualmente, o membro do Ministério Público dará ciência ao Conselho Superior do Ministério Público dos inquéritos que se encontrem em tramitação há mais de 12 (doze) meses (...)",* nos termos do 25, parágrafo único, aplicável por força do art. 33, ambos da Resolução GPGJ n. 2.227/18*;*

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Resolução n. 23 de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, aplicável por força do art. 33 da Resolução GPGJ n. 2.227/18, estabelece que "*O inquérito civil deverá ser concluído no prazo de 01 (um) ano, **prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias**, por*

decisão fundamentada de seu Presidente, à vista da imprescindibilidade da realização ou conclusão de diligências, dando-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público, à Câmara de Coordenação e Revisão ou à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão";

O Promotor de Justiça Titular deste órgão de execução, que ora preside o procedimento em referência, resolve **PRORROGAR** formalmente a tramitação deste procedimento administrativo, tendo em vista a necessidade de realização e conclusão de diligências imprescindíveis para a investigação e formação adequada e fundamentada de *opinio*, as quais estão especificadas abaixo.

Diante do exposto, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das seguintes diligências:

1. **Oficie-se ao INEA/SEAS**, com cópia da Informação Técnica do GATE n. 955/2023, informando que o Ministério Público está de acordo com o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo Município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados. Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí;

2. **Oficie-se à PGM de Itaboraí e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí**, com cópia da Informação Técnica do GATE n. 955/2023, informando que o Ministério Público está de acordo com o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo Município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros

supracitados. Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí. **Ademais, deverá ser encaminhado o cronograma físico-financeiro do Referido Termo de Referência, objetivando viabilizar a análise contábil;**

3. Com a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Oficie-se ao egrégio Conselho Superior do Ministério Público, para ciência, na forma do art. 9º, da Resolução n. 23/2007, do CNMP, art. 25, da Resolução GPGJ n.º 2.227/2018 e art. 61, §4º, do Regimento Interno do CSMP/RJ.

Prazo de prorrogação: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia(s).

Itaboraí, 13 de setembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

OFÍCIO

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*
E-mail: 2pjtcoitb@mprj.mp.br

Ofício 2ª PJTC n° 488/2023 *Itaboraí*, 27 de abril de 2023.

Ref.: **Relação de Inquéritos Civis que tramitam há mais de um ano da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí**

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o, valho-me do presente para remeter ao Conselho Superior do Ministério Público a relação de todos os inquéritos civis que tramitam nesta 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí há mais de um ano, no total, 299 (duzentos e noventa e nove), conforme planilha em anexo, em atenção ao disposto no art. 25, parágrafo único, da Resolução GPGJ nº 2.227/2018.

Ressalta-se que todos os procedimentos estão aguardando o resultado de diligências imprescindíveis para a conclusão das investigações. Tais diligências estão devidamente especificadas na planilha, bem como nas promoções de prorrogação de cada procedimento (em anexo), as quais também podem ser consultadas pelo sistema MGP.

Ao ensejo renovo protestos de elevada estima e distinta consideração, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares, caso necessário.

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Sua Excelência
Doutor **LUCIANO OLIVEIRA MATTOS DE SOUZA**
Presidente do Egrégio Conselho Superior
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, n° 370 - Centro - Rio de Janeiro – RJ

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 27/04/2023, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2337100** e o código CRC **2281C744**.

ENC: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>
Sex, 15/09/2023 17:50
Para:Cristina Alfradique Etcharte <cgalfradique@mprj.mp.br>

4 anexos (5 MB)
PLANILHA PA COMPERJ TAC I TIMBRADO.pdf; PLANILHA PA COMPERJ TIMBRADO TAC II (1).pdf; PROMOÇÃO COM REGISTRO DE REUNIÃO.pdf; Promoção - Ref. E-mail da Águas do Rio solicitando cópias dos Processos Administrativos - TAC COMPERJ I E II pedido de cópia .pdf - assinado.pdf;

De: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de agosto de 2023 15:43
Para: Tiago Gonçalves Veras Gomes <tiagogvg@mprj.mp.br>
Cc: Fabiana De Aquino Azedias <fabiana.azedias@mprj.mp.br>
Assunto: ENC: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Dr. Tiago, boa tarde,

Segue abaixo pedido de cópia feito por Águas do Rio, solicitando cópia integral dos PA's do COMPERJ.
Podemos solicitar a atualização do portal RAP e informar que todos os procedimentos estão disponíveis para acompanhamento no referido portal?

Atenciosamente,

Thaís Vieira dos Santos
Técnico Administrativo
Matr. 7787

MPRJ

2ª Promotoria de Justiça Coletiva Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607,
Centro - Itaboraí, RJ - Brasil
CEP 24800-113 - Telefone: (21) *2645-6950*

De: Julia Pinheiro da Silva <julia.psilva@aguasdorio.com.br>
Enviado: quinta-feira, 17 de agosto de 2023 14:44
Para: 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí <2pjtcoitb@mprj.mp.br>
Cc: Marcelo de Pontes Cavaco <marcelo.cavaco@aguasdorio.com.br>
Assunto: SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - TAC COMPERJ I e II

Prezados,

Em nome da Águas do Rio gostaria de receber informações quanto ao procedimento de obtenção das cópias dos processos administrativos listados nos anexos. Tratam-se de procedimentos instaurados por este Ministério Público para acompanhar o cumprimento das obrigações do TAC COMPERJ I e II pela Petrobrás. A Águas do Rio já foi autorizada receber as referidas cópias conforme promoção em anexo.

Obrigada desde já, abraços.

Att.;

Júlia Pinheiro da Silva
Assistente Jurídico
+55 21 97155-0129
Av. Rodrigues Alves / Armazén 2 - Saúde
Rio de Janeiro/RJ
CEP 20081-250
http://www.aguasdorio.com.br

Ref.: E-mail da Águas do Rio solicitando cópias dos Processos Administrativos - TAC COMPERJ I E II

PROMOÇÃO

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Juntar** cópia da presente promoção e do e-mail em anexo aos Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II;

2. **Defiro** o pedido de cópia integral dos Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II, **com exceção dos procedimentos que forem sigilosos**, com as cautelas de estilo;

3. Não incidirá a cobrança pelo fornecimento de cópias digitais de documentos, processos ou procedimentos quando eles já estiverem em suporte digital e quando a entrega do material solicitado puder ser realizada por correio eletrônico ou por mera gravação no dispositivo de armazenamento disponibilizado pelo solicitante, conforme art. 5º, § 3º da Resolução GPGJ nº 2365/2020. **Proceda-se** a entrega virtual integral do Procedimentos Administrativos do TAC COMPERJ I E II, **com exceção dos procedimentos que forem sigilosos**, digitalizado, conforme solicitado.

Itaboraí, 15 de setembro de 2023.

(assinado eletronicamente)
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710

Assinado de forma digital por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES:08913853710
Dados: 2023.09.15 17:49:15 -03'00'

Ofício nº 1791/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00984174
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157 e PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296
Destinatário: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS; INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a “(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor”.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 27-09-2023 11:28

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça, com cópia da Informação Técnica do GATE n. 955/2023, informando que o Ministério Público está de acordo com o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo Município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados. Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e da Informação Técnica do GATE n. 955/2023 (índex 00917224) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 27 de setembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 1792/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00984180
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157
Destinatário: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ
E-mail: procuradoria@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Procurador-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 27-09-2023 11:28

da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça com cópia da Informação Técnica do GATE n. 955/2023, informando que o Ministério Público está de acordo com o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo Município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados. Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí. **Ademais, deverá ser encaminhado o cronograma físico-financeiro do Referido Termo de Referência, objetivando viabilizar a análise contábil.** Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e da Informação Técnica do GATE n. 955/2023 (índex 00917224) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 27 de setembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 1793/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00984185
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157
Destinatário: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí
E-mail: assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 27-09-2023 11:28

da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça com cópia da Informação Técnica do GATE n. 955/2023, informando que o Ministério Público está de acordo com o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo Município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados. Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí. **Ademais, deverá ser encaminhado o cronograma físico-financeiro do Referido Termo de Referência, objetivando viabilizar a análise contábil.** Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e da Informação Técnica do GATE n. 955/2023 (índex 00917224) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 27 de setembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Documento id. 01038445

Documentos enviados em 29 de setembro de 2023:
Ofício 1793/2023-2PJTCOITB
Ofício 1791/2023-2PJTCOITB
Ofício 1792/2023-2PJTCOITB

INTERNO

Via e-mail.

Itaboraí, 10 de outubro de 2023

CRISTINA ALFRADIQUE ETCHARTE
Servidor(a) - Mat. 8002277

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí, 05 de outubro de 2023

Ofício/SEMAU n. 172/2023

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Setor: Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207 salas 606/607, Centro
Itaboraí, RJ CEP: 24800-113

Assunto: Oficio nº 1716/2023-2 e 1792/2023-2 PJTCOITB – PA 105/2019 – MPRJ 2019.00629296 e PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157

Exmo. Sr. Promotor de Justiça,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, em resposta ao Oficio nº 1716/2023-2 PJTCOITB, encaminhar cópia do cronograma físico-financeiro, enviado ao INEA, conforme solicitação, em 27/09/2023 para análise contábil.

Colocamo-nos a disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, agradecendo desde já a sua atenção e aproveitando para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Jhonatan Ferrarez
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Mat. 48.052

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O Cronograma físico-financeiro para a elaboração dos estudos voltados para a remediação dos vazadouros de Itambí e Jardim Ferma, teve valores foram retirados de outros projetos similares já realizados no Brasil, com das devidas adequações para o contexto próprio de nosso município.

Item	Subitem	Custo (R$)	MESES							
			1	2	3	4	5	6	7	8
RELATÓRIO CONSOLIDADO COM IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DA AREA OBJETO DO ESTUDO. (15 %)	Identificação e seleção da área objeto do estudo.	56.400,00								
	Reuniões com a comissão avaliadora para aprovação.									
RELATÓRIO CONSOLIDADO DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL (50%)	Diagnóstico Ambiental	188.000,00								
	Planta baixa									
	Levantamento Planialtimétrico									
	Geração de mapas									
	Análises químicas									
	Estudo de vulnerabilidade do aquífero									
	Análise econômica da degradação ambiental									
RELATÓRIO CONSOLIDADO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA (35%)	Apresentação e reunião dos representantes da equipe chave com a comissão fiscalizadora.	131.600,00								
TOTAL		376.000,00								

Em 27/09/2023

Raoni Oliveira de Souza Cardoso
Geólogo/Chefe de Gabinete
Mat. 45.294
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Procuradoria-Geral do Município

CI / PGM N° 230926611757

Itaboraí, terça, 26 de setembro / 2023 às 16h33

Da: Procuradoria-Geral do Município - Procuradoria Especializada em Tutela Coletiva

Para: Gabinete do Secretário - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Assunto: Ofício no 1716/2023-2PJTCOITB - Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0001816/2023-67 - PA 105/2019 - MPRJ n. 2019.00629296

PRAZO 11/10/2023

Ilustre Secretários,

Cumprimentando-os, cordialmente, vimos pelo presente, encaminhar cópia do ofício em epígrafe, o qual visa "apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o no 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.o 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa", bem como a existência do Procedimento Administrativo no 61/2020, o qual visa "apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884- 52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas d Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Diante o exposto, o Ministério Público vem **informando que está de acordo com o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo Município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados. Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência**

elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí. Ademais, deverá ser encaminhado o cronograma físico-financeiro do Referido Termo de Referência, objetivando viabilizar a análise contábil. resposta.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente.

Assinatura Eletrônica

Este documento foi assinado eletronicamente por **LUCIANA CARDOSO COSTA BASTOS** - Matricula: 31700 - Procuradoria-Geral do Município / PGM em terça, 26 de setembro / 2023 às 16h33 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 6°, §3°, do Decreto Municipal nº 39, de 26 de março de 2020.

Anexo 1

Anexo 2

Anexo 3

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Documento id. 01223750

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Ciente** do acrescido no ofício de índex 01175651;

2. **Remeter** o PA nº 61/2020 e o PA nº 105/2019 integralmente digitalizado, via SEI, ao GATE solicitando IT CONTÁBIL para informar se o cronograma-físico financeiro apresentado pelo Município de Itaboraí está formalmente regular e com preços compatíveis com o valor de mercado. Caso ainda persista alguma pendência, solicita-se que pendência seja apontada de forma objetiva;

3. Reitere-se o ofício não respondido de índex 00984174;

4. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 13 de novembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 13-11-2023 11:10

Solicitação de análise técnica ao GATE - 2871491

INFORMAÇÕES DO ÓRGÃO SOLICITANTE

Órgão de Execução:
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Telefone:
(21)2645-6950

Celular:
(21)98285-7730

Membro Solicitante:
Tiago Gonçalves Veras Gomes

Matrícula:
3226

Secretário(a):
Thaís Vieira dos Santos

E-mail:
thais.santos@mprj.mp.br

Deseja receber atualização da movimentação via sistema push?
Não

DADOS DO PROCEDIMENTO

Nº MPRJ:
201900629296

1. Trata-se de complementação de Análise realizada anteriormente pelo GATE?
Não

***Em se tratando de complementação de análise técnica realizada anteriormente pelo GATE, indicar o número da IT:**

-

2.Trata-se de procedimento investigatório que apura ato de improbidade administrativa?
Não

(*) Caso a resposta seja positiva

2.1. Indique a data de término do prazo prescricional:
-

2.2 O procedimento foi instaurado antes ou após a vigência da Lei 14.230/2021?
-

2.3 Se instaurado após a vigência da Lei 14.230, indique a data de publicação a portaria de instauração.
-

3. Trata-se de apoio na elaboração de quesitos em processo judicial?
Não

4. Trata-se de nomeação de técnico pericial para atuar como assistente técnico em processo judicial, acompanhando diligências ou elaborando laudo complementar?
Não

5. Trata-se de solicitação com tramitação prioritária?
Não

* Caso a resposta seja positiva, assinale a hipótese adequada.

5.1 Existe risco iminente de perecimento do direito;:
Não

***Caso a resposta 5.1 seja marcada, descreva:**
-

5.2 Prioridades fixadas em lei, tais como, Estatuto do Idoso, ECA, Lei Brasileira de Inclusão e outros diplomas legais.
Não

5.3 Está em curso prazo processual;:
Não

Indicar prazo Processual caso marque a hipóteses 5.3:
-

5.4 Trata-se de solicitação oriunda de alguma modalidade de atuação coletiva especializada (Grupo de Atuação Especializada, Força-Tarefa, Grupo Temático Temporário ou Grupo de Apoio de Acervo - Resolução GPGJ 2.401/2021):
Não

INDIQUE SUA DÚVIDA TÉCNICA:
Remeter o PA nº 61/2020 e o PA nº 105/2019 integralmente digitalizado, via SEI, ao GATE solicitando IT CONTÁBIL para informar se o cronograma-físico financeiro apresentado pelo Município de Itaboraí está formalmente regular e com preços compatíveis com o valor de mercado. Caso ainda persista alguma pendência, solicita-se que pendência seja apontada de forma objetiva.

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES**, **Promotor de Justiça**, em 16/11/2023, às 17:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2871491** e o código CRC **9934F91F**.

Ofício nº 2311/2023-2PJTCOITB
Documento id. 01245285
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157 e PA 105/2019 - MPRJ 2019.00629296
Destinatário: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS; INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a “(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor”.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 17-11-2023 10:43

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, em reiteração aos termos do Ofício 2ª PJTC nº 1791/2023, vem esta Promotoria de Justiça, com cópia da Informação Técnica do GATE n. 955/2023, informando que o Ministério Público está de acordo com o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo Município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados. Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para resposta.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e da Informação Técnica do GATE n. 955/2023 (índex 00917224) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 17 de novembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Documento id. 01257703

Documento enviado em 21 de novembro de 2023:
Ofício 2311/2023-2PJTCOITB

INTERNO

Via e-mail.

Itaboraí, 22 de novembro de 2023

CRISTINA ALFRADIQUE ETCHARTE
Servidor(a) - Mat. 8002277

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO

A 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí encaminha solicitação de análise técnica (SAT) ao GATE para que possa ser informado se o cronograma-físico financeiro apresentado pelo Município de Itaboraí está formalmente regular e com preços compatíveis com o valor de mercado.

A solicitação visa instruir o Inquérito Civil MPRJ n.º 2019.00629296, instaurado para apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o n.º 0023925-58.2017.8.19.0023.

Os requisitos de admissibilidade das SAT estão descritos na Ordem de Serviço n.º 01/23 do GATE. Com relevância para a presente SAT, um dos requisitos aplicáveis é a sua instrução com os documentos ou dados digitais necessários, especificados para cada serviço técnico solicitado, de forma legível, com arquivos individualizados e identificados, a fim de permitir ao Técnico Pericial identificar, com segurança, a hipótese fática, a dúvida técnica existente e as circunstâncias pertinentes à correta conclusão técnica do GATE (art. 16, inciso IV, da OS n.º 01/23).

O Protocolo de Gestão n.º 01, aprovado pela Portaria n.º 01/2023, detalha as normas indicadas acima, no sentido da forma como os documentos indispensáveis para a análise técnica precisam ser identificados, quando encaminhados de forma a instruir a SAT.

No caso presente, a SAT veio sem os seguintes documentos, o que impede a elaboração da Informação Técnica:

1. Cotações de preços de serviços/insumos sem preço referencial, se houver;
2. Detalhamento de composições de serviços elaboradas, se houver; e
3. Planilha orçamentária usada como base para o cronograma físico-financeiro detalhada em itens de serviço com respectivos códigos do sistema de custo, quantitativos e preços unitários, informando a data-base do orçamento.

Não se tem, portanto, a observância dos requisitos de admissibilidade indicados, razão pela qual, por ora, o GATE se vê impedido de realizar a análise solicitada.

Além disso, ainda que tivessem sido encaminhados os documentos elencados acima, de acordo com o Protocolo de Gestão n.º 04, aprovado pela Portaria n.º 04/2023, por se tratar de assunto relacionado a um dos temas críticos do referido documento, para alcançarmos um passivo que permita à equipe do GATE atender às solicitações de forma célere e eficiente, será necessário restringir o acréscimo de novas SAT sobre alguns temas temporariamente.

Dessa forma, considerando que a Douta Promotoria possui outras solicitações aguardando análise por este grupo de apoio, só será possível o processamento de novas solicitações caso haja a troca de um procedimento antigo por um novo que o solicitante julgue mais relevante/prioritário ou quando todas suas SAT antigas forem atendidas.

Assim, devolva-se ao órgão solicitante para que regularize a SAT com a inclusão dos documentos faltantes devidamente anexados de forma individualizada e identificada ou justifique a impossibilidade de fazê-lo, bem como para informar se insiste na presente análise; e, em caso de positivo, informe qual SEI deverá ser devolvido.

COORDENAÇÃO GERAL DO GATE

Documento assinado eletronicamente por **HELENO RIBEIRO PEREIRA NUNES FILHO**, **Promotor de Justiça**, em 21/11/2023, às 18:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2878803** e o código CRC **E54C56BF**.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Gabinete do Secretário

Ouvidoria

Of.SEAS/OUVI Nº126 Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2023

Ilmo. Sr. Promotor

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607

Centro - Itaboraí, RJ - Brasil

Referência: Ofício 2ª PJTC n°2311/2023

PA 105/2019 – MPRJ 2019.00629296

PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Excelentíssimo Promotor de Justiça,

Com os cumprimentos de estilo e, em atenção à solicitação exposta no ofício em epígrafe, informo que estamos providenciando, junto aos órgãos específicos desta Secretaria, elementos para instruir a resposta a ser encaminhada a esse Ministério Público.

No entanto, considerando a grande quantidade de demandas desta Secretaria de Estado e os esforços envidados no sentido de harmonizar as atribuições institucionais com o atendimento tempestivo às requisições formuladas por esse i. *Parquet,* solicitamos a prorrogação do prazo para resposta, concedido inicialmente pelo Ministério Público Estadual, por mais 60 (sessenta) dias.

Sem mais no momento, renovo os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Teresa Nascimento

Ouvidora/SEAS

Documento assinado eletronicamente por **Teresa Francisca do Nascimento**, **Ouvidora**, em 21/11/2023, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **63707061** e o código CRC **B6A069EE**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Documento id. 01302965

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. Defiro o pedido de dilação de prazo do ofício de índex 01279945 por mais 60 (sessenta) dias, **oficie-se** em resposta;

2. **Ciente** do acrescido no despacho do GATE de índex 01266872;

3. **Oficie-se à PGM de Itaboraí e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí** solicitando remeter as seguintes informações: *(i) Cotações de preços de serviços/insumos sem preço referencial, se houver; (ii) Detalhamento de composições de serviços elaboradas, se houver; e (iii) Planilha orçamentária usada como base para o cronograma físico-financeiro detalhada em itens de serviço com respectivos códigos do sistema de custo, quantitativos e preços unitários, informando a data-base do orçamento;*

4. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 30 de novembro de 2023

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 30-11-2023 14:45

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207, salas 606/607, Centro - Itaboraí, RJ - Brasil CEP 24800-113
Email: 2pjtcoitb@mprj.mp.br - Telefones: (21) 2645-6950

Ofício nº 2489/2023-2PJTCOITB
Documento id. 01331100
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157
Destinatário: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS; INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA
E-mail: ouvidoria.seas@ambiente.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Excelentíssimo Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a “(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor”.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 06-12-2023 17:43

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça deferir o pedido de dilação de prazo para resposta ao Ofício 2ª PJTC nº 2311/2023 por mais 60 (sessenta) dias.

Seguem anexas cópia da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 06 de dezembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 2490/2023-2PJTCOITB
Documento id. 01331107
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157
Destinatário: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ.
E-mail: procuradoria@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Procurador-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 06-12-2023 17:43

da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça solicitar remeter as seguintes informações: (i) Cotações de preços de serviços/insumos sem preço referencial, se houver; (ii) Detalhamento de composições de serviços elaboradas, se houver; e (iii) Planilha orçamentária usada como base para o cronograma físico-financeiro detalhada em itens de serviço com respectivos códigos do sistema de custo, quantitativos e preços unitários, informando a data-base do orçamento. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Seguem anexas cópia da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 06 de dezembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 2491/2023-2PJTCOITB
Documento id. 01331108
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157
Destinatário: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE ITABORAÍ.
E-mail: assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a “(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor”.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 06-12-2023 17:43

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça solicitar remeter as seguintes informações: (i) Cotações de preços de serviços/insumos sem preço referencial, se houver; (ii) Detalhamento de composições de serviços elaboradas, se houver; e (iii) Planilha orçamentária usada como base para o cronograma físico-financeiro detalhada em itens de serviço com respectivos códigos do sistema de custo, quantitativos e preços unitários, informando a data-base do orçamento. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.

Seguem anexas cópia da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 06 de dezembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Documento id. 01348396

Documentos enviados em 08 de dezembro de 2023:
Ofício 2489/2023-2PJTCOITB
Ofício 2491/2023-2PJTCOITB
Ofício 2490/2023-2PJTCOITB

INTERNO

Via e-mail.

Itaboraí, 14 de dezembro de 2023

CRISTINA ALFRADIQUE ETCHARTE
Servidor(a) - Mat. 8002277

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade

Subsecretaria Executiva

Of.SEAS/SUBEXE Nº1130 Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2023

Ilmo. Sr.

Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes

Promotor de Justiça

2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí

Rua João Caetano, nº 207, sala 606, Centro

Itaboraí/RJ, CEP.: 24800-113

Referência: Ofício nº 1715/2023-2PJTCOITB, nº 1791/2023-2PJTCOITB e nº 2311/2023-2PJTCOITB

PA 20/2020 – MPRJ 202000174198

Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção aos termos dos ofícios em epígrafe, os quais visam apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas n 0009884-52.2018.8.19.0023, servimo-nos do presente para caminhar a manifestação do Serviço de análise de atividades de Saneamento -SERVSAN, serviço ligado à Diretoria de Licenciamento Ambiental - DIRLAM e a manifestação da própria DIRLAM onde ambas abordaram o solicitado por esse órgão ministerial.

Sem mais no momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, aproveitando o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ RICARDO FERREIRA DE BRITO
Subsecretário Executivo
ID Funcional nº. 5086921-3

Documento assinado eletronicamente por **José Ricardo Ferreira de Brito**, **Subsecretário de Estado**, em 27/12/2023, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **66006527** e o código CRC **E067BF41**.

Avenida Venezuela, nº 110, 5º andar - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone: (21) 2332-5622 - http://www.rj.gov.br/web/sea

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Licenciamento Ambiental

À Servconte, em devolução

Prezados,

Tendo em vista o recebimento da vossa solicitação (61619397), encaminhamos a manifestação da Servsan/Gerlani (61756145), analisado o Termo de Referência para elaboração do plano de recuperação de área degradada do vazadouro de Ferma e vazadouro Itambi, encaminhado por meio do ofício SEMAU n° 170/2023. Ressalta-se que a manifestação apresentada se refere especificamente às questões técnicas referentes à recuperação dos antigos vazadouros em Itaboraí/RJ.

O termo tem por objetivo principal estabelecer os elementos mínimos para o diagnóstico geoambiental e intervenção para recuperação dos vazadouros. Para tanto é prevista que a investigação de passivo ambiental ocorra em três fases, conforme preconizado pela ABNT NBR 15515, entretanto, observou-se falta de clareza quanto aos produtos estarem de acordo com a normativa da ABNT. Portanto, considerando a recente revisão das normas da série ABNT NBR 15515 e as tratativas do Grupo de Trabalho que visa elaboração de minuta de norma para estabelecer os procedimentos mínimos exigíveis para o diagnóstico de áreas impactadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e execução das ações para recuperação., seguem as sugestões ao termo de Referência pontuados no parecer anexo.

Era o que tínhamos para informar e por isso devolvemos este processo administrativo para as providências que julgarem pertinentes, aproveitando o ensejo para renovar os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,

Cristiane Arcos Libânio
Assessoria Jurídica - OAB/RJ 125.067
Inea/Diretoria de Licenciamento Ambiental - Dirlam

Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 2023

Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Arcos Libânio**, **Analista Jurídica**, em 04/12/2023, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **64460932** e o código CRC **E0A467A4**.

Referência: Processo nº SEI-070026/001010/2020 SEI nº 64460932

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Criado por cristianearcosl, versão 2 por cristianearcosl em 04/12/2023 10:20:03.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Diretoria de Licenciamento Ambiental

Manifestação.INEA/SERVSAN SEI Nº904 Rio de Janeiro,19 de outubro de 2023

OFÍCIO: 1791/2023 do MPRJ (60705791)

DEMANDA: *Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí.*

Considerando o requerido, foi analisado o Termo de Referência para ELABORAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA DO VAZADOURO DE FERMA E VAZADOURO ITAMBI, encaminhado por meio do OFICIO SEMAU N° 170/2023. Ressaltamos que a presente manifestação se refere especificamente às questões técnicas referentes à recuperação dos antigos vazadouros em Itaboraí/RJ.

O termo tem por objetivo principal estabelecer os elementos mínimos para o diagnóstico geoambiental e intervenção para recuperação dos vazadouros. Para tanto é prevista que a investigação de passivo ambiental ocorra em três fases, conforme preconizado pela ABNT NBR 15515, entretanto, observou-se falta de clareza quanto aos produtos estarem de acordo com a normativa da ABNT. Portanto, considerando a recente revisão das normas da série ABNT NBR 15515 e as tratativas do Grupo de Trabalho que visa elaboração de minuta de norma para estabelecer os procedimentos mínimos exigíveis para o diagnóstico de áreas impactadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e execução das ações para recuperação.

Sugere-se pelos ajustes no termo de Referência pontuados a seguir, em azul.

(Em susbtituição ao conteúdo do item 1: Diagnóstico - Investigação Geoambiental)

A CONTRATADA deverá realizar a avaliação preliminar, avaliação confirmatória, investigação detalhada e avaliação de risco à saúde humana conforme procedimentos legais vigentes e preconizado nas normas da ABNT NBR 15515-1, NBR 15515-2, NBR 15515-3 e NBR 16210. O modelo conceitual da área em estudo deve ser atualizado, validado e aprimorado com as novas informações obtidas a cada etapa de investigação, gerando uma nova versão, a ser utlizada como base para as etapas seguintes, conforme ABNT NBR 15515-1.

1.1 Investigação Preliminar

O levantamento de dados e histórico e do meio físico subsidiarão a estratégia de atuação na inspeção de reconhecimento da área e devem ser realizados de acordo com o item 6.2 da ABNT NBR 15515-1. Com base no levantamento de dados e inspeção de reconehcimento na área, deverá ser elaborado omodelo Conceitual, com base na ABNT NBR 16210 que irá compor o Produto final da etapa de Investigação Preliminar: Relatório de Investigação Preliminar, cujo conteúdo deve ser condizente com o item 7 da ABNT NBR 15515-1.

1.1.1- *Levantamento de Dados:*

A etapa de levantamento de dados visa dar subsídios à etapa de inspeção no local. O Anexo A da ABNT NBR 15515-1 apresenta sugestões de fontes, tipos de informações e documentos a serem utilizados.

A) Levantamento histórico - A ser comsposto por informações oriundas do proprietário da área, entrevistas com pessoas detentoras de conhecimento local, órgãos de controle ambiental, Prefeitura local, dentre outros Devem ser utilizadas ainda a interpetração de fotografias/imagens aéreas multitemporais.

B) Estudo do Meio Físico

Objetiva levantar as potenciais vais de transporte de contaminantes a partir de dados geológicos, hidrológicos, geomorfológicos e meteorológicos que pdoem ser obtidos jutno à órgãos de controle e planejamento ambiental.

1.1.2- Inspeção de Reconhecimento

Deve ser realizada por profissional habilitado para obter e interpretar as informações, englobando o limite total da propriedade e ainda o reconhecimento do entorno (raio de 250m a partir dos limites da área avaliada).

1.2 Investigação Confirmatória

A confirmação de contaminação da área deve ser realizada a partir da amostragem e análise química de diferentes meios. Para tanto, deve ser elaborado inicialmente o Plano Amostral, com base no Modelo conceitual da avaliação preliminar.

Caso o Modelo conceitual da avaliação preliminar apresente um grau de incerteza elevado, devem ser levantadas informações adicionais e/ou utilizadas ferramentas de resposta rápida, objetivando a redução da incerteza, tais como a aplicação de métodos geofísicos (Tabela 2 - ABNT NBR 15515-2). A partir dos novos dados, deve ser efetuada a elaboração do Plano de Amostragem, a ser submetido previamente para análise e aprovação do Órgão Ambiental licenciador da área em recuperação.

1.2.1 Plano de Amostragem

O Plano de amostragem deverá ser baseado nas orientações contidas no item 6.3 da ABNT NBR 15515-2.

- A estudo pedológico, deverá seguir o roteiro típico de Amostragem de Solo de Perfil Completo (ASPC), de acordo com a ABNT NBR 15515-2/2011.

- Perfuração de poços após as cacterização pedológica e definição das Susbstâncias Quimicas de Interesse, conforme ABNT NBR 15515-2/2011

- Identificação e descrição das zonas de descarga e recarga do aquífero;

- Ensaio ‘in situ” de permeabilidade da zona saturada;

- Amostragem de águas subterrâneas e superficiais dos parâmetros: DBO/DQO, DQO, carbono orgânico total, sólidos suspensos, cloreto, série do nitrogênio (amoniacal, nitrato e orgânico), fósforo, pH, condutividade, sulfato e parâmetros microbiológicos (Escherichia coli e coliformes totais), além dos orientadores estabelecidos na Resolução CONAMA 420/2009 para águas subterrâneas e os parâmetros estabelecidos na Resolução CONAMA 357 para as águas superficiais;

- Análises geoquímicas de solo e água subterrâneas, também deverão buscar a identificação de substâncias químicas que comumente estão associadas à esse tipo de passivo ambiental, tais como: produtos farmacêuticos, anticoncepcionais, hormônios, fragrâncias, produtos de beleza, protetor solar, remédios e fármacos.

- Amostragem do biogás.

Obs.: As amostras coletadas e análisadas deverão ter como referencia de contraste analítico o Background Natural, no qual as amostras coletadas serão compardas Quantidade de substâncias naturais no

meio ambiente, isento de fontes antropogênicas de poluição e o Background local que são as concentrações de substâncias perigosas presentes no meio ambiente, relacionadas à liberação por atividades antropogênicas

1.2.2 Execução do Plano de amostragem aprovado pelo órgão ambiental - Investigação Confirmatória

A Investigação Confirmatória deve ser conduzida de acordo com a NBR 15515:2021 - Parte 2 e iniciada após aprovação da Avaliação Preliminar e Plano Amostral, pelo órgão ambiental

A instalação dos poços de monitoramento deve ser realizada de acordo com as normas da ABNT NBR 15495-1 – Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares – Parte 1: Projeto e Construção e NBR 15495-2 – Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares – Parte 2: Desenvolvimento.

Para amostragens de água subterrânea deve ser aplicado o método de purga de baixa vazão (ABNT NBR 15847:2010).

O Relatório de Investigação confirmatória a ser submetido ao órgão ambiental deve ser elaborado conforme item 6.6 da ABNT NBR 15515-2:2023.

Deverão ser executadas todas as etapas estabelecidas no Plano de Amostragem. O produto da execução do Plano de Amostragem (Relatório de Investigação confirmatória) deverá ser elaborado conforme item 6.6 da ABNT NBR 15515-2:2023.

- Perfis construtivos dos poços de monitoramento indicando seus elementos (filtro, pré-filtro, selo, preenchimento, etc.), de acordo com as normas técnicas de referência;

- Relatórios de sondagens;

- Laudos laboratoriais devidamente assinados pelos técnicos responsáveis e respectivas cadeias de custódia;

- Descrição da metodologia utilizada, tipo de ensaio, dados de campo e o memorial de cálculo;

- Planta com a localização georreferenciada das sondagens, poços de monitoramento e pontos de amostragens da água superficial.

1.2.3 Apresentação do estudo de vulnerabilidade dos aquiferos

Após a coleta de dados deverá ser elaborado estudo vulnerabilidade nas águas subterrâneas para nortear sob qual e forma os contaminantes de apresentam no sistema freático, mostrando os perigos de migração em determinadas situações de uso do solo, características do contaminante e condições da área.

1.3 Investigação Detalhada e Análise de Risco

Caso a avaliação confirmatória demonstre contaminação do solo, das águas subterrâneas ou de outros bens a proteger, o cronograma executivo apresentado deverá incluir o prazo para apresentação da Investigação detalhada (NBR15.515-3), da Avaliação de risco à saúde humana (NBR 16209) e do Plano de Intervenção.

O relatório de Investigação Detalhada deverá seguir as orientações do item 7 da ABNT NBR 15515-3. Sendo identificados receptores humanos sob influência ou potencialmente sob influência de área contaminada, deverá ser executada a avaliação de risco à saúde humana, de acordo com as orientações do Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas da Companhia Ambiental de São Paulo – CETESB, capítulo 8.

Sugere-se ainda que o item referente aos Produtos (Anexo I) seja atualizado, sendo especificado que o diagnóstico deve gerar, no mínimo, os seguintes produtos: Relatório de Investigação preliminar, Modelo Conceitual, Plano de Amostragem, Relatório de Investigação Confirmatória, Estudo de vulnerabilidade dos

aquiferos, Relatório de Investigação Detalhada e de Avaliação de Risco à Saúde, conforme especificações da ABNT 15:515, partes 1, 2 e 3.

Desta forma, considerando o Termo de Referência encaminhado por meio do OFICIO SEMAU N° 170/2023 e as alterações sugeridas acima, entendemos que o Termo de Referência estará integralmente de acordo com as normativas da ABNT referentes à Investigação de Passivo Ambiental, legislação vigente e inclui as sugestões do Gate apresentadas no âmbito do processo SEI-070026/001010/2020.

Desta forma, concluo o presente.

Atenciosamente,

Raquel Sélos
Chefe de Seção
ID: 4461231-1
SERVSAN/GERLANI/DIRLAM

Documento assinado eletronicamente por **Raquel Simões Oliveira Franco Sélos**, **Chefe de Serviço**, em 27/11/2023, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **61756145** e o código CRC **E37822B0**.

Referência: Processo nº SEI-070026/001010/2020 SEI nº 61756145

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Criado por raquelsofs, versão 14 por raquelsofs em 22/11/2023 14:36:56.

MPRJ | MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO

A 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí encaminha solicitação de análise técnica (SAT) ao GATE para que possa ser informado se o cronograma-físico financeiro apresentado pelo Município de Itaboraí está formalmente regular e com preços compatíveis com o valor de mercado.

A solicitação visa instruir o Inquérito Civil MPRJ n.º 2019.00629296, instaurado para apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o n.º 0023925-58.2017.8.19.0023.

Os requisitos de admissibilidade das SAT estão descritos na Ordem de Serviço n.º 01/23 do GATE. Com relevância para a presente SAT, um dos requisitos aplicáveis é a sua instrução com os documentos ou dados digitais necessários, especificados para cada serviço técnico solicitado, de forma legível, com arquivos individualizados e identificados, a fim de permitir ao Técnico Pericial identificar, com segurança, a hipótese fática, a dúvida técnica existente e as circunstâncias pertinentes à correta conclusão técnica do GATE (art. 16, inciso IV, da OS n.º 01/23).

O Protocolo de Gestão n.º 01, aprovado pela Portaria n.º 01/2023, detalha as normas indicadas acima, no sentido da forma como os documentos indispensáveis para a análise técnica precisam ser identificados, quando encaminhados de forma a instruir a SAT.

No caso presente, a SAT veio sem os seguintes documentos, o que impede a elaboração da Informação Técnica:

1. Cotações de preços de serviços/insumos sem preço referencial, se houver;
2. Detalhamento de composições de serviços elaboradas, se houver; e
3. Planilha orçamentária usada como base para o cronograma físico-financeiro detalhada em itens de serviço com respectivos códigos do sistema de custo, quantitativos e preços unitários, informando a data-base do orçamento.

Não se tem, portanto, a observância dos requisitos de admissibilidade indicados, razão pela qual, por ora, o GATE se vê impedido de realizar a análise solicitada.

Além disso, ainda que tivessem sido encaminhados os documentos elencados acima, de acordo com o Protocolo de Gestão n.º 04, aprovado pela Portaria n.º 04/2023, por se tratar de assunto relacionado a um dos temas críticos do referido documento, para alcançarmos um passivo que permita à equipe do GATE atender às solicitações de forma célere e eficiente, será necessário restringir o acréscimo de novas SAT sobre alguns temas temporariamente.

Dessa forma, considerando que a Douta Promotoria possui outras solicitações aguardando análise por este grupo de apoio, só será possível o processamento de novas solicitações caso haja a troca de um procedimento antigo por um novo que o solicitante julgue mais relevante/prioritário ou quando todas suas SAT antigas forem atendidas.

Assim, devolva-se ao órgão solicitante para que regularize a SAT com a inclusão dos documentos faltantes devidamente anexados de forma individualizada e identificada ou justifique a impossibilidade de fazê-lo, bem como para informar se insiste na presente análise; e, em caso de positivo, informe qual SEI deverá ser devolvido.

COORDENAÇÃO GERAL DO GATE

Documento assinado eletronicamente por **HELENO RIBEIRO PEREIRA NUNES FILHO**, **Promotor de Justiça**, em 21/11/2023, às 18:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mprj.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2878803** e o código CRC **E54C56BF**.

PREFEITURA ITABORAÍ
TRABALHANDO PARA VIVER MELHOR

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br>

Visita técnica vazadouro Itaboraí

12 mensagens

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 8 de janeiro de 2024 às 15:05
Para: comercial@rioambiental.com.br

Boa tarde, quem fala aqui é Raoni, sou chefe de gabinete aqui na Secretaria de Meio Ambiente de Itaboraí. Podemos marcar nosso encontro para o dia 17. O que acham?!

att

--
Geólogo Raoni Cardoso
Chefe de Gabinete
Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí
Av. Vinte e Dois de Maio, 7071 - Venda das Pedras, Itaboraí - RJ, 24801-088
Tel.: (21) 2635-7041

Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br> 9 de janeiro de 2024 às 09:47
Para: Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br>

Bom dia !
Confirmado.
até a chegada do local será às 10h. ok?
Favor confirmar

Att: Paula Ferreira
[Texto das mensagens anteriores oculto]
--
Atenciosamente;
Equipe Rio Ambiental.
Tel: 21 4111-6141
Cel: 21 98078-3607 (WhatsApp)
Site: https://www.rioambiental.com.br/

RioAmbiental

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 10 de janeiro de 2024 às 09:48
Para: Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br>

Bom dia, surgiu uma evento para o dia 17, podemos marcar para o dia 19?!

att
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br> 10 de janeiro de 2024 às 12:06
Para: Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br>

Prezado, boa tarde.

Podemos sim! Poderia ser no horário das 10:00 da manhã?

Poderia também enviar o contato das pessoas que irão comparecer ao local?
- Também queríamos saber se é necessário o uso de EPI no local.

Segue em anexo cópia das carteirinhas do Geólogo e do Engenheiro Ambiental.

Estamos à disposição.
Eduardo Santos.

Sender notified by
Mailtrack

[Texto das mensagens anteriores oculto]

2 anexos

Carteirinha do Geólogo.pdf
230K

Carteirinha CREA Luiz.pdf
303K

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 10 de janeiro de 2024 às 15:22
Para: Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br>

Ok! Marcados para do dia 19 às 10 horas.

Eu irei acompanhar, meu nome é Raoni e sou geólogo, meu contato é 21 964412059.
Sempre é bom usar EPI, mas acho que nesse caso só uma bota já serve.

att

att
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br> 16 de janeiro de 2024 às 16:34
Para: Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br>

Prezado boa tarde;

Poderia estar informando o endereço do local que será feita a visita.

Sender notified by
Mailtrack

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 17 de janeiro de 2024 às 15:07
Para: Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br>

Serão dois lixões, estou mandando um anexo em KMZ.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Lixões.kmz
11K

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 22 de janeiro de 2024 às 10:34
Para: Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br>

Bom dia. Considerando a instabilidade climática de sexta-feira que fez com que adiássemos a visita técnica, Gostaria de marcar um novo dia para a nossa visita. O que acham do dia 2 de fevereiro?

att
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br> 22 de janeiro de 2024 às 10:38
Para: Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br>

Prezado Sr Raoni, bom dia

Conforme o solicitado, nossa visita técnica está agendada para o dia 02/02/2024.

Sender notified by
Mailtrack

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 31 de janeiro de 2024 às 11:41
Para: Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br>

Olá, vamos nos encontrar sexta feira às 10 horas?! Pode ser no posto de gasolina da Manilha.

att
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 1 de fevereiro de 2024 às 15:59
Para: Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br>

Boa tarde, segue a localização do posto de gasolina.

https://maps.app.goo.gl/2SNbxC9Udqe9MShB8

att
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 5 de fevereiro de 2024 às 14:46
Para: Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br>

Boa tarde, conforme o combinado, seguem os documentos de memória que tenho sobre os vazadouros.

att
[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

12 anexos

Projeto Basico e Executivo Remediacao Itambi - Complementações.pdf
541K

08 DES-PMI-AT-A-105- BARREIRA HIDRÁULICA (A1)..pdf
849K

07 DES-PMI-AT-A-104B- SISTEMA DE DRENAGEM DE GASES DETALHES (A1)..pdf
989K

Projeto Basico e Executivo Remediacao Jardim Ferma- Complementações.pdf
543K

09 DES-PMI-ATT-C-106- POÇO DE MONITORAMENTO (A2).pdf
947K

########## Dossiê MP - Aterro de Itambi.pdf
1314K

01 DES- PMI - ATT - T - 101.pdf
691K

05 DES-PMI-AT-A-103B- SISTEMA DE DRENAGEM SUPERFICIAL DETALHES (A2).pdf
379K

04 DES-PMI-AT-A-103 - DRENAGEM ÁGUAS SUPERFICIAIS - (A0).pdf
2727K

03 DES-PMI-ATT-A-102 - LAYOUT GERAL rev 02-Layout1.pdf
2882K

06 DES-PMI-AT-A-104- SISTEMA DE DRENAGEM DE GASES (A1).pdf
2452K

Projeto remediação J.Ferma - Final.pdf
8669K

PREFEITURA DE ITABORAÍ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete do Procurador Geral do Município
Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 18, Centro, Itaboraí/RJ, CEP.: 24.800-165
Telefone: (021) 2635-3836

OF PGM Nº 027/2024

Da: Procuradoria Geral do Município

Assunto: OF Nº 2490/2023 – 2ª PJTCOITB - Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87 - PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Itaboraí, 06 de fevereiro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, pelo presente, em atenção ao ofício em epígrafe, encaminhar a V.Exª. resposta apresentada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, através da CI / SEMAU Nº 24020715114 em referência à 231212612353 conforme documento anexo.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente,

Anna Carolina G. Figueiredo
Procuradora do Município
Mat.: 40874

Luciana Cardoso Costa Bastos
Procuradora do Município
Mat. 31.700

EXMO. SR. PROMOTOR
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

CI / SEMAU N° 24020715114 *em referência à* 231212612353

Itaboraí, quarta, 07 de fevereiro / 2024 às 13h41

Da: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Assessoria Gabinete

Para: Procuradoria Especializada em Tutela Coletiva - Procuradoria-Geral do Município

Assunto: Ref OF N° 2490/2023-2PJTCOITB - PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Ilma. Procuradora,

Cumprimentando-a, cordialmente, vimos pelo presente, em resposta a CI/PGM 231212612353, que em que o Ministério Público solicita que seja remetida as seguintes informações a respeito dos Vazadouros de Itambi e Jardim Ferma

(i) Cotações de preços de serviços/insumos sem preço referencial, se houver;

(ii) Detalhamento de composições de serviços elaboradas, se houver; e

(iii) Planilha orçamentária usada como base para o cronograma físico-financeiro detalhada em itens de serviço com respectivos códigos do sistema de custo, quantitativos e preços unitários, informando a data-base do orçamento.

Informamos o que segue:

Em 31/10/2023 foi enviada a CI/SEMAU 231031151211 em referencia a CI/PGM 231002611797, com as informações atualizadas, tendo em vista que o objeto do PA 60/2020 é o mesmo do PA 105/2019.

A respeito do custo e cotação de preços, informamos que Prefeitura Municipal de Itaboraí, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, entrou em contato com empresas de serviço ambiental, no total de cinco, nos quais duas responderam e apenas uma, até a presente data, continuou interessada em orçar os serviços de diagnóstico ambiental de nossos vazadouros desativados.

Informamos, ainda que, a vistoria de reconhecimento das áreas, junto com a empresa interessada, aconteceu no dia 02/02/2024. Ainda não nos foi apresentado os valores.

Segue em anexo os ofícios encaminhados paras as empresas. Os demais documentos estão anexados na CI/SEMAU 231031151211, enviada em 31/10/2023

Era o cabia responder no momento, colocamo-nos a disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, agradecendo desde já a sua atenção e aproveitando para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Assinatura Eletrônica

Este documento foi assinado eletronicamente por **SABRINA**

TZOULAS DA SILVA MATOS - Matricula: 47717 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo / SEMAU em quarta, 07 de fevereiro / 2024 às 13h41 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 6º, §3º, do Decreto Municipal nº 39, de 26 de março de 2020.

Anexo 1

Anexo 2

PREFEITURA ITABORAÍ
TRABALHANDO PARA VIVER MELHOR

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br>

Re: Orçamento para remediação de vazadouros.

4 mensagens

Brígida Evangelista <brigida.evangelista@masterplan.eng.br> 10 de janeiro de 2024 às 15:19
Para: raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br
Cc: Rafael Carvalho <rafael.carvalho@masterplan.eng.br>, Rodrigo Imbelloni <rodrigo.imbelloni@masterplan.eng.br>, Fernando Matias <fernando.matias@masterplan.eng.br>

Boa tarde Raoni,

Conforme conversamos, segue e-mail solicitando o anexo que não veio no primeiro envio de 08/12/23, conforme histórico abaixo.

Estamos à disposição.

Atenciosamente,

Brígida Evangelista
Gerente de Planejamentos e Negócios
contato: 21 3553-3968
21 99697-3475
21 98259-2277
brigida.evangelista@masterplan.eng.br

Rio de Janeiro: Rua Buenos Aires, 57, 3º andar, Centro
Edifício David Guimarães
CEP 20 070-022

www.masterplan.eng.br

Masterplan
ENGENHARIA CONSULTIVA E AMBIENTAL

Em qua., 13 de dez. de 2023 às 11:36, Rodrigo Imbelloni <rodrigo.imbelloni@masterplan.eng.br> escreveu:

> Caros,
>
> bom dia. Em resposta à sua solicitação constante do ofício SEMAU nº 210/2023, vimos informar que não recebemos o Anexo citado no referido ofício. Nesse sentido, solicitamos a esse conceituado órgão o encaminhamento do Anexo referido, o qual entendemos possuir informações técnicas para composição da proposta comercial solicitada.
>
> Desde já desejamos nossos mais sinceros votos de estima e consideração.
>
> Atenciosamente,
>
> Rodrigo Imbelloni
>
> >
> >
> >> ---------- Forwarded message ---------
> >> De: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo <semau@itaborai.rj.gov.br>
> >> Date: sex., 8 de dez. de 2023 às 16:33
> >> Subject: Orçamento para remediação de vazadouros.
> >> To: <contato@masterplan.eng.br>
> >>
> >>
> >> Boa tarde, Prezados.
> >>
> >> Em anexo encaminhamos o ofício SEMAU nº 210/2023,
> >> solicitando orçamento para remediação dos vazadouros municipais, para
> >> compor proposta de prestação de serviços, no que tange elaboração de
> >> diagnósticos ambientais.
> >>
> >> Ficamos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas a respeito do solicitado.
> >>
> >> Atenciosamente

>> Gabinete
>> SEMAU

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 10 de janeiro de 2024 às 16:30
Para: Brígida Evangelista <brigida.evangelista@masterplan.eng.br>

Olá! Segue nosso ofício e termo de referência.

att
[Texto das mensagens anteriores oculto]
--
Geólogo Raoni Cardoso
Chefe de Gabinete
Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí
Av. Vinte e Dois de Maio, 7071 - Venda das Pedras, Itaboraí - RJ, 24801-088
Tel.: (21) 2635-7041

3 anexos

OFÍCIO SEMAU 210-2023.pdf
176K

CRONOGRAMA FÍSICO.pdf
205K

TR_Vazadouros (ver.04).pdf
6528K

Brígida Evangelista <brigida.evangelista@masterplan.eng.br> 11 de janeiro de 2024 às 14:58
Para: Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br>

Recebido. Obrigada

Atenciosamente,

Brígida Evangelista
Gerente de Planejamentos e Negócios
contato: 21 3553-3968
21 99697-3475
21 98259-2277
brigida.evangelista@masterplan.eng.br

Rio de Janeiro: Rua Buenos Aires, 57, 3º andar, Centro
Edifício David Guimarães
CEP 20 070-022

www.masterplan.eng.br

Masterplan
ENGENHARIA CONSULTIVA E AMBIENTAL

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo <semau@itaborai.rj.gov.br> 22 de janeiro de 2024 às 12:01
Para: raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]

PREFEITURA ITABORAÍ
TRABALHANDO PARA VIVER MELHOR

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br>

Visita técnica vazadouro Itaboraí

12 mensagens

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 8 de janeiro de 2024 às 15:05
Para: comercial@rioambiental.com.br

Boa tarde, quem fala aqui é Raoni, sou chefe de gabinete aqui na Secretaria de Meio Ambiente de Itaboraí. Podemos marcar nosso encontro para o dia 17. O que acham?!

att

--
Geólogo Raoni Cardoso
Chefe de Gabinete
Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí
Av. Vinte e Dois de Maio, 7071 - Venda das Pedras, Itaboraí - RJ, 24801-088
Tel.: (21) 2635-7041

Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br> 9 de janeiro de 2024 às 09:47
Para: Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br>

Bom dia !
Confirmado.
até a chegada do local será às 10h. ok?
Favor confirmar

Att: Paula Ferreira
[Texto das mensagens anteriores oculto]
--
Atenciosamente;
Equipe Rio Ambiental.
Tel: 21 4111-6141
Cel: 21 98078-3607 (WhatsApp)
Site: https://www.rioambiental.com.br/

RioAmbiental

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 10 de janeiro de 2024 às 09:48
Para: Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br>

Bom dia, surgiu uma evento para o dia 17, podemos marcar para o dia 19?!

att
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br> 10 de janeiro de 2024 às 12:06
Para: Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br>

Prezado, boa tarde.

Podemos sim! Poderia ser no horário das 10:00 da manhã?

Poderia também enviar o contato das pessoas que irão comparecer ao local?
- Também queríamos saber se é necessário o uso de EPI no local.

Segue em anexo cópia das carteirinhas do Geólogo e do Engenheiro Ambiental.

Estamos à disposição.
Eduardo Santos.

Sender notified by
Mailtrack

[Texto das mensagens anteriores oculto]

2 anexos

Carteirinha do Geólogo.pdf
230K

Carteirinha CREA Luiz.pdf
303K

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 10 de janeiro de 2024 às 15:22
Para: Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br>

Ok! Marcados para do dia 19 às 10 horas.

Eu irei acompanhar, meu nome é Raoni e sou geólogo, meu contato é 21 964412059.
Sempre é bom usar EPI, mas acho que nesse caso só uma bota já serve.

att

att
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br> 16 de janeiro de 2024 às 16:34
Para: Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br>

Prezado boa tarde;

Poderia estar informando o endereço do local que será feita a visita.

Sender notified by
Mailtrack

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 17 de janeiro de 2024 às 15:07
Para: Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br>

Serão dois lixões, estou mandando um anexo em KMZ.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Lixões.kmz
11K

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 22 de janeiro de 2024 às 10:34
Para: Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br>

Bom dia. Considerando a instabilidade climática de sexta-feira que fez com que adiássemos a visita técnica, Gostaria de marcar um novo dia para a nossa visita. O que acham do dia 2 de fevereiro?

att
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br> 22 de janeiro de 2024 às 10:38
Para: Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br>

Prezado Sr Raoni, bom dia

Conforme o solicitado, nossa visita técnica está agendada para o dia 02/02/2024.

Sender notified by
Mailtrack

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 31 de janeiro de 2024 às 11:41
Para: Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br>

Olá, vamos nos encontrar sexta feira às 10 horas?! Pode ser no posto de gasolina da Manilha.

att
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 1 de fevereiro de 2024 às 15:59
Para: Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br>

Boa tarde, segue a localização do posto de gasolina.

https://maps.app.goo.gl/2SNbxC9Udqe9MShB8

att
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Raoni Oliveira de Souza Cardoso <raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br> 5 de fevereiro de 2024 às 14:46
Para: Comercial Rio Ambiental <comercial@rioambiental.com.br>

Boa tarde, conforme o combinado, seguem os documentos de memória que tenho sobre os vazadouros.

att
[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

12 anexos

Projeto Basico e Executivo Remediacao Itambi - Complementações.pdf
541K

08 DES-PMI-AT-A-105- BARREIRA HIDRÁULICA (A1)..pdf
849K

07 DES-PMI-AT-A-104B- SISTEMA DE DRENAGEM DE GASES DETALHES (A1)..pdf
989K

Projeto Basico e Executivo Remediacao Jardim Ferma- Complementações.pdf
543K

09 DES-PMI-ATT-C-106- POÇO DE MONITORAMENTO (A2).pdf
947K

########## Dossiê MP - Aterro de Itambi.pdf
1314K

01 DES- PMI - ATT - T - 101.pdf
691K

05 DES-PMI-AT-A-103B- SISTEMA DE DRENAGEM SUPERFICIAL DETALHES (A2).pdf
379K

04 DES-PMI-AT-A-103 - DRENAGEM ÁGUAS SUPERFICIAIS - (A0).pdf
2727K

03 DES-PMI-ATT-A-102 - LAYOUT GERAL rev 02-Layout1.pdf
2882K

06 DES-PMI-AT-A-104- SISTEMA DE DRENAGEM DE GASES (A1).pdf
2452K

Projeto remediação J.Ferma - Final.pdf
8669K

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Documento id. 01693683

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo n. 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e Procedimento Administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TACs do COMPERJ[1]

Como se sabe, o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

No dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo homologado em 19/02/2020.

Os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

Isto posto, incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular

cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

Tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ"*.

Noutro giro, esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a *"(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".*

Estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA

ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

Considerando que o STJ no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8) firmou a tese que: *"(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)"*

O Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

O direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

O Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o atendimento ao dever de transparência passiva.

A transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

Ressalta-se que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever

de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

A publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas, não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

No que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

O Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: *"(...) é dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)*

A Lei n. 10.650/2003, estabelece que: *(...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).*

A Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: *"São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social".*

A Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: *"São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade".*

Em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

A omissão de informações não mais atende aos anseios dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

Indubitavelmente a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

Nessa toada, o MPRJ registra que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos

controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e *accountability*.

Ressalta-se que esta Promotoria de Justiça em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

É o breve relatório.

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

I. **Expeça-se imediatamente recomendação ao Presidente do INEA e ao Secretário Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - INEA,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts. 51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, a fim de que: ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas do TAC do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias,***

críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC. O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis;

II. **Juntar** cópia da presente promoção e da recomendação expedida em todos os Procedimentos Administrativos (em andamento) do TAC COMPERJ I e II;

III. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

[1] TAC I e II: PA 150/2019 – MPRJ n. 2019.00977739; PA 151/2019 – MPRJ n. 2019.00978524; PA 152/2019 - MPRJ 2019.00978517; PA 153/2019 - MPRJ 2019.00978521; PA 154/2019 - MPRJ 2019.00977734; PA 155/2019 - MPRJ 2019.00977724; PA 158/2019 - MPRJ 2019.00977717; PA 159/2019 - MPRJ 2019.00977681; PA 160/2019 - MPRJ 2019.00978785; PA 161/2019 - MPRJ 2019.00978783; PA 162/2019 - MPRJ 2019.0097871; PA 163/2019 - MPRJ 2019.00978778; PA 164/2019 - MPRJ 2019.00978775; PA 165/2019 - MPRJ 2019.00978774; PA 166/2019 - MPRJ 2019.00978764; PA 169/2019 - MPRJ 2019.00978758; PA 171/2019 - MPRJ 2019.00978821; PA 172/2019 - MPRJ 2019.00978813; PA 173/2019 - MPRJ 2019.00978810; PA 176/2019 - MPRJ 2019.00978802; PA 177/2019 - MPRJ 2019.00978799; PA 179/2019 - MPRJ 2019.00978793; PA 180/2019 - MPRJ 2019.00978685; PA 181/2019 - MPRJ 2019.00978683; PA 183/2019 - MPRJ 2019.00978680; PA 188/2019 - MPRJ 2019.00978818; PA 189/2019 - MPRJ 2019.00978816; PA 190/2019 - MPRJ 2019.00978751; PA 192/2019 - MPRJ 2019.00978745; PA 193/2019 - MPRJ 2019.00978743; PA 194/2019 - MPRJ 2019.00978740; PA 195/2019 - MPRJ 2019.00978738; PA 196/2019 - MPRJ 2019.00978733; PA 197/2019 - MPRJ 2019.00978731; PA 198/2019 - MPRJ 2019.00978707; PA 199/2019 - MPRJ 2019.00978699; PA 200/2019 - MPRJ 2019.00978687; PA 201/2019 - MPRJ 2019.00978654; PA 202/2019 - MPRJ 2019.00978628; PA 203/2019 - MPRJ 2019.00978638; PA 204/2019 - MPRJ 2019.00978625; PA 205/2019 - MPRJ 2019.00978623; PA 206/2019 - MPRJ 2019.00978615; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605; PA 208/2019 - MPRJ 2019.00978582; PA 209/2019 - MPRJ

2019.00978564; PA 210/2019- MPRJ 2019.00978560; PA 211/2019 - MPRJ 2019.00978555; PA 06/2020 - MPRJ 2020.00174213; PA 08/2020 - MPRJ 2020.00174210; PA 09/2020 - MPRJ 2020.00174209; PA 10/2020 - MPRJ 2020.00174208; PA 11/2020 - MPRJ 2020.00174207; PA 12/2020 - MPRJ 2020.00174206; PA 13/2020 - MPRJ 2020.00174205; PA 14/2020 - MPRJ 2020.00174204; PA 15/2020 - MPRJ 2020.00174203; PA 16/2020 - MPRJ 2020.00174202; PA 17/2020 - MPRJ 2020.00174201; PA 18/2020 - MPRJ 2020.00174200; PA 19/2020 - MPRJ 2020.00174199; PA 20/2020 - MPRJ 2020.00174198; PA 21/2020 - MPRJ 2020.00174197; PA 22/2020 - MPRJ 2020.00174196; PA 23/2020 - MPRJ 2020.00174195; PA 24/2020 - MPRJ 2020.00174194; PA 25/2020 - MPRJ 2020.00174193; PA 26/2020 - MPRJ 2020.00174192; PA 27/2020 - MPRJ 2020.00174191; PA 28/2020 - MPRJ 2020.00174190; PA 29/2020 - MPRJ 2020.00174189; PA 31/2020 - MPRJ 2020.00174187; PA 32/2020 - MPRJ 2020.00174186; PA 33/2020 - MPRJ 2020.00174185; PA 36/2020 - MPRJ 2020.00174182; PA 37/2020 - MPRJ 2020.00174181; PA 39/2020 - MPRJ 2020.00174179; PA 41/2020 - MPRJ 2020.00174177; PA 43/2020 - MPRJ 2020.00174175; PA 46/2020 - MPRJ 2020.00174172; PA 47/2020 - MPRJ 2020.00174171; PA 48/2020 - MPRJ 2020.00174170; PA 51/2020 - MPRJ 2020.00174167; PA 52/2020 - MPRJ 2020.00174166; PA 53/2020 - MPRJ 2020.00174165; PA 54/2020 -MPRJ 2020.00174164; PA 55/2020 - MPRJ 2020.00174163; PA 56/2020 - MPRJ 2020.00174162; PA 57/2020 - MPRJ 2020.00174161; PA 58/2020 - MPRJ 2020.00174160; PA 59/2020 - MPRJ 2020.00174159; PA 60/2020 - MPRJ 2020.00174158; PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157; PA 62/2020 - MPRJ 2020.00174156; PA 65/2020 - MPRJ 2020.00174153.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Recomendação nº 001/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01694367
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TAC's do COMPERJ.
Destinatários: SECRETARIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, através do Promotor de Justiça que esta subscreve e com fundamento nos artigos 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e 53, da Resolução GPGJ nº 2227/2018, vem expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** dirigida ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS**, pelos fatos e na forma a seguir expostos:

CONSIDERANDO que o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

CONSIDERANDO que, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro,

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 12:05

dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo homologado em 19/02/2020.

CONSIDERANDO que os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897- 51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869- 83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023

(Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade".

CONSIDERANDO que estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

CONSIDERANDO que o STJ, no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8), firmou a tese que: "(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)".

CONSIDERANDO que o Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

CONSIDERANDO que o direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

CONSIDERANDO que o Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões

consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o atendimento ao dever de transparência passiva.

CONSIDERANDO que a transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

CONSIDERANDO que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

CONSIDERANDO que a publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

CONSIDERANDO que, no que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

CONSIDERANDO que o Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

> O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: "(...) é dever dos órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)

CONSIDERANDO que a Lei n. 10.650/2003 estabelece que: (...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).

CONSIDERANDO que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: "São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social".

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: "São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade".

CONSIDERANDO que, em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

CONSIDERANDO que a omissão de informações não mais atende aos anseios dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

CONSIDERANDO que, indubitavelmente, a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

CONSIDERANDO que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e accountability.

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça, em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, **RECOMENDA** ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIA DE ESTADO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei

Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts. 51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas dos dois TACs do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC, no prazo de 60 (sessenta) dias.***

O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Segue em anexo cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigações dos referidos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Recomendação nº 002/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01694303
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0004473/2023-11
Assunto: PA 62/2020 - MPRJ 202000174156; PA 207/2019 - MPRJ 2019.00978605 e todos os PA's que acompanham o cumprimento dos dois TAC's do COMPERJ.
Destinatários: PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - INEA

RECOMENDAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, através do Promotor de Justiça que esta subscreve e com fundamento nos artigos 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e 53, da Resolução GPGJ nº 2227/2018, vem expedir a presente **RECOMENDAÇÃO** dirigida ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, pelos fatos e na forma a seguir expostos:

CONSIDERANDO que o TAC I DO COMPERJ (referente à integralidade dos pedidos da ACP 0009919-12.2018.8.19.0023 e a pedidos relacionados sobretudo à recuperação florestal das demais ACP's) foi assinado no dia 09/08/19, em solenidade no Palácio Guanabara com a presença de Suas Excelências, o Procurador-Geral de Justiça do MPRJ, o Governador do Estado, o Presidente da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão, sendo certo que o acordo foi homologado pelo juízo da 1ª Vara Cível de Itaboraí, no dia 13/08/2019.

CONSIDERANDO que, no dia 18/02/2020, foi assinado o TAC II COMPERJ no bojo das citadas ACPs 0009869-83.2018.8.19.0023, 0009859-39.2018.8.19.0023, 0009884-52.2018.8.19.0023, 0009897-51.2018.8.19.0023, em solenidade com a presença do Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro, dos Gerentes Gerais da Petrobras e demais autoridades interessadas na questão,

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 01-03-2024 12:05

sendo homologado em 19/02/2020.

CONSIDERANDO que os citados TAC I e II COMPERJ possuem mais de uma centena de obrigações de fazer a serem cumpridas pelos compromissários PETROBRAS, ESTADO DO RIO DE JANEIRO e INEA, além de mais de uma dezena de obrigações de pagar pela PETROBRAS, sendo certo que toda verba prevista no TAC já tem uma destinação previamente especificada naquele instrumento.

CONSIDERANDO que incumbe ao MPRJ, por meio desta Promotoria, fiscalizar o regular cumprimento de todas as obrigações constantes nos TACs, bem como suscitar a transparência e o controle social na área ambiental.

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o procedimento administrativo nº 207/2019 – (MPRJ 2019.00978605) para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 6.2 da cláusula terceira do TAC pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos da ação civil pública nº. 0009919-12.2018.8.19.0023. A PETROBRAS, no item 6.2 da cláusula terceira, obrigou-se a "(...)depositar o valor de R$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente a ser contratada pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade. A auditoria independente terá como fim exclusivo a avaliação do cumprimento das obrigações do presente TAC e deverá elaborar relatório de auditoria no prazo de 60 dias do recebimento de cada obrigação, que deverá ser entregue imediata e simultaneamente ao INEA/SEAS, PETROBRAS e MPRJ".

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça instaurou procedimento administrativo n. 62/2020 – (MPRJ 202000174156) instaurado para apurar o cumprimento da obrigação contida no item 1 da cláusula sétima do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897- 51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869- 83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 1, da cláusula sétima,

obrigou-se a “(...)depositar o valor de R$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), em até 60 (sessenta) dias da homologação do TAC, para viabilizar a contratação de auditoria externa independente pelo ERJ, por meio de depósito em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS e referendada pela Secretária de Estado do Ambiente e Sustentabilidade”.

CONSIDERANDO que estamos diante do maior TAC ambiental já celebrado no ERJ e um dos maiores na história do Brasil. O ERJ e INEA têm o dever de PROMOVER A TRANSPARÊNCIA ATIVA SOBRE AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS TACs DO COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras.

CONSIDERANDO que o STJ, no RECURSO ESPECIAL n. 1857098 - MS (2020/0006402-8), firmou a tese que: “(...) O direito de acesso à informação no Direito Ambiental brasileiro compreende: i) o dever de publicação, na internet, dos documentos ambientais detidos pela Administração não sujeitos a sigilo (transparência ativa) (...)”.

CONSIDERANDO que o Princípio 10 da Declaração do Rio visa conferir acesso à informação, conferindo participação de todos os cidadãos nas questões ambientais. Assi, deverá ser fomentado a participação a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. No âmbito da América Latina e Caribe, o Acordo de Escazú dispõe sobre a matéria. Embora não internalizado, pendente de ratificação, o direito nacional reflete princípios semelhantes por todo o ordenamento, desde o nível constitucional, que se espalham em variadas leis federais.

CONSIDERANDO que o direito de acesso à informação possui duas perspectivas: o direito do particular de ter acesso a informações públicas requeridas (transparência passiva) e dever estatal de dar publicidade às informações públicas que detém (transparência ativa). Dessa maneira, em função do direito de participação social na coisa pública, inerente às democracias, embora constitua-se simultaneamente como direito autônomo.

CONSIDERANDO que o Princípio da Máxima Divulgação disciplina que a publicidade é regra, e o sigilo, exceção. O Estado possui o dever de demonstrar razões consistentes para negar a publicidade ativa e ainda mais fortes para rejeitar o

atendimento ao dever de transparência passiva.

CONSIDERANDO que a transparência ativa deve antecipar-se ao direito do cidadão em reclamar a transparência passiva. Quando o Estado deixa de realizar a publicação espontânea e geral de informações públicas abre ao cidadão o direito de reclamar, individualmente, acesso às informações públicas não publicadas pelo Estado.

CONSIDERANDO que a transparência na Administração consiste em: i) atender o dever de publicidade e veicula de forma geral e ativa as informações públicas, na internet; ii) desatendido o dever de transparência ativa, mediante provocação de qualquer pessoa, a Administração presta a informação requerida, preferencialmente via internet; iii) descumprido o dever de transparência passiva, aciona-se, em último caso, a Justiça. Contudo, não é porque se pode requerer acesso à informação que a Administração está desobrigada, desde o início, de publicá-la, ativamente e independentemente de requerimento anterior.

CONSIDERANDO que a publicação (especialmente a eletrônica) de informações públicas não se trata de ato discricionário. A não publicação das informações na internet devem ter motivações concretas, de caráter público e republicano, aptas a afastar a regra da transparência ativa. Para negar-se a atender a transparência passiva, os motivos do Administrador devem ser ainda mais graves, conforme normas de sigilo taxativamente previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI). No Brasil o pretexto de discricionariedade quando se trata de transparência, é vedada, devendo a negativa ser sempre fundamentada em decisão pública, sujeita a revisão administrativa e controle judicial.

CONSIDERANDO que, no que tange a transparência ambiental, o ordenamento brasileiro reforça o dever do Estado, impondo inclusive a produção da informação ambiental.

CONSIDERANDO que o Princípio da Informação está cada vez mais fortalecido na esfera ambiental. O intercâmbio de informações sobre o meio ambiente encontra previsão legal em diverso diplomas legais, conforme se demonstra a seguir:

O Art. 8º, 12.527/2011, § 1º e § 2º dispõem que: “(...) é dever dos

> órgãos e entidades públicas promoverem, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo: (...) V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; (...) § 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet). (...)

CONSIDERANDO que a Lei n. 10.650/2003 estabelece que: (...) acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as relativas a: I - qualidade do meio ambiente; II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental; III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas (...).

CONSIDERANDO que a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei n° 12.305/10, artigo 6°, inciso X, esclarece que: “São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos: X - o direito da sociedade à informação e ao controle social”.

CONSIDERANDO que a Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei n. 9.433/1997, art. 26, III, elucida que: “São princípios básicos para o funcionamento do Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos: (...) III - acesso aos dados e informações garantidos à toda a sociedade”.

CONSIDERANDO que, em que pese a existência de aparato legal determinando o acesso público a documentos e informações, ainda se faz necessário a efetiva aplicação desse direito fundamental, tendo em vista a falta de transparência prepondera nos órgãos públicos, principalmente no que concerne às questões ambientais.

CONSIDERANDO que a omissão de informações não mais atende aos anseios

dos cidadãos. Uma das formas de atender às demandas da sociedade de forma efetiva, e ao mesmo cobrar atuação eficiente dos órgãos públicos, consiste na conscientização de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva, compreensível e com qualidade.

CONSIDERANDO que, indubitavelmente, a defesa do meio ambiente ganha força quando o acesso à informação é combinado com mecanismos de participação e cooperação entre os órgãos públicos.

CONSIDERANDO que, com objetivo de conferir a máxima publicidade possível dos dados de acompanhamento e monitoramento dos TAC´s, visando: (i) aos controles social, interno e externo desta Promotoria de Justiça e do próprio MPRJ; (ii) à colaboração com os demais órgãos de controle, mediante troca de informações; (iii) levar ao conhecimento da sociedade e do poder público o percentual de avanço no cumprimento das obrigações pela Petrobras, SEAS e INEA, o MPRJ mantém o site http://rj.rap.gov.br/, no qual consta informações sobre o cumprimento das obrigações contidas nos TAC's I e II do COMPERJ promovendo transparência ativa ambiental, a fim de também cumprir seu dever legal de transparência, publicidade, acesso à informação e accountability.

CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça, em 20 de dezembro de 2023, determinou a expedição de ofício à SEAS/INEA, no qual solicitou em termos de transparência ativa que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e da SEAS, em local próprio, uma aba sobre informações acerca do cumprimento das cláusulas do TAC do COMPERJ para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e a Petrobras, bem como uma aba própria para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões em relação ao acompanhamento do TAC. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2023, em resposta ao ofício expedido, a SEAS solicitou dilação de prazo por 60 (sessenta) dias.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí, **RECOMENDA** ao **ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA,** com fundamento no artigo 34, inciso IX, da Lei Complementar nº 106, de 02 de janeiro de 2003, art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 e arts.

51/61, da Resolução GPGJ n. 2.227/2018, ***em termos de transparência ativa, que seja publicizado no sítio eletrônico do INEA e/ou da SEAS, em local próprio, uma seção (ou local similar) que leve à página contendo informações acerca do cumprimento de todas as cláusulas dos dois TACs do COMPERJ, para que a população possa acompanhar o andamento do cumprimento das obrigações pelo INEA, ERJ e Petrobras, bem como um campo próprio para que o INEA, a SEAS e o ERJ possam receber denúncias, críticas e sugestões dos cidadãos em relação ao acompanhamento do TAC, no prazo de 60 (sessenta) dias.***

O não atendimento da recomendação ensejará a adoção de medidas judiciais cabíveis.

Segue em anexo cópia da portaria de instauração e do relatório inicial de investigações dos referidos procedimentos para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 01 de março de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Documento id. 01868727

DESPACHO

Ref.: Procedimento Administrativo nº 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Diante do que consta nos autos, **à Secretaria**, para efetivo e integral cumprimento das diligências especificadas abaixo:

1. **Ciente** do acrescido no ofício de index 01418095 e 01479598;

2. **Oficie-se à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí e à PGM de Itaboraí**, com cópia do ofício do INEA de index 01418095, solicitando que a promova a complementação/alteração do Termo de Referência, conforme sugerido pelo INEA, haja vista que o INEA esclareceu a necessidade de que a investigação de passivo ambiental ocorra em três fases, conforme preconizado pela ABNT NBR 15515, entretanto, observou-se falta de clareza quanto aos produtos estarem de acordo com a normativa da ABNT. Portanto, considerando a recente revisão das normas da série ABNT NBR 15515 e as tratativas do Grupo de Trabalho que visa elaboração de minuta de norma para estabelecer os procedimentos mínimos exigíveis para o diagnóstico de áreas impactadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e execução das ações para recuperação. Registra-se, que existe TAC e execução de TAC sobre o tema e que eventual inércia ou demora da municipalidade ensejará a adoção das medidas legais cabíveis. Assim, solicita-se prioridade no caso. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) para atendimento à demanda da SEAS;

3. Acusando o recebimento do ofício de index 01635451, **oficie-se à PGM de**

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 04-04-2024 13:29

Itaboraí e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí solicitando informar e comprovar se foi apresentado a proposta de preços pela empresa interessada em realizar os serviços de diagnóstico ambiental dos vazadouros;

4. Após a obtenção de resposta e/ou decurso do prazo concedido, abra-se imediatamente nova vista.

Itaboraí, 04 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 931/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01890734
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157
Destinatário: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE ITABORAÍ
E-mail: assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a “(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor”.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 10-04-2024 13:08

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça encaminhar cópia do Of. SEAS SUBEXE Nº1130, bem como solicitar que promova a complementação/alteração do Termo de Referência, conforme sugerido pelo INEA, haja vista que o INEA esclareceu a necessidade de que a investigação de passivo ambiental ocorra em três fases, conforme preconizado pela ABNT NBR 15515, entretanto, observou-se falta de clareza quanto aos produtos estarem de acordo com a normativa da ABNT. Portanto, considerando a recente revisão das normas da série ABNT NBR 15515 e as tratativas do Grupo de Trabalho que visa elaboração de minuta de norma para estabelecer os procedimentos mínimos exigíveis para o diagnóstico de áreas impactadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e execução das ações para recuperação. Registra-se que existe TAC e execução de TAC sobre o tema e que eventual inércia ou demora da municipalidade ensejará a adoção das medidas legais cabíveis. Assim, solicita-se prioridade no caso. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) para atendimento à demanda da SEAS.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e do Of. SEAS SUBEXE Nº1130 (id.01418095) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 10 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 932/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01890751
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157
Destinatário: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ.
E-mail: procuradoria@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Procurador-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 10-04-2024 13:08

da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça encaminhar cópia do Of. SEAS SUBEXE Nº1130, bem como solicitar que promova a complementação/alteração do Termo de Referência, conforme sugerido pelo INEA, haja vista que o INEA esclareceu a necessidade de que a investigação de passivo ambiental ocorra em três fases, conforme preconizado pela ABNT NBR 15515, entretanto, observou-se falta de clareza quanto aos produtos estarem de acordo com a normativa da ABNT. Portanto, considerando a recente revisão das normas da série ABNT NBR 15515 e as tratativas do Grupo de Trabalho que visa elaboração de minuta de norma para estabelecer os procedimentos mínimos exigíveis para o diagnóstico de áreas impactadas pela disposição inadequada de resíduos sólidos urbanos e execução das ações para recuperação. Registra-se, que existe TAC e execução de TAC sobre o tema e que eventual inércia ou demora da municipalidade ensejará a adoção das medidas legais cabíveis. Assim, solicita-se prioridade no caso. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) para atendimento à demanda da SEAS.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e do Of.SEAS SUBEXE Nº1130 (id.01418095) do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 10 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 933/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01891002
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157
Destinatário: PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ.
E-mail: procuradoria@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Procurador-Geral,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 10-04-2024 13:08

da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça acusar o recebimento do OF PGM Nº 027/2024, bem como solicitar que informe e comprove se foi apresentada a proposta de preços pela empresa interessada em realizar os serviços de diagnóstico ambiental dos vazadouros. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) para resposta.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 10 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

Ofício nº 934/2024-2PJTCOITB
Documento id. 01891025
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Assunto: PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157
Destinatário: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE ITABORAÍ
E-mail: assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem comunicar a Vossa Senhoria a existência do procedimento em epígrafe, o qual foi instaurado para acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a “(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor”.

MPRJ Documento assinado por TIAGO GONCALVES VERAS GOMES em 10-04-2024 13:08

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, “b”, da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça acusar o recebimento do OF PGM Nº 027/2024, bem como solicitar que informe e comprove se foi apresentada a proposta de preços pela empresa interessada em realizar os serviços de diagnóstico ambiental dos vazadouros. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) para resposta.

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração e do Relatório Inicial de Investigação do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 10 de abril de 2024

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí, 04 de abril de 2024

Ofício/SEMAU n. 041/2024

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Setor: Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207 salas 606/607, Centro
Itaboraí, RJ CEP: 24800-113

Assunto: Oficio nº 1716/2023-2 e 1792/2023-2 PJTCOITB – PA 105/2019 – MPRJ 2019.00629296 e PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157

Exmo. Sr. Promotor de Justiça,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, em resposta ao Oficio nº 1716/2023-2 PJTCOITB, encaminhar cópia do cronograma físico-financeiro, enviado ao INEA, conforme solicitação, em 27/09/2023 para análise contábil.

Colocamo-nos a disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, agradecendo desde já a sua atenção e aproveitando para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Marcelo Viviane Gonçalves
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Mat. 52.190

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

COMPROVANTE DE ENVIO - PROTOCOLO ELETRÔNICO

Nº COMPROVANTE: ee19eee1-22b0-4d1e-a251-7b47402ae7ce

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ

DATA DE ENVIO: 27/09/2023 às 16:46

DOCUMENTOS ANEXADOS

Nome: Oficio_TR-CRONOGRAMA.pdf - Tipo: application/pdf - Hash: 4625855209c6a5df3f2362310f0de072

Nome: TR_Vazadouros (ver.04).pdf - Tipo: application/pdf - Hash: f3cbaa16674f067317d920f5f6e5cadf

Nome: CRONOGRAMA FÍSICO.pdf - Tipo: application/pdf - Hash: dbe83f7c3d4cc79e3cc35d76c14016f1

Itaboraí, 27 de setembro de 2023.

OFICIO SEMAU N° 170/2023

De: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Para: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
Ref.: Processo SEI-07/0026/001010/2020
Assunto: Encaminhamento do Termo de Referência aprovado pelo Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Ofício 1716/2023-2PJTCOITB; Ref.: P.A. nº 05.22.0005.0001816/2023-67

Vimos por meio deste Ofício encaminhar o Termo de Referência aprovado pelo GATE para que seja dado o prosseguimento na tramitação da remediação dos Vazadouros. Além do novo termo, segue o cronograma físico-financeiro para a elaboração do projeto.

Raoni Oliveira de Souza Cardoso
Chefe de Gabinete - Geólogo
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 45.294

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O Cronograma físico-financeiro para a elaboração dos estudos voltados para a remediação dos vazadouros de Itambí e Jardim Ferma, teve valores foram retirados de outros projetos similares já realizados no Brasil, com das devidas adequações para o contexto próprio de nosso município.

Item	Subitem	Custo (R$)	MESES							
			1	2	3	4	5	6	7	8
RELATÓRIO CONSOLIDADO COM IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DA AREA OBJETO DO ESTUDO. (15 %)	Identificação e seleção da área objeto do estudo.	56.400,00								
	Reuniões com a comissão avaliadora para aprovação.									
RELATÓRIO CONSOLIDADO DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL (50%)	Diagnóstico Ambiental	188.000,00								
	Planta baixa									
	Levantamento Planialtimétrico									
	Geração de mapas									
	Análises químicas									
	Estudo de vulnerabilidade do aquífero									
	Análise econômica da degradação ambiental									
RELATÓRIO CONSOLIDADO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA (35%)	Apresentação e reunião dos representantes da equipe chave com a comissão fiscalizadora.	131.600,00								
TOTAL		376.000,00								

Em 27/09/2023

Raoni Oliveira de Souza Cardoso
Geólogo/Chefe de Gabinete
Mat. 45.294
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Cópia já passei p/ Raoni vai jogar o encam e envia p/ o IN

Ofício nº 1717/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00977049
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0001816/2023-67
Assunto: PA 105/2019 - MPRJ n. 2019.00629296
Destinatário: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí
E-mail: assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem cientificar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo nº 105/2019 - MPRJ 2019.00629296, o qual visa a "apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa", bem como a existência do Procedimento Administrativo nº 61/2020, o qual visa "apurar o cumprimento da obrigação contida no

item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça encaminhar cópia da Informação Técnica do GATE n. 955/2023, informando que o Ministério Público está de acordo com o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo Município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados. Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí. Ademais, deverá ser encaminhado o cronograma físico-financeiro do Referido Termo de Referência, objetivando viabilizar a análise contábil. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e da Informação Técnica do GATE n. 955/2023 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 25 de setembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº: 955/2023 **30 de Agosto de 2023**

Nº MPRJ: 2019.00629296

SOLICITANTE: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

COORDENADAS (Local da diligência):

LAT.: -22.745614765 **LONG.:** -42.942331804

Indústria. Petróleo e derivados, gás e biocombustíveis. 1 - Serviço técnico: Análise dos estudos de gerenciamento de áreas contaminadas. Termo de Referência - Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi apresentado para levantamento do passivo ambiental, reúne as premissas básicas de levantamento de passivo ambiental, de acordo com o preconizado na Resolução CONAMA 420/09.



Leia o QR code com seu celular.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

1. INTRODUÇÃO

A presente Informação Técnica visa atender à solicitação da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva - Núcleo Itaboraí ao Grupo de Apoio Técnico Especializado - GATE por meio do procedimento SEI 20.22.0001.0033345.2021-61, que solicita a avaliação de nova documentação a partir das orientações contidas na IT-404/2023, quanto a adequação do Termo de Referência para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma, ambos localizados no município de Itaboraí, nos seguintes termos:

> Remeter o PA 105/2019 (MPRJ 2019.00629296) e PA 61/2020 (MPRJ 2020.00174157) integralmente ao GATE, solicitando informar, em complementação a IT n 404/2023, se os documentos apresentados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí atendem satisfatoriamente a obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC, bem como se atende ao TAC para remediação dos dois antigos vazadouros.

A avaliação realizada nessa Informação Técnica foi embasada, a princípio, nos novos documentos acostado aos autos por meio da SAT nº 2633559 para o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados.

2. DESENVOLVIMENTO

Os vazadouros denominados Itambi e Jardim Ferma, ambos localizados no município de Itaboraí, foram as áreas escolhidas para serem objeto de recuperação ambiental com o apoio financeiro da Petrobras estipulado no item 5 da cláusula sexta do TAC II do COMPERJ. Essas áreas são passivos ambientais do município, as quais foram utilizadas para disposição final dos resíduos sólidos urbanos do município de maneira irregular sem atender as premissas técnicas e legais de um Aterro Sanitário.

2.1. Avaliação do Termo de Referência - TR

2.1.1 Contextualização

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Cumpre informar que foi realizada uma reunião[1] por conferência, no dia 12/07/2023, via aplicativo Teams, tendo como presentes, o Promotor de Justiça Titular Dr.: Tiago Veras; pelo GATE/MPRJ o Técnico Pericial Geólogo Marcelo Teixeira Santana; pela SEAS: Dra.: Mariana Maia, Dra.: Kaylla Gomes, Dra.: Luciana Bastos e Dr. Edson Xavier; pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Dr.: Jonathan Ferraz; pelo INEA, Dra.: Deise Delfino e Dra.: Raquel Sélos; para discutirem questões acerca do Procedimento Administrativo em referência, além de dirimir dúvidas remanescentes com relação as orientações técnicas contidas nas Its pretéritas para elaboração do TR.

Nesta reunião foram tratados aspectos técnicos, como por exemplo, a necessidade da inclusão de investigação geofísica ainda durante a etapa de Avaliação Preliminar, de acordo com a ABNT NBR 15515-1, a fim de subsidiar melhor as informações para mais adequadamente locar as sondagens da etapa seguinte de investigação.

A última versão do Termo de Referência[2] elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, é datada de 03/07/2023. O novo TR para os vazadouros de Itambi e Jardim Ferma contemplam as orientações contidas nas Informação Técnica nº 997/2022 elaborada pelo GATE, quais sejam: (i) *background* geoquímico, (ii) estudo de vulnerabilidade de aquíferos e (iii) que na etapa de investigação seja adotada a metodologia de Amostragem de Solo por Perfil Completo (ASPC).

Contudo, como na reunião foi ratificada a importância da Investigação Geofísica[3], ainda na etapa de Avaliação Preliminar, que foi realizada em 12/07/2023, ou seja, posterior a elaboração do TR. Ainda que a ratificação da importância da Investigação Geofísica tenha se dada na reunião posterior a data da elaboração do TR, houve consenso entre os participantes da reunião que a geofísica será realizada.

Ademais, dentre os documentos, normas e legislações a serem seguidas no item "Referências" do TR, a norma de aplicação de métodos geofísicos para investigação ambiental aparece listada, portanto, nos faz crer que ela estava prevista e depois da reunião não houve dúvidas de que será observada para obtenção de melhores resultados para o processo de levantamento de passivo ambiental.

Portanto, resumidamente, depreende-se do TR que as etapas para o levantamento do passivo ambiental, genericamente, ficarão da seguinte forma:

---

[1] SEI - fls. 627/633

[2] SEI - fls.: 562/620

[3] Investigação Geofísica de acordo com a ABNT NBR 15935/2011: Investigações ambientais - Aplicação de métodos geofísicos

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

(i) Avaliação Preliminar + Investigação Geofísica = Modelo Conceitual A;

(ii) Investigação Confirmatória (incluindo procedimento de Amostragem de Solo por Perfil Completo - APSC em todas as sondagens) + *background* geoquímico + estudo de vulnerabilidade de aquíferos = Modelo Conceitual B; e

(iii) Investigação Detalhada + Avaliação de Risco + Plano de Intervenção = Modelo Conceitual C.

O Modelo Conceitual C trará todas as informações (horizontes do meio físico impactados) e ações necessárias para recuperação da área degradada, incluindo concentrações alvo que cada SQI deve ser atingida durante a etapa de remediação ambiental, quais as técnicas para remediar a área serão utilizadas, programas de amostragem de solo/subsolo e água subterrânea, entre outros que o Plano de Intervenção apontará.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto conclui-se do Termo de Referência - Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi apresentado para levantamento do passivo ambiental, reúne as premissas básicas de levantamento de passivo ambiental para as instalações em tela, de acordo com o preconizado na Resolução CONAMA 420/09, sendo certo que as normas da ABNT que a suportam sejam corretamente executadas para que haja o sucesso almejado.

Ratifica-se a sugestão de que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí.

MARCELO TEIXEIRA SANTANA
Técnico Pericial - GATE - Núcleo de Ciências Naturais
Matr.: 8849

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Procuradoria-Geral do Município

CI / PGM Nº 231016611889

Itaboraí, segunda, 16 de outubro / 2023 às 16h24

Da: Procuradoria-Geral do Município - Procuradoria Especializada em Tutela Coletiva

Para: Gabinete do Secretário - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Assunto: REITERAÇÃO - OF Nº 1792/2023-2PJTCOITB - id. 00984180 - PA nº 05.22.0005.0003590/2023-87 - PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

PRAZO 28/10/2023

Ilustre Secretários,

Cumprimentando-os, cordialmente, vimos pelo presente reiterar a CI / PGM 230929611797, na qual encaminhamos cópia do ofício em epígrafe, que visa acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se:

> "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6o, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça com cópia da Informação Técnica do GATE n. 955/2023, informando que o Ministério Público está de acordo com o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo Município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados. Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí.

Diante o exposto, o Ministério Público vem solicitar o cronograma físico-financeiro do Referido Termo de Referência, objetivando viabilizar a análise contábil.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente.

Assinatura Eletrônica

Este documento foi assinado eletronicamente por **LUCIANA CARDOSO COSTA BASTOS** - Matricula: 31700 - Procuradoria-Geral do Município / PGM em segunda, 16 de outubro / 2023 às 16h23 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 6°, §3°, do Decreto Municipal nº 39, de 26 de março de 2020.

Anexo 1

Anexo 2

Anexo 3

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Procuradoria-Geral do Município

CI / PGM Nº 231016611889

Itaboraí, segunda, 16 de outubro / 2023 às 16h24

Da: Procuradoria-Geral do Município - Procuradoria Especializada em Tutela Coletiva

Para: Gabinete do Secretário - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Assunto: REITERAÇÃO - OF Nº 1792/2023-2PJTCOITB - id. 00984180 - PA nº 05.22.0005.0003590/2023-87 - PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

PRAZO 28/10/2023

Ilustre Secretários,

Cumprimentando-os, cordialmente, vimos pelo presente reiterar a CI / PGM 230929611797, na qual encaminhamos cópia do ofício em epígrafe, que visa acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se:

> "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6o, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça com cópia da Informação Técnica do GATE n. 955/2023, informando que o Ministério Público está de acordo com o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo Município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados. Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí.

Diante o exposto, o Ministério Público vem solicitar o cronograma físico-financeiro do Referido Termo de Referência, objetivando viabilizar a análise contábil.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente.

Assinatura Eletrônica

Este documento foi assinado eletronicamente por **LUCIANA CARDOSO COSTA BASTOS** - Matricula: 31700 - Procuradoria-Geral do Município / PGM em segunda, 16 de outubro / 2023 às 16h23 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 6º, §3º, do Decreto Municipal nº 39, de 26 de março de 2020.

Anexo 1

Anexo 2

Anexo 3

gf 17/2/23
Pl respondu

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Procuradoria-Geral do Município

CI / PGM Nº 231011611870

Itaboraí, quarta, 11 de outubro / 2023 às 15h13

Da: Procuradoria-Geral do Município - Procuradoria Especializada em Tutela Coletiva

Para: Gabinete do Secretário - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Assunto: REITERAÇÃO - Ofício no 1716/2023-2PJTCOITB - Procedimento Administrativo nº 05.22.0005.0001816/2023-67 - PA 105/2019 - MPRJ n. 2019.00629296

PRAZO 25/10/2023

Ilustre Secretários,

Cumprimentando-os, cordialmente, vimos pelo presente reiterar a CI / PGM 230926611757, na qual encaminhamos cópia do ofício em epígrafe, o qual visa "apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o no 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.o 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa", bem como a existência do Procedimento Administrativo no 61/2020, o qual visa "apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884- 52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas d Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Diante o exposto, o Ministério Público vem informando que está de acordo com o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo Município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados. Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí. Ademais, deverá ser encaminhado o cronograma físico-financeiro do Referido Termo de Referência, objetivando viabilizar a análise contábil. resposta.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente.

Assinatura Eletrônica

Este documento foi assinado eletronicamente por **LUCIANA CARDOSO COSTA BASTOS** - Matricula: 31700 - Procuradoria-Geral do Município / PGM em quarta, 11 de outubro / 2023 às 15h12 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 6°, §3°, do Decreto Municipal nº 39, de 26 de março de 2020.

Anexo 1

Anexo 2

Anexo 3

Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87
Documento id. 01964700

Documentos enviados em 18 de abril de 2024:
Ofício 931/2024-2PJTCOITB
Ofício 933/2024-2PJTCOITB
Ofício 932/2024-2PJTCOITB
Ofício 934/2024-2PJTCOITB

INTERNO

Via e-mail.

Itaboraí, 25 de abril de 2024

THAÍS VIEIRA DOS SANTOS
Servidor(a) - Mat. 7787

PREFEITURA DE ITABORAÍ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Gabinete do Procurador Geral do Município
Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 18, Centro, Itaboraí/RJ, CEP:. 24.800-165
Telefone: (021) 2639-8038

OF PGM Nº 176/2024

Da: Procuradoria Geral do Município

Assunto: OF Nº 1792/2023 – 2ª PJTCOITB - PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157 - Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0003590/2023-87

Itaboraí, 19 de abril de 2024.

Excelentíssimo Senhor Promotor,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, pelo presente, em atenção ao ofício em epígrafe, encaminhar a V.Exª. resposta apresentada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, através da CI / SEMAU N° 24041615162 em referência à 231016611889, conforme documento anexo.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente,

Luciana Cardoso Costa Bastos
Procuradora do Município
Mat. 31.700

EXMO. SR. PROMOTOR
TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor de Justiça

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

CI / SEMAU Nº 24041615162 *em referência à* 231016611889

Itaboraí, terça, 16 de abril / 2024 às 14h49

Da: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Assessoria Gabinete

Para: Procuradoria Especializada em Tutela Coletiva - Procuradoria-Geral do Município

Assunto: Ref OF Nº 1792/2023-2PJTCOITB - PA nº 05.22.0005.0003590/2023-87 - PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

Ilma Procuradora,

Cumprimentando-a, cordialmente, vimos pelo presente, em resposta ao Ofício epígrafe, no qual solicita o cronograma físico-financeiro do Referido Termo de Referência, objetivando viabilizar a análise contábil, encaminhar cópia do Ofício/SEMAU nº 041/2024, bem como, do cronograma físico/financeiro, enviados via e-mail à 2ª PJTCPITB, nesta data, e ao INEA em 27/09/2023.

Colocamo-nos a disposição para maiores esclarecimentos.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente

Assinatura Eletrônica

Este documento foi assinado eletronicamente por **SABRINA TZOULAS DA SILVA MATOS** - Matricula: 47717 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo / SEMAU em terça, 16 de abril / 2024 às 14h49 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 6º, §3º, do Decreto Municipal nº 39, de 26 de março de 2020.

Anexo 1 Anexo 2 Anexo 3 Anexo 4 Anexo 5

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O Cronograma físico-financeiro para a elaboração dos estudos voltados para a remediação dos vazadouros de Itambí e Jardim Ferma, teve valores foram retirados de outros projetos similares já realizados no Brasil, com das devidas adequações para o contexto próprio de nosso município.

Item	Subitem	Custo (R$)	MESES							
			1	2	3	4	5	6	7	8
RELATÓRIO CONSOLIDADO COM IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DA AREA OBJETO DO ESTUDO. (15 %)	Identificação e seleção da área objeto do estudo.	56.400,00								
	Reuniões com a comissão avaliadora para aprovação.									
RELATÓRIO CONSOLIDADO DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL (50%)	Diagnóstico Ambiental	188.000,00								
	Planta baixa									
	Levantamento Planialtimétrico									
	Geração de mapas									
	Análises químicas									
	Estudo de vulnerabilidade do aquífero									
	Análise econômica da degradação ambiental									
RELATÓRIO CONSOLIDADO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA (35%)	Apresentação e reunião dos representantes da equipe chave com a comissão fiscalizadora.	131.600,00								
TOTAL		376.000,00								

Em 27/09/2023

Raoni Oliveira de Souza Cardoso
Geólogo/Chefe de Gabinete
Mat. 45.294
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEAS
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA

COMPROVANTE DE ENVIO - PROTOCOLO ELETRÔNICO

Nº COMPROVANTE: ee19eee1-22b0-4d1e-a251-7b47402ae7ce

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ

DATA DE ENVIO: 27/09/2023 às 16:46

DOCUMENTOS ANEXADOS

Nome: Oficio_TR-CRONOGRAMA.pdf - Tipo: application/pdf - Hash: 4625855209c6a5df3f2362310f0de072

Nome: TR_Vazadouros (ver.04).pdf - Tipo: application/pdf - Hash: f3cbaa16674f067317d920f5f6e5cadf

Nome: CRONOGRAMA FÍSICO.pdf - Tipo: application/pdf - Hash: dbe83f7c3d4cc79e3cc35d76c14016f1

Itaboraí, 27 de setembro de 2023.

OFICIO SEMAU N° 170/2023

De: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Para: INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
Ref.: Processo SEI-07/0026/001010/2020
Assunto: Encaminhamento do Termo de Referência aprovado pelo Grupo de Apoio Técnico Especializado (GATE) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Ofício 1716/2023-2PJTCOITB; Ref.: P.A. nº 05.22.0005.0001816/2023-67

Vimos por meio deste Ofício encaminhar o Termo de Referência aprovado pelo GATE para que seja dado o prosseguimento na tramitação da remediação dos Vazadouros. Além do novo termo, segue o cronograma físico-financeiro para a elaboração do projeto.

Raoni Oliveira de Souza Cardoso
Chefe de Gabinete - Geólogo
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 45.294

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

Itaboraí, 04 de abril de 2024

Ofício/SEMAU n. 041/2024

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Setor: Gabinete

Ao Exmo. Senhor Promotor de Justiça Dr. Tiago Gonçalves Veras Gomes
Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Itaboraí
Edifício Double Place Office, Rua João Caetano, nº 207 salas 606/607, Centro
Itaboraí, RJ CEP: 24800-113

Assunto: Oficio nº 1716/2023-2 e 1792/2023-2 PJTCOITB – PA 105/2019 – MPRJ 2019.00629296 e PA 61/2020 – MPRJ 2020.00174157

Exmo. Sr. Promotor de Justiça,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste, em resposta ao Oficio nº 1716/2023-2 PJTCOITB, encaminhar cópia do cronograma físico-financeiro, enviado ao INEA, conforme solicitação, em 27/09/2023 para análise contábil.

Colocamo-nos a disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários, agradecendo desde já a sua atenção e aproveitando para renovar votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Marcelo Viviane Gonçalves
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Mat. 52.190

Cópia já passei p/ Raoni vai jogar o encam e envia p/ o IN

Ofício nº 1717/2023-2PJTCOITB
Documento id. 00977049
Referência: Procedimento Administrativo n° 05.22.0005.0001816/2023-67
Assunto: PA 105/2019 - MPRJ n. 2019.00629296
Destinatário: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Itaboraí
E-mail: assessoria.semau@itaborai.rj.gov.br

OFÍCIO ELETRÔNICO

Senhor Secretário,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo Promotor de Justiça que a este subscreve, vem cientificar Vossa Excelência a existência do Procedimento Administrativo nº 105/2019 - MPRJ 2019.00629296, o qual visa a "apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o nº 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.º 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa", bem como a existência do Procedimento Administrativo nº 61/2020, o qual visa "apurar o cumprimento da obrigação contida no

item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6º, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, **vem esta Promotoria de Justiça encaminhar cópia da Informação Técnica do GATE n. 955/2023, informando que o Ministério Público está de acordo com o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo Município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados. Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí. Ademais, deverá ser encaminhado o cronograma físico-financeiro do Referido Termo de Referência, objetivando viabilizar a análise contábil. Fixa-se o prazo de 30 (trinta) dias para resposta.**

Seguem anexas cópias da Portaria de Instauração, do Relatório Inicial de Investigação e da Informação Técnica do GATE n. 955/2023 do presente procedimento para fins de contextualização dos fatos.

Itaboraí, 25 de setembro de 2023

TIAGO GONÇALVES VERAS GOMES
Promotor(a) de Justiça - Mat. 3226

INFORMAÇÃO TÉCNICA Nº: 955/2023 **30 de Agosto de 2023**

Nº MPRJ: 2019.00629296

SOLICITANTE: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA DO NÚCLEO ITABORAÍ

COORDENADAS (Local da diligência):

LAT.: -22.745614765 **LONG.:** -42.942331804

Indústria. Petróleo e derivados, gás e biocombustíveis. 1 - Serviço técnico: Análise dos estudos de gerenciamento de áreas contaminadas. Termo de Referência - Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi apresentado para levantamento do passivo ambiental, reúne as premissas básicas de levantamento de passivo ambiental, de acordo com o preconizado na Resolução CONAMA 420/09.



Leia o QR code com seu celular.

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

1. INTRODUÇÃO

A presente Informação Técnica visa atender à solicitação da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva - Núcleo Itaboraí ao Grupo de Apoio Técnico Especializado - GATE por meio do procedimento SEI 20.22.0001.0033345.2021-61, que solicita a avaliação de nova documentação a partir das orientações contidas na IT-404/2023, quanto a adequação do Termo de Referência para remediação dos vazadouros de Itambi e de Jardim Ferma, ambos localizados no município de Itaboraí, nos seguintes termos:

> Remeter o PA 105/2019 (MPRJ 2019.00629296) e PA 61/2020 (MPRJ 2020.00174157) integralmente ao GATE, solicitando informar, em complementação a IT n 404/2023, se os documentos apresentados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaboraí atendem satisfatoriamente a obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC, bem como se atende ao TAC para remediação dos dois antigos vazadouros.

A avaliação realizada nessa Informação Técnica foi embasada, a princípio, nos novos documentos acostado aos autos por meio da SAT nº 2633559 para o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados.

2. DESENVOLVIMENTO

Os vazadouros denominados Itambi e Jardim Ferma, ambos localizados no município de Itaboraí, foram as áreas escolhidas para serem objeto de recuperação ambiental com o apoio financeiro da Petrobras estipulado no item 5 da cláusula sexta do TAC II do COMPERJ. Essas áreas são passivos ambientais do município, as quais foram utilizadas para disposição final dos resíduos sólidos urbanos do município de maneira irregular sem atender as premissas técnicas e legais de um Aterro Sanitário.

2.1. Avaliação do Termo de Referência - TR

2.1.1 Contextualização

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Cumpre informar que foi realizada uma reunião[1] por conferência, no dia 12/07/2023, via aplicativo Teams, tendo como presentes, o Promotor de Justiça Titular Dr.: Tiago Veras; pelo GATE/MPRJ o Técnico Pericial Geólogo Marcelo Teixeira Santana; pela SEAS: Dra.: Mariana Maia, Dra.: Kaylla Gomes, Dra.: Luciana Bastos e Dr. Edson Xavier; pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Dr.: Jonathan Ferraz; pelo INEA, Dra.: Deise Delfino e Dra.: Raquel Sélos; para discutirem questões acerca do Procedimento Administrativo em referência, além de dirimir dúvidas remanescentes com relação as orientações técnicas contidas nas Its pretéritas para elaboração do TR.

Nesta reunião foram tratados aspectos técnicos, como por exemplo, a necessidade da inclusão de investigação geofísica ainda durante a etapa de Avaliação Preliminar, de acordo com a ABNT NBR 15515-1, a fim de subsidiar melhor as informações para mais adequadamente locar as sondagens da etapa seguinte de investigação.

A última versão do Termo de Referência[2] elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, é datada de 03/07/2023. O novo TR para os vazadouros de Itambi e Jardim Ferma contemplam as orientações contidas nas Informação Técnica nº 997/2022 elaborada pelo GATE, quais sejam: (i) *background* geoquímico, (ii) estudo de vulnerabilidade de aquíferos e (iii) que na etapa de investigação seja adotada a metodologia de Amostragem de Solo por Perfil Completo (ASPC).

Contudo, como na reunião foi ratificada a importância da Investigação Geofísica[3], ainda na etapa de Avaliação Preliminar, que foi realizada em 12/07/2023, ou seja, posterior a elaboração do TR. Ainda que a ratificação da importância da Investigação Geofísica tenha se dada na reunião posterior a data da elaboração do TR, houve consenso entre os participantes da reunião que a geofísica será realizada.

Ademais, dentre os documentos, normas e legislações a serem seguidas no item "Referências" do TR, a norma de aplicação de métodos geofísicos para investigação ambiental aparece listada, portanto, nos faz crer que ela estava prevista e depois da reunião não houve dúvidas de que será observada para obtenção de melhores resultados para o processo de levantamento de passivo ambiental.

Portanto, resumidamente, depreende-se do TR que as etapas para o levantamento do passivo ambiental, genericamente, ficarão da seguinte forma:

---

[1] SEI - fls. 627/633

[2] SEI - fls.: 562/620

[3] Investigação Geofísica de acordo com a ABNT NBR 15935/2011: Investigações ambientais - Aplicação de métodos geofísicos

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

(i) Avaliação Preliminar + Investigação Geofísica = Modelo Conceitual A;

(ii) Investigação Confirmatória (incluindo procedimento de Amostragem de Solo por Perfil Completo - APSC em todas as sondagens) + *background* geoquímico + estudo de vulnerabilidade de aquíferos = Modelo Conceitual B; e

(iii) Investigação Detalhada + Avaliação de Risco + Plano de Intervenção = Modelo Conceitual C.

O Modelo Conceitual C trará todas as informações (horizontes do meio físico impactados) e ações necessárias para recuperação da área degradada, incluindo concentrações alvo que cada SQI deve ser atingida durante a etapa de remediação ambiental, quais as técnicas para remediar a área serão utilizadas, programas de amostragem de solo/subsolo e água subterrânea, entre outros que o Plano de Intervenção apontará.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto conclui-se do Termo de Referência - Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi apresentado para levantamento do passivo ambiental, reúne as premissas básicas de levantamento de passivo ambiental para as instalações em tela, de acordo com o preconizado na Resolução CONAMA 420/09, sendo certo que as normas da ABNT que a suportam sejam corretamente executadas para que haja o sucesso almejado.

Ratifica-se a sugestão de que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí.

MARCELO TEIXEIRA SANTANA
Técnico Pericial - GATE - Núcleo de Ciências Naturais
Matr.: 8849

Av. Nilo Peçanha, nº 151, 10º andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-100 - Telefone: (21) 2262-1001 / 2262-1040
E-mail: secgate@mprj.mp.br; para reuniões:
gate.reuniao@mprj.mp.br

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Procuradoria-Geral do Município

CI / PGM Nº 231016611889

Itaboraí, segunda, 16 de outubro / 2023 às 16h24

Da: Procuradoria-Geral do Município - Procuradoria Especializada em Tutela Coletiva

Para: Gabinete do Secretário - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Assunto: REITERAÇÃO - OF Nº 1792/2023-2PJTCOITB - id. 00984180 - PA nº 05.22.0005.0003590/2023-87 - PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

PRAZO 28/10/2023

Ilustre Secretários,

Cumprimentando-os, cordialmente, vimos pelo presente reiterar a CI / PGM 230929611797, na qual encaminhamos cópia do ofício em epígrafe, que visa acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se:

> "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6o, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça com cópia da Informação Técnica do GATE n. 955/2023, informando que o Ministério Público está de acordo com o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo Município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados. Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí.

Diante o exposto, o Ministério Público vem solicitar o cronograma físico-financeiro do Referido Termo de Referência, objetivando viabilizar a análise contábil.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente.

Assinatura Eletrônica

Este documento foi assinado eletronicamente por **LUCIANA CARDOSO COSTA BASTOS** - Matricula: 31700 - Procuradoria-Geral do Município / PGM em segunda, 16 de outubro / 2023 às 16h23 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 6°, §3°, do Decreto Municipal nº 39, de 26 de março de 2020.

Anexo 1

Anexo 2

Anexo 3

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Procuradoria-Geral do Município

CI / PGM Nº 231016611889

Itaboraí, segunda, 16 de outubro / 2023 às 16h24

Da: Procuradoria-Geral do Município - Procuradoria Especializada em Tutela Coletiva

Para: Gabinete do Secretário - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Assunto: REITERAÇÃO - OF Nº 1792/2023-2PJTCOITB - id. 00984180 - PA nº 05.22.0005.0003590/2023-87 - PA 61/2020 - MPRJ 2020.00174157

PRAZO 28/10/2023

Ilustre Secretários,

Cumprimentando-os, cordialmente, vimos pelo presente reiterar a CI / PGM 230929611797, na qual encaminhamos cópia do ofício em epígrafe, que visa acompanhar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884-52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se:

> "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas do Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Outrossim, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 129, inciso III da Constituição Federal, bem como o artigo 8º da Lei 7.347/85 e o artigo 6o, I, "b", da Lei 8.625/93, além do artigo 35, da Lei Complementar 106/2003, vem esta Promotoria de Justiça com cópia da Informação Técnica do GATE n. 955/2023, informando que o Ministério Público está de acordo com o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo Município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados. Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí.

Diante o exposto, o Ministério Público vem solicitar o cronograma físico-financeiro do Referido Termo de Referência, objetivando viabilizar a análise contábil.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente.

Assinatura Eletrônica

Este documento foi assinado eletronicamente por **LUCIANA CARDOSO COSTA BASTOS** - Matricula: 31700 - Procuradoria-Geral do Município / PGM em segunda, 16 de outubro / 2023 às 16h23 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 6º, §3º, do Decreto Municipal nº 39, de 26 de março de 2020.

Anexo 1

Anexo 2

Anexo 3

gf 17/2/23
Pl respondu

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Itaboraí
Procuradoria-Geral do Município

CI / PGM Nº 231011611870

Itaboraí, quarta, 11 de outubro / 2023 às 15h13

Da: Procuradoria-Geral do Município - Procuradoria Especializada em Tutela Coletiva

Para: Gabinete do Secretário - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Assunto: REITERAÇÃO - Ofício no 1716/2023-2PJTCOITB - Procedimento Administrativo nº 05.22.0005.0001816/2023-67 - PA 105/2019 - MPRJ n. 2019.00629296

PRAZO 25/10/2023

Ilustre Secretários,

Cumprimentando-os, cordialmente, vimos pelo presente reiterar a CI / PGM 230926611757, na qual encaminhamos cópia do ofício em epígrafe, o qual visa "apurar o completo adimplemento das obrigações assumidas pelo Município de Itaboraí no acordo firmado entre o referido Município e o Ministério Público nos autos da Ação de Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial (Termo de Ajustamento de Conduta) tombada sob o no 0023925-58.2017.8.19.0023, homologado pelo juízo competente, nos seguintes termos: I - O MUNICÍPIO se compromete em executar todas as obrigações de fazer objeto da presente execução, no prazo de 24 meses conforme anexo I (ofício PGM n.o 327/2018); II – Observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como com vistas ao atendimento do interesse público, as partes acordam em reduzir o valor da presente execução de multa para R$ 40.286.428,36. Tal valor será integralmente utilizado em ações ligadas ao saneamento básico, conforme especificado no anexo II (CI SEMOB 734/2018), com cronograma para utilização deste valor até dezembro de 2020, conforme tal anexo. III – Caso o Município não cumpra as obrigações assumidas nos itens anteriores, o presente acordo considerar-se-á rescindido de maneira que estas execuções tenham seu regular prosseguimento, inclusive com o valor originário da multa", bem como a existência do Procedimento Administrativo no 61/2020, o qual visa "apurar o cumprimento da obrigação contida no item 5 da cláusula sexta do TAC II COMPERJ pactuado entre o MPRJ, a PETROBRAS, o INEA e o Estado do Rio de Janeiro nos autos das ações civis públicas nos. 0009884- 52.2018.8.19.0023 (Emissário Terrestre e Submarino), 0009897-51.2018.8.19.0023 (Sistema de Dutos e Terminais do COMPERJ), 0009869-83.2018.8.19.0023 (UPGN/ULUB) e 0009859-39.2018.8.19.0023 (Linhas de Transmissão 345kV): A PETROBRAS, no item 5, da cláusula sexta, obrigou-se a "(...) apoiar financeiramente o Estado do Rio de Janeiro para medidas de recuperação ambiental em áreas d Município de Itaboraí a serem escolhidas de comum acordo entre MPRJ e INEA/SEAS, no valor total de R$ 14 milhões (quatorze milhões de reais) a ser depositado no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da homologação do TAC, em conta específica a ser indicada, com antecedência mínima de 35 (trinta e cinco) dias, pelo INEA ou pela SEAS, cuja utilização pelo beneficiário ERJ será realizada apenas com a prévia concordância do Compromitente MPRJ e mediante apresentação de prévio projeto, com prestação de contas durante e após a utilização do valor".

Diante o exposto, o Ministério Público vem informando que está de acordo com o Termo de Referência: Elaboração do Plano de Recuperação de Área Degradada do Vazadouro de Ferma e Vazadouro Itambi elaborado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí, contendo as diretrizes a serem elaboradas pelo Município de Itaboraí para investigação e remediação ambiental dos vazadouros supracitados. Na esteira da conclusão do GATE, sugere-se que o INEA avalie o Termo de Referência e registre claramente que todas as etapas do Gerenciamento das Áreas Contaminadas (GAC) atendam integralmente as normativas da ABNT, as Resoluções do CONAMA, CONEMA e demais legislações pertinentes ao tema e dê anuência na proposta de Termo de Referência elaborada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - Prefeitura Municipal de Itaboraí. Ademais, deverá ser encaminhado o cronograma físico-financeiro do Referido Termo de Referência, objetivando viabilizar a análise contábil. resposta.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de estima e elevada consideração.

Respeitosamente.

Assinatura Eletrônica

Este documento foi assinado eletronicamente por **LUCIANA CARDOSO COSTA BASTOS** - Matricula: 31700 - Procuradoria-Geral do Município / PGM em quarta, 11 de outubro / 2023 às 15h12 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 6°, §3°, do Decreto Municipal nº 39, de 26 de março de 2020.

Anexo 1

Anexo 2

Anexo 3

Itaboraí, 08 de maio de 2024.

OFICIO SEMAU N° 72/2024

De: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
Para: Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro
Ofício: 932/2024-2PJTCOITB
Ref: Procedimento Administrativo nº 05.22.0005.0003590/2023
Assunto: Reencaminhamento do Termo de Referência (atualizado)

Vimos por meio deste Ofício encaminhar novo Termo de Referência para a remedição dos Vazadouros Itambí e Ferma. Neste novo termo, as alterações realizadas foram consequentes das sugestões contidas na Manifestação INEA/SERVSAN SEI Nº904. Informamos que as solicitações foram cumpridas integralmente.

Raoni Oliveira de Souza Cardoso
Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo
Matrícula 45.294

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Itaboraí
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO

TERMO DE REFERENCIA

ELABORAÇÃO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA DO VAZADOURO DE FERMA E VAZADOURO ITAMBI

IDENTIFICAÇÃO

Interessada: Prefeitura Municipal de Itaboraí
CNPJ: 28.741.080/0001-55
Endereço: Praça Marechal Floriano Peixoto, 97, Centro, Itaboraí-RJ, CEP: 24800-001
Telefone: (21) 2635-4870
Prefeito: Marcelo Jandré Delaroli
E-mail: prefeitomarcelodelaroli@itaborai.rj.gov.br

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Departamento responsável: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo: Jhonatan Ferrarez

3.1 Equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

Geólogo: Raoni Oliveira de Souza Cardoso
E-mail: raoni.cardoso@itaborai.rj.gov.br
Registro no Conselho Regional: CREA/RJ 2012107994
Fone: 2635-7041
Endereço: Av. Vinte e Dois de Maio, 7071 - Venda das Pedras, Itaboraí - RJ, 24801-088

PROGRAMAS FINANCEIROS

Esse projeto será financiado através de recurso proveniente do Termo de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a Petrobrás, o Instituto Estadual do Ambiente e o Estado do Rio de Janeiro, nos autos da ação civil pública n° 0009919-12.2018.8.19.0023, no item 5.1.20, em relação a condicionante 13.4, da cláusula segunda.

PREÇOS A SER CONTRATADO

Os preços a serem praticados deverão obedecer aos critérios de análises de acordo com a legislação em vigor e ainda as cotações de preços estabelecidas no processo.

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será de acordo com as porcentagens descritas por atividades conforme tabela, as atividades deverão ser entregues dentro das especificações e prazos determinados neste termo de referência e aprovação da comissão.

Deverá ser emitido Notas Fiscais/Faturas para cada atividade concluída para que seja realizado o pagamento, após serem conferidas, aceitas e atestadas pelo gestor, obrigando-se a empresa a manter sua regularidade fiscal e trabalhista exigidas na licitação.

O pagamento será efetuado à empresa contratada através de ordem Bancária em moeda corrente nacional, mediante a apresentação de nota fiscal devidamente certificada pela secretaria solicitante, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, FEDERAL E ESTADUAL, CRF do FGTS, CND Negativa de débitos Municipal e CN Trabalhista), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

Será procedida consulta “ON LINE” junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Está incluso no custo dos trabalhos a remuneração do(s) profissional(s), bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista, despesas com alimentação, transporte, materiais de consumo e outros que se façam necessários para a realização do objeto contratado.

DA PROPOSTA DE PREÇOS

A proposta deverá conter a descrição das peças ofertadas e preços unitários (por unidade), totais (unidade x valor unitário), que deverão ser compatíveis com o preço de mercado, bem como atender as seguintes exigências:

As propostas de preços devem ser claras, sem rasura e com indicação da marca do item ofertado. Deverão atender as características mínimas aludidas neste Termo de Referência.

INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo é um órgão do primeiro grau divisional, diretamente subordinado ao Prefeito, tendo por competência a elaboração de planos para o desenvolvimento do setor primário do Município, apoiando-se nos organismos Estaduais e Federais que atuam na mesma área, bem como promover perfeita integração esses organismos com o Município e os produtores rurais, formulação de leis, normas técnicas, regulamentos e padrões de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, bem assim difusão e criação de consciência pública da necessidade de se preservar e melhorar o meio ambiente.

Para que possamos executar nosso trabalho dentro dos preceitos que regem os direitos e deveres administrativos públicos, é necessário o constante aprimoramento e estruturação de nossos funcionários e equipamentos.

DESCRIÇÃO AMBIENTAL REGIONAL

Situado na Região Metropolitana, o município de Itaboraí tem área de 429,03 km² e uma população estimada de 225.263 habitantes (IBGE/2013). As principais atividades econômicas de Itaboraí são: Serviços, Comércio, Transportes, Comunicações, Construção Civil, Indústria de transformação, Apicultura, Pecuária, Agroturismo, Gastronomia e Citricultura. O município possui os seguintes distritos: Cabuçu, Itaboraí, Itambí, Manilha, Pachecos, Porto das Caixas, Sambaetiba e Visconde de Itaboraí.

O clima predominante no Município de Itaboraí é do tipo tropical quente (temperatura média anual acima de 18º C) e úmido, caracterizado por apresentar estações bem definidas, chuvosas e quentes, alternando com períodos moderadamente secos(baixa precipitação pluviométrica) e temperatura amena. Na região, o período chuvoso quente compreende os meses de setembro a abril, o qual possui temperaturas médias acima de 22º C e índice pluviométrico em torno de 1700 mm.

O período seco frio compreende os meses de maio a agosto, ocorrendo uma queda súbita tanto da temperatura (<18º C), quanto do índice pluviométrico, que atinge o mínimo de 30 mm.

A vegetação local é da era a exuberante Mata Atlântica, ou seja, floresta tropical do tipo pluvial, todavia, devido à interferência do homem em quase todas as regiões do estado, pouco sobrou dessa floresta original.

As classes e associações de solos são majoritariamente constituídas por Argissolos (57%), Latossolos (9%), Planossolos (12%), Gleissolos (11%) e Solos Halomórficos (4%), dentre os quais estão discriminados os Organossolos e os Solos Indiscriminados de Mangue. Nota-se que uma parcela significativa do município é constituída por solos profundos, onde pôde se estabelecer a Floresta Ombrófila Densa Submontana, cuja ocorrência está nitidamente associada à presença deArgissolos vermelho-amarelos e Latossolos, comumente associados.

A geomorfologia da região é caracterizada por relevo de baixada, com algumas elevações arredondadas, designadas de “meias-laranjas”, com a altura variando em torno de 20 a 70 metros, ocorrendo alguns morros mais elevados. Na área a ser trabalhada a altitude fica na faixa de 35 a 50 metros.

A região é caracterizada pela presença de três grandes domínios geomorfológicos, onde dois domínios serranos são separados por uma depressão denominada “Rift da Guanabara”(Almeida, 1976). A orientação geral desses domínios é ENE-WSW. O domínio serrano norte tem apenas os seus contrafortes inseridos na região, no extremo NW da folha Itaboraí. O domínio serrano sul, localizado junto ao litoral, inclui o maciço da Tijuca e as serras da Tiririca, do Macaco e de Cassorotiba, em direção a leste. O “Rift Guanabara” caracteriza-se por um relevo bastante arrasado, dominado por típicos morrotes em meia-laranja.

A área é por sua vez integrante do grupo de Maciços Litorâneos do Rio de Janeiro. Estes maciços se apresentam como blocos marginais separados do corpo principal dos planaltos cristalinos do Brasil Sudeste, por uma extensa planície (Baixada Fluminense).

A Geologia Regional é determinada pela Faixa Ribeira, que se estende ao longo do Atlântico pelos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo resultado de sucessivas colisões de terrenos acrescionários contra a margem sul do paleocontinente São Francisco a partir da abertura do supercontinente Gondwana.

A definição litológica local é dada pelas seguintes rochas: Granito tipo-S com granada, muscovita e biotita de granulação grossa, texturas granoblástica e porfirítica com forte foliação transcorrente. Localmente podem ser observados domínios e "manchas" charnockíticas portadoras de granada e ortopiroxênio. Xenólitos erestitos de paragnaisses parcialmente fundidos (migmatitos de injeção) ocorrem com frequência. Plutons correlatos: Granito Santa Terezinha, Granito Carapebus, Granito Serra da Concórdia.

Além das rochas já citadas, que tem características ígneas e metamórficas, existem as coberturas sedimentares e saprolíticas/regolíticas: São depósitos fluviais eflúvio-marinhos areno-síltico-argilosos com camadas de cascalheiras associados a depósitos de tálus, e sedimentos lacustrinos e de manguezais retrabalhados.

DESCRIÇÃO AMBIENTAL ITAMBI

ÁREA DEGRADADA I

Nome: Aterro Itambi

Vias de Acesso: Rua Um, Jardim Vila Nova (próxima a Rua Magda Coelho da Silva)

Município: Itaboraí/RJ

Área de dano a ser recuperada: 63.000 m².

Coordenadas Geográficas (DATUM WGS 1984): Latitude 22°44'43.73“S / Longitude 42°56'31.33”O

Atualmente no local onde ocupava o antigo lixão de Itambi, a vegetação que ocupa a área é composta por capim colonião, indivíduos arbustivos e arbóreos pontuais ou espaçados. A ocupação antrópica no local é caracterizada por casas de baixa renda e desprovido de infraestrutura urbana, o restante das proximidades são utilizadas como área para pasto. Ressaltamos que o local é considerado como de risco por conta da atuação de grupos criminosos, tornando qualquer investida do Estado uma atividade perigosa.



Aterro de Itambi 2004



Aterro de Itambi 2006



Aterro de Itambi 2007



Aterro de Itambi 2008





Aterro de Itambi 2010





Aterro de Itambi 2012





Aterro de Itambi 2014





Aterro de Itambi 2016





Aterro de Itambi 2018





Aterro de Itambi 2020

A estrutura do antigo lixão tem parte dela ainda preservada, tal como a guarita de segurança, balança de caminhão e uma edificação que parece ter sido o prédio administrativo.

De acordo com a **CI/SEMMAURB Nº 459/14** de 02 de setembro de 2014, a empresa vencedora da licitação (Norenge), realizou a partir o dia 13 de fevereiro de 2014, as obras emergenciais de remediação do antigo Aterro Sanitário de Itambi.

Foram realizadas as sondagens, além da escavação superficial em uma segunda área, na qual se descobriu uma outra célula de lixo não descrita no estudo prévio realizado. A primeira célula de lixo foi alvo de contenção por meio de uma barreira hidráulica que vertia o chorume para uma caixa de recepção, conforme sua acumulação, o efluente deveria ser encaminhado para tratamento.

Vale ressaltar que por conta desta nova área fonte de contaminação, existiu a necessidade de prolongamento da barreira hidráulica, portanto foi feito um aditivo para o contrato (superior a 40% do valor inicial), com o objetivo de cobrir os custos das obras adicionais não previstas no projeto básico licitado.

Conforme já informado neste documento, o passivo ambiental localizado em Itambi teve parte de sua implantação realizada. De acordo com o verificado *in loco*, os taludes que foram refeitos em 2014 agora se encontram cobertos por vegetação gramínea, apesar de parte do refazimento geotécnico apresentar sinais de erosão,as encostas se apresentam estáveis.

Da infraestrutura da remediação ainda existem as barreiras hidráulicas e seus respectivos tanques de recepção de chorume, assim como parte da drenagem superficial se encontra, apesar de soterrada, ainda instalada.

O chorume continua aflorar no sopé das encostas do aterro, ambos os pontos de afloramento se encontram dentro das barreiras hidráulica e de volume reduzido ao que era antes das intervenções realizadas em 2014.



Foto: Encosta revegetada



Foto: Afloramento de chorume



Foto: Afloramento de chorume



Foto: Tanque de recepção de chorume



Foto: Camada de lixo



Foto: Barreira hidráulica

JARDIM FERMA

ÁREA DEGRADADA II

Nome: Vazadouro Ferma

Vias de Acesso: Av. Ver. Hermínio Moreira, 1731 – City Areal, CEP 24800-425 (virar na Rua Vinte e seguir na Rua Vinte e Sete)

Município: Itaboraí/RJ

Área de dano a ser recuperada: 211.000 m².

Coordenadas Geográficas (DATUM WGS 1984): Latitude: 22°43'18,01"S Longitude: 42°52'30,93'' O

O local referente à utilização e depósito de Resíduo Sólido Urbano (RSU), o lixo coletado pelo Munícipio era transportado e descartado na Rua 22 lotes 786 a 799, 836 a 853 do Loteamento "Jardim Ferma", a aproximadamente 3,2 km da Sede do Município, nas coordenadas na Latitude 22º 43' 15" S e Longitude 42º 52' 22" (DATUM WGS 1984).

Sua vida útil é estimada entre os anos de 1974 e 2003, o resíduo era transportado e descartado de forma irregular, caracterizando a área impropriamente para o despejo de resíduos, detritos, imundices e líquidos, sem nenhuma impermeabilização do solo.

A conformação geométrica do vazadouro apresenta as seguintes dimensões aproximadas: 140 metros de largura medidas em paralelo ao Rio Várzea; 160metros de comprimento, perpendicularmente ao Rio Várzea, até o pé do talude; e 14metros de desnível do pátio superior, à parte inferior, do terreno. Área aproximada de 21.00 m^2, em área acidentada.

O acesso ao vazadouro se dá através da Avenida Vereador Hermínio Moreira que possui parte pavimentada e parte sem pavimentação. A partir desta avenida, dobra-se à esquerda na Rua Domício Correa, rua sem pavimentação e à esquerda novamente na Rua 22, também sem pavimentação. Na interseção da Rua 22 com a Rua 19 encontra-se o vazadouro.

Eram dispostos, diariamente, cerca de 106 toneladas de resíduos (aproximadamente 500 m^3) provenientes da coleta de lixo domiciliar, hospitalar e do sistema público. Cálculo baseado em informações da limpeza urbana, e na experiência técnica, utilizando os seguintes parâmetros:

- Resíduo domiciliar
- Resíduo Urbano
- Resíduo Hospitalar

O vazadouro encontrava – se com aproximadamente 14 metros de altura, sem

qualquer sistema de drenagem de gases, de líquidos efluentes percolados (chorume) e de drenagem pluvial.

A ausência de sistema de coleta e tratamento de chorume e de drenagem de gases, permitiu que fosse infiltrado pelo solo contaminando o lençol freático da região, enquanto que o biogás se dispersou por toda a massa de resíduos contribuindo na alimentação de incêndios.

A ausência de um sistema adequado de afastamento das águas pluviais contribuiu para que o volume de chorume produzido fosse elevado, apresentando um fluxo desordenado na área, migrando para os copos hídricos mais próximos, carretando poluentes com elevada carga orgânica presente no Rio Várzea. O resíduo hospitalar era disposto em área separada, mas sem os cuidados de uma vala séptica, nas bordas da cava, onde era queimado.

A operação de vazadouro consistia basicamente em se empurrar o material, a partir da plataforma superior para o talude, ocasionalmente transferindo solo para a cobertura do resíduo.

Os líquidos percolados, maximizados pela falta de cobertura, apresentavam um fluxo desordenado pela área, migrando para os corpos hídricos mais próximos, carretando poluentes com elevada carga orgânica, nichos ecológicos para os macro e microvetores de doenças e enfermidades (ratos, moscas, urubus e outros animais e insetos) danos sanitários, além dos danos ambientais.

A área de descarte a céu aberto de resíduos e rejeitos é popularmente chamada de “lixão”, o lixo é descartado sobre o solo sem nenhuma medida de controle sanitário e ambiental.

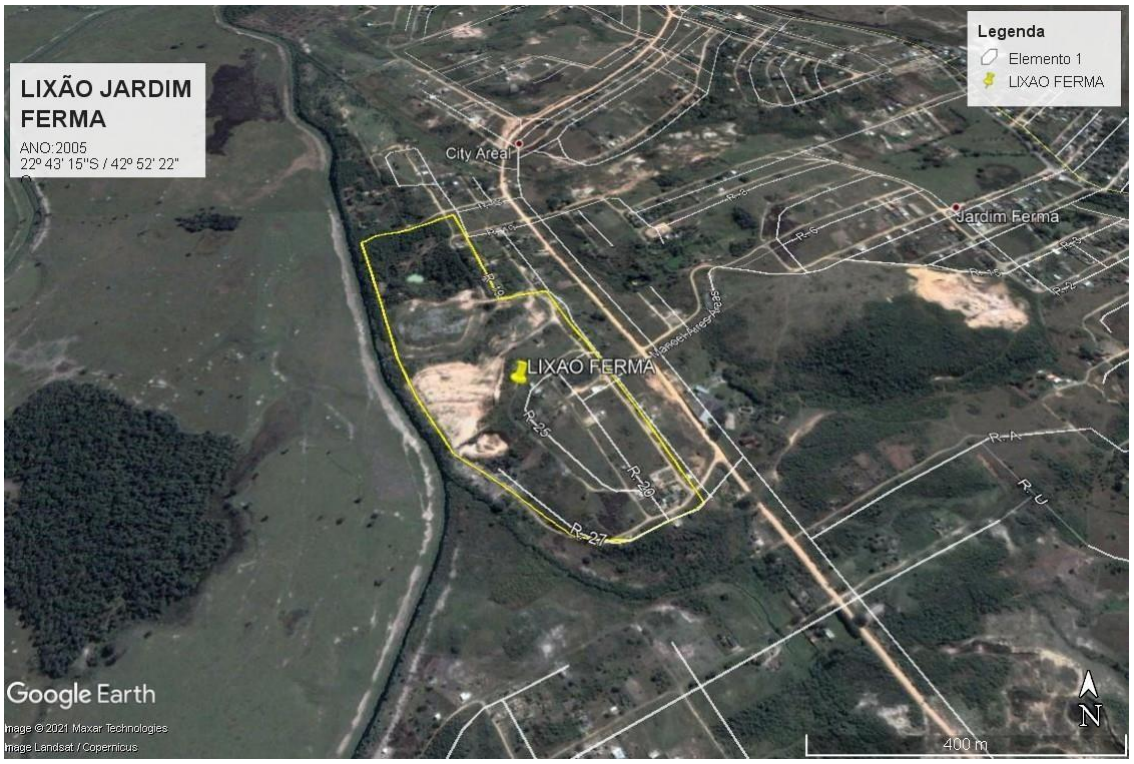
Vazadouro Jardim Ferma ao longo dos anos (Fonte: GoogleEarth)



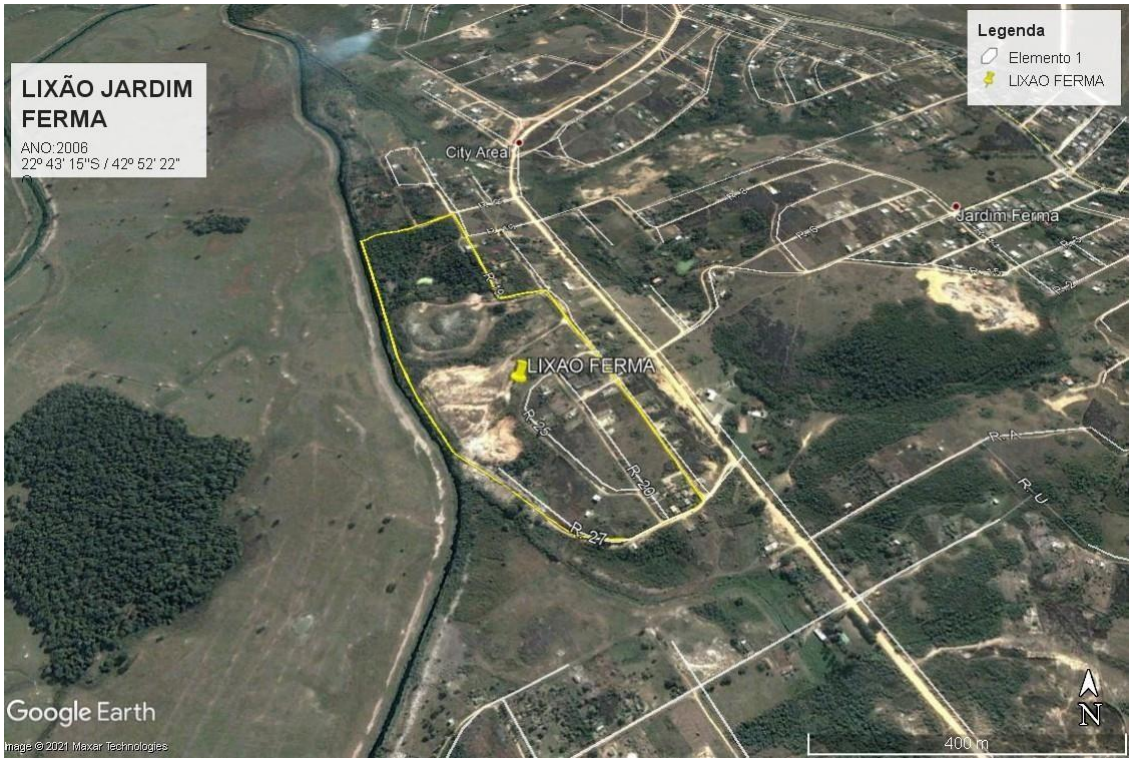
Vazadouro Jardim Ferma - 2002



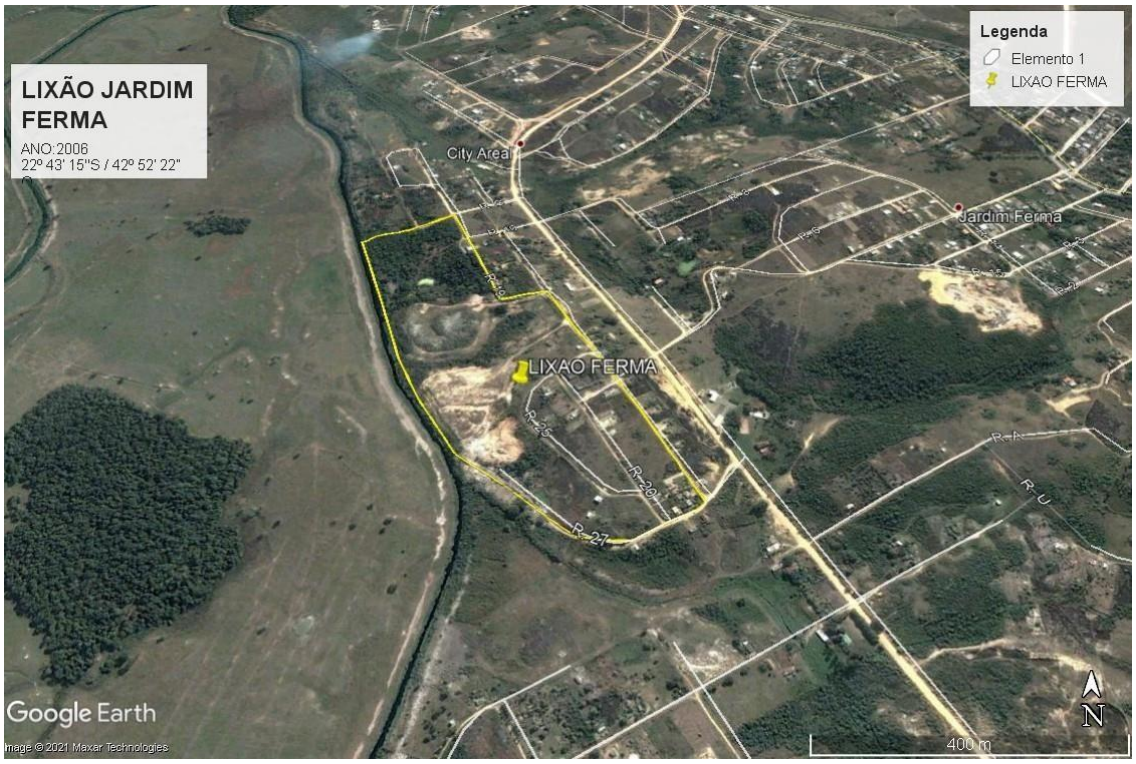
Vazadouro Jardim Ferma – 2004



Vazadouro Jardim Ferma – 2005



Vazadouro Jardim Ferma - 2006



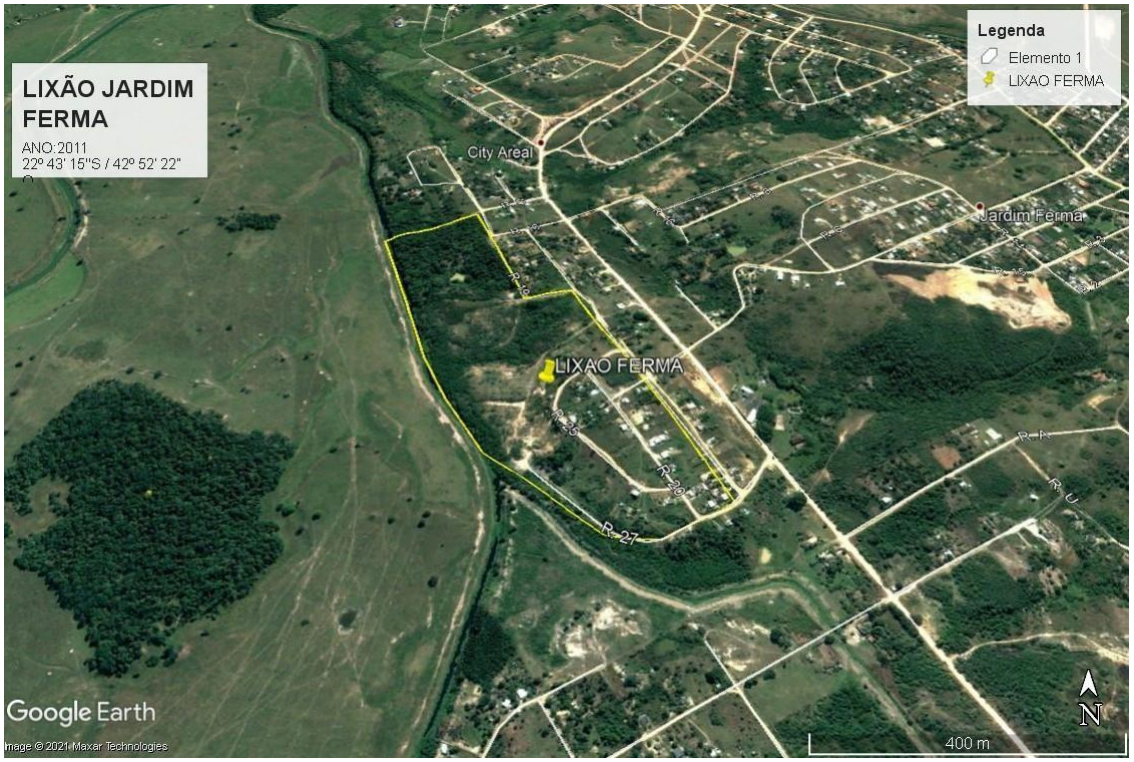
Vazadouro Jardim Ferma – 2008



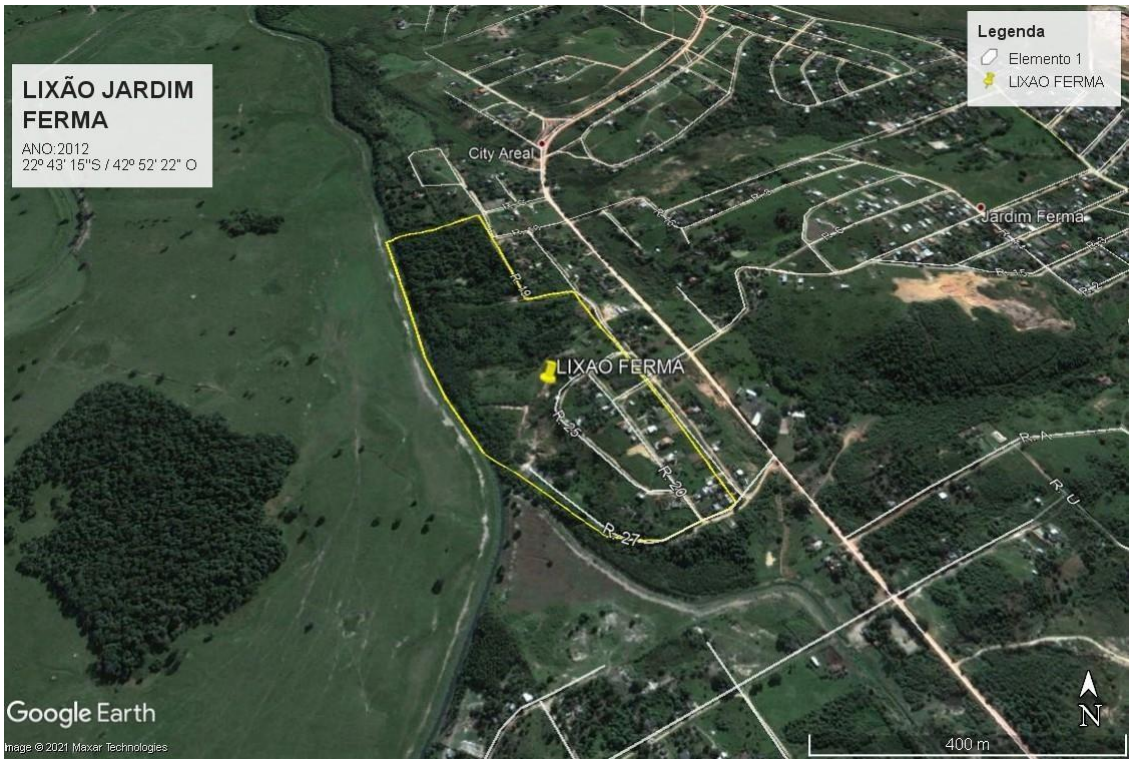
Vazadouro Jardim Ferma – 2009



Vazadouro Jardim Ferma – 2010



Vazadouro Jardim Ferma –2011



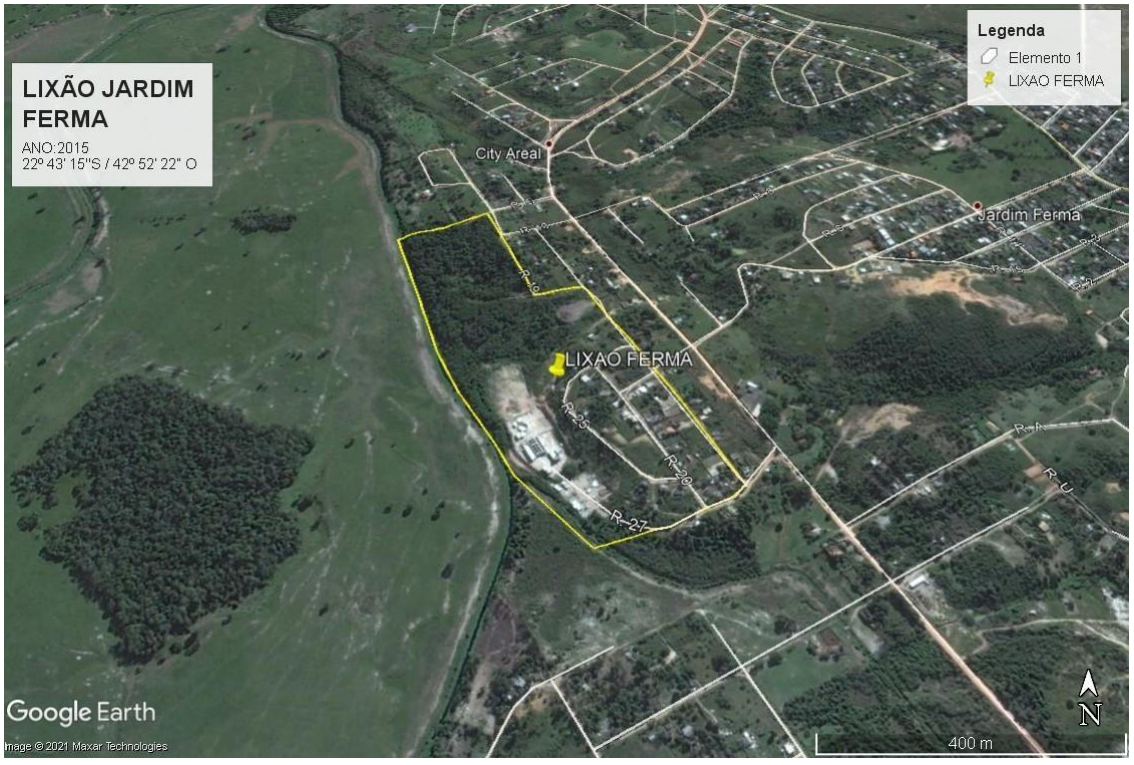
Vazadouro Jardim Ferma – 2012



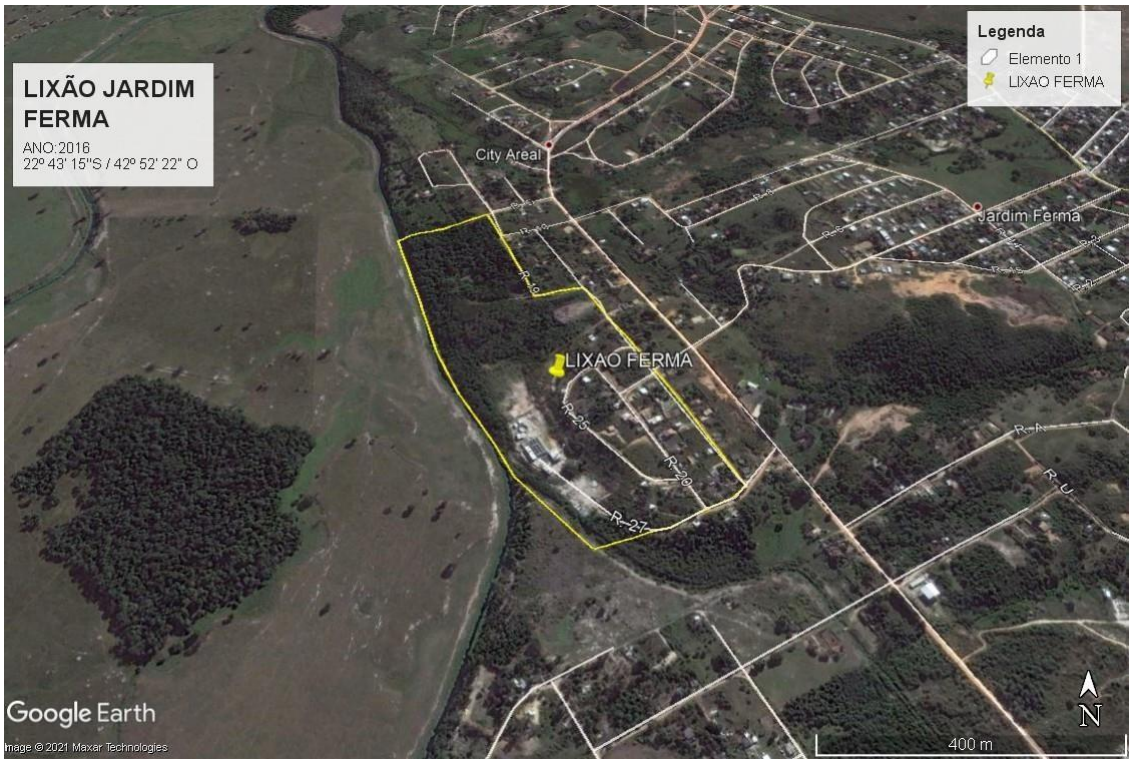
Vazadouro Jardim Ferma – 2013



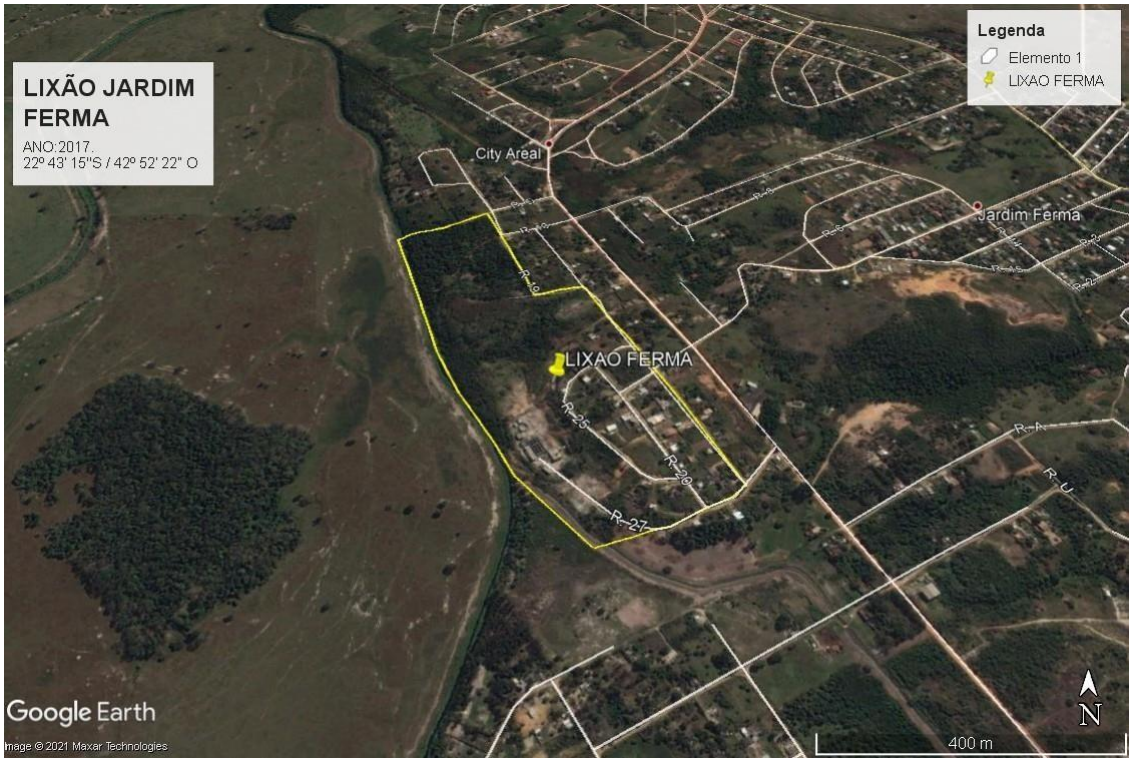
Vazadouro Jardim Ferma – 2014



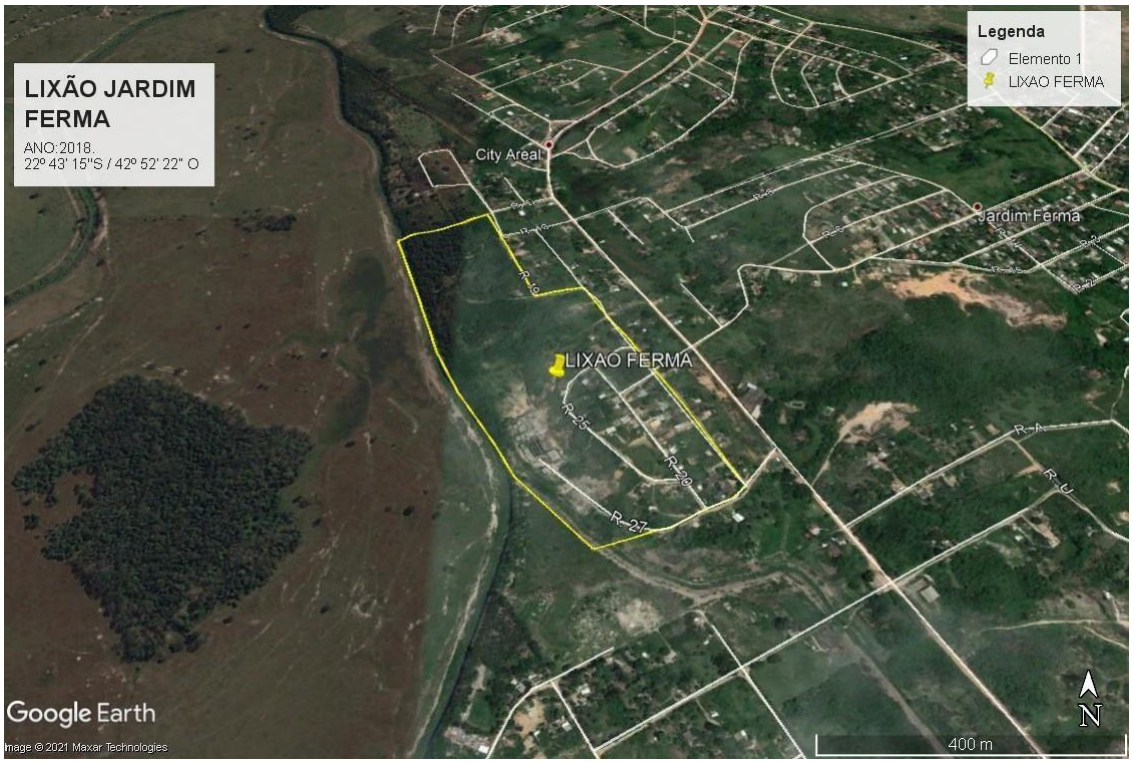
Vazadouro Jardim Ferma – 2015



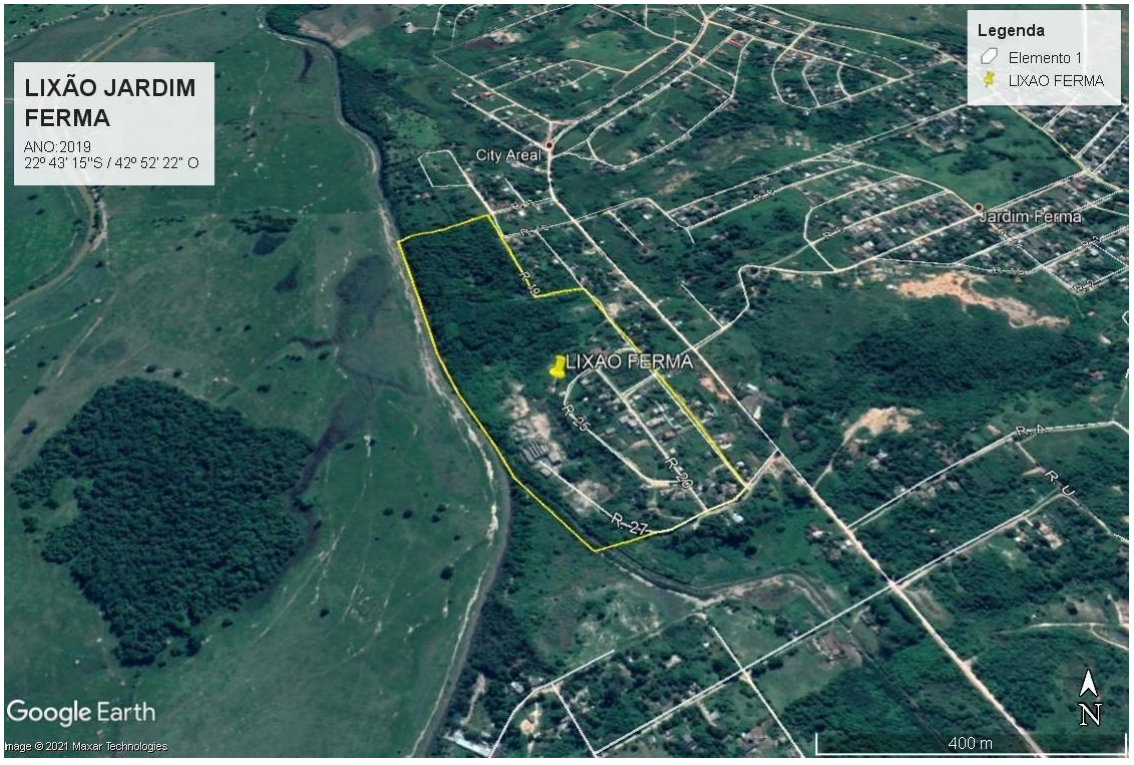
Vazadouro Jardim Ferma – 2016



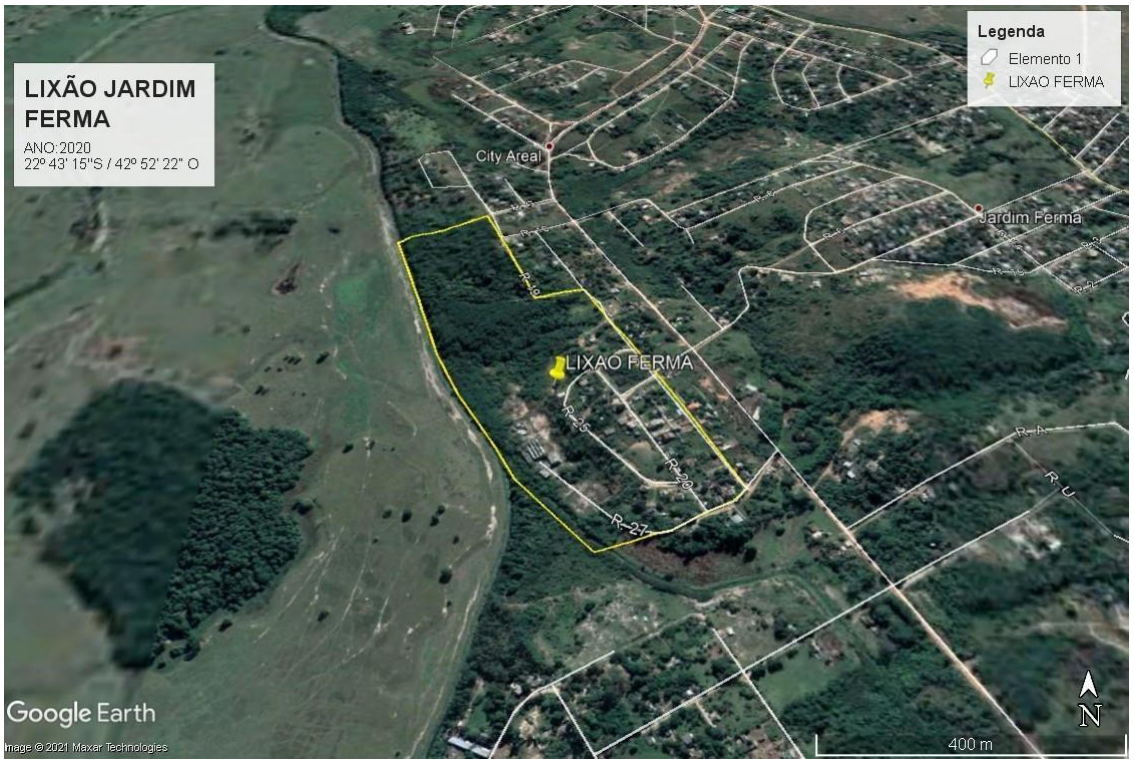
Vazadouro Jardim Ferma – 2017



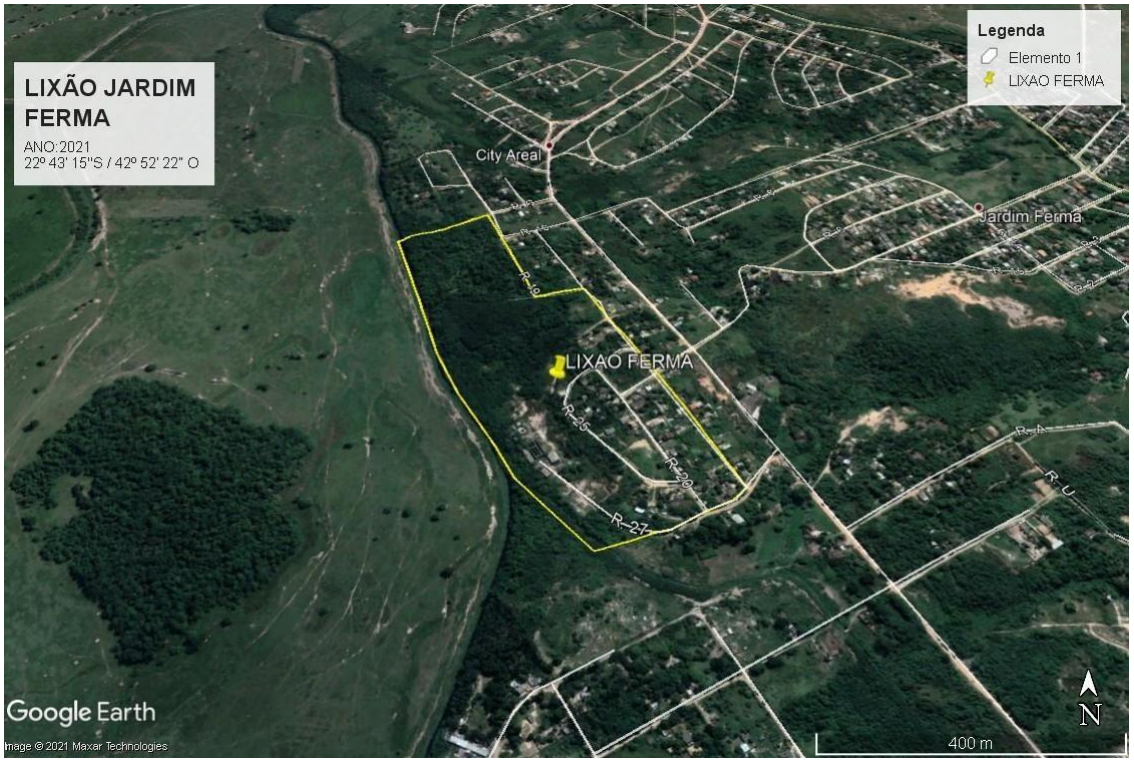
Vazadouro Jardim Ferma – 2018



Vazadouro Jardim Ferma – 2019



Vazadouro Jardim Ferma – 2020



Vazadouro Jardim Ferma - 2021

A área onde era o lixão se encontra ocupada por vegetação na sua maioria de porte arbóreo. Existem edificações abandonadas referentes à instalação de uma estação

de tratamento de esgoto inacabada. A maioria das estruturas ainda se encontra em pé, porém em mal estado de conservação, pudemos observar edificações administrativas e de apoio e os tanques de tratamento que por sinal se encontram preenchidos por água, provavelmente da chuva.

Nos locais onde a vegetação não é arbórea, o solo ou é coberto por colonião, ou não existe cobertura vegetal, nesse caso, o solo se encontra em forte processo de erosão, já apresentando sinais de ravinamento. A ocupação antrópica na região é similar ao que é nas proximidades do antigo lixão de Itambi, tanto nas estruturas residências e urbanas, quanto nos quesitos relacionados à segurança pública.

O Vazadouro de Ferma, teve processo administrativo aberto, assim como Termo de Referência e Projeto Básico (não executivo). Por conta das limitações orçamentárias impostas pelo início da remediação em Itambi, não foi conseguido recurso para a sua inicialização. Conforme consta na CI/SEMMAURB Nº 459/14, a remediação do antigo Vazadouro de Ferma demandará mais recursos que o de Itambi.

Este passivo ambiental se mostra mais preocupante do que aquele em Itambi, foram encontrados pontos de afloramento de chorume, o contaminante escoava em um pequeno córrego que por sua vez aflui no Rio Várzea.



Foto: Afloramento de chorume



Foto: Chorume em área de escoamento



Foto: Camada de lixo

CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS IMPACTOS

O chorume é um líquido escuro que contém alta carga poluidora, o que podeocasionar diversos efeitos sobre o meio ambiente devido a alta concentração de matéria orgânica, reduzida biodegradabilidade, presença de metais pesados e de substâncias recalcitrantes.

A decomposição dos resíduos sólidos, depositados em aterros sanitários, é um processo dinâmico comandado por organismos decompositores de matéria orgânica, sendo em sua maioria bactérias heterotróficas, aeróbias e facultativas. Esta decomposição pode ser descrita pelas fases aeróbia e anaeróbia.

A fase aeróbia ocorre durante o primeiro mês de deposição e recobrimento do lixo na vala. A ação de decomposição é realizada pelas bactérias aeróbias que utilizam o oxigênio presente no interior do aterro. É mais intensa no início e à medida que o oxigênio vai ficando escasso a decomposição torna-se mais lenta. A presença de águas pluviais exerce grande influência sobre esta fase, pois facilita a redistribuição de nutrientes e microorganismos ao longo do aterro sanitário. Quando todo o oxigênio é consumido, inicia-se a fase anaeróbia, onde a decomposição ocorre através dos organismos anaeróbios e/ou facultativos que hidrolisam e fermentam celulose e outros materiais presentes no resíduo. Esta fase é caracterizada pela redução da concentração de carbono orgânico, altos níveis de amônia e largoespectro de metais, representando considerável potencial de risco para o meioambiente. A fase anaeróbia pode demorar vários anos para estar completa.

Diversos fatores contribuem para que o resíduo da decomposição do lixo (chorume) seja complexo e apresente significativas variações em sua composição. Dentre as mais importantes contam-se: dinâmica de decomposição ao longo do tempo, variações na forma de operação do aterro sanitário, na composição dos resíduos depositados, no volume de chuvas e outras alterações climáticas.

O chorume pode ser o principal responsável pela contaminação de dois compartimentos: o solo e as águas subterrâneas (lençol freático). O solo atua frequentemente como um “filtro”, tendo a capacidade de depuração e imobilizando grande parte das impurezas nele depositadas. No entanto, essa capacidade é limitada, podendo ocorrer alteração da qualidade do solo, devido ao efeito cumulativo da deposição de poluentes atmosféricos, à aplicação de defensivos agrícolas e fertilizantes e à disposição de resíduos sólidos industriais, urbanos, materiais tóxicos e radioativos.

A água subterrânea encontra-se nas zonas saturadas, onde os poros, fraturas ou espaços vazios da matriz sólida estão completamente preenchidos por água. Assim, como fazem parte do mesmo contexto, o que ocorrer com o solo repercutirá nas águas subterrâneas, podendo resultar em alterações de sua qualidade. Desta forma, a migração dos poluentes através do solo, para as águas superficiais esubterrâneas, constitui uma ameaça para a qualidade dos recursos hídricos utilizados em abastecimento público, industrial, agrícola, comercial, lazer e serviços.

Localmente, se observou presença de chorume na superfície do local, fato que demonstra que provavelmente o contaminanante encontra-se subsuperficial, o que somente poderá ser monitorado seus efeitos por meio dos poços de monitoramento propostos mais adiante neste trabalho.

OBJETIVO

São apresentados neste documento os elementos mínimos exigíveis para que sejam executadas as etapas de diagnóstico geoambiental e intervenção para recuperação de áreas degradadas pela disposição irregular de resíduos sólidos, visando atender a legislação pertinente e contribuir para melhoria da qualidade ambiental, social e da saúde humana, além de adequar a gestão de resíduos sólidos no Estado do Rio de Janeiro.

INVESTIGAÇÃO GEOAMBIENTAL

A investigação geoambiental pode ser definida como a coleta sistemática de dados visando determinar o grau de contaminação de uma área e sua relação com o meio ambiente. A obtenção de dados pode ocorrer por vários meios, tais como: pesquisa documental, entrevistas, visitas de reconhecimento, inspeções, amostragens e ensaios.

Ela situação atual dos recursos naturais em superfície, tais como solo, relevo e recursos hídricos, bem como do passivo ambiental existente e sua abrangência, contemplando a investigação detalhada e avaliação de risco, com objetivo de subsidiar a etapa de intervenção, após a investigação confirmatória que tenha identificado substâncias químicas (poluentes) em concentrações acima do valor de investigação (contaminantes).

A relação da área contaminada com o meio ambiente é concebida atualmente como uma cadeia ligando a fonte ao alvo por caminhos. Assim, define-se como fonte a área identificada como potencialmente contaminada em função da natureza do contaminante presente e do mal que representa. Os caminhos são as rotas pelas quais o contaminante pode ser transferido para o alvo considerado. O alvo é o corpo receptor que pode ser danificado pela presença do contaminante em concentração suficiente para lhe causar um mal.

As relações entre a fonte e o meio envolvem mecanismos como sorção, lixiviação e biodegradação, que não são triviais. Da mesma forma, as relações entre o contaminante e o alvo envolvem fatores complexos como tempo de exposição, concentração, modo de absorção, bioacumulação e cadeia alimentar.

PLANEJAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

O planejamento de investigação geoambiental deve ocorrer com base em um conjunto de objetivos que visam prover de informações suficientes sobre a fonte, os caminhos e os alvos, para permitir uma avaliação de risco tal que seja possível identificar as ações de remediação ou dispensá-las.

Os objetivos subsidiários são:

- determinar a natureza, a forma, a extensão e a distribuição de qualquer contaminação presenta na área investigada, incluindo os contaminantes migrando para ou da área investigada;

- caracterizar o meio determinando: o contexto geológico estrutural e sua composição, a estratigrafia, as características geotécnicas relevantes (mineralogia, umidade, granulometria, permeabilidade etc.), a topografia, a propensão para inundações, os níveis dos aquíferos, a qualidade da água, os fluxos de subsuperfície, os efeitos de extração e recarga, os caminhos físicos potenciais construídos pelo homem;

- entender a natureza dos potenciais alvos da contaminação e a relação entre a fonte e os efeitos, envolvendo: o uso atual e proposto para a área, o potencial contaminante da área, os alvos humanos potenciais nas proximidades da área, a proximidade e sensibilidade dos corpos hídricos, a proximidade e sensibilidade da flora e da fauna, a natureza das estruturas prediais, o perigo aos ecossitemas existentes na área e fora dela;

- dar suporte às decisões gerenciais e de remediação.

O ponto crítico da investigação geoambiental é estabelecer se a cadeia fonte-caminho-alvo está completa. Até que isso seja demonstrado não é justificável assumir que a presença de uma contaminação residual possa representar um risco para o uso corrente ou futuro da área.

FASES DA INVESTIGAÇÃO

A investigação geoambiental, geralmente, envolve três fases, não sendo obrigatória a consecução de todas as fases, visto tratar-se de um processo interativo, passível de interrupção em função da suficiência de informações e da gerência de risco:

- Fase preliminar: predominam etapas não intrusivas;
- Fase exploratória: com limitadas intrusões;
- Fase principal ou detalhada: dominada por técnicas de investigação intrusivas.

Essas fases genéricas envolvem várias etapas de intensidade crescente em termos de investigação, mas não necessariamente de importância crescente para a avaliação de risco:

- Estudo de gabinete;
- Reconhecimento de campo;
- Fase exploratória;
- Fase principal;
- Fase suplementar;
- Pós-remediação.

Trata-se da tentativa a diagnosticar atual situação ambiental dos locais onde se localizavam os antigos lixões de Itambi e Jardim Ferma frente as exigências do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, junto ao INEA. Este projeto seguirá as especificações técnicas para compor o Termo de Referência para a Recuperação dos vazadouros de Itaboraí/RJ. Ressaltando que estaremos realizando esses estudos de forma a assessorar a futura recuperação dos impactos ambientais das áreas aqui mencionadas.

As ações de recuperação ambiental a serem aplicadas nas áreas dos antigos vazadouros dependem da caracterização da área, ou seja, características do solo, lençol freático, águas superficiais, gases, tipologia de resíduos, características dos resíduos dispostos, área atingida e circunvizinhança, visando identificar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente e mitigar os impactos associados aos danos causados pela disposição irregular de resíduos, portanto, deverão ser realizadas de acordo com as etapas de diagnóstico e intervenção.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA COMPOR O TERMO DE REFERÊNCIA PARA A RECUPERAÇÃO DOS ANTIGOS VAZADOUROS EM ITABORAÍ/RJ

Em atendimento à solicitação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro como forma de auxiliar esta Prefeitura, a área técnica do INEA elaborou as especificações técnicas para compor o Termo de Referência para a Recuperação de nossos vazadouros, este documento nos serviu de base para a apresentação deste termo.

DO PROJETO A SER APRESENTADO PARA REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL DE RECUPERAÇÃO – LAR

As ações de recuperação ambiental a serem aplicadas nas áreas dos antigos vazadouros dependem da caracterização da área, ou seja, características do solo, lençol freático, águas superficiais, gases, tipologia de resíduos, características dos resíduos dispostos, área atingida e circunvizinhança, visando identificar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente e mitigar os impactos associados aos danos causados pela disposição irregular de resíduos, portanto, deverão ser realizadas de acordo com as etapas de diagnóstico e intervenção, descritas a seguir:

Diagnóstico: corresponde a identificação da área e investigação das condições reais da degradação ambiental através de uma investigação geoambiental, que tem por objetivo avaliar a situação atual dos recursos naturais em superfície, tais como solo, relevo e recursos hídricos, bem como do passivo ambiental existente e sua abrangência, contemplando a investigação detalhada e avaliação de risco, com objetivo de subsidiar a etapa de intervenção, após a investigação confirmatória que tenha identificado substâncias químicas (poluentes) em concentrações acima do valor de investigação (contaminantes).

Intervenção: execução de ações de controle para a eliminação do perigo ou redução, para níveis toleráveis, dos riscos identificados na etapa de diagnóstico,bem como o monitoramento da eficácia das ações executadas, considerando o uso atual e futuro da área.

Controle Ambiental: corresponde às ações de monitoramento ambiental da área e manutenção e inspeção das obras executadas, bem como às ações operacionais que se façam necessárias após finalizadas as obras, tais como o tratamento do lixiviado captado.

As etapas de diagnóstico e intervenção deverão ser apresentadas em nível executivo, contendo o detalhamento integral das ações necessárias para atingir os resultados de recuperação pretendidos, incluindo memórias de cálculo, plantas,desenhos, memorial descritivo, cronograma de execução e plano de monitoramento.

1. DIAGNÓSTICO – INVESTIGAÇÃO GEOAMBIENTAL

A CONTRATADA deverá realizar a avaliação preliminar, avaliação confirmatória, investigação detalhada e avaliação de risco à saúde humana conforme procedimentos legais vigentes e preconizado nas normas da ABNT NBR 15515-1, NBR 15515-2, NBR 15515-3 e NBR 16210. O modelo conceitual da área em estudo deve ser atualizado, validado e aprimorado com as novas informações obtidas a cada etapa de investigação, gerando uma nova versão, a ser utlizada como base para as etapas seguintes, conforme ABNT NBR 15515-1.

1.1 INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

O levantamento de dados e histórico e do meio físico subsidiarão a estratégia de atuação na inspeção de reconhecimento da área e devem ser realizados de acordo com o item 6.2 da ABNT NBR 15515-1. Com base no levantamento de dados e inspeção de reconehcimento na área, deverá ser elaborado omodelo Conceitual, com base na ABNT NBR 16210 que irá compor o Produto final da etapa de Investigação Preliminar: Relatório de Investigação Preliminar, cujo conteúdo deve ser condizente com o item 7 da ABNT NBR 15515-1.

1.1.1- LEVANTAMENTO DE DADOS:

A etapa de levantamento de dados visa dar subsídios à etapa de inspeção no local. O Anexo A da ABNT NBR 15515-1 apresenta sugestões de fontes, tipos de informações e documentos a serem utilizados.

A) Levantamento histórico - A ser comsposto por informações oriundas do proprietário da área, entrevistas com pessoas detentoras de conhecimento local, órgãos de controle ambiental, Prefeitura local, dentre outros Devem ser utilizadas ainda a interpetração de fotografias/imagens aéreas multitemporais.

B) Estudo do Meio Físico

Objetiva levantar as potenciais vais de transporte de contaminantes a partir de dados geológicos, hidrológicos, geomorfológicos e meteorológicos que pdoem ser obtidos jutno à órgãos de controle e planejamento ambiental.

1.1.2- INSPEÇÃO DE RECONHECIMENTO

Deve ser realizada por profissional habilitado para obter e interpretar as informações, englobando o limite total da propriedade e ainda o reconhecimento do entorno (raio de 250m a partir dos limites da área avaliada).

1.2 INVESTIGAÇÃO CONFIRMATÓRIA

A confirmação de contaminação da área deve ser realizada a partir da amostragem e análise química de diferentes meios. Para tanto, deve ser elaborado inicialmente o Plano Amostral, com base no Modelo conceitual da avaliação preliminar.

Caso o Modelo conceitual da avaliação preliminar apresente um grau de incerteza elevado, devem ser levantadas informações adicionais e/ou utilizadas ferramentas de resposta rápida, objetivando a redução da incerteza, tais como a aplicação de métodos geofísicos (Tabela 2 - ABNT NBR 15515-2). A partir dos novos dados, deve ser efetuada a elaboração do Plano de Amostragem, a ser submetido previamente para análise e aprovação do Órgão Ambiental licenciador da área em recuperação.

1.2.1 PLANO DE AMOSTRAGEM

O Plano de amostragem deverá ser baseado nas orientações contidas no item 6.3 da ABNT NBR 15515-2.

- A estudo pedológico, deverá seguir o roteiro típico de Amostragem de Solo de Perfil Completo (ASPC), de acordo com a ABNT NBR 15515-2/2011.

- Perfuração de poços após as cacterização pedológica e definição das Susbstâncias Quimicas de Interesse, conforme ABNT NBR 15515-2/2011

- Identificação e descrição das zonas de descarga e recarga do aquífero;

- Ensaio ‘in situ” de permeabilidade da zona saturada;

- Amostragem de águas subterrâneas e superficiais dos parâmetros: DBO/DQO, DQO, carbono orgânico total, sólidos suspensos, cloreto, série do nitrogênio (amoniacal, nitrato e orgânico), fósforo, pH, condutividade, sulfato e parâmetros microbiológicos (Escherichia coli e coliformes totais), além dos orientadores estabelecidos na Resolução CONAMA 420/2009 para águas subterrâneas e os parâmetros estabelecidos na Resolução CONAMA 357 para as águas superficiais;

- Análises geoquímicas de solo e água subterrâneas, também deverão buscar a identificação de substâncias químicas que comumente estão associadas à esse tipo de passivo ambiental, tais como: produtos farmacêuticos, anticoncepcionais, hormônios, fragrâncias, produtos de beleza, protetor solar, remédios e fármacos.

- Amostragem do biogás.

Obs.: As amostras coletadas e análisadas deverão ter como referencia de contraste analítico o Background Natural, no qual as amostras coletadas serão compardas Quantidade de substâncias naturais no meio ambiente, isento de fontes antropogênicas de poluição e o Background local que são as concentrações de

substâncias perigosas presentes no meio ambiente, relacionadas à liberação por atividades antropogênicas

1.2.2 EXECUÇÃO DO PLANO DE AMOSTRAGEM APROVADO PELO ÓRGÃO AMBIENTAL - INVESTIGAÇÃO CONFIRMATÓRIA

A Investigação Confirmatória deve ser conduzida de acordo com a NBR 15515:2021 - Parte 2 e iniciada após aprovação da Avaliação Preliminar e Plano Amostral, pelo órgão ambiental

A instalação dos poços de monitoramento deve ser realizada de acordo com as normas da ABNT NBR 15495-1 – Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares – Parte 1: Projeto e Construção e NBR 15495-2 – Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aquíferos granulares – Parte 2: Desenvolvimento.

Para amostragens de água subterrânea deve ser aplicado o método de purga de baixa vazão (ABNT NBR 15847:2010).

O Relatório de Investigação confirmatória a ser submetido ao órgão ambiental deve ser elaborado conforme item 6.6 da ABNT NBR 15515-2:2023.

Deverão ser executadas todas as etapas estabelecidas no Plano de Amostragem. O produto da execução do Plano de Amostragem (Relatório de Investigação confirmatória) deverá ser elaborado conforme item 6.6 da ABNT NBR 15515-2:2023.

- Perfis construtivos dos poços de monitoramento indicando seus elementos (filtro, pré-filtro, selo, preenchimento, etc.), de acordo com as normas técnicas de referência;

- Relatórios de sondagens;

- Laudos laboratoriais devidamente assinados pelos técnicos responsáveis e respectivas cadeias de custódia;

- Descrição da metodologia utilizada, tipo de ensaio, dados de campo e o memorial de cálculo;

- Planta com a localização georreferenciada das sondagens, poços de monitoramento e pontos de amostragens da água superficial.

1.2.3 APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE VULNERABILIDADE DOS AQUIFEROS

Após a coleta de dados deverá ser elaborado estudo vulnerabilidade nas águas subterrâneas para nortear sob qual e forma os contaminantes de apresentam no sistema freático, mostrando os perigos de migração em determinadas situações de

uso do solo, características do contaminante e condições da área.

1.3 INVESTIGAÇÃO DETALHADA E ANÁLISE DE RISCO

Caso a avaliação confirmatória demonstre contaminação do solo, das águas subterrâneas ou de outros bens a proteger, o cronograma executivo apresentado deverá incluir o prazo para apresentação da Investigação detalhada (NBR15.515-3), da Avaliação de risco à saúde humana (NBR 16209) e do Plano de Intervenção.

O relatório de Investigação Detalhada deverá seguir as orientações do item 7 da ABNT NBR 15515-3. Sendo identificados receptores humanos sob influência ou potencialmente sob influência de área contaminada, deverá ser executada a avaliação de risco à saúde humana, de acordo com as orientações do Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas da Companhia Ambiental de São Paulo – CETESB, capítulo 8.

Descrição sucinta da micro-bacia hidrográfica onde se insere a área do vazadouro e representação em mapa georreferenciado, contemplando:

- Corpos hídricos superficiais;
- Corpo receptor mais próximo do vazadouro;
- Atividades que lançam efluentes nos corpos hídricos situados à montante e a jusante da área do empreendimento, com representação em planta;
- Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação;
- Usos a que se destinam as águas subterrâneas e superficiais, a jusante do empreendimento e dentro da micro-bacia hidrográfica;
- Uso e ocupação do solo, com identificação das residências mais próximas do vazadouro;
- Geologia e geomorfologia regional e local;

2. INTERVENÇÃO - PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO VAZADOURO

O Projeto de recuperação deverá ser desenvolvido considerando os resultados do Diagnóstico Ambiental. Deverá contemplar os seguintes memoriais e plantas conforme os itens abaixo.

2.1 ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA

O cercamento e identificação da área, bem como outras medidas de segurança deverão ser adotados com a finalidade de impedir e controlar o acesso de veículos, pessoas não autorizadas e animais.

2.2 RETALUDAMENTO DO MACIÇO

Planta discriminando as etapas sequenciais do retaludamento e a configuração final a ser atingida após finalizadas as obras de reconformação.

2.3 IMPERMEABILIZAÇÃO DO MACIÇO

Planta e memorial descritivo do sistema de impermeabilização superior, considerando uma camada de argila de no mínimo 80 (oitenta) centímetros de espessura nas plataformas e bermas e de 40 (quarenta) centímetros de espessura nos taludes, com coeficiente de permeabilidade $K=1x10^{-7}$ e uma camada de no mínimo 0,40 m de solo vegetal para o plantio.

2.4 SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

Planta baixa, memorial descritivo e justificativa dos sistemas de drenagem daságuas superficiais que tendam a escoar para a área do vazadouro, bem como das águas que precipitem diretamente sobre essa área, indicando a especificação, dimensionamento e espaçamento adotados para os elementos do sistema.

2.5 SISTEMA DE DRENAGEM DO CHORUME, INCLUINDO BARREIRA HIDRÁULICA PERIMETRAL

Planta baixa, memorial descritivo e justificativa do sistema de drenagem de lixiviado (chorume), devendo contemplar barreira hidráulica perimetral ao maciço de resíduos.

2.6 SISTEMA DE DRENAGEM E QUEIMA DE GASES

Planta baixa, descrição e justificativa do sistema de drenagem e queima dos gases gerados, indicando a especificação, dimensionamento e espaçamento adotado para os elementos do sistema.

2.7 SISTEMA DE TRATAMENTO DO CHORUME

Projeto contemplando plantas, memorial descritivo e justificativa do sistema de tratamento do lixiviado (chorume).

2.8 LAGOA DE ACUMULAÇÃO DE LIXIVIADO (CHORUME)

Projeto da lagoa de acumulação do lixiviado captado pelo sistema de drenagem de lixiviado contemplando plantas e memorial descritivo.

2.9 MATERIAL DE EMPRÉSTIMO / JAZIDA

Cálculo do material de empréstimo necessário para cobertura dos resíduos e impermeabilização superior. Informar origem da jazida a ser utilizada e as medidas previstas para evitar o assoreamento de corpos hídricos superficiais.

2.10 COBERTURA VEGETAL

Projeto Executivo de reflorestamento da área contendo planta delimitando as áreas que receberão o projeto de reflorestamento com espécies arbóreas e aquelas que receberão apenas gramíneas e arbustos, especificando quais espécies serão utilizadas.

2.11 UNIDADES DE APOIO

Memorial descritivo do empreendimento especificando a localização, memorial de cálculo e plantas das unidades de apoio, tais como: canteiro de obras, oficina mecânica, escritório, sanitários, estação de tratamento de chorume (se aplicável) entre outras benfeitorias.

2.12 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DAS OBRAS DE RECUPERAÇÃO

Cronograma físico-financeiro referente às ações a serem implementadas até o encerramento das obras de recuperação.

3. CONTROLE AMBIENTAL

3.1 MONITORAMENTO AMBIENTAL

3.1.1 Proposta de Plano de Monitoramento Ambiental a ser executado após execução das obras de recuperação, incluindo o controle da qualidade das coleções hídricas superficiais e subterrâneas. O Plano de Monitoramento Ambiental deverá especificar os pontos de monitoramento, bem como os parâmetros e frequências das amostragens a serem realizadas. Deverá contemplar:

- Plano de monitoramento das águas superficiais a jusante e a montante da área de influência do vazadouro, e de acordo com o que for evidenciado

do Estudo de Vulnerabilidade dos Aquíferos;

- Plano de monitoramento das águas subterrâneas, acordo com o que for evidenciado do Estudo de Vulnerabilidade dos Aquíferos;

- Plano de monitoramento geotécnico após a conclusão das obras de recuperação, com indicação do método de medição a ser adotado, incluindo a localização dos poços piezométricos os quais devem ser instalados sobre o maciço devendo os poços atingir profundidades iguais às do chorume;

- Plano de Gerenciamento do Lixiviado (chorume) captado. No caso da implantação de Unidade para Tratamento de Chorume, o plano deverá contemplar o monitoramento da eficiência da Unidade de Tratamento.

3.2 MANUTENÇÃO

3.2.1 Plano de Inspeção e Manutenção dos sistemas de drenagem de águas pluviais, de águas subterrâneas e de gases, do sistema de impermeabilização superior, da cobertura vegetal, da unidade de tratamento de lixiviado (chorume) e outros. O Plano de Inspeção e Manutenção deverá contemplar memorial descritivo eperiodicidade de cada uma das ações a serem realizadas.

3.3 OPERAÇÃO

3.3.1 Memorial descritivo das ações operacionais da Unidade de tratamento de chorume, se aplicável.

4. ABRANGÊNCIA

O PRAD abrangerá as áreas ocupadas pelos Vazadouros Ferma e Itambi e seu entorno, considerando a área de transbordo e a área impactada.

5. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Os produtos do trabalho deverão apresentar nível e linguagem compatível com sua destinação, seguindo os padrões das normas da ABNT. Serão entregues em sua versão preliminar para análise e considerações pela comissão fiscalizadora, que deverão aprovar a versão final dos referidos documentos.

Todos os produtos deverão ser entregues a comissão em versão preliminar para análise e, após a revisão e aprovação, em versão final.

Os produtos deverão passar por uma revisão ortográfica antes de serem entregues a comissão.

As reuniões realizadas durante os trabalhos deverão ser comprovadas por meio de lista de presença, relatório de percepção da reunião e fotos.

Os mapas e plantas da área degradada deverão ser apresentados em coordenadas UTM/UPS.

As escalas devem ser compatíveis ao objeto estudado. Intervalo de escalas ideais:

- Mapa da região: 1/500.000 a 1/ 750.000
- Mapa do município: 1/ 50.000 a 1/330.000;
- Planta de situação e entorno, vista de satélite: 1/ 750 a 1/ 2.500;
- Planta baixa área a recuperar: de 1/250 a 1/750;
- Cortes e vistas: de 1/100 a 1/250;
- Detalhes: de 1/50 a 1/20.

A versão preliminar deverá ser entregue em língua portuguesa, sendo 1 (uma)unidade impressa em papel reciclado A4 e 1 (uma) unidade em meio digital, em formato editável compatível com sistema operacional Windows, extensão. Doc. (Word) e PDF (pen drive). Caso os produtos não sejam aprovados, deverão ser revistos pelo contratado.

A versão final deverá ser entregue em língua portuguesa, sendo 2 (duas) unidades impressas e encadernadas separadamente em papel reciclado A4 e 2 (duas) unidades em meio digital (pendrive), em formato editável compatível com sistema operacional Windows, extensão. Doc (Word) e PDF (pen drive). Caso os produtos não sejam aprovados, deverão ser revistos pelo contratado.

Deverá ser relacionada toda a referência bibliográfica consultada para a realização do PRAD, incluindo a citação das fontes pesquisadas (textos, desenhos, mapas, gráficos, tabelas, fotografias, etc).

6. QUALIFICAÇÕES DA EQUIPE

Equipe-chave

A Consultoria deverá contar, para compor a equipe-chave, com no mínimo 04 (quatro) especialistas de nível superior (apresentar registro ou inscrição em entidade profissional competente), e 1 (um) coordenador Geral, esses com registro de carteira de trabalho ou contrato de trabalho aos quais deverão ser apresentados na habilitação do edital, a saber:

- Coordenador (a), Engenheiro (a) Sanitarista com experiência comprovada na coordenação da elaboração de Planos de Recuperação de Áreas degradadas (PRAD) para lixões ou depósitos irregulares de lixo urbano

- Especialistas: formação acadêmica em nível superior na área compatível com a função a ser desempenhada:

1 especialista Engenheiro, com experiência no Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC).

1 especialista Geólogo, com experiência no Gerenciamento de Áreas Contaminadas (GAC).

1 especialista Engenheiro Ambiental ou Engenheiro Ambiental e Sanitarista, com experiência em elaboração em Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD).

1 Especialista Biólogo ou Engenheiro Florestal, com experiência em elaboração de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD).

A seleção, a contratação e a administração de todos os recursos humanos serão de inteira responsabilidade da Consultoria, inclusive, todas as obrigações sociais que venham a ocorrer.

Equipe de Apoio Sugerida

Além da equipe-chave, a Consultoria deverá constituir equipe de trabalho paraassumir e assegurar o apoio e a qualidade técnica dos serviços específicos, trabalhar a sistematização e análise dos dados, envolvendo profissionais com perfis adequados à natureza da atividade.

Para esta finalidade deverá compor a equipe de apoio um desenhista/cadista e um auxiliar administrativo.

A seleção, a contratação e a administração de todos os recursos humanos serão de inteira responsabilidade da Consultoria, inclusive, todas as obrigações sociais que venham a ocorrer.

7. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para início dos serviços de elaboração dos planos de recuperação das áreas degradadas (PRAD), denominada “Vazadouro Ferma” e “Vazadouro Itambi” municipal de Itaboraí, é imediata a partir da emissão e recebimento da ordem do serviço e, até 08 (oito) meses ocorridos para a conclusão, contados a partir da respectiva ordem de serviço.

Obs.: A cada atividade será emitido uma ordem de serviço para a empresa e a conclusão das atividades deverão cumprir o cronograma estabelecido neste TR.

PRODUTOS	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03	MÊS 04	MÊS 05	MÊS 06	MÊS 07	MÊS 08
ATIVIDADE 01								
ATIVIDADE 02								
ATIVIDADE 03								

Tabela de cronograma de execução.

8. CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

O pagamento será de acordo com as porcentagens descritas por atividades conforme tabela abaixo, as atividades deverão ser entregues dentro das especificações e prazos determinados neste termo de referência I e aprovação da comissão.

Será procedida consulta "*ON LINE*" junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Está incluso no custo dos trabalhos a remuneração do(s) profissional(s), bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista, despesas com alimentação, transporte, materiais de consumo e outros que se façam necessários para a realização do objeto contratado.

Toda articulação e logística para a realização das visitas técnicas aos municípios serão de total responsabilidade da empresa contratada.

DO QUANTITATIVO A SER ADQUIRIDO:

O diagnóstico deve gerar, no mínimo, os seguintes produtos: Relatório de Investigação preliminar, Modelo Conceitual, Plano de Amostragem, Relatório de Investigação Confirmatória, Estudo de vulnerabilidade dos aquiferos, Relatório de Investigação Detalhada e de Avaliação de Risco à Saúde, conforme especificações da ABNT 15:515, partes 1, 2 e 3.

ANEXO I

São esperados dessa consultoria os produtos , considerando que é necessária a aprovação destes pela comissão fiscalizadora dos trabalhos:

Atividades	Produtos
Atividade 1	**RELATÓRIO CONSOLIDADO COM IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DA ÁREA OBJETO DO ESTUDO**. 1. Identificação e seleção da área objeto do estudo. • Material fotográfico das áreas, imagens de satélites georreferenciadas; • Mapas identificando as áreas degradadas do vazadouro Ferma e Vazadouro Itambi no município, destacando as áreas selecionadas para elaboração do PRAD. 2. Reuniões com a comissão avaliadora para aprovação.
Atividade 2	**RELATÓRIO CONSOLIDADO DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL** 1. Diagnóstico Ambiental: • Descrição da metodologia de trabalho de todas as etapas: diagnóstico ambiental; estudos necessários (geotécnica, hidrogeológico, com instalação dos piezômetros e análises químicas de todos os pontos) e propostas para programas, planos e projetos de recuperação.

- Histórico do processo de disposição dos resíduos sólidos no lixão, contendo, no mínimo: informação aproximada de quando se iniciou a disposição; como era o local antes da ação antrópica; proprietário do terreno, etc.
- Descrição da situação atual, das características físicas da área: cobertura vegetal existente ou removida, topografia, declividade, hidrografia (incluir registro fotográfico). Identificação dos possíveis danos e sua extensão pelo uso inadequado (lixão) abrangendo a área de influência direta. Considera-se a área de influência direta, a área de disposição dos resíduos e a área impactada conforme levantamentos do estudo.
- Informar a posição em relação às Unidades de Conservação, possíveis comunidades indígenas, sítios arqueológicos existentes, áreas remanescentes, florestais, nascentes e cursos d'água, etc.
- Localização em relação à cidade mais próxima, infraestrutura existente (água, esgoto, estradas, cercamento da área, controle de acesso, etc.) presença de equipamentos públicos na área de influência direta.
- Descrição das formas da disposição do lixo, existência ou não de medidas de controle ambiental executadas na área (recobrimento, terraços, bacias de contenção, etc.).
- Volume estimado existente na área, dados qualitativos e quantitativos aproximados dos resíduos (urbano, comercial de saúde, construção civil, industrial, etc.)
- Levantamento gravimétrico do RSU
- Levantamento fotográfico.
- Planta de situação da área de influência direta com acesso ao lixão.
- Características socioeconômicas, uso e ocupação do solo, identificação dos possíveis interesses conflitantes, situação fundiária da área de influência direta.
- Identificação das comunidades na área de influência direta, da existência de catadores e suas formas de organização (associações, cooperativas).
- Identificação, descrição e avaliação dos impactos ambientais causados pelo "lixão". Métodos e medidas para prevenção e minimização dos impactos.

2. Planta Baixa, com as poligonais da área degradada, localizando aspectos de sua cobertura vegetal, topografia e a existência de processos erosivos instalados no local. Formatos (UTM, Sirgas 2000 em Shapefile/KML). A escolha da escala deverá ser compatível com as áreas a serem mapeadas, que possa atender e cumprir aos diferentes propósitos e nível de detalhamento do PRAD (intervalo entre 1/500 a 1/2500).

3. Levantamento planialtimétrico do terreno. Investigação e caracterização geológica, hidrogeológica complementar com instalação de poços de monitoramento.

4. Gerar mapas, preferencialmente em 3D, com a volumetria do lixo depositado e perfis do terreno, a partir dos furos de sondagens executado na área.

5. Análises químicas (apresentar registro fotográfico, metodologia aplicada e identificação em mapa de todos os pontos de coleta, mostrando a declividade do terreno). Os Parâmetros e técnicas de procedimento de coleta, preservação e análise das amostras devem estar em conformidade com a legislação ambiental e normas técnicas:

- Análise físico – química e microbiológica e detecção de metais pesados da água superficial, se houver existência de corpos d'água na área de influência direta. O procedimento deve ser de acordo com as Resoluções vigentes do CONAMA que tratam da qualidade dos corpos d'água. As pontos coletados deverão ter suas escolhas justificadas dentro do próprios projeto.
- Análise microbiológica, físico-química e detecção de metais pesados nas águas subterrâneas, de acordo com as resoluções vigentes do CONAMA que tratam da qualidade das águas subterrâneas. No mínimo, 7 (sete) amostras/área em pontos já determinado em estudos anteriores em posse da secretaria para cópia. As pontos coletados deverão ter suas escolhas justificadas dentro do próprios projeto.

- Análise microbiológica, físico-química e detecção metais pesados do solo (sendo 01 amostras superficial e outra intermediaria até nível d'água, sendo no mínimo 14 analise e duas coletas por ponto), seguindo Resolução CONAMA vigente que trata de qualidade do solo. Para cada sondagem realizar uma amostra de solo, apresentar registro fotográfico e metodologia aplicada de todos os pontos de coleta.

6. Análise econômica da degradação ambiental. Identificação, caracterização e custo do passivo ambiental de natureza

física, biológica e antrópica.

Reuniões com comissão responsável para deferimento dos trabalhos.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA

1. Deverão ser apresentadas, no mínimo, 2 (duas) soluções técnicas de encerramento, recuperação e monitoramento da área degradada que atendam à legislação ambiental e às normas da ABNT. A comissão responsável selecionará a solução mais adequada para o município. Para a solução técnica escolhida deverá ser elaborado projeto executivo detalhado. Os projetos executivos deverão ser apresentados da seguinte forma: Plantas baixas; Planta de situação, cortes, vistas, detalhes, planilhas, tabelas e textos.

Atividade 3

As soluções técnicas a serem utilizadas podem ser de forma isolada ou conjunta, preferencialmente aqueles de eficácia já comprovada, devendo ser abordados os seguintes assuntos:

- Técnicas e metodologia de recuperação e revegetação a técnicas e metodologia de recuperação e vegetação a será dotada, preferencialmente, espécies nativas da região no projeto de recuperação, incluindo-se, também, aquelas espécies ameaçadas de extinção, as quais deverão ser destacadas no projeto.
- As espécies vegetais utilizadas deverão ser listadas e identificadas por família, nome científico e respectivo nome vulgar. Quando necessário o controle de espécies invasoras, de pragas e de doenças deverão ser utilizados métodos e produtos que causem o menor impacto possível, observando-se técnicas e normas aplicáveis a cada caso.
- Projeção da área recuperada (projetos), demostrando a previsão da configuração da área após a realização dos trabalhos de recuperação, constituindo assim o modelo a ser alcançado pelo PRAD. Formatos UTM, Sirgas 2000 e Shapefile.
- Cronograma de execução da implementação, manutenção, monitoramento e avaliação do projeto.
- Cronograma físico e financeiro discriminado por atividade.
- Orçamento detalhado dos custos de execução do projeto, utilizar tabela de preço seguida pelo departamento de engenharia da prefeitura com cálculo das taxas de BDI, descrição dos serviços, custos, percentagem, prazo de

execução, planilha dos materiais necessários por unidade, quantidade, preços unitário e total.

- Conclusão das medidas e soluções adotadas.
- Legislação pertinente.
- Equipe técnica.

2. Apresentação e reunião dos representantes da equipe chave com a comissão fiscalizadora.

Observações: Todo material elaborado para todas as atividades acima listadas, deverá ser apresentado previamente à comissão fiscalizadora que compõe a unidade de coordenação do projeto. Toda articulação e logística para a realização das visitas técnicas no município e seu distrito serão de total responsabilidade da empresa contratada.

ANEXO II

ATIVIDADES	PRODUTOS	PRAZO/ MESES	PORCENTAGEM POR ATIVIDADE
	PRODUTO 1 – RELATÓRIO CONSOLIDADO COM IDENTIFICAÇÃO E SELEÇÃO DA AREA OBJETO DO ESTUDO.		
Atividade 1	1. Identificação e seleção da área objeto do estudo. • Material fotográfico das áreas, imagens de satélites georreferenciadas; • Mapas identificando as áreas de influência direta e indireta (AID e AII) do Vazadouro Ferma e pelo Vazadouro Itambi município, destacando as áreas selecionadas para elaboração do PRAD. 2. Reuniões com a comissão avaliadora para aprovação.	1º a 2º meses	15 %
	PRODUTO 2 – RELATÓRIO CONSOLIDADO DO DIAGNÓSTICO AMBIENTAL		
Atividade 2	1 - Diagnóstico Ambiental: • Descrição da metodologia de trabalho de todas as etapas: diagnóstico ambiental; estudos necessários (geotécnica, hidrogeológico, estudo de vulnerabilidade de aquíferos com instalação mínima de piezômetros de forma a abranger toda a área afetada (direta e indireta), análises químicas de todos os pontos (piezômetros), propostas para programas, planos e projetos de recuperação. • Histórico do processo de disposição dos resíduos sólidos no lixão, contendo, no mínimo: informação aproximada dequando se iniciou a disposição; como era o local antes da	3ª a 6ª meses	50 %

ação antrópica; proprietário do terreno, etc.

- Descrição da situação atual, das características físicas daárea: cobertura vegetal existente ou removida, topografia, declividade, hidrografia (incluir registro fotográfico). Identificação dos possíveis danos e sua extensão pelo uso inadequado (lixão) abrangendo a área de influência direta. Considera-se a área de influência direta, a área de disposição dos resíduos e a área impactada conforme levantamentos do estudo.
- Informar a posição em relação às Unidades de Conservação, possíveis comunidades indígenas, sítios arqueológicos existentes, áreas remanescentes, florestais, nascentes e cursos d'água, etc.
- Localização em relação à cidade mais próxima, infraestrutura existente (água, esgoto, estradas, cercamento da área, controle de acesso, etc.) presença de equipamentos públicos na área de influência direta.
- Descrição das formas da disposição do lixo, existência ou não de medidas de controle ambiental executadas na área (recobrimento, terraços, bacias de contenção, etc.).
- Volume estimado existente na área, dados qualitativos e quantitativos aproximados dos resíduos (urbano, comercial de saúde, construção civil, industrial, etc.)
- Levantamento gravimétrico
- Levantamento fotográfico.
- Planta de situação da área de influência direta com acesso ao lixão.
- Características socioeconômicas, uso e ocupação do solo, identificação dos possíveis interesses conflitantes, situação fundiária da área de influência direta.

- Identificação das comunidades na área de influência direta, da existência de catadores e suas formas de organização (associações, cooperativas).
- Identificação, descrição e avaliação dos impactos ambientais causados pelo “lixão”. Métodos e medidas para prevenção e minimização dos impactos.

2. Planta Baixa, com as poligonais da área degradada, localizando aspectos de sua cobertura vegetal, topografia e a existência de processos erosivos instalados no local (DATUM UTM Sirgas 2000 nos formatos Shapefile e KML). A escolha da escala deverá ser compatível com as áreas a serem mapeadas, que possa atender e cumprir aos diferentes propósitos e nível de detalhamento do PRAD (intervalo entre 1/500 a 1/2500).

3. Levantamento planialtimétrico do terreno e esduto de vulnerabilidade dos aquíferos, acompanhado de investigação e caracterização geológica, hidrogeológica complementar com instalação de poços de monitoramento.

4. Gerar mapas, preferencialmente em 3D, com a volumetria do lixo depositado e perfis do terreno, a partir dos furos de sondagens executado na área.

5. Análises químicas (apresentar registro fotográfico, metodologia aplicada e identificação em mapa de todos os pontos de coleta, mostrando a declividade do terreno). As análises deverão estar acompanhadas de background geoquímico de forma a trazer melhores parâmetros para as análises. As técnicas de procedimento de coleta, preservação e análise das amostras devem estar em conformidade com a legislação ambiental e normas técnicas:

- Análise físico – química e microbiológica e detecção de metais pesados da água superficial, se houver existência de corpos d'água na área de influência direta. O procedimento

deve ser de acordo com as Resoluções vigentes do CONAMA que tratam da qualidade dos corpos d'água. As pontos coletados deverão ter suas escolhas justificadas, de forma técnica, dentro do próprios projeto.

- Análise microbiológica, físico-química e detecção de metais pesados nas águas subterrâneas, de acordo com as resoluções vigentes do CONAMA que tratam da qualidadedas águas subterrâneas. As pontos coletados deverão ter suas escolhas justificadas, de forma técnica, dentro do próprios projeto.
- Análise microbiológica, físico-química e detecção metais pesados do solo. Apresentar registro fotográfico e metodologia aplicada de todos os pontos de coleta.

6. Apresentar Estudo de Vulnerabilidade dos Aquíferos da região sujeita ao impacto ambiental.

7. Análise econômica da degradação ambiental. Identificação, caracterização e custo do passivo ambiental de natureza física, biológica e antrópica.

Reuniões com comissão responsável para deferimento dos trabalhos.

PRODUTO 3 – RELATÓRIO CONSOLIDADO DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DA ÁREA

1. Deverão ser apresentadas, no mínimo, 2 (duas) soluções técnicas de encerramento, recuperação e monitoramento da área degradada que atendam à legislação ambiental e às normas da ABNT. A comissão responsável selecionará a solução mais adequada para o

	5º a 8º meses	35 %

município. Para a solução técnica escolhida deverá ser elaborado projeto executivo detalhado. Os projetos executivos deverão ser apresentados da seguinte forma: Plantas baixas; Planta de situação, cortes, vistas, detalhes, planilhas, tabelas e textos.

As soluções técnicas a serem utilizadas podem ser de forma isolada ou conjunta, preferencialmente aqueles de eficácia já comprovada, devendo ser abordados os seguintes assuntos:

Atividade 3

- Técnicas e metodologia de recuperação e revegetação a técnicas e metodologia de recuperação e vegetação a será dotada, preferencialmente, espécies nativas da região no projeto de recuperação, incluindo-se, também, aquelas espécies ameaçadas de extinção, as quais deverão ser destacadas no projeto.
- As espécies vegetais utilizadas deverão ser listadas e identificadas por família, nome científico e respectivo nome vulgar. Quando necessário o controle de espécies invasoras, de pragas e de doenças deverão ser utilizados métodos e produtos que causem o menor impacto possível, observando-se técnicas e normas aplicáveis a cada caso.
- Projeção da área recuperada (projetos), demostrando a previsão da configuração da área após a realização dos trabalhos de recuperação, constituindo assim o modelo a ser alcançado pelo PRAD. Formatos UTM, Sirgas 2000 e Shapefile.
- Cronograma de execução da implementação, manutenção, monitoramento e avaliação do projeto.
- Cronograma físico e financeiro discriminado por atividade.
- Orçamento detalhado dos custos de execução do projeto, utilizar tabela de preço seguida pelo departamento de engenharia da prefeitura com cálculo das taxas de BDI,

descrição dos serviços, custos, percentagem, prazo de execução, planilha dos materiais necessários por unidade, quantidade, preços unitário e total.

- Conclusão das medidas e soluções adotadas.
- Legislação pertinente.
- Equipe técnica.

2. Apresentação e reunião dos representantes da equipe chave com a comissão fiscalizadora.

Deverá ser emitido Notas Fiscais/Faturas para cada atividade concluída para que seja realizado o pagamento, após serem conferidas, aceitas e atestadas pelo gestor, obrigando-se a empresa a manter sua regularidade fiscal e trabalhista exigidas na licitação.

O pagamento será efetuado à empresa contratada através de ordem Bancária em moeda corrente nacional, mediante a apresentação de nota fiscal devidamente certificada pela secretaria solicitante, e de acordo com a quantidade de produtos entregues no período, observados a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93 e mediante documentação fiscal da Empresa (CND do INSS, FEDERAL E ESTADUAL, CRF do FGTS, CND Negativa de débitos Municipal e CN Trabalhista), Nota Fiscal/Fatura discriminativa, com o respectivo material discriminado, conforme dispõe os Artigos 40, inciso XIV, “a”, e 67, § 1º e 2º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações;

REFERÊNCIAS

Federal

Lei nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental.
Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005 - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências.
Resolução CONAMA n° 396, de 3 de abril de 2008 - Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.
Resolução CONAMA n° 404, de 11 de novembro de 2008 - Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos.
Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2009 - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 que Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
Resolução CONAMA nº 430, de 31 de maio de 2011 - Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução no 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA.
Lei complementar nº 140 de 8 de Dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas

formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.
Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020 que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico.

Estadual

Decreto-lei nº. 134, de 16 de junho de 1975 - Dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
CECA. Deliberação nº. 1007, de 04 de dezembro de 1986. Critérios e padrões para lançamento de efluentes líquidos. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 12 dez. 1986. (NT-202.R10).
NT 202, de 12 de dezembro de 1986 - Critérios e Padrões para Lançamento de Efluentes Líquidos em Corpos Receptores.
CECA. Deliberação nº. 4886, de 25 de setembro de 2007. Diretriz de controle de carga orgânica biodegradável em efluentes líquidos de origem sanitária. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 08 nov. 2007. (DZ-215.R-4).
DZ 215, de 18 de maio de 1994 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica de Efluentes Líquidos de Origem Sanitária.
Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000 - Dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
Lei Estadual n° 4191, de 30 de setembro de 2003 - Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e dá outras providências.
Resolução CONEMA. n° 85, de 07 de dezembro de 2018 - Aprova a revisão da NOP-INEA-03- REV02 - Credenciamento de Laboratórios.
NOP-INEA-03-REV02, de 17 de dezembro de 2018 - Credenciamento de Laboratórios.
Resolução CONEMA Nº 44, de 14 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da identificação de eventual contaminação ambiental do solo e das águas subterrâneas por agentes químicos, no processo de licenciamento ambiental Estadual.
Resolução CONEMA Nº 86, de 07 de dezembro de 2018 - Aprova a NOP- INEA-08-REV00 - critérios e padrões para controle da ecotoxicidade aguda em efluentes líquidos.
NOP-INEA-08-REV00, de 14 de dezembro de 2018 - critérios e padrões para controle da ecotoxicidade aguda em efluentes líquidos.

Lei 8298, de 21 de janeiro de 2019 - Altera a lei Estadual n° 4191 de 2003 que estabelece a política estadual de resíduos sólidos, definindo normas para disposição de resíduos sólidos em área de aquífero.
Decreto Nº 46890, de 23 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, e dá outras providências.

- NORMAS TÉCNICAS BRASILEIRAS – ABNT

ABNT NBR 6457:1986: Amostras de solo - Preparação para ensaios de compactação e ensaios de caracterização.
ABNT NBR 6484:2001: Solo - Sondagens de simples reconhecimentos com SPT - Método de ensaio.
ABNT NBR 9897:1987: Planejamento de amostragem de efluentes líquidos e corpos receptores - Procedimento.
ABNT NBR 9898:1987: Preservação e técnicas de amostragem de afluente líquidos e corpos receptores - Procedimento.
ABNT NBR 10004:2004: Resíduos sólidos - Classificação.
ABNT NBR 10005:2004: Procedimento para obtenção de extrato lixiviado de resíduos sólido.
ABNT NBR 10006:2004: Procedimento para obtenção de extrato solubilizado de resíduos sólidos.
ABNT NBR 10007:2004: Amostragem de resíduos sólidos.
ABNT NBR 10703:1989: Degradação do solo - Terminologia.
ABNT NBR 13292:1995: Solo - Determinação do coeficiente de permeabilidade de solos granulares à carga constante - Método de ensaio.
ABNT NBR 14545:2000: Solo - Determinação do coeficiente de permeabilidade de solos argilosos a carga variável.
ABNT NBR 15492:2007: Sondagem de reconhecimento para fins de qualidade ambiental – Procedimento.
ABNT NBR 15515-1:2007: Passivo ambiental em solo e água subterrânea Parte 1: Avaliação preliminar.
ABNT NBR 15515-2:2011: Passivo ambiental em solo e água subterrânea Parte 2: Investigação confirmatória.
ABNT NBR 15515-3:2013: Passivo ambiental em solo e água subterrânea Parte 3: Investigação detalhada.
ABNT NBR 15495-1:2007: Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aqüíferos granulados Parte 1: Projeto e construção.

ABNT NBR 15495-2:2008: Poços de monitoramento de águas subterrâneas em aqüíferos granulares Parte 2: Desenvolvimento.
ABNT NBR 15847:2010: Amostragem de água subterrânea em poços de monitoramento - Métodos de purga.
ABNT NBR 15935:2011: Investigações ambientais - Aplicação de métodos geofísicos.

Em 08/05/2024



Raoni Oliveira de Souza Cardoso
Chefe de Gabinente – Mat. 45.294
Sacretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo